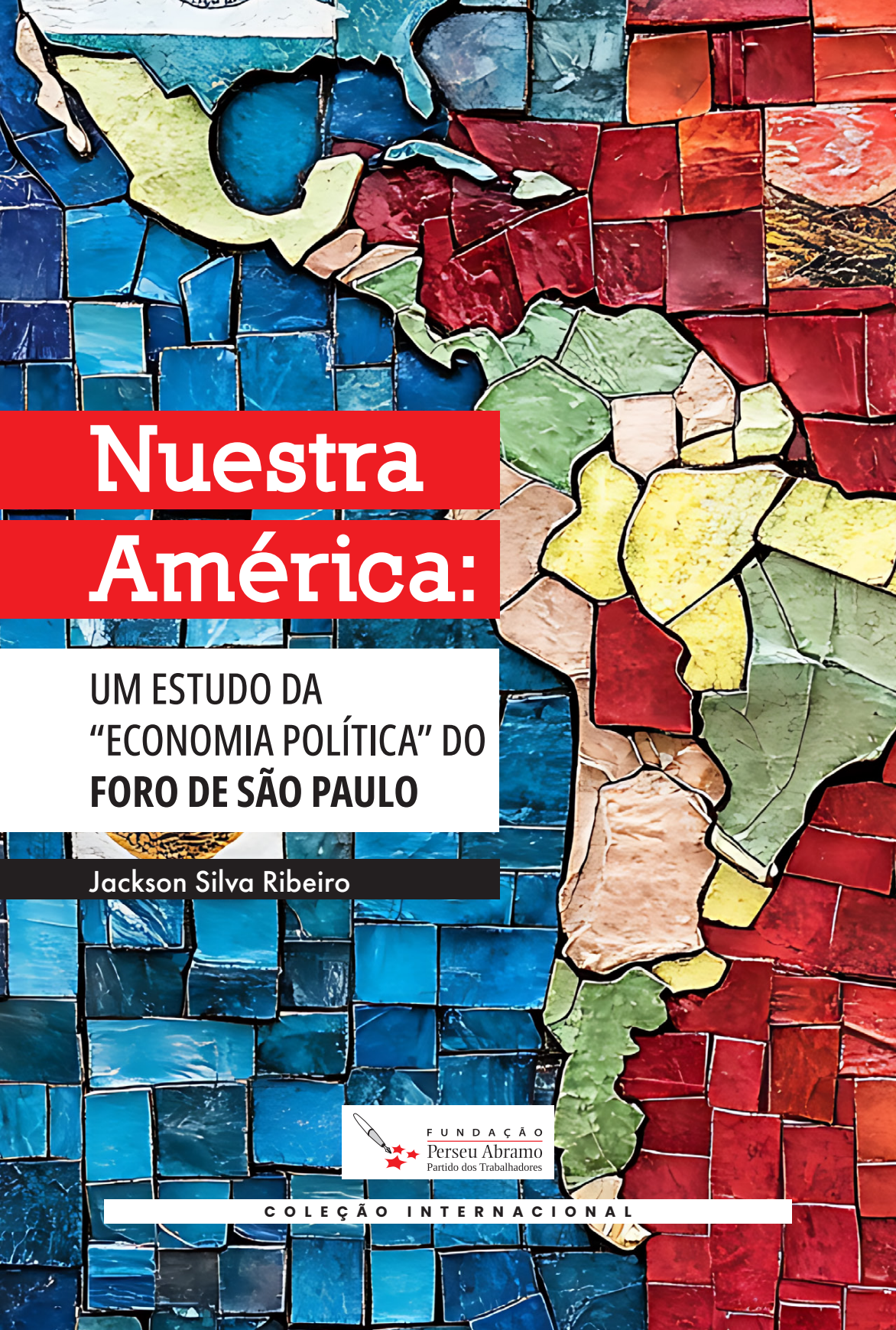




Nuestra América:

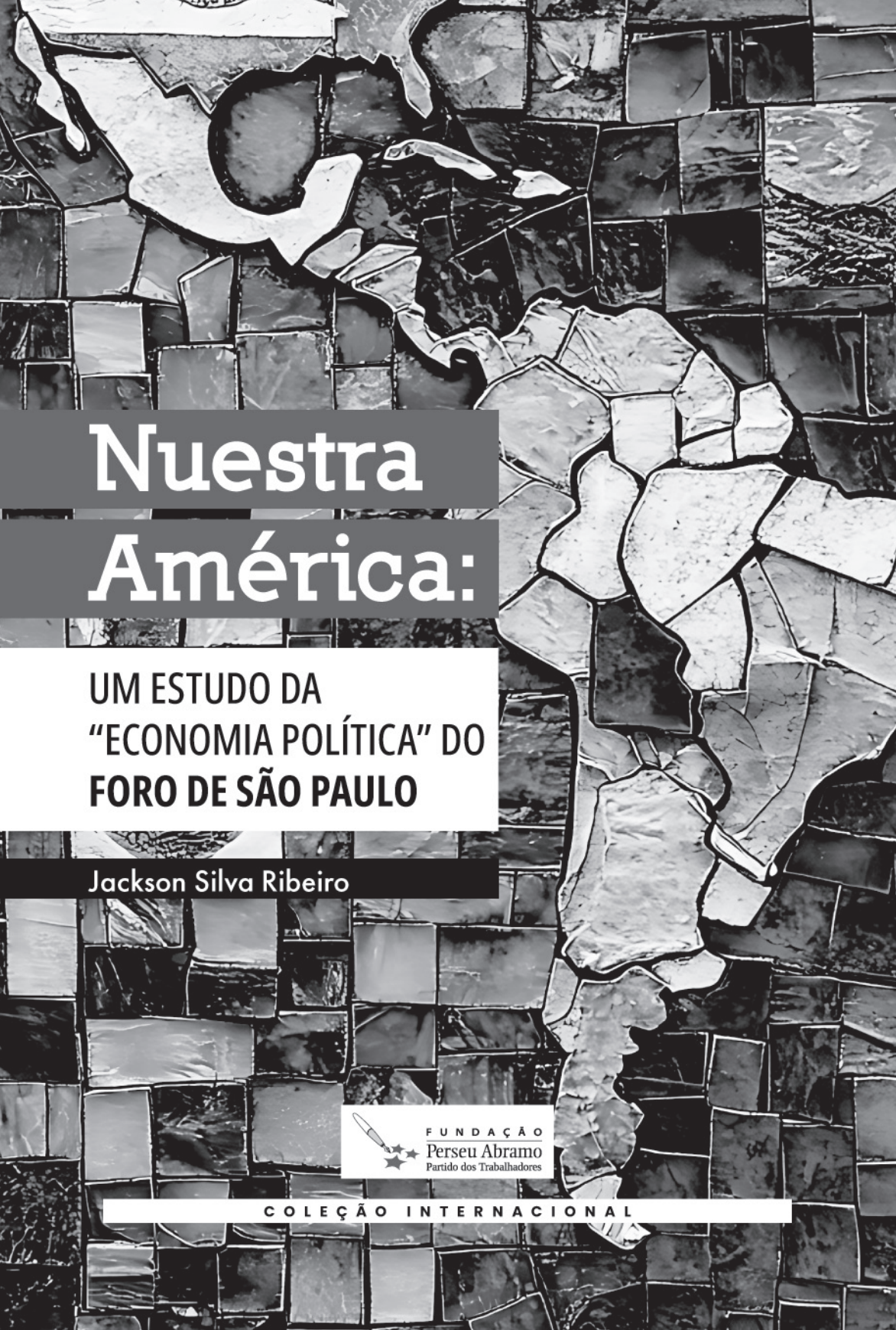
UM ESTUDO DA
"ECONOMIA POLÍTICA" DO
FORO DE SÃO PAULO

Jackson Silva Ribeiro



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

COLEÇÃO INTERNACIONAL



Nuestra América:

UM ESTUDO DA
"ECONOMIA POLÍTICA" DO
FORO DE SÃO PAULO

Jackson Silva Ribeiro



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

COLEÇÃO INTERNACIONAL

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Monica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira,
Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

Conselho editorial

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo,
Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci,
Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi,
Tassia Rabelo e Valter Silvério

Coordenador editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Costa

Organizador da publicação: Valter Pomar

Revisão: Rita Camacho

Projeto gráfico e diagramação: Emilio Font

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Ribeiro, Jackson Silva
R367n Nuestra América : um estudo da “economia política” do Foro de São
Paulo [livro eletrônico] / Jackson Silva Ribeiro - São Paulo : Fundação Perseu
Abramo; 2025.

514 p. (Coleção Internacional)

ISBN 978-65-5626-116-4

1. Foro de São Paulo - Estrutura 2. Economia política 3. Foro de São Paulo
- Documentos I. Título



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
04117–091 São Paulo – SP
www.fpabramo.org.br

I SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
AGRADECIMENTOS	9
LISTA DE SIGLAS	13
INTRODUÇÃO	17
AS FONTES E PARTES CONSTITUTIVAS DO FORO DE SÃO PAULO	25
O ENCONTRO DE PARTIDOS E ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA DA AMÉRICA LATINA E CARIBE (1990)	25
CRONOLOGIA DOS ENCONTROS DO FORO DE SP: DA CIDADE DO MÉXICO A BRASÍLIA (1991-2023)	33
A SECRETARIA EXECUTIVA DO FORO DE SÃO PAULO	49
A SUBSECRETARIA CONE SUL DO FORO DE SÃO PAULO	53
A SUBSECRETARIA ANDINO-AMAZÔNICA DO FORO DE SÃO PAULO	62
A SUBSECRETARIA MESOAMERICANA E CARIBENHA DO FORO DE SÃO PAULO	71
EXISTE UMA ECONOMIA POLÍTICA DO FORO DE SÃO PAULO?	91
A CONSTRUÇÃO DE UMA "ECONOMIA POLÍTICA" DO FORO DE SÃO PAULO	91
ANÁLISE DAS DECLARAÇÕES FINAIS DOS ENCONTROS DO FORO DE SP	95
EXISTE UM CORPUS TEÓRICO DO FORO DE SÃO PAULO?	139
O FORO DE SP E A SÍNTESE DO TERMO CAPITALISMO	142
O FORO DE SP E A SÍNTESE DO TERMO NEOLIBERALISMO	142
O FORO DE SP E A SÍNTESE DO TERMO IMPERIALISMO	142
O FORO DE SP E A SÍNTESE DO TERMO SOCIALISMO	143
O FORO DE SP E A SÍNTESE DO TERMO DESENVOLVIMENTO	144
O FORO DE SP E A SÍNTESE DO TERMO INTEGRAÇÃO	144
O FORO DE SP E A SÍNTESE DO TERMO SOBERANIA	145
O FORO DE SÃO PAULO E OS DILEMAS ESTRATÉGICOS E PROGRAMÁTICOS DA PÁTRIA GRANDE	147
O FORO DE SÃO PAULO E A CRISE CAPITALISTA DE 2008	147
O FORO DE SÃO PAULO E OS GOVERNOS PROGRESSISTAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE	160
O FORO DE SÃO PAULO E AS DIREITAS LATINO-AMERICANAS	163
O FORO DE SÃO PAULO E O DEBATE COM A ESQUERDA NÃO ADERENTE	168
O FORO DE SÃO PAULO E SEU PROGRAMA: O CONSENSO DE NUESTRA AMÉRICA	173
O FORO DE SÃO PAULO COMO CONSTITUINTE DE UM CONTRABLOCO HISTÓRICO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO?	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS	195

ANEXO I	
Delegações Participantes dos Encontros do Foro de São Paulo	203
ANEXO II	229
TABELAS DE FREQUÊNCIA DOS TERMOS RELACIONADOS À ECONOMIA POLÍTICA EM CADA ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO (1990-2023) E DO CONSENSO DE NUESTRA AMÉRICA	229
ANEXO III	
Declarações dos Encontros do Foro de São Paulo	239
DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO	241
<i>São Paulo, Brasil</i>	
<i>2 a 4 de julho de 1990</i>	
DECLARAÇÃO FINAL DO II ENCONTRO	245
<i>Cidade do México, México</i>	
<i>12 a 15 de junho de 1991</i>	
DECLARAÇÃO FINAL DO III ENCONTRO	252
<i>Manágua, Nicarágua</i>	
<i>16 a 19 de julho de 1992</i>	
DECLARAÇÃO FINAL DO IV ENCONTRO	263
<i>La Habana, Cuba</i>	
<i>21 a 24 de julho de 1993</i>	
DECLARAÇÃO DE MONTEVIDÉU V ENCONTRO	268
<i>Montevidéu, Uruguai</i>	
<i>25 a 28 de maio de 1995</i>	
DECLARAÇÃO FINAL DO VI ENCONTRO	273
<i>San Salvador, El Salvador</i>	
<i>26 a 28 de julho de 1996</i>	
DECLARAÇÃO FINAL DO VII ENCONTRO	278
<i>Porto Alegre, Brasil</i>	
<i>31 de julho a 3 de agosto de 1997</i>	
DECLARAÇÃO FINAL DO VIII ENCONTRO	287
<i>Cidade do México, México</i>	
<i>29 a 31 de outubro de 1998</i>	
DECLARAÇÃO FINAL DO IX ENCONTRO	296
“DECLARAÇÃO DE NIQUINOHOMO”	296
<i>Manágua, Nicarágua</i>	
<i>17 a 21 de fevereiro de 2000</i>	
DECLARAÇÃO FINAL DO X ENCONTRO	301
<i>Havana, Cuba</i>	
<i>4 a 7 de dezembro de 2001</i>	
DECLARAÇÃO FINAL DO XI ENCONTRO	309
<i>Antígua, Guatemala</i>	
<i>2 a 4 de dezembro de 2002</i>	
DECLARAÇÃO FINAL DO XII ENCONTRO	314
<i>São Paulo, Brasil</i>	
<i>1 a 4 de julho de 2005</i>	
DECLARAÇÃO FINAL DO XIII ENCONTRO	320
<i>San Salvador, El Salvador</i>	
<i>12 a 14 de janeiro de 2007</i>	

DECLARAÇÃO FINAL DO XIV ENCONTRO <i>Montevideu, Uruguai</i> <i>22 a 25 de maio de 2008</i>	324
DECLARAÇÃO FINAL DO XV ENCONTRO <i>Cidade do México, México</i> <i>20 a 23 de agosto de 2009</i>	329
DECLARAÇÃO FINAL DO XVI ENCONTRO <i>Buenos Aires, Argentina</i> <i>17 a 20 de agosto de 2010</i>	335
DECLARAÇÃO FINAL DO XVII ENCONTRO <i>Manágua, Nicarágua</i> <i>16 a 20 de maio de 2011</i>	341
DECLARAÇÃO FINAL DO XVIII ENCONTRO <i>Caracas, Venezuela</i> <i>4 a 6 de julho de 2012</i>	347
DECLARACIÓN FINAL XIX ENCUESTRO <i>São Paulo, Brasil</i> <i>31 de julho a 4 de agosto de 2013</i>	353
DECLARACIÓN FINAL DEL XX ENCUESTRO <i>La Paz, Bolívia</i> <i>25 a 29 de agosto de 2014</i>	359
DECLARACIÓN FINAL DEL XXI ENCUESTRO <i>Ciudad de México, México</i> <i>29 de julho a 1 de agosto e 2015</i>	367
DECLARACIÓN FINAL DEL XXII ENCUESTRO <i>San Salvador, El Salvador</i> <i>23 al 26 de junio de 2016</i>	381
DECLARACIÓN FINAL DEL XXIII ENCUESTRO <i>Manágua, Nicarágua</i> <i>16 al 19 de julio de 2017</i>	387
DECLARACIÓN DEL XXIV ENCUESTRO <i>La Habana, Cuba</i> <i>15 la 17 de julio 2018</i>	400
DECLARACIÓN FINAL DEL XXV ENCUESTRO <i>Caracas, Venezuela</i> <i>25 al 28 de julio de 2019</i>	408
DECLARAÇÃO FINAL DO XXVI ENCONTRO <i>Brasília</i> <i>29 de junho a 02 de julho de 2023</i>	415

I PREFÁCIO

A América Latina, desde os seus processos de independência no século XIX, tem sido palco de intensas lutas políticas, sociais e econômicas, marcadas pela busca de autonomia, justiça social e integração regional. No final do século XX, em meio ao avanço do neoliberalismo e à crise das esquerdas tradicionais, surgiu o Foro de São Paulo, como uma articulação fundamental para a reorganização das forças progressistas no continente. Fundado em 1990 por iniciativa do Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil e do Partido Comunista de Cuba (PCC), o FSP tornou-se um espaço de diálogo, estratégia e convergência entre partidos comprometidos com a transformação política da região.

Esta tese, intitulada *Nuestra América: Um estudo da economia política do Foro de São Paulo*, busca analisar o FSP não apenas como um fórum político, mas como um projeto de economia política que articula ideias, estratégias e alianças em torno de um modelo alternativo ao capitalismo neoliberal. Partindo de uma perspectiva crítica e interdisciplinar, o trabalho investiga como o Foro de São Paulo influenciou — e foi influenciado por — dinâmicas econômicas, geopolíticas e sociais da América Latina nas últimas três décadas.

O autor Jackson Silva Ribeiro busca, ao longo desta pesquisa, demonstrar que o Foro de São Paulo, além de ser um fundamental instrumento de cooperação partidária, é um importante ator coletivo que ajudou a redefinir as fronteiras da economia política na região, combinando pragmatismo governamental com utopias revolucionárias.

Mais que uma profunda análise acadêmica, este estudo é um convite à reflexão sobre os caminhos de Nuestra América em tempos de incerteza e renovadas esperanças.

Boa leitura!

Monica Valente

Diretora da Fundação Perseu Abramo

Secretária Executiva do Foro de São Paulo

■ AGRADECIMENTOS

Todo conhecimento advém de um processo de construção coletiva, ainda que o labor do pesquisador se configure, por vezes, como uma atividade individual e solitária. Nesse contexto, expresso minha profunda gratidão àqueles que contribuíram de modo imprescindível ao longo desta extensa jornada, culminando na conclusão desta tese de doutorado.

Iniciando, expresso meus mais sinceros agradecimentos aos meus pais, Wanderlei e Eli, aos quais devo a transmissão de valores fundamentais, dentre os quais se destacam o apreço pelo pensamento crítico, a incessante busca pelo conhecimento e a paixão por aprender. Ademais, o apoio firme, autêntico e vigoroso que me foi conferido durante essa trajetória propiciou um ambiente de acolhimento e segurança imprescindível para a conclusão desta jornada.

De igual modo, estendo minha gratidão aos meus irmãos, Jéssica e Jean, cuja constante presença e suporte, manifestados por meio de enriquecedores diálogos acerca da vida, da importância da família e do papel desta em nosso desenvolvimento, acompanharam-me em cada etapa do processo de elaboração desta pesquisa.

Expresso meu especial agradecimento à minha companheira Fernanda, cuja presença foi constante em todos os momentos – dos mais serenos aos mais atribulados, seja em nosso lar, na UFABC ou nas diversas trajetórias da vida. Sua destacada atuação profissional em *Opera Mundi* permitiu que compartilhássemos inúmeros instantes dedicados à elaboração desta tese, transcendendo a esfera de nossa relação pessoal e contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento de minha pesquisa, haja vista que os dilemas concernentes à América Latina, ao Foro e à conjuntura global se configuram como interesses comuns. Além disso, Fernanda, juntamente com suas associadas do “RodaMundo”, desempenhou papel fundamental no enriquecimento da experiência de participação *in loco* em um Encontro do Foro de São Paulo.

Outrossim, manifesto minha profunda gratidão ao meu orientador, Valter Pomar, cuja dedicação inflexível e criteriosa condução foram essenciais ao desenvolvimento desta pesquisa. Sob sua orientação, pude acessar e aprofundar-me em

questões fundamentais inerentes ao objeto deste estudo, fato que enriqueceu de maneira singular esta trajetória acadêmica. Também expresso um reconhecimento especial à banca examinadora — composta por Pietro Alarcón, Ana Prestes, Daniel Valença e Maria Carlotto — cujas contribuições foram decisivas para o aprimoramento desta tese. Aos colegas que, por meio de enriquecedoras trocas de ideias em ambientes formais e informais — seja durante aulas, intervalos ou em espaços militantes —, colaboraram para o andamento deste trabalho, meu sincero apreço.

Esta trajetória não poderia ter sido concluída sem o apoio genuíno e vigoroso das amizades que me acompanharam, fortaleceram e edificaram. Esses vínculos foram forjados em ambientes diversos – desde a infância e adolescência até o período de formação acadêmica – bem como nos espaços militantes, particularmente entre aqueles que impulsionam o avanço do Partido dos Trabalhadores. Tais laços constituíram fundamentos indispensáveis para a realização deste percurso, motivo pelo qual expresso meus sinceros agradecimentos a Bárbara, Renata, “Alinho”, Victor, Caio, Zé Neto, Eduardo e “Kiko”. Bem como aos companheiros Claudio, Waldemar e Everaldo e às companheiras Sonia e Euniciania. Ademais, manifesto minha gratidão pelas amizades cultivadas a cada visita ao Morumbi, onde se torna possível assistir ao São Paulo Futebol Clube, o qual se apresenta como um refúgio seguro diante das agruras da existência, sobretudo na convivência com Marcelo e “Xuxa”.

Expresso minha sincera gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cuja concessão de bolsa permitiu minha dedicação exclusiva ao doutorado. Agradeço igualmente a todos os trabalhadores da Universidade Federal do ABC (UFABC), instituição reconhecida como polo de excelência na produção de conhecimento e situada no epicentro da classe operária brasileira, o ABC paulista. Assim, manifesto especial reconhecimento aos integrantes do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial, cuja contribuição se revela fundamental para o desenvolvimento de uma ciência orientada pelas perspectivas do Sul Global e voltada para os desafios desse contexto.

Por fim, reitero minha profunda gratidão a todos os militantes engajados na edificação de uma América Latina soberana, integrada, democrática e popular. Considerando que o presente se configura na lógica da luta, é inegável que o futuro pertence àqueles que, incessantemente, o constroem.

*Vámonos patria a caminar, yo te acompaño.
Yo bajaré los abismos que me digas.
Yo beberé tus cálices amargos.
Yo me quedaré ciego para que tengas ojos.
Yo me quedaré sin voz para que tú cantes.
Yo he de morir para que tú no mueras,
para que emerja tu rostro flameando al horizonte
de cada flor que nazca de mis huesos.*

Otto René Castillo

*¿Será posible el sur? ¿Será posible?
Si se viese al espejo, ¿se reconocería?*

Jorge Boccanera

*Y si este fuera
mi último poema,
insumiso y triste,
raído pero entero,
tan solo una palabra escribiría:
Compañero.*

Mauricio Rosencof

■ LISTA DE SIGLAS

AD – Ação Democrática
AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores
Alba-TCP – Aliança Bolivariana para os povos de Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos
Alca – Área de Livre Comércio das Américas
Arena – Aliança Republicana Nacionalista
ASP – Assembleia pela Soberania dos Povos
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
Brics – Brasil, Rússia, Índia e África do Sul
CAN – Comunidade Andina de Nações
Caricom – Comunidade Caribe
CDO – Obrigação de Dívida Colateralizada (em inglês: *Collateralized Debt Obligation*)
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
Celac – Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos
Comecon – Conselho para a Assistência Econômica Mútua
Comibol – Corporação Mineira da Bolívia
Copei – Comitê Organização Política Eleitoral Independente
CSUTCB – Confederação Sindical Campesina Boliviana
CTA – Central dos Trabalhadores Argentinos
DAS – Socialistas Democráticos da América
DES – Direitos Especiais de Saque
DR – Diretório Revolucionário
DR-13-M – Diretório Revolucionário 13 de Março
ELN – Exército de Libertação Nacional
ERP – Exército Revolucionário do Povo
EUA – Estados Unidos da América
FA – Frente Ampla

FAN – Força Armada Nacional
 FDN – Frente Democrática Nacional
 FMI – Fundo Monetário Internacional
 FMLN – Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional
 FLN – Frente de Libertação Nacional
 FPL – Forças Populares de Libertação
 FRS – Frente Revolucionária Sandino
 FSLN – Frente Sandinista de Libertação Nacional
 FSP – Foro de São Paulo
 GAU – Grupos de Ação Unificadora
 GPP – Guerra Popular Prolongada
 GT – Grupo de Trabalho
 G20 – Grupo dos Vinte
 IC – Internacional Comunista
 ID – Esquerda Democrática
 Idea – Iniciativa Democrática da Espanha e Américas
 M-26-7 – Movimento 26 de Julho
 MAS-IPSP – Movimento ao Socialismo - Instrumento Político para a Soberania dos Povos
 MBPP – Movimento Branco Popular e Progressista
 MBR-200 – Movimento Bolivariano
 Mercosul – Mercado Comum do Sul
 Minustah – Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
 Mitpes – Movimento Independente de Técnicos e Profissionais de El Salvador
 MLN-T – Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros
 MNN – Movimento Nova Nicarágua
 MNR – Movimento Nacional Revolucionário
 Morena – Movimento de Regeneração Nacional
 MPP – Movimento de Participação Popular
 MPSC – Movimento Popular Social Cristão
 MRS – Movimento Renovador Sandinista
 OEA – Organização dos Estados Americanos
 OIT – Organização Internacional do Trabalho
 OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade
 OMC – Organização Mundial do Comércio
 ONU – Organização das Nações Unidas
 ORI – Organizações Políticas Integradas
 OSPAAAL – Organização de Solidariedade entre os Povos da Ásia, África e América Latina

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAN – Partido Ação Nacional
PCA – Partido Comunista da Argentina
PC – Partido Comunista
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCC – Partido Comunista de Cuba
PCCE – Partido Comunista Congresso Extraordinário
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCM – Partido Comunista Mexicano
PCS – Partido Comunista Salvadorenho
PCU – Partido Comunista do Uruguai
PDCU – Partido Democrata Cristão do Uruguai
PDVSA – Petróleos da Venezuela S.A
PIB – Produto Interno Bruto
PJ – Partido Justicialista
PPG/EPM – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial
PRC – Partido Revolucionário Cubano
PRD – Partido da Revolução Democrática
PRI – Partido da Revolução Institucional
PRTC – Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-americanos
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSP – Partido Socialista Popular
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PSU – Partido Socialista Uruguaio
PSUV – Partido Socialista Unido da Venezuela
PT – Partido dos Trabalhadores
PUCS – Partido Comunista da União Soviética
PURC – Partido União Revolucionária Comunista
PURS – Partido Unificado da Revolução Socialista
RDA – República Democrática Alemã
RN – Forças Armadas de Resistência Nacional
Sica – Sistema de Integração Centro-Americano
TI – Tendência Insurrecional
TP – Tendência Proletária
TPP – Acordo de Associação Transpácífico
Unasul – União de Nações Sul-Americanas
URNG – Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

I INTRODUÇÃO

Dia 28 de junho de 2023, saio de São Paulo rumo a Brasília, sede do Poder Executivo brasileiro. A finalidade primordial de tal deslocamento consistiu em testemunhar as deliberações e discussões do XXVI Encontro do Foro de SP, que se desenrolou no período compreendido entre 29 de junho e 2 de julho do referido ano.

Em virtude da crise sanitária global provocada pela pandemia de COVID -19, observou-se um intervalo maior que separou o XXV do XXVI Encontro do FSP. Tal lacuna estendeu-se de 2019 até o ano de 2023, momento em que a organização retomou suas atividades presenciais em Brasília. A eleição desta cidade não foi aleatória, mas, sim, um símbolo significativo da reconquista do Poder Executivo federal pelo Partido dos Trabalhadores e sua aliança, sucedendo o mandato do governo ultraconservador de Jair Bolsonaro (2019-2022).

O tema central do XXVI Encontro foi “A Integração Regional para avançar na soberania da América Latina e Caribe”. Ademais, o evento prestou homenagem à memória do ilustre Marco Aurélio Garcia, fundador do Foro e notável arquiteto da política externa implementada pelos governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil.

O evento se inaugurou com um seminário¹ promovido pela Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores (PT) e Fundação Maurício Grabois, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), com o lema “A Integração regional latino-americana e caribenha e os desafios dos governos progressistas e de esquerda”. O seminário abordou principalmente os principais desafios do avanço da integração na região em meio a uma conjuntura de constantes mudanças. Salientou-se a importância da “neoindustrialização”, bem como do investimento em infraestrutura, energia e planejamento estratégico, como fundamentos basilares para a consolidação estrutural do projeto de integração. Discutiu-se, ademais, a imperio-

1. A gravação completa do seminário está disponível no canal do YouTube da Fundação Perseu Abramo.

cidade de uma integração monetária ampliada nas transações comerciais, visando a redução da dependência em relação ao dólar. A soberania territorial, com especial enfoque na região Amazônica, emergiu como tema central de debates e formulação de propostas, juntamente com a ênfase na urgência de se promover uma integração aprimorada dos sistemas de saúde regionais, em virtude das repercussões da pandemia de COVID-19.

A plenária de inauguração do XXVI Encontro contou com a presença de Luiz Inácio Lula da Silva, atual presidente do Brasil. A cobertura extensiva de seu pronunciamento² foi realizada pelos principais veículos de comunicação corporativos, destacando-se particularmente a assertiva: “Nós ficaríamos ofendidos se nos chamasse de nazista, neofascista, de terrorista. Mas, de comunista, de socialista, nunca. Isso não nos ofende. Isso nos orgulha muitas vezes.” O presidente enfatizou a relevância da organização em fomentar o triunfo das organizações progressistas e de esquerda na esfera regional. Ademais, sublinhou a imperatividade de uma introspecção crítica por parte do campo democrático-popular, acerca das falhas intrínsecas que, ocasionalmente, favoreceram o avanço da contraofensiva conservadora, impulsionada pelo imperialismo e pelas forças de direita no contexto latino-americano.

A entidade promoveu um colóquio com redes e plataformas engajadas na defesa dos movimentos sociais. A iniciativa foi estruturada em duas sessões distintas: a primeira visando estabelecer diretrizes de ação para intensificar a sinergia entre as plataformas, e a segunda focada na promoção da paz e no combate ao fascismo. Neste contexto, ressaltou-se o papel preponderante do Foro no monitoramento das negociações entre o Exército de Libertação Nacional (ELN) e o governo colombiano, bem como na convocação de uma conferência dedicada à problemática da “guerra às drogas”. Adicionalmente, foi reivindicado o término da presença de instalações militares estadunidenses na região.

A Fundação Perseu Abramo também promoveu um colóquio para refletir sobre a situação política brasileira e sobre a condução do governo quando o partido voltou a presidir o país, após a eleição de Lula, derrotando o candidato da extrema-direita que ocupou a cadeira no período anterior. O colóquio visou elucidar a relevância estratégica do Brasil enquanto anfitrião do FSP, bem como a importância de acolher figuras proeminentes do cenário político progressista latino-americano e caribenho. Enfatizou-se, ademais, a necessidade imperativa de que as deliberações ali empreendidas contemplassem uma análise meticulosa tanto das

2. A íntegra do discurso de Lula está disponível em: <https://forodesaopaulo.org/discurso-del-presidente-lula-xxvi-encuentro-del-fsp/>. Acesso em 24 de abril de 2024.

conquistas quanto dos obstáculos e falhas, elementos cruciais para contrapor-se eficazmente à expansão conservadora no Brasil.

No decorrer do XXVI Encontro, foram realizadas diversas atividades de caráter formativo e deliberativo³, destacando-se a Reunião de Escolas de Formação e Fundações Partidárias, a Oficina de Estratégias em Meios de Comunicação e Redes Sociais, e o Seminário promovido pelo FSP em colaboração com representantes da Esquerda Europeia. Ademais, ocorreu um Painel de discussão com membros dos Socialistas Democráticos da América (DAS), bem como encontros específicos voltados para o segmento de mulheres e juventude. Um ato em alusão ao bicentenário da Doutrina Monroe foi realizado, enfatizando a contínua luta contra o imperialismo e a busca pela paz na região da América Latina e Caribe. Paralelamente, uma exposição fotográfica retratou a trajetória histórica do Foro de São Paulo. Importantes resoluções foram adotadas, abordando as urgentes questões conjunturais⁴ que afetam a América Latina e Caribe.

O evento culminou com a Plenária que aprova a Declaração Final do XXVI Encontro do FSP, *Declaração de Brasília*, que, seguindo as diretrizes estratégicas e programáticas basilares do Foro, pontua a necessidade de uma integração econômica, cultural e política mais forte entre os países da América Latina e Caribe para superar as assimetrias e promover o desenvolvimento sustentável. Reconhece explicitamente a persistência de uma contraofensiva de natureza conservadora e de movimentos de extrema-direita, bem como desafios prementes como as alterações climáticas e a conflito geopolítico e militar na Ucrânia. Adicionalmente, reafirma o compromisso inabalável com a paz e advoga pela multipolaridade como um paradigma emergente para a construção de uma nova ordem internacional.

A participação presencial em um Encontro do Foro de SP constituiu uma experiência singular, profícua e imprescindível para a compreensão aprofundada da dinâmica interna do objeto de estudo desta tese. A investigação de uma entidade ativa, dotada de significativa complexidade interna e de uma dinâmica política pulsante, não se configura como um empreendimento simples; contudo, a observação *in situ* do desdobramento dessa complexidade política representou um privilégio inestimável, marcando o ápice dos anos empenhados na decodificação da “economia política” da principal entidade que reúne as forças progressistas e de esquerda da América Latina e Caribe. O termo “economia política” é aqui utilizado entre aspas devido à necessidade de, como se argumentará ao longo desta tese, decodificar

3. As resoluções específicas do XXVI Encontro do FSP se encontram disponíveis em: <https://forodesaopaulo.org/declaraciones-especificas-del-xxvi-encuentro/>. Acesso em 24 de abril de 2024.

4. As resoluções conjunturais adotadas no XXVI Encontro do FSP estão disponíveis na seção “3 – Resolutivos” do endereço indicado: <https://forodesaopaulo.org/memoria-xxvi-encuentro-del-foro-de-sao-paulo-brasil/>. Acesso em 24 de abril de 2024.

um *corpus teórico* associado ao FSP. Tal decodificação revela-se como um processo dinâmico, intrinsecamente condicionado pela evolução histórica dos partidos e organizações a ele vinculados, constituindo, ademais, uma síntese plural e multifacetada das distintas tradições teóricas e das consequências práticas dos processos de luta empreendidos pelas organizações que integram o referido Foro.

A presença no XXVI Encontro do FSP foi viabilizada, sobretudo, pela contribuição de meu orientador, Valter Pomar, cuja atuação prolongada como secretário-executivo (cargo máximo desse organismo vivo) proporcionou um enriquecimento substancial à pesquisa, elevando, por conseguinte, a responsabilidade do autor desta tese no que tange à precisão analítica requerida para a elaboração de um estudo extensivo sobre a exegese da visão que o Foro possui acerca do mundo que o circunda, integrando-o e influenciando em sua transformação.

A presente tese tem como propósito primordial investigar a presença de uma “economia política” inerente ao Foro de São Paulo. Esta é concebida como uma hermenêutica do capitalismo global e, mais especificamente, na região da América Latina e Caribe, enfatizando a avaliação crítica do imperialismo e do neoliberalismo. Ademais, busca-se explorar as diversas estratégias que a entidade poderia implementar como resposta a esses fenômenos desafiadores.

Com o propósito de alcançar o objetivo central delineado, propõe-se como meta específica a análise criteriosa das Declarações Finais proferidas nos Encontros do Foro de SP, com ênfase no documento intitulado *Consenso de Nuestra América*, formulado no ano de 2017 pela respectiva entidade. Postula-se a hipótese de que tal documento almeja estabelecer um arcabouço teórico fundamental para o FSP, atuando como um vetor de diretriz estratégica e programática para os movimentos de esquerda e progressistas da região. Isso em resposta aos eventos globais e regionais subsequentes à crise mundial capitalista de 2008, representando, assim, uma manifestação concreta de sua “economia política”.

O caminho metodológico utilizado consistiu na análise de conteúdo qualitativa dos documentos empíricos gerados durante os Encontros do Foro de São Paulo, no período de 1990 a 2023, focando em categorias analíticas como integração, soberania, desenvolvimento, capitalismo e socialismo. Do ponto de vista teórico, recorreu-se a uma extensa revisão bibliográfica que aborda a evolução histórica da referida entidade, as principais organizações que a constituem, bem como a economia política global, com ênfase na conjuntura específica da América Latina e Caribe. Esta abordagem alinha-se com um dos propósitos fundamentais do projeto pedagógico do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial (PPG/EPM), o qual se dedica a promover o estudo das tradições intelectuais e culturais do Sul Global, além das organizações regionais, continentais e intercontinentais engajadas na descolonização e no desenvolvimento.

Observa-se um interesse ampliado de variados segmentos da sociedade civil pelo Foro de São Paulo. Grupos conservadores têm historicamente caricaturado o Foro, estigmatizando e criminalizando⁵ movimentos de esquerda como tática para alcançar metas eleitorais. A falta de conhecimento acerca do funcionamento do FSP, suas contradições e debates internos, bem como a natureza de suas proposições, contribui para a propagação de difamações empregadas por tais grupos em sua luta ideológica contra organizações progressistas no Brasil e na região. Portanto, é imperativo desvendar toda sua engrenagem interna, a gênese de sua “economia política”, para efetivamente competir pela primazia no contexto da sociedade civil. Uma análise científica rigorosa é essencial para dismantlar a narrativa conspiratória contra o FSP, cujo propósito é deslegitimar a entidade, recorrendo a distorções flagrantes de suas atividades na América Latina e Caribe.

Em um contexto histórico caracterizado por uma crise global de magnitude significativa e uma contraofensiva intensiva do imperialismo estadunidense na região, Regalado e Pomar (2013) enfatizam a imperatividade de se destacar o debate acerca da organização e estratégia das esquerdas na América Latina e Caribe.

É nesse sentido que a presente tese almeja enriquecer o discurso acadêmico concernente à função e importância do Foro de SP enquanto entidade política regional, contribuindo para elucidar as complexidades, os impasses enfrentados pelos setores progressistas e de esquerda na América Latina e Caribe no século XXI e auxiliando numa compreensão mais aprofundada das suas dinâmicas políticas e sociais.

Esta tese está estruturada em cinco seções: 1) a presente Introdução; 2) o capítulo dedicado às “Fontes e Partes Constitutivas do Foro de São Paulo”; 3) o capítulo dedicado ao estudo da “Economia Política do Foro de SP”; 4) o capítulo dedicado ao “Foro e o Debate Estratégico e Programático” na América Latina e Caribe e, por fim, 5) as Considerações Finais. Ainda dispõe de três Anexos: o primeiro apresenta um registro histórico das delegações que participaram dos Encontros do FSP no período de 1990 a 2023; o segundo contém as Tabelas que quantificam a frequência dos termos associados à “economia política” nos Encontros da entidade, abrangendo o mesmo intervalo temporal, além de incorporar o documento *Consenso de Nuestra América* e o terceiro contém as Declarações dos Encontros do Foro de São Paulo.

O capítulo “As fontes e partes constitutivas do Foro de São Paulo” visa estabelecer um contexto histórico para o objeto de estudo desta tese. Realiza-se uma análise do “Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina

5. Consultar “Bolsonaro diz que tráfico sustenta partidos integrantes do Foro de SP”, 13 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-trafico-sustenta-partidos-do-foro-de-sp/>. Acesso em 16 de outubro de 2024.

e Caribe” (1990), evento que veio a ser o I Encontro do Foro. A análise enfatiza as discussões realizadas no seminário acerca das implicações do colapso do bloco soviético, a ascensão do neoliberalismo e seus impactos na América Latina e Caribe, com especial atenção às consequências para os movimentos de esquerda da região. Posteriormente, procede-se à elaboração de um compêndio cronológico conciso dos Encontros do FSP, abarcando o período de 1991 a 2023, com ênfase na sua progressão organizacional e gerencial. Conforme a estrutura administrativa e organizacional da referida entidade, procederemos à análise da trajetória de determinados partidos políticos membros. O propósito desta investigação é fornecer um relato histórico sucinto dessas agremiações partidárias, assim como elucidar sua interpretação do capitalismo na América Latina e os desafios impostos para a consecução de uma integração regional independente. Neste contexto, será dada especial atenção à interação mútua entre o Foro de SP e os partidos políticos que tiveram papel ativo em sua história, contribuindo para a formulação de princípios, valores e diretrizes.

No capítulo intitulado “Existe uma economia política do Foro de São Paulo?”, empreende-se uma explanação detalhada do percurso metodológico adotado para a análise dos Documentos Finais oriundos dos Encontros do FSP. A fundamentação teórica ancorou-se nas definições de Oskar Lange sobre “economia política”, em consonância com a interpretação que Marx faz do termo, conforme apresentado no Manifesto inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), visando discernir a progressão do *corpus teórico* do Foro. A configuração metodológica foi moldada para corresponder ao objeto de estudo em questão. Portanto, considerando as fontes e os componentes estruturais da entidade, delineados no capítulo “As fontes e partes constitutivas do Foro de São Paulo”, selecionaram-se sete conceitos intrínsecos à economia política para inspecionar a recorrência dessas terminologias-chave nos documentos do Foro de SP. Os conceitos selecionados foram: capitalismo; neoliberalismo; imperialismo; socialismo; desenvolvimento; integração e soberania. A seleção destes termos foi realizada considerando a evolução histórica da organização, enfatizando as categorias que, presumivelmente, demandaram uma análise mais aprofundada pela entidade durante seu percurso. Com base nessa premissa, procedeu-se à análise qualitativa dos Documentos Finais oriundos dos Encontros do FSP. Seguindo essa análise, elabora-se uma síntese qualitativa dos sete conceitos-chave, conforme interpretados pelo Foro. Por fim, há uma seção dedicada à análise e discussão acerca da presença de um *corpus teórico* intrínseco à entidade em questão, bem como os elementos essenciais que constituem suas características distintivas.

No capítulo “O Foro de São Paulo e os dilemas estratégicos e programáticos da Pátria Grande”, realiza-se uma análise das condições sob as quais foi formulado

o *Consenso de Nuestra América*, documento que delineia as diretrizes estratégicas e programáticas do Foro de São Paulo. Destaca-se a necessidade de investigar o espectro de pressões conjunturais que impactavam as forças progressistas e de esquerda naquele período histórico. Inicialmente, é imperativo reconhecer a crise do sistema capitalista iniciada em 2008; subsequentemente, a crise inerente ao ciclo dos governos progressistas de esquerda; e, finalmente, a campanha política e ideológica orquestrada pelas forças conservadoras. Assim, se procede uma análise da crise capitalista de 2008 a partir da ótica da própria entidade, com foco em um documento elaborado em 2009, que enfatiza as consequências da crise para América Latina e Caribe. Procede-se à avaliação do ciclo de administrações progressistas que caracterizaram o início do século XXI na região, destacando-se a proeminência adicional conferida ao Foro em virtude de sua associação com o surgimento e progressão do referido processo. Essa associação, juntamente com as repercussões da crise mundial de 2008, provocou uma gama de respostas tanto de vertentes conservadoras quanto de agrupamentos progressistas que não compartilham os ideais do FSP. Portanto, procede-se à análise de um segmento específico que aborda as críticas e divergências programáticas e estratégicas dos setores conservadores da região em relação ao Foro, destacando-se as iniciativas que objetivam desenvolver alternativas de coordenação dos setores conservadores regionais com a finalidade de opor-se ao Foro de SP. Outrossim, dedica-se um segmento adicional para examinar as críticas oriundas de forças progressistas e de esquerda à mencionada entidade, bem como os esforços de articulação desses grupos críticos em relação ao FSP, de maneira mais alinhada ao espectro político de esquerda, ainda que em estágio incipiente e minoritário. Analisamos o documento *Consenso de Nuestra América*, que, em nossa hipótese, é a expressão máxima da “economia política” do FSP, fornecendo diretrizes programáticas essenciais para as entidades progressistas da região. Ademais, procedeu-se a uma discussão acerca da possibilidade de os atributos distintivos do FSP, que o demarcam como um fenômeno exclusivamente latino-americano e caribenho, serem interpretados como esforços para estabelecer um *contrabloco histórico* regional.

Na seção de Considerações Finais, esta tese recapitula as reflexões desenvolvidas ao longo do trabalho, destacando os argumentos centrais que sustentam a hipótese proposta. Adicionalmente, oferece uma análise contextualizada sobre as dinâmicas políticas, econômicas e sociais da América Latina e Caribe após o XXVI Encontro do FSP, utilizando a avaliação realizada pela entidade como um meio para discernir os vastos desafios estratégicos, táticos e conjunturais enfrentados pelas forças progressistas e de esquerda.

AS FONTES E PARTES CONSTITUTIVAS DO FORO DE SÃO PAULO⁶

O Foro de São Paulo é uma entidade que reúne partidos e organizações de esquerda da América Latina e Caribe. Seu ponto de partida foi um encontro realizado no Brasil por iniciativa do Partido dos Trabalhadores (Brasil) e com a retaguarda do Partido Comunista de Cuba. Inicialmente concebido como um colóquio singular, visava congregar uma vasta gama de representantes da esquerda latino-americana e caribenha. Assim, em 1990, realiza-se o Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e Caribe, ocorrido na cidade de São Paulo. A partir de 1991, o Foro de SP passa a ser uma entidade de natureza permanente.

O FSP surge numa conjuntura de crise do socialismo soviético e ascensão do neoliberalismo que gerou a ideia de “fim da história”. A entidade se coloca como aglutinadora de uma alternativa latino-americana e caribenha para a construção do desenvolvimento socioeconômico da região.

O ENCONTRO DE PARTIDOS E ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA DA AMÉRICA LATINA E CARIBE (1990)

Em julho de 1990 se concretizou a ideia surgida de uma conversa entre Fidel Castro, então primeiro-secretário do Partido Comunista de Cuba, e Luiz Inácio Lula da Silva, líder do Partido dos Trabalhadores. De acordo com Regalado e Pomar (2013), de 2 a 4 de julho de 1990, se reuniram 48 delegações de 14 países da

6. Para compreender o Foro de São Paulo e sua atuação na América Latina e Caribe, iremos contextualizar as suas fontes que são, ao mesmo tempo, as suas partes constitutivas. Tal caminho tem por inspiração o texto clássico de Lênin *As Três Fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo* (1913), onde ele busca identificar os três componentes dos quais o marxismo é sucessor: a filosofia clássica alemã, a economia política inglesa e o socialismo utópico francês. Com base nessa analogia, buscaremos identificar as múltiplas fontes e partes constitutivas do Foro de São Paulo, levando em conta o contexto histórico de seu desenvolvimento.

região. Pela primeira vez na história, tão amplo espectro da esquerda latino-americana e caribenha se reunia num mesmo espaço.

A situação internacional, marcada pela chamada ascensão do modelo neoliberal e pela crise do bloco soviético, impactou o campo dos partidos de esquerda de tal maneira que tornou possível tal reunião. Nesse sentido, o *Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e Caribe* foi convocado a fim de debater três grandes temáticas: 1) As alterações na ordem internacional e seu significado para a América Latina e Caribe; 2) Balanço das lutas pela democracia e o socialismo na América Latina e Caribe; e 3) Problemas estratégicos na luta pelo socialismo na América Latina e Caribe.⁷ Como pontua Regalado (2008), tal encontro teve grande adesão, pois estava ancorado no prestígio que o Partido dos Trabalhadores havia acumulado desde sua fundação, sua reconhecida diversidade interna, que servia de ponto de contato de diversos espectros da esquerda, além do impacto do resultado eleitoral alcançado por Lula em 1989, nas primeiras eleições presidenciais diretas⁸ após a ditadura militar vigente por quase 25 anos.

Ao longo da década de 1980, os países latino-americanos passaram por grandes vulnerabilidades e crises financeiras. Tal crise tinha como elementos o déficit público; a poupança pública negativa ou muito pequena; uma dívida pública — externa e interna — excessivamente grande; a falta de crédito do Estado; falta de credibilidade dos governos (Bresser-Pereira, 1991; Ribeiro, 2020).

Como nos lembra Franco (2020), na década de 1980, a renda média *per capita* diminuiu 0,8% na região ao ano e a desigualdade de renda piorou. A América Latina inicia a década de 1990 com uma diminuição de 7% do PIB médio *per capita*, além de um aumento de 19% para 22% da população indigente. Os salários-mínimos estavam um terço abaixo do nível de 1980 (French-Davis; Muñoz, & Palma, 1997; Franco, 2020).

Já nos países centrais, como nos lembra Regalado (2008), durante a presidência de Ronald Reagan (1981-1989), o imperialismo estadunidense empreendeu uma estratégia de desgaste sistemático contra a URSS e o bloco socialista. Tal ofensiva era baseada na intensificação da corrida armamentista, no estímulo de contradições internas do bloco soviético, além de endurecimento da política diante dos

7. O compilado com algumas horas de gravações do *Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e Caribe*, que viria a se tornar o I Encontro do Foro de São Paulo, está disponível em: <https://forodesaopaulo.org/2133-2/>.

8. No segundo turno das eleições presidenciais, Lula obteve 1.076.364 votos (37,86%), enquanto Fernando Collor de Mello obteve 35.089.998 votos (42,75%) e saiu vencedor. A abstenção chegou a 11.814.017 (15,40%). Foram computados 3.107.893 votos nulos (3,76%) e 986.446 votos em branco (1,20%). Levando-se em conta apenas os votos válidos (não computando os nulos e brancos), Collor obteve 53% e Lula 47%. Consultar: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/eleicoes-presidenciais-1989/noticia/eleicoes-presidenciais-1989.ghtml>. Acesso em 19 de abril de 2023.

seus próprios aliados da Europa Ocidental e Japão. Reagan, junto de Margaret Thatcher, primeira-ministra britânica, atuam para garantir, como pontua Pomar (2016), a retaguarda econômica, política e militar necessária para que os representantes do neoliberalismo iniciassem a imposição de uma hegemonia mundial do capital financeiro. É importante ressaltar também que as incongruências internas, existentes no modelo de “socialismo real” se intensificaram ao longo da década de 1980, culminando na dissolução do bloco soviético⁹.

A estratégia de Reagan, aliado ao acirramento das contradições internas do modelo levam, em dezembro de 1989, à queda do Muro de Berlim, possibilitando o início do processo de restauração capitalista na Europa Oriental. Com a queda definitiva da URSS em dezembro de 1991, tinha fim a assim:

[...] chamada *bipolaridade mundial*, inaugurada em outubro de 1917 com o triunfo da Revolução Bolchevique na Rússia e consolidada a partir de 1945 com o resultado da Segunda Guerra Mundial, que favoreceu o surgimento do campo socialista. Ao término da bipolaridade, desde o final da década de 1980, desapareceu a curto e médio prazo, os elementos característicos de uma *situação revolucionária* que havia se manifestado *no pós-guerra* em grande parte do Sul Global.¹⁰ (Regalado, 2008, p.13)

Para Regalado (2015), o fim do “socialismo real” provoca quatro fatores externos fundamentais: 1) promove um salto na concentração nacional e transnacional da propriedade, produção e poder político, a chamada “globalização”; 2) A avalanche promovida pelo neoliberalismo impõe a concentração de riqueza e crescimento da exclusão social; 3) o desmoronamento do bloco soviético deixa o caminho livre para a ofensiva neoliberal, ou “nova ordem mundial”, e 4) a “neoliberalização” da social-democracia europeia, que se rende ao receituário financista.

Nesse sentido, no início da década de 1990, o capitalismo capitaneado pela ideia de unipolaridade, construía, como aponta Regalado (2015), uma mitologia em torno da globalização e da Revolução Técnico Científica, onde quem aplicasse o receituário neoliberal poderia colher os louros de uma nova era de ouro do capital.

9. Uma análise detalhada dos aspectos internos que levaram à queda da URSS se encontra em: Roger Keeran e Thomas Kenny. *O socialismo traído: por trás do colapso da União Soviética*. Lisboa: Editora Avante, 2008.

10. Tradução nossa, no original: *la llamada bipolaridad mundial, inaugurada en octubre de 1917 con el triunfo de la Revolución Bolchevique en Rusia y consolidada a partir de 1945 con el desenlace de la Segunda Guerra Mundial, que favoreció el surgimiento del campo socialista. Al terminar la bipolaridad, desde finales de la década de 1980 desaparecían, a corto y mediano plazo, los elementos característicos de una situación revolucionaria que se habían manifestado en la posguerra en una gran parte del Sur*.

É nesta conjuntura internacional complexa e desafiadora, onde os debates do Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e Caribe aconteceram. Como nos lembra Melo (2016), em tal seminário, participaram as mais variadas organizações de esquerda, comunistas, trotskistas, social-democratas, progressistas, além de tendências internas de alguns partidos políticos que divergiam entre si. Isso tornou o debate mais enriquecedor do ponto de vista analítico. Já Regalado e Pomar (2013) nos lembram que o comparecimento desse amplo leque de forças foi facilitado, pois o Encontro foi concebido como um evento que seria celebrado apenas uma vez, e não como ato de criação de um Foro político permanente.

Baseado no compilado de registros em vídeo, apresentaremos, de modo sintético, algumas das avaliações feitas pelos atores presentes no seminário, que mais tarde veio a se tornar o I Encontro do Foro de São Paulo.

Iniciaremos com a análise de João Machado¹¹, do Partido dos Trabalhadores, Brasil. Ele busca fazer uma análise conjuntural dos efeitos da contraofensiva do imperialismo, a partir da implementação do neoliberalismo como resposta à crise da “era de ouro” do capitalismo no pós-Segunda Guerra. Nesse sentido, ele pontua que a crise do terceiro mundo, particularmente na América Latina e Caribe, é considerada a maior da história, caracterizada pelo aumento da distância em relação aos países centrais e pela queda brutal no nível de vida da população. Esta crise está diretamente relacionada à política econômica neoliberal, que tem como sintomas a marginalidade social, o aumento da economia informal e a desagregação social, evidenciada pela questão do narcotráfico¹².

Ele afirma que, diante desse cenário, há um paradoxo, que se expressa no fato de que o imperialismo coloca o próprio neoliberalismo como a resposta à crise causada por esse modelo econômico, decorrente da crise do “socialismo real”. As transformações observadas são resultado do esgotamento do ciclo de expansão capitalista pós-Segunda Guerra Mundial e visam recuperar a iniciativa após derrotas políticas importantes do imperialismo, como a guerra do Vietnã, a descolonização da África, a Revolução Iraniana e a Revolução Sandinista.¹³

11. João Machado integrou a Comissão Executiva Nacional do PT. Posteriormente, foi um dos fundadores do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

12. Kohan (2007) nos lembra que ao mesmo tempo que prega uma diminuição da intervenção do Estado no âmbito econômico, o neoliberalismo aumenta a atuação do Estado no setor de segurança, combinando uma repressão extrema com políticas econômicas de choque que visam eliminar as políticas sociais. Consultar: *Con sangre en las venas: apuntes polémicos sobre la revolución, los sueños, las pasiones y el marxismo desde América Latina*. Ocean Press (WA), 2007.

13. Um panorama histórico geral da Revolução Iraniana se encontra em: Osvaldo Coggiola. *A revolução iraniana*. - São Paulo: Editora Unesp, 2008. il. - (Revoluções do século 20/Emília Viotti da Costa). Abordaremos a Revolução Sandinista em outro tópico deste capítulo.

Ele caracteriza o neoliberalismo como um sistema que preza pela diminuição do Estado e a centralização do papel do mercado no arranjo da economia. Ataques ao emprego, redução de gastos do Estado, arrocho salarial e políticas gerais de austeridade são práticas comuns, somando-se a uma política de realinhamento industrial, privatização, desregulamentação de diversas políticas e flexibilização da legislação trabalhista. Isso resulta em um ataque direto aos direitos dos trabalhadores, visando desorganizar o movimento sindical, que fica altamente debilitado.

Acrescenta que, embora tenha sido possível uma retomada tímida do crescimento econômico na década de 1980 nos países centrais, com muitas contradições, o sistema capitalista ainda apresenta instabilidade. As consequências desse modelo neoliberal para os países periféricos são catastróficas, sendo a questão da dívida externa a principal delas. É fundamental destacar a ligação íntima entre a piora das condições sociais e o modelo neoliberal que retira do Estado a capacidade de produzir políticas sociais.

Por fim, pontua que, diante deste cenário, a iniciativa continua com os países centrais, o que evidencia a necessidade de um debate crítico sobre a efetividade e os impactos da política econômica neoliberal, especialmente no que se refere à sua aplicação em países periféricos.

Já Gilberto Rincón Gallardo¹⁴, do PRD do México, foca sua exposição nos efeitos específicos que o neoliberalismo causa em seu país, e as consequências para a esquerda. Ele afirma que a classe empresarial mexicana é incapaz de competir com a concorrência externa, o que leva à problemática das “maquiladoras”¹⁵ mexicanas, caracterizadas pela ausência de direitos trabalhistas, salários baixos e falta de sindicalização. O México é um país associado e dependente do desenvolvimento dos Estados Unidos, que se baseia no neoliberalismo, um modelo neoconservador que exige um Estado autoritário que responda às demandas sociais com criminalização e repressão.

Diante de tal cenário, seria necessário reorganizar a produção para levar a economia a um crescimento sustentável, desenvolvendo formas alternativas dentro do modelo privado, aumentando o cooperativismo e a autogestão da produção. Três aspectos essenciais para desenvolver esse projeto nacional alternativo são: 1) a relação com a economia internacional; 2) a recuperação do crescimento econômico

14. Um dos fundadores do PRD, rompe com o partido ainda na década de 1990. Morreu em 2008.

15. As empresas maquiladoras são aquelas que realizam a manufatura parcial, encaixe ou empacotamento de um bem sem que sejam as fabricantes originais. Ou seja, são fábricas de encaixe, manufatureiras e de serviços, destinadas à transformação, elaboração ou reparo de mercadorias de procedência estrangeira cujo destino principal é a exportação para os Estados Unidos. Verboete retirado da “Enciclopédia Latino-Americana: MAQUILADORAS MEXICANAS”, disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/m/maquiladoras-mexicanas>. Acesso em 20 de abril de 2023.

com estabilidade; e 3) a redistribuição da riqueza em benefício aos trabalhadores. Para isso, é preciso criar condições de um regime de economia mista e Estado social, e o Estado deve ser democratizado, incentivando mecanismos que permitam que as decisões econômicas sejam tomadas pela sociedade civil.

Finaliza afirmando que a esquerda deve apresentar uma alternativa crível ao dinamismo do mercado mundial, para não ser taxada de conservadora e ser vista como um mecanismo de poder necessário para a sociedade.

Outra análise a se destacar é a de Jorge Quartino¹⁶, da Frente Ampla (FA) do Uruguai. Ele argumenta que a emergência do desenvolvimento capitalista transnacional, uma face complexa do capitalismo, é resultado da concentração e centralização do capital, que impulsiona a expansão internacional do capital. Esse processo tem gerado países centrais e subdesenvolvidos e dependentes, agravando o desenvolvimento desigual e combinado¹⁷ entre as nações. O surgimento das empresas transnacionais, que representam uma proporção cada vez maior do PIB dos países industrializados, intensifica as contradições do sistema capitalista. A crise econômica atual é um reflexo da dinâmica própria do modo de produção capitalista, caracterizada pelo aumento das contradições internas.

Nesse sentido, o Imperialismo, como resposta à instabilidade econômica gerada pelo sistema, promove uma ofensiva política-econômica-militar, sendo a política neoliberal uma resposta funcional que aprofunda as tendências gerais do sistema. A especulação financeira é um elemento central da atual conjuntura e está em plena funcionalidade com o funcionamento estrutural e histórico do sistema capitalista. A doutrina de segurança nacional¹⁸ e a democracia tutelada promovidas pelo neoliberalismo geram resignação nas massas, o que exige que a esquerda promova maior democracia e participação nos âmbitos político, econômico e social. A organização rumo ao processo democrático de poder popular é fundamental para combater a dominação imperialista na América Latina e Caribe.

Há uma convergência dos atores em afirmar que o neoliberalismo é a faceta de uma nova ofensiva do capital, que as forças de esquerda e populares se encontram numa fase de refluxo. Diante disso, só a partir do diagnóstico certo, poderá se definir uma nova estratégia de enfrentamento a esse novo momento do capitalismo.

16. Jorge Quartino era membro do Movimento de Participação Popular (MPP), a principal organização interna da FA. Morreu em 2000.

17. O conceito “desenvolvimento desigual e combinado” tem em León Trotsky uma de suas fontes. Para um panorama histórico geral do conceito, consultar: Osvaldo Coggiola. *Trotsky e a lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Novos Rumos, a. 19, n. 42, 2004, pp. 4-23.

18. Para entender como tal doutrina atuou historicamente no Brasil, consultar: Rodrigo Lentz. *República de segurança nacional: militares e política no Brasil*. Editora Expressão Popular, 2022.

Destacaremos ainda algumas pontuações sobre o balanço feito da queda do bloco soviético. A discussão foi extensa, portanto, destacaremos de forma sintética a exposição de dois analistas: Marco Aurélio Garcia¹⁹, do Partido dos Trabalhadores, e Dagoberto Gutierrez²⁰, da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), de El Salvador.

Marco Aurélio pontua que a crise do “socialismo real” é um fenômeno que apresenta uma dinâmica singular, que transcende as questões ligadas aos oponentes ideológicos do socialismo e aos interesses imperialistas. Tal crise afeta todo o espectro político das esquerdas, que engloba desde os movimentos comunistas até a social-democracia. Ademais, a crise em questão também se estende à ala progressista que critica o modelo de organização político-econômico de estilo soviético, uma vez que o debate em torno dessa crise envolve todo um paradigma construído desde a Revolução Bolchevique, passando pela Internacional Comunista, até as diversas formas que sucederam a ela.

Nesse sentido, elenca que as críticas formuladas ao bloco soviético se dá de acordo com algumas posições historicamente construídas pelo PT²¹, e formula seis elementos fundamentais que levaram à queda do sistema soviético: 1) não resolução das problemáticas relacionadas a questão agrária, ou seja, o consumo de bens alimentares; 2) produziu uma degradação ecológica extraordinária, que não o distingue dos modelos predatórios capitalista para o meio ambiente; 3) o fracasso da planificação econômica burocrática, centrado só em bens de produção que subestimava as demandas da sociedade; 4) baixa produtividade e qualidade de produção, causada pela inexistência de mudanças nas relações técnicas de trabalho, assim persistindo a alienação do trabalho, levando a um fenômeno de resistência da classe trabalhadora que auxiliou no debacle da produtividade; 5) a questão política é fundamental, tal modelo criou uma nova divisão social na sociedade, o sistema de partido único gerou enormes dificuldades para a democratização do modelo; e 6) a problemática de uma “predestinação histórica” da classe trabalhadora.

Por fim, ele desenvolve uma crítica ao aspecto puramente formal da “ditadura do proletariado”, que resultou na destruição dos modelos de soviets (democracia operária direta). No entanto, é fundamental ressaltar que algumas das conquistas da democracia, tais como a liberdade de expressão, sindical, direito de greve, voto e gênero, foram alcançadas por meio da luta organizada dos setores populares. Estes

19. Um dos fundadores do Foro de São Paulo, foi durante anos Secretário de Relações Internacionais do PT. Morreu em 2017.

20. Um dos comandantes da guerrilha durante a Guerra Civil, participa diretamente das negociações de paz que dão fim ao conflito em 1992. No final da década de 1990, rompe com a FMLN.

21. Neste capítulo, ainda será analisado um breve histórico da construção do PT e outros partidos protagonistas no desenvolvimento do Foro de São Paulo.

valores não devem ser vistos como atributos exclusivos da democracia “burguesa”²², mas, sim, como valores intrinsecamente conectados as lutas populares e ao socialismo. É importante destacar que o socialismo é uma conquista dos trabalhadores e não uma ideia exógena. Desse modo, a democracia deve adquirir um caráter popular, intimamente ligado à ideia de socialismo.

Dagoberto Gutierrez, ao refletir sobre a crise do bloco soviético, defende que tal conjuntura é uma oportunidade para renovar o pensamento da esquerda latino-americana e caribenha. Para isso, é essencial enfatizar a questão da democracia, que foi um grande problema do modelo de socialismo vigente até então. É necessário ir além de uma democracia representativa, aumentando a participação e estabelecendo mecanismos que garantam a participação das massas para conduzir o Estado. A democracia deve ter um duplo conteúdo: representativo e participativo, vinculando-a à luta pelo socialismo, ainda que não seja uma vinculação direta, mas, sim, através de mediações.

Propõe uma renovação da estratégia das vanguardas das esquerdas, afirmando que elas devem ser vinculadas ao conceito de hegemonia²³ e ser suficientemente nacional, manejar adequadamente o nacional para não o confrontar com o revolucionário. Nesse sentido, afirma que é possível criar uma frente policlassista de vanguarda, com os setores mais avançados das camadas médias, das classes trabalhadoras e do campesinato, evitando assim um sectarismo isolacionista.

É necessário democratizar as organizações latino-americanas, fomentando o pensamento crítico nas bases, até mesmo frente aos próprios dirigentes. A falta de democracia e humanismo no “socialismo real” deve ser corrigida, atendendo às subjetividades da sociedade, como a cultura e a vestimenta. Por fim, afirma que o socialismo na América Latina e Caribe deve estar embasado na democracia, no pluralismo e nos valores nacionais.

Em linhas gerais, os expositores convergiram na necessidade de condenar o capitalismo neoliberal, além de construir um paradigma socialista baseado nas raízes históricas e culturais da América Latina e Caribe, como também pontuam Regalado e Pomar (2013).

22. Para uma reconstrução histórica das lutas pela conquista de direitos civis, políticos, econômicos e sociais, consultar: Domenico Losurdo. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Editora UNESP, 2004.

23. A discussão sobre hegemonia, estratégia e programa das esquerdas latino-americanas e caribenhas será tratada no capítulo 4, “O Foro de São Paulo e os dilemas estratégicos e programáticos da Pátria Grande”, desta tese.

Após uma série de negociações e debates, foi aprovada a Declaração de São Paulo²⁴, que identificou os participantes deste Encontro como “de esquerda, socialistas, democratas, populares e anti-imperialistas”. O aspecto amplo e plural do seminário levou, como pontuam Regalado e Pomar (2013), à criação de um Comitê Organizador do II Encontro, constituído por vários partidos. Decidiu-se ainda, como sede do II Encontro, o México, tendo o Partido da Revolução Democrática (PRD) como anfitrião.

Desse modo, o Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e Caribe não foi o evento fundacional do Foro de São Paulo. Curiosamente, será o II Encontro, realizado no México, que retrospectivamente denominará aquele seminário como o Encontro fundador do Foro de SP. No próximo tópico, analisaremos brevemente o desenvolvimento da entidade.

CRONOLOGIA DOS ENCONTROS DO FORO DE SP: DA CIDADE DO MÉXICO A BRASÍLIA (1991-2023)

Para entender a evolução e o desenvolvimento de uma entidade como o Foro de São Paulo, deve-se levar em conta o argumento de Regalado (2015), onde o autor afirma que a entidade não nasceu de um ato fundacional único, mas, sim, de um processo que abarca os Encontros de São Paulo (1990), México (1991), Nicarágua (1992) e Havana (1993). É natural que um agrupamento político onde convergem as mais diversas correntes da esquerda latino-americana e caribenha tenha se formado através de um processo árduo e com algumas ameaças de ruptura.

Importante destacar que consta no Anexo I “Delegações” a lista de partidos que compareceram ao longo dos Encontros do Foro de São Paulo desde 1990.

Passemos a nos deter brevemente aos Encontros presenciais promovidos pelo Foro de São Paulo no período que vai de 1991 até 2023.

O II Encontro do Foro de São Paulo (México):

O II Encontro da entidade ocorreu de 12 a 15 de junho de 1991, na Cidade do México, capital mexicana. Nessa ocasião, o Foro de SP congregou 68 organizações e partidos políticos provenientes de 22 países, que examinaram a situação e a perspectiva da América Latina e Caribe frente à reestruturação hegemônica internacional. O encontro foi batizado pelo Comitê Organizador como: “Os partidos e movimentos políticos do Foro de São Paulo convocam a um Segundo Encontro: América Latina e Caribe frente à reestruturação hegemônica internacional”. De acordo com Regalado e Pomar (2013), tal nome prevaleceu pois tinha a vantagem

24. As Declarações Finais de Encontros do Foro de São Paulo serão analisadas mais detidamente no capítulo 3, “Existe uma economia política do Foro de São Paulo?”, desta tese.

de manter a identificação com o I Encontro, ao mesmo tempo em que chamava à incorporação de forças políticas de um espectro mais amplo da esquerda latino-americana e caribenha. Daí a decisão de batizar o novo agrupamento como Foro de São Paulo, com o objetivo de preservar a pluralidade interna da entidade nascente. A entidade nascente não tinha como centralidade construir uma plataforma programática rígida, mas servir de local privilegiado para o intercâmbio e a proposição de iniciativas comuns entre as forças progressistas do subcontinente.

O III Encontro do Foro de São Paulo (Nicarágua):

O III Encontro da entidade ocorreu de 16 a 19 de julho de 1992, na cidade de Manágua, Nicarágua²⁵. Contou com o comparecimento de 62 partidos e movimentos políticos da América Latina e Caribe, e de 45 instituições observadoras da Europa, Ásia e África.

De acordo com Regalado e Pomar (2013), o grupo de coordenação do Foro de São Paulo foi rebatizado como Grupo de Trabalho. Tal órgão seria, a partir deste encontro, o responsável por executar e planejar as reuniões da entidade. O Grupo de Trabalho era nomeado de acordo com o plenário dos encontros do Foro de SP, com base na proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho do encontro anterior. O III Encontro do Foro de São Paulo (FSP) ficou marcado por duas questões inter-relacionadas: 1) o desenvolvimento das contradições que vinham se aguçando desde o I Encontro, que chegaram a causar quase uma ruptura da entidade²⁶ e 2) o interesse dos partidos e movimentos em encontrar soluções para evitar o fracasso do FSP²⁷.

O IV Encontro do Foro de São Paulo (Cuba):

O IV Encontro da entidade ocorreu de 21 a 24 de julho de 1993, na cidade de Havana, Cuba. Contou com a presença de 112 organizações-membros e de 25

25. Interessante pontuar que a FSLN, anfitriã do III Encontro do FSP, não participou do Encontro de São Paulo (1990). Como argumentam Regalado e Pomar (2013), a sede do III Encontro era um país em que o governo resultante de uma revolução armada foi derrotado nas urnas, em 1990. A metamorfose da FSLN, de força revolucionária governante para força política opositora, constituía para muitos um símbolo dos novos tempos.

26. Segundo Regalado (2008), as disputas se deram por quatro problemas principais: 1) a aceitação ou não do documento-base proposto pelo (ainda) Grupo de Coordenação; 2) quais seriam os critérios para admitir organizações na entidade que não contassem com apoio unânime; 3) um método de renovação do Grupo de Coordenação; e 4) a discussão da correlação interna de forças no FSP.

27. A reestruturação do Grupo de Coordenação, que passou a ser denominado Grupo de Trabalho, e a criação das diretrizes gerais de seu funcionamento, aprovadas no IV Encontro, são consequências diretas desse interesse que manteve a unidade da entidade. Em Regalado (2008), há o desenvolvimento detalhado de tais acontecimentos.

observadores da região, além da assistência de observadores e representantes de 44 instituições e forças políticas da América do Norte, Europa, Ásia e África.

Tal encontro foi responsável por referendar a crescente institucionalização do Foro de São Paulo. Como pontuam Regalado e Pomar (2013), foi numa reunião do Grupo de Trabalho do FSP²⁸ realizada em 1993 que foram aprovadas as normas para o funcionamento da entidade. O documento foi aprovado durante do IV Encontro e preconizava as diretrizes gerais para a adesão de partidos políticos, além de questões administrativas do FSP:

São membros do Foro de São Paulo os partidos, organizações e movimentos políticos da América Latina e Caribe que participaram, nessa condição, em pelo menos um dos três primeiros encontros. Poderão aderir ao Foro outros partidos e movimentos políticos da região que aceitem suas resoluções. As solicitações de ingresso ao Foro de São Paulo deverão ser encaminhadas ao Grupo de Trabalho. Ele realizará consultas com os partidos integrantes do Foro do país em questão, bem como quaisquer outras que forem necessárias. As solicitações deverão ser apresentadas com pelo menos dois meses de antecipação à celebração do Encontro. O Grupo de Trabalho decidirá por consenso as solicitações que serão apresentadas ao plenário, o qual as aprovará pelo mesmo procedimento. O plenário, por seu lado, é o órgão que aprova os ingressos, o que será feito por consenso. O Grupo de Trabalho é o órgão coordenador e executivo dos acordos do Foro de São Paulo entre a realização dos Encontros. O Grupo de Trabalho é nomeado ano após ano pelo Plenário do Foro, com base na proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho anterior, após um processo de consulta ampla aos membros do Foro. Fica incorporada ao Grupo à força (ou forças políticas) anfitriã (ou anfitriãs) do próximo Encontro. (Regalado e Pomar, 2013, p.54)

O IV Encontro também referendou a definição do Foro de São Paulo enquanto um espaço de convergência de partidos, organizações e movimentos de esquerda da América Latina e Caribe, que visa ser o espaço de reflexão, análise, discussão e procura de linhas de ação conjunta de seus membros. Desse modo, o FSP buscava se tornar uma entidade central de intercâmbio das esquerdas latino-americanas e caribenhas. De acordo com Regalado e Pomar (2013), o IV Encontro desempenhou um papel fundamental na consolidação dos acordos políticos e organizativos que garantiram a continuidade do Foro de São Paulo.

28. Os partidos pertencentes atualmente ao Grupo de Trabalho se encontram disponíveis em: <https://forodesaopaulo.org/grupo-de-trabajo/>. Acesso em 15 de agosto de 2023.

O V Encontro do Foro de São Paulo (Uruguai):

O V Encontro do Foro de São Paulo aconteceu de 25 a 28 de maio de 1995, em Montevideu, capital do Uruguai. O evento contou com a participação de 65 delegações da América Latina e Caribe e observadores da Europa, África, Ásia, América e Austrália. Segundo o próprio FSP, tal presença “constituiu uma reafirmação de forças dos partidos e movimentos de esquerda do Continente.”

Interessante lembrar que entre o IV e V Encontro do Foro de São Paulo ocorreu a Primeira Reunião da Cúpula das Américas, criada pela OEA (Organização dos Estados Americanos), sob hegemonia incontestada dos EUA. A reunião aconteceu em dezembro de 1994, em Miami. Como pontuam Regalado e Pomar (2013), a Cúpula das Américas foi formulada para ser a instância suprema que formalizava a sujeição da América Latina e Caribe aos alicerces político, econômico e militar do sistema de dominação continental preconizada pelo imperialismo estadunidense. A I Cúpula das Américas²⁹ teve como ponto fundamental o anúncio da negociação para a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Tal iniciativa era o ponto alto de uma integração continental subordinada aos interesses econômicos, políticos e militares dos EUA, como vinham denunciando as Declarações Finais do FSP.

Em termos organizativos e administrativos, o V Encontro do FSP foi importante, pois referendou a decisão de criar uma Secretaria Executiva, responsável por dar seguimento às decisões tomadas nas plenárias anuais e nas reuniões regionais e do Grupo de Trabalho. Desde sua criação, a indicação da Secretaria Executiva³⁰ é responsabilidade do Partido dos Trabalhadores (PT). Além da Secretaria Executiva, foram criadas ainda Secretarias Sub-regionais³¹.

O VI Encontro do Foro de São Paulo (El Salvador):

O VI Encontro do Foro de São Paulo aconteceu de 26 a 28 de julho de 1996, na cidade de San Salvador, República de El Salvador. O evento contou com a participação de 187 delegados pertencentes a 52 organizações-membros, 144 organizações convidadas representadas por 289 participantes e 44 observadores, pertencentes a 35 organizações da América, Europa, Ásia e África.

29. A “Declaração de Princípios” da Primeira Reunião de Cúpula das Américas se encontra em: http://www.oas.org/xxxivga/portug/reference_docs/CumbreAmericasMiami_Declaracion.pdf. Acesso em 16 de março de 2022.

30. Até hoje, os responsáveis pela Secretaria Executiva do FSP foram: Marco Aurélio Garcia, Aloizio Mercadante, Paulo Delgado, Paulo Ferreira, Valter Pomar e Monica Valente.

31. As secretarias sub-regionais passaram por algumas mudanças ao longo da existência do Foro de São Paulo. Atualmente, de acordo com o site da entidade, elas são três: Cone Sul, sediada no Uruguai; Andino Amazônica, sediada provisoriamente na Colômbia; e Mesoamericana e Caribenha, sediada em El Salvador.

De acordo com Regalado e Pomar (2013), o tema central de tal reunião, por proposta da própria FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional), anfitriã do VI Encontro, foi: “Propostas econômicas, políticas e sociais da esquerda latino-americana perante o modelo neoliberal”. Tal temática novamente enfatiza que o FSP deslocou sua atenção prioritária da temática do socialismo, muito presente no I Encontro, para centrar sua atuação à crítica do modelo de gestão neoliberal. Desse modo, o FSP descola sua crítica fundamental do capitalismo enquanto modo de produção, focando a denúncia no modelo neoliberal. A principal consequência política e organizativa de tal deslocamento é a inserção de alternativas ao modelo neoliberal dentro do modo de produção capitalista. Nesse sentido, vão ganhando espaço alternativas de gestão do Estado enquanto regulador e fomentador de políticas macroeconômicas voltadas ao desenvolvimento. Um fato relevante ocorrido no IV Encontro foi a recusa de permitir que Hugo Chávez tivesse a oportunidade de se manifestar³² na Plenária Final. Como nos lembra Regalado (2008), não houve consenso para que o futuro presidente da Venezuela pudesse fazer uso da palavra.

O VII Encontro do Foro de São Paulo (Brasil):

O VII Encontro do Foro de São Paulo aconteceu de 31 de julho a 3 de agosto de 1997, na cidade de Porto Alegre, Brasil. O evento contou com a participação de 158 delegadas e delegados de 58 partidos procedentes de 20 países da América Latina e Caribe, além de 36 organizações fraternas de observadores da Europa, Ásia e das Américas.

Para Regalado e Pomar (2013), o VII Encontro do FSP significou um salto qualitativo considerável no funcionamento da entidade. O Grupo de Trabalho decidiu que o FSP deveria ultrapassar uma “busca de alternativas” e começar a elaborar propostas concretas de políticas de esquerda. Assim, o GT elaborou um levantamento de temas a serem incluídos no documento base do encontro. Foi ainda aprovada uma certa flexibilização organizativa da entidade, com a criação da categoria de convidados. Partidos, instituições e personalidades, cujo comparecimento fosse do interesse do Foro, poderiam ser convidados, inclusive com certa autonomia do GT para a realização dos convites.

Porém, pela própria dinâmica de se elaborar propostas concretas de políticas a serem adotadas pelos membros do Foro de São Paulo, apareceram problemas derivados dessa função programática que a entidade pretendia assumir. Isso se traduziu no debate entre estratégias e táticas eleitorais distintas utilizadas pelas organizações

32. As razões da desconfiança de alguns setores do Foro para com Chávez são destacadas no subtópico “Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) – Venezuela”, deste capítulo.

do FSP. Como nos lembram Regalado e Pomar (2013), algumas organizações com perspectiva de chegar ao governo pelo meio eleitoral consideravam necessário se apegar à institucionalidade e tomar distância de táticas e estratégias insurrecionais ou de confronto direto com a ordem política estabelecida. Prevaleceu o critério de que o FSP era uma entidade plural e, portanto, não deveria criminalizar ou discriminar nenhum membro por suas posições ou ações nesse campo. Desse modo, o FSP não tinha uma posição única referente às formas e objetivos da luta política.

O VIII Encontro do Foro de São Paulo (México):

O VIII Encontro do Foro de São Paulo foi realizado de 29 de outubro a 1º de novembro de 1998, na Cidade do México, México. Participaram 58 partidos e movimentos políticos-membros, e 30 entidades observadoras. O Encontro teve como temática principal “A esquerda latino-americana de face ao 2000”.

De acordo com Regalado e Pomar (2013), o VIII Encontro foi marcado pela discussão envolvendo a importância de organizações do Caribe anglófono e francófono participarem ativamente das discussões do Foro de São Paulo. Apesar de as organizações francófonas serem mais ativas, a diferença de língua e a distância influenciam para que as organizações caribenhas tenham certo déficit de atuação na entidade. Nesse sentido, o VIII promoveu uma reunião em que participaram organizações da Martinica, de Cuba, da República Dominicana, de Guadalupe, Haiti, Santa Lucia, e Trindade e Tobago. Em tal reunião, foi reafirmada a importância da região caribenha para estreitar os laços de fraternidade com a América Latina. O VIII Encontro serviu para ainda reforçar o Foro de São Paulo como anti-imperialista e antineoliberal, visto que esses conceitos eram os pontos mínimo e máximo de convergência da entidade.

O IX Encontro do Foro de São Paulo (Nicarágua):

O IX Encontro do Foro de São Paulo ocorreu de 19 a 21 de fevereiro de 2000. Convocado sob o lema “A esquerda frente ao novo século: a luta continua”, foi realizado em Manágua por conta das comemorações do 76º aniversário do assassinato do General Augusto C. Sandino, herói nacional da Nicarágua. O encontro contou com a presença de 120 partidos e movimentos políticos da América Latina e Caribe, além de convidados e observadores de Europa, Ásia, África e Oriente Médio.

O encerramento do IX Encontro do Foro de São Paulo ocorreu em frente à casa-museu de Augusto C. Sandino, localizada na cidade de Niquinohomo, cerca de 45km a leste da capital Manágua. Por esse motivo, a declaração final do encontro foi denominada de *Declaração de Niquinohomo*.

Como pontuam Regalado e Pomar (2013), o IX Encontro considerou como fundamental o avanço institucional da esquerda latino-americana tanto em governos municipais como estaduais, além de saudar a vitória de Hugo Chávez na eleição presidencial venezuelana de dezembro de 1998. Porém, pecou em não perceber sua importância: a eleição na Venezuela em 1998 seria a primeira vitória de um candidato presidencial de esquerda acontecida na nova etapa de lutas aberta na América Latina durante a década de 1990. A importância administrativa do IX Encontro residiu que, após a realização de tal, o Partido dos Trabalhadores (Brasil) colocou em devido funcionamento a Secretaria Executiva do Foro de São Paulo.

O X Encontro do Foro de São Paulo (Cuba):

O X Encontro do Foro de São Paulo tinha previsão de acontecer na Guatemala, porém, por problemas internos que a entidade anfitriã a URNG (Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca) enfrentava à época, foi solicitado a mudança de sede. O PC de Cuba assumiu a responsabilidade de organizar em Havana tal encontro.

Desse modo, o X Encontro do Foro de São Paulo ocorreu de 4 a 7 de dezembro de 2001, no Palácio de Convenções de Havana, Cuba. Compareceram ao encontro 518 delegados de 81 países da América, Europa, Ásia, África, Oriente Médio e Austrália, representantes de 74 partidos e movimentos políticos-membros e de 127 organizações convidadas.

De acordo com Regalado e Pomar (2013), o X Encontro do FSP teve por centralidade em seus debates a evolução da conjuntura regional com a posse de George W. Bush como presidente dos Estados Unidos, em janeiro de 2001. A posse do novo presidente deu um novo fôlego aos setores neoconservadores, dando continuidade à reestruturação do sistema de dominação continental exercida pelos EUA. O governo Bush obteve do Congresso dos EUA a faculdade de estabelecer acordos comerciais preferenciais, o que lhe permitiu reavivar as negociações da Alca, além de TLCs (Tratados de Livre Comércio) bilaterais e sub-regionais.

O XI Encontro do Foro de São Paulo (Guatemala):

O XI Encontro do Foro de São Paulo ocorreu de 2 a 4 de dezembro de 2002, na cidade de Antígua, Guatemala. Compareceram ao Encontro delegações de 38 partidos e movimentos membros do FSP, além de 104 organizações convidadas e observadoras da América, Europa, Ásia, África, Oriente Médio e Oceania.

Como pontuam Regalado e Pomar (2013), o acontecimento de maior impacto conjuntural no XI Encontro do FSP foi a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva na eleição presidencial brasileira, em 27 de outubro de 2002. Segundo Re-

galado (2008), a vitória eleitoral da coalisão encabeçada por Lula e PT abriu uma nova etapa histórica no Foro de São Paulo, pois, pela primeira vez, uma força protagonista da entidade e representante de um paradigma de “nova esquerda” pós-soviética alcançava o executivo da maior nação latino-americana. Outros acontecimentos também marcaram a conjuntura, bem como: os protestos que obrigaram o presidente da Argentina, Fernando de la Rúa, a renunciar; a campanha desestabilizadora com a qual o imperialismo norte-americano e a direita venezuelana pretendiam derrubar³³ o governo de Hugo Chávez; e as eleições presidenciais do Equador, Bolívia, Nicarágua e Colômbia.

O XII Encontro do Foro de São Paulo (Brasil):

O XII Encontro do Foro de São Paulo aconteceu de 1 a 4 de julho de 2005, na cidade de São Paulo, Brasil. A reunião contou com 364 participantes de 150 partidos políticos, entidades e organizações sociais da América Latina, além de observadores da Ásia e Europa. São Paulo, onde o FSP nasceu, foi o local escolhido para celebrar os 15 anos de fundação da entidade. Cabe destacar que o XII Encontro ocorreu em meio ao chamado “escândalo do mensalão”³⁴, que abalava as estruturas do governo Lula e tensionava ainda mais a conjuntura.

Como pontua Regalado (2008), o intervalo entre o XI e o XII Encontro do Foro de São Paulo foi o mais longo da história da entidade até então: dois anos e meio. Os motivos que levaram ao adiamento da convocatória do XII Encontro do FSP foram principalmente de ordem conjuntural. O encontro estava previsto para acontecer no Equador, porém uma crise política de grandes proporções no país levou à queda do governo de Lucio Gutiérrez³⁵ no dia 20 de abril de 2005. Outro problema conjuntural enfrentado foi a complexidade gerada pela eleição de Lula no Brasil. Em virtude da disparidade de dimensões entre o Brasil e os demais países da América Latina, a transição do PT de uma posição oposicionista para a condição de partido governan-

33. O desprestígio e a desarticulação das forças da reação venezuelana eram de tal envergadura que tardaram quatro anos a partir da primeira eleição de Chávez, em dezembro de 1998, para poder articular ações desestabilizadoras em grande escala, como o golpe de Estado de 11 de abril de 2002 – derrotado pela espontânea ação popular – e a greve empresarial que se iniciava em dezembro de 2002 – isto é, quase no momento em que se celebrava o Encontro de Antigua Guatemala –, cujo centro foi a interrupção das operações de Petróleos da Venezuela S.A. (PDVSA), combinada com a insubordinação de um grupo de oficiais da Força Armada Nacional (FAN) e a instigação à insurreição realizada pelos meios de comunicação privados. (Regalado e Pomar, 2013, p. 145)

34. Consultar “O que é mensalão”, disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/o-que-e-o-mensalao/>. Acesso em 20 de julho de 2023.

35. Consultar “Presidente é deposto e ganha asilo político no Brasil”. Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/crise-no-equador-presidente-e-deposto-e-ganha-asilo-politico-no-brasil.htm>. Acesso em 02 de maio de 2022.

te gerou significativos tensionamentos internos. Enquanto alguns membros do PT demonstravam receio em adotar uma postura de confronto com a administração estadunidense, outros integrantes do Foro manifestavam descontentamento diante do que consideravam um excesso de prudência e moderação na condução política do PT durante o início do primeiro mandato de Lula.

O Grupo de Trabalho do FSP teve de lidar com o avivamento das diferenças políticas existentes entre os partidos e movimentos com possibilidades de vitória eleitoral, frente aos que não se propunham ou não tinham a possibilidade de pleitear governos.

A vitória de Tabaré Vázquez na eleição presidencial uruguaia, ocorrida no dia 31 de outubro de 2004, foi outro ponto a se destacar na conjuntura entre o XI e o XII Encontro do FSP. Desde 1990, a entidade almejava a vitória nacional da Frente Ampla do Uruguai nos pleitos presidenciais. Na Argentina, a chegada de Néstor Kirchner³⁶ à Presidência em 2003, com medidas como a aposentadoria da cúpula militar, a anulação da lei de impunidade dos crimes da ditadura e a depuração do sistema judiciário deram outro impulso progressista no Cone Sul.

O XIII Encontro do Foro de São Paulo (El Salvador):

O XIII Encontro do Foro de São Paulo aconteceu de 12 a 14 de janeiro de 2007, em San Salvador, El Salvador. O encontro teve a participação de 596 delegados, representando 58 partidos e movimentos políticos, sociais e igrejas, procedentes de 33 países do mundo.

Segundo Regalado e Pomar (2013), o XIII Encontro do FSP aconteceu num contexto de renovado entusiasmo da esquerda latino-americana e caribenha. O principal motivo era a derrota do então presidente dos EUA, George W. Bush, da sua iniciativa de reviver a Alca, durante a IV Reunião da Cúpula das Américas³⁷, ocorrida em Mar del Plata, nos dias 4 e 5 de novembro de 2005. Ainda houve outros avanços conjunturais entre os XII e XIII Encontros do FSP. As eleições³⁸ de Evo Morales à Presidência da Bolívia, Daniel Ortega à da Nicarágua, e Rafael Correa à do Equador, e as reeleições de Lula no Brasil e Hugo Chávez na Venezuela. Outras candidaturas, mesmo que não vitoriosas, tiveram desempenhos signifi-

36. O Partido Justicialista, no qual concorreu Kirchner, não é membro oficial do Foro de São Paulo, mas é um aliado muito próximo. Alguns partidos argentinos membros da entidade são aliados históricos do PJ e dão sustentação a governos encabeçados pelos peronistas.

37. Consultar "PROJETO DE CRIAÇÃO DA ALCA É ENTERRADO". Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/criacao-da-alca-e-enterrada>. Acesso em 5 de maio de 2022.

38. Para mais detalhes dos respectivos contextos eleitorais entre os XII e XIII Encontros, consultar Regalado (2008), Regalado e Pomar (2013). Discutiremos a questão da "onda rosa" de governos progressistas no séc. XXI e sua relação com o Foro de São Paulo no capítulo 4, "O Foro de São Paulo e os dilemas estratégicos e programáticos da Pátria Grande", desta tese.

cativos, como Carlos Gaviria na Colômbia, Ollanta Humala no Peru e Andrés Manuel López Obrador no México.

Em termos organizativos, foi reformulado o funcionamento das Subsecretarias regionais. Regalado (2008) lembra que o Partido Comunista de Cuba, responsável pela subsecretaria do Caribe, solicitou ao Grupo de Trabalho do FSP a fusão desta com a subsecretaria da Mesoamérica. Segundo o PCC, a baixa participação de países do chamado Caribe anglófono e holandes nos encontros do Foro justificava a fusão. Desse modo, foi criada a secretaria sub-regional Mesoamericana e Caribenha.

O XIV Encontro do Foro de São Paulo (Uruguai):

O XIV Encontro do Foro de São Paulo ocorreu de 23 a 25 de maio de 2008, na cidade de Montevideú, Uruguai. Contou com a participação de 844 delegados de 35 países diferentes. Sob a responsabilidade organizativa da Frente Ampla do Uruguai, o XIV Encontro teve como tema central “A esquerda na América Latina e no Caribe no novo tempo: a riqueza da diversidade”. De acordo com Regalado e Pomar (2013), tal temática refletiu um novo ponto de equilíbrio na entidade, fruto da eleição de vários membros do FSP aos governos da América Latina e Caribe.

Entre os XIII e o XIV Encontros do FSP, houve uma reunião do Grupo de Trabalho, realizado, segundo Regalado e Pomar (2013), em Manágua, em julho de 2007. Nesta oportunidade, foi aprovada a entrada do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no GT do Foro. Tal organização participava anteriormente apenas como convidada. Importante ressaltar que as questões envolvendo os governos progressistas de partidos-membros do FSP adquiriram cada vez mais importância nos debates da entidade.

O XV Encontro do Foro de São Paulo (México):

O XV Encontro do Foro de São Paulo ocorreu de 20 a 23 de agosto de 2009, na Cidade do México, México. Contou com a participação de 520 delegados e delegadas, de 32 países da América Latina e Caribe, e de 38 convidados e convidadas, representando 63 partidos e organizações populares, progressistas e de esquerda. O tema central foi “As alternativas da esquerda latino-americana e caribenha diante da crise capitalista”.

Em termos organizativos, o XV Encontro reafirmou a importância da entidade como aglutinadora das forças de esquerda e progressistas da região, pois, segundo Regalado e Pomar (2013), aprovou a decisão de incorporar o PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela)³⁹ ao Grupo de Trabalho do FSP.

39. Partido fundado por Hugo Chávez, será objeto de breve análise no subtópico “Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) – Venezuela”, deste capítulo.

O XVI Encontro do Foro de São Paulo (Argentina):

O XVI Encontro do Foro de São Paulo ocorreu de 17 a 20 de agosto de 2010, na cidade de Buenos Aires, Argentina. O encontro contou com a presença de 600 delegados e delegadas, convidados e convidadas de 54 organizações progressistas, populares e de esquerda provenientes de 33 países.

Pela primeira vez em sua história, o Foro de São Paulo se reuniu na Argentina. O XVI Encontro foi marcado ainda pelo vigésimo aniversário da entidade. O lema do encontro que marcou as duas décadas do FSP foi: "Ampliar a unidade dos partidos progressistas, populares e de esquerda, aprofundar as mudanças, derrotar a contraofensiva da direita e consolidar a integração regional".

O XVI Encontro enfatizou que, para enfrentar a contraofensiva conservadora na região, deve-se combinar as diferentes estratégias nacionais com uma estratégia de integração continental, na qual o Foro de São Paulo se configura como uma plataforma privilegiada para a construção da integração da América Latina e Caribe.

O XVII Encontro do Foro de São Paulo (Nicarágua):

O XVII Encontro do Foro de São Paulo ocorreu de 16 a 20 de maio de 2011, em Manágua, Nicarágua. O encontro contou com a presença de 640 delegados e delegadas, de 48 partidos-membros pertencentes a 21 países da América Latina e Caribe. Contou ainda com 33 convidados de 29 partidos da África, Ásia e Europa.

De acordo com Regalado e Pomar (2013), o encontro aconteceu na Nicarágua por ocasião do 50º aniversário de fundação da FSLN, além da necessidade de reforçar a campanha de reeleição presidencial de Daniel Ortega, líder da Frente Sandinista. Nesse encontro, o FSP categorizou a trajetória do grupo em três fases: a primeira etapa (1990-1997) marca o início do Foro e seu enfrentamento ao neoliberalismo e a busca por alternativas; a segunda etapa (1998-2009) é marcada pela ascensão de governos vinculados ao FSP na região; e a terceira, momento em que a entidade se encontra, marcada pela crise do capitalismo e pela contraofensiva da direita e do imperialismo na região.

O XVIII Encontro do Foro de São Paulo (Venezuela):

O XVIII Encontro do Foro de São Paulo ocorreu de 3 a 6 de julho de 2012, em Caracas, Venezuela. Contou com a presença de mais de 100 organizações políticas da América Latina e Caribe, além de observadores da Europa, África e Ásia. Pela primeira vez em sua história, o Foro de São Paulo promoveu um encon-

tro na Venezuela. O encerramento do XVIII Encontro foi conduzido por Hugo Chávez.

Em termos organizativos, segundo Regalado e Pomar (2013), o Grupo de Trabalho aprovou algumas medidas necessárias para melhorar o funcionamento da instituição. Em decorrência do XVIII Encontro, entre elas estão: 1) aprovação de campanhas mundiais como a de solidariedade à Venezuela; 2) reforço da solidariedade a partidos políticos do Foro, como em Honduras e Paraguai; 3) quando solicitado pelos membros, o FSP auxiliar nos desafios conjunturais locais dos países, como no Peru; 4) formar uma escola latino-americana e caribenha de formação política; 5) organizar sistematicamente debates sobre temas estratégicos, como a natureza do capitalismo no século XXI, as tentativas de construção do socialismo no século XX, etc.; e 6) otimizar o funcionamento do GT e das secretarias sub-regionais. Ressalta-se que todas essas medidas administrativas tinham de respeitar a cláusula principal da entidade: manter seu caráter plural e com decisões consensuais.

O XIX Encontro do Foro de São Paulo (Brasil):

O XIX Encontro do Foro de São Paulo ocorreu de 31 de julho a 4 de agosto de 2013, em São Paulo, Brasil. Contou com a presença de diversas organizações da América Latina e Caribe, além de observadores da Europa, África e Ásia.

O dado mais importante ocorrido entre o XVIII e o XIX Encontro do FSP foi a morte de Hugo Chávez, em 5 de março de 2013. Em nota oficial do Grupo de Trabalho do FSP, se reiterou a liderança do líder venezuelano, afirmando que ele já tem “sua figura no panteão dos heróis da América Latina e Caribe”. A nota alertava ainda para a estratégia de setores conservadores da Venezuela, que buscavam enfraquecer o bolivarianismo diante da morte de seu maior líder.

Na esteira da morte de Chávez, ocorreu um processo eleitoral, visando escolher um novo presidente. De acordo com Regalado e Pomar (2013), o Conselho Nacional Eleitoral adotou, para as eleições de 14 de abril de 2013, o mesmo padrão adotado na eleição de outubro de 2012. Estavam habilitados a votar 18.904.364 pessoas. Compareceram efetivamente 14.983.953 (79,78%). Desses, Nicolas Maduro recebeu 7.575.704 votos ou 50,78%. Já Henrique Capriles recebeu 7.302.648 votos ou 48,95%. Registraram-se 66.691 (0,44%) votos nulos. Desse modo, o PSUV manteve o governo da Venezuela, agora sob a presidência de Nicolas Maduro.

Em termos organizativos, foram realizadas as primeiras atividades do que viria a ser uma Escola de Formação Política da entidade. Após a I Escola de Formação Política ocorrer no México, a II Escola de Formação ocorreu durante o XIX En-

contro, no Brasil. Ela abordou temas como: “A integração na história de Nossa América”; “A integração do ponto de vista dos EUA, Europa e Ásia”; “A questão migratória e os processos de integração”; “Análise dos diferentes instrumentos e instituições do processo de integração”⁴⁰: Celac, Unasul, Alba, Mercosul, Pacto Andino, Sica, Parlaentos etc.”; “A crise atual do capitalismo, os novos acordos e processos de integração em outras regiões do mundo e a integração latino-americana”; “Infraestrutura regional e integração”; “Os desafios presentes e futuros da integração”.

O XX Encontro do Foro de São Paulo (Bolívia):

O XX Encontro do Foro de São Paulo ocorreu de 25 a 29 de agosto de 2014, em La Paz, capital da Bolívia. Contou com a participação de mais de 50 organizações da América Latina e Caribe, além de organizações convidadas e observadores de Europa e Ásia. Pela primeira vez em sua história, o Foro de São Paulo promoveu um encontro na Bolívia. O tema do XX Encontro foi: “Derrotar a pobreza e a contraofensiva imperialista. Conquistar a paz, a integração e o Bem Viver em Nossa América”.

A abertura do XX Encontro do FSP contou com a presença do então vice-presidente boliviano Álvaro García Linera, membro do MAS-IPSP⁴¹ (Movimento ao Socialismo – Instrumento Político para a Soberania dos Povos). Seu discurso⁴² foi marcado por uma exposição teórica e prática sobre o processo de transformação política, econômica e social em evolução na Bolívia e no continente, bem como os desafios para aprofundá-lo, inclusive na relação entre desenvolvimento e preservação do meio ambiente.

Em termos organizativos, a agenda do XX Encontro do FSP foi marcada por atividades da escola de formação política do Foro; reuniões das secretarias sub-regionais (Cone Sul, Andino-Amazônica, Mesoamérica e Caribe e Comitê Regional EUA); o seminário de avaliação dos governos progressistas; algumas oficinas temáticas; vários encontros específicos como o de mulheres, juventude, afrodescendentes e um inédito, chamado Diplomacia dos Povos, proposto pelos

40. As siglas correspondem a: Celac (Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos); Unasul (União de Nações Sul-americanas); Alba (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos); Mercosul (Mercado Comum do Sul) e Sica (Sistema de Integração Centro-Americano).

41. Impulsionado pelo movimento cocalheiro, sob liderança de Evo Morales, será objeto de breve análise no subtópico “Movimento ao Socialismo – Instrumento Político para a Soberania dos Povos (MAS-IPSP) – Bolívia”, deste capítulo.

42. Seu discurso se encontra disponível na íntegra em: <https://forodesaopaulo.org/memoria-del-xx-encuentro-del-foro-de-sao-paulo/>. Acesso 31 de agosto de 2022.

membros bolivianos a partir de sua experiência de forte interação entre governo, partido e movimentos sociais.

O XXI Encontro do Foro de São Paulo (México):

O XXI Encontro do Foro de São Paulo ocorreu de 29 de julho a 1º de agosto de 2015, na Cidade do México, capital mexicana. Contou com a participação de mais de 40 organizações da América Latina e Caribe, além de organizações convidadas da África, Ásia e Europa. O tema principal do XXI Encontro do Foro de São Paulo foi: “Igualdade, equidade, justiça social, desenvolvimento sustentável e soberania, signos de mudança de Nossa América”.

Em termos organizativos, foram realizadas diversas atividades no XXI Encontro do FSP. A IV Escola de Formação Política do FSP, além de encontros setoriais, como de Mulheres, Juventude, Afrodescendentes, Parlamentares. Foram realizadas ainda oito oficinas temáticas: Autodeterminação; Projeto Político e Econômico na América Latina e Caribe; Crise global e tendências da globalização no séc. XXI; Combate ao patriarcado; Direitos Humanos na região; Povos Indígenas; Migrações e Meios de Comunicação. O Grupo de Trabalho e as Secretarias Sub-regionais (Cone Sul, Andino-Amazônica, Mesoamérica e Caribe e Comitê Regional EUA) promoveram diversas reuniões específicas.

O XXII Encontro do Foro de São Paulo (El Salvador):

O XXII Encontro do Foro de São Paulo ocorreu de 23 a 26 de junho de 2016, em San Salvador, capital de El Salvador. Contou com a participação de mais de 40 organizações da América Latina e Caribe, além de organizações convidadas da Europa, Ásia, África, EUA e Canadá. O tema central do XXII Encontro do FSP foi: “O poder popular na transformação econômica, social, política e cultural dos povos da América Latina e Caribe”.

O XXII Encontro contou com uma série de atividades, como a Escola de Formação e Debate do FSP, com discussões sobre o Documento-Base do encontro. Contou ainda com reuniões temáticas da Comissão de Cultura; Diálogo do Grupo de Trabalho do FSP com a Esquerda Europeia; Diálogo sobre Sustentabilidade Ambiental; Reunião das Secretarias Sub-regionais (Andino-Amazônica, Cone Sul, América Central e Caribe e Comitê Regional EUA). Promoveu ainda encontros de Juventude, Mulheres, Parlamentares, Povos Originários e Afrodescendentes. Ainda contou com um debate sobre os 35 anos do partido anfitrião do XXII Encontro, a FMLN. Durante o XXII Encontro, o Partido Comunista de Cuba pleiteou a elaboração de um documento estratégico e programático da en-

tidade, iniciando o debate que culminaria na elaboração do *Consenso de Nuestra América*.

O XXIII Encontro do Foro de São Paulo (Nicarágua):

O XXIII Encontro do Foro de São Paulo ocorreu de 15 a 19 de julho de 2017, em Manágua, capital da Nicarágua. Contou com mais de 35 organizações da América Latina e Caribe, além de organizações convidadas da Europa, Ásia, África, EUA e Canadá. O tema central do XXIII Encontro do FSP foi: “NOSSA AMÉRICA EM PÉ DE LUTA, rumo à unidade de Nossa América para sua segunda e definitiva independência.”

A programação do XXIII Encontro do FSP contou com a Escola de Formação do Foro, onde se expôs e discutiu o documento com orientações estratégicas e programáticas *Consenso de Nuestra América*⁴³ e um seminário sobre os governos nacionais e locais sob administração de partidos do FSP. Ocorreram reuniões das Secretarias Sub-regionais (Andino Amazônica; Cone Sul e Mesoamérica e Caribe), além da comissão de Fundações Partidárias. Os encontros temáticos foram: arte e cultura; luta anticolonial; meios de comunicação; povos originários e afrodescendentes. O encontro ainda contou com seminários de mulheres, juventude e de parlamentares.

O XXIV Encontro do Foro de São Paulo (Cuba):

O XXIV Encontro do Foro de São Paulo ocorreu de 15 a 17 de julho de 2018, em Havana, capital de Cuba. Contou com a participação de organizações de mais de 20 países da América Latina e Caribe, além de organizações convidadas da África, Ásia, Europa e América do Norte. Sob a consigna “América Latina e Caribe: Seguimos em luta”, o encontro teve forte apelo de resistência. O Partido Comunista de Cuba, na convocatória política para o XXIV Encontro do FSP, proclamou: “a convicção de que é o momento de unir ideias e esforços para deter, o quanto antes, a atual ofensiva contrarrevolucionária da direita internacional e regional contra todas as experiências políticas que nestes anos, de um modo ou de outro, promoveram mudanças a favor de uma América Latina e Caribe mais soberanos, integrados e justos”.⁴⁴

43. O documento com orientações estratégicas e programáticas do Foro de São Paulo ainda será objeto de análise desta tese no capítulo 4, “O Foro de São Paulo e os dilemas estratégicos e programáticos da Pátria Grande”.

44. A convocatória política completa do PC de Cuba se encontra disponível em: [Convocatoria política del XXIV Encuentro del Foro de São Paulo - Foro de SP \(forodesaopaulo.org\)](http://forodesaopaulo.org). Acesso em 13 de outubro de 2022.

A programação do XXIV Encontro do FSP contou com mais uma edição da Escola de Formação Política do Foro de SP; Seminário entre o FSP e a Esquerda Europeia; Reuniões das Secretarias Sub-regionais (Andino Amazônica; Cone Sul e Mesoamérica e Caribe); Encontros de Juventude, Mulheres e Parlamentares; Oficinas Temáticas de Arte e Cultura, Comunicação Política e Mídia. Ainda contou com uma plenária especial: O pensamento de Fidel Castro e o Foro de São Paulo.

O XXV Encontro do Foro de São Paulo (Venezuela):

O XXV Encontro do Foro de São Paulo ocorreu de 25 a 28 de julho de 2019, em Caracas, capital da Venezuela. Contou com a participação de 700 delegados de organizações pertencentes ao FSP na América Latina e Caribe, além de organizações convidadas da África, Ásia, Europa e América do Norte. O lema do XXV Encontro do FSP foi: “Pela Paz, a Soberania e a Prosperidade dos Povos: Unidade, Luta, Batalha e Vitória”.

A programação do XXV Encontro do Foro de São Paulo contou com as seguintes atividades: Encontros Simultâneos de Jovens, Povos Originários, Afrodescendentes e Mulheres; Reuniões das Secretarias Sub-regionais (Andino Amazônica; Cone Sul e Mesoamérica e Caribe); Reuniões dos Partidos aliados do FSP da Ásia, África e Oriente Médio; Atividades temáticas sobre a economia mundial, reunião de intelectuais, artistas e movimentos sociais; Seminário de Comunicação; Seminário sobre as experiências e perspectivas dos governos progressistas na América Latina e Caribe e Diálogo das plataformas de articulação das redes sociais dos movimentos sociais e populares.

Interessante pontuar que o XXV Encontro do Foro de São Paulo, marcado pela contraofensiva conservadora na região, foi objeto de um editorial⁴⁵ de um dos jornais mais tradicionais do Brasil, *O Estado de São Paulo*. O *Estadão* pontuou que o encontro teve por centralidade “a defesa do regime sanguinário de Nicolás Maduro e da soltura de Lula da Silva”, e categoriza a entidade como “um convescote para gente que vive no mundo da Lua”.

O XXVI Encontro do Foro de São Paulo (Brasil):

O XXVI Encontro do Foro de São Paulo⁴⁶ foi realizado em Brasília, de 29 de junho a 2 de julho de 2023, retomando os encontros presenciais pós-pandemia de

45. O editorial do *Estadão* se encontra disponível em: [O ocaso do Foro de São Paulo - Opinião - Estadão \(estadao.com.br\)](https://www.estadao.com.br/opiniao/ocaso-do-foro-de-sao-paulo/) Acesso em 14 de outubro de 2022. O debate do FSP com setores conservadores e a direita da região será objeto de análise no capítulo 4, “O Foro de São Paulo e os dilemas estratégicos e programáticos da Pátria Grande”, desta tese.

46. O XXVI Encontro do Foro de São Paulo ainda será objeto de análise mais detalhada desta tese no capítulo 4, “O Foro de São Paulo e os dilemas estratégicos e programáticos da Pátria Grande”.

COVID-19. O lema do Encontro foi: “A Integração Regional para avançar na soberania da América Latina e Caribe”. A temática foi uma homenagem póstuma a Marco Aurélio Garcia, que foi Secretário de Relações Internacionais do PT e um dos idealizadores da entidade.

A programação do XXVI Encontro do Foro de São Paulo contou com diversas atividades, tais como: Encontro de Mulheres; Encontro de Jovens; Seminário de Comunicação Social; Seminário sobre o Bicentenário da Doutrina Monroe; Seminário da Esquerda Europeia e do FSP, dentre outras.

O Foro de São Paulo, de 1990 até 2023, teve 26 encontros presenciais. Nicarágua e Brasil foram os países que mais sediaram encontros da entidade, cinco vezes. O México sediou quatro vezes. Cuba foi sede por três ocasiões. Uruguai, El Salvador e Venezuela sediaram duas vezes. Por fim, Guatemala, Argentina e Bolívia sediaram uma vez encontros do Foro de SP.

Nos próximos tópicos deste capítulo, examinaremos a história e trajetória de alguns dos partidos políticos que participam do Foro de São Paulo. Nosso objetivo é oferecer um breve histórico desses partidos, bem como a sua compreensão do capitalismo na América Latina e os desafios para uma integração regional autônoma. Para isso, enfatizaremos a interação recíproca entre o FSP e os partidos que contribuíram para o seu desenvolvimento na formulação de princípios, valores e propostas.

Adotaremos a mesma classificação de Secretaria Executiva e Subsecretarias do Foro de SP: Cone Sul, Andino-Amazônica e Mesoamericana e Caribenha. A escolha dos partidos considera os países que já foram anfitriões de reuniões da entidade e sua relevância eleitoral e social, isto é, os partidos que se constituem como as principais referências de seus respectivos países, liderando governos ou sendo a principal força de oposição. Desse modo, procuramos identificar fontes que são, ao mesmo tempo, as partes constitutivas da entidade.

A SECRETARIA EXECUTIVA DO FORO DE SÃO PAULO

Desde sua criação, a Secretaria Executiva do Foro de São Paulo é exercida pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Ela é responsável por dar seguimento a todas as decisões tomadas nos Encontros da entidade, além das reuniões promovidas pelas Secretarias Regionais. A sua sede fica na cidade de São Paulo.

O Partido dos Trabalhadores (PT) – Brasil

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em 10 de fevereiro de 1980 no contexto de uma grave crise política, econômica e social que culminou na transição democrática após a ditadura cívico-militar (1964-1985). Sua constituição resultou da articulação de três principais correntes do movimento popular e de

esquerda: o novo sindicalismo, emergido das oposições sindicais que confrontaram o aparato sindical dominado pelos setores burocráticos alinhados ao regime autoritário; os movimentos sociais de distintas naturezas que se desenvolveram durante as décadas de 1960 e 1970, destacando-se as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) de inspiração cristã; e os remanescentes da luta armada, dirigentes e militantes exilados ou clandestinos no âmbito da luta pela anistia e pelos direitos humanos (Regalado, 2008).

Conforme assinala Tanscheit (2020), uma das características fundamentais do Partido dos Trabalhadores desde sua origem é a sua pluralidade interna, que conduziu a uma dinâmica de competição intrapartidária peculiar à sigla. Nesse sentido, Pomar (2016) nos recorda que o partido pode ser classificado como de tipo “lago”, no qual convergem diversas tradições e componentes, e não como um “partido-fonte”, que se organiza em torno de um núcleo programático central claramente definido.

No período final do regime ditatorial (1980-1985), o PT concentra suas lutas políticas em alguns eixos fundamentais: abolição da Lei de Segurança Nacional; autonomia sindical e direito de greve; salário e seguridade social para os trabalhadores; democracia e fim da censura; desenvolvimento com distribuição de renda. Participa ativamente da iniciativa “Diretas Já” com a reivindicação de eleições diretas para a Presidência da República. A proposta de eleições diretas é derrotada, e o PT opta por não participar do Colégio Eleitoral que elege indiretamente Tancredo Neves como presidente do Brasil em 15 de janeiro de 1985 (Regalado, 2008; Tanscheit 2020).

Neste contexto de mudança política, o partido se destaca por três aspectos fundamentais. Primeiramente, sua distinção dos demais atores partidários da época, consolidando sua “identidade própria”. Em segundo lugar, sua articulação com sindicatos e movimentos sociais, majoritariamente descontentes com a transição “lenta, gradual e segura”. E, finalmente, uma certa adaptabilidade em relação ao seu projeto político, resultado da disputa entre as diversas correntes internas do partido e em processo de construção (Tanscheit, 2020).

No período final da transição democrática, o partido colabora na elaboração da nova Constituição Federal, em 1988, entretanto manifestando-se contrário ao texto final em virtude da influência de setores conservadores na nova Carta. Em 1989, são realizadas as primeiras eleições diretas para a Presidência do Brasil nessa nova etapa de democracia eleitoral, onde o PT alcança o segundo turno e, ainda que derrotado, se constitui no principal partido da esquerda brasileira⁴⁷ em termos eleitorais e sociais (Regalado; Pomar, 2013; Tanscheit, 2020).

47. Para uma análise política e programática da campanha de 1989, consultar: Wladimir Pomar. *Quase lá: Lula, o susto das elites*. Editora Página 13, 2009. O autor foi o coordenador geral da campanha de Lula à Presidência.

No decurso da década de 1990, o Partido dos Trabalhadores (PT) experimentou uma profunda transformação em sua estratégia e programa políticos⁴⁸, adotando uma postura mais moderada, à semelhança do que se observou no programa da Frente Ampla (FA) uruguaia. Conforme assinala Pomar (2016), as principais mudanças consistiram em: 1) o abandono gradativo do socialismo como meta estratégica, em prol da luta contra o neoliberalismo; 2) a renúncia ao paradigma da revolução em favor do enfoque na “luta democrática”; 3) com o avanço dos governos petistas em âmbito regional (prefeituras e governos estaduais), o conceito de governo democrático e popular assume um caráter mais publicitário e menos de conteúdo político explícito; e 4) a substituição da estratégia democrática e popular por uma estratégia de cunho eleitoral, baseada num arco de alianças de centro-esquerda, em torno de um programa antineoliberal, inspirado numa noção mais vaga de socialismo.

Essa estratégia visava não uma transição democrática e popular em direção ao socialismo, mas a constituição de um governo antineoliberal. Para alcançar o êxito de uma eleição presidencial, o PT adota um certo “etapismo”, conforme aponta Pomar (2016), que se caracteriza pela: a) defesa de uma aliança com setores do capital contra o neoliberalismo e b) defesa implícita de que mediante um governo de centro-esquerda seria possível estabelecer uma correlação de forças capaz de recolocar o socialismo na agenda política do partido e do país.

Para analisar a política internacional do Partido dos Trabalhadores, Pomar (2014) destaca dois aspectos essenciais: 1) a diversidade de interlocutores internacionais com os quais o partido se relaciona e 2) a prioridade conferida à integração latino-americana, evidenciada principalmente pela criação do Foro de São Paulo. Um dos principais arquitetos da política internacional do partido, Marco Aurélio Garcia (1991), nos recorda que, nessa perspectiva, o PT constituiria uma experiência “pós-social-democrata” e “pós-comunista”, pois o partido edifica sua identidade não antagonizando essas correntes, mas dialogando criticamente com elas, voltado para novos (e antigos) desafios que seus antecessores não puderam solucionar.

Em virtude desse processo de acumulação de forças político e social, de sua transfiguração no âmbito programático e estratégico, que o PT se consolidou como um ator incontornável da democracia eleitoral brasileira. Desde a instau-

48. O ápice da formulação teórica, estratégica e programática que caracteriza a fase inicial do Partido dos Trabalhadores (PT) encontra-se nas resoluções do V Encontro Nacional, realizado em 1987. Nesse contexto, delineou-se que o objetivo estratégico primordial do PT consiste na conquista do socialismo e na edificação de uma sociedade socialista no Brasil. Para um exame mais aprofundado de algumas das resoluções do referido encontro, bem como do debate subsequente acerca da estratégia e do programa do PT, consultar: Valter Pomar. *A Estratégia do PT (um debate e duas resoluções)*. Editora Página 13, 2025.

ração de eleições diretas para a Presidência em 1989, o partido ou se consagrou vitorioso, ou obteve a segunda colocação da disputa. Das nove eleições presidenciais da Nova República, o PT triunfou em cinco — 2002, 2006, 2010, 2014 e 2022 — e alcançou o segundo lugar em quatro ocasiões: 1989, 1994, 1998 e 2018.

O documento que sintetiza as orientações programáticas e estratégicas do partido no contexto atual denomina-se *Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil*, publicado em 2020⁴⁹, durante a gestão de Jair Bolsonaro, na qual o PT exercia o papel de principal força opositora. Nesse plano, persiste a crítica ao modelo neoliberal de capitalismo como o grande obstáculo a ser superado, bem como se apresenta uma avaliação dos governos petistas na seção “13 anos mudando o Brasil, o PT e a construção de uma nação inclusiva e soberana”. Além disso, reforça a importância de uma articulação entre os países da América Latina e Caribe que não se submeta aos interesses das nações hegemônicas do sistema capitalista. Conforme os dados oficiais fornecidos pelo próprio partido, este registra aproximadamente 2,9 milhões de filiados⁵⁰ distribuídos em todo o território brasileiro, bem como em seus núcleos internacionais.

49. A íntegra do *Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil* se encontra disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/plano-de-reconstrucao-e-transformacao-do-brasil/>. Acesso em 16 de maior de 2023.

50. Consultar “PT filia mais de 340 mil e soma quase 3 milhões de filiados em todo país”, disponível em: <https://pt.org.br/pt-filia-mais-de-340-mil-e-chega-a-quase-3-milhoes-de-filiados-as-em-todo-o-brasil/>. Acesso em 15 de abril de 2025.

A SUBSECRETARIA CONE SUL DO FORO DE SÃO PAULO

A Subsecretaria Cone Sul⁵¹ é composta pelos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Cabe destacar que os países Bolívia, Chile e Brasil⁵² integram a Subsecretaria Andino-Amazônica e, concomitantemente, participam das sessões da Subsecretaria Cone Sul.

Seguindo o padrão de escolha que considera os países que já foram anfitriões de reuniões da entidade e sua relevância eleitoral e social, duas tradições/organizações políticas como principais fontes e componentes do Foro de São Paulo desde a sua fundação: a Frente Ampla (FA) do Uruguai e a tradição nacional-popular da Argentina. Suas trajetórias evidenciam aspectos fundamentais incorporados pelo próprio FSP, como a sua diversidade interna.

A Frente Ampla (FA) – Uruguai

A Frente Ampla do Uruguai, constituída em 5 de fevereiro de 1971, teve como propósito congregar as forças progressistas e de esquerda do país. Conforme Tanscheit (2020), Regalado e Pomar (2013) esclarecem, a FA resultou da convergência de algumas agremiações: o Partido Demócrata Cristão do Uruguai (PDCU), o Partido Socialista Uruguaio (PSU) e o Partido Comunista do Uruguai (PCU), os Grupos de Ação Unificadora (GAU), o Movimento Branco Popular e Progressista (MBPP), o Movimento Herrerista, o Partido Operário Revolucionário e o Comitê Executivo Provisório. Dessa forma, a FA emergiu em um contexto de compreensão de que a esquerda necessitaria se unificar na disputa política e no cenário eleitoral para contrapor-se aos setores conservadores do país.

51. A lista de organizações que são do Foro de São Paulo nestes respectivos países se encontra disponível em: <https://forodesaopaulo.org/partidos/>.

52. Cabe destacar que, além da secretaria executiva exercida pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o Brasil conta com outro partido de significativa relevância no contexto do Foro de SP: o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Originado de uma cisão ocorrida em 1962, o PCdoB foi reorganizado sob a liderança de figuras como João Amazonas e Maurício Grabois, que buscavam preservar os princípios marxistas-leninistas frente às mudanças consideradas revisionistas no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Desde então, o PCdoB enfrentou desafios históricos, como a ditadura militar — período em que participou da Guerrilha do Araguaia — e os anos de clandestinidade. Com a redemocratização, o partido foi legalizado em 1985, consolidando sua presença política por meio da eleição de representantes e da participação em coalizões progressistas. Atualmente, o PCdoB constitui a principal expressão eleitoral e social do movimento comunista no Brasil, sendo o principal aliado do PT no campo democrático-popular e integrando todas as coalizões eleitorais nacionais lideradas pelo partido desde a redemocratização. Além disso, o PCdoB desempenha um papel ativo na coordenação do FSP como membro do Grupo de Trabalho. O partido também mantém um centro de pesquisas, que abriga o Centro de Documentação e Memória, vinculado à Fundação Maurício Grabois. Para mais informações, seu sítio eletrônico pode ser acessado neste link: <https://grabois.org.br/>.

A FA, na sua *Declaración Constitutiva*⁵³, se caracteriza como uma “coalición-movimiento”, de concepção “nacional, progressista, democrática, popular, antioligárquica e anti-imperialista”. Seus integrantes prezam pela “defesa da unidade, respeito recíproco da pluralidade ideológica e o acatamento das resoluções aprovadas pelos seus organismos”. Segundo Regalado (2008), a FA constitui uma expressão da tradição uruguaia de conformar frentes políticas progressistas e de esquerda compostas por setores médios e populares provenientes tanto de partidos tradicionais quanto de organizações e grupos independentes.

A FA teve seu processo de construção institucional interrompido dois anos após sua fundação, em virtude de um golpe cívico-militar ocorrido em 1973. Conforme Tanscheit (2020) afirma, durante o regime militar (1973-1984), a FA foi banida e seus líderes políticos foram presos, torturados, desaparecidos ou assassinados, atuaram na clandestinidade ou no exílio. A transição para a democracia foi um processo gradual, iniciado no Plebiscito Constitucional de 1980, que visava institucionalizar o regime autoritário, criando um ordenamento constitucional que legitimasse o governo. Contudo, a proposta de institucionalização foi rejeitada por 57,2% da população, levando à abertura democrática gradual negociada entre a situação e o bloco opositor da ditadura. As negociações culminaram na assinatura do Pacto do Clube Naval em 1984, que reuniu militares, representantes dos dois partidos tradicionais do Uruguai (Colorado e Nacional) e a FA. Desse modo, foram convocadas eleições para novembro de 1984, pondo fim ao regime cívico-militar (Regalado, 2008; Tanscheit, 2020).

Segundo Garcé e Yaffé (2006), a trajetória da FA em termos de programa e estratégia política pode ser segmentada em três períodos distintos. O primeiro, denominado de *frentismo* (1971-1984), se caracteriza por uma forte influência de posições revolucionárias e do marxismo, refletida na ênfase conferida à questão nacional e à relação com os centros de poder internacionais, ressaltando um nacionalismo e um anti-imperialismo. Propunha uma organização racional da economia com finalidades sociais, estabelecendo um órgão para conduzir o planejamento no qual os sindicatos, os produtores, os técnicos e os representantes do poder político participassem. Defendia também uma política de estatização de setores estratégicos da economia; a reforma agrária que objetivava a redistribuição da propriedade fundiária, a eliminação do latifúndio e o apoio aos pequenos e médios produtores rurais; a estatização do sistema bancário e dos grandes monopólios que controlavam o comércio exterior e uma reforma tributária radical.

53. Consultar “Declaración constitutiva del Frente Amplio, 1971”, disponível em: <https://www.frenteampio.uy/documentos-institucionales/item/2502-declaracion-constitutiva-de-1971>. Acesso em 10 de maio de 2023.

Nesse sentido, a luta pela nação se articulava com a luta maior contra a dominação capitalista, ao mesmo tempo em que permitia delinear estrategicamente a necessidade e a possibilidade de alianças sociais e políticas amplas, capazes de provocar mudanças na correlação de forças, facilitando a marcha ao socialismo como objetivo final.

Paralelamente, o programa evidenciava uma preocupação com a democracia formal (num contexto ditatorial), o pluralismo e a liberdade, enquanto reivindicava um aprofundamento por meio da ampliação da participação e controle cidadão e extensão de mecanismos de democracia direta. Importante ressaltar que a preocupação com as questões democráticas em tal fase se deu, entre outros motivos, para se afastar da estratégia de luta armada preconizada por alguns grupos no país desde meados da década de 1960, em especial o Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros⁵⁴ (MLN-T).

A segunda fase é a *transição* (1985-1994), caracterizada por um amplo debate público e por dois acontecimentos fundamentais: 1) a justaposição entre o fim da transição à democracia e a crise do “socialismo real”, com enfraquecimento das organizações marxistas, notadamente o PCU e 2) a eleição de Tabaré Vázquez (FA) à Prefeitura de Montevideu⁵⁵, em 1989. Nesse período, o programa da FA se modera, desaparecendo a referência ao aumento do tamanho do Estado, além de incluir a necessidade de ampliar o arco de alianças da esquerda (Garcé; Yaffé, 2006; Tanscheit, 2020).

É importante ressaltar que a atuação de Tabaré Vázquez à frente da administração municipal constituiu-se em um elemento fundamental para a moderação do programa da FA, pois, conforme argumentam Garcé e Yaffé (2006), ao lidar com as diversas restrições que condicionam o exercício do governo, o prefeito evitou se submeter às posições históricas do partido e adotou uma postura pragmática. Algumas decisões do governo municipal (por exemplo, a concessão de serviços municipais a empresas privadas) aceleraram o processo de moderação programática.

A terceira fase corresponde ao período do *progressismo*, inaugurado a partir de 1995 e marcado por uma moderação ideológica de setores da FA, bem como pela consolidação de uma política de alianças mais abrangente. Esses fenômenos decorrem da escolha estratégica do partido de privilegiar a conquista do poder Executivo no Uruguai. Conforme apontam Garcé e Yaffé (2006), a partir de 1996, quando Tabaré Vázquez assume a liderança da FA, verificam-se mudanças significativas,

54. O MLN-T se integrou formalmente à FA em 1989, no âmbito do processo de redemocratização. Conforme argumentam Garcé e Yaffé (2006), a entidade promoveu uma moderação de seu programa, estratégia que constituiu o Movimento de Participação Popular (MPP), a principal organização interna da FA na atualidade, na qual se inseria o ex-presidente do Uruguai José Pepe Mujica.

55. A capital do Uruguai concentra mais de 40% dos habitantes e eleitores do país.

tais como o desaparecimento do socialismo como meta concreta, o abandono da reivindicação pela nacionalização do sistema bancário, o fim da demanda pela moratória da dívida externa e a ênfase em desenvolver um sistema “produtivo”, ainda que no âmbito do sistema de produção capitalista.

No alvorecer do século XXI, a FA logrou alcançar a aspiração estratégica delineada a partir dessas mudanças programáticas: ascender à Presidência do Uruguai. Em 2004, Tabaré Vázquez foi eleito em 1º turno, com 51,7% dos votos. Em 2009, José Mujica obteve 54,6% dos votos no 2º turno. Vázquez retorna ao governo na eleição de 2014, obtendo 56,6% dos votos no 2º turno. Desse modo, a FA governou o Uruguai por três mandatos consecutivos, durante 15 anos. Em 2019 essa sequência de vitórias é interrompida, pois a FA acabou derrotada em 2º turno para Luis Alberto Lacalle Pou, do Partido Nacional. A derrota foi acirrada, com o candidato da FA, Daniel Martínez, obtendo 49,2% dos votos em 2º turno.

Em termos programáticos, a FA os compila no documento chamado *Principios y valores compartidos del Frente Amplio*⁵⁶, que são atualizados e revistos a cada congresso do partido. O documento atualizado foi aprovado no VI Congresso, ocorrido em 2016. Nesse documento, defende-se a relevância do Estado nas áreas estratégicas da economia, bem como sua função reguladora para coibir abusos do mercado, além de estimular o setor cooperativo e solidário. Destaca-se a crítica ao neoliberalismo, que degrada as condições de vida da população trabalhadora em prol do lucro, e propõe-se a integração latino-americana, de forma soberana, visando assegurar benefícios nos âmbitos econômico, social e cultural, enfatizando a cooperação Sul-Sul como prioridade.

No VII Congresso, intitulado “Congreso 5 de febrero de 1971, 50 años de Unidad”, realizado em 2021, a FA apresentou o *Documento de balance y autocrítica*⁵⁷. Este documento propõe uma análise detalhada da trajetória do partido e dos governos por ele liderados, além de realizar uma autocrítica que reconhece alguns erros cometidos, tais como o distanciamento das bases, a falta de renovação da estrutura orgânica do partido e o acentuamento da divisão interna. Dessa forma, o documento advoga pela atualização da estratégia a fim de corrigir tais falhas, enfatizando a necessidade de unidade e coesão interna. Com esse espírito, a FA disputou e venceu as eleições presidenciais de 2024 com a chapa liderada por

56. O documento se encontra disponível em: <https://www.frenteamplio.uy/wp-content/uploads/set6.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2025.

57. Consultar “Balance y autocrítica Congreso 50 años de unidad”, disponível em: <https://www.frenteamplio.uy/documento/balance-y-autocritica-congreso-50-anos-de-unidad/>. Acesso em 26 de novembro de 2024.

Yamandú Orsi obtendo uma diferença de mais de 100 mil votos⁵⁸ em relação à coalizão de direita, liderada por Álvaro Delgado.

Com fundamento na apuração das eleições internas prévias de âmbito nacional realizadas no Uruguai, a Frente Ampla contabiliza aproximadamente 420 mil militantes ativos⁵⁹ que participaram do referido processo.

A Esquerda e o Nacional-Popular (Argentina)

O chamado peronismo⁶⁰ – ou a autodenominada tradição nacional-popular argentina, que se confunde, mas não se limita nem se identifica com o chamado justicialismo⁶¹ – é um dos componentes da política argentina desde os anos 1940 e influenciou tanto a esquerda que lutou pelo desenvolvimento e industrialização, nos anos 1950, a esquerda que lutou contra as ditaduras nos anos 1960, 1970 e 1980, assim como esteve presente nos governos progressistas e de esquerda desde os anos 2000. Entretanto, o peronismo enquanto tal não é oficialmente integrante do Foro de São Paulo. Tal fato decorre da complexidade e da natureza do peronismo.

O peronismo constitui-se como um movimento político que se identifica com o legado de Juan Domingo Perón (1895-1974), que exerceu a Presidência da nação por duas gestões: de 1946 a 1955 e, por um breve período, de 1973 a 1974. Conforme aponta Maringoni (2020), Perón foi o artífice das bases fundamentais do Estado argentino, no contexto em que a classe trabalhadora urbana se expandia e se fortale-

58. Consultar “Los motores del triunfo de la izquierda en Uruguay: una campaña cara a cara y descontento social”, disponível em: <https://elpais.com/america/2024-11-26/los-motores-del-triunfo-de-la-izquierda-en-uruguay-una-campana-cara-a-cara-y-descontento-social.html>. Acesso em 26 de novembro de 2024.

59. Consultar “Resultados de las Elecciones Internas del 2024”, disponível em: <https://eleccionesinternas2024.corteelectoral.gub.uy/inicio.htm>. Acesso em 15 de abril de 2025.

60. Não é objetivo desta tese discorrer sobre a longa trajetória do movimento peronista, sua complexidade, mutação e seu caráter ambíguo. Para aprofundamento deste movimento político e suas implicações na Argentina, consultar: Santiago Farrell (org.). *Peronismo: como explicar lo inexplicable*. Buenos Aires: Ariel, 2016. Alejandro Grimson. *¿Qué es el peronismo? - De Perón a los Kirchner, el movimiento que no deja de conmover la política argentina*. Siglo Veintiuno Editores, Buenos Aires. 2019.

61. O Partido Justicialista (PJ) é um partido político da Argentina, uma continuação do Partido Único da Revolução e, depois, do Partido Peronista, fundado por Juan Domingo Perón em 1946. Pela própria característica do peronismo, possui diversos setores internos, que vão desde o espectro da centro-direita e centro até setores de esquerda e progressistas, mais ligados aos kirchneristas. Tal complexidade interna impede que o PJ seja membro efetivo do Foro de São Paulo.

cia com o processo de industrialização do país. O peronismo pode ser enquadrado dentro do chamado “populismo latino-americano”⁶².

Segundo Fernandes (2020), a natureza ambivalente do peronismo permite que tanto o governo de Menem (1989-1999) quanto o de Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015) se autoproclamem herdeiros dessa tradição, apesar de apresentarem diferenças substanciais nas concepções e práticas governamentais, sendo que o primeiro aderiu ao paradigma neoliberal e os outros dois resgataram os aspectos mais populares do justicialismo.

Segundo Moreira e Barbosa (2010), a ascensão de Néstor Kirchner à Presidência da Argentina, em 2003, representou uma revitalização do peronismo, mediante uma estratégia de transversalidade que articulou os segmentos tradicionais do peronismo, o progressismo e a aproximação com setores da esquerda social e política. Dessa forma, o peronismo recuperou uma orientação mais desenvolvimentista, ampliou o investimento em políticas sociais, adotou uma política de direitos humanos mais comprometida com a justiça social e restabeleceu a primazia da política sobre a economia, em contraposição ao período neoliberal de Menem, que promoveu uma desarticulação entre o social e o político.

Os partidos argentinos que são membros do Foro de São Paulo, em sua maioria, dão sustentação a coalizão peronista encabeçada pelo Partido Justicialista, que atualmente é denominada de União pela Pátria⁶³. São os representantes da ala esquerda do multifacetado movimento político e social fundado por Juan Domingo Perón. Aqui, nos deteremos, brevemente, nos membros argentinos do FSP que reivindicam a tradição nacional-popular, ou dialogam criticamente com ela.

*Frente Grande*⁶⁴

Fundado em 1993, o partido tinha como objetivo contrapor-se à política econômica neoliberal do governo Menem. Seus princípios orientadores são a justiça social,

62. Como nos lembra Maringoni (2020), o populismo da primeira metade do século XX foi expressão própria de sociedades do chamado capitalismo tardio, caracterizadas por industrialização e urbanização aceleradas, com grandes deslocamentos do campo para a cidade. É um conceito elástico e complexo. A definição do conceito é uma das questões mais controversas e debatidas. Ricupero (1998), baseando-se na proposta de Portantiero, afirma que a política de massa populista se constrói a partir de um plano endógeno, no qual se resgata uma memória histórica coletiva que se articula com o mito, as reivindicações de classe, as aspirações nacionais e a cidadania, em um movimento único que reivindica a herança paternalista e caudilhistas da concepção tradicional da política.

63. Após a saída de Cristina Kirchner da Presidência em 2015, o peronismo foi oposição ao governo de Mauricio Macri (2015-2019), de corte neoliberal. Voltou ao governo com Alberto Fernández (2019-2023). O país celebrou eleições gerais em 2023, em que o peronismo com sua coalizão União pela Pátria, encabeçada pelo ex-ministro da Economia Sergio Massa, foi derrotado pelo candidato ultraliberal Javier Milei no segundo turno. Assim, o peronismo volta a ser uma força política de oposição.

64. Um breve histórico do partido está disponível em: [Frente Grande | Quiénes somos](#). Acesso em 27 de julho de 2023.

a redistribuição de riquezas, a inclusão, e se autodefine como uma organização da esquerda democrática. Em 1997, integrou-se à oposição para vencer o Partido Justicialista, dominado por Menem. Retornou à coalizão peronista com a ascensão de Néstor Kirchner em 2003. A Frente afirma que o kirchnerismo resgatou os princípios fundamentais do peronismo clássico, como justiça social, soberania política e independência econômica. Durante os governos Kirchner, destacados membros da Frente Grande participaram da administração pública, como o caso de Nilda Garé, ministra da Defesa de 2005 a 2010. A organização tem como valor primordial construir um projeto democrático-popular para a Argentina e uma vocação latino-americana imprescindível, que os leva a participar de espaços como o Foro de São Paulo. Atualmente, integra a coalização peronista União pela Pátria. Conforme os dados obtidos por meio da Câmara Nacional Eleitoral da Argentina, a organização registra em torno de 133 mil militantes⁶⁵ ativos em sua estrutura.

Frente Transversal Nacional e Popular

A Frente Transversal constitui-se em 2001, no contexto da crise econômica⁶⁶ severa experimentada pela Argentina. A organização foi impulsionada por lideranças históricas da Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA)⁶⁷. Com a ascensão de Néstor Kirchner em 2003, a Frente Transversal, juntamente com outros movimentos políticos, decide conformar um espaço⁶⁸ à parte do Partido Justicialista, mas que funciona como plataforma de apoio ao governo. A organização compreende que o Kirchnerismo é uma oportunidade de resgatar bandeiras históricas do peronismo, como a inclusão social, reconstrução da indústria nacional, recuperação do papel estratégico do Estado na economia, entre outras. Seu principal dirigente, Edgardo Depetri, foi subsecretário de Obras Públicas da Argentina. A Frente Transversal é integrante da coalizão peronista União pela Pátria. Por se tratar de uma Frente ainda não consolidada em termos de registro eleitoral, não se dispõe de dados confiáveis acerca do número de seus militantes.

65. Consultar “Cuántos afiliados a un partido político hay en el país y qué agrupaciones crecieron más en el último año”, disponível em: <https://www.infobae.com/politica/2023/04/02/cuantos-afiliados-a-un-partido-politico-hay-en-el-pais-y-que-agrupaciones-crecieron-mas-en-el-ultimo-ano/>. Acesso em 15 de abril de 2025.

66. Consultar “Cronología da crise argentina de 2001”, disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/12/16/interna_internacional,1331930/cronologia-da-crise-argentina-de-2001.shtml. Acesso em 27 de julho de 2023.

67. Consultar “Central dos Trabalhadores Argentinos”, disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/cta>. Acesso em 27 de julho de 2023.

68. Para detalhes dessa explosão organizativa a partir dos governos Kirchner, consultar: Germán J. Pérez e Ana Natalucci. “La matriz movimientista de acción colectiva en Argentina: la experiencia del espacio militante kirchnerista.” *América latina hoy*, n. 54, 2010, pp. 97-112.

Movimento Evita

O Movimento Evita teve sua fundação oficial em maio de 2005. Surge do acúmulo de alguns movimentos sociais que engendraram diversas modalidades de resistência às políticas neoliberais implementadas na Argentina ao longo da década de 1990 e início do século XXI. O nome do movimento foi eleito, conforme assinala Natalucci (2008), com o propósito de resgatar a tradição mais disruptiva e plebeia do Peronismo, pois Eva Perón⁶⁹ simboliza a entrega da vida por uma causa nobre, de soberania, independência econômica e justiça social. A organização atua mediante uma política de frentes, tais como as de mulheres, agrária e territorial, com o intuito de recuperar uma lógica militante para além da institucionalidade do peronismo. A partir desta lógica, o Movimento Evita busca pressionar internamente a coalizão peronista para políticas antineoliberais, visando constituir um projeto popular na Argentina. A organização integra a coalizão peronista União pela Pátria. Por se tratar de um movimento social desprovido de registro eleitoral próprio, não se dispõe de dados consolidados acerca do número de seus militantes.

Movimento Livres do Sul

O Movimento Livres do Sul surgiu em 2006, como resultado de uma articulação de movimentos sociais denominados Bairros de Pé. A denominação da organização remete, segundo Pérez e Natalucci (2010), às diversas experiências de lutas da América Latina, bem como à intenção de estreitar vínculos com os países da região. O movimento se autodefine como socialista, nacional e popular. Nessa perspectiva, busca integrar a tradição marxista com a corrente mais progressista do peronismo. Conforme Schuttenberg (2011), a relação com o peronismo tradicional pode ser subdividida em quatro momentos: 1) a interpretação de que Néstor Kirchner era continuidade do modelo neoliberal; 2) a aproximação gradual com o kirchnerismo; 3) a adesão ao governo de Cristina Kirchner, por considerar que ele expressava os interesses dos setores populares; e 4) a ruptura com o peronismo clássico, que se deu no final de 2008. Atualmente, o partido se opõe à coalizão peronista União pela Pátria, pois entende que o kirchnerismo se esgotou⁷⁰ enquanto força popular e social. Registra aproximadamente 116 mil filiados, conforme os dados fornecidos pela Câmara Nacional Eleitoral da Argentina.

Analisemos, em seguida, os partidos que não se identificam diretamente com o peronismo e o nacional-popular, mas que circunstancialmente integram a coa-

69. Consultar “Entenda quem foi Eva Perón e o que fez na Argentina”, disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-quem-foi-eva-peron-e-o-que-fez-na-argentina/>. Acesso em 23 de junho de 2023.

70. Consultar “El manifiesto fracaso de Cristina y el Kirchnerismo”, disponível em: <https://libresdelsur.org.ar/noticias/el-manifiesto-fracaso-de-cristina-y-el-kirchnerismo-editorial-de-humberto-tumini/>. Acesso em 27 de julho de 2023.

lização peronista. Ressalte-se a tradição comunista da Argentina, que possui uma relevância histórica e política.

Partido Comunista da Argentina

O Partido Comunista da Argentina (PCA) foi fundado em 1918 como seção da Internacional Bolchevique, na esteira da Revolução de Outubro de 1917 na Rússia. Sua trajetória é marcada por uma diversidade de aspectos, tais como rupturas, alterações de linha política, descontinuidades, aproximação e distanciamento do peronismo. Atualmente, o partido reivindica toda a ampla tradição marxista, destacando o legado de Lênin, Gramsci, Mariátegui e Ernesto Che Guevara. Além disso, tem por princípio a defesa das experiências revolucionárias na América Latina desde Bolívar, passando pela Revolução Cubana, a Sandinista, o acúmulo de lutas das esquerdas durante todo o século XX. Atualmente, seu horizonte estratégico é a construção da unidade da esquerda e do campo popular, através de uma frente nacional e social que englobe os valores anti-imperialistas, soberanistas e de integração. Nesse sentido, integra a coalizão peronista União pela Pátria, dentro do escopo de uma política frentista⁷¹ antineoliberal. Registra aproximadamente 14 mil filiados, conforme os dados fornecidos pela Câmara Nacional Eleitoral da Argentina.

Partido Comunista Congresso Extraordinário

O PCCE surge em 1996 como uma cisão do Partido Comunista da Argentina. As controvérsias internas se originaram numa disputa pela direção do Comitê Central, no contexto da crise provocada pelo colapso do bloco soviético ao longo da década de 1990. Nesse sentido, um conjunto de militantes decidiram convocar um Congresso Extraordinário do PC Argentino, foram expulsos e constituíram a nova organização. O partido se autodefine leninista, além de reivindicar em especial a luta expressa por figuras latino-americanas do marxismo, como Fidel Castro, José Carlos Mariátegui e Julio Antonio Mella. Estrategicamente, assinala que o percurso para o socialismo na Argentina implica uma “Revolução Democrática Agrária Anti-imperialista e Antimonopolista”⁷², por meio de uma mobilização de massas e articuladas numa Frente Nacional. É através dessa política de frente⁷³

71. Consultar “Por Un Gran Frente Programático para Derrotar a las Derechas y a la Política del FMI”, disponível em: [Por Un Gran Frente Programático para Derrotar a las Derechas y a la Política del FMI – PAGINA-OFICIAL-PCA](#). Acesso em 27 de julho de 2023.

72. Consultar “Por qué Partido Comunista Congreso Extraordinario”, disponível em: <https://pcce.com.ar/pcce/2020/06/26/jorge-pereyra-por-que-partido-comunista-congreso-extraordinario/>. Acesso em 27 de julho de 2023.

73. Consultar “LA ÚNICA DISYUNTIVA ES: Unión por la Patria para derrotar al fascismo neoliberal”, disponível em: <https://pcce.com.ar/pcce/2023/07/07/la-unica-disyuntiva-es-union-por-la-patria-para-derrotar-al-fascismo-neoliberal/>. Acesso em 27 de julho de 2023.

que se fundamenta sua participação na coalizão peronista União Pela Pátria. Em virtude da ausência de um registro eleitoral próprio, não se dispõe de dados consolidados acerca do número de seus militantes.

Partido Solidário

O Partido Solidário surge no ano de 2007, na capital argentina, Buenos Aires. Carlos Heller, principal líder e fundador da sigla, afirmou ter como referência um socialismo utópico⁷⁴, de orientação cooperativista. A Declaração de Princípios⁷⁵ estabelece que o propósito estratégico do partido é edificar uma democracia mais inclusiva e solidária, mediante a implementação de uma economia cooperativa, com intervenção do Estado nas reformas estruturais. Defende também a urgência de restaurar a função reguladora e integradora das instituições estatais. Desde sua origem, o partido compôs a base da coalizão peronista-kirchnerista e atualmente participa do campo político da União pela Pátria. Registra aproximadamente 31 mil filiados, conforme os dados fornecidos pela Câmara Nacional Eleitoral da Argentina.

A SUBSECRETARIA ANDINO-AMAZÔNICA DO FORO DE SÃO PAULO

A Subsecretaria Andino-Amazônica⁷⁶ é composta pelos seguintes países: Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Cabe destacar que os países Bolívia, Chile e Brasil integram a Subsecretaria Andino-Amazônica e, concomitantemente, participam das sessões da Subsecretaria Cone Sul.

Seguindo o padrão de escolha que considera os países que já foram anfitriões de reuniões da entidade e sua relevância eleitoral e social, duas organizações partidárias significativas são vinculadas ao Foro de São Paulo: o Movimento ao Socialismo – Instrumento Político para a Soberania dos Povos (MAS-IPSP), da Bolívia, e o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). O estudo do processo histórico de constituição dessas organizações contribui para a compreensão do papel estratégico do FSP como espaço de articulação das forças políticas de esquerda que obtiveram êxito nas lutas sociais e nas disputas eleitorais da região.

74. Consultar “Los obstáculos para lograr la equidad son los prejuicios”, disponível em: <https://web.archive.org/web/20070928115457/http://www.artemisanoticias.com.ar/site/notas.asp?id=1&idnota=4311>. Acesso em 27 de julho de 2023.

75. Consultar “Declaración de Principios: Partido Solidario”, disponível em: <http://www.partidosolidario.org.ar/declaracion-de-principios>. Acesso em 27 de julho de 2023.

76. A lista de organizações que são do Foro de São Paulo nestes respectivos países se encontra disponível em: <https://forodesaopaulo.org/partidos/>.

Movimento ao Socialismo – Instrumento Político para a Soberania dos Povos (MAS-IPSP) – Bolívia

O Movimento ao Socialismo - Instrumento Político pela Soberania dos Povos (MAS-IPSP) emerge da articulação entre o movimento campesino cocaleiro do Vale do Chapare e a etnia aimará do Altiplano boliviano. Conforme Do Alto (2008) argumenta, o incremento do contingente de produtores de folhas de coca nessa região na década de 1980 é fruto de um fluxo migratório ocasionado por uma severa estiagem em 1983 e a desestatização da Corporação Mineira da Bolívia (Comibol), decorrente das primeiras reformas neoliberais no país.

A ascensão dos cocaleiros na Confederação Sindical Campesina Boliviana (CSUTCB) possibilitou aos campesinos a articulação de diversas alianças que conferiram à folha de coca um papel central nas lutas sociais e políticas do país. Segundo Stefanoni (2003), sob a hegemonia desse movimento, emergiu uma conjunção entre a esquerda urbana e camponesa, o sindicalismo e a etnia, que propôs um discurso antineoliberal e anti-imperialista, incorporando uma visão etnocultural andina que abarcou outros setores marginalizados da sociedade boliviana. Como resultado desse processo de lutas, conforme argumenta Do Alto (2008), emerge a estratégia de uma participação independente do movimento camponês-indígena por meio da constituição de um *instrumento político*.

Assim, o instrumento foi aprovado no VI Congresso da CSUTCB em 1994. Foi organizado um Congresso da “Terra, Território e Instrumento Político” na cidade de Santa Cruz, em 1995. Além da CSUTCB, outros sindicatos e confederações como de mulheres e indígenas participaram da criação da Assembleia pela Soberania dos Povos (ASP). Desse modo, Do Alto (2008) assinala que o instrumento funcionava na prática como uma federação de organizações sociais, não havendo nenhuma distinção entre as organizações e a própria estrutura partidária.

Contudo, conforme assinalam Stefanoni (2003) e Do Alto (2008), os primórdios desse instrumento organizativo do movimento camponês-indígena foram caracterizados por algumas fissuras e cisões, que resultaram na fundação do Instrumento Político para a Soberania dos Povos (IPSP), em 1998, sob a égide de Evo Morales. Morales era o principal líder cocaleiro e a maioria das bases da ASP acaba aderindo ao IPSP. Diante da recusa reiterada do Poder Judiciário boliviano em outorgar o registro eleitoral do IPSP, Evo articula o pacto onde um pequeno partido denominado Movimento ao Socialismo (MAS) empresta sua personalidade jurídica partidária, conformando assim o MAS-IPSP em janeiro de 1999.

Segundo Valença (2018), a conformação do MAS-IPSP implicava a responsabilidade de traduzir institucionalmente a crise da hegemonia neoliberal na Bolívia e de buscar substituí-la por um avanço das classes subalternas, articulando o horizonte de

classe ao componente étnico. No entanto, essa conformação se mostrou sempre instável, com fissuras, revelando a própria pluralidade dos setores populares.

A referida crise evidenciou-se de maneira contundente no episódio denominado Guerra da Água, ocorrido em abril de 2000, no qual os movimentos sociais lograram reverter a privatização da empresa de recursos hídricos de Cochabamba. Conforme aponta Fuser (2016), a privatização do serviço, realizada a pedido do Banco Mundial, elevou a tarifa em até 300%, o que suscitou uma forma de articulação social flexível e multissetorial, com a participação de associações de moradores, sindicatos cocaleiros e entidades camponesas e indígenas. As ações diretas empregadas nessa jornada de lutas consistiram em bloqueio de rodovias, grandes marchas e ocupação de espaços públicos. O governo inicialmente respondeu com uma forte repressão, declarando Estado de Sítio na região, mas, ao fim, acabou derrotado e revogou o contrato da privatização da água.

No contexto do ciclo de lutas emergente, o MAS adquiriu uma crescente relevância na resistência ao neoliberalismo na Bolívia. Conforme aponta Fuser (2016), o partido se favoreceu de uma alteração eleitoral que instituiu uma série de municípios nas áreas rurais da Bolívia, e possibilitou que o movimento camponês-indígena acessasse o aparato de Estado por meio dos governos municipais e regionais. Morales se sobressaiu em âmbito nacional ao defender a nacionalização dos hidrocarbonetos, além de pleitear uma política industrial para o gás boliviano. Em meio a um período de intensa instabilidade interna, marcado por uma série de confrontos, piquetes, greves e grave crise institucional, o MAS-IPSP venceu as eleições presidenciais em 18 de dezembro de 2005. Nessa ocasião, Evo Morales obteve 53,7% dos votos, a maior margem de votação na história democrática da Bolívia.

O acesso de Evo à Presidência da Bolívia consolidava uma trajetória política singular, a do “partido-movimento”, que é analisada por García Linera (2016) em cinco aspectos: a) a base organizativa são as comunidades camponesas indígenas; b) o partido atua como um prolongamento parlamentar e institucional das organizações sindicais; c) as lideranças e a intelectualidade são indígenas, o que fortalece a autorrepresentação de classe e étnica concomitantemente; d) a identidade étnica é o fundamento discursivo do projeto político, onde confrontam o Estado e interpelam outros segmentos da sociedade, inclusive o mundo operário; e e) almejam uma forma mais complexa da democracia em torno de lógicas não liberais e edificando um governo plurinacional.

No exercício do poder, Morales buscou implementar uma política macroeconômica de cunho nacional-popular. Conforme aponta Fuser (2016), ele buscou restabelecer a soberania estatal sobre os recursos energéticos de petróleo e gás natural; ampliar a arrecadação orçamentária do Estado mediante a renegociação de contratos com corporações estrangeiras; recuperar o controle acionário de ativos

de empresas alienadas durante os governos neoliberais; e instituir uma política desenvolvimentista, visando transformar o gás em produtos de maior valor agregado, tais como fertilizantes e plásticos. Em agosto de 2006, o governo também convocou uma Assembleia Constituinte que, após um intenso embate institucional e extraparlamentar (nas ruas), foi promulgada em 2009⁷⁷. Nela, o Estado reconhece as nacionalidades indígenas como centrais, oficializando a Bolívia como um estado plurinacional.

Em termos programáticos e estratégicos, o principal documento que norteia a atuação do MAS-IPSP é seu *Estatuto Orgânico*⁷⁸. Os princípios e valores que regem a organização são fundamentalmente: o anti-imperialismo; o anticapitalismo; o anticolonialismo; a complementariedade ecológica e cultural; a memória histórica de resistência popular; o pluralismo político, econômico e social; o exercício pleno da plurinacionalidade do Estado boliviano; a democracia e disciplina interna; a igualdade e equidade de gênero; a unidade e a solidariedade. Chama atenção ainda o componente estatutário de respeito à liderança nata e máxima do partido na figura de Evo Morales.

O documento elenca os seis fins estratégicos que a organização deve almejar: 1) a unidade do povo boliviano, respeitando os valores multiétnicos, plurinacionais e interculturais da Bolívia; 2) a defesa intransigente dos recursos naturais, do patrimônio público, do território e meio ambiente como imprescindíveis para o desenvolvimento e soberania da Bolívia; 3) estatização de empresas estratégicas para o Estado; 4) a edificação e consolidação do denominado *socialismo comunitário*, o que implica em engajamento com as lutas internacionais anti-imperialistas e anticapitalistas; 5) a articulação das organizações obreiras, camponesas, indígenas, populares e nacionais contra o intervencionismo de potências estrangeiras; e 6) construir uma sociedade complementar entre homens e mulheres, de direitos e com justiça social.

Durante 13 anos consecutivos (2006-2019), o MAS ocupou o poder executivo na Bolívia sob a liderança de Evo Morales. Em 2009, mediante uma reforma constitucional, foi instituída a possibilidade de reeleição presidencial por dois mandatos consecutivos e, nesse mesmo ano, Evo foi reconduzido ao cargo com 64% dos sufrágios no primeiro turno. Em 2014, Evo obteve 61% dos votos no primeiro turno, na sua segunda reeleição. Em 2016, foi realizado um plebiscito constitucional para autorizar mais uma reeleição do dirigente cocaleiro, porém o NÃO prevaleceu com

77. Para mais informações sobre o referendo que aprovou a nova Constituição, consultar “Referendo constitucional que refundou Bolívia como Estado plurinacional faz 10 anos”, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/25/referendo-constitucional-que-refundou-bolivia-como-estado-plurinacional-faz-10-anos>. Acesso em 8 de junho de 2023.

78. O documento se encontra disponível em: <https://www.oep.org.bo/wp-content/uploads/2023/08/ESTATUTO-MAS-IPSP.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2025.

uma margem estreita de 51,3%, contra 48,7% dos que votaram SIM pela reeleição ilimitada. Evo recorreu ao Tribunal Constitucional e obteve o direito de se candidatar novamente nas eleições de 2019. O MAS alcançou mais um triunfo com Evo à frente da chapa, porém a oposição, em conluio com a Organização dos Estados Americanos (OEA), acusou falsamente a existência de fraude⁷⁹, o que conduziu à renúncia do mandatário⁸⁰ e gerou uma grave crise política, social e institucional no país.

Dessa forma, Jeanine Áñez, senadora opositora ao governo de Evo Morales, autodeclarou-se presidente interina após a renúncia deste. Contou com o respaldo das Forças Armadas no âmbito nacional e da OEA no âmbito regional para exercer o cargo. Seu governo caracterizou-se por uma intensa repressão aos movimentos sociais, perseguição aos líderes do MAS-IPSP e uma série de violações de direitos humanos⁸¹. Nas eleições presidenciais de 2020, o partido reassumiu o poder executivo, tendo Luis Arce obtido 55% dos votos no primeiro turno. O MAS mobilizou sua força orgânica⁸² de “partido-movimento” para restaurar o projeto antineoliberal e comunitário na Bolívia. A agremiação política destaca-se como a maior em número de militantes registrados, conforme os dados fornecidos pelo Órgão Eleitoral do país⁸³, contabilizando por volta de 1 milhão de membros.

Uma profunda crise interna⁸⁴ afeta o MAS-IPSP na atual conjuntura. Essa crise tem como origem as divergências entre Evo Morales, líder histórico da sigla, e o atual presidente da Bolívia, Luis Arce. O conflito envolve a definição do candidato para as eleições presidenciais de 2025, bem como o estilo de gestão de Arce e o papel dos movimentos sociais no governo do MAS. Essa crise, que ainda está em curso, pode ter consequências graves e levar a uma ruptura da unidade partidária.

79. Consultar “Houve fraude nas últimas eleições da Bolívia? Estudos dizem que não”, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/07/houve-fraude-nas-ultimas-eleicoes-da-bolivia-estudos-dizem-que-nao>. Acesso em 9 de junho de 2023.

80. Para mais detalhes, consultar “A cronologia da crise que levou à renúncia de Evo Morales na Bolívia”, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50367271>. Acesso em 9 de junho de 2023.

81. Para mais detalhes, consultar “Relatório confirma a violação de direitos humanos no golpe de Estado na Bolívia”, disponível em: <https://www.abrilabril.pt/internacional/relatorio-confirma-violacao-de-direitos-humanos-no-golpe-de-estado-na-bolivia>. Acesso em 9 de junho de 2023.

82. Para detalhes da estratégia eleitoral do MAS em 2020, consultar “O MAS-IPSP, uma estrutura em resistência”, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/o-mas-ipsp-uma-estrutura-em-resistencia.shtml>. Acesso em 9 de junho de 2023.

83. Consultar “Quantos militantes tienen los partidos que pueden participar de las elecciones 2025”, disponível em: <https://erbol.com.bo/nacional/%C2%BFcu%C3%A1ntos-militantes-tienen-los-partidos-que-pueden-participar-de-las-elecciones-2025>. Acesso em 15 de abril de 2025.

84. Consultar “Conflito entre Luis Arce e Evo Morales gera crise política na Bolívia”, disponível em: [Conflito entre Luis Arce e Evo Morales gera crise | Internacional \(brasildefato.com.br\)](https://www.brasildefato.com.br/2024/01/22/conflito-entre-luis-arce-e-evo-morales-gera-crise-politica-na-bolivia). Acesso em 22 de janeiro de 2024.

Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) – Venezuela

O Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) constitui-se como uma organização que emerge por iniciativa do Presidente Hugo Chávez em dezembro de 2006. Conforme Sánchez Medero (2009) assinala, o propósito era edificar um único organismo político com o intuito de congregiar todas as forças que respaldavam a denominada Revolução Bolivariana. Diversas agremiações, tais como o Movimento Quinta República, o Movimento Tupamaro, a Liga Socialista, a Unidade Popular Venezuelana e outras, apostaram na unidade da esquerda venezuelana para conformar o PSUV.

Uma das referências históricas que o partido reivindica como marco do ciclo de luta e resistência ao neoliberalismo na Venezuela é o episódio conhecido como *Caracazo*. Trata-se de uma insurreição popular que ocorreu em fevereiro de 1989 em resposta a um acordo assinado entre o governo venezuelano e o Fundo Monetário Internacional. Segundo Maringoni (2009), o acordo foi uma tentativa de sanar a crise fiscal do país, provocada pela queda do preço internacional do petróleo⁸⁵ no final dos anos 1980. O acordo implicava um empréstimo de dólares ao governo, condicionado à implementação de um pacote que incluía desvalorização cambial, redução do gasto público e do crédito, congelamento de salários e aumento dos preços de produtos básicos. O governo de Carlos Andrés Pérez reagiu à insurreição com severa violência estatal, o que resultou em uma verdadeira carnificina⁸⁶ com milhares de vítimas fatais.

No contexto de crise política e social que se seguiu à insurreição popular conhecida como *Caracazo* em 1989, o cenário venezuelano foi marcado por duas tentativas de Golpe de Estado, empreendidas por setores militares articulados no denominado Movimento Bolivariano 200⁸⁷ (MBR-200). A primeira delas ocorreu em fevereiro de 1992 e foi neutralizada pelas forças legalistas. Conforme Mendes (2012), um dos líderes do movimento, Hugo Chávez, logrou converter a derrota militar em uma

85. A Venezuela possui as maiores reservas de petróleo do mundo, o que a faz ser altamente dependente da renda petroleira. Para um breve histórico do país e de sua relação com o petróleo, consulte “VENEZUELA”, disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/v/venezuela>. Acesso em 13 de junho de 2023.

86. Para mais detalhes, consultar “Fotógrafo que registrou o Caracazo conta a história da revolta que redefiniu a Venezuela”, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/27/fotografo-que-registrou-o-caracazo-conta-a-historia-da-revolta-que-redefiniu-a-venezuela>. Acesso em 13 de junho de 2023.

87. O nome MBR-200 prestava homenagem ao bicentenário de nascimento de Simón Bolívar (1783-1830), herói máximo da independência da Venezuela. O movimento, posteriormente, se converteu no Movimento Quinta República, que serviu de base política para a primeira eleição de Hugo Chávez, em 1998. Para mais detalhes deste culto a Bolívar presente na Venezuela, consulte “BOLIVARIANISMO”, disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/b/bolivarianismo>. Acesso em 16 de junho de 2023.

vitória política, ao exigir, como condição para a rendição, que lhe fosse concedido o direito de se pronunciar em cadeia nacional. Desse modo, Chávez obteve projeção em todo o território nacional, construindo uma imagem de resiliência e confiança. A segunda delas ocorreu em novembro do mesmo ano e, apesar de igualmente fracassada, consolidou o MBR-200 como principal representante da oposição ao sistema político vigente na Venezuela, simbolizado pelo *Pacto de Punto Fijo*⁸⁸.

Em 1994, Hugo Chávez recebe a anistia e se retira da carreira militar para se dedicar exclusivamente à articulação política. Por meio de seu Movimento Quinta República, logra formar uma coalizão denominada Polo Patriótico com o objetivo de disputar as eleições de 1998. Segundo Maringoni (2009), Chávez alcança uma vitória esmagadora em dezembro de 1998, com 56,2% dos votos válidos. Tal vitória foi a precursora da onda progressista que caracterizaria a América Latina no século XXI. Conforme Regalado (2008), o Foro de SP não soube dimensionar a relevância continental desse feito na ocasião, pois o passado militar “golpista” de Chávez ainda suscitava desconfiança em algumas forças progressistas da entidade.

No ano inaugural de sua gestão, em 1999, Chávez convocou uma Assembleia Constituinte. O Polo Patriótico ocupou a maioria das cadeiras da Assembleia. Conforme Maringoni (2009), o texto constitucional, composto por 350 artigos, foi concluído em novembro e ratificado por 71% dos eleitores em um plebiscito popular em dezembro. O país passou a denominar-se oficialmente República Bolivariana da Venezuela. O novo desenho institucional conferiu maior poder ao Executivo. O governo promoveu ainda uma Lei de Hidrocarbonetos que fortaleceu o controle estatal da atividade petrolífera.

Diante da ascensão do chavismo, a oposição adotou uma postura radical, mobilizando diversos setores da sociedade civil e das forças armadas para desestabilizar o governo de Hugo Chávez. Essa estratégia culminou em uma tentativa de golpe de Estado⁸⁹ em 11 de abril de 2002, quando o presidente foi sequestrado por militares golpistas, que logo empossaram Pedro Carmona – então presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Produção – como mandatário da Venezuela, com o reconhecimento do governo dos EUA. No entanto, a resistência popular nas ruas e a lealdade de parte das forças armadas ao chavismo impediram o êxito do golpe. Em

88. O acordo costurado em 1958, numa chácara denominada Punto Fijo, visava, segundo Maringoni (2009), estabelecer uma convergência de interesses que tinha como ponto de apoio o domínio do aparelho de Estado. Na prática, instaurou um regime eleitoral que acomodou as diversas frações da classe dominante do país, onde os dois principais partidos, Ação Democrática (AD) e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei), se revezavam na partilha do aparato de Estado.

89. Para mais detalhes dos acontecimentos, consultar “11 de abril: golpe de Estado contra Hugo Chávez completa 18 anos”, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/11/11-de-abril-golpe-de-estado-contra-hugo-chavez-completa-18-anos>. Acesso em 15 de junho de 2023.

uma operação coordenada entre o movimento chavista, o povo venezuelano e os militares leais, Chávez retornou à Presidência em 13 de abril.

A escalada da oposição evidenciou a imprescindibilidade de se erigir uma organização enraizada na população e edificada a partir do aparato de Estado. O PSUV emerge para ser a vanguarda do processo de transformação encabeçado por Hugo Chávez e denominada de Revolução Bolivariana.

O documento norteador e estratégico do PSUV é o *Libro Rojo*⁹⁰, aprovado em 2010 no I Congresso do partido e que é periodicamente atualizado. Esse documento elenca os três objetivos estratégicos principais do partido: 1) a consolidação da *Democracia Participativa*; 2) o enfrentamento do imperialismo e de qualquer forma de intervenção estrangeira; e 3) a edificação do *Socialismo Bolivariano*. O documento salienta que os três objetivos se condicionam e se inter-relacionam mutuamente. A edificação da *Democracia Participativa* implica em uma nova práxis política, que visa superar a democracia burguesa. Assim, a população organizada deve se empenhar em transcender a separação formal dos poderes, mediante a incorporação de formas de democracia direta, tendo em vista o bem-estar social, a erradicação da pobreza, a segurança nacional e a soberania. Tal edificação deve ser indissociável da luta anti-imperialista, buscando construir um bloco de movimentos, partidos e nações rumo a uma nova arquitetura regional e global. Nesse sentido, o PSUV confere especial atenção à América Latina, enfatizando a necessidade de derrotar o imperialismo representado pelos EUA, além de fortalecer as iniciativas regionais progressistas. Por fim, pontua que a edificação do *Socialismo Bolivariano* passa por resolver as contradições do capital em favor das forças do trabalho, conquistar no âmbito da produção o mesmo caráter social da distribuição e consumo, valorizar os seres humanos em detrimento do dinheiro. Conceituam que socialismo é o retorno do sentido social e comunitário para a vida.

O documento máximo do PSUV sustenta que o processo de transição ao *Socialismo Bolivariano* se dará a partir de um modelo de desenvolvimento endógeno e autossustentável fundamentado na promoção de seis pontos essenciais: 1) novas formas de poder, baseadas na participação, construção e tomada de decisões coletivas por parte dos trabalhadores; 2) novas formas de gestão públicas e sociais de empresas, com o intuito de racionalizar e otimizar os recursos; 3) participação protagonista conjunta dos trabalhadores e comunidade; 4) construção de saberes sociais para a autonomia e independência científica e tecnológica; 5) concepção prática e social sustentável com os recursos naturais; e 6) recuperação de tecnologias populares e

90. O *Libro Rojo* está disponível em: <http://www.psuv.org.ve/temas/biblioteca/libro-rojo/>. Acesso em 15 de maio de 2023.

tradicionais, além da apropriação pertinente das tecnologias da informação e comunicação, para uso coletivo e comunitário.

O chavismo se mantém no poder na Venezuela desde 1999. Conforme López Maya (2016), a implementação de diversas políticas públicas de caráter participativo, tais como conselhos locais, comitês da terra, mesas técnicas de água, entre outras, possibilitou a legitimação da liderança de Chávez e a superação das estratégias de confronto violento adotadas pela oposição. No entanto, esse cenário se altera a partir de 2009, quando ocorre uma forte queda nos preços do petróleo, acarretando uma redução significativa da renda petroleira que sustentava o modelo. Chávez falece em 2013, logo após ter sido reeleito na eleição presidencial de 2012, com 54,4%⁹¹ dos votos. O PSUV perdeu sua principal referência política, designada no próprio *Libro Rojo* como “Líder Eterno”, sob cuja égide toda a militância se reconhecia como “seus filhos e filhas”.

Após o falecimento de seu principal líder, o PSUV lançou a candidatura de Nicolás Maduro nas eleições de 2013. Com uma diferença mínima, Maduro obteve 50,6% dos votos e sagrou-se vitorioso. Reeito em 2018 e 2024⁹², Nicolás Maduro permanece na Presidência da Venezuela. O PSUV logrou conservar-se como partido governista mesmo diante de múltiplas crises⁹³, tais como a econômica, a social, a humanitária e a migratória, além de sanções⁹⁴ e isolamento diplomático. Conforme López Maya (2016), uma das causas desse êxito é a implementação do denominado “Estado Comunal”⁹⁵, no qual os poderes são mais centralizados no Executivo, que organiza a população em conselhos comunais, onde as decisões são tomadas em assembleias. Desse modo, ficam debilitados a divisão em estados e municípios e os princípios liberais da democracia burguesa, como a separação e independência dos poderes. Inclusive é um objetivo estratégico do PSUV, como

91. Consultar “Chávez bate Capriles e é reeleito mais uma vez presidente da Venezuela”, disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/10/hugo-chavez-e-reeleito-mais-uma-vez-presidente-da-venezuela.html>. Acesso em 16 de junho de 2023

92. Pela sua importância particular para o Foro de SP, a reeleição de Maduro no ano de 2024 e suas consequências para a região são tratadas brevemente na análise de conjuntura feita nas Considerações Finais desta tese.

93. Consultar “Crise na Venezuela: o que levou o país ao colapso econômico e à maior crise de sua história”, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45909515>. Acesso em 16 de junho de 2023.

94. Uma abordagem aprofundada dos impactos deletérios das medidas punitivas impostas pelos EUA à Venezuela e de como elas constituem um dos fatores preponderantes para o colapso econômico do país pode ser encontrada em: Mark Wesbrit e Jeffrey Sachs. *Sanções Econômicas como Punição Coletiva: O Caso da Venezuela*. Center for Economic and Policy Research, 2019.

95. Consultar a “Ley Orgánica de los Consejos Comunales”, disponível em: <https://www.asambleanacional.gob.ve/leyes/sancionadas/ley-organica-de-los-consejos-comunales>. Acesso em 16 de junho de 2023.

pudemos constatar na análise do *Libro Rojo*. Conforme os dados oficiais divulgados pelo próprio partido, o PSUV registra aproximadamente 7,8 milhões de militantes inscritos⁹⁶ em suas fileiras.

A SUBSECRETARIA MESOAMERICANA E CARIBENHA DO FORO DE SÃO PAULO

A Subsecretaria Mesoamericana e Caribenha⁹⁷ é composta pelos seguintes países: Aruba, Barbados, Belize, Costa Rica, Cuba, Curaçau, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Martinica, México, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Santa Lúcia e Trindade e Tobago. Porto Rico – protetorado dos EUA – faz parte desta Subsecretaria.

Seguindo o padrão de escolha que considera os países que já foram anfitriões de reuniões da entidade e sua relevância eleitoral e social, três organizações partidárias significativas são vinculadas ao Foro de São Paulo: O Partido Comunista de Cuba (PCC); A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). Duas organizações mexicanas ainda merecem destaque dentro do escopo desta Subsecretaria: O Partido da Revolução Democrática (PRD) e o Movimento Regeneração Nacional (Morena). Entender a trajetória dessas agremiações é contar uma boa parte da história de lutas dessa região do continente.

Partido Comunista de Cuba (PCC) – Cuba

Sua fundação se deu em 1º de outubro de 1965, resultado da fusão das organizações que conduziram o processo da Revolução Cubana, que triunfou em 1º de janeiro de 1959. As organizações que se unificaram são: o Movimento 26 de Julho (M-26-7), o Diretório Revolucionário 13 de Março (DR-13-M) e o Partido Socialista Popular (PSP). Segundo Regalado (2008), a síntese das identidades destas três organizações se produziu, em 1965, num ato de composição do Comitê Central e do Biro Político do nascente Partido Comunista Cubano.

Como nos lembram Melo (2016) e Regalado (2008), o PC de Cuba se considera herdeiro de uma longa trajetória de lutas por emancipação nacional e social do povo cubano, que remontam aos primeiros movimentos anticolonialistas da Ilha, ainda no século XIX. A primeira guerra de independência de Cuba ocorreu

96. Consultar “¡PODEROSA MAQUINARIA! PSUV ha inscrito a 7 millones 771 mil 975 militantes”, disponível em: <http://www.psuv.org.ve/portada/militantes-psuv-diosdado-cabello-rueda-prensa-carnetizacion-nuevos-militantes/#.Xut9jGhKi00>. Acesso em 15 de abril de 2025.

97. A lista de organizações que são do Foro de São Paulo nestes respectivos países se encontra disponível em: <https://forodesaopaulo.org/partidos/>.

de 1868 a 1878, e não logrou vitória. Posteriormente, em 1892, foi fundado, em território estadunidense, o Partido Revolucionário Cubano (PRC), tendo como principal líder José Martí e como objetivo fazer Cuba independente do jugo colonial espanhol.

Importante destacar, como argumenta Melo (2016), que Martí foi o grande inspirador do nacionalismo e patriotismo em Cuba, além de ser um dos pioneiros do anti-imperialismo na América Latina e Caribe. Preconizava a unidade latino-americana, era um entusiasta de uma verdadeira independência da região. Autor do texto clássico “Nossa América”⁹⁸, que condensa esse ideal de lutas e unidade regional. Martí morre em 1895, durante outra guerra de independência de Cuba. Tal conflito teve por resultado a intervenção militar dos EUA sobre a Ilha, que, a pretexto de auxiliar na luta contra o domínio espanhol, transforma Cuba em uma “semicolônia”⁹⁹.

Das três organizações que deram origem ao PC Cubano, o PSP foi o primeiro a surgir, fundado em 1925, em Havana. Como nos lembra Melo (2016), ele surge com o nome de Partido Comunista Cubano, posteriormente muda de nome para Partido União Revolucionária Comunista (PURC) e, em 1944, adota a nomenclatura de Partido Socialista Popular (PSP). Essa mudança de nomes se deu, como pontua Regalado (2008), pelas diferentes linhas políticas adotadas pelo partido, sob influência da III Internacional Comunista.¹⁰⁰

Já o M-26-7 e o DR-13-M nascem em reação ao golpe perpetrado por Fulgencio Batista em 1952. Segundo Regalado (2008), o golpe cria na Ilha uma situação revolucionária. O M-26-7 foi fundado pelos sobreviventes da tentativa de assalto ao Quartel Moncada, realizada no dia 26 de julho de 1953. Um grupo de jovens liderados por Fidel Castro tenta – de modo fracassado – tomar a guarnição militar. Os quadros do M-26-7 se exilam no México, de onde empreendem uma expedição militar a bordo do iate *Granma* a Cuba, no fim de 1956. O DR-13-M surge em 1955, ainda com o nome de Diretório Revolucionário (DR), com a ideia de empe-

98. O texto é referência para o documento com orientações estratégicas e programáticas do Foro de São Paulo *Consenso de Nuestra América*, que será objeto de análise desta tese, no capítulo 4, “O Foro de São Paulo e os dilemas estratégicos e programáticos da Pátria Grande”.

99. Embora reconhecendo a “independência de fato e de direito” de Cuba, a Emenda Platt do Congresso dos Estados Unidos estabeleceu seu direito de intervir nos assuntos internos da Ilha toda vez que considerasse necessário. (Pomar, W., 2016, p. 25)

100. Criada em 1919, a III Internacional ou Internacional Comunista (IC) foi uma iniciativa dos bolcheviques que haviam triunfado na Revolução Russa de 1917. Criada como uma plataforma para facilitar o desenvolvimento da revolução socialista no mundo, foi dissolvida em 1943. A coletânea de 12 volumes de Eric J. Hobsbawm *História do Marxismo*, traz, do volume V ao X, um panorama detalhado da história, polêmicas e debates envolvendo a entidade. Para entender melhor a influência da III Internacional na América Latina e Caribe consultar: Caballero, Manuel. *La Internacional Comunista y la revolución latinoamericana*, 1919-1943. Editorial Alfa, 2006.

nhar uma luta armada e urbana contra o regime de Batista. Muda de nomenclatura para DR-13-M após a morte de seu líder principal, José Antonio Echevarría, em 13 de março de 1957, numa ação contra o ditador.

Ambas as organizações firmam uma aliança na chamada Frente Democrática Revolucionária. Desse modo, combinavam a guerra de guerrilhas na *Sierra Maestra* com uma ação de massas nas cidades. Como nos lembra Melo (2016), o PSP, apesar de não concordar com a ação das guerrilhas, fez uma aliança prática ao ceder quadros para juntar-se aos guerrilheiros. Como nos lembra W. Pomar (2016), só o PSP possuía certa unidade ideológica, enquanto M-26-7 e DR-13-M eram marcados internamente pela diversidade política. O centro unificador das organizações era o projeto anti-imperialista e nacional-popular. A ação conjunta dessas organizações culmina no triunfo da Revolução Cubana em 1º de janeiro de 1959.

Desse modo, como nos lembra Regalado e Pomar (2013), a revolução cubana teve um caráter nacional, democrático e popular de início. Porém, foi se convertendo em socialista à medida que as ações do governo revolucionário entravam em choque com os interesses dos EUA. O auge desse desenvolvimento se deu em 16 de abril de 1961, na véspera da tentativa de invasão mercenária – patrocinada pelos EUA – da Praia Girón. Fidel Castro, em discurso, proclama o caráter socialista¹⁰¹ da Revolução Cubana. Esse processo de desenvolvimento socialista da Revolução leva, como nos lembra W. Pomar (2016), a uma gradual fusão das organizações políticas nas Organizações Políticas Integradas (ORI), ainda em 1961. Em maio de 1963, a ORI evolui para o Partido Unificado da Revolução Socialista (PURS). Por fim, quando como pontua Regalado (2008), a organização se identifica com uma unidade ideológica comum, baseada no marxismo-leninismo, o PURS se torna o Partido Comunista de Cuba.

Uma das características marcantes da Revolução foi sua postura anti-imperialista desde o princípio. Conforme argumenta Hobsbawm (2017), em áreas como a América Latina no século XX, a conjuntura era potencialmente revolucionária, devido à incapacidade do subdesenvolvimento de oferecer um mecanismo para solucionar as questões sociais e econômicas do subcontinente. Ademais, as alternativas possíveis envolviam o anti-imperialismo, pois a própria origem dos problemas da região estava relacionada com suas interações com o mundo desenvolvido, especialmente os EUA, de maneira avassaladora. Essa realidade era especialmente relevante para a Ilha, subjugada aos mandos do “colosso do Norte” desde sua independência.

Em maio de 1959, Fidel Castro, em uma alocução pública, antecipava que o êxito da Revolução Cubana tinha relevância para toda a América Latina e Caribe. Ele

101. Confira o texto “Fidel e a proclamação do caráter socialista da Revolução Cubana” na íntegra, disponível em: <https://www.novacultura.info/post/2025/04/18/fidel-e-a-proclamacao-do-carater-socialista-da-revoluciao-cubana>. Acesso em 20 de junho de 2025.

exortava que a região deveria superar a fragmentação que a tornava vulnerável e subordinada aos interesses externos, além de buscar uma união solidária e soberana:

Unamo-nos, primeiro, em prol das aspirações econômicas; a favor da grande ambição pela aspiração do desenvolvimento econômico da América Latina, com economia própria; a favor do mercado comum; depois das barreiras alfandegárias, poderemos remover as barreiras legais que exigem vistos e requisitos para se deslocar de um lugar para outro e, assim, um dia, embora não o vejamos, as barreiras artificiais que nos separam terão desaparecido.¹⁰² (Castro, 2009, pp. 21-22).

A orientação anti-imperialista e latino-americanista da Revolução manifestou-se de forma concreta na década de 1960. Conforme apontam Melo (2016) e Castro (2009), Cuba integrou o Movimento dos Não Alinhados, que emergiu na Conferência de Bandung e propunha uma reconfiguração do sistema internacional. Fomentou também a realização das *Conferências Tricontinentais*, a fundação da Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL) e da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)¹⁰³. No discurso de encerramento que instituiu a OLAS, Fidel afirmou que a entidade representava um movimento mais amplo do que apenas de partidos comunistas, que se exigia superar uma mentalidade limitada e sectária em prol da unidade dos povos do Sul.

O socialismo cubano passa por uma reorientação estratégica a partir da década de 1970, aproximando-se do modelo soviético, que havia sido alvo de intensos debates na década anterior, com a participação ativa de Ernesto “Che” Guevara¹⁰⁴, crítico da “cópia” do modelo da URSS em Cuba. Segundo W. Pomar (2016) e Regalado (2008), Cuba ingressa no Conselho para a Assistência Econômica Mútua (Comecon), bloco econômico dos países socialistas, em 1972. Durante o período de 1972 a 1975, Cuba abandonou os princípios que priorizavam absolutamente o fator ideológico em detrimento do fator material, aproximando-se, assim, da política econômica de matriz soviética. Em 1975, realiza-se o I Congresso do Partido Comunista Cubano, que formaliza a planificação centralizada da economia e institui o Primeiro

102. Tradução nossa, no original: *Unámonos, primero, en pro de aspiraciones económicas; en pro de la gran ambición hacia la aspiración del desarrollo económico de América Latina, con economía propia; en pro del mercado común; después de las barreras aduanales, podremos ir suprimiendo las barreras legales que nos exigen visas y requisitos para movernos de un lugar a otro, y así algún día, aunque tal vez no lo veamos, las barreras artificiales que nos separan habrán desaparecido.*

103. Para entender esse panorama histórico do Sul Global, consultar: Vijay Prashad. *Uma história popular do terceiro mundo*. Tradução de Rafael Tatemoto. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

104. Sobre este tema, consultar: Luiz Bernardo Pericás. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

Plano Quinquenal (1976-1980), além de aprovar uma nova Constituição que institucionaliza a Revolução.

A transformação mencionada permitiu que a conjuntura econômica e social do país, entre meados da década de 1970 e a metade dos anos 1980, alcançasse seu ápice desde o triunfo da Revolução. Conforme destacado por Vilaboy (2021), o desemprego era praticamente inexistente (3,4%), a dieta média da população era saudável e equilibrada, com 2848 calorias per capita diárias, enquanto 85% das habitações possuíam energia elétrica e 91% das residências tinham televisão. Ademais, a agricultura foi gradualmente mecanizada, especialmente no que tange à colheita de cana-de-açúcar.

Contudo, conforme nos recorda Regalado (2024), o desencadeamento das reformas econômicas na União Soviética (*perestroika*)¹⁰⁵, implementadas por Mikhail Gorbatchov nos anos 1980, representou um ataque ao “modelo soviético” que Cuba havia adotado como seu. Tal contexto levou o PC de Cuba a realizar uma nova reorientação em sua política econômica. Nesse cenário, realizou-se o III Congresso do Partido Comunista Cubano¹⁰⁶, que teve como objetivo iniciar um processo de “Retificação de Erros e Tendências Negativas”, buscando reformar o sistema econômico e social do país.

A década de 1990 marcou o fim do bloco soviético/socialista e trouxe graves consequências sociais e econômicas para Cuba. Segundo W. Pomar (2016), a Ilha ficou isolada no cenário internacional e sem acesso a organismos e créditos externos. Três anos depois da dissolução da URSS, o PIB cubano havia reduzido 23,8% e os investimentos, 57%. A capacidade de compra passou de US\$ 8 bilhões para US\$ 1,7 bilhão. O fornecimento de petróleo diminuiu de 13,4 milhões de toneladas para 3,3 milhões de toneladas. A produção de energia elétrica declinou 70% e a de aço, 19%. A safra de açúcar caiu de 7 milhões de toneladas para 4,3 milhões, enquanto a produção agropecuária despencou 53%, principalmente por causa da dependência de fertilizantes e outros insumos importados que o país não mais podia adquirir. Os níveis de consumo sofreram uma drástica redução em virtude da escassez de produtos disponíveis.

Diante desse cenário, o Partido Comunista de Cuba realizou, em outubro de 1991, seu IV Congresso, que estabeleceu o “Período Especial em Tempos de Paz”. A partir desse evento, foram implementadas diversas mudanças na economia política

105. Uma tentativa de reestruturação da economia soviética, que visava descentralizar e desburocratizar o sistema de planejamento econômico. No entanto, tal iniciativa acabou por contribuir significativamente para o desmantelamento do planejamento centralizado da economia soviética, gerando caos econômico e, consequentemente, contribuindo para a desintegração da URSS. Consultar “Perestroika”, disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/perestroika.htm>. Acesso em 3 de dezembro de 2024.

106. Os documentos aprovados no III Congresso do PC Cubano estão disponíveis em: <https://www.pcc.cu/3er-congreso-del-pcc>. Acesso em 20 de junho de 2025.

cubana que, segundo Juan Valdés Paz (2016), podem ser sintetizadas em: 1) Reforma Constitucional que diversificou as formas de propriedade e gestão; 2) Reforma do Sistema Político visando uma maior descentralização com a criação de nova coordenação territorial por meio de Conselhos Populares; 3) Sistema Econômico reconhecendo a propriedade privada não agrária, a propriedade mista originada no investimento estrangeiro e a propriedade cooperativa não camponesa; e 4) Sistema Civil reconhecendo diversas ONGs internacionais que ampliaram, mediante a cooperação, sua participação no financiamento e assessoria a aspectos da política econômica e social.

O avanço do Imperialismo, mediante a implementação do neoliberalismo como modelo econômico hegemônico, implicou em uma reorientação política por parte da direção do PC de Cuba, reconhecida como uma “retirada estratégica” pelo líder histórico da Revolução Cubana, Fidel Castro, em seu pronunciamento na sessão de encerramento do IV Encontro do Foro de São Paulo:

O socialismo não está sendo defendido aqui neste foro, e ninguém pode afirmar que o socialismo é um objetivo neste foro. Ninguém pode afirmar que as condições, tanto objetivas quanto subjetivas, neste momento são propícias para a construção do socialismo. Acho que neste momento há outras prioridades. [...] hoje na América Latina a batalha prioritária é – na minha opinião – derrotar o neoliberalismo, porque se não derrotarmos o neoliberalismo vamos desaparecer como nações, vamos desaparecer como Estados independentes, e seremos mais colônias do que nunca foram os países do Terceiro Mundo.¹⁰⁷ (Castro, 2009, p. 229)

O PC de Cuba vem, desde então, promovendo uma maior flexibilização da planificação econômica, reconhecendo a existência de outras formas de propriedade na sociedade cubana e implementando reformas que têm por objetivo um maior desenvolvimento das forças produtivas. Essas modificações são denominadas de *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*.

A última atualização ocorreu no VIII Congresso do Partido¹⁰⁸, realizado em março de 2021, onde se admite seis tipos diferentes de propriedade: 1) proprie-

107. Tradução nossa, no original: *Aquí en este foro no se está defendiendo el socialismo, y ninguno puede pretender que en este foro se plantee el socialismo como objetivo. Ninguno puede pretender que las condiciones, tanto objetivas como subjetivas, en este momento sean propicias para la construcción del socialismo. Creo que en este momento hay otras prioridades. [...] hoy en la América Latina la batalla prioritaria es – a mi juicio – derrotar el neoliberalismo, porque si no derrotamos al neoliberalismo desaparecemos como naciones, desaparecemos como Estados independientes, y vamos a ser más colonias de lo que nunca fueron los países del Tercer Mundo.*

108. Para detalhamento do modelo econômico cubano, consultar “*Conceptualización del modelo económico y social cubano de desarrollo socialista*”, disponível em: <https://www.pcc.cu/conceptualizacion-del-modelo-economico-y-social-cubano-de-desarrollo-socialista>. Acesso em 5 de maio de 2023

dade socialista de todo o povo; 2) propriedade cooperativa; 3) propriedade das organizações sociais e de massas; 4) propriedade privada; 5) propriedade mista; e 6) propriedade de instituições e formas associativas. Assim, o partido adota a “retirada estratégica” como forma de enfrentar o bloqueio econômico imposto pelos EUA, visando, conforme aponta W. Pomar (2016), a construção de um socialismo de transição nacional, no qual o capitalismo, sob a direção do Estado socialista, deve colaborar para o desenvolvimento das forças produtivas e superar sua função histórica em condições nas quais o mercado não seria plenamente burguês. Conforme os dados apresentados no referido Congresso, o PC de Cuba registra mais de 700 mil membros ativos¹⁰⁹ em sua estrutura organizacional.

Entretanto, essa “retirada estratégica” está imersa em uma grave crise econômica que a Ilha enfrenta, com repercussões políticas que ocasionaram manifestações inéditas¹¹⁰ no século XXI. Para superar tal crise, o PC introduziu uma série de mudanças macroeconômicas¹¹¹ que visam “reformular sem perder o socialismo”, onde se defende a necessidade de ajustes para solucionar diversas anomalias econômicas, mas sem abandonar a perspectiva do projeto social¹¹² da Revolução.

Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) – Nicarágua

No contexto centro-americano, destacam-se duas organizações políticas que contribuem para a formação e consolidação do Foro de São Paulo: a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), da Nicarágua, e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), de El Salvador. A análise de suas trajetórias históricas permite elucidar os valores e princípios que orientam o FSP.

A FSLN constitui-se como fruto de um processo de resistência de diversas modalidades de luta contra a dinastia ditatorial da família Somoza na Nicarágua, que aglutinou várias correntes políticas e ideológicas. Esse processo de formação tem precedentes no Movimento Nova Nicarágua (MNN), fundado em 1961, que foi renomeado como Frente de Libertação Nacional (FLN), e unificado com a Frente Revolucionária Sandino (FRS), que dá origem ao acrônimo FSLN. Conforme

109. Consultar “Central Report to the Eighth Congress of the Communist Party of Cuba”, disponível em: <https://en.granma.cu/cuba/2021-04-22/central-report-to-the-eighth-congress-of-the-communist-party-of-cuba>. Acesso em 15 de abril de 2025.

110. Consultar “Raiva popular em Cuba”, disponível em: Raiva popular em Cuba - A Terra é Redonda (aterraeredonda.com.br). Acesso em 22 de janeiro de 2024.

111. Consultar “Reformular sem perder o socialismo: crise leva Cuba a rever plano econômico para 2024”, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/17/reformular-sem-perder-o-socialismo-crise-leva-cuba-a-rever-plano-economico-para-2024/>. Acesso em 20 de junho de 2025.

112. Consultar “Conselho de Estado em Cuba analisa medidas para impulsionar economia”, disponível em: <https://www.radiohc.cu/pt/noticias/nacionales/347732-conselho-de-estado-analisa-relancamiento-da-economia-cubana>. Acesso em 20 de junho de 2025.

assinalaram os fundadores da FSLN, não houve um ato formal de constituição da organização, um congresso, mas, sim, que ela foi criada no ardor do combate, de modo pragmático (Regalado, 2008; Zimmermann, 2012).

A Frente Revolucionária Sandino (FRS) origina-se dos remanescentes do Primeiro Exército de Libertação Nacional, que, em 14 de outubro de 1958, sob o comando de Ramón Raudales, enfrenta a ditadura de Luis Somoza durante 45 dias, até que seu líder é ferido e falece posteriormente. Por sua vez, o Movimento Novo Nicaragua (MNN) é fundado por Carlos Fonseca após uma estadia em Cuba, onde se convence da necessidade da luta armada para combater o regime autoritário na Nicarágua. Os integrantes da FRS e Carlos Fonseca defendem que a nova organização deveria ter uma identificação explícita com a luta de Augusto César Sandino. Com o fortalecimento da liderança de Fonseca, a nova organização adquire a alcunha de sandinista (Regalado e Pomar, 2013; Zimmermann, 2012).

Augusto César Sandino constituiu-se em um ícone da resistência nicaraguense frente à intervenção militar dos EUA, que visava apropriar-se do território para a edificação de um canal interoceânico no país. Ao longo das primeiras décadas do século XX, os EUA subjugaram a Nicarágua, convertendo o território em um protetorado. Em 1927, Sandino, então líder do Exército Defensor da Soberania Nacional, divulgou um manifesto instando a população nicaraguense a resistir à ocupação militar imperialista e a lutar pela autodeterminação referente ao futuro Canal a ser construído:

A civilização exige que o Canal da Nicarágua seja aberto, mas que se faça com capitais de todo o mundo e não exclusivamente dos Estados Unidos, já que pelo menos metade do valor da construção deve ser com capital da América Latina [...] Nicarágua, minha pátria, vai receber os impostos que lhe correspondem na lei e na justiça, com as quais teríamos bastante renda para cruzar todo o nosso território com ferrovias e educar nosso povo na verdadeira atmosfera de democracia efetiva, e da mesma forma sejamos respeitados e não olhem para nós com o sangrento desprezo que sofremos hoje.¹¹³ (Sandino, 2017, p. 21)

Como nos lembra Regalado e Pomar (2013), Sandino, que tombou em 21 de fevereiro de 1934, foi vítima da conspiração entre o embaixador dos EUA na Nicarágua, Arthur Bliss Lane, e Anastasio Somoza García, comandante da Guarda

113. Tradução nossa, no original: *La civilización exige que se abra el Canal de Nicaragua, pero que se haga con capital de todo el mundo y no que sea exclusivamente de Estados Unidos, pues por lo menos la mitad del valor de construcción deberá ser con capital de la América Latina [...] Nicaragua, mi patria, recibirá los impuestos que en derecho y justicia le corresponden, con lo cual tendríamos suficientes ingresos para cruzar de ferrocarriles todo nuestro territorio y educar a nuestro pueblo en el verdadero ambiente de democracia efectiva, y así mismo seamos respetados y no nos miren con el sangriento desprecio que hoy sufrimos.*

Nacional da Nicarágua. O assassinato de Sandino ocorreu após a retirada dos invasores estadunidenses e a subsequente negociação de desarmamento do Exército Defensor da Soberania Nacional. Anastasio instaurou uma ditadura na Nicarágua, até sofrer um ataque em 21 de setembro de 1956, que resultou na sua morte. Foi sucedido pelo seu filho, Luis Somoza Debayle, que continuou a tirania dinástica na Nicarágua.

No contexto de resistência à ditadura de Luis, surge a FSLN, movimento inspirado pelo êxito da Revolução Cubana e pela luta anti-imperialista de Sandino. A FSLN não possuía um programa definido, e acabou por adotar um conjunto de reivindicações elaborado por Carlos Fonseca como plataforma política. Esse documento, denominado “Programa Histórico”¹¹⁴, foi o principal referencial programático da insurreição que triunfou em 1979. Como nos lembra Zimmermann (2006), o documento preconizava a derrubada da ditadura; instauração de uma reforma agrária radical; nacionalização do sistema financeiro; reforma da legislação trabalhista e seguridade social; emancipação das mulheres; unidade do povo centro-americano, em suma, um programa de forte viés democrático, popular e nacionalista.

Apesar da existência do “Programa Histórico” como plataforma básica, diferenças táticas levaram a FSLN a se dividir em três subgrupos: a Guerra Popular Prolongada (GPP); a Tendência Proletária (TP) e Tendência Insurrecional (TI) – os “terceiristas”. A GPP, influenciada pela Revolução Chinesa, defendia que era imprescindível instaurar uma guerra de guerrilhas no campo, por um período prolongado até alcançarem a força suficiente para sitiarem as cidades. A TP, contrária à estratégia de guerrilha rural, advogava a organização política dos trabalhadores e do movimento estudantil no âmbito urbano. A TI propunha a combinação de ações de guerrilha no campo e nas cidades, além de sugerir um arco de alianças mais amplo com setores burgueses da oposição à ditadura (Zimmermann, 2006; 2012).

Carlos Fonseca, após um interregno em Cuba, retorna clandestinamente à Nicarágua em 1975, com o propósito de reorganizar a FSLN e deflagrar uma nova campanha guerrilheira nas serras do país. Em 7 de novembro de 1976, sucumbe em combate com a Guarda Nacional nicaraguense o líder histórico da FSLN. Conforme Zimmermann (2006), a ditadura de Somoza julgou ter infligido um golpe letal na organização, todavia os acontecimentos políticos no âmbito urbano propiciariam uma ofensiva contra o ditador, que seria deposto em 1979.

114. Consultar “PROGRAMA HISTÓRICO DEL FSLN”, disponível em: https://cedema.org/digital_items/3400. Acesso em 20 de junho de 2025.

No contexto da crise da ditadura nas áreas urbanas, em março de 1979, os líderes das três correntes da FSLN anunciaram publicamente em São José, Costa Rica, a unificação e a constituição de um Diretório Nacional conjunto. O Diretório Nacional da FSLN convocou uma greve geral em junho de 1979, que rapidamente se transformou em uma insurreição generalizada na capital Manágua. O progresso consistente da FSLN em diversas regiões do país culminou na entrada de várias colunas de guerrilheiros em 19 de julho de 1979, em Manágua. Seguida por uma concentração de 250 mil pessoas na recém-nomeada praça da Revolução. O ditador Somoza já havia escapado para Miami no dia 17 de julho. Após 46 anos de domínio dinástico dos Somoza, a Revolução Popular Sandinista havia triunfado (Regalado, 2008; Zimmermann, 2006; 2012).

Consequente com o “Programa Histórico” da FSLN, o Diretório Nacional, após a vitória da Revolução, implementou diversas medidas, tais como: nacionalização das propriedades dos Somoza, reforma agrária, programas de desenvolvimento social e econômico e redução de impostos. Todavia, conforme assinalam Regalado (2008) e Zimmermann (2006), os EUA, sob a égide de Ronald Reagan (1981-1989), patrocinaram uma guerra contrarrevolucionária de guerrilhas, que compeliram o governo sandinista a empregar os escassos recursos orçamentários na luta armada contra seus adversários. Após um longo processo de negociação e guerra, nas eleições presidenciais de fevereiro de 1990, prevaleceu a candidatura conservadora de Violeta Chamorro, pondo fim à experiência de uma década de governo da FSLN.

De 1990 a 2006, a Nicarágua foi governada por setores alinhados ao conservadorismo e ao neoliberalismo, após a vitória eleitoral de Chamorro. Nesse período, a FSLN passou por um processo de metamorfose. Segundo Salgado (2021), o partido se fragmentou em duas correntes: a “Renovadora”, que defendia a necessidade de dialogar com outras forças políticas para consolidar o incipiente Estado de Direito no país, e a “Esquerda Democrática”, liderada por Daniel Ortega, que controlava o aparato partidário e as bases sandinistas organizadas. Essa corrente propunha desenvolver uma oposição radical ao novo governo, mantendo a vocação revolucionária e de vanguarda da FSLN, além do fortalecimento da posição de Ortega. Em 1995, a corrente de Ortega conseguiu a hegemonia total da FSLN, o que provocou a saída da corrente “Renovadora” do partido, que se aglutinou no Movimento Renovador Sandinista (MRS).

Este racha na FSLN resultou em um processo de centralização em torno de Ortega e seus aliados mais próximos. Conforme Maciel (2018) argumenta, isso decorre também de uma cultura política que se identifica primordialmente com a concentração de poder nas cúpulas e com relações de fidelidade estabelecidas pelo

clientelismo político, traço distintivo da Nicarágua e não somente particularidade da atuação de Ortega na FSLN.

No início do século XXI, Ortega estabeleceu um pacto denominado “Acordo de Governabilidade” com a coalizão Aliança Liberal, que detinha o governo da Nicarágua, o qual instituiu um controle bipartidário nas instituições de Estado. Desse modo, consolidou a FSLN como um dos polos de poder nas instituições nicaraguenses. Essas modificações, somadas ao desgaste de sucessivos governos neoliberais, possibilitaram o retorno da FSLN ao Poder Executivo da Nicarágua em 2006. Necessitando apenas de maioria simples, após as mudanças eleitorais realizadas no Pacto de Governabilidade, e com o setor antissandinista fragmentado em duas chapas, Ortega alcança a Presidência após vencer as eleições com 38% dos votos válidos (Maciel, 2018; Salgado, 2021).

A FSLN mantém-se no Poder Executivo da Nicarágua em virtude das sucessivas vitórias eleitorais de Ortega nos pleitos de 2006, 2011, 2016 e 2021. Conforme assinala Maciel (2018), esse fenômeno deve-se ao controle progressivo e ao centralismo do regime da FSLN sobre todas as esferas sociopolíticas e de governabilidade. Paralelamente, no âmbito econômico, observa-se um avanço na luta contra a pobreza, propiciando um crescimento econômico lento que preserva a relativa tranquilidade nos segmentos populares e a ausência de conflitos mais agudos entre as elites (tradicionais e econômicas) e o grupo de Ortega. Em suma, as gestões de Ortega lograram conciliar ações sociais e políticas econômicas orientadas ao capital estrangeiro, com uma política distributiva para os setores populares.

Esse modelo aparenta demonstrar indícios de esgotamento. No ano de 2018, irrompeu uma grave crise política em virtude de manifestações contra uma reforma da previdência implementada¹¹⁵ pelo governo da FSLN. A partir de então, observa-se uma investida de “ações de força” por parte do Estado, que abrange expropriação arbitrária de bens de membros da oposição, aprisionamento de líderes da oposição, inclusive medidas como a anulação da nacionalidade nicaraguense de diversos opositores¹¹⁶.

115. Consultar “Nicarágua: o que aconteceu e o que está por trás dos protestos e tentativa de golpe?”, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/18/nicaragua-o-que-aconteceu-e-o-que-esta-por-tras-dos-protestos-e-tentativa-de-golpe>. Acesso em 3 de outubro de 2023.

116. Consultar “Ortega despoja de la nacionalidad a otros 94 nicaragüenses, entre ellos los escritores Sergio Ramírez y Gioconda Belli”, disponível em: <https://elpais.com/internacional/2023-02-15/ortega-despoja-de-su-nacionalidad-a-otros-94-nicaraguenses-entre-ellos-los-escritores-sergio-ramirez-y-gioconda-belli.html>. Acesso em 3 de outubro de 2023. Nas Considerações Finais desta tese, revisamos sucintamente as questões conjunturais concernentes ao governo da FSLN na Nicarágua.

Frente Farabundo Martí de Libertación Nacional (FMLN) – El Salvador

A Frente Farabundo Martí de Libertación Nacional (FMLN) surgiu em 10 de outubro de 1980. Nessa data, um Comando Geral foi estabelecido para coordenar as operações político-militares e o trabalho político e diplomático das organizações que compunham o Ejército Revolucionario do Povo (ERP), as Fuerzas Armadas de Resistencia Nacional (RN), as Fuerzas Populares de Libertación (FPL) e o Partido Comunista Salvadoreño (PCS), aos quais se agregou, em 5 de dezembro, o Partido Revolucionario dos Trabajadores Centro-americanos (PRTC). A FMLN constituiu a síntese de um processo de alianças políticas e sociais que congregaram todas as forças progressistas e de esquerda de El Salvador. Ela uniu as diversas organizações político-militares e suas frentes de massas (operárias, camponesas, juvenis, estudantis e feministas), as correntes políticas organizadas no Movimiento Popular Social Cristiano (MPSC) e no Movimiento Nacional Revolucionario (MNR), e os setores representados no Movimiento Independiente de Técnicos e Profissionais de El Salvador (Mitpes) (Regalado 2008; Regalado e Pomar, 2013).

A unificação das organizações guerrilheiras de El Salvador em torno da FMLN foi resultado de um processo de convergência que se consolidou no final dos anos 1970, sob a mediação do governo revolucionário de Cuba, conforme aponta Álvarez (2011). Nesse contexto, o brutal assassinato do Arcebispo de San Salvador, Monsenhor Oscar Arnulfo Romero¹¹⁷, perpetrado em 24 de março de 1980 por agentes do exército e de grupos paramilitares de extrema-direita, evidenciou a inviabilidade da via político-eleitoral para a superação do regime oligárquico-militar vigente no país, acelerando a adesão da oposição de centro-esquerda à luta armada liderada pela guerrilha, como nos recorda Regalado (2008).

O nome da organização remete à figura emblemática de Augustín Farabundo Martí Rodríguez, que personifica a melhor tradição de lutas do povo salvadoreño. Conforme Regalado (2008), Martí participou do Ejército Defensor da Soberanía Nacional ao lado de Augusto César Sandino na Nicarágua e, após regressar a El Salvador em 1930, foi um dos fundadores do Partido Comunista Salvadoreño (PCS). Diante do agravamento da conjuntura política, social e econômica provocado pela Grande Depressão em El Salvador, liderou uma insurreição popular camponesa e indígena em 22 de janeiro de 1932. A rebelião foi

117. Foi apenas em 2009 que o Estado salvadoreño reconheceu sua responsabilidade pelo assassinato. Para mais detalhes, consulte “El Salvador hace justicia a monseñor Óscar Romero”, disponível em: https://elpais.com/internacional/2009/11/07/actualidad/1257548408_850215.html. Acesso em 22 de maio de 2023.

reprimida¹¹⁸ após três dias de combate e resultou em 30 mil mortes. Capturado pelas forças repressivas do governo em 19 de janeiro, Martí foi condenado ao fuzilamento e executado em 1º de fevereiro de 1932.

A estratégia insurrecional adotada pela FMLN na década de 1980 buscava reproduzir o êxito obtido pela FSLN na Nicarágua. Segundo Montgomery e Wade (2006), essa estratégia se assentava em três pilares fundamentais: as guerrilhas, as milícias e os comitês populares de bairro. As guerrilhas constituíam unidades organizadas e forças constituídas que operavam nas zonas urbanas e rurais como elemento pré-insurrecional e como um exército regular, denominado Exército Revolucionário do Povo (ERP). As milícias eram compostas por camponeses e trabalhadores e tinham como finalidade principal proteger as lideranças sindicais, bem como as sedes físicas dos movimentos da FMLN. Os comitês de bairros desempenhavam a função de apoio logístico, armazenando alimentos, água, medicamentos e armas.

Um aspecto relevante da estratégia da FMLN consistia na sua atuação no âmbito diplomático. Desde o início da Guerra Civil, vários governos reconheceram a FMLN como força beligerante, o que possibilitou à organização manter embaixadores em diversos países. Desse modo, a FMLN tinha representantes em mais países do que o próprio governo salvadorenho possuía de embaixadas. Assim, a FMLN almejava ser um ator legítimo em uma negociação que pudesse pôr fim à Guerra Civil no país (Montgomery e Wade, 2006; Pomar, 2018).

Em 1989, diante da crise do bloco socialista, a FMLN iniciou um processo de diálogo com o governo do presidente Alfredo Cristiani, eleito naquele ano. Paralelamente às negociações, a FMLN organizou uma grande ofensiva militar, denominada Ofensiva Final, que teve início em 11 de novembro de 1989. Segundo Regalado (2011), embora não tenha alcançado o êxito esperado, a ofensiva fortaleceu a posição da FMLN na mesa de negociação, com o propósito de encontrar uma solução política para o conflito. Em 1990, foi firmado o Acordo Marco que estabelecia as bases de negociação entre o governo e a FMLN. O processo de negociação entrou em uma fase decisiva e, conforme argumenta González (2011), implicou na transformação dos objetivos estratégicos da organização, pois a FMLN teve de renunciar à tomada do poder estatal pela via armada e à instauração do socialismo mediante essa vitória militar.

118. Diante da impossibilidade de contato com os líderes da insurreição, que se encontravam presos, o levante ocorreu de forma descoordenada, o que resultou na brutal repressão conhecida como *La Matanza*. Consultar “40 anos de FMLN: um sujeito coletivo da história de El Salvador”, disponível em: <https://mst.org.br/2020/10/10/40-anos-de-fmln-um-sujeito-coletivo-da-historia-de-el-salvador/>. Acesso em 22 de maio de 2023.

Em janeiro de 1992, consumaram-se os Acordos de Paz de Chapultepec, que puseram termo ao conflito armado interno que assolou El Salvador por 12 anos. Conforme destaca Regalado (2008), a FMLN obteve nos acordos a reforma da estrutura das Forças Armadas, a extinção dos órgãos internos de repressão, bem como alterações no sistema eleitoral e no poder judiciário. Todavia, como ressalta Pomar (2018a), os acordos não implicaram em nenhuma transformação estrutural na economia salvadorenha. A ambiguidade dos Acordos pode ser expressa tanto na implementação do neoliberalismo, por meio de governos da Aliança Republicana Nacionalista (Arena) (1989-2009), quanto no progresso eleitoral, social e político da própria FMLN, agora convertida em partido político.

Após o término do conflito armado, a FMLN consolidou sua presença no cenário político-institucional salvadorenho. Segundo Montgomery e Wade (2006), no início do século XXI, mais da metade da população do país estava sob a administração local da organização. Contudo, esse processo não se deu de forma linear, conforme aponta Pomar (2018a), pois o partido atravessou duas grandes crises internas na década de 1990, que geraram cisões. Em 2002, a Corrente Revolucionária Socialista, liderada por Schafik Hándal, assumiu a hegemonia interna, conferindo à FMLN o perfil de “uma organização democrática, revolucionária e socialista, adepta também da igualdade de gênero”. Nas eleições de 2004, a FMLN obteve 35,68% dos votos na disputa presidencial com Hándal como candidato, o melhor desempenho do partido até então.

Com o falecimento de Schafik Hándal em 2006, a FMLN adotou como estratégia eleitoral na eleição presidencial seguinte, em 2009, a candidatura de Mauricio Funes. Conforme aponta González (2011), o diferencial residia no fato de que Funes não era oriundo das fileiras da FMLN, mas, sim, um profissional dos meios de comunicação salvadorenhos, com credenciais para liderar uma frente progressista e democrática. Funes obteve 51,32% dos votos no primeiro turno, levando a FMLN a ocupar pela primeira vez o Poder Executivo de El Salvador, um marco histórico, resultado do processo de metamorfose e moderação da antiga guerrilha. A organização obteve êxito em mais um pleito presidencial, o de 2014, com a eleição de Salvador Sánchez Cerén, um dos líderes históricos da FMLN. Sua vitória foi acirrada, com 50,11% dos votos no segundo turno.

No período governamental de Cerén (2014-2019), a FMLN realizou seu I Congresso no ano de 2015. Nesse evento, a FMLN definiu seu programa e sua estratégia. Conforme Pomar (2018a) assinala, o documento estabelecia como metas: erradicar o neoliberalismo e fortalecer a propriedade estatal, social, mista, coletiva e individual, bem como micro, pequenas e médias empresas; desenvolver a democracia política, econômica e social de maneira sustentável; alcançar a hegemonia política do projeto da FMLN em El Salvador; fazer dos governos do

partido uma “Revolução Democrática”. O partido enfatizava ainda no documento o apoio aos processos de integração soberana da América Latina e Caribe, além da melhoria qualitativa da participação da FMLN no Foro de São Paulo. Tais diretrizes estratégicas são especialmente relevantes diante da atual conjuntura que enfrenta El Salvador, onde a FMLN é opositora do governo cada vez mais autoritário de Nayib Bukele¹¹⁹.

O presidente Bukele, contrariando as disposições constitucionais, apresentou-se para uma reeleição nas eleições presidenciais realizadas em fevereiro de 2024. O pleito foi caracterizado por uma série de irregularidades¹²⁰ que beneficiaram o partido oficialista. A FMLN, pela primeira vez em sua história desde o fim da guerra civil, ficou sem representação parlamentar. O FSP reiterou solidariedade¹²¹ com a FMLN e denunciou a deriva autoritária do país. Conforme os dados divulgados em 2024¹²² pelo secretário-geral do partido, a FMLN registra aproximadamente 16 mil filiados.

Partido da Revolução Democrática (PRD) – México

Uma das entidades mais relevantes para a consolidação do Foro de São Paulo no subcontinente norte-americano foi o Partido da Revolução Democrática (PRD). A análise de sua trajetória histórica, bem como de seu processo de desfiguração atual, contribui para a elucidação de mais um representante da corrente populista que permeia o interior do FSP.

Em 21 de outubro de 1988, constituiu-se o Partido da Revolução Democrática. Conforme assinalam Regalado e Pomar (2013), o PRD resultou da unificação da maior parte das forças que anteriormente compuseram a Frente Democrática Nacional (FDN), coalizão eleitoral de orientação centrista, centro-esquerdista e esquerdista que lançou Cuauhtémoc Cárdenas, filho do ex-presidente Lázaro Cárdenas, como postulante à Presidência da República nas eleições de 6 de julho de 1988. Na FDN, confluíram a Corrente Democrática, dissidência do Partido da

119. Consultar “Autoritarismo digital, a fórmula de sucesso de Bukele em El Salvador, começa a se alastrar pela região”, disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/04/autoritarismo-digital-a-formula-de-sucesso-de-bukele-em-el-salvador-comeca-a-se-alastrar-pela-regiao.ghtml>. Acesso em 20 de junho de 2025.

120. Consultar “Partidos opositores en El Salvador piden anular proceso electoral”, disponível em: <https://www.telesurtv.net/partidos-opositores-en-el-salvador-piden-anular-proceso-electoral/>. Acesso em 20 de junho de 2025.

121. Consultar “Elecciones en El Salvador”, disponível em: <https://forodesaopaulo.org/el-salvador-sobre-las-elecciones-en-2024/>. Acesso em 20 de junho de 2025.

122. Consultar “El FMLN perdió casi 24,400 afiliados en los últimos cinco años”, disponível em: <https://diarioelsalvador.com/el-fmln-perdio-casi-24400-afiliados-en-los-ultimos-cinco-anos/487350/>. Acesso em 15 de abril de 2025.

Revolução Institucional (PRI) encabeçada por Cuauhtémoc Cárdenas, e um amplo espectro de forças políticas e sociais de centro-esquerda e esquerda.

O PRD, constituído por uma ampla gama de forças políticas e sociais, com o objetivo geral de dismantelar o sistema hegemônico do PRI no México, e com a finalidade específica de impedir a repetição das fraudes eleitorais¹²³, tinha como horizonte estratégico alcançar o funcionamento efetivo da alternância multipartidária no âmbito da democracia burguesa (Regalado e Pomar, 2013).

O PRD, em sua proposta programática, reivindicava a herança do General Lázaro Cárdenas, que exerceu a Presidência do México entre 1934-1940. Segundo Regalado (2008), o governo do general desempenhou, com relativa eficiência, as funções do Estado desenvolvimentista da época, tais como redistribuir cotas de poder entre os diversos segmentos da burguesia nacional, implementar um mecanismo de cooptação sobre os grupos subalternos, atender de forma parcial às demandas sociais dos setores populares. Conforme Barbosa (2010) aponta, sob a gestão de Cárdenas, foram realizadas a reforma agrária, a nacionalização de ferrovias e companhias petrolíferas, além da promoção dos sindicatos por parte do Estado. Em suma, o governo Cárdenas representou a consolidação da Revolução Mexicana¹²⁴, especialmente em termos sociais.

Ao longo da década de 1990, o PRD orbitou em torno da liderança incontestada de Cuauhtémoc Cárdenas. Conforme expõe Espinoza (2019), as vertentes internas do partido exerciam uma cooperação em torno do líder carismático, e, quando emergia alguma dissidência, ela era repelida pela força burocrática baseada nos votos e cargos. A partir do início do século XXI, com o revés na disputa presidencial de 2000, onde Cárdenas alcançou somente 16.6% dos sufrágios, ocorreu uma erosão de sua liderança carismática, haja vista que seu apelo eleitoral havia decaído.

Nesse período histórico, evidenciou-se o início da crise do PRD. Conforme aponta Modonesi (2011), no âmbito partidário, observou-se um acentuado corporativismo dos quadros dirigentes, que resultou na distribuição sistemática de cotas de poder, eleições internas com irregularidades, clientelismo, cooptação das entidades e movimentos sociais e corrupção. Em termos programáticos, a ambiguidade ideológica ganhou espaço com uma proposta genérica e sem um eixo programático consistente, aproximando o partido de um social-liberalismo esvaziado.

123. Cárdenas foi vítima de fraude eleitoral em 1988. Durante a apuração dos votos, os computadores sofreram uma pane e, quando voltaram a operar, apontavam a vitória do candidato do PRI, afetando a legitimidade de Salinas de Gortari na Presidência. Consultar “SALINAS DE GORTARI, CARLOS”, disponível em: [Salinas de Gortari, Carlos — Enciclopédia Latinoamericana](#). Acesso em 25 de maio de 2023.

124. Para uma cronologia geral do longo processo revolucionário mexicano, consultar: Carlos Alberto Sampaio Barbosa. *A revolução mexicana*. Editora Unesp, 2010, pp. 21-23.

Diante dos questionamentos à liderança de Cárdenas e da contenda interna pela hegemonia, emergiu a figura de Andrés Manuel López Obrador no seio do PRD, instaurando uma nova liderança carismática e propiciando uma trégua na disputa interna com vistas ao pleito presidencial de 2006. Obrador perde as eleições por uma margem de 0,64% dos votos, o que causou uma enxurrada de denúncias de fraude, e como argumenta Modonesi (2011), levou ao aguçamento das contradições internas acumuladas. Inicialmente, o PRD se unificou em torno das acusações de ilicitudes no processo eleitoral, contudo as modalidades de mobilização extra-institucionais demandadas por Obrador, bem como seu estilo de liderança, ocasionaram o distanciamento de setores mais moderados – especialmente os vinculados à classe média institucionalista mexicana – das manifestações contra as fraudes, acarretando uma fissura no partido.

Assim, Obrador se distancia das frações hegemônicas do PRD e, conforme analisam Modonesi (2011) e Espinoza (2019), inicia a construção de um movimento sociopolítico que se fortalece com o ciclo de lutas em torno da transparência eleitoral, da soberania energética, da proteção da economia popular, que se constituiria no Movimento Regeneração Nacional (Morena). Este obteve registro como associação civil em 2011 e assumiu protagonismo nas eleições presidenciais de 2012 com a campanha em defesa do sufrágio, ainda no âmbito do PRD. Após a derrota de Obrador nas eleições de 2012, na qual o candidato ficou 6,7% atrás do vencedor, consumou-se a ruptura entre o Morena e o PRD. Morena conseguiu seu registro como partido político em 2014.

Segundo Modonesi (2011), a emergência do partido-movimento Morena, que reatualiza o projeto nacional-popular no México, esvazia o conteúdo político e o sentido histórico do PRD. Esse processo tem seu ápice nas eleições presidenciais de 2018, nas quais o PRD sofre uma derrota catastrófica ao se aliar ao Partido Ação Nacional (PAN), de orientação conservadora-neoliberal, frente à coalizão liderada pelo Morena. Obrador obtém 53.19% dos votos¹²⁵, enquanto o candidato da coalizão PAN-PRD alcança apenas 22.28%. Em seu XVIII Congresso Nacional, realizado em dezembro de 2021 o PRD aprovou uma Resolução Especial¹²⁶, na qual o partido revoga sua filiação ao Foro de São Paulo. O PRD se posiciona

125. Consultar “Eleições no México 2018: A revolução permanente mexicana”, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/02/internacional/1530547685_664033.html. Acesso em 26 de maio de 2023.

126. Consultar “RESOLUTIVO ESPECIAL XVIII CONGRESO NACIONAL RELATIVO AL FORTALECIMIENTO DE LAS RELACIONES CON LOS MOVIMIENTOS Y FUERZAS POLÍTICAS DEMOCRATICAS Y PROGRESISTAS DEL MUNDO”, disponível em: [Microsoft Word - RESOLUTIVO ESPECIAL RELATIVO AL FORTALECIMIENTO DE LAS RELACIONES CON LOS MOVIMIENTOS Y FUERZAS POLÍTICAS DEMOCRATICAS Y PROGRESISTAS DEL MUNDO.docx \(prd.org.mx\)](#). Acesso em 3 de outubro de 2023.

atualmente como aliado dos setores conservadores mexicanos na oposição ao governo do Morena.

Movimento Regeneração Nacional (Morena) – México

O Movimento Regeneração Nacional (Morena) foi fundado em 2012, sob a liderança de Andrés Manuel López Obrador, como uma associação civil que pretendia intervir na esfera eleitoral, social e política do México diante da crescente crise de legitimidade do PRD. Conforme aponta Martínez Gil (2014), após o pleito presidencial daquele ano, optou-se por transformar o movimento em um partido político formal. Desse modo, em janeiro de 2014, realizou-se a Assembleia Constitutiva da nova agremiação partidária, e, em julho, Morena obteve o reconhecimento oficial do Instituto Nacional Eleitoral do México.

Destaca-se, nesse contexto, a centralidade de Obrador como líder indiscutível da nova agremiação. Conforme apontam Espinoza Toledo e Navarrete Vela (2016), Morena configura-se como um receptáculo de confiança perante o eleitorado e emerge como um partido de ampla penetração social em virtude dessa figura carismática. Em sua primeira eleição disputada, no ano de 2015, já se consagrou como a maior força política¹²⁷ da capital e maior cidade do país, Cidade do México. O ingresso do partido ao Foro de São Paulo foi oficializado em 2015, mediante aprovação na sessão plenária do XXI Encontro.

Uma tríade de documentos fundamentais orienta a atuação do Morena: um estatuto, que define sua organização e funcionamento; um programa, que estabelece suas propostas e objetivos; e uma declaração de princípios, que expressa seus valores e ideais.

O *Estatuto*¹²⁸ pontua que o partido tem seis objetivos essenciais: a) transformação democrática e pacífica do México; b) uma organização que combate toda forma de opressão, desigualdade, racismo, intolerância, privilégios e destruição das riquezas e do patrimônio da nação; c) uma articulação plenamente pautada pelos princípios democráticos e isenta de influências ou pressões de grupos de interesses ou poder; d) busca da erradicação da corrupção e dos privilégios dominantes nas instituições; e) luta incessante por uma liberdade autêntica, que somente se concretiza com a eliminação da miséria do povo que condiciona a alienação de sua

127. Consultar “Morena será primera fuerza en la ALDF; obtuvo 18 distritos, de 40”, disponível em: [La Jornada: Morena será primera fuerza en la ALDF; obtuvo 18 distritos, de 40](#). Acesso em 20 de junho de 2023.

128. Consultar “Estatuto de MORENA”, disponível em: <https://morenasonora.org/wp-content/uploads/2020/08/Estatuto-de-MORENA-Publicado-DOF-5-nov-2014.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2023.

vontade; e f) engrandecimento do México, através do pleno desenvolvimento humano individual e coletivo.

O *Programa*¹²⁹ elenca dez pontos que articulam o projeto do partido: 1) reivindica uma nova corrente de pensamento, baseada na solidariedade, no respeito mútuo e no bem-estar comum; 2) a recuperação da ética na política; 3) por uma democracia a serviço do povo e da nação contra o autoritarismo, onde recursos de democracia direta (consultas, referendos, plebiscitos) devem ser utilizados amplamente; 4) defesa da soberania nacional e contra o entreguismo, resistindo às privatizações de empresas estratégicas e constituindo uma política externa independente que mire os países do Sul Global; 5) por uma nação pluricultural e que respeite os direitos dos povos originários; 6) pela democratização dos meios de comunicação de massas, retirando a concentração de poder midiático das oligarquias; 7) por um novo modelo econômico, diante do fracasso do neoliberalismo focado numa economia produtiva e não especulativa, onde o Estado assuma responsabilidade de conduzir o desenvolvimento sem interferência externa; 8) cumprir e ampliar direitos sociais contra a desigualdade, criando um Estado solidário que respeite, preserve e promova os direitos das populações em vulnerabilidade; 9) respeito aos direitos humanos e contra a violência, garantindo a luta pela igualdade na diversidade, contra a violência homofóbica, de gênero e étnica; e 10) por um resgate do campo, da soberania alimentar e contra a depredação dos recursos naturais.

A *Declaração de Princípios*¹³⁰ do partido reforça vários dos pontos dos outros documentos, além de promulgar como principal objetivo do Morena a construção de uma sociedade justa, livre, solidária e fraterna. É importante salientar que o partido se fundamenta na trajetória histórica de resistência do povo mexicano, em particular na Revolução Mexicana. O documento também ressalta que o Morena deve se alimentar das lutas dos movimentos sociais organizados do México, com o propósito de manter o enraizamento social e cotidiano de seus membros.

Como já mencionado nesta tese, o Morena alcança o triunfo nas eleições presidenciais de 2018, nas quais López Obrador obtém uma vitória incontestável. Um dos principais aliados do Morena é o Partido do Trabalho¹³¹, também integrante do Foro de SP. Coerente com as diretrizes basilares do partido, o governo de Obra-

129. Consultar “Programa de MORENA”, disponível em: <https://morenasonora.org/wp-content/uploads/2020/08/Programa-Morena.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2023.

130. Consultar “DECLARACIÓN DE PRINCIPIOS DE MORENA”, disponível em: <https://morenasonora.org/wp-content/uploads/2020/08/declaracion-de-principios-de-morena1.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2023.

131. Consultar “El PT oficializa coalición con Morena”, disponível em: [El PT oficializa coalición con Morena | El Universal](https://www.eluniversal.com.mx/nacional/el-pt-oficializa-coalicion-con-morena). Acesso em 22 de junho de 2023.

dor concentrou sua atuação em ampliar uma política social robusta para o México. Segundo Espinoza (2021), a estratégia de desenvolvimento do governo foi pautada em: a) incremento de recursos via despesa social e salário-mínimo; b) difusão de programas sociais de transferência pecuniária; e c) primazia da população marginalizada. Ademais, foi elaborado um Plano Nacional de Desenvolvimento¹³², com o intuito de instituir uma política econômica soberana e pós-neoliberal. Conforme os dados divulgados pelo Instituto Nacional Eleitoral do México em 2023, o Morena registra mais de 2,3 milhões de filiados¹³³ em sua estrutura organizacional.

O Morena, que atualmente detém o poder executivo federal do México, também exerce o governo da maioria das entidades federativas do país. Recentemente, triunfou nas eleições para o Estado do México¹³⁴, a entidade federativa mais populosa e relevante do país norte-americano, interrompendo a hegemonia de 94 anos de vitórias eleitorais do Partido Revolucionário Institucional (PRI) no estado. Nas eleições gerais de 2024, alcançou outro resultado histórico ao assegurar a eleição de Claudia Sheinbaum para a Presidência com uma margem superior a 30 pontos percentuais em relação à aliança conservadora formada por PRI-PAN-PRD. Adicionalmente, o partido obteve uma maioria qualificada na Câmara dos Deputados e uma maioria absoluta no Senado, consolidando assim uma posição dominante no espectro legislativo nacional.¹³⁵

132. O “PLAN NACIONAL DE DESARROLLO 2019-2024” se encontra disponível em: [DOF - Diario Oficial de la Federación](#). Acesso em 22 de junho de 2023.

133. Consultar “Padrón de Afiliados a partidos políticos”, disponível em: <https://ine.mx/actores-politicos/partidos-politicos-nacionales/padron-afiliados/>. Acesso em 15 de abril de 2025.

134. Consultar “La victoria de Morena en el Estado de México afianza la hegemonía de López Obrador”, disponível em: Elecciones México 2023: [La victoria de Morena en el Estado de México afianza la hegemonía de López Obrador | Elecciones mexicanas 2024 | EL PAÍS México \(elpais.com\)](#). Acesso em 22 de junho de 2023.

135. Consultar “Resultados Elecciones 2024 – Quién ganó las votaciones”, disponível em: <https://www.nmas.com.mx/nacional/politica/resultados-elecciones-2024/>. Acesso em 4 de julho de 2024.

EXISTE UMA ECONOMIA POLÍTICA DO FORO DE SÃO PAULO?

A CONSTRUÇÃO DE UMA “ECONOMIA POLÍTICA” DO FORO DE SÃO PAULO

A constituição da economia política como ciência tem uma relação intrínseca com o processo de consolidação do modo de produção capitalista. Conforme aponta Lange (1981), a expansão da economia mercantil, monetária e do capital comercial nos Países Baixos, norte da França e Inglaterra, em conjunto com o advento da indústria, gerou a demanda por investigações sobre as regularidades da economia nacional, então em emergência, e pela aplicação desses saberes na política econômica do Estado.

A economia política, a partir de experiências históricas, conforme aponta Lange (1981), elaborou abstrações que conduzem a uma generalização lógica do material histórico, configurando categorias e leis econômicas. Desse modo, economia política pode ser definida como:

A ciência das leis sociais que regem a produção e a distribuição de bens materiais para atender as necessidades humanas. [...] É por isso que comumente se diz que a economia política é a ciência da atividade econômica ou da administração (trata-se aqui de atividade econômica executada por seres humanos vivendo em sociedade). A produção tem lugar em condições de cooperação social entre pessoas, envolvendo não apenas a cooperação, mas também a divisão do trabalho, que é, por sua própria natureza, um ato social. A natureza social da administração indica que seus métodos constituem resultado do desenvolvimento histórico. As leis que regem a produção e a distribuição também são de natureza histórica. (Lange, 1981, p. 49)

Assim, ressaltando que o objeto da economia política é a estrutura social do processo que regula a produção e distribuição de bens de subsistência da sociedade, buscaremos, a partir da análise dos Documentos Finais dos encontros do Foro de São Paulo (FSP) no período de 1990-2023, averiguar se há uma (ou mais) interpretações que constituam um determinado *corpus teórico* que possa ser denominado de “economia política” do Foro de São Paulo, ou seja, o fenômeno investigado.

É imperativo ressaltar que nossa abordagem à *economia política* busca ressoar com a concepção articulada por Marx (1956) no Manifesto inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), no qual ele proclamou que a legislação da jornada laboral de dez horas representou o triunfo do princípio da *economia política* da classe operária em contraposição à economia política da burguesia. Portanto, ao investigar a evolução do *corpus teórico* do FSP, estamos, de fato, examinando a essência da economia política daquelas forças progressistas e de esquerda hegemônicas na América Latina e Caribe.

Conforme pontuado por Melo (2016), a utilização de uma metodologia consensual e a valorização da coesão foram fundamentais para o crescimento e fortalecimento do Foro de SP ao longo dos anos. Apesar de ter enfrentado controvérsias e crises significativas, o Foro soube maximizar suas áreas de concordância, mantendo-se como um fórum vital para o debate e a coordenação política entre os partidos de esquerda e progressistas que se opõem ao neoliberalismo na América Latina e Caribe. O FSP destaca-se como uma das organizações internacionalistas mais proeminentes, inclusive em um contexto global.

Os Encontros do Foro de SP trabalham com duas categorias de documentos fundamentais: os Documentos-Base e os Documentos Finais dos Encontros do Foro de São Paulo. Os primeiros são fruto de um debate prévio do Grupo de Trabalho do FSP, antes de cada Encontro, que possui um caráter mais complexo e qualificado. Os segundos são formulados ao final de cada Encontro da Entidade, mediante um consenso de todas as forças políticas presentes em cada ocasião, com o objetivo de ser um texto mais sintético, para a divulgação pública, sendo, portanto, um documento mais simplificado do ponto de vista analítico. Optamos por privilegiar a análise dos Documentos Finais, pois eles expressam mais o pensamento geral dos participantes do Foro de SP, enquanto os Documentos-Base, apesar da maior sofisticação teórica, refletem mais o pensamento do Grupo de Trabalho e dos representantes dos respectivos países anfitriões dos Encontros.

Os documentos serão examinados em sua totalidade, seguidos da realização de uma textometria¹³⁶, por meio de uma análise conduzida manualmente, utilizando-se o recurso de busca disponibilizado pelo software Microsoft Word. Assim, será elaborado um inventário de termos que se relacionam com o conceito de “economia política”. O delineamento da metodologia buscou se adaptar ao objeto de estudo, isto é, o Foro de São Paulo. Assim sendo, tendo em vista as fontes e os elementos constitutivos da entidade descritos no capítulo precedente desta tese, elegemos sete conceitos vinculados à economia política para averiguar a frequência com que esses termos-chave aparecem nos documentos do Foro de São Paulo. Pretendemos ainda examinar a correlação desses termos nos documentos, com o propósito de localizar as alterações tanto de frequência quanto relacionais de tais conceitos, desvelando a evolução cronológica e narrativa da entidade. Considerando-se a quantidade relativamente limitada de documentos, não se faz necessária a utilização de um software de análise de dados. Os recursos disponíveis no Microsoft Word são adequados para alcançar o objetivo central da pesquisa.

Segue a lista de conceitos¹³⁷ a serem investigados na construção de uma “economia política” do Foro de São Paulo:

- 1) Capitalismo/Capitalista: Denominação do modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção. O capital pode tomar a forma de dinheiro ou de crédito para a compra da força de trabalho e dos materiais necessários à produção, a forma de maquinaria física (capital em sentido estrito), ou, finalmente, a forma de estoques de bens acabados ou de trabalho em processo;
- 2) Neoliberalismo/Neoliberal: Conceito empregado no âmbito da economia política, referente a uma etapa específica do modo de produção capitalista, se caracteriza pela defesa da hegemonia do mercado como fonte de equilíbrio político e social;
- 3) Imperialismo/Imperialista: Conceito clássico para economia política, refere-se ao processo de acumulação capitalista em escala mundial na fase do capitalismo monopolista, e a teoria do imperialismo é a investigação

136. Compreendida como uma abordagem destinada ao estudo das características e padrões linguísticos presentes em um determinado conjunto de dados textuais, esta análise será centrada na aplicação de métodos estatísticos para aferir a frequência de termos específicos, bem como na análise qualitativa relacional dos conceitos que emergem nos documentos vinculados ao Foro de SP.

137. Todos os conceitos apresentados foram fundamentados na definição estabelecida por: Tom Bottomore. *Dicionário do Pensamento Marxista*. São Paulo: Zahar, 2012, e Emir Sader et al. [2006], *Latinoamericana – Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.

da acumulação no contexto de um mercado mundial criado por essa acumulação;

- 4) Socialismo/Socialista: Se insere no contexto economia política marxista como uma negação do capitalismo, que desenvolveria sua própria identidade positiva (o comunismo) através de um longo processo revolucionário no qual o proletariado transformaria a sociedade e, com isso, transformaria a si mesmo. Uma etapa de transição entre o capitalismo e o comunismo;
- 5) Desenvolvimento: Conceito clássico relacionado à economia política, que expressa as transformações qualitativas e quantitativas que ocorrem nas formas de organização da produção e da distribuição de bens e serviços em uma sociedade;
- 6) Integração: Conceito pertencente ao campo da economia política, refere-se ao processo de unificação de espaços econômicos, visando garantir a circulação de capitais e mercadorias, além de promover a boa vizinhança e a cooperação entre os povos;
- 7) Soberania/Soberana (o): Conceito que se refere ao modelo contemporâneo de ordenação político-administrativa (Estado Nação), que diz respeito à capacidade de um Estado de exercer sua autoridade política e jurídica sobre seu território e sua população, sem sofrer interferência ou subordinação de outras instâncias de poder. A soberania implica, assim, a autodeterminação e a independência de um Estado em face dos demais, bem como o reconhecimento de sua legitimidade por parte da comunidade internacional.

A escolha desses conceitos levou em conta o trajeto histórico do Foro de São Paulo, destacando as categorias que, em tese, devido à evolução do FSP, exigiram maior atenção analítica da entidade ao longo de sua trajetória. Ressalta-se que não se pretende realizar um debate abrangente sobre tais conceitos, aprofundando nas controvérsias e contradições da delimitação de cada um, por isso, como ponto de partida, buscou-se caracterizar cada uma das sete palavras-chave da maneira mais “neutra” possível. O propósito desta tese é compreender a definição analítica que o Foro de São Paulo atribui a esses conceitos vinculados à economia política, com o intuito de identificar a evolução de um *corpus teórico* da entidade.

Nas seções subsequentes deste capítulo, procederemos à análise das Declarações Finais dos Encontros do Foro de São Paulo, fundamentada na seleção de sete conceitos pertinentes à economia-política: Capitalismo/Capitalista; Neoliberalismo/Neoliberal; Imperialismo/Imperialista; Socialismo/Socialista; Desenvolvimento; Integração e Soberania/Soberana (o).

ANÁLISE DAS DECLARAÇÕES FINAIS DOS ENCONTROS DO FORO DE SP

Prosseguiremos, através de uma avaliação crítica de cada Declaração Final¹³⁸, com base nos sete conceitos pertinentes à economia política, acompanhados de uma análise qualitativa abrangente dos principais aspectos ressaltados em cada documento. Desse modo, almejamos reconhecer as possíveis regularidades que a entidade propaga tais conceitos, além da categorização que atribui a cada um deles. As tabelas que delineiam a frequência de utilização dos termos específicos em cada Encontro do FSP podem ser consultadas no Anexo II da presente tese. No Anexo III encontram-se integralmente reproduzidas as Declarações Finais dos Encontros do FSP.

Análise da Declaração de São Paulo (Brasil)

(São Paulo, julho de 1990)

Passemos agora à análise da Declaração Final do I Encontro do FSP, baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política.

A *Declaração de São Paulo* é composta por 1332 palavras no total. O documento se inicia saudando o ineditismo da iniciativa de se reunir as forças de esquerda, socialistas e anti-imperialistas do subcontinente para analisar a situação mundial. A Declaração Final, apesar de não ainda demonstrar o caráter permanente do Foro de São Paulo, já pontua uma nova reunião a ser realizada no México para aprofundar o debate, o diagnóstico e as propostas de unidade de ação consensual **anti-imperialistas**. O documento destaca a crise terminal do chamado socialismo real que se desenrolava tanto nos países do Leste Europeu, como na Hungria, Polônia, RDA (República Democrática Alemã) e na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Pontua que tal crise se configura como uma oportunidade para renovar o “pensamento de esquerda” e o “socialismo”, ao corrigir concepções errôneas, principalmente um certo burocratismo e ausência de uma “verdadeira democracia de massas”. Desse modo, parte da esquerda latino-americana se colocava ativamente no processo de crítica do socialismo real que estava desaparecendo historicamente no início da década de 1990. Ao mesmo tempo, enfatizava o repúdio ao aproveitamento da crise do socialismo real para realizar uma propaganda do capitalismo, da restauração e do liberalismo, bem como anular as conquistas históricas daquela experiência, especialmente as do campo social.

Dando continuidade à crítica do capitalismo e do imperialismo, o documento enfatiza a centralidade das carências e dos “mais graves problemas” deste modelo societal. Nesse sentido, enfatizam que as várias matizes de modelo político existentes na

138. Todas as Declarações Finais dos Encontros do Foro de SP estão disponíveis em: <https://forodesaopaulo.org/declaracao-final/>. Acesso em 20 de junho de 2025

América Latina “democracias restringidas, tuteladas e até militarizadas”, não foram capazes de promover as mudanças necessárias para as amplas massas do subcontinente. Diante da realidade vivida na América Latina e Caribe, o documento enfatiza o **socialismo** como alternativa necessária e emergente. Não à toa, foi a palavra que mais ocorrências teve nesse documento final inaugural do Foro de São Paulo, com 11 aparições. Outro ponto a se destacar é a solidariedade irrestrita oferecida à Revolução Cubana, que sofria com o assédio dos EUA na esteira da crise do socialismo dos países do Leste Europeu e da URSS. Única economia planificada da América Latina, Cuba entrava num contexto de luta ferrenha pela sobrevivência de seu modelo econômico e social, diante da eminente derrocada do Comecon (Conselho para Assistência Econômica Mútua), o bloco econômico dos países socialistas. O documento também presta solidariedade à Revolução Sandinista, que sofria com o cerco dos EUA desde sua proclamação, em 1979, apesar da ausência da FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional) na primeira reunião do FSP.

O documento acaba por centrar sua crítica aos EUA como principal agente de imposição para políticas “pró-imperialistas” e “neoliberais” na América Latina. Pontua que tais políticas acarretaram “trágicos resultados” e alerta que a intenção dos EUA é implementar em toda a região uma “integração americana”, a fim de canalizar e formalizar as relações de dominação dos EUA com a América Latina e Caribe. Enfatiza que o objetivo principal da proposta feita pelos EUA é “liquidar o patrimônio nacional através da privatização de empresas públicas e estratégicas”. Critica a hipocrisia estadunidense de propor uma zona integrada de livre comércio com a América Latina e Caribe enquanto mantém uma lei de comércio exterior “profundamente restritiva”. Nesse sentido, se vislumbra o motivo das palavras **capitalismo/capitalista** e **imperialismo/imperialista** terem destaque de aparecimento na declaração com cinco menções cada.

Assim, a Declaração de São Paulo, propõe em contraposição a proposta de integração econômica sob hegemonia dos EUA, as bases de um “novo conceito de unidade e integração continental”. Enfatiza que a **integração** genuína dos povos latino-americanos e caribenhos se dará através da autodeterminação das nações da região, investindo na “recuperação da nossa identidade cultural e histórica e pelo impulso à solidariedade internacionalista dos nossos povos”. As bases materiais de tal recuperação serão atingidas com o fim da fuga de capitais dos países da região, juntamente com uma estratégia unitária de combate ao flagelo da dívida externa. O documento é classificado como um marco para a renovação dos projetos das esquerdas da região. E através desse intercâmbio promovido pelo Foro de SP que o documento finaliza ser possível galgar os alicerces de uma “América Latina justa e soberana”. Tais trechos também evidenciam os motivos que levaram tanto a palavra

soberania/soberana(o), com oito ocorrências, como a palavra **integração**, com cinco ocorrências, a terem destaque neste primeiro documento final da entidade.

Análise da Declaração da Cidade do México (México)

(Cidade do México, junho de 1991)

Passemos agora à análise da Declaração Final do II Encontro do FSP, baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política.

A *Declaração da Cidade do México* é composta por 2850 palavras, sendo consideravelmente maior que a declaração final do I Encontro. O documento é iniciado com a constatação do aumento de entidades que participaram das discussões da organização com relação ao primeiro encontro ocorrido em São Paulo. Pontua que organizações não provenientes da América Latina e Caribe também prestaram assistência para a realização do II Encontro, sendo elas de países como Canadá, EUA e Europa.

Enfatiza o caráter plural, franco e aberto do debate ocorrido, pontuando que participaram da construção da declaração final organizações com “identidades nacionalistas, democráticas e populares”, enquanto outras tinham caráter “socialistas diversos”. Interessante notar que, diferentemente da declaração final do I Encontro, a palavra **socialismo/socialista** tem menos destaque nesse II Encontro, com três aparições. Ao contrário da declaração final do I Encontro, a menção às experiências de “socialismo real” do II Encontro é única e expressa: classifica como autoritário tal tipo de experiência histórica. No entanto, o documento final do II Encontro é enfático na solidariedade à experiência socialista latino-americana – representada por Cuba – e pontua que as conquistas sociais de outra Revolução (Sandinista), estão ameaçadas pela derrota eleitoral da FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional), ocorrida em 1990.

Assim, o documento identifica que, diante da nova conjuntura mundial, com o fim da URSS, o **neoliberalismo** se torna o principal agente de aprofundamento da crise social e política da região. O termo **neoliberalismo/neoliberal** tem destaque na declaração final do II Encontro com sete aparições. A declaração pontua que as políticas neoliberais procuram “assegurar a transferência de recursos que a região realiza para cobrir a carga dos serviços da dívida externa”. Tal modelo “privilegia os mecanismos de mercado, aparentemente livres, para enfrentar os problemas econômicos e a regulação e reestruturação” das economias latino-americanas, “favorecendo as grandes empresas transnacionais e nacionais que a controlam, em detrimento dos interesses nacionais e populares”.

O documento classifica que o **imperialismo** impõe aos países da região políticas neoliberais por meio de “controles verticais”, graças ao modelo de “democracia

restringida” presente na América Latina e Caribe. O neoliberalismo se combina com uma forma de autoritarismo político, como, por exemplo, práticas “de fraudes e mecanismos eleitorais irregulares, a extensão de práticas venais e corruptas, a repressão aos sindicatos e organizações sociais independentes, o controle à imprensa e dos meios de comunicação na perspectiva de limitar os alcances das transformações democráticas, manipular os anseios democratizadores da sociedade, e permitir – com relativa governabilidade – a instrumentação de seu novo esquema de dominação”. Em suma, a serviço do neoliberalismo estão “a sobrevivência das doutrinas de segurança nacional e a militarização da sociedade”, com objetivo de recortar os direitos democráticos da população latino-americana e caribenha.

O documento identifica o **neoliberalismo** como principal estratégia para reduzir e reestruturar o papel do Estado na economia. As mudanças qualitativas produzidas pelo neoliberalismo no Estado são múltiplas. Se enfatiza que, enquanto o Estado foi funcional à acumulação de capital na região, sua atuação não era questionada. Porém, “diante da necessidade de ampliar a fronteira de investimentos do capital nacional e internacional”, o Estado acaba sendo o grande culpado pela crise da América Latina. Os países desenvolvidos, com o objetivo de se apropriar das empresas “estratégicas e prioritárias”, fomentam o “emagrecimento” do Estado. Assim, procuram relegar “os princípios de **soberania** e o cumprimento dos objetivos nacionais em torno a crescimentos econômicos mais equilibrados e sustentados, já que passa a predominar o objetivo exclusivo da alta lucratividade.”

Para contrapor a estratégia neoliberal, o documento preconiza que a sociedade organizada democraticamente deve definir “as funções do mercado e a participação do Estado na vida econômica, o que deverá ser feito numa perspectiva antimonopólica e de justiça social”. É relevante observar que, tendo em vista o neoliberalismo como a principal estratégia a ser confrontada, há uma ampliação dos setores aliados engajados nesse combate. Não só os operários e camponeses, mas também “a pequena e média burguesia, os empresários nacionalistas” devem se aliar a uma plataforma que vise chegar aos governos.

Por fim, enfatizam que, para conceber uma **integração** plena na região, se faz necessário continuar buscando políticas alternativas às neoliberais predominantes naquele momento histórico.

Análise da Declaração de Manágua (Nicarágua)

(Manágua, julho de 1992)

Passemos agora à análise da Declaração Final do III Encontro do FSP, baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política.

A *Declaração de Manágua* é composta por 4768 palavras, sendo maior que as declarações finais dos I e II Encontro do FSP. O documento se inicia com a saudação às entidades participantes do III Encontro do FSP. A Declaração final foi dividida em sete tópicos, sendo eles: 1) Importância e futuro do Foro de São Paulo; 2) Ofensiva multifacetada do Norte contra América Latina e Caribe; 3) Elementos para a defesa dos interesses populares; 4) A integração dos povos; 5) Preocupante “legitimação” da política intervencionista; 6) Alternativas e exigências; e 7) Decisões.

O documento acaba se afastando cada vez mais do caráter **socialista** presente na I Declaração do FSP. As duas únicas menções à palavra dizem respeito novamente à solidariedade irrestrita com a Revolução Cubana e seu direito **soberano** a construir um modelo econômico diferente da economia de mercado. Desse modo, a entidade consolida seu caráter mais amplo defendendo que “só a unidade ampla, em toda a sua diversidade, de todas as esquerdas e forças progressistas poderá alcançar uma mudança de metas mais de acordo com as exigências da justiça e da paz.”

Novamente, a entidade enfatiza que essa ampla unidade das esquerdas se baseia em duas premissas básicas: 1) um forte componente anti-imperialista e 2) o caráter antineoliberal. Essas duas premissas ficam fortemente destacadas no ponto 2 — Ofensiva multifacetada do Norte contra América Latina e Caribe — do documento. Nele, o FSP enfatiza que o **imperialismo**, através de suas instituições, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o Banco Mundial, são os principais responsáveis por garantir os interesses dos EUA no subcontinente, submetendo os países da região a uma “aguda situação de dependência”. Ainda alerta que a ofensiva **neoliberal** não tem somente componentes econômicos, se desenvolvendo no plano cultural e ideológico, “visando a desagregação de valores solidários enraizados em nossa sociedade, impondo um modelo individualista e competitivo que enfrenta uns contra outros para sobreviver. Fica, assim, cada vez mais restringida a participação social e política do nosso povo.”

Seguindo a lógica da identificação da ofensiva **neoliberal** como principal inimigo a ser combatido, o documento dá um destaque considerável ao termo **Desenvolvimento**, que aparece 20 vezes na Declaração do III Encontro. É no tópico 3 — Elementos para a defesa dos interesses populares — onde se encontram as premissas mais fundamentais de como deve ser empregado o **desenvolvimento** em alternativa ao projeto neoliberal. Através de uma ampla aliança com setores que buscam a libertação nacional, será possível construir “um desenvolvimento econômico autônomo orientado, em primeiro lugar, a satisfazer as necessidades básicas das maiorias”. Para se alcançar esse **desenvolvimento** autônomo, se faz ne-

cessária “uma mudança de sujeitos sociais no poder, por uma justa distribuição da propriedade e da riqueza, pela criação de poderes de maiorias e pelo fortalecimento da sociedade civil.” Porém a construção de uma alternativa de desenvolvimento ao neoliberalismo deve ser subordinada a uma estratégia nacional, pois “a soma de tarefas microeconômicas, por mais autônomas e populares que sejam, não constituem por si sós uma alternativa”. A Declaração do III Encontro do FSP produz assim uma relação direta entre **desenvolvimento** e Estado. Tal correlação tem sérias implicações no campo da tática e da estratégia dos partidos que compõem a entidade.

Outro termo com amplo destaque em tal Declaração é **Integração**, com 18 aparições. Desse modo, o documento busca destacar as diferenças entre o projeto de integração patrocinado pelos EUA e o demandado pelas forças populares da América Latina e Caribe. Denuncia que os tratados de Livre Comércio têm por objetivo tornar permanente a submissão ao capital estrangeiro, tornando a região integrada aos EUA de modo subordinado e não soberano. Defende que uma integração alternativa vai “além do contorno meramente comercial liberalizado, que tende a incrementar a vulnerabilidade das nossas economias e a dependência em relação ao capital transnacional. Deve ter como objetivo de curto, médio e longo prazo uma **integração** social, política e econômica e uma articulação dinâmica de culturas para alcançar um desenvolvimento econômico e social justo.”

Por fim, enfatiza que a **integração** alternativa e **soberana** deve atender aos interesses de diversos setores da sociedade, ou seja, deve ter um caráter policlassista. Essa aliança deve ter como prioridade o interesse de libertação nacional, deixando de lado os interesses particulares das classes envolvidas sejam elas “trabalhadores urbanos e rurais, desempregados, camponeses, mulheres, povos indígenas, etnias, religiosos, pequenos e médios empresários”. Aqui cabe destacar que a grande burguesia interna não surge como aliada dos projetos de libertação nacional, pois está plenamente integrada ao projeto **imperialista** que busca subordinar a América Latina e o Caribe ao jugo dos EUA.

Análise da Declaração de Havana (Cuba)

(Havana, julho de 1993)

Passemos agora à análise da Declaração Final do IV Encontro do FSP, baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política.

A *Declaração de Havana* é composta por 2076 palavras. Ela corresponde a menos que 50% dos números de palavras presentes na Declaração final do III Encontro, realizado na Nicarágua. Por esse motivo, há uma queda considerável na

maioria dos termos que aparecem no documento. Diferentemente do anterior, o documento não apresenta divisão por tópicos.

Logo de início, o documento novamente enfatiza a solidariedade irrestrita com a Revolução Cubana. Condena de forma veemente o bloqueio imperialista dos EUA, classificando-o como imoral e preconizando “o compromisso de aprofundar as ações políticas tendentes à sua suspensão, assim como a sua integração plena e incondicional à Comunidade Continental da qual é parte indivisível.” Nesse sentido, tanto o termo **imperialista/imperialismo**, que aparece três vezes, e o termo **socialismo/socialista**, com uma aparição, dizem respeito diretamente à questão do bloqueio à economia cubana e ao apoio à decisão soberana do país em manter-se fora do escopo de um modelo econômico de mercado.

Tal declaração continua com apontamentos importantes no que tange ao termo **neoliberal/neoliberalismo**, que possui quatro aparições. O FSP procura caracterizar as consequências que o modelo econômico neoliberal gerou na região. A partir de uma abertura indiscriminada da economia dos países, produziu-se uma concentração na qual os oligopólios e as transnacionais controlam o mercado, enquanto instituições como o Banco Mundial e o FMI drenam recursos e impõem políticas restritivas e de privatizações. Tal realidade imposta “provoca destruição de ramos industriais, em especial os nacionais; aprofunda desequilíbrios entre os diversos setores da economia; incrementa o déficit das balanças comerciais e de pagamentos; inclusive – em alguns casos – faz retroceder as economias a uma nova fase primário-exportadora.” O caráter agroexportador ainda leva “ao abandono da produção agropecuária não exportadora minando as possibilidades de autossuficiência alimentar”, além de aumentar drasticamente o desemprego e debilitando a capacidade dos Estados nacionais.

Para fazer frente ao projeto neoliberal, o FSP defende um projeto de **desenvolvimento soberano** com protagonismo do Estado que possibilite “combinar a existência do mercado com uma função reguladora do Estado – exceto nas colônias – e a enérgica promoção das mudanças estruturais necessárias para configurar o desenvolvimento com democracia e com justiça social e, em particular, para garantir as políticas sociais como educação, saúde, habitação, transporte etc.”

O termo **integração** tem destaque na Declaração de Havana, pois ela dita algumas diretrizes básicas de como se deve construir tal componente na região. Para o FSP, o processo de integração se traduz como uma construção que “nos articule como um bloco político e que nos potencialize no sentido de complementar e compensar as diferenças das nossas economias. Somente uma comunidade la-

tino-americana e caribenha de nações¹³⁹, econômica e politicamente integrada, terá força para se recolocar, com independência, num mundo hoje controlado pelos grandes blocos econômicos e suas políticas adversas aos interesses dos nossos povos.”

Por fim, a Declaração destaca que há uma ascensão das lutas populares no período, além de destacar que o FSP auxilia no alcance de progressos na renovação dos pensamentos da esquerda latino-americana e caribenha. Nesse sentido, fica patente a centralidade da conquista de governos através de eleições para o FSP. Com a palavra de ordem “Eleições limpas e democráticas”, a entidade buscava o meio para implementar “projetos de **desenvolvimento** que, expressando os interesses e a força organizada de movimentos populares, apontem para um crescimento econômico sustentado e independente, ambientalmente equilibrado, e com distribuição equitativa da riqueza, num contexto de aprofundamento da democracia em todos os terrenos.”

Análise da Declaração de Montevidéu (Uruguai)

(Montevidéu, maio de 1995)

Passemos agora à análise da Declaração Final do V Encontro do FSP, baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política.

A *Declaração de Montevidéu* é composta por 1883 palavras. O documento começa ressaltando que, durante os debates da reunião do FSP, foi constatado um incremento da combatividade dos movimentos populares na região em resposta à imposição do modelo de “democracia restringida” que desconhece o direito soberano dos povos da América Latina e Caribe de reivindicar um modelo alternativo de desenvolvimento social e econômico

Mesmo que, pela primeira vez, o termo imperialismo não conste numa Declaração Final de Encontro do FSP, a crítica a unipolaridade dos EUA segue presente. O documento pontua que o país, “no contexto da unipolaridade militar em escala mundial, utiliza o Conselho de Segurança da ONU¹⁴⁰ e iniciativas particulares para impor pela via da intervenção militar direta a sua injusta ordem e o seu modelo, empregando todo tipo de pretexto e considerando a sua soberania como a única válida neste mundo”.

O FSP aponta que a iniciativa dos EUA em começar a discutir uma área de livre comércio nas Américas vem acompanhada por uma série de exigências econômicas que visam disseminar ainda mais o modelo **neoliberal**. Algumas delas são:

139. A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) representa a concretização dessa aspiração idealizada pelo Foro desde seus primórdios.

140. Organização das Nações Unidas.

severos ajustes estruturais, diminuição de salários e do emprego, desindustrialização, redução do gasto público, desregulação econômica, privilégios para o capital especulativo, privatização indiscriminada de empresas públicas e abertura unilateral das economias latino-americanas, dentre outras. Novamente, o documento reserva um considerável espaço para explicar no que consiste o modelo econômico neoliberal, além de tecer duras críticas a tal. Justamente por isso, o termo **neoliberal/neoliberalismo** aparece seis vezes.

A partir da crítica ao modelo neoliberal e da integração regional subordinada que este preconiza, a Declaração do V Encontro procura oferecer um modelo econômico e de integração alternativo. A defesa de um modelo de **desenvolvimento** “sustentado, generalizado em todos os ramos, setores e regiões de cada país; um desenvolvimento no qual a eficiência e a produtividade crescentes se reflitam em melhores níveis de vida para a maioria da população” é um imperativo da entidade. O modelo defendido do FSP tem como pilar fundamental o Estado enquanto “regulador da economia e garantidor do bem-estar e da justa distribuição da renda.” Só desse modo poderá se atingir uma integração interna mínima nos países da região, para que, a partir disso, se possa construir um projeto integrativo regional. Tal projeto de integração regional não pode se limitar a uma “liberalização comercial e de investimentos.” O modelo de **integração** e **desenvolvimento** preconizado pelo FSP não se restringe ao campo econômico, enfatizando “um espaço indígena e de outros grupos étnicos raciais e culturais que compõem o rico leque da nossa especificidade e identidade continental.” Não à toa, o termo **desenvolvimento**, com 11 aparições, e **integração**, com 15 aparições, são os mais destacados na Declaração de Montevidéu.

Análise da Declaração de San Salvador (El Salvador)

(San Salvador, julho de 1996)

Passemos agora à análise da Declaração Final do VI Encontro do FSP, baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política.

A *Declaração de San Salvador* é composta por 2251 palavras. O documento inicia enfatizando o Foro de São Paulo como um espaço privilegiado de encontro, ação, solidariedade e formulação de projetos alternativos vinculados às forças anti-imperialistas. Além disso, deixa muito claro qual é o principal objetivo ao destacar a “imperiosa necessidade de derrotar o neoliberalismo”.

Nesse sentido, o termo **neoliberalismo/neoliberal** foi o mais destacado da Declaração do VI Encontro com dez aparições. O FSP escolheu o modelo econômico neoliberal como o inimigo principal a ser enfrentado na América Latina e Caribe. A Declaração considera que o neoliberalismo é a forma atual em que a

dominação capitalista se expressa. Pontua que, após uma década de implementação de políticas neoliberais, os resultados para a região foram catastróficos. Esse modelo econômico promove uma grave deterioração das condições de vida das populações empobrecidas, além de acelerar a destruição da natureza. O neoliberalismo gera uma série de desequilíbrios estruturais, como o desmantelamento das bases produtivas dos países e o aumento dos déficits comerciais, limitando e bloqueando as possibilidades de **desenvolvimento**. Acrescenta ainda que “a desindustrialização, o desemprego, a terceirização e informalização das economias se aprofundam e a sociedade se decompõe, afetando os valores de solidariedade e justiça social, pilares essenciais na construção do nosso modelo alternativo.”

Interessante pontuar que, diante da deterioração econômica causada pelo **neoliberalismo**, o FSP alarga seu escopo de possíveis aliados na luta contra tal modelo econômico. O documento lembra que a deterioração comercial, agropecuária e industrial, voltada à produção nacional, gera a marginalização de amplos setores da população, “e, inclusive, setores da burguesia que não resistem às novas regras monopólicas e oligopólicas da concorrência impostas pela chamada liberalização”. Ou seja, inclui até setores da classe dominante insatisfeitos com as políticas neoliberais como potenciais aliados da luta do FSP contra tal modelo econômico.

Por fim, pontua que só uma correlação de forças favorável aos movimentos populares poderá impor uma derrota ao modelo neoliberal. Para alcançar tal correlação, faz-se necessário elevar as formas de organização e de participação popular por meio de ações políticas, sociais, culturais e econômico-reivindicativas. Ademais, cita a experiência do povo e do governo cubano, bem como a luta destes para recompor sua economia e manter as conquistas da revolução, como um exemplo fundamental para a organização do FSP. Reitera assim seu repúdio ao bloqueio **imperialista** dos EUA. Mesmo com a solidariedade irrestrita à Revolução Cubana, o FSP enfatiza que valoriza diferentes formas de “**socialismo** e as vias para construí-lo”.

Análise da Declaração de Porto Alegre (Brasil)

(Porto Alegre, agosto de 1997)

Passemos agora à análise da Declaração Final do VII Encontro do FSP, baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política.

A *Declaração de Porto Alegre* é composta por 3737 palavras. O documento se inicia com uma frase de Ernesto Che Guevara “Lutamos contra a miséria, mas ao mesmo tempo lutamos contra a alienação.” Saúda os participantes, e parte para cinco considerações iniciais: 1) há uma ascensão das lutas de resistência ao modelo econômico neoliberal; 2) encampando tais lutas se destacam as organizações per-

tinentes ao FSP que estão em processo de crescimento; 3) saúda o crescimento e surgimento de novos atores sociais organizados em diversas temáticas (movimentos sociais); 4) a ascensão da resistência gera uma contraofensiva do imperialismo estadunidense, principalmente através das suas instituições financeiras, como bancos estrangeiros e FMI; e 5) se faz necessário as organizações pertencentes ao FSP buscarem a melhor política de alianças, respeitando as particularidades de cada país, a fim de buscar uma alternativa ao modelo hegemônico neoliberal.

Nesse sentido, a Declaração Final do VII Encontro do FSP mantém o foco premente na crítica ao modelo econômico neoliberal. O termo **neoliberalismo/neoliberal** novamente é o que mais aparece, 18 vezes. Neste documento, o FSP pontua que “o modelo neoliberal concebe o desenvolvimento como a condição na qual as elites podem acumular mais riqueza às custas do crescimento da pobreza, da marginalização e da exclusão de uma crescente faixa da população mundial.” Tal modelo, excludente por princípio, busca sufocar a **soberania** da região por meio do aumento impetuoso do fluxo de mercadorias e capitais das grandes potências. Impõe uma abertura unilateral para os países subdesenvolvidos, enquanto estes procuram barrar o fluxo de trabalhadores que tentam fugir do subdesenvolvimento causado pelo próprio polo **imperialista**.

O termo **desenvolvimento** aparece 12 vezes na Declaração Final do VII Encontro do FSP. Segundo ele, “o objetivo supremo do desenvolvimento deve ser a satisfação das necessidades materiais e espirituais do ser humano, com justiça social e harmonia com a natureza. Com as alternativas que defendemos, aspiramos colocar o conhecimento humano a serviço dos povos e sob seu estrito controle”. O FSP preconiza que “o desenvolvimento estável do gasto social requer o fortalecimento do Estado, o estrito controle financeiro e uma reforma fiscal que, contribuindo para a estabilidade macroeconômica, seja um instrumento para uma distribuição mais justa da riqueza”.

É interessante notar que, consonante com o objetivo traçado de formular mais propostas concretas de políticas de esquerda, o documento pontua as experiências de administrações encabeçadas por organizações do FSP. Cita nominalmente as administrações da cidade de Porto Alegre (PT/Brasil) e de Montevidéu (Frente Ampla/Uruguai). O documento enfatiza que “nesses crescentes espaços institucionais, estamos desenvolvendo políticas públicas alternativas que reafirmam a responsabilidade do Estado e respondem aos interesses e necessidades da cidadania.”

Por fim, a Declaração de Porto Alegre evidencia que o plenário do VII Encontro modificou alguns trechos desta carta para que ela fosse aprovada, sendo eles: 1) acentuar a importância da luta pela **soberania** nacional frente à hegemonia do **imperialismo**; 2) que as alternativas ao **neoliberalismo** vão desde as opções nacio-

nalistas e democrático-populares até as de perspectiva **socialista** que representam uma opção de justiça social, de participação autêntica das classes trabalhadoras e do povo nas decisões políticas, econômicas e culturais; 3) a incorporação da temática de gênero no documento; e 4) acentuar que democracia é um conceito que implica o aspecto econômico e social junto ao político.

Análise da Declaração da Cidade do México (México)

(Cidade do México, outubro de 1998)

Passemos agora à análise da Declaração Final do VIII Encontro (México), baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política.

A Declaração Final do VIII Encontro do Foro de São Paulo é composta por 3950 palavras. O documento já se inicia destacando que a crise financeira asiática-¹⁴¹de 1997 terá consequências graves para a América Latina e Caribe. Argumenta que a região, que corresponde a apenas 6,1% do PIB mundial e, devido à sua situação de atraso e dependência estrutural, pagará um alto custo social pela crise gerada pelo modelo neoliberal de desenvolvimento. Novamente, o termo **neoliberalismo/neoliberal** é o que mais aparece em uma declaração final do Foro de São Paulo. Na Declaração do VIII Encontro ele aparece 11 vezes. O FSP considera que esse panorama de crise, gerada pela globalização **neoliberal** é agravado pela hegemonia exercida pelos EUA. Tal condição habilita um intervencionismo para conter as contestações que visam estabelecer um modelo alternativo de desenvolvimento. A entidade tem consciência de que, diante da crise do modelo neoliberal, as instituições responsáveis por sua implementação tentam, de alguma forma, ensaiar uma “autocrítica”, defendendo um “assistencialismo pontual que apenas procura impedir a adoção de medidas encaminhadas a uma justa produção e distribuição da riqueza material e espiritual, e às mudanças estruturais que tal objetivo requer.”

As mudanças estruturais que o FSP preconiza visam erigir um modelo alternativo de desenvolvimento ao neoliberal. O termo **desenvolvimento** se destaca na Declaração Final do VIII Encontro, com 11 aparições. Seguindo a diretriz já proposta pela entidade, o FSP resenha alguns elementos essenciais para estruturar propostas “nacionais, populares, democráticas e revolucionárias”, que devem ser ajustadas a cada realidade nacional e suas respectivas correlações de forças. Para reverter a destruição produtiva causada pelo neoliberalismo, se fará necessário ado-

141. A crise consistiu numa crise de confiança gerada pelo forte endividamento do setor privado nas nações do Leste Asiático, que gerou fuga de capitais e deflação de ativos financeiros em países como Tailândia, Malásia, Indonésia e Coreia do Sul. A crise se espalhou e atingiu países emergentes de outras regiões, como a América Latina, o que levou alguns governos da região a apelar a empréstimos do FMI para restabelecer o financiamento externo. Consultar “Em 1997, crise na Ásia atingiu emergentes”, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2012200604.htm>. Acesso em 29 de março de 2022.

tar medidas estruturais “de política financeira, de crédito, comercial e trabalhista, que promovam o desenvolvimento da indústria manufatureira, do agro – onde é frequente uma forte concentração da propriedade e da posse da terra – e das áreas produtivas em geral.” Será ainda necessário “impulsionar políticas responsáveis em matéria fiscal, bem como articular políticas de **desenvolvimento** industrial.” São essas políticas que têm por objetivo restabelecer as cadeias produtivas, tanto nacionais quanto regionais, além de incentivar a geração de empregos

O FSP considera fundamental controlar os movimentos especulativos de capital, procurando forjar uma **integração** constituindo blocos entre as economias da América Latina e Caribe. Nesse sentido, a revisão dos condicionamentos impostos pelas instituições internacionais de crédito é um imperativo. Deve-se ainda “implementar reformas substanciais nos sistemas tributários, de tal maneira que a política fiscal contribua para desenvolver economias produtivas e conseguir uma melhor redistribuição da renda”.

Interessante notar que o FSP rechaça a estratégia do imperialismo estadunidense de promover uma “guerra às drogas”, que se converteu “em um pretexto de intervenção política, econômica e militar” nos países da América Latina, em especial os da região andina. A Declaração Final ainda reafirma a vigência do Foro de São Paulo como um espaço de projeção “plural, democrático, **anti-imperialista** e solidário.”

Análise da Declaração de Niquinohomo (Nicarágua)

(Niquinohomo, fevereiro de 2000)

Passemos agora à análise da Declaração Final do IX Encontro do FSP, baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política.

A *Declaração de Niquinohomo* é composta por 1847 palavras. Por ser uma das declarações mais sucintas do FSP, fica destacado a ausência de alguns termos, e mesmo a diminuição considerável da frequência de termos que aparecem no documento. O documento se inicia saudando a I reunião do FSP, ocorrida em 1990. Pontua que os dez anos de funcionamento da entidade só reforçaram a retidão das ideias iniciais desenvolvidas ao longo do Encontro de São Paulo. Reafirma o rechaço completo ao modelo econômico neoliberal e reforça a disposição para construir um modelo alternativo de desenvolvimento, sendo estas as duas questões basilares que permeiam a entidade desde sua criação.

O documento lembra um fato conjuntural que reitera o fracasso do neoliberalismo e a força da resistência internacional a tal modelo, o fracasso da reunião

da OMC¹⁴²(Organização Mundial do Comércio) ocorrida na cidade de Seattle, EUA. Em tal reunião, batizada como Rodada do Milênio, esperava-se avançar rumo a um acordo que liberalizasse ainda mais o comércio mundial. Porém, os intensos protestos de ativistas antineoliberais de diversos matizes, aliados à inflexibilidade dos países ricos para negociar com os países em desenvolvimento, levaram ao fracasso das negociações.

O FSP considera que as consequências causadas pelo modelo econômico neoliberal podem ser resumidas em algumas palavras-chaves, tais como: concentração; dominação neocolonial; concentração de riqueza, propriedade e produção; polarização política, econômica e social, com sua sequência de miséria; exclusão e marginalização. Novamente, o termo **neoliberal/neoliberalismo** é o mais presente numa declaração final da entidade, com sete aparições.

Seguindo a tendência de outras declarações finais do FSP, a Declaração de Niquinohomo, possui grande incidência do termo **desenvolvimento**, com sete aparições. O FSP reitera o compromisso com um modelo alternativo de desenvolvimento, que só pode ser erigido através de mudanças estruturais “que revertam o processo de destruição de nossos setores produtivos, que combatam a especulação financeira internacional, redistribuam a riqueza, democratizem e socializem a elaboração orçamentária, promovam a participação social e a descentralização política e econômica voltada a transformar o Estado.” Tal documento ainda saúda o povo panamenho pelo estabelecimento da **soberania** do Canal do Panamá, que anteriormente era de responsabilidade dos EUA.

A Declaração de Niquinohomo ainda reitera que, “no século XXI, a esquerda se apresenta como uma real alternativa de poder popular, construindo novas instituições participativas, novas formas democráticas de governo e de **desenvolvimento** econômico fundamentadas no bem-estar integral das maiorias nacionais.”

Análise da Declaração de Havana (Cuba)

(Havana, dezembro de 2001)

Passemos agora à análise da Declaração Final do X Encontro (Cuba), baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política.

A Declaração Final do X Encontro do Foro de São Paulo é composta por 3289 palavras. O documento se inicia reafirmando a importância do Foro de São Paulo como uma plataforma privilegiada da esquerda latino-americana e caribenha e o classifica como um espaço “de esquerda, **anti-imperialista, antineoliberal**, contra todas as manifestações do colonialismo e neocolonialismo, solidário e participativo

142. Consultar “Especial Rodada do Milênio: OMC fracassa em Seattle”, disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/esp_seattle_rodad_03.12.htm. Acesso em 02 de abril de 2022.

na formulação de projetos alternativos para os povos da América Latina e Caribe”. Após tal reafirmação, a Declaração Final do X Encontro é subdividida em três itens: 1) Contexto Internacional; 2) Desafios para a Esquerda; e 3) Projeto Alternativo.

O FSP identifica uma nova tática do **imperialismo** estadunidense para enquadrar politicamente a região, utilizar da luta contra o terrorismo para “negar a **soberania** popular, controlar os processos de mudança e legitimar eventuais intervenções, mediante mecanismos de bloqueio ou ações militares coletivas.” O documento, inclusive, cita as iniciativas como o “Plano Colômbia”, o qual, em tese, visa combater o narcotráfico e tem um verniz supostamente humanitário; contudo, na realidade, busca “o controle e a apropriação dos recursos estratégicos, energéticos e de biodiversidade.” A Declaração ainda acrescenta que os crescentes protestos contra a “mercantilização globalizada” começam a surtir efeito, abalando o “triumfalismo **neoliberal**”, e que tal resistência não pode mais ser ignorada pelos países centrais.

No item Desafios para a Esquerda, o FSP enfatiza que não basta apenas uma oposição ao **neoliberalismo**, mas também é necessário acumular forças para implementar um modelo alternativo de **desenvolvimento** com vistas a construir um “governo nacional, popular, democrático e **anti-imperialista**. Ademais, tal projeto terá de aprofundar a democracia, adotando mecanismos diretos de participação popular, além dos já existentes numa democracia representativa.

No item Projeto Alternativo, a X Declaração Final do FSP preconiza que duas condições são essenciais para construção de um projeto alternativo de **desenvolvimento**: a) a prioridade dos objetivos sociais em oposição à condição de elementos residuais à qual foram relegados pelas políticas neoliberais e b) a recuperação dos espaços de **soberania** econômica e política nas relações com os países centrais e os núcleos de decisão da economia global. O documento enfatiza que a referência principal de um projeto alternativo tem de ser o desenvolvimento em “uma perspectiva multidimensional que eleve as mulheres e homens e não o dinheiro como principal sujeito desse processo; propicie as condições para o crescimento estável e sustentado; impulsione mudanças estruturais, equidade na distribuição da riqueza; garanta igualdade de oportunidades no acesso aos serviços sociais; preserve o meio ambiente, e respeite a realidade pluricultural e multiétnica de nossos povos.”

O FSP ainda denuncia a Alca como um “projeto de dominação geoestratégico”, que visa aprofundar o **neoliberalismo**, subordinando os Estados nacionais aos interesses corporativos das empresas, em especial os dos EUA, além de restringir a soberania das políticas econômicas nacionais. Como alternativa à Alca o FSP propõe “o **desenvolvimento** e a potencialização dos processos de **integração** reais da América Latina e Caribe e a convergência entre eles, transcendendo os aspectos comerciais e a lógica **neoliberal** que sustenta os Acordos de Livre Comércio, e focando nos objetivos do **desenvolvimento** sustentável e na intervinculação das sociedades, o que

supõe ressaltar a dimensão política como pilar desses projetos.” Em tal documento, há a proposição da criação de uma “verdadeira Comunidade Latino-americana de Nações e povos originários ou indígenas.”

Por fim, os integrantes do Foro de São Paulo colocam, como uma das principais metas da entidade, “avançar na recuperação e no desenvolvimento do pensamento emancipador” na América Latina e Caribe.

Análise da Declaração de Antígua (Guatemala)

(Antígua, dezembro de 2002)

Passemos agora à análise da Declaração Final do XI Encontro do FSP, baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política.

A *Declaração de Antígua* é composta por 2104 palavras. O documento inicia com uma saudação ao partido URNG, anfitrião do XI Encontro do FSP.

Novamente, o termo **neoliberal/neoliberalismo** ganha destaque com cinco aparições no documento. Argumenta-se que esse tipo de política econômica e social é desempenhada por grandes organismos financeiros internacionais, grandes potências e elites latino-americanas, e que tem por consequência uma crise de credibilidade desses atores perante outros setores sociais no continente. Tal modelo é marcado por “concentração do poder político, econômico e militar – com o seu correlato de ampliação da marginalização e da exclusão social, de discriminação de gênero, racial, étnica, cultural, geracional e outras –, pela depredação do meio ambiente, pelo incremento da ameaça e do uso da força militar, pela corrupção, pelo narcotráfico, pelo terrorismo e outros flagelos que põem em risco o futuro da humanidade”.

Como consequência direta da crise de tal modelo, o FSP louva e destaca a vitória eleitoral de Lula no Brasil, como “um ponto de inflexão no continente e insufla um poderoso ânimo em todos os que lutam pela democracia no plano político, econômico e social.” Nesse sentido, na esteira das vitórias e avanços eleitorais dos partidos membros do FSP, o documento destaca o termo **integração**. Afirma que é “preciso aproveitar esta conjuntura para reafirmar a nossa histórica vocação integracionista e contribuir efetivamente em todas as regiões para mudar os rumos dos processos de **integração** liderados até hoje por uma visão exclusivamente mercantilista”. Cita o Mercosul como um exemplo desse modelo e propõe mudanças na entidade a fim de criar uma “**integração** alternativa que contemple principalmente as suas dimensões política e social”.

Apesar da não menção ao termo **imperialismo/imperialista**, o tom do documento é de forte rechaço à política estadunidense não só na região, mas de modo global. O FSP defende a criação de uma “Comunidade Latino-americana de Nações que defenda a **soberania** e a riqueza dos seus povos.” O documento finaliza

conclamando a intensificação da luta contra o **neoliberalismo** e a construção da autodeterminação dos povos da região. Tais objetivos se darão, segundo os integrantes da entidade, pela “luta popular, eleitoral, parlamentar, das comunidades e dos governos”.

Análise da Declaração de São Paulo² (Brasil)

(São Paulo, julho de 2005)

Passemos agora à análise da Declaração Final do XII Encontro (Brasil), baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política.

A Declaração Final do XII Encontro do Foro de São Paulo é composta por 2715 palavras. O documento inicia-se celebrando os 15 anos de fundação do FSP. Relembra que a criação da entidade foi marcada por uma situação internacional extremamente desfavorável à esquerda. Lembra que o **imperialismo** estadunidense impunha um modelo único aos países da região e que, entre eles, apenas Cuba era governada pela esquerda e “resistia heroicamente ao bloqueio” dos EUA. O documento destaca que, desde então, “foram múltiplas as agressões do império norte-americano contra os povos do mundo, sua ofensiva guerreirista e militarista no afã de controlar os recursos naturais estratégicos, impor seus interesses econômicos e políticos, e afirmar o seu poderio mundial”.

Porém, apesar da ofensiva imperial, o FSP destaca que “triunfos populares e progressistas” aconteceram em importantes países da região, como Brasil, Venezuela e Uruguai. Pontua que “às vitórias citadas somam-se os resultados favoráveis aos setores progressistas nas eleições do Panamá e da República Dominicana, Chile, El Salvador e Nicarágua, além de importantes lutas sociais e políticas na área andina: Bolívia, Peru, Equador e Colômbia.”

Diante do avanço eleitoral dos partidos políticos que são membros do FSP na América Latina, o documento enfatiza que a atuação dos governos progressistas na região resultou no fortalecimento de um componente fundamental: a **Integração**. O termo é o mais lembrado na Declaração Final do XII Encontro, com 19 aparições. O FSP lembra que “a integração de nossas nações e povos é uma ferramenta fundamental na luta pelo nosso **desenvolvimento** e nosso progresso, pela nossa **soberania** e uma globalização diferente, solidária e respeitosa do interesse dos povos”. Desse modo, reconhece os avanços promovidos pelos governos de Brasil, Argentina, Uruguai e Venezuela que aprofundaram a “**integração** física e energética” do Cone Sul.

O FSP afirma que “**integração** signifique, além de acordos comerciais, uma agenda de complementação produtiva, acessibilidade aos mercados regionais e abertura de outros, instrumentos financeiros comuns, complementação física e de comu-

nicações, **integração** energética, articulação em matéria de defesa, preservação dos recursos naturais, complementação educativa, científica e tecnológica, **integração** cultural e complementação em direitos trabalhistas e seguridade social”. Contudo, enfatiza que o projeto de integração deve considerar “os diversos níveis de **desenvolvimento** e a heterogeneidade existente na região. Para que a **integração** seja justa e solidária, estas tarefas deverão estabelecer mecanismos preferenciais, tendo em conta as assimetrias e desigualdades da região.”

Análise da Declaração de San Salvador² (El Salvador)

(San Salvador, janeiro de 2007)

Passemos agora à análise da Declaração Final do XIII Encontro (El Salvador), baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política.

A Declaração Final do XIII Encontro do Foro de São Paulo é composta por 1728 palavras. O documento inicia pontuando quatro grandes eixos temáticos que unificam as forças políticas do Foro de São Paulo, sendo eles: 1) A formulação de políticas **antineoliberais** que fomentem uma genuína democracia política, econômica e social; o **desenvolvimento** sustentável; a igualdade plena de todos os seres humanos e uma nova **integração** solidária; 2) A luta contra a ingerência **imperialista**, e a favor da solução dos conflitos armados mediante processos de paz nos quais não se extinga o avanço dos nossos povos em direção à imprescindível transformação política, econômica e social em benefício das maiorias e minorias oprimidas; 3) O enfrentamento da doutrina **imperialista** de segurança hemisférica, que promove a militarização; e 4) A relação entre as forças políticas, os movimentos sociais e cidadãos, os governos de esquerda e progressistas, e o papel que desempenha a solidariedade internacional.

O documento prossegue pontuando que, “apesar de o **neoliberalismo** continuar sendo a doutrina hegemônica imposta pelos centros de poder mundial, o enfrentamento em ascensão dos povos da sua sequência de concentração da riqueza e massificação da exclusão social, favorece um acúmulo político sem precedentes por parte da esquerda latino-americana.” Segundo o FSP, é justamente esse acúmulo que se apresenta como o principal responsável pelo avanço eleitoral das forças políticas que compõem a entidade. Desse modo, “os povos latino-americanos e caribenhos começam a fazer valer a sua **soberania**, autodeterminação e independência para romper com o **neoliberalismo** patriarcal, e empreender políticas próprias de **desenvolvimento** econômico e social.”

Porém, a Declaração Final do XIII Encontro do FSP lembra que tal avanço eleitoral, nas conquistas de governos progressistas, “fazem com que os partidos e movimentos políticos da esquerda latino-americana e caribenha se comprometam

a atuar de acordo com as expectativas depositadas neles pelos povos, sob pena de que seus governos sejam apenas um breve lapso após o qual se recicle a dominação **neoliberal**.”

O XIII Encontro do FSP afirma que as premissas básicas para o desenvolvimento de um modelo alternativo, que tenha como horizonte “uma perspectiva **socialista**”, só podem florescer através da “conquista da independência nacional e regional, a justiça social, a democracia política e social, a **integração** regional e continental baseada na cooperação, o internacionalismo e a solidariedade entre os povos, a defesa e o **desenvolvimento** dos nossos recursos naturais e da biodiversidade, e a erradicação de toda forma de discriminação contra as mulheres e os povos originários.”

Por fim, o Foro de São Paulo no seu XIII Encontro enfatiza que “já é hora de que os povos da América Latina e Caribe assentem as bases para a derrota integral do **neoliberalismo** patriarcal e o avanço na construção da alternativa ao sistema imperante.”

Análise da Declaração de Montevidéu (Uruguai)

(Montevidéu, maio de 2008)

Passemos agora à análise da Declaração Final do XIV Encontro (Uruguai), baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política.

A Declaração Final do XIV Encontro do Foro de São Paulo é composta por 1969 palavras. O documento se inicia lembrando que o XIV Encontro ocorre “num momento em que a humanidade se encontra ameaçada pelas políticas de uma globalização impulsionada unicamente em benefício do **grande capital**.” Desse modo, o FSP identifica na política levada a cabo pelos EUA na região uma tentativa de “brecar o **desenvolvimento** autônomo dos nossos países e os processos de unidade e **integração** que permitam ao nosso continente uma melhor defesa de suas riquezas naturais.”

A Declaração Final do XIV Encontro do FSP é das mais enfáticas em destacar as mudanças climáticas geradas pelo modo de produção capitalista. O FSP lembra que, em razão da exploração selvagem dos recursos naturais, perpetrada especialmente pelos países centrais, ocorrem uma “profunda deterioração do meio ambiente” e, conseqüentemente, uma drástica “mudança climática”. Além disso, a “manipulação e especulação desatada pelas grandes transnacionais aproveitando o aumento da demanda mundial de alimentos, a concentração da propriedade das terras, as monoculturas irracionais, o uso do milho por parte dos Estados Unidos para produzir etanol e o controle das fontes aquíferas, têm provocado uma escalada nos preços dos produtos agrícolas, que comporta o perigo de afundar grandes

populações do mundo em uma fome de incalculável alcance.” Para enfrentar tal desafio, o FSP propõe “impulsionar projetos de **desenvolvimento** sustentável que, respeitando o meio ambiente, defendendo a biodiversidade e com o ser humano como centro, assegurem a **soberania** alimentar e o **desenvolvimento** cultural dos nossos povos.”

A entidade enfatiza a mudança gerada pelos governos de seus membros. Pontua que o “momento político da América Latina se caracteriza pelo contínuo avanço das forças políticas de esquerda e forças sociais, que se reflete na conquista do governo por parte de forças progressistas pertencentes ao Foro. Isso ocorre em 13 países da América Latina e Caribe.” O FSP lembra que “as forças progressistas do continente que se encontram no governo buscam por diferentes vias implementar projetos que, conforme as características próprias de cada país, lhes permitam enfrentar os principais problemas gerados pelo **neoliberalismo**.” Dentre os problemas enfrentados estão “os níveis de marginalidade, pobreza, analfabetismo, carência de planos de saúde, a violência estrutural, e endividamento externo e interno, a falta de coesão social, a privatização de importantes recursos que foram arrancados da **soberania** dos nossos países”, e que os governos progressistas procuram implementar caminhos diferentes da receita neoliberal preconizada por “organismos multilaterais de crédito: FMI, BID, Banco Mundial.” É por conta desta conjuntura que o FSP afirma: “Não vivemos uma época de mudanças mas sim uma mudança de época.”

Por conta do avanço dos governos progressistas na região, o FSP afirma que há um bloco conservador que se opõe às mudanças preconizadas na América Latina. Tal bloco é composto “pelo **imperialismo** dos EUA e pelas direitas nacionais, as empresas transnacionais e, de forma muito importante, também pelas grandes empresas midiáticas que sistematicamente realizam campanhas de desinformação.” Desse modo, procuram criminalizar os protestos sociais, aumentar a “militarização”, além de utilizar “mediante a fraude”, mecanismos para “impedir que novas forças progressistas alcancem o governo.”

O termo **integração** é o mais frequente no documento final do XIV Encontro do FSP, com seis aparições. Defende que impulsionará ainda mais “os diversos programas de **integração**”, como Mercosul, Alba e Unasul. Enfatiza que tais iniciativas não são “cópia de modelos geocêntricos”, e que a integração promovida pelos governos progressistas deve refletir “a realidade da nossa região” e se constituir “em benefício dos nossos povos e como alternativa à globalização **neoliberal**.”

Por fim, a Declaração Final do XIV Encontro do FSP volta a reiterar “a nossa inquebrantável vontade de luta para alcançar a definitiva libertação dos nossos povos e pelo **socialismo**.”

Análise da Declaração da Cidade do México (México)

(Cidade do México, agosto de 2009)

Passemos agora à análise da Declaração Final do XV Encontro (México), baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política.

A Declaração Final do XV Encontro do Foro de São Paulo é composta por 2659 palavras. O documento se inicia saudando o Partido da Revolução Democrática (PRD) como anfitrião e organizador do XV Encontro do FSP. Em seguida, apresenta uma declaração de 19 pontos aprovada pelos delegados.

O documento reitera o caráter **antineoliberal** e **anti-imperialista** da entidade, afirmando que o FSP “manteve uma luta constante contra essas políticas, que demonstraram sua falência histórica e seu fracasso”. O FSP aponta que o mundo está diante de uma crise sistêmica, “que não só põe em questão o modelo neoliberal imperante, mas também o modo **capitalista** de produção”.

O desenlace da crise será resultado da combinação entre a luta de classes interna dos países e os conflitos entre os diferentes Estados e blocos regionais. O XV Encontro do FSP saúda o 50º aniversário da Revolução Cubana, enfatizando a heroica resistência empreendida por Cuba frente às agressões do **imperialismo** norte-americano, em especial o bloqueio econômico criminoso empreendido pelos EUA.

Apesar de vários países da região terem experimentado gestões de governos progressistas no último período, a crise pode trazer impactos negativos para tais processos, como: queda de crescimento econômico, desemprego e aumento da pobreza. A direita da região definiu novas estratégias para deter o avanço da esquerda e para sabotar seus governos, partidos e movimentos. O FSP pontua que “avaliará permanentemente as estratégias da direita para evitar que elas prosperem e continuará trabalhando para ampliar a força da esquerda.”

O documento ainda insta que “os governos populares, progressistas e de esquerda radicalizem a sua opção a favor da ação do Estado, do investimento público, do mercado interno, da mudança do modelo econômico primário-exportador e sob controle das corporações transnacionais, devendo impulsionar a **integração** regional”. Cabe ainda a esses governos aprofundarem a **integração**, criando “organismos supranacionais de gestão política, econômica, social, cultural e ecológica”, além de fortalecer órgãos já existentes, como: “Unasul, Mercosul, CAN¹⁴³, Alba, Caricom¹⁴⁴, etc.”

Por fim, o FSP enfatiza a necessidade de participar ativamente do debate sobre a “nova ordem mundial” que surgirá pós-crise.

143. Comunidade Andina de Nações.

144. Comunidade Caribe.

Análise da Declaração de Buenos Aires (Argentina)

(Buenos Aires, agosto de 2010)

Passemos agora à análise da Declaração Final do XVI Encontro do FSP, baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política.

A *Declaração de Buenos Aires* é composta por 2507 palavras. O documento se inicia celebrando as duas décadas de existência do FSP. Enfatiza que a entidade é um espaço de “unidade, solidariedade internacionalista, intercâmbio e cooperação entre os partidos e organizações políticas de esquerda da América Latina e Caribe”.

Em seguida, destaca que a região vive mudanças profundas, em especial as promovidas por governos de esquerda e progressistas, que fortalecem a “**soberania** nacional e **integração** continental entre países que antes estavam submetidos isoladamente às ameaças de império”.

Desse modo, a declaração destaca as iniciativas de **integração** regional promovidas pelos governos de esquerda e progressistas: a Aliança Bolivariana para os Povos da América Latina (Alba); a União de Nações Sul-americanas (Unasul) e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac). Interessante notar que o Documento-Final do XVI Encontro do Foro de São Paulo não menciona o Mercosul, procurando destacar apenas as entidades de integração regional puramente políticas como a Alba, a Unasul e a Celac.

O documento lembra que as mudanças ocorridas na região têm como pano de fundo “a crise do capitalismo **neoliberal** e a deterioração da hegemonia estadunidense”. O FSP pontua que a crise é profunda e que não está superada, porém diante dela “o Estado, os interesses nacionais, a solidariedade, a **integração** regional e o **socialismo** se fortalecem como alternativas das sociedades frente aos descabimentos do modelo de sociedade de mercado.”

Nesse sentido, celebrando suas duas décadas de existência, o FSP tem como grande êxito demonstrar que é possível combater o pensamento único do neoliberalismo. Porém, as forças conservadoras e de direita não aceitam tal situação, dispondo de meios como: “as campanhas midiáticas e eleitorais, os golpes, o bloqueio econômico e as pressões militares”, para reverter os processos de mudanças levados a cabo pelos membros do Foro de São Paulo.

Assim, o XVI Encontro do FSP recomenda que, “para derrotar o contra-ataque das direitas e do **imperialismo**, para continuar avançando”, são tarefas fundamentais: 1) ampliar a unidade dos partidos de esquerda, populares e progressistas; 2) consolidar as conquistas de nossos governos e não ceder espaço à direita; 3) apoiar os partidos que ainda não são governo; 4) derrotar o contra-ataque dos conservadores; e 5) acelerar o processo de **integração**, fazendo desse ciclo de gover-

nos progressistas o ponto de partida para um novo modelo de **desenvolvimento** para a América Latina e Caribe.

O documento finaliza reiterando que o FSP continuará seu caminho “baseado na resistência ao **capitalismo neoliberal**, na valorização da democracia, na construção de um novo modelo econômico-social de **desenvolvimento**, em novas formas de governar, em defesa do **socialismo** e na percepção de que a unidade das esquerdas, em todas as suas diversas expressões, é uma condição essencial para nossa vitória”, ou seja, para vencer a batalha contra as forças conservadoras da região.

Análise da Declaração de Manágua (Nicarágua)

(Manágua, maio de 2011)

Passemos agora à análise da Declaração Final do XVII Encontro (Nicarágua), baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política.

A Declaração Final do XVII Encontro do Foro de São Paulo é composta por 2579 palavras. O documento se inicia pontuando que os grandes temas discutidos no XVII Encontro do FSP foram: “o projeto alternativo das forças populares, progressistas e de esquerda na América Latina e no Caribe; os êxitos dos governos e parlamentos nacionais, estaduais e locais impulsionados pelos partidos do Foro; a crise internacional, em todos os seus aspectos: econômico, alimentar, energético, climático, social e político; a luta pela descolonização e pela **soberania** nacional; as ameaças e tragédias causadas pelas políticas do **imperialismo** e pela direita, tais como as do narcotráfico e do crime organizado, que atentam contra a paz, os direitos humanos e os direitos dos povos.”

Novamente, o FSP presta solidariedade ao povo cubano, ao argumentar que “o processo revolucionário na maior das Antilhas é fonte de inspiração para os revolucionários do mundo e que sem a sua contribuição não teria sido possível o auge da esquerda e do movimento popular na América Latina com a chegada do novo século.” Reforça ainda seu rechaço ao bloqueio econômico promovido pelo “**imperialismo** norte-americano”, que tem por objetivo “render pela fome e enfermidade a totalidade de um povo pelo simples fato de ter decidido construir o seu próprio destino de uma forma que não é do agrado dos poderosos do mundo.”

O documento também presta homenagens a outras experiências de governos progressistas, autointituladas de Revolução: “além da Revolução Cubana: a Nicarágua com sua Revolução Sandinista novamente em marcha, cristã, **socialista** e solidária; a Venezuela com a Revolução Bolivariana e a construção do **socialismo** do século XXI; El Salvador com a retirada da oligarquia do poder e a grande maturidade da FMLN no que diz respeito às suas alianças no governo que iniciou mudanças favoráveis no país; assim como as grandes mudanças no Brasil e no

Uruguai; a Bolívia com a construção do Estado Plurinacional e o **socialismo** comunitário; o Equador com a Revolução Cidadã; o Paraguai alcançando melhoras notáveis nas condições de vida do seu povo; a Argentina resgatando o país da prostração e debacle causadas pelo **neoliberalismo** e promovendo novos direitos.”

Justamente por conta dos êxitos obtidos pelos governos progressistas, o FSP lembra que se faz necessário redobrar a atenção para “o perigo representado pelo contra-ataque do **imperialismo**, da direita e das oligarquias locais a seu serviço, prontas para atuar a qualquer momento no nosso continente, e pelas bases militares estrangeiras em diversos países e territórios coloniais.”

Dentro dessa conjuntura de crise e contraofensiva das forças conservadoras, o documento lembra ainda a atuação do imperialismo e do hegemonismo dos EUA fora da América Latina e Caribe. Presta solidariedade ao povo líbio¹⁴⁵, diante da “flagrante violação da **soberania** nacional da Líbia, cujo povo está sendo bombardeado pelas forças da OTAN¹⁴⁶ no que constitui um ataque em massa das potências **imperialistas** do mundo contra uma só nação, **soberana** e independente que, portanto, tem o direito de escolher por si o regime socioeconômico e político que mais lhe convém, que corresponda às suas próprias aspirações, cultura e forma de ver o mundo e a vida, assim como de resolver sem imposições externas os seus problemas e conflitos internos.” Nesse sentido, o FSP conclama imediatamente o fim dos bombardeios contra a Líbia, além de colocar a necessidade de um cessar-fogo imediato no território.

O FSP lembra que, num mundo caracterizado por uma atuação cada vez mais agressiva das potências centrais, aliado a um processo de crise profunda do capitalismo em âmbito global, “fazem-se mais necessários do que nunca os processos de **integração**, uma das garantias para que o nosso continente tenha uma identidade e um peso específico com capacidade de influência no mundo atual”. É nessa esteira que louva a instituições como a Alba, iniciativa caracterizada “pela prática sistemática da solidariedade entre os povos, a melhora nas condições de vida e na defesa dos direitos sociais dos setores populares nos países que fazem parte dessa aliança e em outros que, sem ser membros, foram beneficiados por seus projetos específicos”. A Unasul é saudada pelo seu papel de mediação na normalização das relações diplomáticas entre Venezuela e Colômbia. No que tange à Celac, o documento reivindica a inclusão de Porto Rico na entidade, “como uma forma de avançar na luta para alcançar o reconhecimento pleno de seu direito à **soberania** nacional.”

145. Consultar “Intervenções Militares: A intervenção da OTAN na Líbia”, disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2012/10/05/intervencoes-militares-a-intervencao-da-otan-na-libia/>. Acesso em 09 de agosto de 2022.

146. Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Por fim, o documento reforça que o Foro de São Paulo é um espaço privilegiado para o “debate sobre a estratégia e os projetos alternativos da esquerda latino-americana e caribenha, e a unidade dos povos do nosso continente para a defesa dos seus interesses frente às ações das grandes potências que pretendem perpetuar a dominação histórica que nos subsumiu na miséria e nas injustiças sociais.” Ressalta ainda que, dentro da pluralidade das esquerdas da região, deve prevalecer a unidade, com o objetivo de construir “um continente com justiça, liberdade e prosperidade e um futuro **socialista** para os nossos povos.”

Análise da Declaração de Caracas (Venezuela)

(Caracas, julho de 2012)

Passemos agora à análise da Declaração Final do XVIII Encontro do FSP, baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política.

A *Declaração de Caracas* é composta por 2717 palavras. O documento tem por subtítulo “os povos do mundo contra o **neoliberalismo** e pela paz”. O FSP considera que a crise capitalista ainda está longe de ser superada. Pontua que, nos EUA e na Europa Ocidental, onde “o **neoliberalismo** continua sendo o fundamento ideológico da política econômica, com suas políticas de austeridade permanente e prioridade para o capital financeiro”, o efeito da contração econômica ainda é sentido. Já na América Latina e Caribe, graças a iniciativas encampadas por governos populares, progressistas de esquerda, foram obtidos “êxitos indiscutíveis na luta contra a pobreza e impulsionando, como nunca, o processo de **integração**, o desafio de continuar construindo-o e aprofundando as mudanças nas atuais condições de agravamento da crise.”

Diante do êxito das políticas públicas implementadas pelos governos de partidos-membros do Foro de São Paulo, o documento alerta que “a direita e o **imperialismo**” se mobilizam numa contraofensiva que visa criminalizar as demandas sociais, a fim de gerar enfrentamentos violentos. Lista uma série de “iniciativas golpistas” perpetradas pelas forças conservadoras na região: “em 2002, a derrocada do presidente Chávez por 47 horas e, em 2009, a destituição do presidente Zelaya. Em setembro de 2010, houve uma tentativa de golpe de Estado no Equador, que não se consolidou pela mobilização imediata do povo equatoriano e a rápida atuação da comunidade internacional.” Pontua ainda o golpe de Estado ocorrido algumas semanas antes do XVIII Encontro, com a destituição de Fernando Lugo¹⁴⁷, no Paraguai. Ao mesmo tempo, destaca as vitórias eleitorais “de Dilma

147. Consultar “Fernando Lugo: O golpe do Paraguai foi contra a integração da América Latina”, disponível em: [Fernando Lugo: “O golpe do Paraguai foi contra a | Internacional \(brasildefato.com.br\)](http://fernandolugo.org.br/). Acesso em 13 de agosto de 2022.

Rousseff no Brasil, Daniel Ortega na Nicarágua, Cristina Fernández de Kirchner na Argentina e Danilo Medina na República Dominicana, triunfos contundentes que dão conta do avanço das forças progressistas e de esquerda.”

Novamente, as iniciativas de **Integração** promovidas pelas forças progressistas e de esquerda têm destaque no documento. São mencionadas Alba, Mercosul, Celac e Unasul. Essas iniciativas, com suas características particulares, têm, segundo o FSP, “uma base política, responde a uma realidade em mutação e conta com o substrato material que são as forças produtivas e os recursos naturais abundantes e diversos, as florestas, o petróleo, os minérios de todo tipo, as terras raras, o gás, as vastas extensões de terra para agricultura e pecuária e, o mais importante, a integração conta com a diversidade cultural e humana de mais de 500 milhões de seres. O processo de **integração** deve buscar políticas comuns e o manejo e uso soberano dos recursos naturais, o que inclui a defesa da água e seu reconhecimento como direito humano.” O processo de integração da América Latina e Caribe só será efetivo se lembrar “a dívida ambiental que o **capitalismo** tem com o mundo.”

O FSP classifica seus membros como “de esquerda, progressistas e **anti-imperialistas**” para enfatizar que, por conta dessas características, “a presença e participação das mulheres nos diferentes setores da sociedade, incluindo os partidos, é algo imprescindível para o seu fortalecimento, crescimento e **desenvolvimento**.” Enfatiza que a construção do “**socialismo** (ou uma sociedade socialista, justa, equitativa)” só é possível com equidade de gênero.

Por fim, o documento acrescenta ainda, que os governos encampados por membros do FSP estão construindo um “outro mundo possível”, “um mundo **socialista**”.

Análise da Declaração de São Paulo (Brasil)

(São Paulo, agosto de 2013)

Passemos agora à análise da Declaração Final do XIX Encontro (Brasil), baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política. O documento só foi disponibilizado na versão em espanhol, portanto a lista de palavras-chave desenvolvida está no mesmo idioma. Optamos pela tradução livre das citações diretas entre aspas.

A Declaração Final do XIX Encontro do Foro de São Paulo é composta 2409 palavras. O documento se inicia constatando que a grave situação internacional exige uma unidade de reflexão e ação por parte dos partidos progressistas e de esquerda para enfrentar a contraofensiva do **imperialismo** e da direita.

Se enfatiza o processo de mudanças que a região vive desde o fim do século XX, onde graças aos governos progressistas e de esquerda se implementaram “medidas

anticíclicas na economia e inclusão social de milhões de pessoas que antes viviam na miséria.¹⁴⁸ Tal ciclo político só foi possível graças à “unidade e **integração** latino-americana e caribenha, por meio de mecanismos múltiplos e complementares que, aprofundando e convergindo, poderão promover condições mais favoráveis para o andamento de nossos projetos nacionais de **desenvolvimento**, em um sistema internacional em transição, cujo resultado é incerto.”¹⁴⁹

Num contexto de crise capitalista, um dos termos de mais destaque na Declaração Final do XIX Encontro é **Imperialismo/Imperialista**, com oito aparições. Diante de uma conjuntura de contraofensiva das forças conservadoras, o documento alerta que: “A crise ambiental é parte integrante da crise **capitalista**. A defesa do meio ambiente deve levar em conta os interesses dos trabalhadores, a sustentabilidade e a **soberania** nacional, já que a direita e o **imperialismo** têm usado a bandeira ambiental para atacar governos de esquerda na América Latina e no Caribe.”¹⁵⁰ Acrescenta ainda que a grande novidade do período é a admissão da perda de hegemonia relativa dos EUA. Diante de tal constatação, o imperialismo busca um novo alento, em manobras para retardar sua perda relativa de poder. Através de uma “agenda econômica **neoliberal** do **imperialismo**, da liberalização financeira, da enorme transferência de recursos públicos para bancos e especuladores diversos, e das políticas de austeridade que estão eliminando uma série de direitos sociais e punindo os trabalhadores com altas taxas de desemprego, bem como para a retomada de acordos de livre comércio, como a Parceria Trans Pacífico e o Acordo Transatlântico”¹⁵¹, que visam retomar a hegemonia **neoliberal** na América Latina e Caribe.

Nesse sentido, o FSP conclama para acelerar o processo de integração regional construído no início do século XXI, evitando que a contraofensiva do imperialismo ganhe espaço. O termo **Integración** é o mais recorrente da declaração, com

148. Do original: “medidas contracíclicas en la economía y de inclusión social de millones de personas que anteriormente vivían en la miseria.”

149. Do original: “unidad y la integración latinoamericana y caribeña, a través de mecanismos múltiples y complementarios que, al profundizar y converger, podrán promover condiciones más favorables al curso de nuestros proyectos nacionales de desarrollo, en un sistema internacional en transición, cuyo desenlace es incierto.”

150. Do original: “La crisis ambiental es parte integrante de la crisis capitalista. La defensa del medio ambiente debe tomar en cuenta los intereses de los trabajadores, la sustentabilidad y la soberanía nacional pues la derecha y el imperialismo han utilizado la bandera ambiental para atacar a los gobiernos de izquierda en América Latina y Caribe.”

151. Do original: “agenda económica neoliberal del imperialismo, de la liberalización financiera, de la enorme transferencia de recursos públicos para bancos y especuladores diversos y de las políticas de austeridad que están eliminando una serie de derechos sociales y castigando a los trabajadores con altas tasas de desempleo, así como a la retomada de los Tratados de Libre Comercio como la Asociación Transpacífico y el Acuerdo Transatlántico”

nove aparições. O Foro defende que a resposta deve conter uma “perspectiva de alcançar a complementaridade econômica, reduzir as assimetrias e promover o **desenvolvimento** econômico e social de nosso continente”¹⁵², sendo que “os processos de **integração** em curso, como UNASUL, CELAC, MERCOSUL, ALBA, entre outros, respondem com força a essa complementaridade, representando movimentos de convergência de projetos nacionais de **desenvolvimento**.”¹⁵³ Acrescenta ainda que o multilateralismo e iniciativas que visem construir novos polos de poder, em contraposição ao imperialismo estadunidense e europeu, terão o apoio da entidade.

A Declaração rende homenagem a Hugo Chávez, destacando “seu compromisso com a democracia e a mobilização popular, seu internacionalismo e **anti-imperialismo** militantes, e sua importante visão da história de nossa região e do **socialismo**.”¹⁵⁴ Destaca, de modo especial, “seu papel em favor da **integração** regional, a denúncia da ALCA, o impulso dado à ALBA e a defesa da **integração** de seu país no MERCOSUL, bem como outros processos de **integração** e solidariedade entre os povos da pátria grande latino-americana e caribenha.”¹⁵⁵

O documento é finalizado com o alerta que a “guerra de posições entre as tentativas de avançar mudanças e aprofundar a **integração** regional, por um lado, e, por outro, os ataques das forças da direita e do **imperialismo**”¹⁵⁶ definirão a consolidação ou a derrocada do processo de mudanças vivido pela região no século XXI.

Análise da Declaração de La Paz (Bolívia)

(La Paz, agosto de 2014)

Passemos agora à análise da Declaração Final do XX Encontro do FSP, baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política. O documento só foi disponibilizado na versão em espanhol, portanto a lista de palavras-chave desen-

152. Do original: “*perspectiva de alcanzar la complementariedad económica, reducir las asimetrías y promover el desarrollo económico y social de nuestro continente*”.

153. Do original: “*Los procesos de integración que están en marcha, como UNASUR, CELAC, MERCOSUR, ALBA, entre otros, responden con contundencia a dicha complementariedad, representando movimientos de convergencia de los proyectos nacionales de desarrollo*.”

154. Do original: “*su compromiso con la democracia y la movilización popular, su internacionalismo y antiimperialismo militantes y su importante visión sobre la historia de nuestra región y el socialismo*”.

155. Do original: “*su papel a favor de la integración regional, la denuncia del ALCA, el impulso dado al ALBA y la defensa de la integración de su país al MERCOSUR, así como a otros procesos de integración y solidaridad entre los pueblos de la patria grande latinoamericana y caribeña*.”

156. Do original: “*guerra de posiciones entre las tentativas de avances de los cambios y profundizaciones de la integración regional por un lado y, por otro, los ataques de las fuerzas de la derecha y del imperialismo*”.

volvida está no mesmo idioma. Optamos pela tradução livre das citações diretas entre aspas.

A *Declaración de La Paz* é composta por 3471 palavras. O documento é iniciado com uma saudação ao MAS-IPSP (Movimento ao Socialismo – Instrumento Político de Soberania dos Povos) por ser anfitrião do XX Encontro do FSP. Pontua que é de grande orgulho para a organização estar na Bolívia, onde um “Governo de Movimientos Sociales realiza uma Revolución Democrática e Cultural baseada na recuperação dos recursos naturais, liderança estatal, **soberanía**, comunitarismo e **socialismo** na perspectiva do Bem Viver.”¹⁵⁷

O documento novamente pontua que, diante de “uma contraofensiva global do **imperialismo** e da direita, é necessário alertar os partidos e governos da região sobre o perigo da restauração conservadora que pretende introduzir em nossos países, por meio de uma ampla gama de instrumentos subversivos dirigidos e coordenados pelos Estados Unidos, juntamente com organizações políticas e sociais de a direita, as corporações transnacionais, a mídia, entre outros atores contrarrevolucionários, que atacam governos que, em sua opinião, constituem um obstáculo ou afetam seu interesse global.”¹⁵⁸

Para breçar tal contraofensiva, o FSP preconiza o aprofundamento do processo de **Integración**. Não por acaso, o termo é o mais destacado do documento, com 15 aparições. A declaração final do XX Encontro do FSP considera que, da perspectiva da “unidade e **integración** latino-americana, bem como as relações Sul-Sul, é importante atuar de forma mais proativa no fortalecimento de todos os mecanismos de **integración** e fóruns políticos regionais como a UNASUL e a CELAC – o instrumento de diálogo da América Latina e Caribe. Da mesma forma, Mercosul, ALBA, PETROCARIBE¹⁵⁹ e CARICOM, bem como a Área Complementar estabelecida entre eles. Nesse sentido, o FSP deve avançar em propostas concretas e,

157. Do original: “*donde un Gobierno de los Movimientos Sociales lleva a cabo una Revolución Democrática y Cultural fundamentada en la recuperación de los recursos naturales, el liderazgo estatal, la soberanía, el comunitarismo y el socialismo en la perspectiva del Vivir Bien.*”

158. Do original: “*una contraofensiva global del imperialismo y de las derechas, es necesario alertar a los partidos y gobiernos de la región sobre el peligro de la restauración conservadora que pretende introducir en nuestros países, a través de una amplia gama de instrumentos subversivos dirigidos y coordinados por los Estados Unidos, conjuntamente con organizaciones políticas y sociales de la derecha, corporaciones transnacionales, medios de comunicación, entre otros actores contrarrevolucionarios, que atentan contra los gobiernos que en su opinión constituyen un obstáculo o afectan su interés global.*”

159. Iniciativa de cooperação, lançada no âmbito da Alba, que busca facilitar o acesso ao petróleo venezuelano a outros países latino-americanos e caribenhos. Consultar “¿Qué es Petrocaribe?”, disponível em: <https://elordenmundial.com/que-es-petrocaribe/>. Acesso em 1º de dezembro de 2024.

quando esses mecanismos de **integração** propõem a constituição de parlamentos, defendemos que sejam de composição plural.”¹⁶⁰

O FSP alerta ainda para mecanismos disfarçados de integração regional, mas que visam retomar a ideia de Tratados de Livre Comércio que beneficiam os países centrais, como o início das negociações do TPP (Acordo de Associação Transpacífico), um acordo de livre comércio que envolveria 12 países banhados pelo Oceano Pacífico, entre eles os latino-americanos México, Peru e Chile. Critica ainda a Aliança do Pacífico, bloco comercial criado em 2011, que tem como membros Colômbia, México, Chile e Peru. A declaração afirma que tais iniciativas são “uma criação do governo dos EUA e das potências **imperialistas** que buscam dividir a **integração** econômica, comercial, política e cultural dos povos latino-americanos e caribenhos, expressa nos diferentes processos de Nossa América. O FSP rejeita essas duas formas de **integração** subordinadas às grandes potências.”¹⁶¹

Por fim, o documento reitera que só será possível avançar e construir um caminho próprio e soberano para a região através de um processo integrativo consistente. Enfatiza que se deve “coordenar e convocar as organizações sociais da região para participar do **desenvolvimento** do processo de **integração** latino-americana e caribenha, fazendo desta causa uma de suas principais demandas políticas. Somente o **desenvolvimento** desse processo **integracionista** garante a autodeterminação e a **soberania** de nossos países e, uma vez que nossos povos assumam essa bandeira, o processo será irreversível.”¹⁶²

160. Do original: “la unidad e integración latinoamericana, así como de las relaciones Sur-Sur, es importante actuar con mayor pro-actividad en el fortalecimiento de todos los mecanismos de integración y foros políticos regionales como la UNASUR y la CELAC – el instrumento de interlocución de América Latina y el Caribe. De la misma forma el Mercosur, el ALBA, PETROCARIBE y CARICOM, así como el Área Complementaria establecida entre ellos. En este sentido el FSP debe avanzar en propuestas concretas y, cuando estos mecanismos de integración plantean la constitución de parlamentos, defendemos que sean de composición plural.”

161. Do original: “una creación de los gobiernos de los EUA y las potencias imperialistas que buscan dividir la integración económica, comercial, política y cultural de los pueblos latinoamericanos y caribeños, expresada en los diferentes procesos propios de Nuestra América. El FSP rechaza estas dos formas de integración subordinada a las grandes potencias.”

162. Do original: “coordinar y convocar a las organizaciones sociales de la región a participar en el desarrollo del proceso de integración latinoamericano y caribeño convirtiendo esta causa en una de sus principales reivindicaciones políticas. Sólo el desarrollo de este proceso integracionista garantiza la autodeterminación y la soberanía de nuestros países y, una vez que nuestros pueblos asuman esta bandera, el proceso será irreversible.”

Análise da Declaração da Cidade do México (México)

(Cidade do México, agosto de 2015)

Passemos agora à análise da Declaração do XXI Encontro (México), baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política. O documento só foi disponibilizado na versão em espanhol, portanto a lista de palavras-chave desenvolvida está no mesmo idioma. Optamos pela tradução livre das citações diretas entre aspas.

A Declaração Final do XXI Encontro do Foro de São Paulo é composta 6139 palavras, mais extensa do que a maioria. O documento se inicia saudando o PRD e o PT mexicano, anfitriões do XXI Encontro, enfatizando a importância de mais uma reunião do FSP que visa aprofundar a integração regional com base nos “princípios da solidariedade entre os povos, **desenvolvimento** com cooperação e complementaridade, justiça social, democracia e participação popular.”¹⁶³

Novamente, o FSP destaca a importância de sua existência diante de uma conjuntura de contraofensiva das forças conservadoras da região. Reforça que a fortaleza da entidade reside no fato de conseguir constituir uma unidade na diversidade das organizações de esquerda e progressistas da América Latina e Caribe.

A Declaração Final do XXI Encontro dá especial atenção às novas formas de atuação do **Imperialismo**. Denuncia uma série de conflitos geopolíticos levados a cabo pelo bloco imperialista, como a guerra na Síria, os ataques da OTAN à Líbia e ao Iraque, e a ingerência da União Europeia e dos EUA na Ucrânia, pontuando que “esses conflitos são expressões do novo desenho da geopolítica mundial onde os Estados Unidos da América tentam afirmar a validade da hegemonia ou reagir às pressões que sofre.”¹⁶⁴ Nesse sentido, o FSP reforça que “o **anti-imperialismo** e a defesa das identidades nacionais e regionais em torno da construção de um novo modelo político e social, diante da penetração econômica e ideológica das potências **imperiais**, devem ser pilares abraçados pelos homens e mulheres que se sentem comprometidos com os ideais dos heróis de nossa independência.”¹⁶⁵

O termo **Integración** tem destaque na Declaração Final do XXI Encontro do FSP, com 15 aparições. O documento pontua que só o desenvolvimento de um processo genuinamente **integracionista** irá garantir a autonomia e a soberania

163. Do original: “*principios de solidaridad entre los pueblos, desarrollo con cooperación y complementariedad, justicia social, democracia y participación popular.*”

164. Do original: “*Estos conflictos son expresiones del nuevo diseño de la geopolítica mundial donde Estados Unidos de América trata de afirmar la validez de la hegemonía o reaccionar a las presiones que sufren.*”

165. Do original: “*El antiimperialismo y la defensa de las identidades nacionales y regionales en torno a la construcción de un nuevo modelo político y social, ante la penetración económica e ideológica de los poderes imperiales, deben ser pilares que abracemos los hombres y mujeres que nos sentimos comprometidos con los ideales de los próceres de nuestra independencia.*”

dos países da América Latina e Caribe. E, para uma agenda efetivamente inclusiva, o FSP convoca os “partidos e organizações sociais de povos indígenas e de comunidades afrodescendentes da região para participar do **desenvolvimento** do processo de **integração** latino-americana e caribenha, tornando esta causa uma de nossas principais demandas políticas.”¹⁶⁶

Valoriza as iniciativas que são levadas a cabo pelos governos de partidos pertencentes ao FSP, afirmando que “na perspectiva da unidade e **integração** latino-americanas, bem como das relações Sul-Sul, é importante atuar com maior proatividade no fortalecimento de todos os mecanismos de **integração** e fóruns políticos regionais, como a UNASUL e a CELAC – instrumento de diálogo da América Latina e Caribe. Da mesma forma, o Mercosul, assim como a Área Complementar estabelecida entre eles, ALBA, PETROCARIBE e CARICOM, que juntos constituem a quarta maior economia do mundo.”¹⁶⁷ Nesse sentido, o documento faz uma saudação especial à Celac ao pontuar que “apoiamos a Proclamação da América Latina e Caribe como Zona de Paz e Livre do Colonialismo, aprovada na Segunda Cúpula da Comunidade dos Estados latino-americanos e caribenhos (CELAC), realizada em Havana em janeiro de 2014, como um documento político histórico de especial importância, que especifica e defende o direito de nossos povos de decidir **soberanamente** seu próprio destino, sem interferência externa. Apoiamos os esforços da CELAC no caminho da construção de um projeto estratégico de **integração** genuinamente latino-americana e caribenha.”¹⁶⁸

Com relação ao Mercosul, a Declaração Final do XXI Encontro reivindica que o bloco amplie seu escopo ao afirmar que “é fundamental que o Mercosul continue com o processo de ampliação da **integração** iniciado no Cone Sul, realizando as medidas necessárias e essenciais para sua consolidação em todos os níveis, especialmente no **desenvolvimento** da iniciativa Social e Produtiva do Mercosul.

166. Do original: “partidos y organizaciones sociales, de comunidades y pueblos indígenas, y de comunidades afrodescendientes de la región a participar en el desarrollo del proceso de integración latinoamericano y caribeño, convirtiendo esta causa en una de nuestras principales reivindicaciones políticas.”

167. Do original: “Desde la perspectiva de la unidad e integración latinoamericana, así como de las relaciones Sur-Sur, es importante actuar con mayor pro-actividad en el fortalecimiento de todos los mecanismos de integración y foros políticos regionales como la UNASUR y la CELAC – el instrumento de interlocución de América Latina y el Caribe. De la misma forma el Mercosur, así como el Área Complementaria establecida entre ellos, el ALBA, PETROCARIBE y CARICOM, los que juntos constituyen la cuarta economía del mundo.”

168. Do original: “Respaldamos la Proclama de América Latina y el Caribe como Zona de Paz y Libre de Colonialismo, aprobada en la II Cumbre de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC), efectuada en La Habana en enero de 2014, como documento político histórico de especial trascendencia, que precisa y defiende el derecho de nuestros pueblos a decidir soberanamente su propio destino, sin injerencias externas. Apoyamos los esfuerzos de la CELAC en el camino de la construcción de un proyecto estratégico de integración genuinamente latinoamericano y caribeño.”

Neste contexto, devemos dar um impulso definitivo à incorporação como membros plenos da Bolívia e do Equador, como um sinal inequívoco da solidez do processo de crescimento do Mercosul e da região a nível internacional. A retomada da iniciativa regional exige a aceleração dos processos focais de **integração** e das cadeias regionais de suprimentos, **integração** de energia e infraestrutura, planos estratégicos, ação social e consolidação do Banco do Sul.”¹⁶⁹

Por fim, destaca a interação entre as iniciativas de integração da América Latina e Caribe com as de outras partes do Sul Global, como o Brics, ao saudar a reunião Brics-Unasul, afirmando que “estes representam importantes arenas de discussão e cooperação **soberana** entre blocos que compartilham seu desconforto com os mecanismos atuais de governança global que ainda respondem ao cenário internacional estabelecido há mais de meio século e que não correspondem mais à realidade.”¹⁷⁰

A Declaração Final do XXI Encontro do FSP termina rendendo homenagens “ao legado dos fundadores da FSP, simbolizado naqueles que não nos acompanham fisicamente, mas estão presentes em nossas lutas: Gladys Marín, Schafik Hándal, Tomás Borge, Hugo Chávez, Ana María Stuart e Javier Díez-Canseco.”¹⁷¹ Todos líderes históricos de partidos políticos integrantes do Foro de São Paulo.

Análise da Declaração de San Salvador (El Salvador)

(San Salvador, junho de 2016)

Passemos agora à análise da Declaração do XXII Encontro (El Salvador), baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política. O documento só foi disponibilizado na versão em espanhol, portanto a lista de palavras-chave desenvolvida está no mesmo idioma. Optamos pela tradução livre das citações diretas entre aspas.

169. Do original: “Es fundamental que el Mercosur continúe con el proceso de ampliación de la integración iniciada en el Cono Sur, mediante la realización de las medidas necesarias e imprescindibles para su consolidación en todos los planos, sobre todo en el desarrollo de la iniciativa del Mercosur Social y Productivo. En este marco, debemos darle un impulso definitivo a la incorporación como miembros plenos de Bolivia y Ecuador, como señal inequívoca de solidez del proceso de crecimiento del Mercosur y de la región a nivel internacional. La reanudación de la iniciativa regional requiere acelerar los procesos focales de integración y las cadenas de suministro regionales, la integración energética y de infraestructura, los planes estratégicos, la acción social y la consolidación del Banco del Sur.”

170. Do original: “Estas representan importantes arenas de discusión y cooperación soberana entre bloques que comparten su malestar con los mecanismos actuales de gobernanza global que todavía responden a la escena internacional establecida hace más de medio siglo y que ya no corresponde a la realidad.”

171. Do original: “al legado de las y los fundadores del FSP, simbolizados en los que no nos acompañan físicamente pero están presentes en nuestras luchas: Gladys Marín, Schafik Handal, Tomás Borge, Hugo Chávez, Ana María Stuart y Javier Díez-Canseco.”

A Declaração Final do XXII Encontro do Foro de São Paulo é composta por 2409 palavras. O documento se inicia com uma saudação ao partido anfitrião do encontro, a FMLN, e sua gestão de governo à frente de El Salvador. Em seguida, se faz uma homenagem a Augusto C. Sandino e a Farabundo Martí, respectivamente heróis anti-imperialistas da Nicarágua e de El Salvador.

A declaração destaca a atuação dos governos progressistas no continente ao afirmar que “conseguiram dar estabilidade social, política e econômica às nossas nações, e retiraram da pobreza dezenas de milhões de famílias, que se libertaram assim da marginalização, do desemprego, com acesso à saúde, educação e oportunidade de **desenvolvimento** humano.”¹⁷² Desse modo, para combater as mudanças promovidas pelos governos progressistas, a “direita continental subordinada ao **imperialismo** norte-americano tem intensificado as ações com que pretende dismantelar os processos de mudança social desenvolvidos por todo nosso continente, no que se perfila como uma contraofensiva **imperial**.”¹⁷³

O tom de denúncia das forças conservadoras é presente em todo o documento, o que leva o termo **Imperialismo/Imperialista** a ter amplo destaque, com 11 aparições. Interessante pontuar que a declaração aponta para uma nova forma de atuação de ingerência do imperialismo na região, o subterfúgio do combate à corrupção. O FSP afirma que “se manifesta contra a pretensão dos Estados Unidos de arrogar-se prerrogativas fiscalizadoras no enfrentamento à corrupção, desrespeitando a **soberania** de nossos povos mediante mecanismos inconstitucionais, chamando a atenção ao fato de não terem sido afetadas as figuras políticas vinculadas com a oligarquia, de onde provêm os maiores atos de corrupção, o qual é também uma monstruosidade do intervencionismo **imperialista**.”¹⁷⁴ O FSP preconiza que “não precisa da tutela **imperial** mediante organismos intervencionistas para enfrentar a corrupção, pois a garantia para tanto é a capacidade de luta dos setores populares, sempre que se conte com um movimento revolucionário

172. Do original: “*han logrado dar estabilidad social, política y económica a nuestras naciones, y han sacado de la pobreza a decenas de millones de familias, que se han librado así de la marginación, el desempleo, accediendo a la salud, la educación y oportunidades de desarrollo humano.*”

173. Do original: “*derecha continental subordinada al imperialismo norteamericano ha intensificado las acciones con las que pretende dismantelar los procesos de cambio social que se vienen desarrollando a lo largo y ancho de nuestro continente, en lo que se perfila como una contraofensiva imperial.*”

174. Do original: “*y nos manifestamos en contra la pretensión de Estados Unidos, de arrogarse prerrogativas fiscalizadoras en el enfrentamiento a la corrupción, irrespetando la soberanía de nuestros pueblos mediante mecanismos inconstitucionales, como resultado de lo cual llama la atención que no han sido señaladas ni afectadas las figuras políticas vinculadas con la oligarquía, de donde provienen los más grandes actos de corrupción, lo cual es también un engendro del intervencionismo imperialista.*”

unido, organizado e à altura de sua missão histórica.”¹⁷⁵ O FSP ainda repudia “o colonialismo como máxima expressão da dominação **imperialista** sobre nossos povos”¹⁷⁶, se solidarizando especialmente com a luta do povo de Porto Rico para se tornar independente do jugo dos EUA.

Apesar do termo **Integración** ter apenas duas aparições no documento, se mantém a centralidade dos mecanismos de cooperação criados por partidos per-tencentes ao FSP. A declaração afirma que: “Elemento essencial para preservar, ampliar e fortalecer a correlação de forças favoráveis às forças políticas e governos de esquerda e progressistas da América Latina e Caribe é a defesa do processo de **integração** e da orientação popular, **antineoliberal**, dos mecanismos intergovernamentais de consulta, cooperação e **integración**, a saber, a Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac).”¹⁷⁷

O documento também destaca a conjuntura brasileira, onde denuncia que “o golpe de Estado contra a presidenta Dilma Rousseff é parte da contraofensiva **imperial** que será derrotada pelas forças populares em todo o continente. Apoiados pelos meios de comunicação, setores do aparato do Estado e do poder econômico nacional e internacional montaram um impeachment que é um golpe contra a democracia, os direitos sociais, a **soberania** nacional e a **integração** da América Latina e Caribe.”¹⁷⁸ Nesse sentido, o documento aponta solidariedade irrestrita ao Partido dos Trabalhadores e ao povo brasileiro, diante da ofensiva conservadora que retirou da Presidência uma mulher legitimamente eleita pelo voto popular.

Por fim, o FSP afirma ser necessário dar mais atenção à batalha de ideias para o enfrentamento do conservadorismo ao afirmar que: “A luta ideológica, cultural e

175. Do original: “*que no se necesita la tutela imperial mediante organismos intervencionistas para enfrentar la corrupción, pues la garantía para eso es la capacidad de lucha de los sectores populares, siempre que se cuente con un movimiento revolucionario unido, organizado y a la altura de su misión histórica.*”

176. Do original: “*el colonialismo en su condición como máxima expresión de la dominación imperialista sobre nuestros pueblos.*”

177. Do original: “*Elemento esencial para preservar, ampliar y fortalecer la correlación de fuerzas favorables a las fuerzas políticas y gobiernos de izquierda y progresistas de América Latina y el Caribe, es la defensa de la integridad y la orientación popular, anti neoliberal, de los mecanismos intergubernamentales de concertación, cooperación e integración, a saber, la Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA TCP), la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR) y la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC).*”

178. Do original: “*el Golpe de Estado contra la Presidenta Dilma Rousseff es parte de la contraofensiva imperial que será derrotada por las fuerzas populares en todo el continente. Apoyados por los medios de comunicación, sectores del aparato del Estado y del poder económico nacional e internacional, han montado el juicio político en Brasil que es un golpe contra la democracia, los derechos sociales, la soberanía nacional y la integración de América Latina y el Caribe.*”

mediática é imprescindível para derrotar a invasão ideológica das classes dominantes e assim mobilizar os povos em defesa dos seus interesses. Devemos articular uma frente de pensamento contra hegemônico que incorpore, sem prejuízos à nossa luta, pessoas e grupos das mais diversas filiações políticas.”¹⁷⁹

Análise da Declaração de Manágua (Nicarágua)

(Manágua, julho de 2017)

Passemos agora à análise da Declaração do XXIII Encontro (Nicarágua), baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política. O documento só foi disponibilizado na versão em espanhol, portanto a lista de palavras-chave desenvolvida está no mesmo idioma. Optamos pela tradução livre das citações diretas entre aspas.

A Declaração Final do XXIII Encontro do Foro de São Paulo é composta por 5851 palavras. O documento inicia saudando a acumulação social e política lograda pelo FSP nos seus 27 anos de existência, que possibilitou “a ocupação de espaços institucionais que os coloca diante da formidável oportunidade e do enorme desafio de **desenvolver** processos de transformação revolucionária ou reforma social progressista.”¹⁸⁰ Porém, logo em seguida, o tom de autocrítica é adotado ao afirmar que, apesar do avanço no campo institucional, se “negligenciou o desafio de construir a hegemonia popular, a única fonte de poder capaz de lhes fornecer a força necessária para derrotar as previsíveis tentativas do **imperialismo** e das oligarquias crioulas para reestabelecer seu antigo domínio monopólico do Estado, e a vacina para imunizá-los contra insuficiências, desvios e erros que causam desacumulo social e político.”¹⁸¹

A Declaração Final do XXIII Encontro do FSP é novamente marcada pela forte denúncia e combate ao imperialismo, o que faz com que o termo **Imperialismo/Imperialista** apareça 30 vezes no documento. O FSP considera que, diante de uma “nova fase de ataques ferozes do **imperialismo**, da direita e das

179. Do original: “La lucha ideológica, cultural, mediática, resulta imprescindible para derrotar la invasión ideológica de las clases dominantes y así movilizar a los pueblos en la defensa de sus intereses. Debemos articular un frente de pensamiento contrahegemónico que incorpore sin prejuicios a nuestra lucha a personas y grupos de las más diversas filiaciones políticas.”

180. Do original: “la ocupación de espacios institucionales que los coloca ante la formidable oportunidad y el enorme desafío de desarrollar procesos de transformación revolucionaria o reforma social progressista”.

181. Do original: “descuidó el desafío de construir hegemonía popular, única fuente de poder capaz de dotarlos de la fuerza necesaria para derrotar los predecibles intentos del imperialismo y las oligarquías criollas de restablecer su antiguo dominio monopólico del Estado, y la vacuna para inmunizarlos contra insuficiencias, desviaciones y errores que provocan desacumulación social y política.”

forças oligárquicas a seu serviço”¹⁸², se faz necessário uma plataforma de esquerda, capaz de reagrupar as forças progressistas, com “o objetivo de relançar os processos de **integração** latino-americana e caribenha, que têm na Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) seu espaço mais precioso, e cujo **desenvolvimento** e consolidação devem ser um dos nossos objetivos estratégicos de primeira ordem.”¹⁸³ Desse modo, se enfatiza que a contradição principal pela qual passa a América Latina e Caribe na atualidade é a “luta entre as oligarquias locais aliadas do **imperialismo**, e os povos organizados em suas lutas patrióticas e **anti-imperialistas** orientadas ao **socialismo**.”¹⁸⁴ No documento, ainda se faz uma retomada histórica de algumas das intervenções do imperialismo na região ao longo do século XX, como “as sucessivas intervenções **imperiais** na América Central e no Caribe, o apoio a ditaduras sangrentas, a gestação de golpes militares, o Plano Condor implementado pelas ditaduras militares do Cone Sul, com suas sequelas de torturas e desaparecimentos, o uso contínuo do terrorismo, a guerra suja contra a Nicarágua nos anos oitenta, o bloqueio criminoso e as operações subversivas contra Cuba e os outros países progressistas do continente, formam um legado que não podemos esquecer.”¹⁸⁵ O FSP alerta que para enfrentar a ofensiva imperial no século XXI se “deve detectar, estudar e tirar o máximo proveito de todos os aspectos que constituem as fraquezas do **imperialismo** e das forças oligárquicas, bem como suas próprias contradições.”¹⁸⁶

O FSP enfatiza os esforços de seus governos em promover um projeto de desenvolvimento nacional baseado em um “novo modelo político e econômico, em que os cidadãos não apenas elejam representantes e governantes, mas também decidam sobre as políticas públicas, de Estado e de governo, tomam decisões, definam o quadro de ação de seus eleitos e governantes e controlam a atuação destes e de seus representantes, no que deverá ser uma nova institucionalidade a partir da qual o povo, dessa forma, exerce diretamente o poder. Um modelo que, no campo

182. Do original: “una nueva fase de feroces ataques del imperialismo, la derecha y las fuerzas oligárquicas a su servicio”.

183. Do original: “el objetivo de relanzar los procesos de integración latinoamericana y caribeña, que tienen en la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) su espacio más preciado, y cuyo desarrollo y consolidación debe ser uno de nuestros objetivos estratégicos de primer orden.”

184. Do original: “lucha entre las oligarquías locales aliadas del imperialismo y los pueblos organizados en sus luchas patrióticas y antimperialistas, orientadas al socialismo.”

185. Do original: “las sucesivas intervenciones imperiales en Centroamérica y el Caribe, el apoyo a las dictaduras sangrientas, la gestación de golpes militares, el Plan Cóndor implementado por las dictaduras militares del Cono Sur, con su secuela de tortura y desapariciones, el empleo continuo del terrorismo, la guerra sucia contra Nicaragua en los años ochenta, el bloqueo criminal y operaciones subversivas contra Cuba y los demás países progresistas del continente, conforman un legado que no podemos olvidar.”

186. Do original: “debe detectar, estudiar y aprovechar al máximo todos aquellos aspectos que constituyan debilidades del imperialismo y las fuerzas oligárquicas, así como sus propias contradicciones.”

econômico, consiste na coexistência da empresa privada com um novo setor econômico de cunho popular, em que os trabalhadores possam criar seus próprios meios de produção, e onde o Estado é o garantidor dessa democracia econômica complementar para o **desenvolvimento** das forças produtivas, prosperidade com equidade social e erradicação da pobreza.”¹⁸⁷ Defende ainda que o “Estado deve desempenhar o papel fundamental de dirigir e regular a atividade econômica e, portanto, deve garantir a distribuição justa da riqueza e implementar planos de **desenvolvimento** econômico e social que gozem de apoio popular e estejam vinculados ao processo de **integração** regional latino-americana e caribenha.”¹⁸⁸

Outro ponto a se destacar na Declaração Final do XXIII Encontro do FSP é a importância dada ao âmbito cultural e comunicacional. O documento defende a criação de “uma frente cultural e comunicacional anti-hegemônica, que reúna esforços de governos progressistas e de forças políticas e movimentos sociais de esquerda. Uma verdadeira revolução não é possível se não for acompanhada por uma profunda revolução cultural e comunicacional.”¹⁸⁹ Para concretizar tal intento, se deve produzir “uma modificação do discurso e da linguagem política, baseando-se em novos códigos, que incluam uma adequada abordagem de classe, identidade e gênero, que mantenha a honestidade, comunicação direta e confiável com o povo, que seja capaz de ouvir e refletir suas preocupações e interesses, e que contribua para o **desenvolvimento** de um pensamento independente, comprometido com a transformação emancipatória.”¹⁹⁰

187. Do original: “nuevo modelo político y económico, en el que los ciudadanos no sólo elijan representantes y gobernantes, sino que decidan las políticas públicas, de Estado y de gobierno, tomen decisiones, definan el marco de acción de sus representantes y gobernantes electos, y controlen el desempeño de éstos y de lo que deberá ser una nueva institucionalidad desde la cual el pueblo, de esta manera, ejerza directamente el poder. Un modelo que en el ámbito económico, consista en la convivencia de la empresa privada con un nuevo sector económico de carácter popular, en el que los trabajadores puedan crear sus propios medios de producción, y donde el Estado sea garante de esta democracia económica complementaria para el desarrollo de las fuerzas productivas, la prosperidad con equidad social y la erradicación de la pobreza.”

188. Do original: “Estado debe jugar el rol fundamental de dirigir y regular la actividad económica y por tanto, debe garantizar la distribución justa de la riqueza e implementar planes de desarrollo económico y social que gocen del respaldo popular y se articulen al proceso de integración regional latinoamericano y caribeño.”

189. Do original: “un frente cultural y comunicacional anti hegemónico, que sume tanto los empeños de los gobiernos progresistas como los de las fuerzas políticas de izquierda y de los movimientos sociales. No es posible una revolución verdadera si no va acompañada de una profunda revolución cultural y comunicacional.”

190. Do original: “una modificación del discurso y del lenguaje político, basándolo en nuevos códigos, que incluyan un adecuado enfoque clasista, identitario y de género, que mantenga la honestidad, la comunicación directa y confiable con la gente, que sea capaz de auscultar y reflejar sus preocupaciones e intereses, y que contribuya al desarrollo del pensamiento independiente, comprometido con la transformación emancipadora.”

Por fim, o documento lembra que: “Neste momento decisivo para o nosso continente, enfrentaremos o desafio de aprofundar os processos de mudança em curso como única forma de derrotar a ofensiva da direita e do **imperialismo**, fiel à nossa luta pela paz, democracia e **socialismo**, única garantia de alcançar nossa segunda, definitiva e verdadeira independência em questões políticas e econômicas”¹⁹¹, além de conquistar também a “emancipação cultural e nossa própria identidade continental latino-americana e caribenha; a identidade, **soberania** e autodeterminação desta grande pátria justamente batizada pelo Apóstolo continental, José Martí, como NOSSA AMÉRICA”.¹⁹²

Análise da Declaração de Havana (Cuba)

(Havana, julho de 2018)

Passemos agora à análise da Declaração do XXIV Encontro (Cuba), baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política. O documento só foi disponibilizado na versão em espanhol, portanto a lista de palavras-chave desenvolvida está no mesmo idioma. Optamos pela tradução livre das citações diretas entre aspas.

A Declaração Final do XXIV Encontro do Foro de São Paulo é composta por 3365 palavras. O documento começa postulando que a região sofre os efeitos de “uma multifacetada ofensiva reacionária, conservadora e restauradora do **neoliberalismo**, fruto de interesses convergentes e de esforços combinados entre as elites mundiais do **capitalismo** transnacional, do governo dos EUA, como seu núcleo hegemônico, e das aliadas classes dominantes da nossa região.”¹⁹³

Desse modo, o FSP lista uma série de fatos conjunturais para corroborar a existência de tal contraofensiva reacionária, tais como: “O golpe militar e parlamentar contra Manuel Zelaya, em Honduras (2009); o golpe parlamentar contra Fernando Lugo, no Paraguai (2012); a derrota eleitoral da Frente para a Vitória, na Argentina (2015); o Impeachment de Dilma Rousseff, no Brasil (2016), por meio de um golpe parlamentar, judicial e midiático; a vitória de figuras da direita conser-

191. Do original: “En este momento decisivo para nuestro continente enfrentaremos el desafío de profundizar los procesos de cambio en marcha como única manera de derrotar la ofensiva de la derecha y el imperialismo, fieles a nuestra lucha por la paz, la democracia y el socialismo, única garantía para alcanzar nuestra segunda, definitiva y verdadera independencia en lo político y lo económico”.

192. Do original: “emancipación cultural y nuestra propia identidad continental latinoamericana y caribenha; la identidad, soberanía y autodeterminación de esta gran patria justamente bautizada por el Apóstol continental, José Martí, como NUESTRA AMÉRICA”.

193. Do original: “una multifacética ofensiva reaccionaria, conservadora y restauradora neoliberal, fruto de intereses convergentes y de esfuerzos combinados entre las élites mundiales del capitalismo transnacional, del gobierno de los Estados Unidos de América como su núcleo hegemónico, y de las clases dominantes aliadas de nuestra región.”

vadora ou ultraconservadora no Chile, Paraguai e na Colômbia; a condenação sem provas e a prisão de Lula para impedir sua candidatura à Presidência da República do Brasil; as ostensivas divisões no campo popular na hora de encarar as agendas **neoliberais** restauradas”¹⁹⁴. O documento pontua que o avanço da direita na região está relacionado diretamente com os interesses do **capital financeiro**, que visa impor uma agenda de “privatização dos bens públicos como a água, a terra e o petróleo e seu uso predatório pelas transnacionais; as tentativas de privatização dos fundos públicos; o ataque aos direitos trabalhistas e sociais; o aumento da desigualdade; a destruição de forças produtivas por meio da guerra para estimular as chamadas economias centrais; a expansão dos fluxos migratórios e do sofrimento que vivenciam milhões de seres humanos ao serem obrigados a emigrar, e a ofensiva dos interesses transnacionais contra a **soberania** nacional de nossos países, com o objetivo de facilitar a livre movimentação de **capitais**.”¹⁹⁵

A declaração aponta que o imperialismo utiliza uma inovadora estratégia de desestabilização, combinando guerra midiática, ingerência externa, criminalização de partidos de esquerda e movimentos sociais, golpes jurídicos e parlamentares com a finalidade de consolidar “a percepção de que a história continental entrou em uma fase regressiva irrefreável a favor do **capitalismo**.”¹⁹⁶ Ante tal estratégia, o FSP pontua a necessidade de: “Preservar as experiências de **soberania**, de ampliação da democracia, de governos com caráter popular e com ideias **anti-imperialistas**, impulsionados por partidos de esquerda e progressistas; oferecer apoio e estimular os esforços de emancipação e os ideias **anticapitalistas** dos movimentos sociais e populares que assim atuam; trabalhar com vigor por consolidar uma paz duradoura com justiça social e impulsionar esforços que permitam avançar na **integração**

194. Do original: “El golpe militar y parlamentario contra Zelaya, en Honduras (2009); el golpe parlamentario dado a Lugo, en Paraguay (2012); la derrota electoral del Frente para la Victoria, en Argentina (2015); el impeachment contra Dilma Rousseff en Brasil (2016), mediante un “golpe parlamentario, judicial y mediático”; la victoria de figuras de derecha conservadoras o ultraconservadoras en Chile, Paraguay y Colombia; la condena sin pruebas y prisión de Lula para impedir su candidatura a la presidencia de la Republica del Brasil; las divisiones ostensibles en el campo popular a la hora de encarar las agendas neoliberales restauradas.”

195. Do original: “privatización de los bienes públicos como el agua, la tierra y el petróleo y su uso predatorio por las transnacionales; las tentativas de privatización de los fondos públicos; el ataque a los derechos laborales y sociales; el incremento insultante de la inequidad y la desigualdad; la destrucción de fuerzas productivas mediante la guerra para animar las economías llamadas centrales; la multiplicación de los flujos migratorios y del sufrimiento que millones de seres humanos padecen al verse obligados a emigrar, y la ofensiva que desarrollan los intereses transnacionales contra la soberanía nacional de nuestras naciones, a fin de facilitar el libre movimiento de los capitales.”

196. Do original: “la percepción de que la historia continental entró en una fase regresiva imparable a favor del capitalismo.”

soberana do que Martí chamou de Nossa América, se transformam em imperativos políticos e provas de honra para a esquerda continental.”¹⁹⁷

Em seguida, a Declaração do XXIV Encontro do FSP enumera algumas questões prementes e imperativas para o grupo como: I) convocação de um movimento mundial e regional a favor da paz; II) advertência que “os representantes do grande **capital** transnacional – governamentais e privados, militares e econômicos, midiáticos e ideológicos – estão atuando conjuntamente em um nível superior aos que conhecemos”¹⁹⁸, o que impõe a necessidade de reforçar o internacionalismo das forças progressistas; III) a observação preocupante da forma como “a direita **imperial** opera concertadamente no Conselho de Segurança da ONU; a favor do sionismo no Oriente Médio, para cercar militarmente a Rússia, na Eurásia, para impedir que a República Popular China, na Ásia, continue avançando como potência econômica mundial com propostas de paz e cooperação; para destruir, na América Latina, os projetos de justiça social, democráticos e de internacionalismo latino-americano e caribenho que impulsionam nossas forças políticas; e para fragmentar o Caribe com diferentes fórmulas, inclusive coloniais, como em Porto Rico”¹⁹⁹; IV) ratificação de alguns pontos já aprovados em encontros anteriores, com destaque para transformar “a defesa da CELAC, o maior evento unitário dos últimos 200 anos, objetivo político prioritário a ser promovido por todos os nossos partidos, movimentos sociais e populares, de cada escola, universidade ou espaço de criação intelectual.”²⁰⁰

O documento, apesar de seu caráter defensivo diante da ofensiva **imperialista**, argumenta em contrário ao esgotamento da “onda progressista” ao afirmar que: “rechaçamos a ideia de ‘fim de ciclo’ com a mesma firmeza e convicção que fize-

197. Do original: “Preservar las experiencias de soberanía, de ampliación de la democracia, de gobierno de carácter popular y con proyecciones antiimperialistas, impulsadas por partidos de izquierda y progresistas; ofrecer apoyo decidido y estimular los esfuerzos emancipatorios y los ideales anticapitalistas de los movimientos sociales y populares que así actúan; trabajar con denuedo por consolidar una paz duradera con justicia social e impulsar esfuerzos que permitan avanzar en la integración soberana de la que Martí llamó Nuestra América, se transforman en imperativos políticos y en pruebas de honor para la izquierda continental.”

198. Do original: “los representantes del gran capital transnacional – gubernamentales y privados, militares y económicos, mediáticos e ideológicos – están operando con niveles de concertación superiores a los que conocemos.”

199. Do original: “la derecha imperial opera de forma concertada en el Consejo de Seguridad de la ONU; a favor del sionismo en Medio Oriente; para cercar militarmente a Rusia en Eurasia; para impedir que la República Popular China, en Asia, continúe su avance como potencia económica mundial con propuestas de paz y cooperación; para destruir, en América Latina, los proyectos de justicia social, democráticos y de internacionalismo latinoamericano y caribeño que impulsan nuestras fuerzas políticas; y para fragmentar el Caribe mediante distintas fórmulas, incluidas las coloniales como Puerto Rico.”

200. Do original: “la defensa de la CELAC, mayor acontecimiento unitario de los últimos 200 años, en objetivo político prioritario a promover por todos nuestros partidos, movimientos sociales y populares, desde cada escuela, universidad o espacio de creación intelectual.”

mos com a expressão ‘fim da história’.”²⁰¹ Uma evidência empírica de tal sentença é a eleição de Andrés Manuel López Obrador para a Presidência do México. O Foro de SP saúda sua eleição, afirmando que o triunfo de López Obrador e seu partido (Morena), “membro do Foro de São Paulo, abre esperança para os sonhos e lutas dos povos de Nossa América.”²⁰²

Por fim, o documento relembra “que a América Latina e o Caribe continuam em luta. E mantêm a decisão de atuar com otimismo, decisão e um maior sentido unitário.”²⁰³

Análise da Declaração de Caracas (Venezuela)

(Caracas, julho de 2019)

Passemos agora à análise da Declaração do XXV Encontro (Venezuela), baseada na lista de palavras-chave vinculadas à economia política. O documento só foi disponibilizado na versão em espanhol, portanto a lista de palavras-chave desenvolvida está no mesmo idioma. Optamos pela tradução livre das citações diretas entre aspas.

A Declaração Final do XXV Encontro do Foro de São Paulo é composta por 2715 palavras. O documento se inicia homenageando Hugo Chávez, líder histórico da Revolução Bolivariana e do partido anfitrião, o PSUV. Coloca que, desde o XXIV Encontro do FSP, “a ofensiva reacionária multifacetada do **imperialismo** dos EUA e da direita oligárquica aliada se aprofundou. Mas, ao mesmo tempo, a América Latina e o Caribe também são palco de lutas importantes e triunfos populares que retardaram a ofensiva **imperial**. Casos recentes no México, Venezuela, Nicarágua e Porto Rico confirmam isso.”²⁰⁴

O início da declaração já deixa evidente a centralidade do termo **Imperialismo/Imperialista**, que obtém cerca de 12 aparições. Para o FSP, a administração presidencial de Donald Trump nos EUA é “uma expressão completa do **Império** Ianque e do **capitalismo** transnacional financeiro que predomina hoje, que busca reverter, com a crescente violência em todas as áreas, a tendência em declínio de

201. Do original: “rechazamos la idea del “fin de ciclo” con la misma firmeza y convicción con que en su momento lo hicimos con la del “fin de la historia”.

202. Do original: “integrante del Foro de Sao Paulo, abre una esperanza para los sueños y luchas de los pueblos de Nuestra América.”

203. Do original: “que América Latina y el Caribe siguen en pie de lucha. Y mantienen la decisión de actuar con optimismo, decisión y mayor sentido unitario.”

204. Do original: “se ha profundizado la multifacética ofensiva reaccionaria del imperialismo estadounidense y de la derecha oligárquica aliada. Pero a la vez, América Latina y el Caribe es también escenario de importantes luchas y triunfos populares que han detenido la ofensiva imperial. Los casos recientes de México, Venezuela, Nicaragua y Puerto Rico así lo confirman.”

seu poder relativo como o centro hegemônico da direita internacional.”²⁰⁵ Em seguida, pontua que é possível vencer a versão mais agressiva do **imperialismo** com o acúmulo de forças dos setores de esquerda e progressistas, sendo provas vivas deste caminho a “Revolução Bolivariana, a própria Revolução Cubana, a bem sucedida experiência política boliviana e a Nicarágua sandinista.”²⁰⁶ Nesse sentido, o documento relembra novamente os princípios basilares da entidade, a busca pela “mais ampla unidade **anti-imperialista** e **antineoliberal**, com respeito à diversidade de partidos e forças políticas de esquerda e progressistas, dos movimentos sociais e populares que os unem, e dos governos de esquerda e progressistas para derrotar a ofensiva **imperialista** e o aprofundamento e/ou restauração do **neoliberalismo**.”²⁰⁷ Reforçando tal caráter, o documento sinteticamente preconiza: “Defender, como um dos objetivos centrais do FSP, a construção da unidade **anti-imperialista** e **antineoliberal** como tática e estratégia de vitória, em defesa da **soberania**, independência, democracia, autodeterminação e direitos humanos em Nossa América, com real protagonismo político de seus povos.”²⁰⁸

O documento, por reforçar a todo tempo o princípio programático do FSP, faz com que o termo **Neoliberalismo/Neoliberal** seja o mais destacado, com 14 aparições. O FSP afirma que os setores conservadores, de forma incessante, buscam “fragmentar e/ou enfraquecer nossos Estados-Nação; busca aniquilar ou deslegitimar qualquer projeto de mudança social que busque avançar ao longo de caminhos não **capitalistas** ou simplesmente **pós-neoliberais**; trabalha incansavelmente para corroer nossas identidades nacionais, bem como os valores culturais que nos dão coesão social; e acelera os esforços para nos dividir em todas as áreas.”²⁰⁹ A resposta mais contundente frente a tal esforço da direita é fortale-

205. Do original: “*expresión cabal del Imperio Yanqui y del capitalismo transnacional financierizado que hoy predomina, busca revertir, con violencia creciente en todos los ámbitos, la tendencia declinante de su poder relativo como centro hegemónico de la derecha internacional.*”

206. Do original: “*la Revolución Bolivariana, la propia Revolución Cubana, la exitosa experiencia política boliviana y la Nicaragua sandinista.*”

207. Do original: “*más amplia unidad antiimperialista y anti-neoliberal, con respeto a la diversidad de los partidos y fuerzas políticas de izquierda y progresistas, de los movimientos sociales y populares que los unen, y los gobiernos de izquierda y progresistas para derrotar la ofensiva imperialista y la profundización y/o restauración del neoliberalismo.*”

208. Do original: “*Defender, como uno de los objetivos centrales del FSP, la construcción de la unidad antiimperialista y anti neoliberal como la táctica y la estrategia de la victoria, en defensa de la soberanía, la independencia, la democracia, la autodeterminación y los derechos humanos en Nuestra América, con real protagonismo político de sus pueblos.*”

209. Do original: “*fragmentar y/o debilitar nuestros Estados Nacionales; busca aniquilar o deslegitimar todo proyecto de cambio social que pretenda avanzar por senderos no capitalistas o simplemente post-neoliberales; trabaja sin descanso por erosionar nuestras identidades nacionales, así como los valores culturales que nos dan cohesión social; y acelera los esfuerzos orientados a dividirnos en todos los terrenos.*”

cer o “plano **integrativo, soberano** e digno de nossos povos. Diante dos acordos de livre comércio, promovidos pelos Estados Unidos, vamos fortalecer projetos de **integração soberana** como CELAC, ALBA-TCP, MERCOSUL e outras iniciativas **integracionistas** populares e regionais.”²¹⁰ O FSP também pontua que as políticas **neoliberais** afetam de modo mais drástico minorias sociais, e afirma que é necessário: “Defender o papel das mulheres latino-americanas e caribenhas como construtoras fundamentais de processos emancipatórios de mudança, bem como resistência ativa à contraofensiva **neoliberal** e à perda de direitos conquistados. Apoiar as massivas mobilizações feministas em curso no continente. Sem a contribuição das mulheres, será impossível avançar para a verdadeira independência de nossas nações. Entender que a luta pela igualdade de gênero só pode triunfar se assumirmos a luta pela igualdade de classes. Somente banindo o **capitalismo** será possível eliminar o patriarcado.”²¹¹

Outro termo a se destacar na Declaração Final do XXV Encontro do FSP é **Soberanía/Soberana(o)**, que aparece 13 vezes. O FSP adota como premissa que: “Defender o acesso à água como direito humano e como direito dos povos de **desenvolver** sua atividade agrícola, fonte de riqueza e trabalho que garanta a **soberania** alimentar, bem como defender o meio ambiente, a terra e os territórios.”²¹² Destaca o chamamento para que: “Fortaleçamos as lutas por justiça para todos, pela emancipação social, pela **soberania** política plena, independência econômica e autodeterminação de nossos povos.”²¹³ Ao prestar solidariedade aos governos de Venezuela, Bolívia, México e Nicarágua, o FSP reforça que eles têm o potencial de promover “um renascimento dos processos de **integração** regional

210. Do original: “*el plan integrador, soberano y digno de nuestros pueblos. Frente a los tratados de libre comercio, propiciados por Estados Unidos, fortalezcamos los proyectos de integración soberana como la CELAC, el Alba-TCP, el Mercosur y otras iniciativas integracionistas populares y autonómicas.*”

211. Do original: “*Defender el papel de las mujeres latinoamericanas y caribeñas como constructoras fundamentales de los procesos de cambio emancipatorios, así como de resistencia activa a la contraofensiva neoliberal y a la pérdida de derechos conquistados. Apoyar las masivas movilizaciones feministas en curso en el continente. Sin el aporte de las mujeres será imposible avanzar hacia la verdadera independencia de nuestras naciones. Entender que solo podrá triunfar la lucha por la igualdad de género si asumimos la lucha por la igualdad de clases. Solo desterrando el capitalismo será posible eliminar el patriarcado.*”

212. Do original: “*Defender el acceso al agua como derecho humano y como derecho de los pueblos para desarrollar su actividad agrícola, fuente de riqueza y trabajo que asegure la soberanía alimentaria, así como defender el medio ambiente, la tierra y los territorios.*”

213. Do original: “*Fortalezcamos las luchas por la justicia para todas y todos, por la emancipación social, por la plena soberanía política, la independencia económica y la autodeterminación de nuestros pueblos.*”

autônoma e **soberana** de nossos povos, sob os princípios da livre autodeterminação dos povos, da não intervenção e da resolução pacífica dos conflitos.”²¹⁴

Em suma, a Declaração Final do XXV Encontro do Foro de São Paulo serviu para reafirmar e reforçar os princípios basilares que permeiam o FSP desde sua criação, em 1990. Em Caracas, a entidade enfatizou que: “A identidade do FSP – reafirmamos – deve permanecer **anti-imperialista** e **antineoliberal**, de apoio militante a todos os governos de esquerda, populares e progressistas que estão sob cerco, e de apoio às justas causas dos povos.”²¹⁵

EXISTE UM CORPUS TEÓRICO DO FORO DE SÃO PAULO?

Uma análise qualitativa das Declarações Finais dos Encontros do Foro de São Paulo permite inferir que a organização construiu uma compreensão sobre o capitalismo e sua dinâmica, especialmente no que concerne à América Latina e Caribe. Porém, pela própria natureza do Foro, que acolhe diversas correntes das esquerdas da região, tal interpretação é mediada por essa pluralidade, que reconhece as diferenças internas e não é caracterizada por um centralismo doutrinário ou teórico. É necessário ressaltar que, em virtude de sua trajetória histórica, o *corpus* da economia política do FSP tem experimentado uma variação ao longo dos anos. Essa variação culminou na conjuntura contemporânea, na qual a manifestação desse *corpus teórico* encontra-se condensada no documento intitulado *Consenso de Nuestra América*, o qual foi elaborado pela entidade.

Segundo Melo (2016), uma das características distintivas que definem o Foro teoricamente é sua essência de uma coalizão antineoliberal e anti-imperialista. Valter Pomar complementa ainda que outro denominador comum²¹⁶ teórico do FSP é a integração regional. A própria entidade ressalta esses princípios e valores²¹⁷ como norteadores de sua atuação. Nesse sentido, podemos destacar que os quatro principais pilares da entidade são: o antineoliberalismo; o anti-imperialismo; a

214. Do original: “*un reimpulso a los procesos de integración regional autónoma y soberana de nuestros pueblos, bajo los principios de libre autodeterminación de los pueblos, no intervención y solución pacífica de los conflictos.*”

215. Do original: “*La identidad del FSP -lo reafirmamos- tiene que seguir siendo anti-imperialista y antineoliberal, de apoyo militante a todos los gobiernos de izquierda, populares y progresistas que están bajo asedio, y de respaldo a las causas justas de los pueblos.*”

216. Consultar “Foro de São Paulo é uma organização plural e democrática”, disponível em: <https://opeb.org/2023/07/25/valter-pomar-foro-de-sao-paulo-e-uma-organizacao-plural-e-democratica/>. Acesso em 16 de novembro de 2023.

217. Consultar “Breve historial y fundamentos”, disponível em: <https://forodesaopaulo.org/breve-historial-y-fundamentos/>. Acesso em 29 de janeiro de 2024.

busca pela integração regional soberana e não subordinada, e a variável do socialismo, oscilando ao longo da história de maneira mais ou menos enfática.

Partindo dessas premissas e do referencial teórico oriundo de suas “fontes e partes constitutivas”, podemos elencar alguns aspectos fundamentais da “economia política” do FSP, compreendida aqui não como uma “doutrina rígida” sistematizada, mas, sim, uma articulação de valores e princípios que se expressam em “unidade e luta”²¹⁸. Assim, tal articulação foi respondendo por um lado a variáveis de interpretação e por outro lado as grandes correlações de força. Partindo da premissa de objetivo histórico de longo prazo, objetivos intermediários, objetivos mais políticos, são eles:

- 1) O debate sobre as alternativas ao capitalismo, tendo como horizonte o socialismo do século XXI, que respeite a diversidade, a pluralidade, a democracia, a justiça e a sustentabilidade;
- 2) A oposição e a procura por soluções alternativas ao imperialismo, caracterizado pela interferência nas nações da América Latina e Caribe, pela imposição de um modelo econômico, social e político que se submete aos desejos das potências hegemônicas, particularmente os EUA;
- 3) A resistência e a busca de alternativas ao neoliberalismo, caracterizado pela implementação de políticas de ajuste estrutural, privatizações, desregulamentação econômica, financeirização dos mercados e desindustrialização regional;
- 4) A aceleração do processo de unidade e integração regional, fortalecendo os mecanismos de cooperação, solidariedade e complementaridade entre os países, como a Unasul, a Celac, a Alba, o Mercosul, a PetroCaribe e a Caricom;
- 5) A conquista e a defesa dos espaços de poder popular, especialmente os governos nacionais, que permitem implementar políticas públicas de desenvolvimento, inclusão social, democracia participativa e soberania nacional, além de enfrentar os obstáculos econômicos, políticos, sociais, culturais e ideológicos que se opõem à transformação qualitativa da sociedade;
- 6) O apoio aos movimentos sociais, aos povos originários, aos afrodescendentes, às mulheres, aos jovens, aos trabalhadores, aos camponeses, aos imigrantes e a todos os setores excluídos e oprimidos pela ordem capitalista.

218. Em virtude de sua natureza multifacetada, no Foro de SP, coexistem distintas tradições teóricas das esquerdas, o que se reflete nas interpretações que a entidade realiza sobre o desenvolvimento capitalista e as alternativas propostas a ele. Assim, a construção do *corpus teórico* da entidade se realiza em permanente unidade de contrários que se inter-relacionam mutuamente. Para uma análise da lei dialética da unidade e da luta dos contrários consultar: Vladimir Ilitch Lênin. *Cadernos filosóficos: Hegel*. – 1ª. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2018. pp. 329-337.

Segundo Regalado (2015), o Foro, por constituir-se em um organismo de natureza política, está sujeito à influência de circunstâncias históricas e conjunturais que tornam o debate ainda mais intrincado. Essa dinâmica também se reflete na elaboração deste “acúmulo teórico” da entidade.

Um exemplo destacado na análise empírica foi a questão do socialismo, muito vigente na primeira etapa histórica da entidade, afetada pela derrocada do bloco soviético e seus desdobramentos para as esquerdas latino-americanas e caribenhas, mas que posteriormente foi se atenuando, especialmente com a emergência de governos vinculados aos partidos da entidade, que instauraram na pauta como desenvolver as economias latino-americanas dentro dos limites do mercado e da acumulação capitalista. Assim, percebe-se que o FSP oscilou na questão de como sintetizar o anti-imperialismo com o socialismo, um dilema que se refletiu de maneira análoga nas vicissitudes do movimento comunista e do pensamento marxista na América Latina e Caribe durante o decorrer do século XX.

Com o início do século XXI e a ascensão de governos de esquerda e progressistas, o FSP contribuiu, como nos pontua Regalado (2015), para a busca conjunta de respostas em meio a uma transnacionalização de riqueza e poder político, que seria muito difícil de encontrar dentro das fronteiras nacionais. Além disso, fomentou um intercâmbio direto entre as lideranças das esquerdas latino-americanas e caribenhas, que repercutiu numa maior compreensão e colaboração. Nesse contexto, Regalado (2006) já havia afirmado que a entidade constituía uma manifestação tangível e abrangente do processo de transformações pelo qual a esquerda latino-americana e caribenha transitou e continua a transitar desde o final do século XX até o século XXI.

A crise do capitalismo em 2008 provocou uma transformação radical no cenário global. Na América Latina e Caribe, em particular, observou-se uma contraofensiva do imperialismo, que impactou os governos liderados por membros do Foro de São Paulo. Diante dessa conjuntura, a entidade deparou-se com a imperiosa necessidade de elaborar uma análise teórica e conjuntural mais aprofundada acerca do capitalismo, bem como de atualizar as alternativas para o enfrentamento do imperialismo, entre outros desafios. Este tema será explorado de forma mais detalhada no capítulo dedicado aos dilemas estratégicos e programáticos da entidade e da região.

Nos próximos tópicos, expressaremos na forma de verbetes o que consideramos ser uma síntese qualitativa de cada um dos sete termos-chave (capitalismo; neoliberalismo; imperialismo; socialismo; desenvolvimento; integração e soberania) discutidos ao longo dos Encontros do Foro de São Paulo. Tal síntese levou em consideração a trajetória histórica da entidade.

O FORO DE SP E A SÍNTESE DO TERMO CAPITALISMO

Considerando as mediações abordadas no tópico “Existe um *corpus teórico* do Foro de São Paulo”, e conforme nossa interpretação, compreendemos que, para o Foro: o capitalismo é um modo de produção que se fundamenta na propriedade privada dos meios de produção, na acumulação de capital, na busca do lucro e tende a gerar oligopólios e monopólios. O capitalismo, em sua atual fase, constitui um sistema de dominação que impõe políticas neoliberais aos países da América Latina e Caribe, produzindo dependência, desigualdade, pobreza e destruição ambiental. O FSP também entende que ele é um sistema mundial que se caracteriza pela hegemonia do imperialismo, sobretudo dos EUA, e pela dependência e subordinação dos países periféricos. Cabe destacar que tal sistema atravessa uma crise estrutural que tem origem nas contradições internas do sistema e que se expressa em diferentes dimensões: econômica, financeira, social, política, ambiental e civilizatória.

O FORO DE SP E A SÍNTESE DO TERMO NEOLIBERALISMO

Considerando as mediações abordadas no tópico “Existe um *corpus teórico* do Foro de São Paulo”, e conforme nossa interpretação, compreendemos que, para o Foro: o neoliberalismo configura uma fase específica do modo de produção capitalista, que visa implementar rigorosos ajustes estruturais, rebaixamento de salários e de emprego, desindustrialização, redução do gasto público, desregulamentação econômica, favorecimento ao capital especulativo, privatização indiscriminada de empresas públicas e abertura unilateral das economias latino-americanas e caribenhas. Dessa forma, o FSP denuncia as consequências do neoliberalismo para a América Latina e Caribe, tais como: a deterioração das condições de vida, a perda de soberania, a dependência financeira, a “reprimarização” da economia, a destruição da natureza, a corrupção, a violência, a exclusão social, a discriminação de gênero, étnica e cultural, e a erosão da democracia. O neoliberalismo é a forma concreta de dominação gerada pela hegemonia imperialista na região.

O FORO DE SP E A SÍNTESE DO TERMO IMPERIALISMO

Considerando as mediações abordadas no tópico “Existe um *corpus teórico* do Foro de São Paulo”, e conforme nossa interpretação, compreendemos que, para o Foro: o imperialismo consiste num fenômeno político e econômico que se manifesta na relação desigual entre as potências capitalistas e as nações subdesenvolvidas. Nesse sentido, especialmente na subjugação econômica, política e militar da América Latina e Caribe pelos EUA e seus parceiros europeus (UE). Nessa perspectiva, o FSP destaca que ele é o agente impositor do paradigma econômico neoliberal que

beneficia as corporações transnacionais e as oligarquias nacionais, acarretando desigualdade, miséria, marginalização e devastação ambiental. Ademais, salienta que ele se vale da ingerência militar e política nos assuntos internos dos países da região, atentando contra sua soberania, democracia e respaldando golpes de Estado, fraudes eleitorais e regimes autoritários. Tal estratégia visa à promoção de uma integração subalterna e assimétrica, fundamentada em tratados de livre comércio e na Iniciativa para as Américas, que pretende escancarar as economias nacionais à competição imperialista e aniquilar as estruturas produtivas locais. Logo, a entidade equipara os EUA e sua estratégia de hegemonia²¹⁹ ao sinônimo da fase imperialista do capitalismo.

O FORO DE SP E A SÍNTESE DO TERMO SOCIALISMO

Considerando as mediações abordadas no tópico “Existe um *corpus teórico* do Foro de São Paulo”, e conforme nossa interpretação, compreendemos que, para o Foro: o socialismo, ao acolher uma pluralidade ideológica no âmbito das esquerdas, vincula a resistência à exploração econômica ao enfrentamento de todas as formas de opressão que atravessam a sociedade capitalista. Ademais, sua emergência e sustentação só podem se concretizar através da vontade dos povos, profundamente enraizados em suas matrizes históricas. Adiciona ainda como uma alternativa imprescindível e urgente ao capitalismo e ao neoliberalismo, que deve ser renovado, aperfeiçoado e reiterado em seu caráter emancipador, superando toda manifestação de burocratismo e toda carência de uma autêntica democracia social e popular. Nessa direção, para a entidade, se faz necessário adotar o acervo de experiências do movimento socialista do século XX e um desafio para o século XXI, que demanda diferentes estratégias de resistência, de conquista do poder e de construção do socialismo, respeitando a pluralidade e a diversidade de cada país da região. Somente desse modo, o socialismo assumirá uma perspectiva de transformação estrutural e qualitativa dos regimes capitalistas dependentes que subsistem na América Latina e Caribe, que implica o aspecto econômico e social junto ao político. Portanto, o FSP

219. É interessante notar que a perspectiva do FSP guarda semelhanças com a teoria de Samir Amin acerca da atual etapa do imperialismo. Conforme o autor, o imperialismo das fases históricas precedentes do desenvolvimento capitalista fundamentava-se no papel ativo dos “centros”, que exportavam capitais para as periferias do sistema, promovendo um desenvolvimento assimétrico, caracterizado como dependente e desigual. Contudo, na presente etapa histórica, o imperialismo manifesta-se de forma singular, sob a hegemonia dos EUA e seus parceiros secundários (UE e Japão), apropriando-se de uma fração substancial do excedente de valor gerado pelos países periféricos, ao mesmo tempo em que reduz significativamente a exportação de capitais para o Sul Global. Dessa forma, o excedente extraído pelo centro imperialista deixa de ter como contrapartida novos investimentos produtivos nas periferias do sistema. Esse caráter parasitário do imperialismo constitui um dos traços distintivos do denominado “capitalismo senil”. Consultar: Samir Amin. *El capitalismo senil*. Casa de las Américas, 2003, pp. 9-23.

buscou criar uma síntese das experiências historicamente existentes, adicionando os processos de transformação conduzidos pelos próprios partidos da entidade. O projeto socialista, para o FSP, não necessariamente implica em planificação econômica total, mas mesmo dentro de uma sociedade de mercado almejar a construção de um novo modelo civilizatório que supere o individualismo, o consumismo, o patriarcalismo, o racismo, a homofobia e que valorize a vida, a cultura, a ciência e a arte.

O FORO DE SP E A SÍNTESE DO TERMO DESENVOLVIMENTO

Considerando as mediações abordadas no tópico “Existe um *corpus teórico* do Foro de São Paulo”, e conforme nossa interpretação, compreendemos que, para o Foro: o conceito de desenvolvimento deve contemplar a realização das demandas materiais e espirituais do ser humano, com equidade social e em consonância com a natureza. O desenvolvimento não pode ser orientado pelo mercado nem pelo proveito das elites, mas, sim, pelo bem-estar e pela participação dos povos. Deve articular a presença do mercado com uma função normativa do Estado e a vigorosa promoção das transformações estruturais necessárias para configurar o desenvolvimento com democracia e com equidade social. O desenvolvimento também deve incorporar a perspectiva de gênero, a diversidade cultural, a soberania alimentar e o desenvolvimento científico e tecnológico. Assim, um projeto de desenvolvimento deve abranger a integração dos povos da América Latina e Caribe como uma condição imprescindível, pois permite enfrentar os desafios postos pela globalização neoliberal a fim de construir uma globalização alternativa e soberana. Deve ser um desenvolvimento conjunto e complementar dos setores produtivos e de serviços entre os diferentes países da região, respeitando as identidades, as diversidades culturais, fortalecendo a independência e a cooperação regional.

O FORO DE SP E A SÍNTESE DO TERMO INTEGRAÇÃO

Considerando as mediações abordadas no tópico “Existe um *corpus teórico* do Foro de São Paulo”, e conforme nossa interpretação, compreendemos que, para o Foro: o conceito de integração refere-se a um processo de unidade e cooperação entre os países da América Latina e Caribe, fundamentado na soberania, na autodeterminação, na identidade cultural, histórica, na solidariedade e na defesa dos interesses comuns dos povos da região. A integração configura-se como uma alternativa ao domínio imperialista e capitalista, que impõe políticas neoliberais, intervencionistas e militaristas que comprometem o desenvolvimento econômico, social e político dos países latino-americanos e caribenhos. A integração também é compreendida como uma forma de renovar o pensamento e a ação da esquerda e do socialismo, visando

construir sociedades justas, livres e soberanas. Nessa perspectiva, estabelece algumas bases para o desenvolvimento de uma integração autônoma e popular como: Reafirmação da soberania e autodeterminação da América Latina e das suas nações; Recuperação da identidade cultural e histórica da região; Impulso à solidariedade internacionalista dos povos; Defesa do patrimônio latino-americano e caribenho; Fim da fuga e exportação de capitais do subcontinente; Enfrentamento conjunto e unitário do flagelo da impagável dívida externa; Adoção de políticas econômicas em benefício das maiorias; Compromisso ativo com a vigência dos direitos humanos, com a democracia e a soberania popular. A expressão prática desse conceito pode ser observada em mecanismos criados e/ou aperfeiçoados pelos governos encampados pelo FSP, como Alba, Unasul, Mercosul, PetroCaribe, Caricom e Celac.

O FORO DE SP E A SÍNTESE DO TERMO SOBERANIA

Considerando as mediações abordadas no tópico “Existe um *corpus teórico* do Foro de São Paulo”, e conforme nossa interpretação, compreendemos que, para o Foro: a soberania consiste no direito, na capacidade, na defesa dos interesses, da cultura e da independência dos povos e nações latino-americanas e caribenhas, que se encontram permanentemente sob o assédio e a agressão das forças do capitalismo, do imperialismo e do colonialismo. Nessa perspectiva, a entidade promove a soberania como o direito de autodeterminação e independência dos povos e nações, que é violado pelo imperialismo, o colonialismo, o neoliberalismo e as intervenções militares externas. Ademais, afirma que se exerce a soberania mediante a capacidade de decisão e de ação dos governos nacionais, que é restringida ou subordinada por organismos supranacionais, como o FMI, o Banco Mundial, a OMC etc. O Foro também reconhece na globalização, na homogeneização e na imposição de valores estrangeiros sérias ameaças para a identidade nacional e cultural dos povos, que é um dos aspectos do conceito de soberania. Para fomentar a soberania na região, a entidade estimula o apoio aos governos de esquerda e progressistas que almejam mais democracia, justiça social e integração continental, respeitando a diversidade e a autodeterminação dos povos. Deve-se impulsionar processos de integração regional soberanos, como a Alba, a Unasul e a Celac, que fortalecem a cooperação, a solidariedade e a defesa dos interesses comuns dos países latino-americanos e caribenhos. Ainda deve se auxiliar na luta pela autodeterminação e independência das nações colonizadas, como Porto Rico, Martinica, Guadalupe, Guiana Francesa e as Ilhas Malvinas, e apoiar as causas dos povos que resistem à dominação e à exploração.

A emergência de forças progressistas no cenário político latino-americano e caribenho no início do século XXI e, em consequência, a contraofensiva do im-

perialismo a partir da crise de 2008, conduziu o FSP a elaborar, pela primeira vez em sua história, um documento que pretende estabelecer um *corpus teórico* mínimo para o Foro de São Paulo, servindo de referência estratégica e programática para as esquerdas da região, o denominado *Consenso de Nuestra América*. A análise deste documento programático, bem como de outros debates relevantes sobre as estratégias adotadas pelas esquerdas latino-americanas e caribenhas, constituirá o objeto de análise do capítulo subsequente desta tese.

O FORO DE SÃO PAULO E OS DILEMAS ESTRATÉGICOS E PROGRAMÁTICOS DA PÁTRIA GRANDE

Para compreender a formulação do *Consenso de Nuestra América*, torna-se imperativo examinar o conjunto de pressões conjunturais que incidiam sobre as forças progressistas e de esquerda naquele momento. Primeiramente, é essencial considerar a crise capitalista deflagrada no ano de 2008; em segundo lugar, a crise que permeava o ciclo dos governos progressistas de esquerda; e, por fim, a ofensiva política e ideológica empreendida pelas forças de direita. Dessa forma, este capítulo será inaugurado com uma contextualização da crise de 2008 e a interpretação que o FSP conferiu a tal evento. Posteriormente, serão abordadas as dinâmicas dos governos progressistas e de esquerda, a reação contrária promovida pela direita na região e as críticas provenientes das organizações de esquerda não filiadas à entidade, culminando, assim, na análise pormenorizada do Consenso.

O FORO DE SÃO PAULO E A CRISE CAPITALISTA DE 2008

Em 2008, o sistema capitalista foi assolado por uma crise de magnitude sem precedentes na história contemporânea deste modo de produção. Conforme elucidado por Ribeiro (2020), o epicentro desta turbulência financeira ocorreu em 15 de setembro, marcado pelo colapso do *Lehman Brothers*, uma instituição de investimento bancário. Eichengreen (2011) nos remete às origens desta crise, situadas nas disfunções financeiras oriundas de uma insuficiente regulamentação do mercado, em que entidades bancárias delegavam a outorga de financiamentos hipotecários a intermediários denominados “especializados”. Nesse processo, os bancos adquiriam ativos hipotecários e os respaldavam em instrumentos financeiros de maior complexidade, conhecidos como *collateralized debt obligations* (CDOs). Ribeiro (2020) aponta que, por meio dessas operações, as firmas de in-

vestimento intentavam mascarar os riscos inerentes. O setor financeiro falhou em mensurar adequadamente o nível de perigo associado a esses títulos.

Em termos gerais, para Bresser-Pereira (2009), a crise de 2008 teve como pontos fundamentais: 1) uma crise bancária que atingiu o centro do capitalismo; 2) sua causa foi a concessão de empréstimos hipotecários de forma irresponsável, com cumplicidade das Agências de Risco; 3) a desregulamentação dos mercados financeiros, a partir da década de 1970, que levou a um fundamentalismo de mercado; 4) a legitimação desse fundamentalismo através da teoria econômica neoclássica, que tinha nos EUA seu centro propulsor; e 5) o Estado teve que intervir fortemente para evitar uma crise de dimensões catastróficas.

Contudo, a liberalização excessiva promovida pela reestruturação neoliberal não constitui a única gênese da crise econômica. Conforme elucidado por Regalado e Pomar (2013), o colapso financeiro de 2008 atuou como um revelador dos dilemas intrínsecos ao modo de produção capitalista, bem como questionou a solidez e a preeminência do seu núcleo hegemônico, representado pelos EUA:

A crise desmascara e desmoraliza a ideologia, que não reconhece que o modo de produção capitalista gera crises periódicas, tem fraturas estruturais e depende da ação do Estado para sobreviver. O que conduz à seguinte conclusão: a continuidade ou não desse modo de produção não é uma fatalidade, nem um dado da natureza: é uma opção política e social. A crise evidencia e agrava, também, o declínio da hegemonia dos Estados Unidos. Ainda que continue sendo a maior economia do mundo, conserve o maior poderio militar e o controle dos principais meios de comunicação de massa, os Estados Unidos enfrentam crescentes dificuldades internas e externas. (Regalado e Pomar, 2013, p.190)

Conforme destacado previamente nesta tese, conferiu-se primazia à análise dos Documentos Finais dos Encontros do Foro de SP, haja vista que estes refletem com maior amplitude o consenso dos membros da organização. Entretanto, com o intuito de decifrar a interpretação que o FSP conferiu à crise capitalista de 2008, proceder-se-á à análise do Documento-Base do XV Encontro. Este texto, por sua densidade e profundidade superiores em relação à Declaração Final, será também objeto de análise. O XV Encontro sucedeu à eclosão da crise capitalista de 2008. No Documento-Base, encontra-se o cerne da interpretação da mencionada crise e suas ramificações, identificando-se também o advento da contraofensiva conservadora na região. Este diagnóstico propiciou o estímulo necessário para que o Foro articulasse uma diretriz estratégica e programática mais definida, que culminou na formulação do *Consenso de Nuestra América*.

Análise do Documento-Base do XV Encontro do FSP

O Documento-Base do XV Encontro do Foro de São Paulo²²⁰ tinha como signa “As alternativas da esquerda latino-americana frente à crise capitalista”, crise que está “no centro da conjuntura mundial; também estará em 2010 e durante os próximos anos”. O documento só foi disponibilizado na versão em espanhol. Optamos pela tradução livre das citações diretas entre aspas.

O Documento-Base do XV Encontro do Foro de São Paulo, na sua versão original em espanhol, é composto por 19698 palavras. Como se nota, normalmente os documentos-base dos encontros são mais robustos que as declarações finais, servindo para dar suporte às discussões promovidas e funcionando como contribuição bibliográfica para as declarações finais. Ele foi dividido em cinco capítulos, sendo eles: 1) O FSP frente ao neoliberalismo e à crise; 2) A crise atual do capitalismo; 3) A situação da América Latina e Caribe; 4) As propostas do FSP; e 5) As tarefas imediatas do FSP.

O capítulo I do documento base se inicia com uma forte crítica ao **neoliberalismo**, pontuando que tal doutrina foi criada “para acelerar a concentração de riqueza e legitimar a desigualdade social”²²¹. O Documento-Base do XV Encontro do FSP considera que a obra fundacional da doutrina neoliberal é o livro *O Caminho da Servidão*, escrito pelo economista Friedrich Hayek e lançado em 1944. Hayek afirmava que ideias de matriz marxista haviam penetrado na condução da economia capitalista. O autor defendia que a igualdade formal era incompatível com qualquer atividade do Estado, dirigida deliberadamente para igualar materialmente ou substantivamente os indivíduos.

O FSP lembra que tais princípios doutrinários não encontraram terreno fértil de forma imediata. O pós-II Guerra Mundial significou a etapa “de **desenvolvimento** capitalista mais intenso e prolongado, do qual os Estados Unidos e, em segundo lugar, as nações mais avançadas da Europa Ocidental e do Japão se beneficiaram. Economicamente, reconstruir seus principais parceiros comerciais era uma necessidade e um negócio lucrativo para os monopólios dos EUA. Politicamente, a guerra fria contra a URSS aconselhou cultivar o paradigma do ‘Estado de Bem-Estar’ – ao qual Hayek se opunha tanto – como elemento para a ‘contenção

220. A íntegra do Documento-Base do XV Encontro do FSP encontra-se disponível em: <https://forodesaopaulo.org/xv-encuentro-del-foro-de-sao-paulo-texto-base/>.

221. Do original: “para acelerar la concentración de la riqueza y legitimar la desigualdad social”.

do comunismo'. Ambos os fatores explicam a enorme ajuda dos EUA canalizada para a Europa Ocidental através do Plano Marshall e outras vias²²².”

A doutrina **neoliberal** só passou a ser amplamente difundida a partir da década de 1970 do século XX, diante da queda da taxa de lucro mundial, na esteira do conflito no Oriente Médio e no consequente aumento do preço do petróleo, colocando um fim no ciclo de crescimento do pós-guerra. Tal etapa foi caracterizada por um baixo crescimento econômico (estagnação) e aumento geral dos preços (inflação). Desse modo, diversos governos conservadores no mundo levaram a cabo tal doutrina, o que causou uma drástica concentração de riqueza, além da massificação da exclusão social. O FSP lembra que, não à toa, Hayek ganhou o prêmio Nobel de Economia justamente no ano de 1974.

O documento proclama categoricamente que a crise geral do capitalismo iniciada em 1970 forma parte “dissolúvel do processo de concentração transnacional de propriedade e produção, que constituiu o núcleo da globalização. Portanto, a implementação do **neoliberalismo** não se limita a um país ou grupo de países, mas é projetada em escala global”²²³. Ainda lembra de dois dos principais artífices da implementação de tal doutrina: Margaret Thatcher, que assume como primeira-ministra do Reino Unido em 1979, e Ronald Reagan, que assume a Presidência dos EUA em 1980. O FSP afirma que tal conjuntura atinge um clímax com o fim da URSS em 1991. Tais fatos possibilitam ao “**imperialismo** dos EUA projetar sua própria imagem como um poder incontestável e onipotente.”²²⁴

FSP enfatiza que é em tal conjuntura histórica que a entidade surge. Defende que, na América Latina e Caribe, a reestruturação do capitalismo global teve a expressão mais crua e brutal. É por essa razão que o FSP surge com uma identidade **anti-imperialista** e **antineoliberal**. O documento, então, lembra que as declarações finais dos 14 encontros promovidos pelo FSP “abordam com sistematicidade

222. Do original: “de más intenso y prolongado desarrollo capitalista, del que se beneficiaron, en primer lugar, los Estados Unidos y, en segundo término, las naciones más avanzadas de Europa Occidental y Japón. En lo económico, la reconstrucción de sus principales socios comerciales fue una necesidad y un lucrativo negocio para los monopolios estadounidenses. En lo político, la guerra fría contra la URSS aconsejaba cultivar el paradigma del «Estado de Bienestar» –al que tanto se oponía Hayek–, como elemento para la «contención del comunismo». Ambos factores explican la ayuda masiva estadounidense canalizada hacia Europa Occidental mediante el Plan Marshall y otras vías.”

223. Do original: “forma parte indisoluble del proceso de concentración transnacional de la propiedad y la producción, lo que constituyó la médula de la globalización. Por ello, la implantación del neoliberalismo no se circunscribe a un país o grupo de países, sino que se proyecta a escala mundial.”

224. Do original: “al imperialismo norteamericano proyectar su propia imagen como un poder incontestado y onnipotente.”

e coerência tanto a caracterização do **capitalismo neoliberal** quanto as ideias gerais para construir alternativas democráticas e populares.”²²⁵

Conforme elucidado por Regalado e Pomar (2013), o primeiro capítulo apresenta-se como uma compilação concisa das concepções teóricas e das consequências práticas inerentes ao neoliberalismo. A essência da narrativa é a seguinte: a partir de sua concepção, o FSP tem sido um bastião na luta contra a ideologia neoliberal e, concomitantemente, propondo alternativas democráticas e populares a tal modelo.

O capítulo II do Documento-Base, intitulado “A Crise atual do Capitalismo”, faz uma análise minuciosa da crise global de 2008, além de seus efeitos imediatos. Possui ainda os subitens: “seu impacto nos trabalhadores e nos países mais pobres”, “as respostas à crise” e “o debate sobre a crise”.

O FSP evidencia que a crise de 2008 se iniciou nos EUA – coração da economia **capitalista** global – e não nos países da periferia do sistema. Começou a se desenrolar entre setembro de 2007 e março de 2008, porém, se agudizou em setembro de 2008 com a quebra do Banco de Investimentos Lehman Brothers. Assim, “as disfunções produtivas e o estouro da bolha hipotecária, principalmente nos EUA, levaram à paralisia do sistema bancário, às perdas no valor dos ativos financeiros, e a uma queda drástica na demanda final nos países mais desenvolvidos, especialmente nos EUA”²²⁶.

A gravidade da crise pode ser constatada em algumas cifras: a) o PIB per capita mundial cairá entre -2,5% e -3,8%; b) As economias centrais terão recessão de -3,8% nos EUA, -2,8% na Zona do Euro e -6,2% no Japão; c) o comércio mundial deve sofrer uma queda entre -11,0% e -13%, o preço do petróleo cairá 46,4% e de outras matérias-primas, 28%; e d) fluxos de capital cairão -6,18%, além da produção industrial retroceder -6,23% a nível mundial.

Em síntese, o FSP considera que a recessão econômica, que traz consigo desemprego, fome e pobreza, aliada às mudanças climáticas causadas pelo capitalismo, gera “uma crise sistêmica que não só coloca em questão o modelo **neoliberal** predominante, mas também ao modo **capitalista** de produzir”²²⁷.

No subitem “seu impacto nos trabalhadores e nos países mais pobres”, o FSP destaca o informe da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre os

225. Do original: “*abordan con sistematicidad y coherencia, tanto la caracterización del capitalismo neoliberal, como las ideas generales para construir las alternativas democráticas y populares.*”

226. Do original: “*Las disfunciones productivas y el estallido de la burbuja hipotecaria, principalmente en EU, llevaron a la parálisis del sistema bancario, a las pérdidas de valor de los activos financieros, y a una drástica caída de la demanda final en los países más desarrollados, sobre todo en EU.*”

227. Do original: “*una crisis sistémica que no sólo pone en cuestión el modelo neoliberal imperante sino además al modo capitalista de producir.*”

impactos da crise sistêmica nos salários e empregos ao redor do mundo. A organização afirma que a taxa de desemprego mundial passará de 6% em 2008 para 7,1% em 2009. Alerta que a crise causou de imediato a perda de 20 milhões de empregos, e que até 2010 se somará mais 51 milhões de pessoas sem emprego, elevando a 230 milhões o número de pessoas desempregadas no mundo. Na América Latina, “os trabalhadores do setor informal, que não têm previdência social, representaram 52,5% no período 1990-94, subindo para 54% em 1995-99 e 57% em 2000-2007²²⁸. ”

O documento pontua que a crise econômica levará ao aumento da pobreza em mais da metade dos países em **desenvolvimento** no ano de 2009. Utilizando estimativas do Banco Mundial, afirma “que entre 55 milhões e 90 milhões de pessoas mais cairão em extrema pobreza em 2009 devido à recessão global²²⁹.” Além disso, se espera que o número de pessoas com fome crônica ultrapasse 1 bilhão, fazendo retroceder os progressos feitos na luta contra a desnutrição.

No subitem “as respostas à crise”, o FSP descreve os mecanismos pelos quais os Estados-Nacionais lidaram com a crise econômica. Nesse sentido, as economias centrais (EUA e União Europeia) responderam à crise com três componentes centrais: a) medidas de resgate do sistema financeiro (empréstimos do governo e da autoridade monetária a bancos e outras instituições financeiras); b) política monetária expansiva (baixa na taxa de juros, compras inusuais de títulos públicos de longo prazo e compra de dívidas privadas); e c) política fiscal expansiva (aumento de gastos públicos e diminuição de impostos).

Nos países da periferia do sistema internacional, o sistema financeiro não foi diretamente afetado ou foi apenas pouco afetado pela crise. Assim, os componentes expansivos keynesianos (política monetária e fiscal) foram utilizados mesmo com a menor capacidade estatal de intervenção desses países. O documento lembra que é difícil estabelecer exatamente em quais países periféricos se aplicaram os maiores estímulos fiscais, dada a falta de informação sobre estes dados.

Ainda há um quarto componente que merece destaque no leque de respostas à crise, “que é um protecionismo crescente (via impostos sobre produtos importados ou através de outras restrições sanitárias, técnicas etc.) que toma várias formas e que é muito menos documentado (em particular, proteção não tarifária)²³⁰. ”

228. Do original: “los trabajadores del sector informal, que carecen de seguridad social, representaban 52.5% en el periodo 1990-94, cifra que subió a 54% en 1995-99 y a 57% en 2000-2007.”

229. Do original: “que entre 55 millones y 90 millones de personas más caerán en la pobreza extrema en 2009 debido a la recesión mundial.”

230. Do original: “que es un creciente proteccionismo (via impuestos a los productos importados o via otras restricciones sanitarias, tecnicos etc) que asume diversas formas y que esta mucho menos documentado (en particular, la proteccion no arancelaria).”

O FSP chama atenção para o fato de que, ao aplicar as políticas monetárias e fiscais expansivas, os países periféricos incorrem no risco de deteriorar suas balanças de pagamentos, além de pressionar o câmbio e reduzir suas reservas de divisas. Esses fatores são os principais obstáculos enfrentados por tais países e levam inevitavelmente ao aumento do protecionismo econômico como forma compensatória. A solução estaria em outorgar mais reservas para os países do Sul Global via empréstimos sem condicionamentos (*swaps*) ou via direitos especiais de saque (*DES*) do FMI.

Enfatiza-se que, pelo caráter global da crise, é necessário um nível razoável de coordenação entre os países. Nesse sentido, há um questionamento generalizado da hegemonia estadunidense. O FSP preconiza que “o surgimento da União Europeia e a afirmação do euro como moeda de reserva, a regionalização no Oriente Médio e o surgimento do khaleeji como moeda comum do Conselho de Cooperação do Golfo, bem como a formação do BRIC, abre as possibilidades de um mundo multipolar contrário à unipolaridade. A chamada para o G20 reconhece de certa forma essa nova realidade²³¹.”

Por fim, destaca a ascensão chinesa, “cuja reação à crise constitui uma das variáveis fundamentais da conjuntura internacional²³².” O documento pontua que a presença da China na América Latina aumentou consideravelmente, com os acordos sino-latino-americanos crescendo cerca de 40% desde 2000. Lembra que a China se tornou a maior parceira comercial do Brasil e do Chile em 2009 e conclui que a presença de tal potência emergente será chave para o futuro da América Latina e Caribe.

O capítulo II termina com o subitem “o debate sobre a crise”, no qual o FSP expõe as visões das forças progressistas e conservadoras sobre as causas e a caracterização da crise capitalista. Pontua que a tese mais difundida e popular é que a crise é financeira e tem por origem as políticas neoliberais implementadas nas últimas décadas.

Para setores conservadores e de direita, tal caracterização é funcional, pois permite defender um tipo de capitalismo “produtivo”, além de argumentar que uma via distinta do modo de produção capitalista não oferece uma solução razoável para a crise. No entanto, é necessário pontuar que as raízes da crise vão além do neoliberalismo.

231. Do original: “El surgimiento de la Unión Europea y la afirmación del euro como moneda de reserva, la regionalización en Medio Oriente y la aparición del khaleeji como moneda común del Consejo de Cooperación del Golfo, así como la conformación del BRIC, abre las posibilidades de un mundo policéntrico contrapuesto a la unipolaridad. La convocatoria al G20, reconoce en cierta forma esta nueva realidad.”

232. Do original: “cuya reacción a la crisis constituye una de las variables fundamentales de la coyuntura internacional.”

O FSP considera que “estamos enfrentando uma crise estrutural do **capitalismo**, uma crise do modo de produção e não apenas de sua órbita financeira²³³.” As evidências desta constatação podem ser elencadas em: 1) as grandes empresas capitalistas atuam no mercado financeiro, extraindo uma parte considerável de seus lucros em instrumentos especulativos; 2) o crescimento da “economia real” nas décadas de 1980 e 1990 se deveu fundamentalmente à expansão de novas tecnologias da informação (computação, satélites etc.); 3) o próprio **neoliberalismo** enquanto política de Estado foi uma resposta às baixas taxas de crescimento e à queda da taxa de lucro na década de 1970, ou seja, estamos diante da “crise da resposta à crise”; 4) a especulação financeira foi uma resposta a contradição capitalista de produzir mercadorias com cada vez menos trabalho vivo, gerando uma superprodução de mercadorias e um excedente de capitais; e 5) a desvalorização de ativos financeiros, a concentração e centralização de capitais, a ampliação do desemprego e a transformação da dívida privada em dívida pública são consequências típicas de uma crise geral do modo de produção capitalista.

Assim, o FSP afirma que a natureza de tal crise é sistêmica – uma crise de modo de produção (em termos marxistas) – e não apenas uma crise financeira ou do modelo neoliberal. Portanto, a grande novidade de tal crise se dá em sua profundidade e duração. Ela será de longa duração, pois “não há, nem emergirá no curto prazo, um poder político capaz de gerenciar a situação e construir soluções: pelo contrário, estamos testemunhando simultaneamente o declínio da hegemonia dos Estados Unidos, a desmoralização do **neoliberalismo** e a paralisia das instituições de Bretton Woods²³⁴”.

Do ponto de vista estratégico, a crise abre espaço para uma luta em relação à construção de um novo modelo, que possui três vertentes principais: 1) a conservadora, ou seja, aquela que implementou e lucrou com o neoliberalismo, busca definir os parâmetros de um pós-neoliberalismo; 2) a progressista, expressa por diversos governos de países em **desenvolvimento**, que buscam por um **capitalismo** mais democrático, acompanhado de mais igualdade social e de um outro modelo de acumulação; e 3) a **socialista**, que busca um **pós-neoliberalismo** que não seja **capitalista**. O documento admite que a opção mais poderosa é a vertente conservadora.

Ao mesmo tempo, considera que, “como foi o caso no final de outras grandes crises, o mundo **pós-neoliberal** provavelmente será uma combinação das três ver-

233. Do original: “*estamos ante una crisis estructural del capitalismo, una crisis del modo de producción y no solamente de su órbita financiera.*”

234. Do original: “*no existe, ni surgirá en el corto plazo, un poder político capaz de administrar la situación y construir soluciones: al contrario, asistimos simultáneamente a la declinación de la hegemonía de los Estados Unidos, la desmoralización del neoliberalismo y la parálisis de las instituciones de Bretton Woods.*”

tentes: conservadora, progressista e **socialista**. Hoje, podemos dizer duas coisas: a) no mundo o risco de uma predominância do lado conservador ainda é forte; b) mas, na América Latina, há uma correlação de forças favoráveis aos lados 'progressista' e '**socialista**'²³⁵."

O capítulo III do Documento-Base intitulado "A Situação da América Latina e Caribe" analisa os impactos da crise capitalista de 2008 na região. Tal capítulo ainda possui os subitens: "A crise na América Latina"; "A estratégia das forças de direita" e "Fortaleza e debilidades dos governos de esquerda".

O capítulo se inicia constatando que alguns governos da região, por estarem compostos por forças de esquerda, têm a capacidade de combater os efeitos da crise, além de aprofundar as mudanças estruturais que as sociedades da América Latina e Caribe necessitam, acelerando o processo de integração regional. Ao mesmo tempo, o FSP lembra que a própria crise estrutural do capitalismo reduz a margem de manobra dos governos de esquerda e progressistas.

No subitem "A crise na América Latina", o FSP elenca as causas da crise especificamente no subcontinente latino-americano e caribenho. Elas podem ser divididas em: a) a contração do comércio mundial, em especial a queda das importações estadunidenses e europeias, que refletiram na queda dos preços dos produtos de exportação dos países da região, tanto os bens industriais quanto os bens primários; b) a queda de ingressos de divisas, por conta da baixa dos preços de bens primários como o petróleo, que leva à diminuição dos recursos públicos disponíveis para mitigar a crise; c) a queda do financiamento e do comércio, que afeta as empresas que vendem seus ativos e promovem demissões em massa; d) a demanda crescente por dólares, seja de bancos ou de empresas, que cria pressão sobre o câmbio nos países da região, além de aumentar o risco de uma crise na balança de pagamentos, como a ocorrida no México e na Argentina; e e) a crise migratória que avança para uma crise social, em especial, no México e na América Central.

O FSP lembra ainda que a região está sujeita a uma dívida externa impagável, cuja manutenção de juros e amortizações segue onerando os orçamentos dos países. Desse modo, torna-se impeditivo o gasto em políticas anticíclicas fundamentais para mitigar os efeitos da crise. Em síntese, a crise pode levar a retrocessos no que tange ao crescimento econômico, ao emprego e à diminuição da pobreza. E mesmo que a crise não tenha efeitos homogêneos em todos os países da região, no melhor dos casos, haverá uma interrupção na tendência de crescimento que a América Latina e o Caribe experimentaram na primeira década do século XXI.

235. Do original: "Así como ocurrió al final de otras grandes crisis, el mundo pos neoliberal probablemente será una combinación de las tres vertientes: conservadora, progresista y socialista. Hoy, podemos decir dos cosas: a) en el mundo aún es fuerte el riesgo de un predominio de la vertiente conservadora; b) pero, en América Latina, existe una correlación de fuerzas favorable a las vertientes 'progresista' y 'socialista'."

Já o subitem “A estratégia das forças de direita” procura analisar a ação da direita frente à nova situação forjada pela crise capitalista. A crise internacional enfraqueceu as bases de credibilidade do discurso neoliberal, impondo à direita da América Latina uma mudança, ao menos no discurso. O documento pontua uma novidade de grande importância para a América Latina: o advento do governo Obama nos EUA. O FSP considera que tal governo adotará novas táticas, inclusive na relação do governo com a direita latino-americana, e afirma que não compartilha nenhuma ilusão de que tal administração promoverá mudanças estruturais progressistas na região.

Diante dessa nova situação estratégica, a direita procura reposicionar seu discurso e sua ação. O FSP destaca alguns traços marcantes que norteiam suas ações, bem como: 1) uma campanha contra as forças de esquerda e progressistas, que possuem traços anticomunistas e racistas, com o mote “antipopulista e antiautoritário”; 2) frente à existência de governos de esquerda, a direita redefine sua linha de ação, pontuando que eles “podem governar”, porém não podem promover “mudanças estruturais”; 3) frente às debilidades tanto da democracia representativa quanto das economias da América Latina, a direita promove ações de desprestígio das instituições e dos partidos políticos, com o objetivo de fortalecer os “poderes de fato”, como os grandes meios de comunicação e os grupos oligárquicos, a fim de pautar sua própria agenda conservadora; e 4) a continuidade da presença militar dos EUA, com destaque para o caso da Colômbia, que visa desestabilizar os governos progressistas e de esquerda da região, com a implementação do Plano Colômbia e o estabelecimento da 4ª Frota dos EUA.

O FSP alerta que não se pode subestimar a linha de ação da direita latino-americana. Lembra que seu poder econômico é considerável, sua penetração nos setores médios das sociedades é preocupante e o controle dos meios de comunicação permite distorcer a realidade. Adiciona-se, ademais, que os setores conservadores elaboram sua linha de ação ajustada à conjuntura específica de cada país da região.

Cabe destacar que o documento dá atenção especial ao golpe de Estado²³⁶ promovido em Honduras, que o FSP considera um laboratório para a definição de novas estratégias da direita da região. “O golpe confirmou a vocação ditatorial dos setores de direita dos Poderes Legislativo e Judiciário e das Forças Armadas hondurenhas. O comportamento antidemocrático de alguns meios de comunicação

236. Consultar “Golpe derruba presidente de Honduras”, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2906200901.htm>. Acesso em 27 de julho de 2022.

em Honduras e outros países, que incentivaram e apoiaram o golpe, também foi confirmado²³⁷.”

O golpe de Estado promovido em Honduras deve servir de alerta às forças de esquerda e aos governos progressistas da América Latina e Caribe. Demonstra que: “as forças mais retrógradas, que no passado foram protagonistas de regimes ditatoriais que promovem múltiplos crimes, dá mais brutal repressão ao movimento popular e dá mais desastrosa negação dos mais elementares direitos dos cidadãos, ainda têm possibilidades de agir.”²³⁸

Desse modo, o Foro de São Paulo se compromete a promover a ampla unidade das forças democráticas de esquerda e progressistas de Honduras, visando à resistência ao golpe de Estado, bem como as transformações sociais e políticas demandadas pela sociedade hondurenha.

Após a análise das forças de direita, o FSP apresenta o subitem “Fortalezas e debilidades dos governos de esquerda”. Inicia-se com a evocação da premissa de que as organizações da entidade desempenham o papel de representantes da sociedade civil nos estratos governamentais municipais, regionais e nacionais. A eficácia desta representatividade manifesta-se através da organização e da mobilização popular. Ressalta-se que tal organização é viabilizada através do protagonismo do movimento indígena, camponês, sindical, feminista, de jovens e urbano.

Diante da dificuldade em fazer um balanço detalhado da atuação dos governos de esquerda e progressistas, o FSP promove um balanço geral e de conjunto de tais governos. Lembra que, mesmo com a crise capitalista, os governos progressistas contam com algumas vantagens e diferenças em comparação com o resto do mundo, bem como: 1) exceto o México, a recessão dos países latino-americanos tende a ser menor que a dos países desenvolvidos, o que possibilita a melhoria da posição de vários países na mudança geral da correlação de forças mundial; 2) ainda que o retrocesso em matéria de pobreza seja severo, ele se dará após vários anos de melhora das condições da população; 3) os países da região passam por uma crise fiscal menos severa que outros países em desenvolvimento, por uma crise bancária menos severa que EUA e Europa Ocidental, têm grandes reservas monetárias e a inflação tende a diminuir na América Latina, além de terem criado instituições regionais promissoras; e 4) os governos têm alguma margem de ma-

237. Do original: “El golpe confirmó la vocación dictatorial de los sectores de derecha de los Poderes Legislativo y Judicial, y de las Fuerzas Armadas hondureñas. Se ha confirmado también la conducta antidemocrática de ciertos medios de comunicación en Honduras y otros países, que estimularon y apoyaron el golpe.”

238. Do original: “las fuerzas más retrógradas que en el pasado fueron protagonistas de regímenes dictatoriales promotores de múltiples crímenes, de la más brutal represión contra el movimiento popular y la más funesta negación de los más elementales derechos de los ciudadanos, aún tiene posibilidades de actuar.”

nobra para incentivar a produção e a geração de empregos através do aumento dos gastos públicos.

O documento enfatiza que: “A crise obrigará os governos progressistas e de esquerda a radicalizarem sua opção pela ação do Estado, o investimento público, o mercado interno e a **integração** regional. E nos obrigará a enfrentar com mais força o debate sobre a crise e as alternativas²³⁹”.

O capítulo IV do Documento-Base, intitulado “As propostas do Foro de São Paulo”, sintetiza as propostas estratégicas do grupo, que visam “manter as conquistas e vitórias alcançadas, aprofundar as mudanças e acelerar a **integração**”²⁴⁰. Nesse sentido, o FSP destaca que é necessário: 1) enfrentar a crise capitalista com medidas progressistas (no plano nacional, regional e mundial); 2) combinar a luta por democracia e paz com o combate ao crime, ao narcotráfico e à militarização; e 3) combater a pobreza e a desigualdade, tanto no curto prazo, como mediante reformas estruturais.

O enfrentamento da crise capitalista só poderá ser possível através de medidas práticas como: “a) manutenção e ampliação de empregos e salários, impedindo assim que os **capitalistas** transiram a conta da crise para os trabalhadores; b) adotar medidas que reduzam estruturalmente a força do **capital** e ampliem a força de trabalho, como a redução das horas de trabalho sem redução dos salários; c) colocar cada vez mais empresas monopolistas sob controle direto ou indireto do Estado; d) ampliar os controles públicos sobre as instituições estatais, sobre o chamado mercado e sobre as ações de **capital** estrangeiro.”²⁴¹

A nova correlação de forças existente na América Latina possibilita uma necessária cooperação entre as diferentes correntes de esquerda, numa época histórica definida por variáveis como a “defesa estratégica da luta pelo **socialismo** e uma longa e profunda crise do **capitalismo**”²⁴².

O documento enfatiza que a conjuntura internacional, caracterizada pela crise de hegemonia enfrentada pela potência dominante (EUA), abre uma janela de

239. Do original: “La crisis obligará a los gobiernos progresistas y de izquierda a radicalizar su opción a favor de la acción del Estado, de la inversión pública, del mercado interno y de la integración regional. Y obligará, también, a enfrentar con más fuerza el debate sobre la crisis y las alternativas.”

240. Do original: “mantener los logros y victorias alcanzados, profundizar los cambios, y acelerar la integración.”

241. Do original: “a) mantener y ampliar los empleos y salarios, impidiendo así que los capitalistas transfieran la cuenta de la crisis para los trabajadores; b) adoptar medidas que reduzcan estructuralmente la fuerza del capital y amplíen la fuerza del trabajo, como la reducción de la jornada sin reducción del salario; c) colocar más y más empresas monopolistas bajo control directo o indirecto del Estado; d) ampliar los controles públicos sobre las instituciones de Estado, sobre el llamado mercado y sobre la actuación del capital extranjero.”

242. Do original: “la defensa estratégica de la lucha por el socialismo y una larga y profunda crisis del capitalismo.”

oportunidade para os países da região. Nesta disputa por uma “nova ordem” internacional, fazem-se necessárias a reconfiguração e democratização de instrumentos como o FMI e o Banco Mundial, com vistas a abrir mais espaço para os países em desenvolvimento. O FSP também demanda uma mudança radical na OEA, que está esgotada como instrumento político continental.

É fundamental que os partidos e governos progressistas participem ativamente no debate sobre a “nova ordem” internacional, que virá pós- crise. O FSP propõe a criação de novas regras e novas instituições internacionais como: a) criação de um novo “Banco Mundial”, focado no financiamento de países em desenvolvimento e sem os condicionantes políticos neoliberais; b) criação de uma nova instituição financeira reguladora mundial, substituindo o FMI; c) criação de uma moeda mundial ou moedas regionais para oferecer liquidez aos mercados e reativar a economia mundial; d) discussão de uma nova orientação para a OMC, com a inclusão de um “protecionismo regulado”; e) a reestruturação do sistema ONU, em especial do Conselho de Segurança; f) criação de um “Conselho das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável”, que proponha políticas de desenvolvimento mais justas e efetivas; e g) a criação de uma nova regulação para os fluxos de capitais, que acabe com os chamados “paraísos fiscais” e a implementação de impostos regulatórios em nível global.

O Documento-Base é finalizado com o capítulo V, intitulado “As Tarefas Imediatas dos Partidos do Foro de São Paulo”, nele se enfatiza que, graças ao “giro à esquerda” vivido pela América Latina, se faz necessário adaptar o FSP à tal “mudança de época”.

Com base nessa proposição geral, cabe às organizações vinculadas ao FSP a primazia na condução dos processos de transformação sociopolítica na América Latina e Caribe. Tal empreendimento somente se concretizará por meio da implementação de um plano de ação estratégico e situacional, o qual foi segmentado pela entidade em múltiplas diretrizes operacionais. Entre estas, destaca-se a necessidade de monitoramento contínuo dos governos progressistas e de esquerda, bem como a organização de diálogos ininterruptos entre os líderes do Foro, com o intuito de analisar e interpretar as dinâmicas e tendências emergentes no panorama latino-americano e caribenho.

Conforme apontado por Regalado e Pomar (2013), a empreitada para elaborar uma análise aprofundada das dinâmicas internacionais e regionais, subsequente à eclosão da crise e suas ramificações, foi efetivamente concretizada no Documento-Base do XV Encontro do FSP. A mudança estrutural na correlação de forças, precipitada pela crise financeira de 2008, instigou um debate acerca da necessidade de o Foro estabelecer diretrizes programáticas e estratégicas gerais. Se faz necessário ainda um balanço da experiência dos governos progressistas e de esquerda da

região, que foi impactado diretamente pela crise e que influenciou na elaboração do *Consenso de Nuestra América*, que consideramos ser a síntese da *economia política* do Foro de SP.

O FORO DE SÃO PAULO E OS GOVERNOS PROGRESSISTAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Uma maior relevância do Foro de SP se verifica a partir de um novo ciclo de governos de orientação progressista e de esquerda, protagonizados majoritariamente por organizações integrantes da entidade. Conforme aponta Regalado (2009), os triunfos eleitorais de Hugo Chávez na Venezuela (1998), seguido por Lula no Brasil (2002; 2006), Néstor Kirchner na Argentina (2003), Martín Torrijos no Panamá (2004), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006), Rafael Correa no Equador (2007), Cristina Kirchner na Argentina (2007), Fernando Lugo no Paraguai (2009) e Mauricio Funes em El Salvador (2009) compõem a primeira onda de governos progressistas na América Latina e Caribe no século XXI.

Segundo Regalado (2018), a onda progressista que se observa na América Latina e Caribe tem como principais fatores desencadeantes: 1) a herança das resistências das organizações de esquerda e populares, que, a partir do êxito da Revolução Cubana em 1959, mesmo com reveses militares das guerrilhas no continente, viabilizaram a conquista de direitos historicamente suprimidos por meio de mecanismos institucionais.; 2) a rejeição à repressão vivenciada especialmente durante o período de ditaduras militares na região, que levou o imperialismo estadunidense a adotar uma estratégia de dominação mais mediada; 3) o incremento da consciência, mobilização, luta social e política decorrente da resistência ao neoliberalismo, que ampliou a base eleitoral dos setores populares em grande parte dos países; 4) o voto de repúdio de amplos setores sociais contra os efeitos nefastos das políticas neoliberais implementadas nos anos 1990; e 5) o equívoco do imperialismo estadunidense, que deixou de se opor sistematicamente a qualquer triunfo eleitoral das esquerdas na região, como havia feito historicamente.

Convém ressaltar as razões que conduziram os EUA a não manifestar oposição explícita a tais êxitos eleitorais em um primeiro momento. Conforme Pomar (2018b), após a derrocada do bloco soviético, o socialismo ingressou em um período de defensiva estratégica. Embora seja possível observar a emergência de governos que aderem a perspectivas transformadoras, o capitalismo continua a prevalecer como o modo de produção predominante e vigente. Nessa conjuntura, mesmo diante da oposição ao neoliberalismo, tais governos encontraram-se compelidos a adotar modelos de desenvolvimento delineados nos limites impostos pela

lógica da economia de mercado. Como a vertente neoliberal do capitalismo acarretou um retrocesso no desenvolvimento econômico latino-americano, induziu a setores de camadas médias e parte da burguesia a aderir aos projetos eleitorais das esquerdas provisoriamente. Isso implicou a formação de governos pluriclassistas, vinculados à defesa de uma economia plural²⁴³, com predominância da propriedade privada.

Essa onda progressista, conforme nos recordam Gaudichaud, Webber e Modonesi (2019), foi estimulada por um ciclo de crescimento expansivo, especialmente chinês, que elevou os preços dos produtos primários no mercado internacional e gerou rendas adicionais que, como salienta Pomar (2018b), possibilitaram o aumento dos níveis de soberania nacional, democracia política, bem-estar social e desenvolvimento econômico para os países e os povos da região.

Segundo Melo (2016), os partidos integrantes do FSP que ascenderam aos governos na região implementaram um programa comum alternativo que enfatizava o significado da integração e o repúdio às políticas neoliberais mais ortodoxas. O autor destaca que essa era uma meta explícita da própria entidade, que, em 2007, em uma reunião do GT, assumiu o compromisso de ser protagonista da política internacional em busca de um projeto continental alternativo ao neoliberalismo com desenvolvimento produtivo, sustentável e soberano.

Oliveira, Marques e Carvalho (2022) realizaram, no período de 2000 a 2015, um estudo comparativo dos programas de governo de partidos-membros do FSP em 16 países latino-americanos. Os autores constataram que a maioria desses programas (75%) se alinha à perspectiva que denominam de “pós-neoliberal”. Essa perspectiva se caracteriza por: intervenção estatal na economia mediante gasto público contracíclico, tributação progressiva, planejamento central e regulação econômica; defesa da soberania nacional frente às potências imperialistas; promoção da reforma agrária e do fortalecimento do mercado interno. Dessa forma, eles destacam que a filiação ao FSP constitui um fator determinante de diferenciação programática à esquerda.

Segundo a perspectiva de Gaudichaud, Webber e Modonesi (2019), os intelectuais que se alinham à onda progressista destacam que dois dos principais legados desse período histórico foram o posicionamento anti-imperialista com reivindicação da soberania no cenário internacional e suas políticas econômicas de orientação “pós-neoliberal”. Esses aspectos constituem características distintivas da “economia política” do FSP, conforme analisamos no capítulo anterior desta tese.

243. Com o fortalecimento de um planejamento estatal mais abrangente em termos macroeconômicos e a promoção do cooperativismo econômico sob a perspectiva microeconômica.

Neste contexto “macro programático comum”, os governos progressistas, por meio de distintas estratégias e ritmos, conforme aponta Pomar (2009), trilharam a via de edificar processos de integração regional, outro dos aspectos relevantes da “economia política” do FSP.

Uma manifestação paradigmática desse processo foi a instituição da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), em 2010. Conforme assinala Melo (2016), um documento do GT do FSP qualifica como histórica a determinação de estabelecer um instrumento que acolhe todos os países da região, ressaltando que a Celac emerge inspirada em ideias dos libertadores da América Latina e Caribe, que é um legado imprescindível para a emancipação efetiva e soberana e que só se torna viável graças à atuação ininterrupta das organizações integrantes do Foro.

Além da Celac, outros projetos integrativos foram erigidos pelos governos progressistas para contrapor, como nos lembra Gaudichaud, Webber e Modonesi (2019), a influência dos EUA e seu projeto de integração subordinada, como a Alternativa Bolivariana para os Povos da América (Alba), a ressignificação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

Dessa forma, ainda que com distintas velocidades e graus de radicalidade, o traço geral dessa onda progressista foi a configuração, conforme assinalam Gaudichaud, Webber e Modonesi (2019), de uma série de programas de governabilidade de desenvolvimento, de um determinado “Capitalismo de Estado”, que implicou a intervenção compensatória do Estado, o incremento de programas sociais e assistenciais, o fomento do mercado interno e o investimento em planos de infraestrutura e de integração para impulsionar os planos econômicos de corte desenvolvimentistas ou “pós-neoliberais”. Nenhuma dessas características implicou diretamente uma ruptura total com os interesses de parcelas das classes dominantes da região, além de implicar uma integração institucional dos movimentos e organizações populares, com algumas direções sociais e sindicais diretamente incorporadas ao aparato estatal.

Uma das contribuições mais relevantes do Foro de São Paulo foi a criação de um espaço privilegiado para o debate programático e estratégico das forças de esquerda da região, que possibilitou a elaboração de uma visão compartilhada de experiências, intercâmbio de reflexões sobre os desafios e os avanços alcançados pelos governos progressistas, no âmbito do “macro programa” antineoliberal e anti-imperialista. Não por acaso, a denominada onda de governos progressistas na América Latina e Caribe contou, em todas as suas configurações, com integrantes vinculados ao FSP. Conforme aponta Melo (2016), o Foro teve o mérito de adotar uma posição consensual de valorização das diversidades dos processos, das

estratégias nacionais, enfatizando a busca de uma estratégia comum de integração regional.

A correlação entre a entidade e a onda de governos progressistas na América Latina e Caribe, além das consequências da crise de 2008, suscitou uma série de reações, tanto das direitas como das esquerdas, que não se alinham ao Foro de São Paulo. Essa problemática será examinada nas seções subsequentes deste capítulo.

O FORO DE SÃO PAULO E AS DIREITAS LATINO-AMERICANAS

O Foro de São Paulo, desde sua concepção, tem sido alvo de avaliações críticas, acusações caluniosas e escrutínios analíticos por parte dos setores conservadores da região. Essa tendência intensificou-se notavelmente com o advento de administrações progressistas e de esquerda, as quais foram promovidas pelas organizações que compõem a referida entidade. As críticas emanadas podem ser categorizadas em dois conglomerados principais: em primeiro lugar, aquelas originárias da direita tradicional e seus mecanismos de influência ideológica, como os conglomerados midiáticos dominantes; em segundo lugar, as objeções e dissecções provenientes da extrema-direita, caracterizadas por uma natureza mais beligerante, conspirativa e difamatória. Contudo, ambas as correntes críticas convergem e se alimentam mutuamente, compartilhando a finalidade comum de minar a coalizão internacionalista de partidos e movimentos de esquerda, bem como de coordenar esferas da direita regional com o propósito de contrapor-se ao Foro de São Paulo.

Como nos lembra Melo (2016), dois dos principais jornais brasileiros, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, têm consistentemente veiculado editoriais que expressam uma postura crítica em relação ao FSP. Tais publicações, em conjunto com os comentários de seus colunistas, frequentemente questionam a postura da referida entidade. Ademais, esses veículos de comunicação têm proporcionado tribuna para figuras proeminentes do espectro político liberal, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. As objeções levantadas tendem a concentrar-se na argumentação de que o Foro de São Paulo fomenta um paradigma de governança obsoleto, desconsiderando a imprescindível separação dos poderes e manifestando tendências autoritárias. Adicionalmente, postula-se que tal entidade contribui para o distanciamento da América Latina do eixo ocidental, capitaneado pelos EUA, promovendo um arcabouço de desenvolvimento e integração “ideológico” que, supostamente, colidem com os interesses da sociedade civil latino-americana.

Portanto, as objeções ao Foro de SP articuladas por essa vertente liberal-conservadora concentram-se em duas dimensões fundamentais: a macroeconômica e a institucional. Na esfera macroeconômica, buscam demarcar sua posição divergente da organização ao advogar por políticas estratégicas e programáticas que

se alinham mais estreitamente com os preceitos do Consenso de Washington, os quais foram sintetizados por Oliveira, Marques e Carvalho (2022), em práticas tais como: rigor fiscal; redução dos dispêndios governamentais; taxa de câmbio determinada pelo mercado; liberalização do comércio; desregulação; privatização; e a defesa incondicional do direito à propriedade privada.

No contexto institucional, a ênfase recai sobre a salvaguarda da democracia liberal, a autonomia e independência dos poderes estatais, juntamente com uma abordagem presumivelmente “pragmática” à integração continental. Esta abordagem favorece acordos comerciais e de cooperação em várias esferas, liderados predominantemente pelos EUA e pela União Europeia. Sob a égide de ex-líderes governamentais e estadistas da ala liberal-conservadora tradicional, constituiu-se o grupo Idea (Iniciativa Democrática da Espanha e Américas), que congrega a adesão de figuras políticas conservadoras de toda a América Latina e da Espanha. O propósito fundacional deste consórcio é “fortalecer a democracia, o Estado de Direito e a proteção universal dos direitos humanos”. Estabelecido em 2015, o seu manifesto inaugural foi a “Declaração do Panamá sobre a Venezuela”, que apelava a uma resolução para a “profunda crise nacional”²⁴⁴ que vivia o país sul-americano. Com o apoio de mais de 33 ex-chefes de Estado, o grupo promove uma gama de seminários e debates, sustenta uma publicação periódica e a produção de obras literárias, constituindo-se como um verdadeiro laboratório de ideias da direita tradicional ibero-americana. Seu documento programático principal, denominado *Declaración de Madrid*²⁴⁵, serve como um compêndio que sintetiza as proposições da direita tradicional nos eixos fundamentais da economia, instituições, integração e governança.

Significativamente, a sede do Ideia está localizada em Miami, Estados Unidos, refletindo a aliança política à qual a iniciativa está vinculada e a sua posição diametralmente antagonista ao FSP.

Já no âmbito da extrema-direita, destaca-se a figura de Olavo de Carvalho como um dos precursores na articulação de uma crítica contundente ao FSP. Carvalho, fundador do portal *Mídia sem Máscara*, vinha discutindo essa temática desde a década de 1990. No ano de 2022, suas reflexões e análises foram compiladas e

244. Consultar “NUESTRA TAREA POR LA DEMOCRACIA”, disponível em: <https://idea-democratica.org/nuestrogrupo>. Acesso em 20 de março de 2024.

245. Consultar “DECLARACIÓN DE MADRID, V DIÁLOGO PRESIDENCIAL DE INICIATIVA DEMOCRÁTICA DE ESPAÑA Y LAS AMÉRICAS (IDEA) AMERICA LATINA: AHORA O POSIBLEMENTE NUNCA”, disponível em: <https://idea-democratica.org/s/DECLARACION-DE-MADRID-IDEA-2020.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2025.

publicadas na obra²⁴⁶ intitulada *O Foro de São Paulo: a ascensão do comunismo latino-americano*. Para Olavo de Carvalho, o Foro de SP representaria:

[...] a mais vasta organização política que já existiu na América Latina e, sem dúvida, uma das maiores do mundo. Dele participam todos os governantes esquerdistas do continente. Mas não é uma organização de esquerda como outra qualquer. Ele reúne mais de uma centena de partidos legais e várias organizações criminosas ligadas ao narcotráfico e à indústria dos sequestros, [...] todas empenhadas numa articulação estratégica comum e na busca de vantagens mútuas. Nunca se viu, no mundo, em escala tão gigantesca, uma convivência tão íntima, tão persistente, tão organizada e tão duradoura entre a política e o crime. (Carvalho, 2022, p. 25)

A obra em questão é permeada por uma retórica teatral, de natureza conspiratória e caluniosa. De acordo com Carvalho (2022), as atividades mais notórias da organização podem ser elencadas da seguinte forma: 1) a provisão de asilo e suporte político a facções terroristas e cartéis de drogas; 2) a vinculação de grupos ilícitos a partidos políticos formalmente estabelecidos, consolidando assim práticas ilegais como componentes habituais do panorama político latino-americano; 3) a intervenção flagrante nos assuntos internos de várias nações, comprometendo a integridade democrática da região; 4) a dissimulação de sua própria existência ao longo de anos, reduzindo, por conseguinte, a política do continente a um mero conluio clandestino entre setores de esquerda; e 5) a utilização de recursos financeiros sem a devida transparência quanto à origem dos fundos, sugerindo a possibilidade de financiamento estatal e contribuições de entidades associadas ao narcotráfico e ao crime organizado no âmbito do FSP.

Carvalho (2022) emprega análises de pronunciamentos realizados por Lula, referentes ao Foro, para salientar que a entidade implementa uma tática insidiosa e conspiratória com o intuito de usurpar o controle político na América Latina. Argumenta que as declarações finais proferidas pelos Encontros da entidade constituem um “plano de ação” imperativo, o qual implica a submissão dos governos e organizações políticas às imposições dele, em prejuízo dos interesses soberanos nacionais. Utiliza como “evidência” deste “plano” a política externa exercida pelo

246. É digno de nota que a publicação em questão foi disponibilizada ao público no contexto de um ano eleitoral no Brasil, representando um esforço intelectual significativo com o intuito de exercer influência no cenário político vigente. Tal iniciativa ocorreu durante o período de confronto eleitoral entre o incumbente presidente Jair Bolsonaro, representante do campo da extrema-direita, e Luiz Inácio Lula da Silva, associado ao espectro democrático-popular. A temporalidade da obra sugere uma estratégia deliberada para impactar o debate político e a opinião pública em um momento crítico da democracia brasileira.

Partido dos Trabalhadores, que deu primazia à integração regional autônoma em detrimento da subordinação aos EUA.

Portanto, o FSP é concebido como o ápice da plataforma continental para a implementação do comunismo na América Latina, uma vez que, conforme a definição proposta por Olavo, o comunismo transcende a noção de um mero “modo de produção”, configurando-se, em vez disso, como um movimento político estratégico com o objetivo de exercer influência e controle sobre todas as esferas da vida social. Isso inclui a dominação das instituições, da educação popular e a influência sobre as práticas religiosas, com o intuito de estabelecer um regime de caráter “totalitário”. Nesse sentido, mesmo dentro dos marcos da economia de mercado, os governos impulsionados pelo Foro seriam de orientação “comunista”.

Carvalho fomentou ainda uma rede intelectual dedicada à produção de análises críticas acerca do FSP. É o caso de Alejandro Peña Esclusa e Graça Salgueiro. Esclusa escreveu *El Foro de Sao Paulo: una amenaza continental em 2013* e Salgueiro publicou, em 2016, *O Foro de São Paulo: A Mais Perigosa Organização Revolucionária das Américas*.

Esclusa (2013) foca sua produção para os leitores de língua espanhola. Nesse sentido, coloca o FSP como subordinado principalmente ao projeto de poder de Hugo Chávez, em vez de Lula e o PT. O autor concede, com notável franqueza, que o surgimento da onda progressista na América Latina decorreu substancialmente da incapacidade dos partidos políticos tradicionais em prover soluções viáveis para as demandas prementes das massas do subcontinente. É digno de nota o argumento de que o FSP intenta subverter a denominada “identidade ibero-americana”, alicerçada nos valores cristãos, de liberdade, equidade e bem comum. Defende-se, com veemência, o legado da colonização espanhola no continente latino-americano, postulando que tal processo foi fundamentado na difusão do cristianismo, no desenvolvimento de infraestrutura, no incentivo ao florescimento intelectual por meio da fundação de instituições de ensino superior, bem como na promoção de uma “magnífica miscigenação racial” por parte da Coroa espanhola. Portanto, o FSP, ao advogar em favor dos povos originários e na promoção de Estados Plurinacionais, busca dismantelar os laços históricos que unem a região à civilização ocidental.

Já Salgueiro (2016) faz uma longa análise de viés direitista dos documentos produzidos pelo Foro. Nesta análise, busca estabelecer um paralelo entre a referida organização e a Internacional Comunista (IC), postulando que o Partido dos Trabalhadores detém uma posição de destaque no FSP similar àquela ocupada pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS) no seio da Internacional. Salgueiro destaca que, sob influência do Foro, as guerrilhas ativas no continente têm sido compelidas a transmutar sua tática de luta armada em favor de uma tática focada

na via eleitoral. Adiciona uma crítica contundente aos esforços de integração regional fomentados pela onda progressista, exemplificados por entidades como a Unasul, Alba e Celac, categorizando-os como entes subsidiários do Foro de SP. Adicionalmente, Salgueiro levanta a alegação de que o Foro provê guarida e é financiado pelo denominado “Cartel dos Sois”²⁴⁷, um suposto consórcio de narcotráfico que contaria com a participação de militares e integrantes do governo de Nicolás Maduro.

A recente ascensão intelectual fomentada por setores da direita radical culminou na formação de um novo instrumento político. Mediante a Fundação Disenso, um centro de estudos estratégicos vinculado ao partido espanhol de extrema-direita VOX, surgiu em 2020 o Foro de Madrid. Esta coalizão de entidades e partidos políticos ibero-americanos foi estabelecida com a finalidade²⁴⁸ explícita de “contrapor as estratégias de influência geopolítica do Foro de São Paulo”. O manifesto inaugural, conhecido como *Carta de Madrid*²⁴⁹, articula a preocupação com a prevalência de “regimes totalitários de inspiração comunista” na Iberoamérica, e denuncia as ações do FSP “que se infiltram nos centros de poder”, visando a implementação de um projeto ideológico e delituoso que “está subjugando as liberdades e os direitos das nações” da região. A referida organização já promoveu dois encontros regionais significativos, o primeiro em Bogotá, Colômbia, no ano de 2022, e o subsequente em Lima, Peru, no ano de 2023. Esta iniciativa agrega organizações e figuras proeminentes do espectro político de extrema-direita, com representação no Brasil pelo movimento bolsonarista.

As estratégias adotadas pelos setores conservadores na América Latina para fazer frente aos governos progressistas tornaram-se mais notórias e sinérgicas, particularmente após a crise global do capitalismo em 2008. Os EUA intensificaram sua atenção para com a região subsequente a esse interregno, articulando uma tática coordenada com o intuito de obstruir a expansão da onda progressista, liderada por entidades associadas ao FSP.

247. Conforme observado ao longo desta tese, verifica-se que uma estratégia recorrente do imperialismo consiste em vincular práticas ilícitas a entidades progressistas e de esquerda. O Foro de SP, por meio de uma série de documentos, tem condenado veementemente a tentativa de criminalização perpetrada por vertentes conservadoras locais em conluio com o governo dos EUA, que buscam atribuir essas atividades delituosas a tais organizações. Consultar “A POLÍTICA ANTIDROGAS DOS EUA COMO ESTRATÉGIA DE CONTROLE ECONÔMICO E POLÍTICO DA AMÉRICA LATINA”, disponível em: <https://periodicos.uff.br/mundolivre/article/view/47684/30752>. Acesso em 26 de março de 2023.

248. Consultar “¿QUÉ ES FORO MADRID?”, disponível em: <https://foromadrid.org/que-es-foro-madrid/>. Acesso em 25 de junho de 2025.

249. Consultar “CARTA DE MADRID”, disponível em: <https://foromadrid.org/carta-de-madrid/>. Acesso em 25 de junho de 2025.

A mencionada ofensiva repercutiu de maneira concreta na estruturação analítica do próprio FSP. De fato, parece que a realidade retrocedeu em movimentos significativos, e o Foro, ecoando tal regressão, reafirmou seu compromisso com os princípios democráticos em resposta à crise e à investida conservadora, relegando outras questões a um plano secundário. Neste panorama, instaurou-se um diálogo crítico com o segmento denominado esquerda não aderente; isto é, ao adotar uma postura mais defensiva, o Foro de SP passou a ser alvo de intensas críticas por parte de organizações de esquerda, as quais, embora já exercessem oposição anteriormente, encontraram neste novo contexto um terreno fértil para ampliar sua crítica analítica.

Na seção subsequente, examinaremos as objeções levantadas por segmentos de esquerda não filiados ao Foro de SP, cujas críticas ganharam proeminência concomitantemente ao surgimento de governos progressistas na América Latina e Caribe e à crise capitalista de 2008.

O FORO DE SÃO PAULO E O DEBATE COM A ESQUERDA NÃO ADERENTE

Dentro do espectro político das esquerdas, observou-se um crescimento significativo das críticas direcionadas ao Foro de São Paulo, concomitante à emergência da onda progressista no começo do século XXI, e, em especial, pós-crise de 2008. Nesse contexto, a construção do debate estratégico e programático tem sido predominantemente influenciada pelas práticas governamentais das organizações-membros da referida entidade. Isso implica uma análise crítica centrada na lógica dos limites alcançados por tais políticas, delineando o escopo e a profundidade das estratégias adotadas.

Neste contexto, Gaudichaud, Webber e Modonesi (2019) apresentam uma análise detalhada do espectro de críticas de esquerda à onda progressista do século XXI, caracterizado por uma diversidade de perspectivas, que eles denominam “arco-íris de críticas da esquerda”. Essas críticas são fundamentadas em princípios anticapitalistas, ecológicos, autonomistas-libertários e pós-coloniais. No âmbito das críticas anticapitalistas, o foco central incide sobre a análise das alianças de classe e a perspectiva neodesenvolvimentista e capitalista das transformações sociais e econômicas recentes. Referindo-se à crítica formulada por Katz, os autores argumentam que o modelo adotado, marcado por uma maior intervenção do Estado e políticas econômicas heterodoxas, esteve vinculado a uma parceria com segmentos do agronegócio. Tal associação resultou na minimização da problemática sobre a deterioração dos termos de troca e na consequente ausência de diversificação produtiva. Ao formar pactos sociais com frações da classe dominante, esses grupos

acabaram por se aliar a esses mesmos estratos quando a correlação de forças se alterou, beneficiando assim os interesses sociais dos setores agrícolas e mineiros.

As avaliações críticas direcionadas ao horizonte capitalista da onda progressista têm incorporado uma perspectiva ecologista. Referindo-se a Gudynas (2015), os autores argumentam que os governos encabeçados por partidos do FSP preservaram e ampliaram sua função econômica enquanto fornecedores de matérias-primas, conformando-se às tendências da globalização neoliberal, acompanhado de um incremento na influência do setor financeiro na economia regional. Tais governos perpetuaram a mercantilização da vida e do meio ambiente por meio de políticas de redistribuição de renda verticalmente estruturadas. Esse paradigma intensificou a apropriação capitalista de comunidades e territórios através de uma prática extrativista que sustentou a dependência econômica e o “rentismo”, arraigado em um modelo de exportação de produtos primários que restringiu o avanço industrial e a inovação tecnológica.

As críticas oriundas de setores autonomistas concentraram-se na análise de uma manifesta “estatolatria”, a qual ditaria as diretrizes das entidades associadas ao FSP. Referem-se a Álvaro García Linera como o exemplar de um defensor fervoroso da supremacia dos aspectos econômicos, postulando o crescimento e o desenvolvimento como elementos cruciais. Neste contexto, o Estado é concebido como o elemento preponderante no avanço das forças produtivas, concentrando suas atividades no incentivo ao produtivismo e de uma política de redistribuição de renda. Tal abordagem pode acarretar a cooptação dos movimentos sociais e instaurar uma forma de “clientelismo”, culminando na erosão da autonomia desses coletivos e em desvios para práticas autoritárias e centralizadoras por parte dos governos.

Evocam a análise crítica apresentada por Machado e Zibechi (2016), no qual a abordagem em questão fomenta um paradigma de modernização capitalista, profundamente enraizado no extrativismo. Este paradigma é caracterizado pela exportação de *commodities* e pela execução de vastas obras de infraestrutura, as quais repercutem negativamente no território, exercendo um impacto adverso sobre as comunidades locais. Ademais, tal modelo é acusado de subverter os princípios democráticos através de táticas como a cooptação, a repressão e a acumulação de poder nas mãos do aparato burocrático estatal. Refutam de maneira veemente a noção de que estratégias para implementar transformações sob a égide do controle estatal possam ser consideradas emancipadoras. Argumentam que a onda de governos progressistas operou uma estabilização, que levou a um realinhamento do papel do Estado. Tal recomposição “progressista estatista” é apresentada como um retrocesso a respeito do ciclo de lutas dos anos anteriores à onda.

Assim, Gaudichaud, Webber e Modonesi (2019) propõem que a ascensão progressista protagonizada pelas entidades integrantes do Foro de SP pode ser compreendida por meio da lente conceitual da “revolução passiva” gramsciana. Este conceito refere-se a uma combinação singular de transformação e conservação executada pelo Estado com o objetivo de mitigar a intensificação das tensões classistas, promovendo uma modernização capitalista que engloba reformas socioeconômicas benéficas às classes subalternas, mas que simultaneamente tende à desmobilização e ao controle social.

A experiência de gestão de governo por parte de organizações pertencentes ao Foro de SP levou a dissidências e críticas de organizações que haviam participado ativamente da entidade, como é o caso do Partido Comunista Mexicano (PCM) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Adicionalmente, observa-se que entidades que não estiveram afiliadas aos FSP intensificaram suas críticas em resposta à ascensão da onda progressista, este fenômeno é notadamente presente entre partidos de orientação trotskista, os quais estão organizados em várias internacionais e defendem o legado ideológico do proeminente líder bolchevique.

Em agosto de 2015, o Partido Comunista Mexicano (PCM) desvinculou-se do Foro de São Paulo. Através de um comunicado intitulado “*Por cuestión de principios nos separamos del Foro de Sao Paulo*”²⁵⁰, a organização expôs sua crítica aos partidos que hegemonizam o FSP, acusando-os de perpetuar uma visão restrita do espectro político esquerdista. Segundo o PCM, esses partidos não almejam a construção do sistema socialista, mas, sim, a administração do capitalismo existente, adotando políticas que são contrárias aos interesses da classe trabalhadora e da população em geral. Afirmam que tais políticas, de natureza assistencialista e populista, têm como objetivo colher benefícios eleitorais a partir da pobreza e miséria que devastam a região. O PCM caracteriza o Foro como uma organização social-democrata que se associa a segmentos da elite dominante para gerir o capital e perpetuar a exploração. Consequentemente, a entidade foi descrita como um obstáculo à luta revolucionária, tornando-se incompatível com os partidos que defendem o socialismo como horizonte.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), ainda que atue como ente observador no Foro de SP, destacou em seu XVI Congresso²⁵¹, ocorrido no ano de 2021, a predominância de organizações “reformistas” no seio da entidade. Essas organizações concentram seu endosso incondicional nos executivos nacionais que adminis-

250. Consultar “Por cuestión de principios nos separamos del Foro de Sao Paulo”, disponível em: [Por cuestión de principios nos separamos del Foro de Sao Paulo \(comunistas-mexicanos.org\)](https://comunistas-mexicanos.org). Acesso em 4 de abril de 2024.

251. Consultar “Resoluções do XVI Congresso do PCB”, disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/28466>. Acesso em 4 de abril de 2024.

tram, lançando dúvidas sobre a genuinidade de sua postura anti-imperialista. Tal questionamento é embasado pelo suporte majoritário concedido à incursão militar de forças brasileiras no Haiti²⁵² sob a égide do governo Lula. Em vista disso, o PCB advoga por uma inserção tática no Foro, visando ao incremento “da coesão ideológica” entre os partidos comunistas que compõem o FSP.

Já o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) é um exemplo clássico de uma organização de esquerda de influência trotskista que nunca se juntou às fileiras do Foro de SP. O partido articula uma crítica contundente à referida organização²⁵³, postulando que esta congrega partidos que advogam por um projeto de colaboração com a classe burguesa, implementando governos que operam sob os preceitos do capitalismo e, adicionalmente, estabelecem alianças com regimes autoritários, exemplificados pelos governos de Maduro na Venezuela e Ortega na Nicarágua. O PSTU argumenta que a integração regional fomentada pelo Foro visa a uma “humanização” do capitalismo, fundamentada em princípios de social-liberalismo.

O debate acerca da natureza autoritária de certos governos associados à recente onda progressista na América Latina — com especial atenção aos casos da Venezuela, Nicarágua e Cuba — suscitou uma série de cisões e dissensões no seio do movimento progressista, impactando de maneira significativa o FSP. O portal *Rebelión.org* constitui-se como um repositório de vasta gama de artigos e debates, os quais apresentam perspectivas tanto favoráveis quanto críticas em relação aos mencionados governos progressistas, incluindo um acervo substancial de manifestos políticos e artigos que demandam uma postura crítica por parte do Foro frente à “tendência autoritária” observada nesses governos.

Um exemplo recente manifesta-se na forma de uma carta aberta²⁵⁴, concretizada em virtude do XXVI Encontro do FSP, realizado no ano de 2023 na capital brasileira, Brasília. Subscrita por um coletivo de dissidentes da Revolução Sandinista, a carta apela para que a entidade assuma um “compromisso com a salvaguarda dos direitos humanos na Nicarágua”. Os signatários instam à denúncia do que denominam um “regime de terror”, perpetrado pela Frente Sandinista de Liber-

252. De 2004 a 2007 o Brasil liderou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah). Para uma perspectiva detalhada da intervenção militar no país caribenho consultar: HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires. *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé e CCOPAB, 2017.

253. Consultar “PSTU não integra e não participa do Foro de São Paulo”, disponível em: <https://www.pstu.org.br/pstu-nao-integra-e-nao-participa-do-foro-de-sao-paulo/>. Acesso em 4 de abril de 2024.

254. Consultar “CARTA ABIERTA A PARTIDOS Y ORGANIZACIONES DEL FORO DE SAO PAULO”, disponível em: <https://rebelion.org/wp-content/uploads/2023/06/CARTA-ABIERTA-AL-FORO-DE-SAO-PAULO.pdf>. Acesso em 4 de abril de 2024.

tação Nacional (FSLN) sob a égide de Ortega, cuja administração é descrita como “incompatível com os preceitos fundamentais de uma esquerda que aspira a constituir-se como alternativa às injustiças do mundo”. A carta conclui enfatizando a incoerência de proclamar-se “anti-imperialista” enquanto se aniquila a integridade da sociedade civil e se suprimem as liberdades fundamentais.

A controvérsia mencionada também foi um dos fatores que impulsionaram a criação de uma nova entidade política de orientação esquerdista no subcontinente sul-americano, denominada “Rede Futuro”. Esta foi estimulada sobretudo por personalidades associadas às coalizões governamentais de Gabriel Boric, mandatário do Chile; da Coalizão Pacto Histórico de Gustavo Petro, presidente da Colômbia; e de Guilherme Boulos, integrante do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), do Brasil. Esses segmentos manifestam-se de maneira crítica em relação às administrações de Nicarágua, Cuba e Venezuela. A referida iniciativa, embora focalizada na América do Sul, assenta-se sobre o alicerce de “uma agenda de renovação das ideias socialistas e democráticas”. Importa salientar que organizações filiadas ao FSP integram as coalizões de governo da Colômbia, do Chile e do Brasil. No entanto, os dirigentes afiliados à Rede Futuro rejeitaram a noção de que tal empreendimento tenha o propósito de se opor ao Foro²⁵⁵, sustentando que, dada a diversidade da esquerda latino-americana, é legítimo estabelecer um adicional espaço de diálogo.

O FSP adquiriu notável proeminência em face da emergência de governos associados às organizações que compõem a referida entidade. Tal fenômeno conferiu-lhe uma posição central no espectro político, submetendo-o a análises críticas tanto de correntes ideológicas conservadoras quanto progressistas. Contudo, as correntes de esquerda não alinhadas com o Foro ainda não lograram estabelecer um contraponto eficaz que desafie sua posição de destaque. Em virtude de sua natureza pluralista, que exalta a “unidade na diversidade”, e sua acurada identificação da polarização fundamental na América Latina e Caribe — a resistência ao neoliberalismo e à ingerência imperialista —, o Foro de São Paulo se mantém como o principal referencial para as esquerdas na região.

A evidência adicional dessa centralidade do FSP manifesta-se na avaliação acurada que realizou do panorama global e regional, subsequente ao desencadeamento da crise capitalista em 2008. Foi em virtude dessa análise, conduzida pela entidade, que diversas organizações, com destaque para o PC de Cuba, pressionaram para a elaboração de diretrizes programáticas e estratégicas, as quais deveriam

255. Consultar “Rede Futuro: nova articulação de esquerda sugere contraposição ao Foro de São Paulo”, disponível em: [Rede Futuro: nova articulação de esquerda sugere contraposição ao Foro de São Paulo - Opera Mundi \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/operamundi/). Acesso em 4 de abril de 2024. Importante salientar que o PSOL não é integrante do Foro de São Paulo.

orientar as forças de esquerda no enfrentamento da contraofensiva conservadora em curso na América Latina e Caribe. Tal empreendimento interpretativo e analítico culminou na criação do *Consenso de Nuestra América*. Dedicar-nos-emos à articulação do programa do Foro na seção subsequente.

O FORO DE SÃO PAULO E SEU PROGRAMA:

O CONSENSO DE NUESTRA AMÉRICA

O documento *Consenso de Nuestra América* foi elaborado pelo Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo²⁵⁶ e apresentado aos partidos-membros da entidade em janeiro de 2017. No XXIII Encontro do FSP, ocorrido em julho do mesmo ano, em Manágua, Nicarágua, o Consenso se tornou referência basilar para os membros. Assim, o documento apresenta um diagnóstico econômico, político e social que serve de orientação estratégica para enfrentar e derrotar a contraofensiva neoliberal na América Latina e Caribe.

O presente documento é elaborado como uma contraposição ao assim denominado “Consenso de Washington”, terminologia cunhada pelo economista John Williamson no ano de 1989. Como já pontuado nesta tese, esta expressão é empregada para descrever um conjunto de diretrizes políticas de natureza liberalizante. Conforme elucidado por Bresser-Pereira (1991), a essência das estratégias recomendadas pode ser condensada na promoção da estabilidade macroeconômica através da adoção de medidas fiscais restritivas e da implementação de políticas econômicas de natureza ortodoxa, onde o mercado desempenha uma função primordial. Adicionalmente, enfatiza-se a importância crítica da redução significativa na arquitetura e na amplitude das atribuições estatais no contexto econômico.

O nome ainda remete ao texto clássico de José Martí, “Nossa América”, onde o herói da independência de Cuba pregava a unidade estreita das nações latino-americanas para erradicar a herança colonial e repensar uma nova forma integrativa para fazer frente aos desafios que a modernidade impunha. Martí, no fim do sé-

256. A concepção de um esboço para um programa político representativo do Foro de São Paulo foi uma iniciativa originada no Departamento de Relações Internacionais do Partido Comunista de Cuba, sob a égide de José Ramón Balaguer Cabrera. Iniciado no ano de 2015, o processo de delineamento das primeiras estratégias preliminares foi empreendido com tal finalidade. No ano subsequente, durante o XXII Encontro do Foro, constituiu-se um comitê especializado com o propósito de avaliar o esboço inicial do texto. Posteriormente, uma comissão específica para redação foi estabelecida, a qual, em colaboração com o Grupo de Trabalho da organização, engajou-se em um processo de deliberação e análise crítica, culminando na apresentação da versão final do documento. Para mais detalhes sobre a elaboração do *Consenso de Nuestra América*, consultar “El Consenso de Nuestra América: el interrumpido intento de revitalizar el trabajo político hacia América Latina y el Caribe”, disponível em: <https://rebelion.org/el-consenso-de-nuestra-america-el-interrumpido-intento-de-revitalizar-el-trabajo-politico-hacia-america-latina-y-el-caribe/>. Acesso em 5 de junho de 2024.

culo XIX, já alertava para o perigo contido no ímpeto expansionista do “vizinho formidável” (EUA), argumentando que:

O perigo maior da nossa América é o desdém do vizinho formidável, que não a conhece; e urge, porque o dia da visita está próximo, que o vizinho a conheça, a conheça logo, para que não a desdenhe. Por ignorância chegaria, talvez, a colocar nela a cobiça. Pelo respeito, assim que a conhecesse, tiraria dela as mãos. Há que se ter fé no melhor do homem e desconfiar do pior dele. Há que se dá oportunidade ao melhor para que se revele e prevaleça acima do pior. (Martí, 2011, p.32)

Assim, é possível discernir prontamente, a partir da nomenclatura do documento em questão, duas das qualidades fundamentais da entidade: uma postura contrária às políticas neoliberais e uma resistência ao imperialismo. Estas características são preeminentes e refletem-se no título do documento, que se apresenta como um esboço visionário para “um programa político de acordos da esquerda, partidos e movimentos populares da América Latina e Caribe.”

Passemos agora à análise do *Consenso de Nuestra América*, baseada na lista de palavras-chave vinculadas a economia política.

O *Consenso de Nuestra América* é composto por 9892 palavras. Ele é iniciado com uma saudação a Fidel Castro, pelo exemplo de unidade e internacionalismo do líder cubano. Segundo o FSP, o documento é dedicado “ao exemplo e à consequência revolucionária do Comandante Fidel Castro.” Em seguida, é apresentado o sumário do texto, que se divide em: 1) Preâmbulo; 2) Valores e Princípios que nos unem; 3) A realidade que queremos transformar (Diagnóstico); 4) Orientações estratégicas. Que fazer?; 5) O instrumento político para a mudança; e 6) Conclusões e Recomendações.

No preâmbulo, se afiança que o objetivo do documento é contribuir com “o **desenvolvimento** dos processos progressistas e revolucionários nas diversas regiões e países da América Latina e Caribe.” Nesse sentido, é pontuado que “o **capitalismo** se comporta de maneira depredadora com a sociedade e a natureza”, e que a atual fase de financeirização deste modo de produção “realiza seu papel de especulador; é a ferramenta do **neoliberalismo** que rompe as regras do **capitalismo** liberal; é a voracidade de um modelo selvagem que se apoia no espírito do epicentro do **capitalismo**: a acumulação.”

Diante desta “fase corruptiva do processo de acumulação do **capital** que o **imperialismo neoliberal** se empenha em nos impor”, se faz necessário a reafirmação que o ciclo progressista não se esgotou. É preciso ser autocrítico e construtivo, formulando um documento estratégico, “um horizonte que aborda os conceitos,

valores e projeções políticas que corresponde à esquerda e ao progressismo assumirem, com o objetivo de conduzir as mudanças na América Latina e Caribe”.

O objetivo essencial do Consenso é promover a unidade das forças políticas que o subscrevem. Por definição, é uma proposta estratégica, que respeita as singularidades e especificidades de cada país e das organizações do FSP. Nesse sentido, o documento sofre influência de uma gama de tradições teóricas como “do ‘bem viver’, as correntes humanistas, revolucionárias, marxistas e progressistas surgidas na Europa e as expressões genuinamente latino-americanas e caribenhas”. Pela sua diversidade, o Consenso não se constitui em um projeto concreto para um país ou em uma força política determinada. Ao contrário, concebe a região como um todo, representando um programa mínimo comum do FSP, “a mais representativa construção política regional das organizações revolucionárias, progressistas e democráticas da América Latina e Caribe.”

O preâmbulo termina citando José Martí, que enfatiza a necessidade de união e integração, frente ao plano do inimigo de divisão e fragmentação, para desenvolver nações soberanas.

No tópico “Os valores e os princípios que nos une”, o documento destaca os valores fundamentais defendidos pelo Foro de São Paulo. São 13 princípios:

- 1) A igualdade, a equidade e a justiça social. O FSP prega que as maiorias historicamente discriminadas da região devem ser as principais destinatárias de políticas que visam tais valores;
- 2) O bem comum, consubstanciado na fórmula de “uso sustentável dos recursos naturais e o cuidado do meio ambiente”, lutando contra a mercantilização dos recursos naturais essenciais para a reprodução humana;
- 3) A democracia e a luta pela liberdade. Democracia entendida com um “caráter popular, direto, participativo e comunitário, assim como a construção de identidade nacional nosso-americana”;
- 4) A unidade das forças e organizações que compõem o Foro de São Paulo;
- 5) A ética e honradez como exemplo coletivo e individual;
- 6) O exercício de governo com transparência, enfrentando a corrupção sistêmica, característica dos sistemas de governo conservadores;
- 7) O rechaço a qualquer forma de discriminação de gênero, classe, raça e de combate a xenofobia;
- 8) A solidariedade entre os povos da América Latina e Caribe, como uma vocação humanista fundamental;
- 9) A realização plena do direito dos povos da região à paz;
- 10) O direito de cada país a escolher democraticamente o sistema social e político regente. O FSP entende que “não há **soberania** nacional sem **sobe-**

rania latino-americana em todos os aspectos, portanto se impõe aprofundar a institucionalização dos mecanismos de **integração** como a CELAC, UNASUR, ALBA, PetroCaribe etc.”;

- 11) Enfatizar o sentimento latino-americanista e internacionalista. Nesse sentido, o FSP considera que “**desenvolvimento** da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos, CELAC, constitui um objetivo estratégico”;
- 12) O patriotismo e o internacionalismo como intrínsecos ao projeto de esquerda;
- 13) A luta pela vida, em especial das crianças e mulheres.

O tópico “A realidade que queremos transformar (Diagnóstico)” se inicia com a afirmação que “o **imperialismo** e as oligarquias constituem nossos principais adversários”. E que as oligarquias estão promovendo uma contraofensiva brutal, com o objetivo de desarticular os avanços promovidos pelos governos progressistas. Diante disso, cabem às forças políticas de esquerda identificarem “nossos principais problemas estruturais, sejam de tipo socioeconômico ou políticos, além de determinadas conjunturas”, para que se possa “avançar no **desenvolvimento** e aprofundamento de nossos processos de mudança política e social para alcançar novas vitórias.”

O tópico avança para uma análise “Desde o ponto de vista econômico”, afirmando que “a chamada globalização, que no econômico foi de características **neoliberais** e predominantemente financeira, constitui um período histórico do **capitalismo** distinto do que foi o primeiro **capitalismo** basicamente comercialista, que durou até o século XIX, e o **capitalismo** de quase todo o século XX, de características industrialistas”.

A partir deste diagnóstico, o FSP pontua que: 1) “O sistema **capitalista** e sua história de conquista, colonialismo e neocolonialismo são a causa do **subdesenvolvimento** que caracteriza nossas economias...”; 2) A região está inserida na globalização de maneira subordinada, como mera exportadora de matérias-primas; 3) O efeito da especulação financeira é nefasto, fazendo com que sejam necessárias iniciativas de “controle do **capital** financeiro internacional, tipificado como a moderna expressão de uma tirania em escala mundial, onipresente e desregulada.”; 4) É preciso um “modelo educativo para a inovação tecnológica acelerada”, a fim de evitar a fuga de cérebros e diminuir o abismo entre o campo e as cidades; 5) O controle das grandes transnacionais sobre as economias da região influi na “deprecação de nossas sociedades e do meio ambiente”; 6) O flagelo da dívida externa continua a onerar as economias da região, “funcionando como uma das principais ferramentas de dominação **imperialista**.”; 7) A imposição de Tratados de Livre

Comércio (TLC), que condicionam compras governamentais, direitos de patente e perpetuam relações assimétricas entre os países centrais e periféricos; 8) Que tal modo de produção, “em sua fase **neoliberal**, vive uma crise que ele mesmo criou como uma forma mais de acumulação e concentração de **capital**”, que gera como resultado desindustrialização, desnacionalização e a concentração privada da terra; 9) “O bloco político e social das mudanças deve ter um projeto de **desenvolvimento** nacional, popular e democrático”, que enquadre o Investimento Direto Estrangeiro; 10) A América Latina e o Caribe possuem imensos recursos naturais, humanos e uma ampla biodiversidade, “com um enorme potencial para converter-se em uma zona de prosperidade sustentável para seus habitantes, com capacidade de contribuir ao benefício de outros povos do mundo.”; 11) Deve-se reconhecer “a existência e convivência de diversas formas de economia plural (estatal, comunitária, social cooperativa e privada) sob um regime de planificação em que o Estado controla os setores estratégicos e organiza sua inter-relação para incrementar a qualidade de vida da população, a segurança alimentar, a redistribuição da riqueza e **integração** econômica latino-americana e caribenha.”; e 12) Os avanços dos governos progressistas organizados no FSP são reconhecidos, “ainda que não tenhamos podido transformar as relações de produção **capitalistas**”.

Em seguida, o documento afirma que “Desde o ponto de vista social”: 1) A região segue sendo o local mais desigual do mundo; 2) A concentração de riqueza brutal exige “uma profunda revisão dos sistemas tributários e fiscais vigentes.”; 3) Tal situação gera o avanço da insegurança, do crime organizado e do tráfico de pessoas; 4) A saúde como um direito humano universal deve ser priorizada; 5) A situação da educação também é precária; 6) O acesso ao emprego digno deve se um direito, sem discriminação por raça, credo, gênero e classe social; 7) Se faz necessária a análise do retrocesso promovido pela “concepção do trabalho no **neoliberalismo**”; 8) A seguridade social “foi fortemente golpeada pelas políticas **neoliberais**”; e 9) O acesso aos recursos e mecanismos de mitigação das mudanças climáticas segue limitado aos países centrais, o que é especialmente grave para alguns países insulares, especialmente no Caribe.

Por fim, o tópico de “Diagnóstico” apresenta a seção “Desde o ponto de vista político”, pontuando que: 1) O “colonialismo constitui um vergonhoso anacronismo histórico que foi denunciado reiteradamente pela comunidade internacional”, sendo um imperativo categórico a luta pela sua erradicação; 2) A democracia liberal burguesa na região foi “se viciando de práticas autoritárias, clientelismo e, em muitos casos, da fraude consuetudinária, afetando a vontade popular”; 3) Os “poderes fáticos” desequilibram a independência dos poderes, atuando contra a esquerda por meio do sistema judiciário e eleitoral; 4) Os meios de comunicação oligopolizados atuam como um braço dos setores conservadores da região; 5) “A

cultura é um campo de batalha, de resistência frente à invasão e manipulação pelo **imperialismo** e das oligarquias locais”; 6) A ofensiva operada desde Washington contra os governos progressistas da região decretam que o “principal inimigo da esquerda e de nossos povos é o **Imperialismo**”; 7) O crime transnacional organizado se transformou num instrumento de dominação política e chantagem aos povos da região; e 8) “Os esforços a favor da **integração** em nossa região correm o risco de ser revertidos se não conseguirmos criar uma consciência social majoritária a favor desta. É dever de primeira ordem das forças políticas e sociais progressistas e de esquerda assumir esta tarefa, compartilhar o ideal de unidade na diversidade”.

O documento segue com o tópico “Orientações estratégicas. Que fazer?”²⁵⁷, que se inicia enfatizando a necessidade de um projeto efetivamente integracionista e internacionalista para mudar e transformar a América Latina e o Caribe.

Nesse sentido, na “Na ordem econômica”, o Foro de SP argumenta que: 1) “Deve-se enfatizar neste aspecto da **integração** libertadora e não subordinada, na perspectiva de **desenvolvimento** econômico e social de Nossa América, procurando a maior complementação entre os países”, fomentando um plano de infraestrutura que “articule com as propostas produtivas, comerciais e financeiras entre nossos países com as que estão em **desenvolvimento** em outras áreas do planeta”; 2) Um processo de integração econômica e social – e não apenas comercial – é “a chave para garantir nossa **soberania**”; 3) Criar as condições para “desenvolver um mercado interno regional que propicie a sustentabilidade do modelo econômico” autonomista; 4) Fomentar a autonomia do sistema financeiro da região, propondo a criação de um Banco de Desenvolvimento latino-americano e caribenho; 5) Caminhar em direção a uma “planificação econômica consensual” a nível regional; 6) Superar “as políticas que favorecem o monocultivo e a exportação exclusiva de matérias-primas e produtos básicos”, priorizando a modernização de setores estratégicos na indústria; 7) Reinstalar a agenda da Reforma Agrária, a fim de mitigar o “impacto negativo do **neoliberalismo**”; 8) Dentro de uma nova arquitetura econômica, “devemos retomar a estratégia da industrialização, reindustrialização e agroindustrialização, substituindo as importações, para compensar os efeitos de desnacionalização e desindustrialização que provocou o predomínio do modelo **neoliberal** em nossos países”; 9) Redesenhar a política fiscal com o objetivo de garantir “uma elevada produtividade, a eficiência e a eficácia nos processos

257. O nome do tópico faz referência velada ao livro *Que Fazer? Questões candentes de nosso movimento*, escrito por Vladimir Lênin entre o outono de 1901 e fevereiro de 1902. O livro se tornou um clássico da literatura revolucionária, pois apresenta um manual prático da organização de um partido revolucionário. A inovação reside justamente na apresentação de uma teoria da organização, que “seria a forma mais adequada para uma ação política coletiva eficaz, de onde deriva uma teoria da ação política: a ação política revolucionária só poderia ser coletiva e dotada de uma vontade e de uma direção.” (Lênin, 2020 p. 7)

produtivos”; 10) “O Estado deve jogar o papel fundamental de regular a atividade econômica, portanto deve garantir a distribuição justa da riqueza e implementar planos de **desenvolvimento** econômico e social que gozem do respaldo popular e se articulem ao processo de **integração** regional latino-americano e caribenho”; 11) Os governos progressistas devem integrar a sociedade civil organizada na gestão, retirando do Estado a exclusividade de execução de certas políticas públicas; 12) O papel da iniciativa privada deve ser preservado, mas “sob a orientação de um plano de **desenvolvimento** nacional orientado ao fortalecimento do mercado interno, a exportar valor agregado e articulado a um processo de **integração** regional”; e 13) Desenvolver um novo modelo, cujo eixo seja “pobreza zero”.

Já no quesito “Ordem social”, o FSP destaca que: 1) Não existe “**desenvolvimento** genuíno sem a maior inclusão social possível”; 2) Saúde e educação devem ser direitos inalienáveis da população; 3) É necessário investimento público obrigatório na educação, em especial à voltada para a primeira infância; 4) Uma dieta enriquecida em proteínas e neuro nutrientes é indispensável para o desenvolvimento de nossas crianças; 5) Os “governos, como os movimentos, organizações e partidos progressistas e de esquerda”, devem se comprometer com maior alocação de recursos para ciência e tecnologia; 6) Cabe ao Estado construir políticas públicas que visem a erradicação dos “flagelos **neoliberais**”; 7) “O Estado deve garantir o respeito aos interesses sociais de todos seus cidadãos e cidadãs”; 8) Fomentar o “equilíbrio dialético entre a necessidade do **desenvolvimento** e os direitos da natureza, focando num crescimento sustentável”; 9) Exigir uma política migratória que respeite os direitos fundamentais da população; e 10) Combater frontalmente o narcotráfico, que ameaça o “Estado democrático”.

O tópico também dá diretrizes “Na ordem político e ideológica”, sendo elas: 1) É necessário dar atenção para além da conquista do poder Executivo, democratizando o poder judiciário, as estruturas de mando das Forças Armadas, para garantir os “processos de libertação, **soberania** e independência de Nossa América”; 2) Adotar “reformas (parciais ou totais) constitucionais onde seja possível”; 3) Enfrentar os mecanismos de desestabilização como “golpes de estado militares, parlamentares, a judicialização da política”; 4) Garantir o papel insubstituível do Estado na provisão dos direitos humanos; 5) Construir e aprofundar o “poder popular” nas instituições de Estado; 6) Necessário aos governos progressistas respeitar a “agenda autônoma do poder popular, seu carácter aberto e participativo”, pois isso garante o “desempenho e funcionamento dos governos progressistas e de esquerda e o antídoto contra ‘golpes suaves’ e outras formas de desestabilização”; 7) Atualizar a linguagem política, com o objetivo de agregar novos enfoques de classe e gênero; 8) Democratizar a mídia e a cultura por meio de novas regulações, além de fomentar a participação em novos meios de comunicação; 9) Construir

uma frente “de pensamento mobilizando a intelectualidade que foi excluída pelo poder hegemônico e que seja capaz de gerar conteúdos de carácter verdadeiramente descolonizadores”; 10) Construir um consenso social e de confiança nas propostas da esquerda; 11) Seguir na consolidação de uma política externa de esquerda, multilateral e integracionista; 12) Seguir insistindo na Pátria Grande, por meio da “UNASUR, o MERCOSUR, o SICA, a CARICOM, a ALBA-TCP”, e, em especial, a “Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC)”, expressão mais importante e abarcadora da integração latino-americana e caribenha; e 13) Seguir potencializando o Foro de São Paulo, para construir uma alternativa de luta ante os avanços do **imperialismo**.

O documento afirma que, para levar a cabo tal programa, fazem-se necessários instrumentos políticos adequados. Nesse sentido, no tópico “O instrumento político para a mudança”, o FSP elenca uma série de princípios que visam auxiliar no fortalecimento de organizações políticas capazes de levar o programa contido no *Consenso de Nuestra América* adiante.

São 17 pontos, resumidos em: 1) Necessidade de construção coletiva do programa político; 2) Rechaço ao personalismo e ao sectarismo, enfatizando a política unitária; 3) Centrar esforços na construção de base, articulando os governos progressistas com os movimentos populares; 4) Ter estruturas locais e nacionais exclusivas para tocar tal tarefa em tempo integral; 5) Articular a propaganda, seja via redes ou outros meios de comunicação massivos; 6) Desenvolver políticas específicas com todos os setores da sociedade, como juventude, mulheres e pequenos e médios empresários; 7) Fomentar uma relação autônoma entre o organismo político e os movimentos sociais; 8) Construir unidade na ação com os povos organizados; 9) Apostar na mobilização popular, direcionando “sua ação em defesa de um projeto nacional **soberano** e regionalmente **integrado**”; 10) Fomentar o debate permanente dentro das organizações; 11) Promover a formação política dos dirigentes; 12) Manter um trabalho educativo, de formação política e ideológica com as massas; 13) Intensificar o conhecimento e a habilidade para comunicar as ideias do programa, convertendo-o em práticas cotidianas para as massas; 14) Prioridade em apreender e conhecer as necessidades subjetivas e objetivas de nossa juventude; 15) Formular uma estratégia eficaz no âmbito eleitoral, incorporando elementos racionais e afetivos; 16) A necessidade de sucesso eleitoral exige priorizar a presença territorial, organizando estruturas de base em grandes empresas, universidades e locais onde se faz política cotidianamente; e 17) As mudanças promovidas pelas organizações do FSP geraram novas necessidades nos “cidadãos beneficiários do desenvolvimento econômico”. É preciso estar atento a tais demandas.

O Consenso termina com a seção “Conclusões e Recomendações”. Nela, o FSP afirma que é preciso “fortalecer a unidade na diversidade, aprofundando nossas coincidências por cima de diferenças culturais, regionais, étnicas, religiosas ou de outra natureza, deve ser o principal estandarte para nossa vitória, frente às aspirações desestabilizadoras e ingerencistas do **Império**.”

Todos os integrantes do Foro de São Paulo têm a responsabilidade de fortalecer este órgão, conduzindo a tarefa “de orientação e condução do sujeito revolucionário ‘nosso-americano’, verdadeiro construtor da Pátria Grande e da sociedade **pós-capitalista** sem exploração nem injustiças.” Por fim, recomenda-se ainda a sistematização das experiências de construção do “poder popular e economia social”, conduzidas pelos governos progressistas.

O FSP, em colaboração com o PC de Cuba, concebeu um programa especializado de capacitação política, vinculado ao *Consenso de Nuestra América*²⁵⁸. Esta iniciativa, direcionada aos partidos integrantes da entidade, visou primordialmente intensificar a análise do documento, considerando-o como um marco estratégico essencial para o pensamento e ação das forças progressistas na América Latina e Caribe. A primeira edição do curso ocorreu em outubro de 2023, na Universidade do Partido Comunista Cubano “Nico López”. Subsequentemente, uma segunda turma²⁵⁹ foi realizada em março e abril de 2024. A terceira turma estava programada para novembro de 2024, contudo, devido à grave crise energética²⁶⁰ que assola a Ilha caribenha, foi necessário cancelar a realização desta edição.

Como já pontuado nesta tese, a edificação da “economia política” do FSP é uma questão de suma importância, cuja essência se manifesta por meio do *Consenso de Nuestra América*. Este documento é marcado pela influência de um espectro diversificado de correntes teóricas e práticas, as quais foram historicamente desenvolvidas pelas organizações constituintes da entidade. Essas tradições coexistem em uma dinâmica de “unidade e luta”, culminando em uma síntese que se fundamenta primordialmente nos princípios do antineoliberalismo e do anti-imperialismo. A formulação dessas diretrizes estratégicas e programáticas está intrinsecamente ligada à construção de uma integração e identidade regional, elementos distintivos do Foro de SP e que o caracterizam como uma experiência singularmente latino-

258. Consultar “Inauguramos curso sobre el Consenso de Nuestra América”, disponível em: <https://forodesaopaulo.org/inauguramos-curso-sobre-el-consenso-de-nuestra-america/>. Acesso em 12 de abril de 2024.

259. Consultar “FSP promueve curso de formación política en Cuba”, disponível em: <https://forodesaopaulo.org/el-fsp-promueve-curso-de-formacion-politica-en-cuba/>. Acesso em 19 de novembro de 2024.

260. Consultar “La crisis de Cuba se agrava por un huracán y apagones nacionales”, disponível em: <https://www.nytimes.com/es/2024/10/21/espanol/america-latina/cuba-oscar-apagon.html>. Acesso em 19 de novembro de 2024.

-americana e caribenha. No subsequente subitem, será analisado se tal identidade pode ser caracterizada como a formação de um *contrabloco histórico* regional.

O FORO DE SÃO PAULO COMO CONSTITUINTE DE UM CONTRABLOCO HISTÓRICO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO?

O conceito de *bloco histórico* foi cunhado por Antonio Gramsci, um dos grandes filósofos marxistas do século XX. Gramsci (2023) assevera que o “bloco histórico” só se configura por meio de uma relação orgânica entre intelectuais e o povo, dirigentes e liderados, e governantes e governados. Nessa dinâmica, a paixão transforma-se em compreensão e, conseqüentemente, em saber experiencial, viabilizando a representação que se opera pela troca de elementos individuais e consolidando a vida coletiva como força social única.

Nesse sentido, pontua Portelli (1987), a análise deste conceito requer a consideração de determinados aspectos: a essência da noção de bloco histórico reside na correlação entre a estrutura — que compreende a base material e o desenvolvimento das forças produtivas — e a superestrutura, que engloba o aparato estatal e a sociedade civil, juntamente com suas respectivas instituições. Esta conexão, ou melhor, a unidade dialética que dela emerge, fundamentada em uma organicidade, é pertinente a uma configuração social específica e tangível:

Se considerarmos um bloco histórico, isto é, uma situação histórica global, distinguimos aí, por um lado, uma estrutura social – as classes que dependem diretamente da relação com as forças produtivas – e, por outro lado uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre esses dois elementos é realizado por certos grupos sociais cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais. Essa camada social diferenciada é, segundo Gramsci, a dos “funcionários da superestrutura”. (Portelli, 1987, p.15)

Portanto, a constituição de um bloco histórico concretiza-se, conforme articulado em Portelli (1987), quando há a integração de um sistema social mediante a construção de um sistema hegemônico. Este último é orquestrado por uma classe primordial que delega a administração aos intelectuais. Nesse contexto, a análise do bloco histórico revela-se indissociável do estudo da hegemonia. O conceito de hegemonia, conforme articulado por Gramsci, e interpretado por Bianchi e Mussi (2021), refere-se à preeminência de uma entidade política na formulação e perpetuação de um consenso universal dentro da esfera da sociedade civil. Esta preeminência é alcançada através de uma simbiose dialética entre coerção e consenso, mediada por uma aliança interclassista, na qual uma classe dominante

exerce influência política e cultural sobre seus aliados sociais. Portanto, a hegemonia é distinta da dominação pura, a qual é predominantemente manifesta através de meios violentos.

Os intelectuais mantêm-se como figuras preponderantes na articulação concreta da relação intrínseca entre a infraestrutura e a superestrutura dentro do contexto do bloco histórico. Portelli (1987), invocando Gramsci, destaca que cada estrato social, emergente do solo primordial de uma essencial função econômica, engendra, concomitantemente à sua própria formação, estratos múltiplos de intelectuais que conferem homogeneidade e consciência de suas funções, transcendendo o âmbito material (econômico) para abarcar as esferas social e política. Sob esta ótica, os intelectuais são identificados como os “agentes da superestrutura”, cumprindo o papel de *intelectuais orgânicos*.

A constituição dessa camada social distinta, intrinsecamente conectada à infraestrutura, incumbe aos *intelectuais orgânicos* a tarefa de conceber e administrar a superestrutura que orientará a trajetória de um determinado bloco histórico. É sob essa perspectiva que Alarcon e Melo (2023) avançam na interpretação de que o Foro de São Paulo pode ser visto como uma espécie de intelectual orgânico, desempenhando um papel central na articulação e direcionamento das dinâmicas sociopolíticas contemporâneas:

Destarte, parece-nos que o FSP pode ser considerado uma espécie de “intelectual orgânico” coletivo internacional, pois é um espaço de debate crítico, em busca de consensos progressivos e unidade de ação, com uma práxis derivada de suas formulações políticas e ideológicas. Obviamente, como em qualquer organização formada por integrantes com liberdade de manifestação e opinião, é comum que as lideranças partidárias sejam críticas até em relação ao próprio FSP, e evidenciem seus limites e insuficiências (Alarcon e Melo, 2023, p. 139)

Outro aspecto que merece ênfase é a originalidade conferida por Gramsci ao conceito de bloco histórico. Conforme elucidado por Portelli (1987), a natureza orgânica da conexão entre superestrutura e infraestrutura, manifesta nas camadas intelectuais, cuja incumbência primordial é a manutenção desse elo, distingue-se do estudo leninista sobre a estratégia da classe operária. Esta última tende a interpretar o bloco histórico meramente como uma coalizão interclassista. É indiscutível que o legado de Gramsci se encontra intrinsecamente associado ao de Lênin, beneficiando-se de suas proposições teóricas:

Lenin desenvolve a teoria marxistas em função das sociedades “orientais” pré-capitalistas, daí a importância que atribui ao aparelho de Estado, à ditadura do proletariado, ao aspecto “militar” e centralizado do partido.

Gramsci beneficia-se do legado de Lenin para elaborar sua análise da superestrutura: retoma o estudo da sociedade política, do partido, da hegemonia; nisso Gramsci é leninista. (Portelli, 1987, p.123)

Portanto, fundamentando-se no conceito gramsciano de bloco histórico e na relevância atribuída à função dos intelectuais orgânicos, é possível deduzir que o Foro de São Paulo, por meio de suas fontes e componentes, constitui um estrato essencial para conferir organicidade à conexão que interliga a infraestrutura e a superestrutura na América Latina e Caribe. A organização, por intermédio de uma estrutura interna pluralista e democrática, adota como metodologia a procura por consensos e sínteses analíticas que honrem o princípio da “unidade na diversidade”. Nesse contexto, o Foro desempenha o papel de um “agente da superestrutura”, haja vista que, conforme Alarcon e Melo (2023) salientam, muitas das análises e previsões realizadas pelo FSP demonstraram precisão ao prever a reação conservadora na região, além de constituírem uma base privilegiada para os triunfos recentes das forças progressistas em países como Brasil e Colômbia.

A atuação da entidade em questão deve ser analisada dentro de um contexto histórico específico, especialmente no período subsequente ao declínio do socialismo soviético, que resultou em um refluxo ideológico entre as correntes de esquerda e progressistas. O Foro de São Paulo surgiu como uma resposta a essa fase defensiva, focando suas ações não em uma imediata “transição socialista”, mas em uma resistência contra as políticas neoliberais e a influência imperialista. No entanto, é importante questionar até que ponto essa resistência tem sido eficaz e se realmente oferece alternativas viáveis ao neoliberalismo. Embora a entidade se apresente como líder intelectual, moral e político, visando a formação de um *contrabloco histórico*²⁶¹ que se opõe aos setores conservadores das classes dominantes locais e ao imperialismo, especialmente dos EUA, é necessário avaliar criticamente a real influência e impacto dessas ações. A amplitude e pluralidade de seu caráter, que busca vinculação com um sistema cultural abrangente das esquerdas latino-americanas e caribenhas, pode ser vista tanto como uma força quanto como uma fraqueza, dependendo da coesão e eficácia dessas práticas.

Como integrante da sociedade civil, a entidade se esforça para estabelecer uma hegemonia contrária ao neoliberalismo e ao imperialismo, respeitando as peculiaridades de cada nação latino-americana e caribenha. No entanto, a eficácia dessas iniciativas dentro dos setores da sociedade política (Estado) e a promoção de uma visão de uma América Latina autônoma, justa e integrada de maneira não subal-

261. Concebido como a edificação de um campo de oposição ao atual *bloco histórico* — cuja hegemonia repousa sobre as classes dominantes da América Latina e Caribe, em aliança com o imperialismo —, o referido bloco consubstancia, como manifestação fundamental, a preservação do modelo neoliberal, tanto em suas dimensões estruturais quanto superestruturais.

terna ainda são questões abertas para debate. A ideia de um *intelectual orgânico* coletivo desempenhando um papel crucial na transformação da superestrutura e na criação de novos consensos na sociedade civil e política é ambiciosa, mas sua implementação prática enfrenta inúmeros desafios.

O *Consenso de Nuestra América* é mais um esforço na tentativa de formar um *contrabloco histórico* na América Latina e Caribe, delineando estratégias e conteúdo programático para as entidades do FSP. No entanto, a plena configuração de um *contrabloco histórico* depende da síntese dialética entre infraestrutura e superestrutura, um desafio significativo para as organizações do Foro. Promover o desenvolvimento das forças produtivas, respeitando as particularidades nacionais e alterando a posição da América Latina e Caribe na divisão internacional do trabalho, é uma tarefa complexa em um cenário de intensificação da disputa política e rápida evolução das circunstâncias conjunturais.

A evolução da entidade ao longo dos anos na implementação de mecanismos analíticos para influenciar a realidade latino-americana e caribenha é notável, mas é necessário um aprofundamento adicional desses mecanismos para que o Foro de São Paulo fortaleça sua capacidade de servir como um espaço de convergência para os setores progressistas e de esquerda. Este fortalecimento é crucial para a formulação de diretrizes estratégicas e programáticas comuns, consolidando-se como um mecanismo essencial na construção da Pátria Grande na América Latina e Caribe. No entanto, a eficácia e a real influência dessas diretrizes programáticas e estratégicas somente poderão ser devidamente avaliadas no decorrer do processo histórico em contínuo desenvolvimento.

I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese de doutorado foi impulsionada pelo ímpeto investigativo de elucidar a dinâmica inerente à “economia política”, tal como esboçada pelo Foro de São Paulo. A pesquisa empreendida teve como objetivo elucidar a percepção da entidade acerca do capitalismo, suas peculiaridades enquanto modo de produção vigente na América Latina e Caribe, assim como as implicações resultantes para o século XXI. Fundamentalmente, a pesquisa procurou decifrar a estrutura teórica que serve de alicerce intelectual para o FSP.

Com o intuito de alcançar o propósito estabelecido, procedeu-se à análise da evolução histórica da entidade em questão, instituída no ano de 1990 como um mecanismo de resposta à crise instaurada pelo socialismo soviético e a subsequente ascensão do neoliberalismo. A partir de sua fundação, o Foro tem se afirmado incessantemente como um eixo central para a articulação política entre os partidos de orientação de esquerda e progressistas no contexto da América Latina e Caribe. Salientamos a trajetória das principais organizações políticas que compõem o FSP, dando ênfase às suas diretrizes programáticas e estratégicas, as quais exerceram influência significativa sobre o arcabouço teórico da entidade.

Mediante a análise empírica dos documentos elaborados pela organização, ancorada na definição teórica de economia política, procedeu-se à identificação, por meio de conceitos fundamentais, de uma síntese qualitativa das definições atribuídas pelo Foro de SP a termos como capitalismo, neoliberalismo, imperialismo, socialismo, desenvolvimento, integração e soberania. Ademais, foram condensados os elementos essenciais da sua “economia política”. Destarte, é possível salientar que os quatro alicerces primordiais do FSP consistem no antineoliberalismo, no anti-imperialismo, na aspiração por uma integração regional autônoma e não subalterna, bem como na variável do socialismo, cuja ênfase tem alterado ao longo do tempo. Assim, a essência da economia política das forças progressistas e de esquerda da América Latina e Caribe se condensa no *corpus teórico* do Foro.

A crise mundial do capitalismo em 2008 precipitou uma alteração substancial na ordem internacional. Especificamente na América Latina e Caribe, foi evidenciada uma contraofensiva imperialista significativa, impactando os governos sob a liderança de membros do Foro de SP. Consequentemente, emergiu a necessidade premente dessa organização em desenvolver uma avaliação teórica e situacional aprofundada do capitalismo, bem como revisar as estratégias e táticas imperialistas, entre outros desafios iminentes. Em resposta a essa conjuntura, o FSP articulou o *Consenso de Nuestra América*, um documento que, conforme postulado, encapsula a “economia política” da entidade, fornecendo diretrizes programáticas e estratégicas para os movimentos progressistas e de esquerdas da região.

A análise do *Consenso de Nuestra América* foi contextualizada historicamente, examinando as repercussões da crise capitalista de 2008, a interação entre o FSP e os governos progressistas da região, bem como as estratégias de enfrentamento e tentativas de superação da entidade constituídas por forças políticas à direita e à esquerda no espectro regional. Observou-se que a formulação deste documento representa mais um esforço do Foro de SP no intuito de estabelecer um *contrabloco histórico* em oposição às iniciativas dos setores mais conservadores das classes dominantes locais em aliança com o imperialismo, particularmente o dos EUA. Ao defender abordagens alternativas ao neoliberalismo e fomentar uma integração regional autônoma, o Foro se posiciona como uma entidade de liderança intelectual, moral e política. Dessa forma, solidifica sua estatura como um *intelectual orgânico* de caráter coletivo.

Todavia, é imperativo salientar que a constituição deste bloco histórico emergirá exclusivamente por meio de uma síntese dialética entre a infraestrutura e a superestrutura. Conforme destacado por Rozos (2020), o programa do Foro assemelha-se à concepção das “Frentes Populares”²⁶², configurando-se como uma aliança policlassista que visa o desenvolvimento em oposição ao predomínio do mercado e da lógica monopolista. No entanto, tal aliança só atingirá seu programa histórico através da hegemonia e direção dos setores mais avançados da esquerda.

262. A linha política adotada no VII Congresso da III Internacional, realizado entre julho e agosto de 1935, foi estabelecida em um informe apresentado pelo secretário-geral da organização, Georgi Dimitrov. Conforme nos recorda Breno Altman: “Para Dimitrov e a Internacional, a frente popular correspondia à criação de coalizões antifascistas com base em programas democráticos e de reformas estruturais que transferissem renda e riqueza, do capital monopolista, para as classes trabalhadoras. A luta contra o fascismo, portanto, não era considerada uma suspensão da estratégia revolucionária, de caráter socialista, nos países capitalistas, mas como processo de consolidação da unidade entre correntes operárias e da hegemonia do proletariado sobre a maioria das massas despossuídas, camponesas e pequeno-burguesas.” Consultar “Da frente popular à frente ampla: origem de um debate”, disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/10/23/da-frente-popular-a-frente-ampla-origem-de-um-debate/>. Acesso em 21 de novembro de 2024.

Por meio de uma radiografia histórica desse organismo internacionalista, tornou-se possível delinear sua trajetória de desenvolvimento. Ao longo de sua evolução, destacaram-se os seguintes aspectos: 1) Nos seus primórdios, o Foro de São Paulo consolidou-se como um espaço de articulação anti-imperialista, congregando forças que buscavam enfrentar as novas dinâmicas do capitalismo global e a ascensão do neoliberalismo, além de promover uma avaliação crítica da crise do socialismo soviético; 2) No início do século XXI, a entidade avançou significativamente em sua estruturação interna, tornando-se mais complexa, aperfeiçoando o funcionamento da Secretaria-Executiva e das Secretarias Sub-regionais, ao mesmo tempo em que a chegada de governos progressistas e de esquerda vinculados ao Foro fomentou preocupações relacionadas à formulação de políticas articuladas, com ênfase no desenvolvimento e na integração regional; 3) Com o advento da crise capitalista de 2008 e o consequente avanço da contraofensiva imperialista, bem como a instabilidade de diversos governos progressistas, tornou-se necessária uma ampliação da reflexão teórica, centrada na análise do funcionamento do modo de produção capitalista na América Latina e Caribe, assim como na construção de um *corpus teórico* que articulasse a crítica ao modelo neoliberal e estabelecesse diretrizes para uma integração regional orientada à transformação social; e 4) Por fim, verificou-se uma renovação estratégica e programática, consolidada na formulação do *Consenso de Nuestra América*, que representou um marco ao propor uma orientação estratégica e programática refinada, baseada nos princípios de integração, soberania e resistência às políticas neoliberais e imperialistas. Nesse período, as forças progressistas e de esquerda retomaram a iniciativa política, conseguindo rivalizar eleitoral e socialmente com a contraofensiva conservadora. Dessa forma, as formulações da entidade foram fundamentais e constituíram um alicerce estrutural para a recomposição das esquerdas latino-americanas e caribenhas.

Os desafios históricos inerentes à conjuntura contemporânea são substanciais e têm sido objeto de análise do FSP.

O mais significativo documento elaborado pela organização subsequente ao XXVI Encontro realizado em Brasília corresponde ao Documento-Base do XXVII Encontro²⁶³, concretizado em junho de 2024, em Tegucigalpa, Honduras. Este documento procede a uma avaliação geral do panorama global, enfatizando a ascensão de vertentes políticas conservadoras e ultranacionalistas, as alterações climáticas e as disputas geopolíticas e militares exemplificadas pelo conflito ucraniano. Sublinha a importância da multipolaridade como um pilar fundamental para a manutenção do equilíbrio entre forças e interesses heterogêneos. Ademais,

263. Consultar "Documento Base | XXVII Encuentro del Foro de São Paulo", disponível em: <https://forodesaopaulo.org/documento-base-del-xxvii-encuentro-del-foro-de-sao-paulo/>. Acesso em 11 de novembro de 2024.

ressalta-se a erosão da supremacia estadunidense e de seus consorciados europeus, evidenciada pelo incremento na produção bélica e pelos crescentes questionamentos acerca da dominância financeira do dólar. Esta diminuição relativa de hegemonia tem como consequência a intensificação de hostilidades armadas e confrontos assimétricos, sendo o genocídio perpetrado contra o povo palestino um testemunho da brutalidade extrema dos propósitos imperialistas.

A conjuntura da América Latina e Caribe, segundo a perspectiva do FSP, é caracterizada pela luta, avanço e resistência. A resiliência de Cuba, Venezuela e Nicarágua juntamente com vitórias eleitorais em países como México, Brasil e Colômbia são destacados como progressos significativos contra o neofascismo. Entre os principais desafios internos, destaca-se a extrema-direita na região, apoiada pelo imperialismo, que utiliza métodos de guerra não convencional e disseminação de notícias falsas para promover intolerância e ódio. A entidade também enfatiza a resistência de Cuba contra o bloqueio dos EUA e a luta da Venezuela contra sanções unilaterais como exemplos de fortalecimento da soberania e oposição à ingerência imperialista na região.

Para enfrentar esses desafios, a entidade reitera a importância de um pilar fundamental: a integração regional. Esta será alcançada por meio de um processo de integração econômica e de infraestrutura, considerado essencial para superar as assimetrias e eliminar os efeitos das medidas coercitivas unilaterais dos EUA. A necessidade de reformas tributárias para combater a evasão fiscal e promover políticas sociais sustentáveis é destacada. A industrialização ecológica e produtiva é vista como um caminho para romper com a dependência da exportação de recursos naturais. Por fim, enfatiza-se novamente a unidade na diversidade dos partidos e movimentos sociais, considerada crucial para avançar na mobilização política, social e cultural emancipadora dos povos latino-americanos e caribenhos.

Após o XXVII Encontro do Foro de SP, a conjuntura política se intensificou significativamente devido às eleições presidenciais na Venezuela, realizadas em 28 de julho de 2024. O Conselho Nacional Eleitoral declarou a vitória de Nicolás Maduro, do PSUV, com 51,2% dos votos, enquanto Edmundo González, principal candidato da oposição, obteve 44%. Esse resultado foi imediatamente contestado pela oposição, que alegou fraude²⁶⁴. A denúncia repercutiu na comunidade internacional, com o bloco EUA/UE apoiando a oposição, enquanto China e Rússia reconheceram prontamente a reeleição de Maduro.

264. Consultar “Conselho eleitoral da Venezuela anuncia reeleição de Maduro; oposição alega fraude e contesta resultado”, disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/mundo-cat/conselho-eleitoral-da-venezuela-anuncia-reeleicao-de-maduro-oposicao-alega-fraude-e-contesta-resultado/>. Acesso em 13 de novembro de 2024.

Esse evento teve repercussões significativas na América Latina e Caribe, com o Brasil exigindo que a Venezuela divulgasse as atas por seção eleitoral para reconhecer a legitimidade da eleição²⁶⁵. Tal exigência resultou em uma escalada diplomática entre dois governos progressistas, liderados por dois dos principais membros do Foro de São Paulo: o PSUV e o PT. O ápice dessa tensão ocorreu durante a XVI Cúpula do BRICS²⁶⁶, realizada na Rússia, quando a delegação brasileira vetou a entrada da Venezuela como membro associado ao grupo.

Conforme salientado por Melo (2016), os idealizadores do Foro, o PC de Cuba e o PT, sempre desempenharam papéis de liderança na entidade. Com o tempo, o PSUV também adquiriu protagonismo, assumindo um papel de destaque. Assim, uma ruptura entre os governos liderados pelo PT e pelo PSUV pode acarretar sérias consequências para a unidade do FSP. É importante ressaltar que a entidade reconheceu como legítima a reeleição de Maduro²⁶⁷, com a participação do PT, apesar da crise entre os governos. O próprio PT, em nota emitida por sua Executiva Nacional²⁶⁸, reconheceu a reeleição, afirmando tratar-se de “uma jornada pacífica, democrática e soberana”, e instou o presidente Maduro a prosseguir com o “diálogo com a oposição, visando superar os graves problemas da Venezuela, em grande medida decorrentes de sanções ilegais”.

A Nicarágua, sob a liderança da FSLN e de Daniel Ortega, constitui um fator adicional de tensão interna no contexto do progressismo latino-americano e caribenho. Foram aprovadas alterações na Constituição²⁶⁹ que instituem Daniel Ortega e sua esposa, Rosario Murillo, como copresidentes, além de formalmente

265. Consultar “Brasil não vai reconhecer presidente da Venezuela sem atas eleitorais, diz Amorim”, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/08/15/brasil-nao-vai-reconhecer-presidente-da-venezuela-sem-atas-eleitorais-diz-amorim>. Acesso em 13 de novembro de 2024.

266. Para obter informações mais detalhadas sobre a importância da XVI Cúpula do BRICS, bem como sobre a repercussão do veto brasileiro à Venezuela e a entrada da Bolívia e de Cuba (governadas por membros do Foro de São Paulo) como membros associados do bloco, consultar “‘Ampliação do BRICS é crucial na consolidação de uma nova ordem mundial’, avalia politólogo”, disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/ampliao-do-brics-e-crucial-na-consolidacao-de-uma-nova-ordem-mundial-avalia-politologo/>. Acesso em 13 de novembro de 2024.

267. Consultar “Declaración final del GT”, disponível em: <https://forodesaopaulo.org/declaracion-final-gt-ciudad-de-mexico-29-set/>. Acesso em 13 de novembro de 2024.

268. Consultar “Nota da Executiva Nacional do PT sobre eleições na Venezuela”, disponível em: <https://pt.org.br/nota-da-executiva-nacional-do-pt-sobre-eleicoes-na-venezuela/>. Acesso em 19 de novembro de 2024.

269. Consultar “5 cambios a la Constitución aprobados en Nicaragua con los que la esposa de Ortega será su copresidenta y ambos tendrán el control total del poder”, disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/articles/cy4n9mz8xego>. Acesso em 11 de dezembro de 2024.

abolir a separação dos poderes, subordinando o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, representado pela FSLN.

Conforme observado por Regalado (2024), Venezuela e Nicarágua estão gradualmente incorporando elementos conceituais e estruturais do socialismo de Estado de estilo soviético em seus sistemas político-institucionais, aproximando-se, assim, do modelo institucional cubano, sem, contudo, abolir formalmente o sistema político liberal. Essa coexistência contraditória entre os dois sistemas exacerba as divergências entre as correntes de esquerda na região e compromete significativamente os consensos difíceis e voláteis alcançados no âmbito do FSP ao longo do final do século XX e início do século XXI.

No entanto, um outro fator conjuntural de grande relevância pode representar uma oportunidade para que as tensões entre os governos progressistas sejam mitigadas em prol da unidade das esquerdas na região. Em 5 de novembro de 2024, Donald Trump foi reeleito presidente dos EUA após um interregno de quatro anos sob administração democrata. Este evento possui um significado transcendental para a América Latina e Caribe, pois implica no fortalecimento da extrema-direita em âmbito global e especialmente na região. Conforme salientado por Valter Pomar²⁷⁰, é imperativo adotar medidas urgentes para a reconstrução da integração regional, o que, entre outras ações, requer o restabelecimento de boas relações com o governo da Venezuela.

Pela primeira vez, Donald Trump nomeou um secretário de Estado²⁷¹ filho de imigrantes cubanos, de origem latina, para liderar as relações exteriores dos EUA. Marco Rubio possui um histórico de combate implacável contra governos de esquerda²⁷² associados ao FSP, como Cuba, Venezuela e Nicarágua. Esta escolha transmite uma mensagem clara de que a administração republicana pretende fazer da América Latina e Caribe o eixo central de sua estratégia de projeção internacional.

O presidente Lula da Silva parece ter compreendido a importância dessa mudança de direção nos EUA e já começou a promover o distensionamento das

270. Consultar “Trump venceu. E agora, José, para onde?”, disponível em: <https://valterpomar.blogspot.com/2024/11/trump-venceu-e-agora-jose-para-onde.html>. Acesso em 13 de novembro de 2024.

271. Consultar “Trump nomina a Marco Rubio como secretario de Estado”, disponível em: <https://esrt.site/actualidad/530246-trump-nominar-marco-rubio-secretario-estado>. Acesso em 13 de novembro de 2024.

272. Consultar “¿Quién es Marco Rubio, el primero de origen hispano que se perfila como secretario de Estado?”, disponível em: <https://www.france24.com/es/ee-uu-y-canad%C3%A1/20241112-qui%C3%A9n-es-marco-rubio-el-primero-de-origen-hispano-que-se-perfila-como-secretario-de-estado>. Acesso em 13 de novembro de 2024.

relações com a Venezuela. Ele destacou²⁷³ que “não pode ficar se preocupando em ora brigar com a Nicarágua, ora brigar com a Venezuela”. Em resposta às declarações de Lula, o presidente Nicolás Maduro também fez uma concessão²⁷⁴ em direção à normalização das relações entre os aliados, afirmando: “me parece que foi uma reflexão sábia do Lula”.

A conjuntura atual revela-se extremamente desafiadora, exigindo do Foro de São Paulo uma coesão que priorize sua “unidade na diversidade”. Simultaneamente, é imperativo que se aprofunde a compreensão da dinâmica capitalista contemporânea, avance na integração regional, auxilie na defesa dos governos progressistas e fortaleça a luta social nos países que se opõem aos governos conservadores. No próximo período, celebraremos o 20º aniversário do rechaço à Alca, que simbolizava, à época, a integração subordinada oferecida pelo imperialismo à América Latina e Caribe. Às organizações integrantes do FSP, protagonistas desse processo de resistência, cabe estabelecer as bases para que a região possa criar uma alternativa real e viável ao modelo liberal de integração e desenvolvimento. Compete ao Foro continuar atualizando sua “economia política” para estar à altura do tempo histórico em que vivemos. Já percebemos que tal tarefa foi, é e continuará sendo hercúlea.

273. Consultar “‘Maduro é problema da Venezuela, não do Brasil’, declara Lula ao defender soberania de cada país”, disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/diplomacia/maduro-e-problema-da-venezuela-nao-do-brasil-declara-lula-ao-defender-soberania-de-cada-pais/>. Acesso em 13 de novembro de 2024.

274. Consultar “Maduro afirma que fala de Lula sobre soberania ‘foi sábia’”, disponível em: [Maduro afirma que fala de Lula sobre soberania ‘foi sábia’ - Opera Mundi](#). Acesso em 13 de novembro de 2024.

REFERÊNCIAS

- ALARCON, P. L., e MELO, R. A. de. (2023). “As esquerdas na América Latina e as razões da resiliência do Foro de São Paulo”. *Princípios*. Ano 42; ed. 167, mai-ago 2023, pp. 126-141.
- ÁLVAREZ, Alberto Martín. “De guerrilla a partido político: el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN)”. *Historia y política: Ideas, procesos y movimientos sociales*, n. 25, 2011, pp. 207-233.
- AMIN, Samir. “El capitalismo senil”. *Casa de las Américas*, 2003, pp. 9-23.
- BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A revolução mexicana*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- BIANCHI, Alvaro e MUSSI, Daniela. “Pequeno glossário gramsciano”. *Revista Cult*, 2021. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/pequeno-glossario-gramsciano/>. Acesso em 16 de abril de 2024.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. São Paulo: Zahar, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?”. *Pesquisa e planejamento econômico*, v. 21, n. 1, 1991, pp. 3-23.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “A crise financeira de 2008”. *Revista de Economia Política*, vol. 29, n. 1, jan-mar 2009, pp. 133-149.
- CABALLERO, Manuel. *La Internacional Comunista y la revolución latinoamericana, 1919-1943*. Editorial Alfa, 2006.
- CARVALHO, Olavo de. *O Foro de São Paulo: a ascensão do comunismo latino-americano*. Organização de Carlos Felice e Evandro Santos de Albuquerque. Campinas, SP: Vide Editorial, 2022.

- CASTRO, Fidel. *Latinoamericanismo vs. imperialismo*. México: Ocean Sur, 2009.
- COGGIOLA, Osvaldo. “Trotsky e a lei do desenvolvimento desigual e combinado”. *Novos Rumos*, a. 19, n. 42, 2004, pp. 4-23.
- COGGIOLA, Osvaldo. *A revolução iraniana*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- DO ALTO, Hervé. “El MAS-IPSP boliviano, entre movimiento social y partido político”. *Análisis político*, v. 21, n. 62, 2008, pp. 25-43.
- EICHENGREEN, Barry. *Privilégio exorbitante: a ascensão e a queda do dólar e o futuro do sistema monetário internacional*. Elsevier Brasil, 2011.
- ESCLUSA, Alejandro Peña. *El Foro de Sao Paulo: una amenaza continental*. Grijalbo, 2013.
- ESPINOZA, Alberto Espejel. “El ocaso del PRD. Del consenso y la competencia fraccional a la degeneración partidaria”. *Argumentos Estudios críticos de la sociedad*, 2019, pp. 205-220.
- ESPINOZA, Manuel Ignacio Martínez. “La política social de la cuarta transformación en México. Un balance del primer año de gobierno de López Obrador”. *Revista española de ciencia política*, n. 55, 2021, pp. 121-142.
- ESPINOZA TOLEDO, Ricardo e NAVARRETE VELA, Juan Pablo. “MORENA en la reconfiguración del sistema de partidos en México”. *Estudios Políticos (México)*, v. 37, 2016, pp. 81-109.
- FARELL, Santiago (org.). *Peronismo: como explicar lo inexplicable*. Buenos Aires: Ariel, 2016.
- FERNANDES, José Antonio. “Peronismo: um conceito (quase) inexplicável.” *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 36, 2020, pp. 252-256.
- FRANCO, Yuri Soares. *A influência do Foro de São Paulo nas estratégias políticas das esquerdas latino-americanas (1990-2019)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, 2020.
- FRENCH-DAVIS, Ricardo; MUÑOZ, Óscar e PALMA, José Gabriel. “Las economías latino-americanas, 1950-1990”. In: BETHELL, Leslie (org.), *Historia de América Latina V. 11: Economía y sociedad desde 1930*. Barcelona: Crítica, 1997.
- FUSER, Igor. *Bolívia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. (Coleção Nossa América Nuestra).
- GARCÉ, Adolfo e YAFFÉ Jaime. “La izquierda uruguay (1971-2004): ideología, estrategia y programa”. *América Latina Hoy*, v. 44, dezembro, 2006, pp. 87-114.

- GARCIA, Marco Aurélio. "Leninismo & Social-Democracia na História". In: PARTIDO DOS TRABALHADORES (Org.). *O PT e o marxismo*. Caderno Especial Teoria & Debate. São Paulo: Diretório Regional PT-SP, 1991.
- GAUDICHAUD, Franck; WEBBER, Jeffery R. e MODONESI, Massimo. *Los gobiernos progresistas latinoamericanos del siglo XXI. Ensayos de interpretación histórica*. UNAM Ediciones, 2019.
- GONZÁLEZ, Luis Armando. "El FMLN salvadoreño: De la guerrilla al gobierno". *Nueva Sociedad*, n. 234, 2011, pp. 143-158.
- GRIMSON, Alejandro. *¿Qué es el peronismo? - De Perón a los Kirchner, el movimiento que no deja de conmover la política argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintuno Editores, 2019.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere (Vol. 1): Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Civilização brasileira, 2023.
- GUDYNAS, Eduardo. "La identidad de los progresismos latinoamericanos". In: *América Latina en Movimiento*, ano 39, n. 510, Agencia latinoamericana de información, Quito, diciembre 2015.
- HOBBSBAWN, Eric. et al. *História do marxismo*. Paz e Terra, 1991.
- HOBBSBAWM, Eric. *Viva la revolución: a era das utopias na América Latina*. Tradução de Pedro Maia Soares. - 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- KEERAN, Roger e KENNY, Thomas. *O socialismo traído: por trás do colapso da União Soviética*. Lisboa: Editora Avante, 2008.
- KOHAN, Néstor. *Con sangre en las venas: apuntes polémicos sobre la revolución, los sueños, las pasiones y el marxismo desde América Latina*. Ocean Press (WA), 2007.
- LANGE, Oskar. *Oskar Lange: economia*. Org.: Lenina Pomeranz. Coord.: Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1981.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. OBRAS Completas de VI Lênin*. Transcrito por Fred Leite Siqueira Campos para The Marxists Internet Archive. 5ª edição em russo, 1913, v. 23, pp. 40-48..
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Cadernos filosóficos: Hegel*. 1ª Ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O que fazer?: questões candentes de nosso movimento*. Boitempo, 2020.
- LENTZ, Rodrigo. *República de segurança nacional: militares e política no Brasil*. Editora Expressão Popular, 2022.

- LINERA, Álvaro García. “Indianismo e marxismo: o desencontro de duas razões revolucionárias”. In: LÖWY, Mickaël. *O Marxismo na América latina, Antologia de 1909 aos dias atuais (1980)* – 4ª ed. ampl. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.
- LÓPEZ MAYA, Margarita. “La crisis del chavismo en la Venezuela actual”. *Estudios latinoamericanos*, n. 38, 2016, pp. 159-185.
- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Editora UNESP, 2004.
- MACHADO, Decio e ZIBECCHI, Raúl. *Cambiar el mundo desde arriba. Los límites del progressismo*. Santiago (Chile): Editorial Quimantú, 2016.
- MACIEL, Fred. “FSLN e sandinismo: transformações, transições e democracia”. In: AMARAL, F. P. et al. (Org.). *El desangramiento latinoamericano: un panorama político contemporáneo sobre la reorganización y la reconfiguración del estado neoliberal*. 1ª ed. Barranquilla: Corporación Universitaria Americana, 2018, v. 1, pp. 183-214.
- MARINGONI, Gilberto. *A revolução venezuelana*. - São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- MARINGONI, Gilberto. “Peronismo e perenidade– A longa trajetória de um movimento em constante mutação.” *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 20, n. 28, 2020, pp. 474-482.
- MARTÍ, José. *Nossa América = Nuestra América*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.
- MARTÍNEZ GIL, José Pablo. “Historia del partido Movimiento de Regeneración Nacional (morena)”. *Revista de Derecho Estasiológico*, n. 4, 2014.
- MARX, Karl. “Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores”. In: MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras escolhidas*, 1956, v. 1, pp. 313-321.
- MELO, Ricardo Abreu de. *O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MENDES, Flávio da Silva. *Hugo Chávez em seu labirinto: O Movimento Bolivariano e a política na Venezuela*. São Paulo: Alameda, 2012.
- MODONESI, Massimo. “México: el crepúsculo del PRD”. *Nueva sociedad*, n. 234, 2011, pp. 112-128.

- MONTGOMERY, Tommie Sue e WADE, Christine. *A revolução salvadoreña*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- MOREIRA, Carlos e Sebastián BARBOSA. "El kirchnerismo en Argentina: origen, apogeo y crisis, su construcción de poder y forma de gobernar." *Sociedade e cultura*, v. 13, n.2, jul-dez 2010, pp. 193-200.
- NATALUCCI, Ana. "De los barrios a la plaza. Desplazamientos en la trayectoria del Movimiento Evita". In: PEREYRA, Sebastián. *La huella piquetera. Avatares de las organizaciones piqueteras pos crisis de 2001*. La Plata: Al Margen, 2008, pp. 117-140.
- OLIVEIRA, Augusto Nefthali Corte de; MARQUES, Teresa Cristina Schneider e CARVALHO, Felipe Rocha de. "Redes partidárias transnacionais na América Latina? Coerência ideológica entre partidos e candidaturas presidenciais (2000-2015)". *Revista Mural Internacional*, 2022.
- PAZ, Juan Valdés. "Cuba: as mudanças institucionais em curso". In: POMAR, Wladimir. *Cuba: revolução e reforma*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. (Coleção Nossa América Nuestra).
- PÉREZ, Germán J. e Ana NATALUCCI. "La matriz movimientista de acción colectiva en Argentina: la experiencia del espacio militante kirchnerista." *América latina hoy*, n. 54, 2010, pp 97-112.
- PERICÁS, Luiz Bernardo. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- POMAR, Valter. "Las diferentes estrategias de las izquierdas latinoamericanas". In: REGALADO, Roberto. *América Latina Hoy: ¿Reforma O Revolución?* México: Ocean Sur, 2009.
- POMAR, Valter. *A estrela na janela: ensaios sobre o PT e a situação internacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. 280p.
- POMAR, Valter. *A metamorfose. Programa e estratégia petista: 1980-2016*. 2ª ed. São Paulo: Editora Página 13, 2016.
- POMAR, Valter. *El Salvador: da luta armada aos governos eleitos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. (Coleção Nossa América Nuestra), (2018a).
- POMAR, Valter. "Ensayo sobre cómo abrir nuevamente la ventana". In: REGALADO, Roberto (org). *Los gobiernos progresistas y de izquierda en AméricaLatina: apuntes para un debate y un balance necessários*. Partido del Trabajo, México, (2018b).
- POMAR, Valter. *A Estratégia do PT (um debate e duas resoluções)*. Editora Página 13, 2025.

- POMAR, Wladimir. *Quase lá: Lula, o susto das elites*. Editora Página 13, 2009.
- POMAR, Wladimir. *Cuba: revolução e reforma*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. (Coleção Nossa América Nuestra).
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- PRASHAD, Vijay. *Uma história popular do terceiro mundo*. Tradução de Rafael Tatamoto. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- REGALADO, Roberto. *América Latina entre siglos: dominación, crisis, lucha social y alternativas políticas de la izquierda*. 2ª ed. Ocean Sur, 2006.
- REGALADO, Roberto. *Encuentros y desencuentros de la izquierda latinoamericana: una mirada desde el Foro de São Paulo*. Ocean Sur, 2008.
- REGALADO, Roberto. *América Latina Hoy: ¿Reforma O Revolución?*. México: Ocean Sur, 2009.
- REGALADO, Roberto. *FMLN: un gran tsunami de votos rojos*. México: Ocean Sur, 2011.
- REGALADO, Roberto e POMAR, Valter. *Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- REGALADO, Roberto. “El Foro de São Paulo: reacción de la izquierda latinoamericana frente a la caída del Muro de Berlín”. In: KERSFFELD, Daniel (ed.). *Desde sus cenizas: las izquierdas en América Latina a 25 años de la caída del muro de Berlín*. Equador: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES-ILDIS), 2015..
- REGALADO, Roberto. “El flujo y reflujo de la correlación de fuerzas entre izquierda y derecha en América Latina: un análisis crítico constructivo”. In: REGALADO, Roberto (org). *Los gobiernos progresistas y de izquierda en América Latina: apuntes para un debate y un balance necessários*. Partido del Trabajo, México, 2018.
- REGALADO, Roberto. *Sobre la Tesis*. Documento compartilhado de maneira digital com comentários sobre a presente Tese de Doutorado. Havana, 27 nov. 2024.
- RIBEIRO, Jackson Silva. *O BRICS E SEU LUGAR NA GOVERNANÇA GLOBAL: Análise de suas instituições financeiras de uma perspectiva brasileira*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, São Bernardo do Campo, 2020.

- RICUPERO, Bernardo. "Existe um pensamento marxista latino-americano". In: BARSOTTI, Paulo e PERICÁS, Luiz Bernardo. *América Latina, história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.
- ROZOS, Alberto Prieto. *Las luchas por el socialismo en América Latina*. México: Ocean Sur, 2020.
- SADER, Emir et al. *Latinoamericana – Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.
- SALGADO, María Mercedes. *A metamorfose da Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua*. Passapalavra, 2021.
- SALGUEIRO, Graça. *O Foro de São Paulo: A Mais Perigosa Organização Revolucionária das Américas*. Observatório Latino, 1ª ed. 2016.
- SÁNCHEZ MEDERO, Gema. "El 'Chavismo' y el PSUV: balance y perspectivas". *El Viejo Tópo*, n. 255, 2009, pp. 39-47..
- SANDINO, Augusto César. "Manifiesto". In: ROJAS, Roel (ed.). *LA PATRIA ES AMÉRICA: manifiestos antiimperialistas nuestroamericanos*. Venezuela: Fundación Editorial El perro y la rana, 2017.
- SCHUTTENBERG, Mauricio. "La reconfiguración de las identidades 'nacional populares'". *Sociohistórica*, n. 26, 2011, pp. 41-73.
- STEFANONI, Pablo. "MAS-IPSP: la emergencia del nacionalismo plebeyo". *OSAL*, a. 4, n. 12, 2003, pp. 57-68.
- TANSCHUIT, Talita São Thiago. *A esquerda e a democracia na América Latina: partidos políticos e participação social no Brasil, no Chile e no Uruguai*. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Rio de Janeiro, 2020.
- VALENÇA, Daniel Araújo. *De costas para o Império: o Estado plurinacional da Bolívia e a luta pelo socialismo comunitário*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
- VILABOY, S. G. *La revolución cubana. Un nuevo panorama de su historia (1953-2020)*. Uberlândia: Navegando Publicações, Buenos Aires: ADHILAC, 2021.
- WEISBROT, Mark; SACHS, Jeffrey. *Sanções Econômicas como Punição Coletiva: O Caso da Venezuela*. Center for Economic and Policy Research, 2019.
- ZIMMERMANN, Matilde. *A revolução nicaraguense*. - São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- ZIMMERMANN, Matilde. *Carlos Fonseca e a revolução nicaraguense*. - São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ANEXO I

Delegações Participantes dos Encontros do Foro de São Paulo

As informações contidas neste anexo foram coletadas nos arquivos do Foro de São Paulo, que estão presentes na Fundação Perseu Abramo, braço de pesquisa e elaboração doutrinária do Partido dos Trabalhadores. Listaremos os partidos latino-americanos e caribenhos, por conta do foco especial regional que a entidade possui.

Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda de América Latina e Caribe (1990):

Argentina: Movimento ao Socialismo (MAS); Partido Comunista (PCA); Partido Democracia Popular (PDP); Partido Intransigente (PI); Partido da Intransigência Popular (PIP); Partido Peronista das Bases (PPB); Partido Socialista Popular (PSP); Movimento de “Los Abajo”; Frente Ampla de Libertação – Esquerda Unida (FRAL-IU); Partido Obrero (PO).

Bolívia: Eixo de Convergência Patriótica; Movimento Bolívia Livre (MBL).

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PcdoB); Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Chile: Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU); Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR); Partido Comunista (PCC).

Colômbia: Partido Comunista (PCC); Partido Comunista da Colômbia (PC do C); M-19.

Cuba: Partido Comunista Cubano (PCC).

Equador: Partido Socialista Equatoriano (PSE).

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

México: Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT); Partido Popular Socialista (PPS).

Peru: Esquerda Unida (IU); Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Unificado Mariateguista (PUM); Unidade Democrática Popular (UDP).

Paraguai: Partido Democrático Popular (PDP); Partido dos Trabalhadores (PT).

República Dominicana: Partido Comunista (PC).

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Movimento ao Socialismo (MAS); Causa Revolucionária (CR).

O II Encontro do Foro de São Paulo (México):

Argentina: Grupo dos Oito; Partido Obrero (PO); Partido da Intransigência Popular (PIP); Partido Comunista (PCA); Partido Obrero Revolucionário (POR); Partido Revolucionário para a Independência e Socialismo; Movimento de “Los Abajo”.

Bolívia: Movimento Bolívia Livre (MBL); Partido Comunista da Bolívia.

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Chile: Partido Comunista (PCC); Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR); Partido Socialista do Chile (PS).

Colômbia: Partido Comunista (PCC); Aliança Democrática (M-19); Movimento Quintin Lame; Partido Obrero Revolucionário; União Patriótica (UP); A Luchar.

Dominica: Partido Trabalhista de Dominica.

Costa Rica: Partido do Povo Costarriquenho.

Cuba: Partido Comunista Cubano (PCC).

Equador: Partido Socialista Equatoriano (PSE); Partido Libertação Nacional; Movimento Popular Democrático.

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN); Convergência Democrática.

Guatemala: Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

Haiti: Movimento Lavalas.

Martinica: Partido Comunista para a Independência e Socialismo em Martinica.

México: Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT); Partido Popular Socialista (PPS).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN)

Panamá: Partido Revolucionário Democrático (PRD).

Porto Rico: Partido Socialista Porto-riquenho.

República Dominicana: Partido Comunista (PC); Bloco Socialista; Força de Libertação Popular; Partido dos Trabalhadores Dominicanos; Partido da Libertação Dominicana.

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Foro Democrático; Movimento ao Socialismo (MAS); Causa Revolucionária (CR); Partido Comunista da Venezuela; Liga Socialista; Bandeira "Roja".

O III Encontro do Foro de São Paulo (Nicarágua):

Argentina: Partido da Intransigência Popular (PIP); Partido Comunista (PCA); Partido Obrero Revolucionário (POR); Movimento de "Los Abajo"; Partido Intransigente (PI); Movimento Encontro Popular (MEP).

Bolívia: Movimento Bolívia Livre (MBL).

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT).

Chile: Partido Comunista (PCC); Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR).

Colômbia: Partido Comunista (PCC); Aliança Democrática (M-19); Partido Obrero Revolucionário.

Costa Rica: Grupo Soberania; Foro Cívico; Partido do Povo Costarriquenho.

Cuba: Partido Comunista Cubano (PCC).

Ecuador: Partido Socialista Equatoriano (PSE); Movimento Popular Democrático.

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN); Convergência Democrática.

Guatemala: Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

Honduras: Partido Renovação Patriótica (PRP); Partido para Transformação de Honduras (PTH).

México: Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT); Partido Popular Socialista (PPS).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Paraguai: Partido Democrático Popular (PDP).

Peru: Esquerda Unida (IU); Partido Unificado Mariateguista (PUM).

Porto Rico: Partido Socialista Porto-riquenho.

República Dominicana: Partido Comunista (PC); Bloco Socialista; Partido dos Trabalhadores Dominicanos.

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Movimento ao Socialismo (MAS); Partido Comunista da Venezuela.

O IV Encontro do Foro de São Paulo (Cuba):

Argentina: Partido da Intransigência Popular (PIP); Partido Comunista (PCA); Partido Obrero Revolucionário (POR); Movimento de “Los Abajo”; Partido Intransigente (PI); Movimento Encontro Popular (MEP); Partido Obrero (PO); Partido Revolucionário para a Independência e Socialismo; Frente Grande; Partido Humanista (PH).

Bolívia: Movimento Bolívia Livre (MBL); Partido Comunista da Bolívia; Eixo de Convergência Patriótica; Alternativa do Socialismo Democrático.

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (Pcdob); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Chile: Partido Comunista (PCC); Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR); Partido Socialista do Chile (PS).

Colômbia: Partido Comunista (PCC); Aliança Democrática (M-19); Partido Obrero Revolucionário; União Patriótica (UP); Corrente de Renovação Socialista (CRS); Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

Costa Rica: Grupo Soberania.

Cuba: Partido Comunista Cubano (PCC).

Curaçau: Movimento Antilhano Novo (MAN).

Dominica: Partido Trabalhista de Dominica.

Ecuador: Partido Socialista Equatoriano (PSE); Movimento Popular Democrático; Partido Libertação Nacional; Ação Popular Revolucionária Equatoriana.

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN); Convergência Democrática.

Guatemala: Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

Granada: Movimento Político Maurice Bishop.

Guadalupe: Partido Comunista de Guadalupe; União e Resistência; Unidade Popular pela Libertação de Guadalupe.

Guiana: Aliança do Povo Trabalhador.

Haiti: Movimento Lavalas; Partido dos Trabalhadores Haitianos.

Honduras: Partido para Transformação de Honduras (PTH).

Martinica: Partido Comunista para a Independência e Socialismo em Martinica; Partido Comunista; Conselho Nacional de Comitês Populares; Grupo Revolução Socialista.

México: Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT); Partido Popular Socialista (PPS); Partido do Trabalho (PT).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN); Partido Socialista Nicaraguense.

Panamá: Partido Revolucionário Democrático (PRD).

Paraguai: Partido Democrático Popular (PDP); Partido Comunista Paraguai; Mov. Independente Paraguai para Todos; Mov. Cidadão Assunção para Todos.

Peru: Partido Unificado Mariateguista (PUM); Partido Comunista Peruano; Frente Pátria Livre; Mov. Afirmção Socialista; União Esquerda Revolucionária (UNIR); Partido Mariateguista Revolucionário.

Porto Rico: Partido Socialista Porto-riquenho; Frente Socialista.

República Dominicana: Partido Comunista (PC); Partido dos Trabalhadores Dominicanos; Concertação Democrática; Partido Comunista do Trabalho (PCT); Mov. Esquerda Unida (MIU); Onda Democrática; Aliança pela Democracia (APD); Partido Comunista Dominicano Unidade Revolucionária "Caamanista; Força de Resistência e Libertação Popular – Unidade Rev. "Caamanista" – URC.

Trindade e Tobago: Movimento 18 de Fevereiro.

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Movimento ao Socialismo (MAS); Partido Comunista da Venezuela; União Patriótica; Liga Socialista; Foro Democrático; Causa Radical; Bandeira "Roja"; Movimento Eleitoral do Povo (MEP) – Partido Socialista da Venezuela.

O V Encontro do Foro de São Paulo (Uruguai):

Argentina: Partido da Intransigência Popular (PIP); Partido Comunista (PCA); Partido Obrero Revolucionário (POR); Movimento de "Los Abajo"; Partido Intransigente (PI); Movimento Encontro Popular (MEP); Partido Obrero (PO); Partido Revolucionário para a Independência e Socialismo; Frente Grande; Partido Humanista (PH); Frente pela Democracia Avançada; Esquerda Democrática Popular.

Bolívia: Movimento Bolívia Livre (MBL); Partido Comunista da Bolívia; Eixo de Convergência Patriótica; Alternativa do Socialismo Democrático.

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (Pcdob).

Chile: Partido Comunista (PCC); Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR); Partido Socialista do Chile (PS); Força Ampla de Esquerda.

Colômbia: Partido Comunista (PCC); Aliança Democrática (M-19); Partido Obrero Revolucionário; União Patriótica (UP); Corrente de Renovação Socialista (CRS).

Costa Rica: Grupo Soberania.

Cuba: Partido Comunista Cubano (PCC).

Curaçau: Movimento Antilhano Novo (MAN).

Dominica: Partido Trabalhista de Dominica.

Ecuador: Partido Socialista Equatoriano (PSE); Movimento Popular Democrático; Partido Libertação Nacional; Ação Popular Revolucionária Equatoriana (APRE); Partido Socialista Popular.

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN); Convergência Democrática.

Guatemala: Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

Granada: Movimento Político Maurice Bishop.

Guadalupe: Partido Comunista de Guadalupe; União e Resistência; Unidade Popular pela Libertação de Guadalupe.

Guiana: Aliança do Povo Trabalhador.

Haiti: Movimento Lavalas; Partido dos Trabalhadores Haitianos; Força para a Defesa do Povo Haitiano.

Honduras: Partido para Transformação de Honduras (PTH).

Jamaica: Partido Nacional do Povo.

Martinica: Partido Comunista para a Independência e Socialismo em Martinica; Partido Comunista; Conselho Nacional de Comitês Populares; Grupo Revolução Socialista.

México: Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT); Partido Popular Socialista (PPS); Partido do Trabalho (PT).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Panamá: Partido Revolucionário Democrático (PRD).

Paraguai: Partido Democrático Popular (PDP); Partido Comunista Paraguaio; Mov. Independente Paraguai para Todos; Mov. Pátria Livre.

Peru: Partido Unificado Mariateguista (PUM); Partido Comunista (PCP); Frente Pátria Livre; Mov. Afirmção Socialista.

República Dominicana: Partido Comunista (PC); Partido dos Trabalhadores Dominicanos; Concertação Democrática; Partido Comunista do Trabalho (PCT); Mov. Esquerda Unida (MIU); Onda Democrática; Aliança pela Democracia (APD); Mov. Popular de Libertação; Força de Resistência e Libertação Popular – Unidade Rev. “Caamanista” – URC.

Trindade e Tobago: Movimento 18 de Fevereiro; Mov. Transformação Nacional.

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Movimento ao Socialismo (MAS); Partido Comunista da Venezuela; União Patriótica; Liga Socialista; Foro Democrático; Causa Radical; Bandeira “Roja”; Movimento Eleitoral do Povo (MEP) – Partido Socialista da Venezuela.

O VI Encontro do Foro de São Paulo (El Salvador):

Argentina: União Cívica Radical (UCR); Partido Comunista (PCA); Partido Socialista Popular (FREPASO); Partido Demócrata Cristão (FREPASO); Frente Grande.

Belize: Partido Unido do Povo (PPU).

Bolívia: Consciência da Pátria (CONDEPA).

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (Pcdob); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB).

Chile: Partido Socialista do Chile (PS).

Colômbia: Partido Comunista (PCC); Aliança Democrática (M-19); Partido Liberal Colombiano (PLC); Mov. Autoridades Indígenas.

Costa Rica: Novo Partido Democrático (NPD).

Cuba: Partido Comunista de Cuba (PCC).

Ecuador: Movimento Popular Democrático; Ação Popular Revolucionária Equatoriana (APRE); Esquerda Democrática; Confederação de Nacionalidades Indígenas (CONAIE); Pachakutik.

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Honduras: Partido Liberal; Partido Nacional de Honduras (PNH); Partido Unificado Democrático (UD).

Jamaica: Partido Nacional do Povo.

Martinica: Partido Comunista para a Independência e Socialismo em Martinica.

México: Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido Revolucionário Institucional (PRI); Partido Popular Socialista (PPS); Partido do Trabalho (PT).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN); Partido Liberal; Mov. Renovação Sandinista (MRS); Mov. Indígena Obrero Campesino.

Panamá: Partido Revolucionário Democrático (PRD); Mov. Papa Egoró; Partido do Povo (PP).

Paraguai: Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA).

Peru: Partido Comunista do Peru - Pátria Vermelha (PCdoP); Mov. Rev. Tupac Amaru.

Porto Rico: Novo Mov. Ind. Porto-riquenho (NMIP).

República Dominicana: Mov. Esquerda Unida (MIU); Mov. Independência, Unidade e Mudança (MIUCA); Concertação Democrática; Partido Revolucionário Dominicano (PRD); Partido dos Trabalhadores Dominicanos (PTD).

Suriname: Partido Democrático Nacional (NDP).

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Movimento ao Socialismo (MAS); Causa Radical; Ação Democrática (AD).

O VII Encontro do Foro de São Paulo (Brasil):

Argentina: Frente pela Democracia Avançada; Partido Comunista (PCA); Partido Obrero Revolucionário (POR); Partido Intransigente (PI); Partido do Trabalho e do Povo (PTP); Partido Socialista Popular (PSP); União de Militantes pelo Socialismo (UMS).

Bolívia: Partido Comunista da Bolívia.

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PcdoB); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Popular Socialista (PPS).

Chile: Partido Comunista (PCC); Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR).

Colômbia: Partido Comunista (PCC); Aliança Democrática (M-19); Partido Obrero Revolucionário.

Cuba: Partido Comunista de Cuba (PCC).

Equador: Movimento Popular Democrático; Partido Comunista Marxista-Leninista do Equador; Partido Socialista – Frente Ampla.

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Guadalupe: Coord. Partidos de Esquerda.

Guatemala: Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

Haiti: Movimento Lavalas.

México: Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido do Trabalho (PT); Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Panamá: Partido Revolucionário Democrático (PRD).

Peru: Partido Comunista do Peru - Pátria Vermelha (PCdoP); Partido Unificado Mariateguista (PUM).

Porto Rico: Novo Mov. Ind. Porto-riquenho (NMIP).

República Dominicana: Mov. Esquerda Unida (MIU); Concertação Democrática; Partido dos Trabalhadores Dominicanos (PTD); Aliança pela Democracia (APD); Força da Rev.

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Movimento ao Socialismo (MAS); Bandeira "Roja"; Liga Socialista; Pátria para Todos (PPT).

O VIII Encontro do Foro de São Paulo (México):

Argentina: Partido Comunista (PCA); Partido Obrero Revolucionário (POR); Partido Intransigente (PI); Partido do Trabalho e do Povo (PTP); Partido Socialista Popular (PSP); Partido Socialista Democrático (PSD).

Belize: Partido Unido do Povo (PPU).

Bolívia: Movimento Bolívia Livre (MBL); Mov. Esquerda Rev. (MIR).

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (Pcdob); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Popular Socialista (PPS).

Chile: Partido Comunista (PCC); Partido Socialista do Chile (PS).

Costa Rica: Força Democrática.

Cuba: Partido Comunista de Cuba (PCC).

Dominica: Partido Trabalhista de Dominica.

Equador: Movimento Popular Democrático; Partido Comunista Marxista-Leninista do Equador; Partido Socialista – Frente Ampla.

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Guatemala: Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

Haiti: Org. Povo em Luta; Bloco de Concertação Parlamentar.

Honduras: Partido Unificado Democrático (UD).

Martinica: Partido Comunista para a Independência e Socialismo em Martinica.

México: Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido do Trabalho (PT).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Panamá: Partido Revolucionário Democrático (PRD).

Paraguai: Mov. Pátria Livre.

Peru: Aliança Popular Revolucionária Americana (Apra).

Porto Rico: Novo Mov. Ind. Porto-riquenho (NMIP).

República Dominicana: Mov. Esquerda Unida (MIU); Concertação Democrática; Partido dos Trabalhadores Dominicanos (PTD); Aliança pela Democracia (APD); Força da Rev; Partido da Libertação Dominicana (PLD).

Uruguai: Frente Ampla (FA).

O IX Encontro do Foro de São Paulo (Nicarágua):

Argentina: Partido Comunista (PCA); Partido Intransigente (PI); Frente Dem. Avanzada.

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PcdoB); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Popular Socialista (PPS).

Chile: Partido Comunista (PCC); Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR).

Costa Rica: Força Democrática.

Cuba: Partido Comunista de Cuba (PCC).

Ecuador: Movimento Popular Democrático; Partido Socialista – Frente Ampla.

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Guatemala: Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

Honduras: Partido Unificado Democrático (UD).

Martinica: Partido Comunista para a Independência e Socialismo em Martinica; Cons. Nac.de Comitês Populares (CNCP).

México: Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido do Trabalho (PT); Partido Popular Socialista (PPS).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Panamá: Partido Revolucionário Democrático (PRD).

Porto Rico: Novo Mov. Ind. Porto-riquenho (NMIP); Frente Socialista; Partido Ind. Porto-riquenho.

Peru: Partido Comunista do Peru - Pátria Vermelha (PCdoP); Mov. Rev. Tupac Amaru.

República Dominicana: Mov. Esquerda Unida (MIU); Partido dos Trabalhadores Dominicanos (PTD); Aliança pela Democracia (APD); Força da Rev; Partido da Libertação Dominicana (PLD).

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Partido Comunista (PCV).

O X Encontro do Foro de São Paulo (Cuba):

Antígua: Part. Mov. Lib. Antígua Caribe.

Argentina: Partido Comunista (PCA); Partido do Trabalho e do Povo (PTP); Partido Socialista Popular (PSP); Partido Socialista Democrático (PSD); União de Militantes pelo Socialismo (UMS); Partido Intransigente (PI); Partido Humanista (PH).

Barbados: Mov. Clement Payne.

Belize: Partido Unido do Povo (PPU).

Bolívia: Movimento Bolívia Livre (MBL); Partido Comunista (PCB); Mov. Ao Socialismo (MAS-IPSP).

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PcdoB); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Popular Socialista (PPS); Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Chile: Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR).

Colômbia: Partido Comunista (PCC).

Cuba: Partido Comunista de Cuba (PCC).

Dominica: Partido Trabalhista de Dominica.

Ecuador: Partido Socialista – Frente Ampla; Partido Comunista (PCE); Comitê do Povo.

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Guadalupe: Partido Comunista de Guadalupe (PCG).

Guatemala: Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

Guiana: Partido Progressista do Povo (PPP).

Honduras: Partido Liberal.

Martinica: Partido Comunista para a Independência e Socialismo em Martinica; Cons. Nac.de Comitês Populares (CNCP).

México: Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido do Trabalho (PT); Partido Popular Socialista (PPS).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Panamá: Partido Revolucionário Democrático (PRD).

Paraguai: Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA); Partido Comunista Paraguai; Mov. Pátria Livre; Partido Unidade Popular; Partido Rev. Febrerista; Junta Mun. Assunção.

Peru: Partido Comunista do Peru - Pátria Vermelha (PCdoP); Partido Comunista (PCP); Partido Unificado Mariateguista (PUM); Frente Op. Campesina Estudantil; Partido Socialista Revolucionário (PSR).

Porto Rico: Novo Mov. Ind. Porto-riquenho (NMIP); Frente Socialista; Congresso Nacional Hostosiano (CNH).

São Vicente e Granadinas: Partido Trabalhista Unido (PTU).

Santa Lúcia: Partido Trabalhista (PTSL).

Trindade e Tobago: Mov. Nacional do Povo (PNM).

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Mov. V Rep.

O XI Encontro do Foro de São Paulo (Guatemala):

Argentina: Partido Comunista (PCA); Memória e Mobilização; Afirmção por uma Rep. Igualitária; Partido Socialista (PS).

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PcdB); Partido Popular Socialista (PPS).

Chile: Partido Comunista (PCC).

Colômbia: Partido Comunista (PCC); Presentes pelo Socialismo.

Costa Rica: Outra C.R é Possível.

Cuba: Partido Comunista de Cuba (PCC).

Equador: Partido Socialista – Frente Ampla; Partido Comunista Marxista-Leninista do Equador.

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Guadalupe: Partido Comunista de Guadalupe (PCG).

Guatemala: Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

Haiti: Org. Povo em Luta.

Honduras: Partido Unificado Democrático (UD).

México: Partido Comunista Mexicano (PCM); Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido do Trabalho (PT).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Paraguai: Mov. Pátria Livre.

Peru: Partido Comunista do Peru - Pátria Vermelha (PCdoP).

Porto Rico: Novo Mov. Ind. Porto-riquenho (NMIP); Frente Socialista; Congresso Nacional Hostosiano (CNH).

República Dominicana: Mov. Esquerda Unida (MIU); Partido dos Trabalhadores Dominicanos (PTD); Força da Rev; Partido da Libertação Dominicana (PLD).

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Mov. V Rep; Partido Comunista (PCV); Pátria para Todos (PPT).

O XII Encontro do Foro de São Paulo (Brasil):

Na lista do XII Encontro do FSP não constam as organizações políticas, apenas os nomes e seus respectivos países:

Argentina, Bolívia; Brasil; Chile; Colômbia; Cuba; El Salvador; Equador; Guatemala; México; Nicarágua; Paraguai; Peru; Porto Rico; República Dominicana; Uruguai e Venezuela.

O XIII Encontro do Foro de São Paulo (El Salvador) e o XIV Encontro do Foro de São Paulo (Uruguai):

Não foram encontrados os registros dos XIII e XIV Encontros do FSP, contudo um relatório produzido pela Secretaria-Executiva da entidade em 2009, indica as organizações que mais participaram das atividades do Foro recentemente, a saber:

Argentina: Frente Grande; Frente Trans. Nac. Popular; Livres do Sul; Partido Comunista (PCA); Partido Intransigente (PI); Partido Humanista (PH); Partido Socialista (PS); Partido Obrero Revolucionário (POR); União de Militantes pelo Socialismo (UMS).

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PcdoB); Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Bolívia: Partido Comunista (PCB); Mov. Ao Socialismo (MAS-IPSP).

Chile: Partido Comunista (PCC); Partido Socialista do Chile (PS).

Colômbia: Partido Comunista (PCC); Polo Democrático Alternativo.

Cuba: Partido Comunista de Cuba (PCC).

Equador: Partido Socialista – Frente Ampla; Partido Comunista Marxista-Leninista do Equador; Movimento Popular Democrático; Pachakutik; Partido Comunista (PCE); Aliança País.

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Guatemala: Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

Honduras: Partido Unificado Democrático (UD).

Martinica: Partido Comunista para a Independência e Socialismo em Martinica; Cons. Nac.de Comitês Populares (CNCP).

México: Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido do Trabalho (PT).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Peru: Partido Comunista do Peru - Pátria Vermelha (PCdoP); Partido Comunista (PCP); Partido Socialista (PS); Partido Nacionalista Peruano (PNP).

Porto Rico: Mov. Independentista Nacional Hostoniano (MINH); Frente Socialista; Partido Nacionalista Porto-riquenho.

República Dominicana: Mov. Esquerda Unida (MIU); Partido dos Trabalhadores Dominicanos (PTD); Força da Rev; Partido da Libertação Dominicana (PLD); Aliança pela Democracia (APD).

Uruguai: Frente Ampla (FA)

Venezuela: Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV); Partido Comunista (PCV); Pátria para Todos (PPT).

O XV Encontro do Foro de São Paulo (México):

Argentina: Partido Comunista (PCA); Partido Comunista Congresso Extraordinário (PCCE); Livres do Sul; Partido Socialista (PS).

Barbados: Mov. Clement Payne.

Bolívia: Partido Comunista (PCB); Mov. Ao Socialismo (MAS-IPSP).

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (Pcdob).

Chile: Partido Comunista (PCC); Partido Socialista do Chile (PS).

Costa Rica: Frente Ampla.

Colômbia: Partido Comunista (PCC); Polo Democrático Alternativo.

Cuba: Partido Comunista de Cuba (PCC).

Equador: Partido Socialista – Frente Ampla; Aliança País.

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Guatemala: Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

Honduras: Partido Unificado Democrático (UD).

Martinica: Cons. Nac.de Comitês Populares (CNCP).

México: Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido do Trabalho (PT).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Paraguai: Mov. Pátria Livre; Partido Comunista (PCP).

Peru: Partido Comunista do Peru - Pátria Vermelha (PCdoP); Partido Comunista (PCP); Partido Socialista (PS); Partido Nacionalista Peruano (PNP).

Porto Rico: Mov. Independentista Nacional Hostoniano (MINH); Frente Socialista; Partido Nacionalista Porto-riquenho.

República Dominicana: Partido dos Trabalhadores Dominicanos (PTD); Partido da Libertação Dominicana (PLD); Aliança pela Democracia (APD).

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV); Partido Comunista (PCV).

O XVI Encontro do Foro de São Paulo (Argentina):

Argentina: Partido Comunista (PCA); Partido Comunista Congresso Extraordinário (PCCE); Livres do Sul; Frente Trans. Nac. Popular; Partido Intransigente (PI); Partido Humanista (PH); Frente Grande.

Bolívia: Partido Comunista (PCB); Mov. Ao Socialismo (MAS-IPSP).

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (Pcdob); Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Chile: Partido Comunista (PCC); Mov. Socialismo Allendista; Partido Socialista do Chile (PS).

Colômbia: Partido Comunista (PCC); Polo Democrático Alternativo.

Cuba: Partido Comunista de Cuba (PCC).

Equador: Partido Socialista – Frente Ampla; Aliança País; Partido Comunista Marxista-Leninista do Equador.

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Guatemala: Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG); Aliança Nova Nação (ANN).

Martinica: Cons. Nac.de Comitês Populares (CNCP).

México: Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido do Trabalho (PT).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Paraguai: Aliança Patriótica para Mudança; Partido Comunista (PCP).

Peru: Partido Comunista do Peru - Pátria Vermelha (PCdoP); Partido Socialista (PS); Partido Nacionalista Peruano (PNP).

Porto Rico: Mov. Independentista Nacional Hostoniano (MINH); Frente Socialista.

República Dominicana: Partido da Libertação Dominicana (PLD).

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV); Partido Comunista (PCV); Pátria para Todos (PPT).

O XVII Encontro do Foro de São Paulo (Nicarágua):

Argentina: Partido Comunista (PCA); Frente Grande; Mov. Evita.

Bolívia: Mov. Ao Socialismo (MAS-IPSP).

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PcdoB); Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Chile: Partido Comunista (PCC); Partido Socialista do Chile (PS); Mov. Socialismo Allendista.

Colômbia: Polo Democrático Alternativo.

Costa Rica: Frente Ampla; Vanguarda Popular (PVP).

Cuba: Partido Comunista de Cuba (PCC).

Equador: Partido Socialista – Frente Ampla; Aliança País.

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Guatemala: Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG); Aliança Nova Nação (ANN); Mov. Pol. WINAQ.

Honduras: Frente Nacional de Res. Popular.

Martinica: Cons. Nac.de Comitês Populares (CNCP).

México: Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido do Trabalho (PT).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Panamá: Partido Revolucionário Democrático (PRD).

Peru: Partido Comunista (PCP).

Porto Rico: Mov. Independentista Nacional Hostoniano (MINH); Frente Socialista; Partido Nacionalista Porto-riquenho.

República Dominicana: Partido dos Trabalhadores Dominicanos (PTD); Aliança pela Democracia (APD); Mov. Esquerda Unida (MIU); Partido Revolucionário Dominicano (PRD).

Trindade e Tobago: Mov. Justiça Social (MSJ).

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV).

O XVIII Encontro do Foro de São Paulo (Venezuela):

Argentina: Partido Comunista (PCA); Frente Grande; Mov. Evita; Livres do Sul; Frente Trans. Nac. Popular; Partido Socialista (PS); União de Militantes pelo Socialismo (UMS); Partido Solidário (PSOL).

Aruba: Partido Rede Democrática (RED).

Barbados: Partido Emp. Do Povo (PEP).

Bolívia: Mov. Ao Socialismo (MAS-IPSP).

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (Pcdob); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Chile: Partido Socialista do Chile (PS); Esquerda Cristã; Mov. Amplo Social.

Colômbia: Polo Democrático Alternativo; Partido Comunista (PCC).

Costa Rica: Frente Ampla.

Cuba: Partido Comunista de Cuba (PCC).

Curaçau: Mov. Povo Soberano.

Ecuador: Partido Socialista – Frente Ampla; Aliança País; Pachakutik; Partido Comunista (PCE).

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Guatemala: Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG); Aliança Nova Nação (ANN); Mov. Pol. WINAQ.

Haiti: Org. Povo em Luta.

Honduras: Frente Nacional de Res. Popular.

México: Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido do Trabalho (PT).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Panamá: Partido do Povo (PPP).

Paraguai: Partido Comunista (PCP); Part. Convergência Pop. Socialista (PCPS); Partido Popular Tekojoja (PPT).

Peru: Partido Comunista do Peru - Pátria Vermelha (PCdoP); Partido Socialista (PS); Partido Comunista (PCP).

Porto Rico: Mov. Independentista Nacional Hostoniano (MINH); Frente Socialista; Partido Nacionalista Porto-riquenho.

República Dominicana: Partido dos Trabalhadores Dominicanos (PTD); Aliança pela Democracia (APD); Mov. Esquerda Unida (MIU); Partido da Libertação Dominicana (PLD).

Trindade e Tobago: Mov. Justiça Social (MSJ).

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV); Mov. Eleitoral do Povo (MEP); Partido Comunista (PCV); Pátria para Todos (PPT).

O XIX Encontro do Foro de São Paulo (Brasil):

Na lista do XIX Encontro do FSP não constam as organizações políticas, apenas os nomes e seus respectivos países:

Argentina, Bolívia; Brasil; Chile; Colômbia; Costa Rica; Cuba; El Salvador; Equador; Guatemala; Haiti; Honduras; México; Nicarágua; Paraguai; Peru; Panamá; Porto Rico; República Dominicana; Uruguai e Venezuela.

O XX Encontro do Foro de São Paulo (Bolívia):

Argentina: Partido Comunista (PCA); Frente Grande; Mov. Evita; Livres do Sul; Frente Trans. Nac. Popular; Partido Comunista Congresso Extraordinário (PCCE); Partido Solidário (PSOL).

Bolívia: Mov. Ao Socialismo (MAS-IPSP).

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PcdoB); Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Chile: Partido Comunista (PCC); Partido Socialista do Chile (PS); Mov. Socialismo Allendista; Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR); Partido Humanista (PH).

Colômbia: Polo Democrático Alternativo; Partido Comunista (PCC); Marcha Patriótica; Mov. Progressistas; União Patriótica (UP).

Cuba: Partido Comunista de Cuba (PCC).

Equador: Partido Socialista – Frente Ampla; Aliança País; Partido Comunista (PCE).

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Guatemala: Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG); Aliança Nova Nação (ANN); Mov. Pol. WINAQ.

Honduras: Frente Nacional de Res. Popular.

México: Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido do Trabalho (PT).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Panamá: Partido do Povo (PPP).

Paraguai: Frente Guasú; Partido do Mov. Ao Socialismo (P-MAS); Partido Rev. Febrerista.

Peru: Partido Comunista do Peru - Pátria Vermelha (PCdoP); Partido Socialista (PS); Partido Comunista (PCP); Partido Nacionalista Peruano (PNP); Partido do Povo; Cidadãos pela Mudança.

Porto Rico: Frente Socialista.

República Dominicana: Partido dos Trabalhadores Dominicanos (PTD); Aliança pela Democracia (APD); Mov. Esquerda Unida (MIU); Partido da Libertação Dominicana (PLD); Força da Rev; Partido Revolucionário Dominicano (PRD); Aliança País; Mov. Pátria para Todos (MPT); Partido Revolucionário Moderno (PRM).

Trindade e Tobago: Mov. Justiça Social (MSJ).

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV).

O XXI Encontro do Foro de São Paulo (México):

Argentina: Frente Grande; Mov. Evita; Livres do Sul; Frente Trans. Nac. Popular; Partido Solidário (PSOL); Partido Socialista (PS).

Bolívia: Mov. Ao Socialismo (MAS-IPSP).

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (Pcdob); Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Chile: Partido Comunista (PCC); Partido Socialista do Chile (PS); Mov. Socialismo Allendista; Rev. Democrática.

Colômbia: Presentes pelo Socialismo; Partido Comunista (PCC); Marcha Patriótica; Mov. Progressistas.

Costa Rica: Frente Ampla.

Cuba: Partido Comunista de Cuba (PCC).

Equador: Partido Socialista – Frente Ampla; Aliança País.

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Guatemala: Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG); Convergência; Mov. Pol. WINAQ.

México: Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido do Trabalho (PT); Partido Comunista Mexicano (PCM).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Panamá: Partido do Povo (PPP).

Paraguai: Frente Guasú; Partido Rev. Febrerista.

Peru: Partido Comunista do Peru - Pátria Vermelha (PCdoP); Partido Socialista (PS); Partido do Povo.

Porto Rico: Mov. Independentista Nacional Hostoniano (MINH); Frente Socialista; Partido Nacionalista Porto-riquenho.

República Dominicana: Mov. Esquerda Unida (MIU); Partido da Libertação Dominicana (PLD); Força da Rev; Partido Revolucionário Dominicano (PRD); Partido Revolucionário Moderno (PRM).

Trindade e Tobago: Mov. Justiça Social (MSJ).

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV); Partido Comunista (PCV).

O XXII Encontro do Foro de São Paulo (El Salvador):

Argentina: Mov. Evita; Livres do Sul; Frente Trans. Nac. Popular; Partido Solidário (PSOL); Partido Comunista (PCA).

Bolívia: Mov. Ao Socialismo (MAS-IPSP).

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PcdoB).

Chile: Partido Comunista (PCC); Partido Socialista do Chile (PS); Mov. Socialismo Allendista; Esquerda Cidadã.

Colômbia: Partido Comunista (PCC); Marcha Patriótica; Mov. Progressistas; União Patriótica (UP); Polo Democrático Alternativo.

Costa Rica: Frente Ampla.

Cuba: Partido Comunista de Cuba (PCC).

Ecuador: Partido Socialista – Frente Ampla; Aliança País.

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Guatemala: Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG); Convergência; Mov. Pol. WINAQ.

Honduras: Partido Liberdade e Refundação (Libre).

Martinica: Cons. Nac.de Comitês Populares (CNCP).

México: Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido do Trabalho (PT); Mov. Regeneração Nacional (Morena).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Panamá: Partido do Povo (PPP).

Peru: Partido Comunista do Peru - Pátria Vermelha (PCdoP); Partido Comunista (PCP); Partido do Povo.

Porto Rico: Mov. Independentista Nacional Hostoniano (MINH); Frente Socialista; Partido Nacionalista Porto-riquenho.

República Dominicana: Mov. Esquerda Unida (MIU); Partido da Libertação Dominicana (PLD); Partido dos Trabalhadores Dominicanos (PTD).

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV); Partido Comunista (PCV).

O XXIII Encontro do Foro de São Paulo (Nicarágua):

Argentina: Mov. Evita; Frente Trans. Nac. Popular; Partido Solidário (PSOL); Partido Comunista (PCA).

Bolívia: Mov. Ao Socialismo (MAS-IPSP).

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PcdoB).

Chile: Rev. Democrática (RD).

Colômbia: Partido Comunista (PCC); Marcha Patriótica; União Patriótica (UP); Força Alternativa Rev. Do Comum (FARC).

Cuba: Partido Comunista de Cuba (PCC).

Ecuador: Partido Socialista – Frente Ampla; Aliança País.

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Guatemala: Convergência; Mov. Pol. WINAQ.

Honduras: Partido Liberdade e Refundação (Libre).

Martinica: Cons. Nac.de Comitês Populares (CNCP).

México: Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido do Trabalho (PT); Mov. Regeneração Nacional (Morena).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Panamá: Partido do Povo (PPP); Partido Revolucionário Democrático (PRD); Frente Ampla pela Democracia (FAD).

Peru: Partido Comunista do Peru - Pátria Vermelha (PCdoP); Partido do Povo; Partido Socialista (PS); Partido Humanista Peruano.

Porto Rico: Mov. Independentista Nacional Hostoniano (MINH); Frente Socialista.

República Dominicana: Mov. Esquerda Unida (MIU); Partido da Libertação Dominicana (PLD); Partido Revolucionário Moderno (PRM); Partido Revolucionário Dominicano (PRD); Aliança País; Mov. Pátria para Todos (MPT).

Trindade e Tobago: Mov. Justiça Social (MSJ).

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV).

O XXIV Encontro do Foro de São Paulo (Cuba):

A ata documenta a sessão do Grupo de Trabalho (GT) que se dedicou à organização do XXIV Encontro do Foro de São Paulo.

Argentina: Mov. Evita; Frente Trans. Nac. Popular; Partido Solidário (PSOL); Partido Comunista (PCA).

Bolívia: Partido Comunista (PCB); Mov. Ao Socialismo (MAS-IPSP).

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PcdoB).

Chile: Partido Comunista (PCC); Partido Igualdade; Esquerda Libertária.

Colômbia: Partido Comunista (PCC); Força Alternativa Rev. Do Comum (FARC); Presentes pelo Socialismo; Polo Democrático Alternativo.

Costa Rica: Frente Ampla.

Cuba: Partido Comunista de Cuba (PCC).

Ecuador: Aliança País; Rev. Cidadã (RC).

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Guatemala: Convergência; Mov. Pol. WINAQ; Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

Honduras: Partido Liberdade e Refundação (Libre).

México: Partido da Revolução Democrática (PRD); Partido do Trabalho (PT); Mov. Regeneração Nacional (Morena).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Peru: Partido Comunista do Peru - Pátria Vermelha (PCdoP); Partido do Povo; Partido Socialista (PS); Partido Humanista Peruano; Peru Libertário; Partido Povo Unido.

Porto Rico: Mov. Independentista Nacional Hostoniano (MINH); Frente Socialista.

República Dominicana: Mov. Esquerda Unida (MIU); Partido da Libertação Dominicana (PLD); Aliança pela Democracia (APD); Mov. Pátria para Todos (MPT).

Trindade e Tobago: Mov. Justiça Social (MSJ).

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV); Partido Comunista (PCV).

O XXV Encontro do Foro de São Paulo (Venezuela):

Argentina: Frente Grande; Mov. Evita; Frente Trans. Nac. Popular; Partido Solidário (PSOL); Partido Comunista (PCA); Partido Comunista Congresso Extraordinário (PCCE).

Belize: Frente Popular de Belize (BPF).

Bolívia: Partido Comunista (PCB); Mov. Ao Socialismo (MAS-IPSP).

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (Pcdob).

Chile: Partido Comunista (PCC); Partido Socialista do Chile (PS); Mov. Socialismo Allendista; Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR); Partido Igualdade; Partido Progressista; Convergência Social (CS).

Colômbia: Partido Comunista (PCC); Força Alternativa Rev. Do Comum (FARC); Polo Democrático Alternativo; Mov. Poder Cidadão; Colômbia Humana; Partido do Trabalho da Colômbia (PTC).

Costa Rica: Frente Ampla.

Cuba: Partido Comunista de Cuba (PCC).

Ecuador: Rev. Cidadã (RC); Partido Comunista (PCE).

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Guatemala: Convergência; Mov. Pol. WINAQ; Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

Honduras: Partido Liberdade e Refundação (Libre).

México: Partido do Trabalho (PT); Mov. Regeneração Nacional (Morena); Partido Comunista Mexicano (PCM).

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Panamá: Partido do Povo (PPP); Frente Ampla pela Democracia (FAD).

Paraguai: Frente Guasú; Partido Comunista (PCP); Partido Popular Tekojoja (PPT); Partido País Solidário (PPS).

Peru: Partido Comunista do Peru - Pátria Vermelha (PCdoP); Partido Comunista (PCP); Mov. Peru para Todos; Peru Livre (PL); Partido Socialista (PS).

Porto Rico: Mov. Independentista Nacional Hostoniano (MINH); Frente Socialista; Partido Nacionalista Porto-riquenho.

República Dominicana: Mov. Esquerda Unida (MIU); Partido da Libertação Dominicana (PLD); Aliança pela Democracia (APD); Partido dos Trabalhadores Dominicanos (PTD); Mov. Popular Dominicano (MPD); Partido Comunista do Trabalho (PCT).

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV); Partido Comunista (PCV); Mov. Eleitoral do Povo (MEP); Pátria para Todos (PPT).

O XXVI Encontro do Foro de São Paulo (Brasil):

Argentina: Mov. Evita; Frente Trans. Nac. Popular; Partido Comunista (PCA); Partido Comunista Congresso Extraordinário (PCCE).

Bolívia: Mov. Ao Socialismo (MAS-IPSP).

Brasil: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (Pcdob).

Chile: Partido Comunista (PCC); Mov. Socialismo Allendista.

Colômbia: Partido Comunista (PCC); Partido do Trabalho da Colômbia (PTC); União Patriótica (UP).

Cuba: Partido Comunista de Cuba (PCC).

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Ecuador: Rev. Cidadã (RC); Partido Comunista (PCE).

Honduras: Partido Liberdade e Refundação (Libre).

México: Partido do Trabalho (PT); Mov. Regeneração Nacional (Morena); Mov. Nueva Esperanza.

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Panamá: Partido do Povo (PPP); Partido Revolucionário Democrático (PRD).

Peru: Partido Comunista do Peru - Pátria Vermelha (PCdoP); Partido Comunista (PCP); Peru Livre (PL); Partido Socialista (PS); Partido Humanista Peruano; Partido Povo Unido; Partido do Povo.

Porto Rico: Mov. Independentista Nacional Hostoniano (MINH); Partido Nacionalista Porto-riquenho.

República Dominicana: Mov. Esquerda Unida (MIU); Aliança pela Democracia (APD); Aliança País (ALPAÍS).

Uruguai: Frente Ampla (FA).

Venezuela: Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV); Pátria para Todos (PPT).

I ANEXO II

TABELAS DE FREQUÊNCIA DOS TERMOS RELACIONADOS À ECONOMIA POLÍTICA EM CADA ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO (1990-2023) E DO CONSENSO DE NUESTRA AMÉRICA

O presente anexo compreende as tabelas de frequência relativas às Declarações Finais proferidas nos Encontros do FSP, abrangendo o período de 1990 a 2023. Ademais, inclui-se a tabela de frequência pertinente ao Documento-Base do XV Encontro, datado de 2009, o qual discorre acerca da crise global do capitalismo. Complementarmente, consta a tabela de frequência associada ao documento *Consenso de Nuestra América*.

Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda de América Latina e Caribe (1990)

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do I Encontro do Foro de São Paulo:

Palavra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	5
Capitalismo/Capitalista	5
Socialismo/Socialista	11
Desenvolvimento	2
Neoliberalismo/Neoliberal	2
Integração	5
Soberania/Soberana (o)	8

O II Encontro do Foro de São Paulo (México):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do II Encontro do Foro de São Paulo:

Palavra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	4
Capitalismo/Capitalista	3
Socialismo/Socialista	3
Desenvolvimento	2
Neoliberalismo/Neoliberal	7
Integração	4
Soberania/Soberana (o)	6

O III Encontro do Foro de São Paulo (Nicarágua):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do III Encontro do Foro de São Paulo:

Palavra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	4
Capitalismo/Capitalista	7
Socialismo/Socialista	2
Desenvolvimento	20
Neoliberalismo/Neoliberal	5
Integração	18
Soberania/Soberana (o)	7

O IV Encontro do Foro de São Paulo (Cuba):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do IV Encontro do Foro de São Paulo:

Palavra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	3
Capitalismo/Capitalista	0
Socialismo/Socialista	1
Desenvolvimento	5
Neoliberalismo/Neoliberal	4
Integração	4
Soberania/Soberana (o)	5

O V Encontro do Foro de São Paulo (Uruguai):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do V Encontro do Foro de São Paulo:

Palavra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	0
Capitalismo/Capitalista	2
Socialismo/Socialista	0
Desenvolvimento	11
Neoliberalismo/Neoliberal	6
Integração	15
Soberania/Soberana (o)	5

O VI Encontro do Foro de São Paulo (El Salvador):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do VI Encontro do Foro de São Paulo:

Palavra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	3
Capitalismo/Capitalista	2
Socialismo/Socialista	1
Desenvolvimento	3
Neoliberalismo/Neoliberal	10
Integração	3
Soberania/Soberana (o)	3

O VII Encontro do Foro de São Paulo (Brasil):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do VII Encontro do Foro de São Paulo:

Palavra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	4
Capitalismo/Capitalista	5
Socialismo/Socialista	2
Desenvolvimento	12
Neoliberalismo/Neoliberal	18
Integração	1
Soberania/Soberana (o)	4

O VIII Encontro do Foro de São Paulo (México):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do VIII Encontro do Foro de São Paulo:

Palavra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	6
Capitalismo/Capitalista	5
Socialismo/Socialista	1
Desenvolvimento	11
Neoliberalismo/Neoliberal	11
Integração	2
Soberania/Soberana (o)	3

O IX Encontro do Foro de São Paulo (Nicarágua):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do IX Encontro do Foro de São Paulo:

Palavra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	1
Capitalismo/Capitalista	1
Socialismo/Socialista	0
Desenvolvimento	7
Neoliberalismo/Neoliberal	7
Integração	0
Soberania/Soberana (o)	3

O X Encontro do Foro de São Paulo (Cuba):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do X Encontro do Foro de São Paulo:

Palavra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	6
Capitalismo/Capitalista	4
Socialismo/Socialista	0
Desenvolvimento	13
Neoliberalismo/Neoliberal	9
Integração	9
Soberania/Soberana (o)	5

O XI Encontro do Foro de São Paulo (Guatemala):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do XI Encontro do Foro de São Paulo:

Palavra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	0
Capitalismo/Capitalista	2
Socialismo/Socialista	0
Desenvolvimento	2
Neoliberalismo/Neoliberal	5
Integração	6
Soberania/Soberana (o)	4

O XII Encontro do Foro de São Paulo (Brasil):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do XII Encontro do Foro de São Paulo:

Palavra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	3
Capitalismo/Capitalista	0
Socialismo/Socialista	0
Desenvolvimento	3
Neoliberalismo/Neoliberal	3
Integração	19
Soberania/Soberana (o)	3

O XIII Encontro do Foro de São Paulo (El Salvador)

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do XIII Encontro do Foro de São Paulo:

Palavra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	5
Capitalismo/Capitalista	0
Socialismo/Socialista	1
Desenvolvimento	5
Neoliberalismo/Neoliberal	7
Integração	4
Soberania/Soberana (o)	2

XIV Encontro do Foro de São Paulo (Uruguai):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do XIV Encontro do Foro de São Paulo:

Palavra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	1
Capitalismo/Capitalista	1
Socialismo/Socialista	1
Desenvolvimento	5
Neoliberalismo/Neoliberal	3
Integração	6
Soberania/Soberana (o)	3

O XV Encontro do Foro de São Paulo (México):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do XV Encontro do Foro de São Paulo:

Palavra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	4
Capitalismo/Capitalista	7
Socialismo/Socialista	1
Desenvolvimento	2
Neoliberalismo/Neoliberal	5
Integração	5
Soberania/Soberana (o)	3

O XVI Encontro do Foro de São Paulo (Argentina):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do XVI Encontro do Foro de São Paulo:

Palavra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	8
Capitalismo/Capitalista	3
Socialismo/Socialista	5
Desenvolvimento	3
Neoliberalismo/Neoliberal	5
Integração	7
Soberania/Soberana (o)	4

O XVII Encontro do Foro de São Paulo (Nicarágua):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do XVII Encontro do Foro de São Paulo:

Palavra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	10
Capitalismo/Capitalista	2
Socialismo/Socialista	4
Desenvolvimento	1
Neoliberalismo/Neoliberal	6
Integração	6
Soberania/Soberana (o)	11

O XVIII Encontro do Foro de São Paulo (Venezuela):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do XVIII Encontro do Foro de São Paulo:

Palavra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	4
Capitalismo/Capitalista	4
Socialismo/Socialista	4
Desenvolvimento	5
Neoliberalismo/Neoliberal	6
Integração	9
Soberania/Soberana (o)	9

O XIX Encontro do Foro de São Paulo (Brasil):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do XIX Encontro do Foro de São Paulo:

Palabra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	8
Capitalismo/Capitalista	3
Socialismo/Socialista	3
Desarrollo	6
Neoliberalismo/Neoliberal	3
Integración	9
Soberanía/Soberana (o)	7

O XX Encontro do Foro de São Paulo (Bolívia):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do XX Encontro do Foro de São Paulo:

Palabra	Frecuencia
Imperialismo/Imperialista	5
Capitalismo/Capitalista	3
Socialismo/Socialista	4
Desarrollo	7
Neoliberalismo/Neoliberal	4
Integración	15
Soberanía/Soberana (o)	9

O XXI Encontro do Foro de São Paulo (México):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do XXI Encontro do Foro de São Paulo:

Palabra	Frecuencia
Imperialismo/Imperialista	12
Capitalismo/Capitalista	5
Socialismo/Socialista	2
Desarrollo	11
Neoliberalismo/Neoliberal	8
Integración	15
Soberanía/Soberana (o)	14

O XXII Encontro do Foro de São Paulo (El Salvador):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do XXII Encontro do Foro de São Paulo:

Palabra	Frecuencia
Imperialismo/Imperialista	11
Capitalismo/Capitalista	1
Socialismo/Socialista	0
Desarrollo	6
Neoliberalismo/Neoliberal	1
Integración	2
Soberanía/Soberana (o)	8

O XXIII Encontro do Foro de São Paulo (Nicarágua):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do XXIII Encontro do Foro de São Paulo:

Palabra	Frecuencia
Imperialismo/Imperialista	30
Capitalismo/Capitalista	5
Socialismo/Socialista	4
Desarrollo	7
Neoliberalismo/Neoliberal	8
Integración	5
Soberanía/Soberana (o)	5

O XXIV Encontro do Foro de São Paulo (Cuba):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do XXIV Encontro do Foro de São Paulo:

Palabra	Frecuencia
Imperialismo/Imperialista	10
Capitalismo/Capitalista	8
Socialismo/Socialista	2
Desarrollo	2
Neoliberalismo/Neoliberal	6
Integración	5
Soberanía/Soberana (o)	9

O XXV Encontro do Foro de São Paulo (Venezuela):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do XXV Encontro do Foro de São Paulo:

Palabra	Frecuencia
Imperialismo/Imperialista	12
Capitalismo/Capitalista	3
Socialismo/Socialista	0
Desarrollo	3
Neoliberalismo/Neoliberal	14
Integración	4
Soberanía/Soberana (o)	13

O XXVI Encontro do Foro de São Paulo (Brasil):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento do XXVI Encontro do Foro de São Paulo:

Palavra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	2
Capitalismo/Capitalista	2
Socialismo/Socialista	0
Desenvolvimento	8
Neoliberalismo/Neoliberal	7
Integração	9
Soberania/Soberana (o)	16

Documento-Base do XV Encontro do Foro de São Paulo (México):

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no documento-base do XV Encontro do Foro de São Paulo:

Palabra	Frecuencia
Imperialismo/Imperialista	13
Capitalismo/Capitalista	74
Socialismo/Socialista	21
Desarrollo	48
Neoliberalismo/Neoliberal	70
Integración	22
Soberanía/Soberana (o)	7

O Consenso de Nuestra América, documento programático e estratégico do Foro de São Paulo:

A seguir a lista de palavras e qual a frequência atingida no *Consenso de Nuestra América*:

Palavra	Frequência
Imperialismo/Imperialista	23
Capitalismo/Capitalista	26
Socialismo/Socialista	2
Desenvolvimento	39
Neoliberalismo/Neoliberal	12
Integração	13
Soberania/Soberana (o)	14

ANEXO III

Declarações dos Encontros do Foro de São Paulo

DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO

São Paulo, Brasil

2 a 4 de julho de 1990

Convocados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), reunimos em São Paulo, Brasil, representantes de 48 organizações, partidos e frentes de esquerda da América Latina e Caribe. Inédito por sua amplitude política e pela participação das mais diversas correntes ideológicas da esquerda, o Encontro reafirmou, na prática, a disposição das forças de esquerda, socialistas e anti-imperialistas do subcontinente para compartilhar análises e balanços de suas experiências e da situação mundial. Abrimos, assim, novos espaços para responder aos grandes desafios com os que se deparam hoje nossos povos e nossos ideais de esquerda, socialistas, democráticos, populares e anti-imperialistas. No transcurso de um debate intenso, verdadeiramente franco, plural e democrático, tratamos alguns dos grandes problemas que nos são colocados. Analisamos a situação do sistema capitalista mundial e a ofensiva imperialista, recoberta por um discurso neoliberal, lançada contra nossos países e nossos povos. Avaliamos a crise da Europa Oriental e do modelo de transição ao socialismo lá imposto. Passamos revista pelas estratégias revolucionárias da esquerda dessa parte do planeta, e dos desafios a ela apresentados pelo quadro internacional. Seguiremos adiante com esses e outros esforços unitários. Este Encontro é um primeiro passo de identificação e aproximação aos problemas. Desenvolveremos um novo Encontro no México, onde continuaremos somando inteligências e vontades à análise permanente que iniciamos, aprofundaremos o debate e procuraremos avançar com propostas de unidade de ação consensuais na luta anti-imperialista e popular. Promoveremos também intercâmbios especializados em torno dos problemas econômicos, políticos, sociais e culturais que a esquerda continental enfrenta.

Constatamos que todas as nossas organizações da esquerda concebem que a sociedade justa, livre e soberana e o socialismo só podem surgir e se sustentar na vontade dos povos, entroncados com suas raízes históricas. Manifestamos, portanto, nossa vontade comum de renovar o pensamento de esquerda e o socialismo, de reafirmar o seu caráter emancipador, de corrigir concepções errôneas, superar toda expressão de burocratismo e toda ausência de uma verdadeira democracia social e de massas. Para nós, a sociedade livre, soberana e justa que almejamos e o socialismo não podem ser outra que a mais autêntica das democracias e a mais profunda das justiças para os povos. Rejeitamos, justamente por isso, toda pretensão de aproveitar a crise da Europa Oriental para encorajar a restauração capitalista,

anular suas conquistas e direitos sociais ou alentar ilusões nas inexistentes bondades do liberalismo e do capitalismo.

Sabemos, pela experiência histórica da submissão aos regimes capitalistas e ao imperialismo, que as carências e os mais graves problemas dos nossos povos têm suas raízes nesse sistema e que não encontraram solução nele, nem nos sistemas de democracias restringidas, tuteladas e até militarizadas que ele próprio impõe em muitos de nossos países. A saída que nossos povos desejam não pode ser alheia às profundas transformações impulsionadas pelas massas. Nós, organizações políticas reunidas em São Paulo, encontramos um grande alento – para reafirmar nossas concepções e objetivos socialistas, antiimperialistas e populares – no surgimento e desenvolvimento de vastas forças sociais, democráticas e populares no continente que se opõem aos mandados do imperialismo e do capitalismo neoliberal, e à sua seqüela de sofrimento, miséria, atraso e opressão antidemocrática. Essa realidade confirma a esquerda e o socialismo como alternativas necessárias, e emergentes. A análise das políticas pró-imperialistas e neoliberais aplicadas pela maioria dos governos latino-americanos e seus trágicos resultados, assim como a revisão da recente proposta de “integração americana” formulada pelo presidente Bush para canalizar as relações de dominação dos EUA com a América Latina e o Caribe, reafirmam a nossa convicção de que não chegaremos a nada positivo por esse caminho. A recente proposta do presidente norte-americano é uma receita já conhecida, mas adoçada para torná-la mais enganosa. Implica liquidar o patrimônio nacional por meio da privatização de empresas públicas estratégicas e rentáveis em troca de um irrisório fundo no qual os EUA contribuiriam com US\$ 100 milhões. Busca a ampliação permanente das nefastas “políticas de ajuste” que levaram a níveis sem precedentes a deterioração da qualidade de vida dos latino-americanos, em troca de uma minúscula e condicionada redução da dívida externa oficial com o governo imperial. A oferta de reduzir a dívida oficial latino-americana com o governo dos Estados Unidos em apenas US\$ 7 bilhões não representa nada para uma América Latina cuja dívida externa total se eleva a mais de US\$ 430 bilhões, se incluirmos a dívida com os bancos comerciais e com os organismos multilaterais. Mais ainda, os US\$ 100 milhões de “subsídios” prometidos aos países que aplicarem reformas neoliberais não chegam nem a 0,5% dos 25 bilhões de dólares que a América Latina transferiu para o exterior em 1989 em conceito de juros, amortizações e remissão de lucros do capital estrangeiro. O plano de Bush pretende abrir completamente nossas economias nacionais à desleal e desigual concorrência com o aparelho econômico imperialista, submeter-nos completamente à sua hegemonia e destruir nossas estruturas produtivas mediante nossa integração numa zona de livre comércio, hegemonizada e organizada pelos

interesses norte-americanos, enquanto eles mantêm uma Lei de Comércio Externo profundamente restritiva.

Dessa forma, essas propostas são alheias aos genuínos interesses de desenvolvimento econômico e social da nossa região e combinam-se com a restrição das nossas soberanias nacionais e com o recorte e tutela de nossos direitos democráticos. Elas, na verdade, visam impedir uma integração autônoma da nossa América Latina dirigida a satisfazer as suas mais vitais necessidades. Conhecemos a verdadeira face do Império. É a que se manifesta no implacável cerco e na renovada agressão contra Cuba e contra a Revolução Sandinista na Nicarágua, no aberto intervencionismo e apoio ao militarismo em El Salvador, na invasão e ocupação militar norte-americana do Panamá, nos projetos e passos dados no sentido de militarizar zonas andinas da América do Sul por trás do pretexto de lutar contra o "narcoterrorismo". Por isso, reafirmamos nossa solidariedade com a Revolução Socialista de Cuba que defende firmemente a sua soberania e as suas conquistas; com a Revolução Popular Sandinista que resiste às tentativas de desmontar o que já foi construído e reagrupa suas forças; com as forças democráticas, populares e revolucionárias salvadorenhas que impulsionam a desmilitarização e a solução política para a guerra; com o povo panamenho – invadido e ocupado pelo imperialismo norte-americano, cuja retirada imediata exigimos – e com os povos andinos que enfrentam a pressão militarista do imperialismo. Mas também definimos aqui, em contraposição com a proposta de integração sob o domínio imperialista, as bases de um novo conceito de unidade e integração continental. Nossa proposta passa pela reafirmação da soberania e autodeterminação da América Latina e das nossas nações, pela plena recuperação da nossa identidade cultural e histórica e pelo impulso à solidariedade internacionalista dos nossos povos. Ela supõe defender o patrimônio latino-americano, pôr fim à fuga e exportação de capitais do subcontinente, encarar conjunta e unitariamente o flagelo da impagável dívida externa, e adotar políticas econômicas em benefício das maiorias, capazes de combater a situação de miséria em que vivem milhões de latino-americanos. Ela exige, finalmente, um compromisso ativo com a vigência dos direitos humanos e com a democracia e a soberania popular como valores estratégicos, colocando as forças de esquerda, socialistas e progressistas frente aos desafios de renovar constantemente o seu pensamento e a sua ação. Nesse marco, renovamos hoje nossos projetos de esquerda e socialistas. Nossos compromissos são a conquista do pão, da beleza e da alegria, o afã de alcançar a soberania econômica e política dos nossos povos e a primazia de valores sociais, baseados na solidariedade. Declaramos a nossa plena confiança nos nossos povos, que mobilizados, organizados e conscientes gestarão, conquistarão e defenderão um poder que torne realidade a justiça, a democracia e a liberdade verdadeiras.

Aprendemos com os erros cometidos, assim como com as vitórias. Armados de um inegociável compromisso com a verdade, e com a causa do povos e nações, começamos a andar certos de que o espaço que agora abrimos será preenchido com novos esforços de intercâmbio e de unidade de ação como alicerces de uma América Latina livre, justa e soberana.

DECLARAÇÃO FINAL DO II ENCONTRO

Cidade do México, México

12 a 15 de junho de 1991

De 12 a 15 de junho de 1991, teve lugar na Cidade do México o II Encontro dos Movimentos e Partidos Políticos do Foro de São Paulo. Nessa ocasião, o Foro congregou 68 organizações e partidos políticos provenientes de 22 países, que examinaram a situação e a perspectiva da América Latina e Caribe frente à reestruturação hegemônica internacional. A ampliação do número de participantes da região complementou-se com a assistência de 12 organizações e partidos políticos da Europa, Canadá e Estados Unidos. Com a organização deste Foro, celebrado a convite do Partido da Revolução Democrática do México, dá-se cumprimento e continuidade às resoluções emanadas do I Encontro de Organizações e Partidos Políticos de Esquerda realizado no ano passado em São Paulo por iniciativa do Partido dos Trabalhadores do Brasil, no sentido de aglutinar um maior número de forças políticas interessadas em discutir a atual problemática latino-americana e na busca de alternativas viáveis para enfrentar o desafio das transformações colocado por nossas realidades.

O debate realizado neste II Encontro foi franco e aberto, democrático, plural e unitário, com a participação de um amplo leque de forças. Algumas têm identidades nacionalistas, democráticas e populares, enquanto várias outras levam estes conceitos para identidades socialistas diversas, estando todas comprometidas com as transformações estruturais requeridas para o cumprimento dos objetivos das maiorias dos nossos povos pela justiça social, a democracia e a libertação nacional. No transcorrer do II Encontro foram analisados e discutidos os impactos econômicos, políticos, sociais e culturais da crise, produto da imposição dos chamados modelos neoliberais em nossa região. Os participantes trocaram opiniões acerca de diferentes aspectos que decorrem da transição democrática; a relação da democracia com a economia e a sociedade, sua vinculação com os direitos humanos, com a soberania e com a não intervenção. O II Encontro examinou também as estratégias democráticas e populares nos campos econômico, político, social e cultural, assim como as experiências regionais no âmbito da integração. Foram aprovadas, igualmente, resoluções de solidariedade com as lutas dos povos latino-americanos e caribenhos em defesa da soberania e pela democracia, o bem-estar e o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, considerou-se a tarefa primordial de solidariedade na defesa da soberania de Cuba e dos esforços para frustrar os planos do poder imperialista estadunidense contra a Revolução Cubana. Destacou-se a necessidade de defender as conquistas da Revolução San-

dinista, ameaçadas após a derrota eleitoral da FSLN; de apoiar os significativos avanços democráticos do povo haitiano, encarnados no governo do padre Aristide; de nos solidarizarmos com a luta da FMLN e demais forças progressistas de El Salvador na busca de uma sólida política negociada que erradique as causas da guerra; de apoiar a luta da URNG da Guatemala e sua proposta de uma solução política ao conflito armado sobre bases justas; de respaldar a luta pela saída das tropas ianques do Panamá; de assumir a luta anticolonial dos porto-riquenhos e dos demais povos das colônias do Caribe; de rechaçar a intervenção militar que, sob o pretexto da “guerra andina contra o narcotráfico”, os Estados Unidos praticam na Bolívia, Peru, Equador e Colômbia; e de condenar as fraudes eleitorais e todas as modalidades de repressão. Da mesma maneira, o II Encontro expressou seu apoio à reivindicação da Argentina sobre as Ilhas Malvinas; seu respaldo à independência de Martinica e Guadalupe; sua adesão à campanha de solidariedade contra o cólera no Equador denominada “um barco pela vida”; e sua rejeição a todas as medidas de impunidade na América Latina frente aos crimes do militarismo e às violações dos direitos humanos no nosso continente, em particular as relacionadas com os desaparecidos, bem como ao processo de mudanças e negociação política na Colômbia.

A década de 1980, a chamada década perdida para a América Latina, foi uma década de crise e reestruturação global da economia internacional, das relações entre as nações e as economias, assim como das relações políticas e sociais dentro de cada país. Durante esses anos ocorre a queda dos modelos autoritários do “socialismo real”. Na América Latina, desaparecem as ditaduras militares em muitos países. Nesses e em outros, abrem-se novos espaços de participação política, muitas vezes em democracias restringidas, permitindo a gestação, em meio à crise, de novos movimentos sociais de ampla expressão popular, lutando por reivindicações econômicas e sociais e pela democracia. É nesse contexto que surgem, em alguns países do continente, importantes partidos populares, além de se fortalecerem e adquirirem maior enraizamento social muitas organizações que desenvolviam suas lutas desde décadas precedentes. O avanço dessas forças expressou-se, em alguns países da América Latina, na conquista de governos locais, regionais e nacionais. Globalmente, as forças e movimentos populares, reivindicando ou não o socialismo em seus programas, impulsionaram em seu interior processos de renovação política e orgânica – que deverão ser alavancados – em crescente articulação com as lutas sociais. São expressões desse processo de renovação o crescente esforço de unidade, a crítica às concepções dogmáticas e burocráticas e o combate ao sectarismo. A profunda reflexão feita pelas esquerdas e todas as forças democráticas latino-americanas coloca a necessidade de oferecer à sociedade alternativas concretas na perspectiva das classes trabalhadoras, as forças democráticas e os

interesses nacionais, superando assim a simples crítica do sistema capitalista. As políticas recessivas de inspiração neoliberal aprofundam a crises política e social da nossa região causada pelo capitalismo dependente. Tais políticas destinam-se a assegurar a transferência de recursos que a região realiza para cobrir a carga dos serviços da dívida externa. A fim de cumprir com o capital financeiro internacional, os governos latino-americanos incrementam a descapitalização das nossas economias e os níveis de exploração e miséria das maiorias. Da mesma forma, essa política privilegia os mecanismos de mercado, aparentemente livres, para enfrentar os problemas econômicos e a regulação e reestruturação das nossas economias, favorecendo as grandes empresas transnacionais e nacionais que a controlam, em detrimento dos interesses nacionais e populares.

A estratégia predominante se caracteriza pela reestruturação e pela redução do papel do Estado na economia, sem considerar a sua necessária transformação em função dos objetivos nacionais, democráticos, econômicos e sociais das maiorias. Promove a privatização e acentua a centralização do capital e o predomínio das forças transnacionais na economia, instaurando uma indiscriminada abertura externa e maiores níveis de exploração e opressão da força de trabalho, com a redução dos salários reais, a desproteção das condições de trabalho e o recorte dos direitos sindicais. Enquanto a participação do Estado foi funcional às necessidades de acumulação do capital, sua participação não foi questionada. Hoje, diante da necessidade de ampliar a fronteira de investimentos do capital nacional e internacional, culpa-se o Estado pela crise econômica dos nossos países, assim como de supostas "práticas socializantes" na economia, motivo pelo qual se sugere sua redução ou seu "emagrecimento", para poderem assim se apropriar das empresas estratégicas e prioritárias de alta rentabilidade que o Estado controlava. Essa situação de privatização relega os princípios de soberania e o cumprimento dos objetivos nacionais em torno a crescimentos econômicos mais equilibrados e sustentados, já que passa a predominar o objetivo exclusivo da alta lucratividade. Isso leva a acentuar os problemas existentes, com a resultante vulnerabilidade das nossas economias aos fatores externos (maior investimento estrangeiro direto, maiores empréstimos) para o financiamento dos desequilíbrios gerados.

Para esse fim, promoveram-se transformações do aparelho jurídico-institucional que rege as relações internacionais, entre as quais se destacam: a eliminação de barreiras protecionistas que permitiram a industrialização dos nossos países; a modificação das leis de investimento estrangeiro; a modificação das leis trabalhistas para garantir uma maior exploração da força de trabalho, assim como a modificação das leis agrárias para reverter os processos de reforma agrária e privatizar o campo. Esse processo compreende, além dos recursos institucionais, o uso da violência contra os movimentos camponeses do continente, dado seu no-

tável peso no movimento popular e social. A imposição do neoliberalismo e suas políticas pró-imperialistas e antipopulares foi possível, em boa medida, devido aos controles verticais e às democracias restringidas predominantes em muitos de nossos países. Nesse contexto, destacam-se as fraudes e mecanismos eleitorais irregulares, a extensão de práticas venais e corruptas, a repressão aos sindicatos e organizações sociais independentes, o controle à imprensa e dos meios de comunicação na perspectiva de limitar os alcances das transformações democráticas, manipular os anseios democratizadores da sociedade, e permitir – com relativa governabilidade – a instrumentação de seu novo esquema de dominação, no qual se combina o neoliberalismo com o autoritarismo político e um sistema de impunidade para o abuso e a corrupção dos governantes. Também constituem instrumentos a serviço do neoliberalismo a sobrevivência das doutrinas de segurança nacional, a militarização das sociedades e o crescente papel das forças armadas e paramilitares em diversos Estados e governos latino-americanos, que se apoiam em estados de exceção e de emergência e recortam, cada vez mais, os direitos democráticos da população. Além disso, devemos destacar que em diversos países foram desenhadas estruturas políticas nas quais aqueles que são eleitos têm sua capacidade de mandato recortada, pois ficam superpostas instituições não eleitas e instâncias eletivas, limitando aos governos a capacidade de ação para modificar as políticas neoliberais já impostas e transformar essas realidades.

A reestruturação neoliberal implicou um processo de maior submissão dos Estados nacionais aos interesses imperialistas dos países desenvolvidos, o que se traduziu na perda de soberania, na priorização do pagamento da dívida externa, na concessão de grandes benefícios às transnacionais e, conseqüentemente, na eliminação de políticas de bem-estar social, na redução da renda das maiorias trabalhadoras e no prejuízo dos interesses das classes médias, dos operários e dos camponeses. Na medida em que a política neoliberal tem fracassado na solução dos problemas econômicos da nossa região, e não tem sido capaz de gerar condições de crescimento econômico e estabilidade, isso leva a novas concessões ao capital transnacional: maiores facilidades para o investimento estrangeiro direto, maior abertura econômica, acordos econômicos bilaterais, para estimular o fluxo de investimentos para nossos países e retomar ou impulsionar condições de crescimento que somente passam a favorecer os setores hegemônicos. As políticas neoliberais conduzem as nossas economias a se especializarem novamente em torno das vantagens comparativas (recursos naturais e processos produtivos baseados no uso intensivo de mão de obra) para enfrentar o processo de concorrência e inserção na economia mundial. Pondo o foco do crescimento nesses setores, serão inevitavelmente acentuados a dependência e o atraso das nossas economias em relação às dos países desenvolvidos. Em consequência, tal projeto não

é mais do que a subordinação das economias latino-americanas ao projeto de reestruturação global comandado pelos países desenvolvidos, em especial os setores hegemônicos da economia norte-americana. Nesse projeto, combinam-se novos e velhos métodos de penetração e ingerência, de reestruturação hegemônica dos Estados Unidos com o continente: a “Iniciativa para as Américas”, a invasão do Panamá para garantir o controle do canal e do país, o estrangulamento da Nicarágua por uma guerra imposta, o bloqueio e a ameaça contra Cuba, as tentativas de mediação dos processos de solução política negociada na América Central para dismantlar os movimentos democráticos e a preparação da “guerra andina” com o pretexto do narcotráfico. Todas são medidas para reconstruir na região as zonas de dominação econômica e geopolítica dos Estados Unidos, a “fortaleza americana”, condenando os países latino-americanos a uma nova e maior subordinação consentida por seus governos.

É indispensável pensar em nossa alternativa própria, como novos supostos e critérios, a fim de evitar que as relações econômicas com os países imperialistas e os mecanismos do mercado aprofundem as diferenças existentes e perpetuem o subdesenvolvimento, a dependência e a integração subordinada e passiva com os países desenvolvidos. Ante os enormes desafios que temos pela frente não podemos pensar que o melhor caminho para os países da América Latina e Caribe seja o de continuar cada um por si, limitados aos seus próprios esforços e desatendendo nossas raízes comuns e as condições comuns vividas hoje pelos nossos países em relação ao mundo desenvolvido. A solução de fundo das dificuldades e problemas encontra-se atualmente na transformação profunda das nossas sociedades e na integração política e econômica da América Latina e Caribe, que foi durante séculos um incentivo nas lutas libertárias e constitui agora a ideia motriz para impulsionar a nossa cabal emancipação em relação ao processo de reestruturação do capitalismo no âmbito mundial para ajudar a gerar uma nova ordem internacional que respeite os nossos valores nacionais e satisfaça as necessidades dos nossos povos. Avançar em direção a essa meta só será possível se forem estabelecidos em nossos países Estados democráticos e independentes e governos comprometidos com a transformação, sustentados em um forte apoio e uma decisiva participação dos seus povos. Esse tipo de respaldo só pode ser dado, nos nossos dias, por sociedades justas, democráticas e organizadas. Em tal processo, deverão ter participação fundamental os setores afetados pelo modelo neoliberal, ou seja, os trabalhadores da cidade e do campo, a pequena e média burguesia, os empresários nacionalistas, amplos setores de mulheres e jovens, as nacionalidades e etnias oprimidas, bem como os setores mais desprotegidos da sociedade. No campo econômico, trata-se de que a organização democrática da sociedade defina as funções do mercado e a participação do Estado na vida econômica, o que de-

verá ser feito numa perspectiva antimonopólica e de justiça social. Esse será um ponto de conteúdo das nossas propostas democráticas na luta para sermos governo e poder. Com base nisso poderão ser alcançados e consolidados, em cada um de nossos países, os objetivos e valores comuns: democracia econômica, política e social; respeito pelo voto e pela participação política direta e permanente do povo; pluralismo; direitos cidadãos; direitos humanos; direitos sociais; reformas estruturais e reforma agrária; organização democrática e independente do povo; proteção da natureza; respeito e promoção da identidade cultural e nacional dos povos originários do nosso continente; solidariedade social e soberania nacional. A partir da consolidação dos limites dos processos democratizadores na América Latina, os debates do Foro apontaram para a reafirmação de seu compromisso com a democracia econômica, política e social, que consideramos um valor permanente em todos os momentos de luta.

As discussões trouxeram a necessidade de articular as dimensões econômica, cultural e social da democracia com a sua dimensão política. Os valores da igualdade e da justiça social são, assim, inseparáveis da liberdade. Para que esta democracia possa se constituir e se desenvolver, é de fundamental importância que os trabalhadores e os setores populares tenham nesse processo um papel protagonista decisivo. Uma democracia, como processo aberto de criação de novos direitos, incorpora necessariamente reivindicações e alternativas que são apresentadas pelo movimento de mulheres, pelos que lutam pela preservação do meio ambiente, pelos jovens, pelas nacionalidades e etnias – minorias ou não – que sofrem opressão e discriminação em nossas sociedades. Ao defender a democracia para a sociedade e para o Estado, estamos, ao mesmo tempo, defendendo a democracia no interior dos partidos, dos sindicatos e de todas as organizações sociais. Nessa visão, a educação é uma necessidade no interior dos partidos, mas particularmente uma responsabilidade inescapável desses para com a sociedade, o que exige rever os termos em que ela deve ser concebida e realizada. Portanto, essa educação política deve contribuir para a democratização de nossas sociedades e, de maneira relevante, a de nossos partidos e organizações, oferecendo elementos para a geração de uma nova cultura política. As organizações e partidos políticos que participaram do II Encontro coincidiram na necessidade de continuar discutindo a busca de políticas alternativas aos modelos neoliberais hoje predominantes em nossa região. Nessa busca, nós nos comprometemos a empreender iniciativas políticas conjuntamente com partidos, sindicatos e organizações da sociedade civil de outros países e regiões do mundo a fim de lutar por uma nova ordem econômica e política baseada na justiça, na equidade e na reciprocidade. Nós, participantes deste II Encontro, acordamos uma série de eventos que permitirão dar continuidade ao intercâmbio de opiniões sobre a atual temática latino-americana, a seguir.

1. Um seminário sobre projetos alternativos de integração latino-americana, com a participação de especialistas, sindicalistas e dirigentes políticos latino-americanos (fevereiro de 1992). 2. Realizar o III Encontro dos Movimentos e Partidos Políticos do Foro de São Paulo, para continuar o intercâmbio de experiências, a discussão política e as conclusões geradas no seminário (junho de 1992). 3. Celebrar um fórum sobre o diálogo Norte-Sul, a ser realizado em alguma capital europeia. 4. Celebrar um fórum sobre América Latina e a nova ordem mundial, a ser realizado nos Estados Unidos. 5. Enviar delegações de destacados dirigentes políticos latino-americanos a diferentes fóruns nacionais, regionais e internacionais a fim de apresentar as conclusões dos nossos eventos. 6. Estimular, participar e respaldar todos os programas alternativos às comemorações oficiais do V Centenário do denominado Descobrimento da América.

O II Encontro decide, igualmente, formar um grupo de trabalho encarregado de consultar e promover estudos e ações unitárias em torno aos acordos do Foro, integrado pelas seguintes organizações: Partido dos Trabalhadores do Brasil, Esquerda Unida do Peru, Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional de El Salvador, Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua, Partido Comunista de Cuba, Frente Ampla do Uruguai, Partido da Revolução Democrática do México, Movimento Lavalás do Haiti e Movimento Bolívia Livre.

DECLARAÇÃO FINAL DO III ENCONTRO

Manágua, Nicarágua
16 a 19 de julho de 1992

De 16 a 19 de julho de 1992, teve lugar em Manágua, na Nicarágua, o III Encontro dos Movimentos e Partidos Políticos do Foro de São Paulo. A Frente Sandinista de Libertação Nacional foi sua anfitriã, do qual participaram 61 organizações e partidos políticos provenientes de 17 países da América Latina e Caribe, com um total de 122 delegados, 43 organizações e partidos que na qualidade de observadores, dos quais 2 são da África, 9 da Ásia, 21 da Europa e 11 dos Estados Unidos e Canadá, com um total de 60 observadores que, somados aos 122 delegados, perfazem um total de 182 assistentes ao evento.

1. Importância e futuro do Foro de São Paulo

Como revela este III Encontro e o evidente reconhecimento internacional, o Foro de São Paulo tem demonstrado servir de instância de encontro e intercâmbio entre as diferentes forças democráticas de identidades nacionalistas, populares e socialistas. Aos 500 anos da invasão, conquista e colonização da América Latina, aspiramos não apenas a recolher cinco séculos de resistência indígena, negra e popular, reafirmando o direito dos nossos povos à liberdade, à soberania, à justiça social e ao desenvolvimento, mas também queremos, a partir da organização autônoma das maiorias trabalhadoras e nacionais, a partir do fortalecimento da nossa identidade histórica e cultural e a partir da ação combativa e criadora, gerar a nossa entrada no Terceiro Milênio. Queremos, dessa perspectiva, saudar em particular a presença dos observadores de outros continentes que consideram o Foro como uma expressão viva da determinação dos povos do Sul para fazer frente a um sistema de opressão que pretende se perpetuar sobre as maiorias do mundo. O Foro evidencia a disposição de continuar a luta pela definitiva libertação econômica e política da América Latina e Caribe, hoje ameaçados por novos mecanismos de dominação e opressão imperialista. Reafirma a vigência da luta pela libertação nacional, pela justiça social e pela democracia em toda a sua extensão e componentes que abrange, não só o político, mas também o econômico, social e cultural. Representa o rechaço da maioria dos latino-americanos à pretensão de identificarem democracia com capitalismo, modernização com submissão e renúncia ao desenvolvimento com justiça social. É de particular importância o compromisso assumido pelos participantes nos Seminários de Lima e Manágua de

institucionalizarem e coordenarem os seus trabalhos, fornecendo ao Foro e a todos os movimentos progressistas o resultado de suas análises e recomendações.

2. Ofensiva multifacetada do Norte contra América Latina e Caribe

Na América Latina e no Caribe ocorre uma ofensiva multifacetada do Norte para redobrar a sua dominação, modificando e aprofundando as estruturas básicas do capitalismo dependente, impondo políticas neoliberais com a consequente deterioração das condições de vida do povo, recortes de seus direitos básicos, desnacionalização e abertura indiscriminada dos países ao capital e à produção mundial. Cumprem um papel-chave nesta investida contra os interesses populares os organismos financeiros multinacionais controlados pelos Estados Unidos e pelas grandes potências imperialistas, como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, assim como a instrumentalização da injusta e impagável dívida externa e a conformação de blocos econômicos e geopolíticos sob o controle das grandes potências que pretendem submeter os países do Sul. Torna-se mais aguda uma situação de dependência na qual as sociedades do Sul não podem se reproduzir sem passar pelas decisões do Norte. Os países que sempre viveram da venda dos produtos primários enfrentam um fenômeno de “quarta mundialização”, que consiste em sua crescente exclusão do processo global de produção e intercâmbio. É importante frisar que essas tentativas de realizar uma nova divisão do mundo entre os monopólios das principais potências se desenvolve em meio ao agravamento dos conflitos imperialistas e da crise mundial, condições que os povos oprimidos e explorados do mundo devem saber aproveitar. Não obstante os fatores externos que, em grande medida, causam a situação extremamente grave vivida pelos povos da América Latina e Caribe, não se pode minimizar – é necessário sublinhar – a alta responsabilidade dos elementos internos sobre ela. Setores da oligarquia e do grande capital transnacionalizado empenham-se em manter os vínculos dependentes do Sul com o Norte, atuando como cúmplices e beneficiários da imposição de “democracias controladas”, para resguardar seus interesses comuns e a hegemonização do poder nos níveis local e internacional.

Esse modelo promove, por sua vez, a transformação profunda dos Estados num sentido antidemocrático, concentrando o poder em instituições não elegíveis nem sujeitas ao controle social, como os organismos de condução econômica, as forças armadas repressivas, excluindo e marginalizando as maiorias nacionais das principais decisões econômicas e políticas. Nesse contexto operam as diversas formas de adequação da Teoria e Prática de Segurança Nacional como elementos permanentes de autoritarismo que levam as forças armadas a assumirem um papel repressivo, direto ou latente, para com os movimentos populares. A ofensiva neoli-

beral se desenvolve também no plano cultural e ideológico, visando a desagregação de valores solidários enraizados em nossa sociedade, impondo um modelo individualista e competitivo que enfrenta uns contra outros para sobreviver. Fica, assim, cada vez mais restringida a participação social e política do nosso povo. Os programas de ajuste estrutural, políticos e econômicos, definidos e impostos pela pressão de organismos financeiros multilaterais, longe de assegurar um desenvolvimento social, procuram apenas criar melhores condições para a inserção dependente e funcional aos interesses imperialistas das economias e estados do Sul ao sistema hegemônico capitalista. Essas reformas e essa inserção acarretam a marginalização das maiorias populares, classes médias e forças da cultura, a ampliação do desemprego e a reversão de conquistas sociais e uma maior concentração da riqueza, especialmente por parte dos monopólios e oligopólios. Ao mesmo tempo, diversos fóruns e organizações mundiais e regionais são cada vez mais hegemonzados pelos Estados Unidos e pelas outras potências capitalistas, para consolidar uma ordem mundial e regional à medida dos seus interesses, pretendendo legitimar o papel de gendarme internacional para os EUA, principalmente por meio do Conselho de Segurança da ONU. Tudo isso é feito aproveitando as mudanças nos países da Europa do Leste e a perda do contrapeso geopolítico, além do enfraquecimento das instâncias articuladoras dos países do Sul. Em Manágua, o Foro se dedicou a definir pautas sobre as alternativas em matéria de política e econômica que possam servir de pontos de referência e de apoio para as forças políticas que em cada nação definem posições específicas. Para tanto, contou-se com a rica contribuição dos Seminários-Oficinas sobre Alternativas de Desenvolvimento e Integração na América Latina e no Caribe, levados a cabo em Lima, Peru, de 26 a 29 de fevereiro de 1992, e em Manágua, de 13 a 16 de julho de 1992, em cumprimento da resolução do II Encontro no México.

Os participantes do Foro consideraram que os Seminários-Oficinas puderam continuar cumprindo com o seu objetivo de analisar as experiências de desenvolvimento e integração econômica latino-americana, ampliando a participação de novos enfoques alternativos da esquerda, abrindo o caminho para enriquecer a análise e a definição de propostas populares concretas regionais, assim como aquelas que os membros do Foro levarem adiante no nível nacional.

3 Elementos para a defesa dos interesses populares

A busca de alternativas populares e revolucionárias deve conjugar a capacidade de promover a resistência à política neoliberal com a criação de espaços de poder popular que afirmem a tendência à recomposição da capacidade de luta do povo e a gestação de uma cultura contraposta à cultura de dominação. Para a América

Latina e todas as forças democráticas do mundo, destacam-se no debate os seguintes elementos, baseados nos subsídios preparados pelos Seminários-Oficinas: 1. O projeto neoliberal proposto para a América Latina e o Caribe não admite emendas, pois o seu mal radica na natureza da injusta ordem econômica mundial que busca consolidar o modelo de sociedade que pretende impor. Só a unidade ampla, em toda a sua diversidade, de todas as esquerdas e forças progressistas poderá alcançar uma mudança de metas mais de acordo com as exigências da justiça e da paz. 2. O conteúdo econômico de uma integração alternativa deve partir do interior das sociedades, da luta destinada a superar as estruturas e os modelos dominantes e a eliminar controles oligopólios, e da construção de um desenvolvimento econômico autônomo orientado, em primeiro lugar, a satisfazer as necessidades básicas das maiorias, substituindo a atual aliança dos setores transnacionalizados da burguesia com o capital internacional por uma aliança entre todas as forças interessadas na promoção de projetos nacionais para a consecução da justiça social, da democracia e da libertação nacional. 3. Hoje em dia é possível afirmar que todo processo de desenvolvimento econômico genuíno passa por uma mudança de sujeitos sociais no poder, por uma justa distribuição da propriedade e da riqueza, pela criação de poderes de maiorias e pelo fortalecimento da sociedade civil. Os espaços de participação para alcançar essas metas devem ser abertos, tanto na organização autônoma do povo quanto nas instâncias estatais, ampliando a influência das maiorias populares. As políticas sociais não podem ser separadas das políticas econômicas, porque essas devem ser desenhadas para atender os problemas sociais. É preciso modificar o caráter da estrutura produtiva tradicional, ou lutar pela vigência das mudanças nos países que já as alcançaram, combatendo as políticas, tanto ortodoxas quanto heterodoxas, de ajuste estrutural e favorecendo o desenvolvimento das forças produtivas. 4. É necessário um trabalho político ativo orientado à organização autônoma da população em suas diferentes estruturas e modalidades, partindo da base até chegar às suas expressões nacionais. Devemos enfrentar a estratégia neoliberal de enfraquecimento da ação e do peso político do movimento popular. 5. Precisamos de programas que contemplem de maneira específica os mecanismos para garantir a integração plena e igualitária da mulher na sociedade, que reconheça a maternidade como função social e o trabalho doméstico como produtor de riqueza. Programas com metas para a inclusão das mulheres na produção e apropriação da riqueza material, cultural, política, tecnológica, intelectual da sociedade e eliminação de relações sociais opressivas. 6. Uma alternativa genuinamente popular deve contemplar um programa democratizador que altere e substitua instituições antidemocráticas elegíveis e não elegíveis e que, sobre novas bases constitucionais, possibilite criar e desenvolver uma democracia integral: política, econômica e social. 7. Uma alternativa popular tem que se preparar para

assumir responsabilidades econômicas monopolizadas por setores empresariais nacionais e estrangeiros que impedem o desenvolvimento mais profundo de iniciativas favoráveis às maiorias. Num novo marco estrutural e institucional, pessoas e organizações populares devem assumir papéis de direção e gestão econômicas que facilitem as transformações requeridas. São essenciais para isso a informação, a transparência, o debate público e o desenvolvimento de formas de participação popular, do nível local ao nacional. Essas formas de participação terão viabilidade somente dentro de um projeto de transformação global para uma nova sociedade.

8. A participação popular no desenho, direção, gestão e fiscalização das decisões estratégicas depende da existência de um projeto claro de desenvolvimento nacional ao qual são direcionados os esforços das partes. A soma de tarefas microeconômicas, por mais autônomas e populares que sejam, não constituem por si só uma alternativa nacional.

9. O Estado deve constituir um cenário de participação e de poder de decisão nacional, na medida em que está obrigado a assumir um papel central regulador e promotor da equidade social, sem abandonar a direção da economia à chamada suprema vontade do mercado, que não é mais do que a vontade do grande capital nacional e estrangeiro e dos organismos financeiros multilaterais. Deve-se abrigar a luta de nossos povos e nações originárias, rompendo com a submissão ancestral, a fim de criar as condições que permitam a construção de sociedades e Estados plurinacionais. Trata-se de um fator central para o desenvolvimento popular, o que significa que não se pode permitir que os conteúdos da educação e dos meios de comunicação sejam impostos de fora, nem que reflitam exclusivamente interesses minoritários locais. Os movimentos populares e as forças democráticas devem fortalecer e modernizar os seus próprios meios de comunicação, assim como lutar pela democratização dos meios de comunicação social.

Na América Latina e no Caribe, a autonomia dos povos indígenas e dos grupos étnicos social e culturalmente estruturados exige bases econômicas próprias e formas de representação política idôneas, como parte indispensável de todo projeto de participação democrática. A luta pela democracia no nosso continente também deve expressar a reivindicação do fim do colonialismo na América Latina e no Caribe e o respaldo ao direito desses povos à sua autodeterminação e plena independência. Os direitos dos imigrantes latino-americanos e caribenhos nos Estados Unidos devem ser assumidos, em forma militante, por todos os nossos movimentos e partidos, procurando apoiar seus justos protestos e reivindicações articulados à rebeldia das minorias negras e às lutas de outros setores empobrecidos, exigindo com vigor o fim da discriminação, da exploração, da exclusão e da repressão que continuam em aumento.

4. A integração dos povos

A Iniciativa para as Américas e os Tratados de Livre Comércio nela contemplados pretendem tornar permanentes e imutáveis as concessões globais hoje demandadas pelo capital estrangeiro. Representam um atentado contra a democracia na América Latina e no Caribe, pois outorgam ainda mais poder a empresas transnacionais para tomar decisões que têm relação com a possibilidade de os povos terem educação, saúde e outros serviços indispensáveis para melhorar a qualidade de vida. Essas políticas, sustentadas por setores dominantes em cada país, geram graves processos de desestruturação econômica e desintegração das nossas sociedades, bloqueando as chances de um desenvolvimento efetivo. O esquema político e econômico promovido pelos Estados Unidos supõe uma integração subordinada, que atualiza e destaca a necessidade de impulsionar um processo de integração entre os países da América Latina e Caribe que corresponda à sua visão, necessidades e interesses específicos. Esse processo deve ser fundado na solidariedade entre os povos: uma integração “de baixo para cima”, que favoreça a conformação de redes de intercâmbio, de coordenação e complementação de políticas produtivas, financeiras e sociais a partir das quais um processo de desenvolvimento e integração regional possa avançar. Estamos convencidos de que a luta pela integração dos povos constitui um desafio político, consistente em desenvolver um esforço comum para construir relações políticas democráticas, abrangendo organizações nos níveis local, nacional, sub-regional, regional e mundial, com vistas a construir uma nova ordem democrática em toda a sua globalidade. Essa integração alternativa deve incluir um componente cultural capaz de responder às reivindicações próprias de diversos grupos da sociedade: trabalhadores urbanos e rurais, desempregados, camponeses, mulheres, povos indígenas, etnias, religiosos, pequenos e médios empresários e todas as forças econômicas que ponham o interesse nacional acima dos interesses particulares. Os partidos de esquerda deverão sempre manter as mais estreitas relações com essas organizações populares ou da sociedade civil, não para instrumentalizá-las, mas, sim, para conhecer bem as suas exigências e assumi-las na sua luta. Deve ser um componente fundamental de um projeto popular uma educação que garanta o desenvolvimento econômico e social, e aprofunde a democracia oferecendo os instrumentos para opções conscientes, de real participação. Um projeto alternativo de integração deve ir além do contorno meramente comercial liberalizador, que tende a incrementar a vulnerabilidade das nossas economias e a dependência em relação ao capital transnacional. Deve ter como objetivo de curto, médio e longo prazo, uma integração social, política e econômica e uma articulação dinâmica de culturas, para alcançar um desenvolvimento econômico e social justo. Nós, participantes do Foro, reafirmamos que todo projeto alternativo

ou programa de ação política deve levar em conta o papel nocivo da política intervencionista dos Estados Unidos. Esse ingerencismo teve historicamente o objetivo de resguardar as estruturas do capitalismo dependente na região, agredindo todo projeto político que não priorize os interesses econômicos e geopolíticos dessa potência. O êxito da integração dos povos pode ser seriamente comprometido pela manipulação da dívida externa. Os bancos credores e organismos financeiros querem nos fazer acreditar que, com os acordos assinados com base no Plano Brady, estariam resolvidos os problemas criados pela dívida externa. Nada mais falso do que isso. O pagamento da dívida externa continua aprofundando a miséria e impossibilitando os investimentos necessários ao crescimento econômico, progresso técnico e justiça social. A integração exigirá a procura de mecanismos próprios de negociação conjunta como resposta à unidade dos credores.

5. Preocupante “legitimação” da política intervencionista

Alertamos o mundo sobre o perigo embutido nas mais recentes manifestações da intervenção militar, amparadas e ocultas na luta contra o narcotráfico e o terrorismo. Sob esse pretexto, os Estados Unidos organizam campanhas militares na região andina, ao mesmo tempo em que fortalecem a capacidade repressiva das estruturas de segurança e espionagem da nossa região. À política das canhoneiras, tradicionalmente empregada pelos Estados Unidos contra os nossos povos, soma-se agora à legitimação desta a partir da sentença ilegal da Corte Suprema de Justiça dos Estados Unidos, que, junto a uma série de gestões de extradição sob pressões diversas, legitima o sequestro de quem o próprio governo de Washington considerar que cometeu um delito. Unimos a nossa voz às outras forças defensoras do direito para denunciar essa nova tentativa de impor a lei do mais forte nas relações internacionais, em flagrante violação das soberanias nacionais e do direito internacional. Demandamos a anulação dessa pretensão ilegítima pelos organismos mundiais e regionais jurídicos competentes, bem como a imediata repatriação dos sequestrados. A política agressiva e de crescente hostilidade do governo dos Estados Unidos contra o povo e o governo de Cuba, incluindo as novas tentativas de ampliar o bloqueio econômico contra essa nação soberana, constitui uma afronta à soberania latino-americana e caribenha e uma ofensa à dignidade dos povos. Frente a isso, afirmamos o nosso apoio ao direito do povo e do governo de Cuba de defender a sua determinação de levar adiante a construção do socialismo no seu país. Nós nos comprometemos com a mobilização dos povos da nossa região e do mundo para contribuímos para a defesa dessa irmã nação latino-americana, exigindo a todos os governos não cederem às pressões imperiais que pretendem

obstaculizar os laços de cooperação com Cuba que só podem acarretar saldos positivos em termos materiais e morais.

6. Alternativas e exigências

Em defesa da soberania dos povos e do direito de autodeterminação e independência, e dos direitos políticos, cívicos, econômicos, sociais e culturais dos homens, mulheres, crianças e povos inteiros da América, chamamos a construir uma nova ordem econômica e política internacional, diferente da que hoje pretende se impor sob a hegemonia norte-americana e das potências capitalistas, que permita:

a democratização dos organismos multinacionais e, em especial, das Nações Unidas, revisando suas atuais normas orgânicas, que permitem o abuso hegemônico do Conselho de Segurança, criado para resguardar a paz, e agora utilizado com o propósito de justificar recentes guerras ilegais dos Estados Unidos; - resolver definitivamente o grave problema da dívida externa que agonia os países do Sul e os oprime, remetindo-a e conseguindo um fluxo de recursos financeiros positivos em direção a esses países; - modificar o atual regime de intercâmbio desigual entre os países desenvolvidos e os do Sul, que impõe a estes últimos uma permanente e crescente drenagem de recursos; - uma total reorientação das políticas e funções do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, redefinindo os mecanismos de tomada de decisões; - políticas econômicas e modelos de desenvolvimento que garantam a preservação do meio ambiente, acabem com a devastação ecológica e vinculem a luta pelo meio ambiente com a luta contra a pobreza; - o reconhecimento da dívida ecológica que os países do mundo capitalista desenvolvido têm com os países do Sul; - a reorientação de gastos militares das grandes potências para o desenvolvimento do Sul, impulsionando o desarmamento mundial; - a democratização do mecanismo de informação e comunicação mundial; - o respeito à soberania nacional e aos princípios de não intervenção, e de solução política das diferenças entre nações; - o impulso para a reforma jurídica internacional de acordo com as metas propostas, no contexto da designação nas Nações Unidas desta década como a Década do Direito Internacional e da Paz, para a elaboração de projetos de acordos e convenções que garantam a nossa entrada no ano 2000 com um sistema jurídico internacional à altura das exigências da justiça e da paz; - o impulso a processos de integração dos povos e nações nos níveis regionais e Sul-Sul como instrumentos dos países do Sul para fortalecer a sua inserção na economia mundial.

O Foro de São Paulo demanda:

1. O fim imediato do ilegal e imoral bloqueio contra Cuba e a assistência econômica internacional maciça para impedir que continuem se aprofundando as nefastas consequências de mais de 30 anos de bloqueio, bem como a restituição

do território de Guantánamo a Cuba. 2. A restituição de Jean Bertrand Aristide na Presidência do Haiti e a plena aplicação de sanções contra esse país até seu legítimo Presidente retornar com os poderes que lhe correspondem. Damos nosso apoio à proposta de Aristide de que as negociações sejam levadas a cabo no Haiti e sem nenhum tipo de intervenção militar ou ameaça de tal. 3. O restabelecimento pleno dos direitos democráticos cerceados no Peru e a eleição democrática de um Congresso Constituinte soberano, com prévio acordo de suas características e da legislação eleitoral entre as forças políticas e o regime de facto. Condenamos o golpe militar que impôs no Peru um regime ditatorial e militarizado com a participação de quem fora eleito dois anos atrás presidente constitucional. Demandamos o fim da hostilização e repressão contra organizações políticas, sociais e populares. 4. O fiel e oportuno cumprimento por parte do governo de El Salvador dos Acordos de Paz assinados com a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. É de suma importância proceder ao imediato cumprimento dos acordos sobre o tema socioeconômico, particularmente no que se refere à transferência das terras das zonas de conflito aos seus atuais moradores e trabalhadores, bem como superar o atraso no funcionamento do Fórum para a concertação econômica e social, pois se trata de acordos-chave para criar novas opções de desenvolvimento para os setores populares. 5. A agilização do processo negociador na Guatemala, levando em conta que não haverá paz na América Central sem paz na Guatemala e que a proposta da URNG denominada “Por uma paz justa e democrática: conteúdo da negociação” constitui uma proposta viável para chegar a uma solução política para o conflito armado. 6. O fim imediato de toda ingerência e intromissão dos Estados Unidos nos assuntos da Nicarágua, assim como o fim das pressões e chantagem que pretendem condicionar o futuro político dessa nação e reverter as conquistas da Revolução Popular Sandinista. Nesse sentido, denuncia o congelamento de fundos já aprovados, pretendendo ignorar ou esquecer que essas alocações representam miseráveis migalhas do que teriam que entregar, pois a Corte Internacional de Justiça de La Haia ordenou aos Estados Unidos que pagassem à Nicarágua pelos danos ocasionados pela guerra. 7. O desconhecimento do governo ilegítimo imposto no Panamá pela invasão dos Estados Unidos, a retirada de todas as tropas estadunidenses desse país e o respeito aos tratados Torrijos-Carter. 8. O respeito ao direito do povo irmão latino-americano de Porto Rico à livre determinação e à independência, assim como o fechamento das bases militares nessa nação. 9. A restituição à República Argentina das Ilhas Malvinas e demais enclaves coloniais ingleses no Atlântico Sul e, ao mesmo tempo, o imediato desmantelamento das bases militares instaladas pelo Reino Unido da Grã-Bretanha, assim como o fim da exploração econômica dos recursos naturais do mar adjacente e de toda restrição aplicada na zona à República Argentina. 10. A total erradicação do colonialismo

no Caribe e a eliminação das bases militares estrangeiras nessa região, para tornar realidade o direito à autodeterminação e independência dos países e territórios que ainda sofrem dominação colonial na América Latina e no Caribe. 11. A continuidade do processo de negociação para uma solução política e não militar ao conflito interno colombiano e a pronta retomada do diálogo entre o governo e a Coordenadora Simón Bolívar. 12. O fechamento das bases militares dos EUA em Honduras.

O Foro constata que não houve avanços no panorama político e democrático na maioria dos países da região, cuja situação foi adequadamente caracterizada no ano passado na Cidade do México. Em alguns países subsistem regimes autoritários que, para aplicar as políticas neoliberais e facilitar a impunidade, o abuso e a corrupção dos governantes, se negam a impulsionar a transição à democracia, a respeitar o voto cidadão e a se comprometer na formação de autênticos sistemas de partidos políticos regidos pela concorrência em condições de igualdade e pela possibilidade real da alternância no governo. Exige, portanto, o fim imediato e inequívoco dos mecanismos e fraudes eleitorais, da extensão de práticas penais e corruptas, da repressão aos sindicatos e organizações sociais independentes, do controle da imprensa e dos meios de comunicação para limitar o alcance das transformações sociais e manipular os anseios democratizadores da sociedade. Acreditamos que existe hoje a possibilidade e a necessidade de construir novas pontes de entendimento e fórmulas de ação conjunta entre as forças democráticas do Sul e do Norte, ambas vítimas do mesmo sistema global neoliberal. A existência de opressão e desemprego crescente, as crises fiscais e o prejuízo dos serviços sociais, o surgimento de tendências racistas e direitistas, a ameaça ideológica, o fortalecimento do poder e da autonomia das comunidades, o autogoverno, a igualdade de gênero e racial, são elementos comuns às plataformas políticas de organizações, movimentos e partidos democráticos tanto do Sul como do Norte. Consideramos imprescindível impulsionar a criação de uma frente comum de negociação latino-americana para contrapor às grandes potências e blocos. Recordamos aos chefes de Estado e de governo, por ocasião da cúpula em Madri, a necessidade imperiosa de assumir esse desafio com uma base unitária sem ingerência externa alguma. Também é necessário retomar os esforços realizados na década passada, para analisar a crescente concentração dos meios de comunicação em mãos de cada vez menos empresas e o crescente predomínio norte-americano na difusão de notícias. Estando próximo o Quinto Centenário do chamado descobrimento da América e do consequente início da resistência indígena, negra, popular, os participantes do Foro convidam os povos do mundo a assumir as lutas de nossos ancestrais, a partir de uma reflexão sobre este acontecimento histórico que, com o extermínio de mais de 100 milhões de vidas humanas dos nossos povos originários, impôs a sub-

jugação política, cultural, econômica e social que hoje continua negando os mais elementares direitos a nossos povos indígenas junto às maiorias populares.

7. *Decisões*

O III Encontro aprovou as recomendações do Grupo de Trabalho sobre a futura integração deste, suas normativas e faculdades para assegurar o acompanhamento e execução das resoluções do Foro, assim como a representação e divulgação de seus objetivos e princípios nos diversos fóruns e eventos internacionais. Foi recebido também um relatório sobre os fóruns a ser realizados na Europa e na América do Norte. Os participantes deste III Encontro encomendaram ao Grupo de Trabalho levar a cabo as seguintes ações em cumprimento dos compromissos e tarefas políticas assumidas pelo Foro: 1. Dar a conhecer, particularmente entre as outras regiões do Sul, as posições políticas e econômicas expressas em nossos trabalhos e eventos, promovendo o reconhecimento institucional do Foro e o estabelecimento de uma comunicação permanente com fóruns e instâncias análogas. 2. Enviar uma delegação de destacados dirigentes para a celebração do 33o Aniversário da Revolução Cubana e para transmitir ao governo e ao povo cubano as decisões do Foro e tornar efetiva sua solidariedade com a defesa de Cuba. 3. Participar e promover ativamente os programas alternativos à celebração oficial do V Centenário. Chamamos a impugnar a celebração oficial dessa data, e exaltar a resistência indígena, negra e popular, como parte do grande esforço libertador. 4. Convocar um Seminário-Oficina sobre Educação Política e a Nova Relação Partidos Políticos-Movimentos Sociais, assegurando a presença de organismos sindicais e populares. 5. Designar uma delegação que dê acompanhamento ao processo de paz e busca de uma solução política negociada na qual estão empenhados governo e guerrilha e o conjunto da sociedade colombiana. Além disso, convocar uma Conferência de Solidariedade e pela Solução Política do conflito na Colômbia, cuja data e sede serão determinadas oportunamente. 6. Promover a conformação de delegações multinacionais e multipartidárias de forças participantes do Foro de São Paulo, para atuar em diversos fóruns internacionais. 7. Promover a ação unitária dos parlamentares dos partidos do Foro de São Paulo nos parlamentos regionais, no Parlamento Latino-americano e na União Interparlamentar Mundial. 8. Consultar a convocatória a um Seminário-Oficina sobre a opressão de gênero, priorizando os seguintes temas: feminização da pobreza; reprodução humana; participação e representação da mulher; políticas públicas, democratização do Estado e da sociedade, assim como de cultura feminina. 9. Realizar o seu IV Encontro em Havana, Cuba.

DECLARAÇÃO FINAL DO IV ENCONTRO

*La Habana, Cuba
21 a 24 de julho de 1993*

O IV Encontro do Foro de São Paulo, reunido na cidade de Havana de 21 e 24 de julho de 1993, com a presença de 112 organizações-membros e de 25 observadores da região, constituiu uma demonstração de vitalidade das forças políticas de identidades nacionalistas e anti-imperialistas, democráticas e populares, de esquerda e socialistas da América Latina e Caribe comprometidas com as mudanças profundas em nosso continente. Da mesma forma, a assistência de observadores representantes de 44 instituições e forças políticas da América do Norte, Europa, Ásia e África revela a significação adquirida pelo Foro. A escolha, durante o III Encontro, celebrado em Manágua, Nicarágua, da cidade de Havana como sede deste Encontro se transformou em uma decisão transcendente. Conseguiu a incorporação de 31 forças políticas, entre as quais se incluem 21 partidos e movimentos anticolonialistas, populares e democráticos do Caribe, que fortalecem esse esforço unitário. Permitiu entrar em contato com a difícil situação atravessada pelo povo-irmão de Cuba e constatar os graves efeitos do bloqueio e da política sistemática de agressão levada adiante pelo governo dos Estados Unidos. Igualmente, testemunhou a firmeza e vontade de luta cotidiana mostrada pelos cubanos para salvaguardar as conquistas econômicas e sociais alcançadas. Quando mais de 180 milhões de latino-americanos e caribenhos vivem na pobreza e 88 milhões suportam a extrema pobreza ou indigência, essas conquistas revolucionárias se tornam ainda mais significativas. Por isso, o IV Encontro reafirmou sua decidida condenação ao imoral bloqueio imperialista contra Cuba e assumiu o compromisso de aprofundar as ações políticas tendentes à sua suspensão, assim como a sua integração plena e incondicional à Comunidade Continental da qual é parte indivisível. O Foro de São Paulo se transformou num feito sem precedentes. Forças políticas da região, de diversas orientações ideológicas e políticas, encontraram formas de ir avançando no difícil e necessário caminho da unidade na diversidade, assentada no nosso próprio desenvolvimento histórico e fundada num continente mestiço, étnica e culturalmente, base da nossa potencialidade para desenvolver um modelo de sociedade soberana, solidária, justa e integradora. A América Latina e o Caribe, insertos num mundo unipolar conformado por blocos econômicos hegemônicos – que redefinem em função de parâmetros tecnológicos os termos de intercâmbio e a divisão internacional do trabalho – resistem à aplicação do modelo neoliberal. No último ano, evidenciam-se as fissuras do projeto neoliberal, até pouco tempo atrás francamente hegemônico. A mudança de presidentes no Brasil, Venezuela e

Guatemala manifesta a força da mobilização social e uma vontade de mudança da parte do povo, tanto no campo da luta contra a corrupção quanto no da rejeição à política econômica. É também manifestação dessa rejeição o resultado do plebiscito no Uruguai, no qual 72% dos votantes se expressaram contra a política de privatização de empresas públicas que o neoliberalismo vem impondo.

São mais visíveis hoje as consequências das políticas neoliberais. Vivemos a abertura indiscriminada da economia, a confiança cega no mercado, um mercado controlado por oligopólios e transnacionais; a organização da economia em função de garantir o pagamento da dívida externa e a sujeição a políticas definidas no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial. Essa realidade provoca destruição de ramos industriais, em especial os nacionais; aprofunda desequilíbrios entre os diversos setores da economia; incrementa o déficit das balanças comerciais e de pagamentos; inclusive – em alguns casos – faz retroceder as economias a uma nova fase primário-exportadora. No entanto, leva ao abandono da produção agropecuária não exportadora minando as possibilidades de autossuficiência alimentar e, sobretudo, aumenta o desemprego e prescinde de todo interesse na equidade e na justiça social. Assim, mesmo havendo crescimento em alguns países, não ocorre o aumento dos postos de trabalho, ao mesmo tempo em que se debilitam crescentemente os Estados nacionais, diminui a sua responsabilidade na atenção a urgentes necessidades sociais, a soberania nacional é recortada e a desigualdade se incrementa, o que contribui para o empobrecimento da população. A pobreza é cada vez mais difícil de ocultar. Hoje, governo e organismos internacionais a reconhecem formalmente. A III Cúpula Ibero-americana teve que incorporar a questão da miséria em sua agenda. A ausência de democracia econômica e social, o narcotráfico, a corrupção, o militarismo, os aparelhos repressivos e de inteligência à margem de todo controle democrático, o terrorismo de Estado e a impunidade constituem as mais graves ameaças à construção da democracia política na América Latina. O Foro destacou a importância da luta pela democracia política, entendida como um produto histórico do combate de povos. Afirmou a necessidade de aprofundar a democracia por meio da combinação de mecanismos representativos e formas de democracia participativa e direta, integrando lutas institucionais com lutas sociais. Ressaltou, igualmente, a necessidade de reconhecer e incorporar a pluralidade étnica e cultural, e a igualdade de gênero no exercício da democracia. A defesa e o aprofundamento das conquistas democráticas passam, também, pela luta contra a corrupção, transformada em prática cotidiana das elites políticas latino-americanas, em suas expressões tradicionais e neoliberais. A corrupção é um problema político e ético que põe em evidência as tentativas das classes dominantes de “privatizar” cada vez mais o Estado, subordinando-o ao serviço dos seus interesses corporativos e particulares. A democracia é incompatível

com a sobrevivência do colonialismo, que subjuga diversos povos do nosso continente, e com as restrições à soberania e à independência impostas aos nossos países pela dominação externa, econômica e política. É evidente que o presente estado da economia e da política no continente conduz a uma persistente violação dos direitos humanos dos nossos povos, provoca revoltas sociais e ações desesperadas, assim como uma ampla mobilização popular de rejeição ao neoliberalismo. É preciso que as nossas forças políticas contribuam para a orientação e organização das lutas sociais com uma perspectiva política de transcendência histórica. Para vencer os desafios colocados pelo quadro de miséria social, crise ética, instabilidade social e política e autoritarismo, é necessário passar da denúncia e da resistência para propostas e ações alternativas concretas. Diante desses desafios, e no que diz respeito aos processos eleitorais no que resta de 1993 e em 1994, várias das forças integrantes do Foro disputarão a presidência ou os governos dos seus países, em eleições nacionais, como nos casos do Brasil, Colômbia, Chile, El Salvador, México, Panamá, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. "Eleições limpas e democráticas" é uma palavra de ordem que o Foro apoia em todos os casos. Urge, portanto, formular e implementar projetos de desenvolvimento que, expressando os interesses e a força organizada de movimentos populares, apontem para um crescimento econômico sustentado e independente, ambientalmente equilibrado, e com distribuição equitativa da riqueza, num contexto de aprofundamento da democracia em todos os terrenos. O eixo deste projeto são as mudanças econômicas, políticas e sociais que permitam o acesso das maiorias ao emprego, ao consumo, à propriedade e aos direitos cidadãos. Esse projeto deve também evitar a degradação ecológica provocada pelo afã de lucro desmedido e pela pobreza extrema. Não se pode aceitar a fórmula "primeiro crescer e depois distribuir"; há que se definir uma estratégia de crescimento com distribuição. O projeto que queremos supõe combinar a existência do mercado com uma função reguladora do Estado – exceto nas colônias – e a enérgica promoção das mudanças estruturais necessárias para configurar o desenvolvimento com democracia e com justiça social e, em particular, para garantir as políticas sociais como educação, saúde, habitação, transporte etc. Vivemos um processo de crescente globalização da economia: um projeto de desenvolvimento não pode desconhecer esse processo. Mas, nele, os Estados Unidos pretendem que a América Latina e o Caribe sejam um simples apêndice submetido à sua economia, articulado ao redor dos interesses do grande capital. Isso coloca diante de nós, mais uma vez, a essencial necessidade da integração continental dos nossos povos e nações. A integração deve ocorrer, em primeiro lugar, no interior da América Latina e no Caribe, como um processo político e econômico que nos articule como um bloco político e que nos potencialize no sentido de complementar e compensar as diferenças das nossas economias. Somente uma comunidade

latino-americana e caribenha de nações, econômica e politicamente integrada, terá força para se recolocar, com independência, num mundo hoje controlado pelos grandes blocos econômicos e suas políticas adversas aos interesses dos nossos povos. Independência, desenvolvimento, democratização e integração não devem ser processos separados, nem consecutivos, mas, sim, integrados, interativos e contemporâneos da nossa atividade econômica e política. A integração deve comportar atividades produtivas, articulações políticas e objetivos sociais visualizados numa perspectiva continental. Por isso, é preciso e viável, ademais, fomentar a pesquisa científica e tecnológica comum, compartilhando os recursos humanos e naturais, oferecendo acesso aos avanços das nossas universidades e centros de pesquisa. O IV Encontro percebe que nas relações hemisféricas do atual governo norte-americano continuam prevalecendo as políticas de administrações anteriores. A presença militar no Panamá, a ilegal ocupação da base de Guantánamo, a manutenção do bloqueio a Cuba, o intervencionismo, associado ou não à luta contra o narcotráfico, assim como as pressões políticas e econômico-comerciais sobre nossos países, constam entre as situações que devem mudar radicalmente, se o que se deseja é concretizar uma relação efetivamente nova entre América Latina e o Caribe, de um lado, e Estados Unidos, do outro. É necessário que este último respeite o exercício da autodeterminação dos nossos povos e, em consequência, a pluralidade de sistemas econômico-sociais no nosso continente. O Foro de São Paulo registra como uma inaceitável e persistente realidade o status colonial de Porto Rico, Guiana Francesa, Martinica, Guadalupe e outros territórios coloniais, fazendo sua causa da independência nacional e da autodeterminação para os seus povos, assim como o reconhecimento da soberania argentina sobre as Malvinas. O IV Encontro expressa o seu respaldo aos esforços que na América Central realizam a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) e a Unidade Revolucionária Guatemalteca (URNG) por fortalecer os processos de paz que se desenvolvem na área e pela flexibilização e concertação de políticas a favor das classes populares. Da mesma forma, acredita que é de extrema importância a retomada das negociações na Colômbia para uma solução política do conflito armado e condena a estruturação de um regime autoritário e militarizado pseudo-constitucional no Peru, que não contribuirá para resolver os graves problemas desse país-irmão. Apoia, igualmente, a luta do povo do Haiti encaminhada a restituir a democracia e a constitucionalidade, mediante a reinstalação sem condições do seu legítimo presidente, e adverte contra a utilização do Acordo de Nova Iorque como pretexto para o intervencionismo militar estrangeiro nesse país. O Foro de São Paulo considera que é válido e necessário relembrar que no centro dos antecedentes que deram origem a estes conflitos já relacionados, que com uma ou outra intensidade tiveram lugar histori-

camente no continente, estão: a violação sistemática dos direitos humanos, a dependência, a injustiça social e as atrocidades ditaduras, fatos e situações por cuja erradicação definitiva e completa devem continuar lutando infatigavelmente todas as forças patrióticas, democráticas e progressistas da América. No plano internacional, por fim, o Foro declara que é necessário batalhar pela construção de uma nova ordem mundial, cujo conteúdo foi exposto com precisão no III Encontro de Manágua. A atual situação no âmbito dos organismos supranacionais, gestados à luz de outras realidades mundiais, manifesta-se em forma absolutamente injusta e carente de garantias. O caráter com que é invocado e usado o direito internacional e as próprias Nações Unidas e o seu Conselho de Segurança condiciona e atropela a soberania e a independência dos Estados. Sob o pretexto de fins legítimos, a interpretação das normas é enviesada, e elas ficam em função dos interesses das grandes potências; ao mesmo tempo em que estão condicionadas pela hegemonia militar dos Estados Unidos. Exemplos disso são a recente agressão ao Iraque, a ocupação militar da Somália com pretexto humanitário, a ameaça nuclear imperialista sobre a Coreia e as sanções à Líbia. Para completar, as Nações Unidas desconhecem as resoluções que o seu próprio Conselho de Segurança acordou, em qualidade de obrigações, para Israel, enquanto, nos fatos, faz-se cúmplice das agressões e do drama de que é objeto o povo palestino na sua luta pelo estabelecimento de um Estado independente. Após os desconcertos, frustrações e vazios dos últimos anos, o IV Encontro se realiza num momento em que ocorre uma ascensão das lutas populares e são alcançados progressos na busca e renovação do pensamento da esquerda latino-americana e caribenha. Estamos decididos a avançar por novos e criativos caminhos de luta e de vitória!

DECLARAÇÃO DE MONTEVIDÉU V ENCONTRO

Montevidéu, Uruguai
25 a 28 de maio de 1995

Reunido em Montevidéu, República Oriental do Uruguai, de 25 a 28 de maio de 1995, o V Encontro do Foro de São Paulo, com a presença de 65 delegações da América Latina e Caribe e observadores da Europa, África, Ásia, América e Austrália, constituiu uma reafirmação de forças dos partidos e movimentos de esquerda do Continente. Centenas de delegados de toda a América Latina e Caribe foram calorosamente recebidos por seus companheiros, militantes dos partidos que integram a Frente Ampla do Uruguai. A cidade de Montevidéu, governada desde 1990 pela Frente Ampla, foi o cenário de um debate de grande significado sobre a situação atual da América Latina e sobre as alternativas que se abrem para os trabalhadores e para o movimento popular na atual conjuntura marcada pela grande ofensiva econômica, política e ideológica do neoliberalismo. Nós, assistentes ao V Encontro do Foro, dedicamos a nossa atenção à análise da situação econômica, social e política da América Latina e Caribe, ao intercâmbio de experiências na construção de projetos alternativos para o desenvolvimento e a integração, assim como a avaliar as nossas perspectivas.

Nos nossos debates constatamos o incremento da combatividade dos movimentos populares, que se expressou no seu crescimento, diversificação e fortalecimento organizativo, bem como num importante desenvolvimento das suas lutas, por meio de greves, protestos, manifestações, cortes de estradas e outros meios, entre as quais se destaca a rebelião no Chiapas, caracterizada pela irrupção de novas formas de expressão, de democracia e poder popular. Todas essas manifestações indicam um caminho e põem na ordem do dia a necessidade de que nós, forças progressistas e revolucionárias, desenhemos, promovamos e construamos ao mesmo tempo um modelo alternativo de desenvolvimento econômico e social, mas fundamentalmente um modelo alternativo de democracia e novas formas de poder popular. Essas lutas têm como resposta fortes medidas de repressão policial ou institucional encaminhadas a calar a resistência popular. Esse modelo de democracia restringida desconhece o direito soberano dos nossos povos e a soberania das nossas nações. Simultaneamente, incrementou-se o papel de gendarme dos EUA, que no contexto da unipolaridade militar em escala mundial, utiliza o Conselho de Segurança da ONU e iniciativas particulares para impor pela via da intervenção militar direta a sua injusta ordem e o seu modelo, empregando todo tipo de pretexto e considerando a sua soberania como a única válida neste mundo. Enfrentar e derrotar essa proposta hegemônica são dois dos grandes desafios do

presente. Os partidos e movimentos presentes neste V Encontro puderam avaliar de perto o importante resultado eleitoral do Encontro Progressista e da Frente Ampla, que há poucos meses obtiveram nas eleições presidenciais mais de 30% da votação nacional, afirmando-se como efetiva alternativa de governo no país. As eleições realizadas em 14 países da América Latina entre novembro de 1993 e maio de 1995, embora não tenham alcançado as perspectivas manifestadas no IV Encontro de Havana, foram, no entanto, o melhor resultado global que as esquerdas já obtiveram até hoje. Apesar da falta de equidade na qual se desenvolveram esses processos, os partidos que integram o Foro de São Paulo elegeram mais de 300 deputados, mais de 60 senadores, vários governantes, centenas de prefeitos, além de milhares de vereadores municipais, perfazendo a quarta parte do total do eleitorado dos países. É de fundamental importância realizar uma análise descartada das nossas propostas programáticas, dos nossos canais de comunicação com amplos setores e dos nossos níveis de inserção social, para compreendermos por que, em muitos países, setores empobrecidos da população votaram nos candidatos conservadores.

Para que possam continuar constituindo uma alternativa de poder, as esquerdas têm que expressar – contra as posições neoconservadoras – as aspirações sociais, nacionais e democráticas dos setores organizados da sociedade, ao mesmo tempo em que anseiam ser a voz dos que não têm voz, em consequência da exclusão em que vivem.

Integração econômica e alternativas ao modelo neoliberal

Durante as últimas décadas, a economia e a política mundial têm estado imersas num processo de profundas mutações. O neoliberalismo constitui a pedra angular para implementar a atual agenda do capital frente ao trabalho. A partir desse esquema, pretende-se avançar no processo de integração subordinada dos países periféricos aos centros de poder, explorar ao máximo as potencialidades das novas tecnologias, ampliar e controlar os mercados, transitar para uma nova divisão das zonas de influência e consolidar as já existentes. Nesse contexto, a Cúpula das Américas, celebrada em Miami em dezembro de 1994, representa a culminação da primeira fase de um processo direcionado para implementar um novo desenho de “segurança coletiva” e a fortalecer um modelo de integração ainda mais subordinado e dependente dos Estados Unidos. Os modelos neoliberais impostos são acompanhados pela tentativa de legitimar democracias tuteladas e excludentes que têm como finalidade impedir a plena participação política e econômica das maiorias, restringir a luta por demandas justas que ponham em questão esse modelo e, em alguns casos, colocar as forças armadas como garantidoras do sistema. Nos

quase dois anos que separam a reunião de Montevideu do Encontro de Havana, o processo de integração continental sofreu importantes mudanças. Para iniciar o processo de negociação do ingresso nas áreas de livre comércio, o governo norte-americano impõe importantes condições, a saber: pagamento pontual do serviço da dívida externa às custas do bem-estar da maioria da população, severos ajustes estruturais, diminuição de salários e do emprego, desindustrialização, redução do gasto público, desregulação econômica, privilégios para o capital especulativo, privatização indiscriminada de empresas públicas e abertura unilateral das economias latino-americanas, entre outros. Requisitos que estão provocando efeitos muito negativos nas economias da região. O neoliberalismo, após a crise de dezembro de 1994, demonstra ainda mais a sua incapacidade de consolidar um regime de investimentos produtivos. Não consegue garantir as transformações sociais que os nossos povos precisam para alcançar um desenvolvimento sustentável, nem criar as condições para conduzir um processo de integração que responda aos desafios da nova situação internacional. Pelo contrário, provoca maiores níveis de pauperização em amplos setores da população, sobretudo entre as mulheres e a juventude, eliminando importantes conquistas sociais.

Somos conscientes de que os países da América Latina devem se inserir na economia mundial, num contexto internacional que mudou e oferece novas oportunidades e desafios. Mas sustentamos que essa integração na economia internacional deve ser guiada pelos interesses nacionais, que são os das maiorias. Defendemos um desenvolvimento sustentado, generalizado em todos os ramos, setores e regiões de cada país; um desenvolvimento no qual a eficiência e a produtividade crescentes se reflitam em melhores níveis de vida para a maioria da população. Um desenvolvimento no qual o Estado assuma o seu papel de regulador da economia e garantidor do bem-estar e da justa distribuição da renda. Sem integração social e econômica interna em cada país, é impossível sustentar qualquer projeto integrativo regional. Para a integração social é imperioso consolidar e desenvolver as democracias pela via do protagonismo permanente dos povos. Aspiramos a que a integração latino-americana e caribenha não se limite a uma liberalização comercial e de investimentos. Concebemos o objetivo último da integração como o desenvolvimento conjunto e complementar dos setores produtivos e de serviços entre os diferentes países da região, para não sofrermos as consequências do mercado mundial dirigido pelas transnacionais. O desenvolvimento não pode ser conduzido pelo mercado. Um conceito integral desse processo supõe a integração de todos os membros da sociedade e dos fatores produtivos nacionais e regionais. Não é saudável reduzir os nossos objetivos unicamente ao terreno da economia. Também devemos procurar a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento conjunto de políticas sociais, sobretudo nos setores da educação, da

saúde, da construção e preservação das identidades culturais latino-americanas e caribenhas como meio de contra-arrestar as perniciosas tendências impostas às nossas sociedades pela chamada “cultura de massas”. A integração regional deve preservar um espaço indígena e de outros grupos étnicos raciais e culturais que compõem o rico leque da nossa especificidade e identidade continental.

Algumas áreas que seria imperativo atuarmos unidos são as seguintes:

- lutar para derrotar em escala continental o modelo neoliberal imposto pelo FMI, Banco Mundial e Estados Unidos, formulando um projeto alternativo de poder que implique democracia política real, democracia econômica e social e participação e protagonismo do nosso povo em tudo o que diz respeito a direitos e deveres; - lutar pela reestruturação, em benefício dos povos, dos atuais mecanismos de integração regional; - revitalizar as negociações dos países latino-americanos, para estabelecer um comércio internacional equitativo que facilite o acesso dos nossos produtos aos mercados mais desenvolvidos; - promover a renegociação conjunta da dívida, o que exige corresponsabilidade, reconhecimento da incompatibilidade entre o pagamento da dívida nas condições atuais e a recuperação de um desenvolvimento sustentado; redução do principal e dos juros; transferência líquida de recursos do Norte para o Sul para reiniciar um crescimento ordenado e socialmente justo; e desconhecimento das dívidas ilegítimas; - definir uma plataforma comum da América Latina em matéria de comércio internacional ante os acordos tomados no Gatt – hoje OMC – e que afetam os interesses dos povos latino-americanos; - negociar conjuntamente convenções internacionais para terminar com a sistemática violação dos direitos humanos dos trabalhadores migrantes nos países desenvolvidos; - intervir nas instâncias parlamentares e representativas da sociedade no plano regional, em especial junto aos setores mais impactados pela integração, para a formulação de políticas públicas que atendam às necessidades dos nossos povos; - demandar o cumprimento, por parte dos governos que positivamente endossam o acordado pelo Pacto de San José de Costa Rica, quanto à imprescritibilidade dos crimes que lesa humanidade; - defender integral e incondicionalmente os direitos humanos e promover a solidariedade com todas as lutas sociais, em especial quando elas motivam atitudes repressivas dos governos, bem como fortalecer os movimentos e as diversas demonstrações a favor da ética na política; - defender os direitos dos grupos indígenas e dos camponeses, da juventude, dos trabalhadores, das mulheres e das classes médias, principais vítimas da exclusão e da pauperização ocasionada pelas políticas neoliberais.

Companheiras e companheiros, cidadãos desta pátria grande que são a América Latina e o Caribe, a luta continua. A grande tarefa histórica do nosso tempo é continuar e coroar o sonho dos libertadores, conquistando o direito ao pleno exercício da independência, da soberania, da democracia, da justiça e do bem-estar

para os nossos povos e nações. O V Encontro do Foro de São Paulo exorta à unidade e à construção de espaços de concertação de todas as forças políticas, sociais e produtivas, democráticas e progressistas para enfrentar a ofensiva neoliberal no continente. O Foro de São Paulo se solidariza com os irmãos cubanos e condena o criminoso bloqueio imposto a eles pelo governo dos Estados Unidos da América. Também rejeita energicamente o projeto de lei Helms-Burton, que viola os direitos humanos do povo cubano e as normas que regem a soberania dos Estados, assim como pretende, de maneira brutal, reinstaurar a injustiça social e destruir as conquistas econômicas, políticas e sociais da revolução.

Povos da América Latina e Caribe: o V Encontro do Foro de São Paulo nos convoca ao esforço persistente, ao trabalho, à luta para construir a grande pátria latino-americana e caribenha; para conquistar a nova independência, a liberdade plena e a felicidade que nos têm sido negadas. Façamos realidade o sonho dos nossos heróis e mártires! Reconstruamos a esperança!

DECLARAÇÃO FINAL DO VI ENCONTRO

San Salvador, El Salvador

26 a 28 de julho de 1996

O VI Encontro do Foro de São Paulo, reunido na cidade de San Salvador, República de El Salvador, de 26 e 28 de julho de 1996, com a presença de 187 delegados pertencentes a 52 organizações membros, 144 organizações convidadas representadas por 289 participantes e 44 observadores, pertencentes a 35 organizações da América, Europa, Ásia e África, significou tanto um progresso político como organizativo de relevância continental, e constituiu um evento de enorme transcendência nacional. O Foro se reafirma como o espaço de confluência das esperanças dos despossuídos da América Latina e Caribe. A repercussão do evento e os laços criados com o povo salvadorenho e a FMLN superaram as expectativas e mostraram uma constante e progressiva ascensão no seu amadurecimento. O Foro se reafirma em sua caracterização como um espaço anti-imperialista de encontro, ação, solidariedade e formulação de projetos alternativos no movimento democrático e revolucionário da região, no qual convergem correntes de diversas origens. A diversidade, que no passado foi a causa de muitas divisões, hoje se transforma em um fator de enriquecimento do debate de ideias, de propostas e ações comuns, partindo da imperiosa necessidade de derrotar o neoliberalismo. Foi possível constatar a importância do cumprimento das tarefas resolvidas no V Encontro de Montevideú, expressas na realização da Oficina sobre Fluxos Migratórios no Continente Americano, no México, no Encontro de Parlamentares pela Soberania e Integração na América Latina e no Caribe, em Havana com a participação de 153 parlamentares de 19 países e no Simpósio sobre Integração Caribenha realizado em Guadalupe. O VI Encontro incluiu em seu funcionamento as valiosas contribuições das oficinas realizadas dias antes de sua inauguração, como o Encontro Cultural Latino-americano "Roque Dalton", a Primeira Oficina Continental de Mulheres e a Oficina Continental sobre Meio Ambiente "Chico Mendes: continuamos lutando pela vida", e o Primeiro Encontro de Jovens da América Latina e Caribe. O tema do documento preparatório do debate central foi "Crise e alternativas ao neoliberalismo", desenvolvido numa mesa de trabalho que permitiu aprofundar e incorporar contribuições, críticas e propostas. Estamos certos de que, uma vez publicadas, essas constituirão um rico documento ampliado, aberto, de trabalho e debate, entre as esquerdas e as organizações sociais da América Latina e Caribe. Existe a convicção de que se está frente a um valioso subsídio para a reflexão e a ação. No debate, os partidos coincidiram em que o documento apresentado pelo Grupo de Trabalho é um esforço importante e construtivo, que contribui

para o debate da esquerda latino-americana e que é preciso aproveitar para aprofundar tanto o diagnóstico do processo e da correlação de forças quanto os enfoques e componentes que devem conter a estratégia e o modelo alternativo ao neoliberalismo. A política neoliberal é a forma assumida pela dominação do capitalismo na conjuntura atual. A batalha contra ele, sua derrota, é a condição fundamental para poder chegar a formas de organização econômica, política e social que superem as injustiças da sociedade capitalista. Nesse sentido, considera-se que após dez anos de aplicação do modelo econômico neoliberal, os resultados para a generalidade dos países da América Latina e Caribe são essencialmente os mesmos e afetam cada vez mais novos setores da economia nacional e a fraca integração existente. Ao lado do desigual crescimento econômico e da relativa estabilidade conjuntural macroeconômica exibidos como êxitos, os países têm sofrido uma grave deterioração das condições de vida das maiorias empobrecidas do continente, ampliando como nunca a brecha social e acelerando a destruição já muito alastrada da natureza. Paralelamente, são produzidos outros desequilíbrios estruturais enormes, incluído o desmantelamento de uma parte importante das bases produtivas, acentuando insustentáveis déficits comerciais e persistindo o endividamento externo que limita e bloqueia as possibilidades de desenvolvimento econômico e social a médio e longo prazo. Da mesma forma, a desindustrialização, o desemprego, a terceirização e informalização das economias se aprofundam e a sociedade se decompõe, afetando os valores de solidariedade e justiça social, pilares essenciais na construção do nosso modelo alternativo. Fica enfraquecida a capacidade de organização autônoma dos movimentos sociais, entre eles, os sindicatos, e mais forte a tendência à imposição autoritária sobre o protesto emanado pelos diversos setores atingidos da sociedade. Ao mesmo tempo, e como mostra da permanente busca de respostas dos povos, surgem e se organizam novos protagonistas sociais, além de se recomporem antigos instrumentos de luta. Irrompem germes de novas formas de expressão política, de democracia e de construção de poder popular, determinados pelo intuito de eliminar as intermediações e a suplantação social e política. Houve uma deterioração das atividades agropecuárias, industriais e comerciais vinculadas à produção nacional, com a consequente marginalização de amplos segmentos populacionais, incluindo camadas médias, pequenos e médios empresários e, inclusive, setores da burguesia que não resistem às novas regras monopólicas e oligopólicas da concorrência impostas pela chamada liberalização. A implantação do esquema neoliberal e a polarização social resultante, não só se expressa com consequências no campo econômico e social, mas também muito profundamente nos campos político, jurídico e moral. É assim como se incrementa, a partir do poder, a perda das referências éticas e a potencialização dos fenômenos de corrupção. Tudo isso reduz a credibilidade nas

instituições, aumenta o abstencionismo eleitoral e a desconfiança nos sistemas políticos, nos partidos, e alarga a dificuldade dos processos democratizadores. Pretende-se socavar e exterminar a identidade cultural dos nossos povos, para impor de maneira implacável a cosmovisão contida nesse modelo. Reafirma-se, dessa forma, o que sustentamos em instâncias anteriores: que neoliberalismo, desenvolvimento, democratização política, econômica e social são antagônicos e incompatíveis. Com a justificação da defesa de sua concepção da “democracia”, da luta contra o narcotráfico, incrementa-se a ingerência do imperialismo norte-americano e seus planos anexionistas, que violentam a soberania dos povos. No Caribe, às consequências das políticas neoliberais soma-se a hipócrita persistência do colonialismo. Diante dessa realidade, os partidos integrantes do Foro de São Paulo, como está colocado no documento central do debate e nas iniciativas separadas, resolvem impulsionar e apoiar todas as iniciativas tendentes a elevar a participação e decisão democrática dos povos em prol do desenvolvimento econômico e social, sustentável e com equidade, da preservação da vida no planeta, da defesa da soberania e da identidade nacional, da defesa dos direitos inalienáveis do ser humano, da superação das desigualdades entre os gêneros e a superação de todo tipo de discriminação social, étnica e cultural. Devemos ser nós os portadores de valores como a honestidade, a verdade, a simplicidade, a transparência, o respeito pelo coletivo, pelo autônomo e pelo solidário, a luta para encontrar e fazer prevalecer a verdade e o interesse majoritário. A mais extensa e ativa mobilização e concertação popular envolvendo todos os setores da sociedade é a única garantia para que as propostas contidas no documento central debatido e ampliado encontre maiores horizontes, amplie os limites que querem nos impor, tanto no campo político quanto no comercial, financeiro, produtivo e social. A derrota do modelo neoliberal depende fundamentalmente da capacidade dos movimentos políticos e sociais para gerar uma correlação de forças favorável que permita as melhores condições para desenvolver o projeto popular alternativo. Isso requer elevar as formas de organização e participação popular de baixo para cima e em todos os âmbitos da vida cotidiana, por meio das diferentes formas de ação política, eleitoral, social, econômico-reivindicativa, cultural, onde possamos ir construindo espaços de poder popular, novas relações sociais e políticas que permitam avançar rumo a uma sociedade mais digna, justa, fraterna, equitativa e solidária. Nesse sentido, a experiência do povo e do governo cubano para recompor a sua economia e sustentar as conquistas sociais e políticas da revolução é fundamental para os membros do Foro, e hoje, mais do que nunca, constitui um objetivo incondicional a sua defesa diante do bloqueio e do caráter anexionista, extraterritorial e criminal da Lei Helms-Burton. Paralelamente ao debate do documento central, foram desenvolvidas Mesas de Trabalho agrupadas em parlamentares, gênero, migrações, meio

ambiente, encontro euro-latino-americano, encontro com organizações dos EUA e Canadá, mesas que sugeriram importantes resoluções, posteriormente adotadas em Plenário pelo VI Encontro e incorporadas como anexos desta Declaração. Da Mesa de Gênero surge que o VI Encontro do Foro de São Paulo recomenda às suas organizações integrantes incorporar o enfoque de gênero como instrumento para a análise e elaboração de programas e políticas. Além de manter o tema na agenda permanente do Foro.

A luta contra o neoliberalismo e a busca de uma nova ordem econômica e social demanda a participação ativa das mulheres e, portanto, requer que as organizações assumam os interesses estratégicos e as práticas das mesmas. Entende-se como necessário denunciar com energia as violações aos direitos humanos e trabalhistas das mulheres nas maquilas e diante do exercício crescente e generalizado da violência de gênero no âmbito familiar, de trabalho e social. Da Mesa de Trabalho de Migrações, destaca-se a elaboração e aprovação da Declaração dos Direitos Universais dos Trabalhadores Migratórios e de suas Famílias. A exigência feita aos governos dos países receptores de imigrantes no continente, é a subscrição e/ou ratificação de todas as convenções internacionais relativas aos direitos desses trabalhadores. Em concreto, o apoio solidário com a realização da Marcha dos Pobres da América Latina, prevista para o dia 12 de outubro deste ano, em Washington DC. Na Mesa de Meio Ambiente, destaca-se a necessidade de promover marcos legais que regulem os aspectos relacionados à defesa do meio ambiente, que incorporem o delito ecológico e que promovam um processo de conscientização no interior das sociedades sobre o tema, bem como ações para impedir que o continente seja utilizado como depósito de tóxicos e resíduos químicos e radioativos e gerem condições favoráveis dentro do marco legal, para evitar a patente sobre organismos vivos e para regular e controlar as ações da engenharia genética e proibir a manipulação de organismos do ecossistema. Da Mesa de Trabalho Cultura e Identidade dos Povos, surge a preocupação de fazer da identidade cultural um eixo transversal do nosso pensamento. Para tanto, a cultura e a identidade devem ser dimensionadas de maneira integral, ligada à vida cotidiana e confrontando as políticas de penetração cultural imperialistas, devendo lutar para resgatar a memória histórica como uma riqueza moral das nossas sociedades e como um instrumento de transformação da realidade. Reiterando a nossa posição de luta pelo respeito à diversidade cultural dos povos indígenas, e do seu direito a desenvolver autonomia democrática nos campos econômico, político e social. A Mesa de Parlamentares acordou propostas organizativas para dar continuidade aos trabalhos de coordenação dos partidos políticos do Foro, que vêm sendo realizados desde o V Encontro. Sugeriu-se fortalecer a presença com propostas conjuntas nos fóruns parlamentares sub-regionais, regionais e internacionais. Entre as propostas operacionais, resolveu constituir um

Comitê Permanente de Contato e Acompanhamento de Parlamentares do Foro, prévio ao VII Encontro. A Mesa do Grupo de Trabalho do Foro com organizações do Canadá e Estados Unidos, que significou a primeira aproximação nesse sentido dentro do Foro, pronunciou-se firmemente contra as legislações intervencionistas do governo dos Estados Unidos, a favor do direito à independência ou autodeterminação de Porto Rico e a solidariedade com o seu povo. Pronunciou-se energicamente também contra o racismo e a xenofobia promovida contra os imigrantes por setores ultradireitistas nos Estados Unidos e sobre a necessidade de traçar novas estratégias de solidariedade entre os povos e criar uma rede de comunicação. E acordou a realização de um encontro nos Estados Unidos. A constituição da Mesa de Trabalho Euro-Latino-americana representa um feito significativo, pois nela se reafirmou a vontade do Foro de São Paulo de manter um Encontro na Europa com a esquerda em sua acepção ampla, conformando uma comissão promotora para sua viabilização. Do debate nas diferentes Mesas de Trabalho surgem diversos pontos de vista que é preciso continuar debatendo, estendendo os espaços de legitimação das diferentes posições ao conjunto da sociedade. Sendo o Foro um ponto de encontro para a reflexão e a ação, reconhecemos a contribuição para o enriquecimento de todos emanada desse espaço plural no seio da esquerda. Foram ouvidas diversas contribuições sobre a origem e a sustentação da democracia, da sua projeção, do seu conteúdo de classe, diferentes valorações sobre o socialismo e as vias para construí-lo, sobre os sujeitos históricos, políticos e sociais, sobre as políticas de alianças, tanto no âmbito político quanto no social e a participação da esquerda no governo na atual conjuntura mundial. Constatou-se a necessidade de pensar formas mais concretas para enfrentar o problema da dívida externa. O Foro deverá continuar a sua reflexão em diversos eventos sobre essas temáticas no transcorrer deste ano, buscando uni-las à luta diária da população para resistir ao neoliberalismo e aumentar a sua capacidade de ação e decisão política. Nós, assistentes ao Foro de São Paulo, realizamos um reconhecimento muito especial aos heroicos combatentes caídos da FMLN e ao povo salvadorenho, que, com sua luta e sua vida, ajudaram a gerar as condições que possibilitaram a realização deste VI Encontro. O Foro de São Paulo está aberto aos movimentos sociais e à criatividade operária e popular, dispostos a recriar a esperança, decididos a fundar a verdadeira democracia, a conquistar o pão e a justiça e encher de alegria a vida de todas e todos os desprotegidos, desamparados e esquecidos da nossa América oprimida, decididos pela solidariedade sem limites, com todas as causas justas e as lutas emancipadoras em todo o planeta. Nosso pensamento e nossa ação se fundem em arma eficaz contra a injustiça e se constituem em força para abrir os caminhos dos sonhos almejados.

DECLARAÇÃO FINAL DO VII ENCONTRO

*Porto Alegre, Brasil
31 de julho a 3 de agosto de 1997*

*“Lutamos contra a miséria, mas ao mesmo tempo
lutamos contra a alienação.”*

Ernesto Che Guevara

O VII Encontro do Foro de São Paulo, que contou com a participação de 158 delegadas e delegados de 58 partidos procedentes de 20 países da América Latina e Caribe, além de 36 organizações fraternas, caracterizou-se por uma rica discussão sobre as condições sociais, políticas e econômicas na região. Apesar da existência de várias perspectivas e análises diversas, às vezes até divergentes, é indubitável que o Foro foi fortalecido por este encontro. É preciso destacar, da própria discussão, os vários elementos que definem como e em que termos se perfila a luta política do continente. Em primeiro lugar, é constatado que, após vários anos de hegemonia econômica, política e ideológica do neoliberalismo, presencia-se novamente uma ascensão das lutas populares, democráticas e sociais em praticamente todos os países. Essa ascensão é acompanhada por avanços eleitorais importantes em várias nações da região, bem como pelo fortalecimento nacional e internacional de movimentos sociais com grande autoridade moral. Em segundo lugar, confirma-se a crescente importância e o peso político do qual gozam as alternativas programáticas e políticas das forças que compõem o Foro de São Paulo. O olhar dos povos está crescentemente atento a opção e a viabilidade de governança oferecida a partir das próprias lutas de nossos povos, onde se expressa a aparição de novas representações e movimentos sociais e políticos. Em terceiro lugar, o crescimento de novas formas organizativas, tanto sociais, civis, de moradores, rurais, sindicais, de jovens, de mulheres com visão de gênero e cidadãs é uma expressão nítida de um novo dinamismo político e organizativo dos povos. A promoção e o fortalecimento desses instrumentos de participação popular constituem uma nova noção de nossos tempos, de como as pessoas se preparam para as tarefas do exercício do poder.

Em quarto lugar, toda essa ascensão está sendo acompanhada, desde já, por uma resposta dos centros financeiros mundiais e do governo dos Estados Unidos. Eles procuram fortalecer e aprofundar suas alianças políticas e econômicas com os grupos de poder oligárquicos latino-americanos, a fim de questionar a viabilidade da soberania dos países e de seu direito a determinar, sem intervencionismo, o curso que tomarão seus respectivos processos de desenvolvimento. Por último, em um mundo crescentemente interconectado e intercomunicado, percebe-se que se aproximam momentos de grandes definições dos povos. Para se situar à

altura que esses processos exigem, nós, dos partidos integrantes do Foro de São Paulo, vemos como conveniente desenvolver, nas condições de cada país, as alianças e relações políticas que favorecem a consolidação do projeto democrático e popular contra o neoliberalismo. Esse contexto político de incertezas e esperanças oferece a oportunidade de sermos criadores e atores decisivos na conformação do novo poder emergente. A combinação de programas alternativos, de inclusão social e de determinação política são os ingredientes fundamentais para preparar a América Latina e o Caribe para a passagem para o novo milênio e para uma nova vida de nossos povos. O VII Encontro do Foro de São Paulo resolveu estabelecer mecanismos de coordenação e discussão permanentes entre seus membros, para cujo fim fortalecerá a ação das secretarias regionais. Desenvolverá seminários de análise e debate, além de impulsionar espaços de intercâmbio parlamentar, municipal, sindical, de gênero, de juventudes e de direitos humanos. A necessidade de aprofundar o debate sobre as perspectivas do Foro, suas características orgânicas, sua normatividade e os instrumentos para a unidade de ação são temas a ser desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho, em relação com as forças integrantes do Foro, para o VIII Encontro que ocorrerá no México a convite do PRD. Estamos conscientes de que nossos intercâmbios e debates se desenvolvem na alvorada do Terceiro Milênio, momento no qual o desenvolvimento científico e tecnológico impõe ao mundo transformações inevitáveis e irreversíveis. Nós, dos partidos e movimentos políticos do Foro de São Paulo, não as ignoramos nem as tememos. A ciência e a tecnologia são conquistas do gênero humano e não podem servir de pretexto para aumentar a miséria social. Nossa luta pretende evitar que elas sejam utilizadas pelo grande capital como instrumento de mais dominação, subordinação, injustiça, desigualdade e exclusão. Nosso objetivo é colocá-las a serviço do desenvolvimento sustentável e equitativo, do aprofundamento e extensão da democracia política, econômica e social, da consolidação da solidariedade e a integração em benefício dos povos e do enriquecimento das relações humanas. O imperialismo norte-americano aspira eternizar o status quo para seu benefício exclusivo, pretendendo que seu modelo de sociedade, opressivo e espoliador, seja uma consequência inevitável do avanço científico e tecnológico. Estamos convencidos de que, pelo contrário, esse avanço mostra a capacidade da humanidade para resolver todos os problemas fundamentais que ameaçam sua existência. O modelo neoliberal concebe o desenvolvimento como a condição na qual as elites podem acumular mais riqueza às custas do crescimento da pobreza, da marginalização e da exclusão de uma crescente faixa da população mundial. Afirmamos que o objetivo supremo do desenvolvimento deve ser a satisfação das necessidades materiais e espirituais do ser humano, com justiça social e harmonia com a natureza. Com as alternativas que defendemos, aspiramos colocar o conhecimento humano a ser-

viço dos povos e sob seu estrito controle. O neoliberalismo, como nova expressão da acumulação capitalista, impulsionado pela hegemonia norte-americana e pelas agências financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, aumenta e concentra o fluxo impetuoso de capitais e mercadorias das grandes potências, destruindo as barreiras e erodindo a soberania das demais nações. Cresce a perda de fontes de trabalho e a deterioração das já prejudicadas condições de subsistência das maiorias. Os três grandes blocos dominantes impõem uma abertura unilateral aos países subdesenvolvidos, ao mesmo tempo em que se constroem novos muros para que os trabalhadores não possam migrar atrás de um emprego escasso, precário e mal remunerado. A globalização neoliberal pretende que as fronteiras nacionais se mantenham apenas como barreiras de contenção dos migrantes. Cresce o racismo e a xenofobia. Globalizam-se os mercados submetendo-os aos interesses das grandes potências. Propaga-se a pobreza, o desemprego, a marginalização, a polarização e a exclusão. Uma faixa crescente da população mundial, nações inteiras e até continentes são classificados como inviáveis, privados de suas identidades culturais e submetidos às consequências da destruição ambiental do planeta, sobre a qual se sustenta o consumo opulento das elites. Esse mundo do sem futuro é o que nos oferece o neoliberalismo. O processo da globalização neoliberal implicou uma crise com diferentes tentativas de reestruturação dos instrumentos dos partidos tradicionais, o que desarticulou, no geral, o bloco histórico dominante e agravou os conflitos e contradições do próprio modelo. Os processos de restauração autoritária e de revanche neoliberal, como na Nicarágua, procuram reverter o acumulado pelas forças populares e democráticas, particularmente a luta pela preservação da propriedade em mãos de setores populares. O autoritarismo se torna, em casos como o Peru, uma das tendências pelas quais os governos, recorrendo a fachadas pseudodemocráticas, violentam o estado de direito, agredem a imprensa independente e as forças de oposição e concentram o poder para conter e reprimir a crescente resposta dos setores populares à crise social e econômica.

Com a globalização neoliberal os centros da hegemonia se deslocam para o estrangeiro e tornam obsoletas algumas das estruturas dos instrumentos para a atividade política. A reestruturação dos partidos é determinada, dessa forma, pela funcionalidade que obtenham frente ao modelo. Isso é válido também para nossos espaços de pensar e agir político, onde o nacional deve ser pensado a partir do mundial e o local a partir do nacional, sem que implique desconhecer a particularidade que cada um representa. Aparece uma grande diversidade de novos atores sociais e renova-se o perfil dos já existentes. As reivindicações de gênero, ambientais, raciais, étnicas e muitas outras, que no passado eram agregadas politicamente aos partidos, criam seus próprios espaços políticos e desenvolvem sua autonomia.

Surge uma ampla gama de explorados e excluídos que contemplam a possibilidade e a necessidade de criar um novo universalismo emancipador. Ao mesmo tempo, existem setores que tendem a uma postura crítica em relação ao modelo, como é o caso de camadas médias, pequenos e médios empresários e também capitais nacionais de relativa envergadura. No contexto de nossa diversidade, na qual coexistem diversas visões sobre o futuro e a forma de sua concreção, coincidimos na necessidade de desenhar e executar programas capazes de representar e organizar os trabalhadores e as maiorias populares. O desafio consiste em articular todas essas forças em um projeto político e social capaz de incluir o conjunto no exercício pleno de sua diversidade e sua autonomia, mas reivindicando em seu seio a necessidade da cooperação e da unidade política e de ação para derrotar o neoliberalismo. Nessa direção, para que nós, forças de esquerda, sejamos consequentes articuladores de amplos movimentos de oposição e coalizões de governo, torna-se fundamental possuímos nitidez programática, flexibilidade tática e instrumentos de ação capazes de assegurar nosso peso específico e independência. É por isso que estamos desenhando programas amplos que cumpram uma dupla função: promover e aprofundar mudanças capazes de desatar uma dinâmica de luta que derrote a histórica hegemonia das elites dominantes e crie as condições para solucionar os problemas urgentes de nossos povos, ao mesmo tempo em que realize uma transformação política e econômica de caráter mais profundo e que avance em direção a uma nova sociedade mais justa e igualitária. Nós, organizações políticas do Foro, estamos derrubando definitivamente as barreiras artificiais entre o político e o social como elemento imprescindível de verdadeiras alternativas. Essa perspectiva coloca a luta de classes, o social, no centro de nossa atividade e reflete uma vontade expressa de uma nova maneira de fazer política. Movimentos como os Sem Terra e os trabalhadores agrários da CUT no Brasil, assim como o movimento insurgente de Chiapas, demonstram claramente essa tendência de articular o social com o político.

Cresce a compreensão de que a satisfação dessa diversidade de reivindicações sociais só será possível com o enfrentamento político à dominação neoliberal. Diante disso, nós, dos partidos e organizações do Foro, temos feito intervenções, resistindo a partir de espaços sociais e institucionais, mas também realizando experiências de profunda transcendência, que em muitos casos mudaram a correlação de forças e influem positivamente na realidade em que sobrevivem os povos latino-americanos e caribenhos. Desde a celebração de nosso Encontro anterior, a esquerda latino-americana também registrou importantes avanços nas lutas populares travadas contra o neoliberalismo no Equador, República Dominicana, Nicarágua, Colômbia e outros países. Nesse contexto, destacam-se os sucessos eleitorais da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional de El Salvador e o Partido da

Revolução Democrática do México, tanto no nível legislativo como nos governos locais e suas respectivas capitais, aos quais se soma a transformação de ambos em segunda força política dessas nações. Outro fato de grande relevância é a conclusão do processo de negociações que, devido ao seu conteúdo, abriu uma nova etapa de lutas para a URNG e o povo guatemalteco, depois de 30 anos de enfrentamento armado, pelo que exigimos do governo desse país seu estrito cumprimento. Os avanços desse último ano se somam ao desenvolvimento e ao acúmulo de outros processos anteriores. A Revolução Cubana continua demonstrando que é possível governar e enfrentar a globalização neoliberal com um projeto popular e sem abandonar o princípio gerador de nossa luta: o ser humano. A partir dos governos locais e estaduais temos sido capazes de administrar grandes cidades, combater a corrupção e construir experiências de participação. A proposta de Orçamento Participativo, tão bem-sucedida em diferentes cidades do Brasil, em particular em Porto Alegre, e o processo de descentralização em andamento em Montevideu marcam um caminho, que tende a reduzir o poder burocrático e construir espaços para avançar em formas de participação e poder popular. Nesses crescentes espaços institucionais, estamos desenvolvendo políticas públicas alternativas que reafirmam a responsabilidade do Estado e respondem aos interesses e necessidades da cidadania. No entanto, na Colômbia aprofunda-se a falta de garantias políticas pelo avanço do terrorismo do Estado, a violação sistemática e maciça dos Direitos Humanos e o desenvolvimento e legalização do paramilitarismo e criminalização do protesto social. A guerra se agrava apesar das manifestações dos movimentos insurgentes para buscar uma solução política ao conflito social e armado. Cem anos após ter sido invadido pelas forças armadas estadunidenses no contexto da guerra hispano-cubano-americana, Porto Rico continua submetido à dominação colonial. O povo porto-riquenho luta hoje com tenacidade por sua nacionalidade, contra a presença militar estrangeira, pela libertação dos presos políticos e por seu direito à autodeterminação e independência. Sua causa é nossa causa. Também nos pronunciamos contra o colonialismo vigente nas Ilhas Virgens e em outros territórios de além-mar como Guadalupe, Martinica e Guiana Francesa.

Cuba continua resistindo vitoriosamente às agressões, à hostilidade, ao bloqueio e às tentativas de isolamento do governo dos Estados Unidos, que atualmente desenvolve uma nova ofensiva, que inclui a adoção de mais férreas leis e medidas extraterritoriais que fortalecem a mundialmente rechaçada Lei Helms-Burton, combinadas com a crescente utilização de atos de provocação e sabotagem. A Lei Helms-Burton é uma expressão da atual tendência unilateralista da política estadunidense, tendente a impor seus interesses e sua legislação como parâmetro de conduta de outras nações. Esse mesmo unilateralismo se expressa também no estabelecimento dos chamados processos de certificação, na introdução de cláusulas

de condicionalidade aos acordos comerciais, na negociação da Zona Hemisférica de Livre Comércio e as pressões para a militarização da luta contra o narcotráfico. É por isso que devemos nos unir mais do que nunca em defesa da soberania nacional, porque ela constitui uma premissa imprescindível para a construção da democracia. A sociedade que propomos tem que se basear na mais profunda democracia. Trata-se de construir uma sociedade e um Estado democráticos, mediante a efetiva e harmônica combinação da participação com a representação e o poder de decisão. Para isso é necessário enfrentar e superar as múltiplas distorções existentes nos mecanismos participativos e representativos que deformam a vontade cidadã. Por meio deles se desenvolve uma contradição permanente entre o jogo de exclusão política e inclusão política, onde a primeira é a que vai se impondo. O neoliberalismo e a democracia são cada dia mais excludentes. A democracia alternativa que queremos construir supõe criar os mecanismos que permitam a todo o povo participar da definição e implementação das políticas nacionais e exercer o controle sobre a gestão governamental. Um componente fundamental de nosso programa é contar com parlamentos que tenham capacidade de decisão e independência, junto com o Poder Judicial, frente aos Poderes Executivos e aos grupos elitistas de pressão econômica. Igualmente, é preciso promover uma efetiva democratização dos meios de comunicação de massa.

Nós nos propomos a lutar pela criação de um marco ético, legal e político, frente à gravidade sem precedentes adquirida durante os últimos anos pela corrupção, o tráfico de influência, as vinculações de líderes governamentais, políticos e militares com o narcotráfico e a lavagem de dinheiro e outras práticas ilícitas e degradantes, que vêm justificando diferentes formas de intervenção e conduzem ao retrocesso e a práticas coloniais supostamente superadas. Lutaremos para que prevaleça a justiça e não a impunidade, procurando fazer com que a corrupção, o tráfico de influência e os crimes de Estado sejam exemplarmente sancionados. A tarefa de reconstruir a máquina produtiva, detendo a crescente desindustrialização das economias, implica desenvolver o parque industrial e impulsionar o avanço tecnológico. Exige que retomemos o controle da economia e dos recursos naturais, a solução do grave problema sobre a posse da terra, assim como o fortalecimento das formas associativas e solidárias de produção. O desenvolvimento estável do gasto social requer o fortalecimento do Estado, o estrito controle financeiro e uma reforma fiscal que, contribuindo para a estabilidade macroeconômica, seja um instrumento para uma distribuição mais justa da riqueza.

Um aspecto essencial de nossa proposta é avançar na criação de uma frente comum de devedores, que nos permita enfrentar em conjunto a solução da dívida externa. A evolução desse fenômeno nos últimos anos deixa claro o reconhecimento implícito dos duros condicionamentos que a dívida impõe e como se

mostraram nocivos os mecanismos de troca de dívida por supostos investimentos. Parece importante combinar harmonicamente a produção com os mercados internos e externos, assim como articular políticas de desenvolvimento de dentro para fora, que promovam a competitividade da indústria nacional. O investimento estrangeiro direto pode vir a ser um fator importante na captação de novas tecnologias e na abertura de mercados, mas precisa ser concebido como complementar à economia nacional e regional. Igualmente, torna-se necessário fortalecer o sistema bancário estatal e cooperativo. As políticas compensatórias voltadas aos setores excluídos devem ser incorporadas apenas como soluções de emergência para corrigir circunstancialmente situações críticas, enquanto são desenvolvidos os resultados das reformas estruturais. É imperativo assumir políticas ativas no nível industrial, agrário, políticas ativas de criação de emprego que levem ao aumento da participação dos salários na renda nacional, bem como estratégias de desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que possibilitem a criação de uma base concreta para equilibrar o crescimento com a distribuição. Nesse contexto, deve-se oferecer estímulos à pequena e média empresa por sua capacidade de gerar emprego. A estratégia de construção do novo modelo econômico e social deve incorporar a visão de gênero. Para isso devemos estabelecer ações concretas para eliminar a discriminação da mulher no emprego e salário, impulsionar programas específicos para a mulher rural e as mulheres chefes de família. Trata-se de gerar programas de formação profissional e adequar as normas de seguridade social, incorporando os direitos das mulheres. Também devemos estabelecer políticas de ação afirmativa que assegurem o acesso das mulheres aos postos de decisão em todos os níveis.

Assumimos que os países da América Latina e Caribe são constituídos por populações multirraciais, multiétnicas e multiculturais, onde o racismo, a exclusão e a transculturação são algumas das causas fundamentais que impedem o desenvolvimento das populações negras, mestiças e indígenas. Consideramos que é impossível realizar transformações estruturais em nossos países sem a devida consideração da problemática racial e do caráter estratégico do combate ao racismo, na luta por uma sociedade nova. No contexto da luta por uma nova ordem política internacional, nós nos propomos impulsionar o fortalecimento do apoio e da solidariedade internacional com o continente africano, o qual foi considerado inviável dentro do esquema do livre mercado neoliberal. Nós, organizações políticas do Foro, devemos assumir de fato as demandas e propostas dos povos indígenas, incluindo-as efetivamente em nossos conteúdos programáticos e práticas políticas, além de assumir suas lutas concretas pela conquista de seus direitos secularmente negados. Abrir mais espaços para a participação indígena nas instâncias de participação e decisão interna, respeitando sua cosmovisão e as especificidades da forma indígena de fazer política e exercer a democracia. Todas as alternativas têm

uma dimensão cultural. Devem responder a uma perspectiva de futuro, a uma utopia necessária, capaz de sustentar as propostas. Elas precisam também de uma dimensão de esperança para manter o ânimo nas situações difíceis e nos fracassos. Precisam de uma ética para conservar as metas da ação e determinar as orientações cotidianas e os meios concretos no desenvolvimento dos compromissos sociais e políticos. Por isso são importantes as referências espirituais e éticas, que na América Latina e no Caribe têm tanta vigência e significação nas correntes cristãs de base e de outras expressões religiosas de compromisso social. Os debates do Foro giraram ao redor do tema da reforma e da revolução. Alguns companheiros consideram que a reforma é um momento na luta revolucionária, mas que, assim entendida, muitas vezes significou retrocesso, quando não inscrita em projetos transformadores que apontem para os objetivos estratégicos e históricos de superação definitiva do modelo de acumulação capitalista em sua fase imperialista. Outros companheiros consideram que nessa fase é preciso priorizar a luta democrática, a eleitoral, e lutar por reformas que vão minando a solidez do neoliberalismo. Existem também diferenças sobre a valorização da luta armada nessa etapa. No Foro coexistem organizações que optaram pela luta armada e outras que, sem praticá-la, a consideram como uma opção válida para determinados contextos e outras ainda que se opõem a essa forma de luta. As diferenças se baseiam na inexistência de um consenso na valorização das novas expressões de luta armada, e no que representam essas expressões nesta fase das lutas sociais.

Todos esses temas continuarão sendo pontos de debate no Foro de São Paulo, e se procurará aprofundá-los tanto teórica e politicamente como a partir das experiências. Após trinta anos da queda do Comandante Ernesto Che Guevara e seus companheiros internacionalistas de vários países latino-americanos, os trabalhadores, os camponeses, os jovens, os excluídos e os oprimidos do continente, continuam se identificando com sua figura. São eles que nos encorajam e empurram para continuarmos nos unindo à luta pela construção de alternativas ao neoliberalismo, da qual o socialismo continua sendo uma das opções de superação que, seguindo seu exemplo, serão baseadas em profundas convicções éticas que integrem sem fissuras nosso pensar e agir. Trinta anos depois, quando nos dizem que devemos renunciar aos sonhos, à dignidade e à ética transformadora, seu exemplo de vida, sua capacidade de amar, enaltece e se personifica nos povos do mundo. No VII Foro de São Paulo reafirmamos nosso compromisso de solidariedade e luta junto aos trabalhadores e movimentos sociais do continente, com a defesa da causa do povo cubano e com a herança exemplar de Ernesto Che Guevara.

Resolução

O Plenário do VII Encontro do Foro de São Paulo acorda: Aprovar a proposta de Declaração feita pelo Grupo de Trabalho com as seguintes modificações e emendas:

1. Acentuar a importância da luta pela soberania nacional frente à hegemonia do imperialismo norte-americano e à pretensão de subordinar os países a suas políticas e interesses. 2. Afirmar que as alternativas ao neoliberalismo, entendido como uma forma concreta do capitalismo imperialista, vão desde as opções nacionalistas e democrático-populares até as de perspectiva socialista que representam uma opção de justiça social, de participação autêntica das classes trabalhadoras e do povo nas decisões políticas, econômicas e culturais, e de transformação estrutural e qualitativa dos regimes capitalistas dependentes que existem na América Latina. 3. Revisar o conjunto da redação para incorporar a problemática e a terminologia de gênero no texto. 4. Introduzir uma reflexão maior no que diz respeito aos regimes de democracia recortada, tutelada ou militarizada existentes em diferentes países do continente. Incorporar a noção de democracia como conceito que implica o aspecto econômico e social junto ao político.

DECLARAÇÃO FINAL DO VIII ENCONTRO

*Cidade do México, México
29 a 31 de outubro de 1998*

O VIII Encontro do Foro de São Paulo, dedicado à memória do comandante guatemalteco Rolando Morán, realiza-se em meio à crise do modelo neoliberal e do crescente rechaço aos governos e partidos que o implementaram e que, uma vez mais, tentam fazer com que sejam os povos aqueles a pagar por suas consequências. A crise, que teve início no sudeste asiático, chegou ao nosso continente e ameaça agravar ainda mais a situação da maioria dos latino-americanos e caribenhos. Os países desenvolvidos desacelerarão seu crescimento e, dentro deles, muitos setores sociais sofrerão as consequências. Mas nossa região – cuja participação no PIB mundial é apenas de 6,1% e tem uma situação de atraso estrutural e dependência, com uma volumosa dívida externa – pagará o mais alto custo social, o que aumentará ainda mais a distância entre ricos e pobres, assim como, também, aprofundará as desigualdades sociais por razão de gênero, etnia, raça e idade, agravando as consequências na população feminina e infantil. Como nunca antes, a partir de agora ficarão expostas as atrocidades perpetradas pelo neoliberalismo. Como nunca antes, a partir de agora se justificará uma mudança radical nas orientações prevalecentes na região. Até agora predominou uma orientação segundo a qual impera no mundo uma lógica de globalização neoliberal que propicia a partir dos governos as melhores condições para a competitividade das empresas transnacionais. Nós acreditamos na lógica de uma economia humanizada, a serviço da sociedade. Enquanto o imperialismo pretende que o avanço científico e tecnológico eternize o status quo, estamos convencidos de que esse avanço mostra a capacidade da humanidade para resolver os problemas que ameaçam sua existência. Ratificamos plenamente o expresso na Declaração Final do VII Encontro do Foro de São Paulo: “O modelo neoliberal concebe o desenvolvimento como a condição na qual as elites podem acumular mais riqueza às custas do crescimento da pobreza, da marginalização e da exclusão de uma crescente faixa da população mundial. Afirmamos que o objetivo supremo do desenvolvimento deve ser a satisfação das necessidades materiais e espirituais do ser humano, com justiça social e em harmonia com a natureza”. Esse panorama mundial é agravado pela crescente hegemonia política dos Estados Unidos e uma situação unipolar no campo militar que habilitou um crescente intervencionismo dessa potência em diversas partes do planeta, seja utilizando os organismos supranacionais ou por meio de sua ação militar direta. Como já declarado pelo Foro de São Paulo em Encontros anteriores, as críticas que fazemos à ordem internacional vigente não supõem isolar-nos

nesse mundo contraditório, conflituoso e em globalização, mas, sim, aproveitar as oportunidades e vantagens que nossa época oferece para o desenvolvimento, o que só será possível com projetos integrais alternativos ao neoliberalismo, capazes de gerar o mais amplo consenso e compromisso de todos os atores sociais afetados, no marco de um projeto de integração regional a serviço dos interesses dos povos, que se sustentem em uma estratégia de poder funcional aos interesses das maiorias nacionais que nos permita acumular forças na direção de mudanças profundas. É notável que agora se escutem vozes de “autocrítica” no seio dos mesmos organismos internacionais que são responsáveis pelo modelo e insensíveis às aspirações dos povos a uma vida digna. Mas, para nós, está claro que não existe vontade política de implementar mudanças substanciais ao modelo, em função dos interesses que historicamente foram defendidos pelas elites latino-americanas. Corresponde aos povos lutar por mudanças na ordem mundial, que modifiquem drasticamente as condições internas no interior de cada país. A justiça social e a plena vigência dos direitos humanos não serão realidade se não avançarmos em direção a uma sociedade que se proponha eliminar a brecha cada vez maior entre ricos e pobres, e superar as desigualdades de gênero, raça, etnia e idade, utopia que alguns chamam de socialista e outros chamam de sociedades pós-capitalistas. Os governos neoliberais pretendem absorver o efeito dos ajustes anunciados após a crise da bolsa, com um assistencialismo pontual que apenas procura impedir a adoção de medidas encaminhadas a uma justa produção e distribuição da riqueza material e espiritual, e às mudanças estruturais que tal objetivo requer. Não podemos aceitar que os responsáveis pela pobreza nos falem da necessidade de erradicá-la, enquanto ocultam a riqueza que se acumula no outro polo cada vez mais reduzido da sociedade, destruindo inclusive as camadas médias e muitos empresários não vinculados ao capital transnacional. É preciso remarcar a responsabilidade dos governos da região que, ao não adotarem medidas para reverter tal situação, estimulam em nossos países uma maior crise social e política, ameaçando de fato as conquistas democráticas. Diante dessa realidade, temos plena certeza de que existem saídas alternativas para a exploração e a desigualdade social e de gênero, a depredação do planeta e a crescente degradação da condição humana. Esses desafios exigem revalorizar, a partir da esquerda, a ação política e o papel dos partidos para torná-los capazes de cumprir democraticamente a função de representação de amplos setores sociais, de organizar e conduzir as maiorias, com estratégias de poder adequadas para realizar as transformações necessárias exigidas pelas sociedades injustas de nossos países, e governar identificados com os interesses de suas nações e seus povos. Não há democracia sem política, sem partidos, sem sindicatos e sem movimentos sociais organizados.

Nas condições atuais da globalização capitalista, o poder das transnacionais está reduzindo o papel dos governos para controlar os movimentos do capital – os quais foram acelerados vertiginosamente através da informática – e para conduzir as políticas econômicas e sociais. Paralelamente são promovidas, pelas forças de direita, transformações institucionais, funcionais a esta nova realidade econômica. É que o sistema não pode se sustentar a não ser pela condição de limitar, sempre mais drasticamente, a participação dos povos na tomada de decisões. Quando não impõe ditaduras ou autoritarismos, encarrega-se de esvaziar de conteúdo as formas democráticas. Em concordância com os dogmas do neoliberalismo, fica decretado que as grandes decisões são puramente opções de natureza técnica. Toda consideração das demandas sociais é desqualificada como populismo. O consenso é proclamado como o modo de ser da política moderna, esvaziando-a assim de sua função de representação dos diferentes interesses sociais. Age-se deliberadamente para limitar o caráter representativo dos órgãos eletivos, para isolar ao máximo da influência e controle do povo os centros de decisão fundamentais.

Por sua vez, luta-se intensamente pela limitação de sua soberania nacional. Resoluções determinantes para o futuro dos povos são transferidas crescentemente a instâncias supranacionais, não eleitas, alheias e inalcançáveis a todo controle popular onde se exerce determinantemente a influência das empresas transnacionais e dos centros imperiais. O FMI, o Banco Mundial, a OMC, o Grupo dos 7, o Fórum Mundial da Economia, reduzem mais e mais o exercício da soberania nacional de nossos países. A isso se pretende acrescentar agora o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), que dará às transnacionais a possibilidade de acusar internacionalmente os governos que aprovarem leis que possam afetar seus lucros previstos.

Não aceitamos uma ordem mundial que não é capaz de garantir a própria sobrevivência da humanidade em condições de dignidade. Em meio às complexidades e às incógnitas de nossa era, a esquerda latino-americana e caribenha, reunida no Foro de São Paulo – espaço anti-imperialista, antineoliberal e plural de encontro, ação, solidariedade e formulação de alternativas programáticas e de luta – procura conhecer cada vez mais as novas condições presentes no mundo e em cada país, para construir, a partir dessas realidades internacionais e nacionais, projetos compatíveis com seus princípios, mas concebidos não como modelos fechados e definitivos, mas, sim, abertos, sujeitos à experimentação e à retificação, e impulsionados pelo componente fundamental da participação social. Toda alternativa ao neoliberalismo requererá, considerando as peculiaridades de cada país, uma aposta efetiva à independência nacional, à justiça social, à igualdade de condições e oportunidades, à solidariedade e à participação, no marco de uma nova democracia, altamente participativa e que vá se aprofundando. Temos princípios,

mas não receitas para nos movermos em prol desses objetivos – que exigem empreender profundas transformações estruturais, autenticamente revolucionárias – e cada governo de esquerda e progressista, em cada país, em cada âmbito, deverá aplicar com criatividade e perseverança uma política que assegure o direito do povo a construir seu próprio destino. Nunca antes como agora, e cada vez mais, a esquerda foi convocada para dar uma resposta alternativa. Temos feito valiosas experiências de governo, impulsionado e protagonizado significativas lutas, e temos crescido na consideração de nossos povos, fazendo uma contribuição substancial para construir uma nova sociedade. Sem pretender enumerar aqui todas as iniciativas que devem ser incluídas em um programa alternativo, nem fazer um desenvolvimento exaustivo delas, é oportuno resenhar alguns dos elementos essenciais a serem considerados para estruturar nossas propostas nacionais, populares, democráticas e revolucionárias, cuja aplicação deverá ser ajustada às peculiaridades de cada realidade nacional e às correlações de força em cada lugar e momento, tendo presente o desenvolvimento integral da pessoa. Será imprescindível deter e reverter o processo de destruição produtiva que tem lugar na maioria dos países da região, adotando as medidas estruturais, de política financeira, de crédito, comercial e trabalhista, que promovam o desenvolvimento da indústria manufatureira, do agro – onde é frequente uma forte concentração da propriedade e da posse da terra – e das áreas produtivas em geral. Parte essencial desta tarefa é a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, assim como estabelecer legislações em matéria de comércio exterior e investimento estrangeiro, e políticas de desenvolvimento tecnológico regidas por um projeto autônomo, nacional e regional.

Será necessário combinar harmonicamente a produção para os mercados interno e externo, impulsionar políticas responsáveis em matéria fiscal, bem como articular políticas de desenvolvimento industrial. O sucesso dessa política deve ser medido por seu papel no restabelecimento das cadeias produtivas nacionais e regionais, na geração de emprego, na satisfação das necessidades sociais e na configuração de uma economia balanceada. Um requisito central deve ser o controle dos movimentos internacionais do capital especulativo. Será imprescindível tender à constituição e ao fortalecimento de blocos entre as economias da região, de acordo com a linha que o Foro de São Paulo veio reafirmando sobre integração como única forma de contra-arrestar a ação dos megablocos encabeçados pelos Estados Unidos, União Europeia e Japão. Será necessário revisar os condicionamentos que vieram sendo impostos pelas instituições internacionais de crédito, travando a batalha em todos os âmbitos, aproveitando inclusive os reconhecimentos que começam a ser ouvidos dos próprios organismos financeiros ao ver que “a aldeia está em chamas”. Na maioria de nossos países devem ser impulsionadas reformas substanciais nos sistemas tributários, de tal maneira que a política fiscal

contribua para desenvolver economias produtivas e conseguir uma melhor redistribuição da renda. Deve-se tributar mais àqueles que têm mais e combater a evasão para reverter as situações em que os pobres são os únicos que pagam impostos. Assegurar processos por meio dos quais se garanta a participação democrática na tomada de decisões por parte de todos os atores sociais no contexto de uma relação igualitária e de respeito à diversidade. Assim como o desenvolvimento de estratégias políticas que articulem o nacional com o regional e o local, assegurando reais processos de descentralização e a democratização dos processos de elaboração e aplicação de políticas públicas. Será preciso buscar novas articulações entre os setores público e privado, o que exigirá transformações no Estado, que deve ser um participante ativo na orientação das atividades econômicas, e um ator central no impulso e na articulação junto à sociedade civil das políticas sociais. É necessária a modernização do Estado, eliminando a corrupção, o clientelismo e defendendo nossos patrimônios nacionais das políticas de privatização, e uma nova relação do Estado com o mercado que garanta o bem-estar da população. A reestruturação econômica voltada ao desenvolvimento sustentável, ao incremento do nível de vida da população e à redistribuição da riqueza, exige que se reverta a tendência à redução do mercado interno, políticas para o controle nacional dos excedentes, estímulo à asfixiada pequena e média empresa, criação de empregos produtivos que resgatem a população economicamente ativa das filas do desemprego e do setor informal, assim como a solução dos problemas sociais básicos.

Será preciso encarar imprescindíveis reformas sociais, incluindo programas de emergência. A educação, ferramenta essencial para construir uma sociedade onde exista a igualdade de oportunidades, a saúde, a moradia e a seguridade social em seus diversos aspectos constituem outras áreas onde serão exigidas iniciativas audazes, imaginativas, de longo prazo e de profundo conteúdo solidário. Também na abordagem de graves problemas, como a discriminação da mulher – que exige ser tratada e combatida com um claro enfoque de gênero –, a situação da infância, o racismo, a delinquência e a insegurança cidadã, o narcotráfico e o papel das forças armadas em uma sociedade democrática. Em relação à multiétnicidade, pluriculturalidade e multilinguismo que caracterizam as sociedades latino-americanas, é fundamental o reconhecimento social, político e jurídico dessa diversidade, o respeito às suas identidades, assim como aos direitos que derivam dessas, em um contexto de unidade nacional e regional. Nenhum desses objetivos será alcançado sem uma ativa participação social, o que demandará o desenvolvimento de políticas públicas e a promoção de condutas coletivas em todos os níveis. Nossa meta é a revolução, isto é, uma profunda transformação da sociedade, que deverá ser realizada reafirmando e recriando a democracia, aspecto essencial de todo projeto alternativo. A cada dia se faz mais notória a necessidade de reformular, ampliar e

aprofundar a democracia na América Latina e no Caribe, o que acontece, essencialmente, abrindo mais e melhores canais de participação de todos os segmentos da população, sobretudo dos que continuam marginalizados do processo de decisões. O avanço de uma nova democracia passa por conseguir maior poder político para o povo e por restituir às instituições do Estado-nação a capacidade decisória que lhe permita cumprir suas funções de mediação social. A vigência e consolidação de um sistema político-institucional democrático é substancial para o projeto alternativo. Nele devem confluir simultaneamente a liberdade, a justiça e a participação efetiva da população. A política exterior deve estar a serviço dos interesses de cada país e da busca e promoção de mercados para sua produção, no marco dos seguintes princípios: afirmação da independência irrestrita nas decisões que cada nação tomar; solidariedade com os povos do mundo; reafirmação do princípio de não intervenção e autodeterminação; manutenção de relações com todos os países; democratização dos organismos internacionais; promoção da constituição de uma frente de devedores para encarar o problema da dívida externa e do intercâmbio desigual e apoio às iniciativas que a este respeito foram estabelecidas no Encontro de Caracas; defesa dos direitos humanos; impulso aos fóruns internacionais a favor do combate ao “dumping social” e pela melhoria das condições de vida; defesa do meio ambiente; respaldo ao desarmamento e compromisso ativo a favor da paz mundial, luta por uma ordem internacional justa.

Uma linha fundamental deve ser a não aceitação de tratados impostos unilateralmente, violando nossa soberania. Nesse contexto, rechaçamos o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) e toda forma unilateral de condicionamentos comerciais e de investimento. O poder transformador das forças democráticas na América Latina dependerá, mais do que nunca nesta época, de sua capacidade para interpretar e ganhar o apoio ativo das grandes maiorias, bem como do impulso de autênticas e flexíveis políticas de alianças que possibilitem amplos consensos sociais. O objetivo não é meramente chegar ao governo, mas, sim, chegar para transformar a sociedade. E como isso não é tarefa de uns poucos anos, e sim um processo complexo e longo, será imprescindível consolidar e ampliar os respaldos sociais para a construção de um projeto estratégico que permita manter-se no governo e realizar as grandes mudanças revolucionárias que nossas sociedades demandam. Um triunfo eleitoral, e em geral a ascensão da esquerda ao governo, não deve se transformar em uma frustração. Diante dos reiterados fracassos dos partidos de direita, são crescentes as expectativas de que a esquerda solucione os problemas das pessoas, o que pode gerar impaciências e até atritos com um governo popular. Por isso é preciso falar com muita clareza antes de alcançar o governo, sem demagogia, sem gerar falsas expectativas, acerca das possibilidades mas também das limitações e condicionamentos que deveremos enfrentar para le-

var adiante nosso projeto. Deve ficar claro que não poderão ser revertidos de um dia para outro todos os efeitos de décadas de políticas antipopulares. Essas tarefas históricas são de responsabilidade das forças revolucionárias, democráticas e progressistas em seu próprio país e corresponde a elas resolvê-las de acordo com as condições concretas nacionais. Finalmente, temos consciência de que o projeto alternativo em cada país somente poderá chegar a algum lugar se o conjunto dos povos e as organizações de esquerda conjugarem esse valor superior que é a solidariedade. Solidariedade com os que lutam pelo pão, pela democracia, pela paz e pela justiça; com os que enfrentam a reação e o imperialismo; solidariedade com Cuba – há décadas objeto de um inadmissível e desumano bloqueio; solidariedade com os governos populares locais que já são realidade em várias cidades e regiões do continente; solidariedade com as frentes e partidos progressistas e de esquerda que nos próximos anos certamente irão assumindo os governos nacionais em diferentes países. A solidariedade e a unidade dos povos e das organizações políticas comprometidas com as transformações democráticas e revolucionárias serão outros dos grandes requisitos para nos abrir caminho no difícil cenário internacional. Paralelamente em reconhecer a necessidade da busca e admitir que não pretendemos respostas definitivas para todos os problemas, afirmamos que a esquerda tem percorrido um longo caminho, não apenas na elaboração teórica e na luta junto ao povo, mas que possui já diversas e bem-sucedidas experiências de governo. Elas demonstram que existem outras maneiras de se fazer as coisas. O crescente respaldo popular às opções progressistas vai tornando a cada dia menos críveis as predições da direita (e de vários chefes de Estado) com relação à suposta incapacidade da esquerda para governar, para atrair investimento estrangeiro e impedir a fuga de capitais, e para garantir os equilíbrios e a segurança. Foram eles que fracassaram. Não fomos nós e sim eles que desencadearam ou facilitaram uma crise como a atual, que abriram espaço para o voo dos capitais andorinha, que geraram a instabilidade e a incerteza, que ocasionaram os conflitos sociais e as situações de enfrentamento e guerra. Também é no contexto do modelo neoliberal que se engendrou a corrupção, outro dos elementos que colocam em xeque a política e encurralam a ética. Com confiança, mas com humildade, com firmeza, mas com flexibilidade, certos de nossos princípios e conquistas, mas conscientes da necessidade de aprofundar nossas buscas e lutas, nós, das organizações integrantes do Foro de São Paulo, chamamos os povos da América Latina e Caribe, todas as forças democráticas, todos os setores dispostos ao diálogo, a redobramos os esforços para alcançarmos um mundo mais justo e seguro para todos. Consideramos que a busca de uma alternativa ao neoliberalismo e a conquista de vitórias na luta pela independência nacional, a democracia e a justiça social em nossos países requerem a mais ampla unidade do povo, o que implica a convergência política entre as for-

ças e correntes democráticas e anti-imperialistas. Saudamos e nos solidarizamos com aqueles que por todos os cantos do nosso continente encorajam a esperança nas mudanças; os milhões de excluídas e excluídos de uma vida digna; os povos que enfrentam a repressão, a guerra suja e o terrorismo de Estado – como o da Colômbia –, ou o criminoso bloqueio imposto pelo imperialismo – como o padecido por Cuba –, ou sofrem ainda o anacronismo histórico do colonialismo – como Porto Rico (onde se completam cem anos da invasão norte-americana), Martinica, Guadalupe, Guiana Francesa, Ilhas Malvinas e outros países da América Latina e Caribe – ou o abuso de castas dirigentes envolvidas na corrupção e o saqueio dos bens públicos. Identificamo-nos com as lutas dos povos indígenas da América Latina para conseguir o reconhecimento de suas identidades e direitos. Destacamos, especialmente como uma tarefa pendente das forças democráticas, progressistas e revolucionárias, conseguir com que os Estados cumpram com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece a obrigatoriedade das empresas nacionais e estrangeiras de consultar as comunidades originárias e indígenas sobre as condições dos investimentos e explorações dos recursos naturais, renováveis e não renováveis, e se é possível beneficiá-las com os lucros de sua exploração.

Solidarizamo-nos com a luta pela equidade de gênero, que deve ser empreendida por homens e mulheres por igual. Reafirmamos nosso compromisso de combate a toda expressão de racismo em nosso continente. Comprometemo-nos a vigiar o cabal cumprimento dos Tratados do Canal do Panamá, de acordo com os quais em 31 de dezembro de 1999 deverá culminar o desmantelamento das bases militares estrangeiras ali instaladas, e a reversão dessa via aquática ao patrimônio nacional panamenho. Saudamos as ações das entidades e partidos que, por ocasião da Conferência da OEA sobre Terrorismo, que será realizada em Mar del Plata nos dias 24 e 25 de novembro de 1998, estão organizando uma Contra conferência com o propósito de desmascarar os seus verdadeiros objetivos. Rechaçamos a estratégia norte-americana de “guerra às drogas” que se desenvolve na América Latina em geral e nos países andinos de maneira particular, a qual se converteu em um pretexto de intervenção política, econômica e militar em nossos países. Rejeitamos a certificação unilateral com que os Estados Unidos subjagam os nossos povos e demandamos uma certificação multilateral que envolva tanto os países produtores como os consumidores de droga. Reiteramos nosso compromisso com a luta frontal contra a livre empresa da droga e exigimos uma saída pacífica e concertada para um problema mundial que, com a atual política antidrogas, apenas teve os camponeses como suas principais vítimas. Saudamos e nos solidarizamos com os movimentos populares, e as organizações de esquerda e progressistas, que levam adiante jornadas de lutas sociais, como as recentes greves

na Colômbia, Equador, Argentina, Peru e Chile; com os povos que alcançaram conquistas relevantes, frutos de processos de luta que propiciaram bem-sucedidas negociações, como El Salvador e Guatemala, que devem se expressar e aprofundar em uma democracia econômica, política e social; as conversas de paz na Colômbia e em Chiapas, respeitando os direitos desses povos; a concretização de importantes avanços, com perspectivas de governo, em todo o Continente. Saudamos o povo cubano ao completar, em 1º de janeiro de 1999, os primeiros 40 anos do triunfo de sua revolução. Uma vez mais nossa fraterna solidariedade em sua luta por construir uma nova sociedade muito mais justa e democrática. Saudamos o povo da Nicarágua e a FSLN, pela comemoração em 19 de julho de 1999 dos 20 anos do triunfo da Revolução Popular Sandinista, que significou uma vitória de todos os povos da América e Caribe, e teve profundas repercussões no continente e particularmente na América Central. É preciso refletirmos sobre esse processo, seu presente e futuro. Saudamos e nos solidarizamos com o povo do México e seus partidos de esquerda e, muito especialmente, com o Partido da Revolução Democrática (PRD), fraterno e hospitaleiro anfitrião deste VIII Encontro, que levou o companheiro Cuauhtémoc Cárdenas a governar a maior cidade do continente e a alcançar importantes vitórias em outras partes do México, impondo uma mudança substancial nas perspectivas futuras deste país. O VIII Encontro do Foro de São Paulo reafirma a vigência e projeção deste espaço plural, democrático, anti-imperialista e solidário, e se compromete a continuar trocando experiências e opiniões, buscando com espírito aberto as soluções que nossos países requerem, e lutando junto a cada povo para que se torne realidade o sonho de nossos próceres da primeira independência e dos que, com Ernesto Che Guevara como símbolo e exemplo, construíram ao longo do século que termina a inextinguível confiança em nossas próprias forças.

DECLARAÇÃO FINAL DO IX ENCONTRO “DECLARAÇÃO DE NIQUINOHOMO”

*Manágua, Nicarágua
17 a 21 de fevereiro de 2000*

Nos alvares do século XXI e do Terceiro Milênio da nossa era, há uma década da fundação do Foro de São Paulo, o agravamento da crise política, econômica, social e cultural atravessada pela humanidade despertou as inquietações – algumas reais e outras aparentes – que motivaram a convocação do “Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e Caribe”, celebrado no Brasil em julho de 1990. O núcleo fundador do que é hoje o nosso Foro assistiu àquele encontro em São Paulo para realizar um intercâmbio de pontos de vista sobre o impacto que o fim da bipolaridade da segunda pós-guerra teria nas lutas dos partidos e movimentos políticos da esquerda da América Latina e Caribe. O Encontro de São Paulo teve o mérito de conseguir, pela primeira vez na história latino-americana, a convergência de partidos e movimentos políticos de todo o espectro da esquerda; protagonistas das mais diversas formas de luta que, em conjunto, constatamos que os dramáticos problemas que afetam os povos do mundo, particularmente os da América Latina e Caribe, não desapareceriam com o fim da Guerra Fria, mas que só se erradicariam com o fim da opressão, dominação, exploração e do racismo. Dentro de nossa pluralidade e diversidade, os partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo coincidem na luta contra o imperialismo, que nas duas últimas décadas do século XX adotou a forma do capitalismo neoliberal. Os dez anos transcorridos desde a criação do nosso Foro não fizeram outra coisa senão ratificar a validade de nossas ideias iniciais. Assim como em julho de 1990, nós, partidos e movimentos políticos do Foro de São Paulo, rechaçamos terminantemente que o neoliberalismo possa constituir um projeto de desenvolvimento que, após um período do chamado ajuste, “derramaria” riqueza para todos os habitantes da Terra. Negamos que a doutrina neoliberal responda às supostas leis inexoráveis do desenvolvimento econômico e científico-técnico. Em especial, a realidade da última década demonstrou os limites do modelo neoliberal e sua incapacidade para resolver os problemas da humanidade. O fracasso da reunião de Seattle, em dezembro de 1999, é a expressão simbólica da força da resistência internacional antineoliberal e do fracasso desse modelo. A doutrina neoliberal responde, em realidade, a interesses econômicos e políticos dos que estão dispostos a sacrificar e exterminar uma maioria da humanidade para manter uma diabólica e vertiginosa corrida em prol da acumulação de riqueza, em magnitudes quase inimagináveis.

A economia mundial entrou em uma fase depredadora. As palavras-chave para descrever o mundo contemporâneo são concentração, polarização e dominação neocolonial. Concentração de riqueza, propriedade e produção. Polarização política, econômica e social, com sua sequência de miséria, exclusão e marginalização. Essa polarização e desigualdade se expressam no âmbito mundial na reduzida proporção da população planetária que consome a maior parte dos produtos e faz uso dos serviços disponíveis; na riqueza concentrada em não mais de 300 famílias; nos milhões de seres humanos sem acesso ao trabalho, à saúde, à alimentação, à moradia digna, à educação, aos direitos básicos de sobrevivência, reprodução e desenvolvimento conquistados pela espécie humana de geração em geração. A isso são acrescentados os efeitos da agressiva unipolaridade militar dos Estados Unidos e sua criminoso determinação de violentar a ordem legal internacional do pós-guerra, claramente expressa no genocídio do povo da Iugoslávia sob o rótulo da ONU e de uma Otan reformada para esses fins.

Diante destas realidades, reunidos na terra natal do general Augusto C. Sandino, proclamamos:

- Que a única forma de salvar a humanidade da autodestruição é colocar a satisfação das necessidades humanas, e não o ganho e o lucro individuais, como a prioridade básica da sociedade futura.
- Que é necessário continuar desenvolvendo a luta da mulher para vencer práticas e ideologias sexistas, que inclusive no seio de nossas organizações e partidos continuam subsistindo como manifestações de discriminação que é necessário erradicar para uma nova relação entre os gêneros em condições de igualdade de oportunidades.
- Que a esquerda deve assumir os novos problemas que a intelectualidade progressista propõe em torno da defesa da universidade e da educação públicas como patrimônio da cultura democrática.
- Que a solução dos problemas do mundo passa pela erradicação, através da luta, das contradições fundamentais que hoje permeiam a sociedade; isto é, as contradições de classe que se encontram estreitamente relacionadas com as mais diversas formas de opressão, discriminação e exploração, entre elas, as de gênero, étnicas, raciais, culturais, religiosas, geracionais ou por preferência sexual.
- Que os povos do mundo não poderão aspirar a consolidar sua liberdade, nem conquistar sua autodeterminação e soberania integral enquanto não tenha sido apagado todo vestígio de colonialismo e neocolonialismo, como o que oprime os irmãos povos de Porto Rico, Martinica, Guadalupe, Guiana Francesa, Antilhas Holandesas e casos específicos como o das Ilhas Malvinas.
- Que no século XXI, a esquerda se apresenta como uma real alternativa de poder popular, construindo novas instituições participativas, novas formas democráticas de governo e de desenvolvimento econômico fundamentadas no bem-estar integral das maiorias nacionais. Que todos os reveses e as vitórias da história do movimento operário e popular e, em particular, as tra-

dições de luta da esquerda latino-americana e caribenha, e a experiência que temos adquirido como membros do Foro de São Paulo, fazem parte do acervo político e social para assumir o papel que corresponde aos povos no governo de seus próprios destinos.

Nesse acervo contamos com a experiência de elaboração de propostas, de conquista de espaços e poderes, de construção de modelos alternativos que nascem da identificação e conhecimento da realidade concreta que aspiramos transformar, e da necessidade de encarar profundas mudanças estruturais que revertam o processo de destruição de nossos setores produtivos, que combatam a especulação financeira internacional, redistribuam a riqueza, democratizem e socializem a elaboração orçamentária, promovam a participação social e a descentralização política e econômica voltada a transformar o Estado, colocando-o a serviço do desenvolvimento e do aprofundamento de uma nova democracia integral: social, política, econômica, cultural e de gênero. Parte fundamental desse patrimônio é o avanço das forças de esquerda, particularmente dos partidos membros do Foro, na conquista de maiores espaços institucionais, em governos estaduais e municipais, assim como nos movimentos sociais, nas instâncias não governamentais, nas lutas extra institucionais e nas insurgências populares. Conquista essencial da nossa América é a heroica resistência do povo cubano e seu avanço na construção de uma sociedade mais justa e humana. O sequestro em Miami do menino cubano Elián González é uma mostra da irracionalidade e do ódio contra o povo cubano que guia os círculos reacionários dos Estados Unidos, capazes de colocar o governo desse país em uma situação de refém de seus estreitos interesses. Este IX Encontro do Foro de São Paulo ratifica sua solidariedade com a Revolução Cubana, exige a devolução imediata de Elián e o fim de todas as medidas de bloqueio e isolamento contra esse povo irmão. Parte fundamental do processo é constituída pela luta do povo irmão da Nicarágua, que conseguiu derrocar a ditadura de Anastasio Somoza e construir uma Revolução Popular Sandinista, cujas conquistas hoje são defendidas pela FSLN, nas condições e pelos meios que correspondem à conjuntura nacional e internacional. Faz parte destas conquistas o processo democrático salvadorenho que, depois de uma guerra revolucionária de 12 anos, foi concluído com a assinatura de Acordos de Paz que incidem notavelmente nos avanços democráticos que conseguiram superar uma ditadura militar e que foram para a FMLN o ponto de partida para construir o poder popular. Ainda estão pendentes importantes transformações, que só serão possíveis com o avanço firme das forças populares em El Salvador. Os Acordos de Paz na Guatemala, ainda não cumpridos em partes fundamentais, estabelecem rumos diferentes e representam obstáculos decisivos às políticas neoliberais que se pretendem impor totalmente. Esses Acordos permitiram a emergência de novos sujeitos sociais importantes, assim como

o desenvolvimento das forças políticas de esquerda representadas pela URNG e a Aliança Nova Nação, com crescentes possibilidades de chegar a governar no futuro próximo. Soma-se a essa contribuição, na grave crise econômica, social e política da área andina, a insurgência indígena popular e de militares democráticos no Equador, o que revela não só o esgotamento progressivo de um sistema político pervertido, mas também uma reiterada crise de governabilidade e dominação política, e um crescente processo de acúmulo de forças no campo popular e progressista, que devido a manobras de setores da cúpula militar, não pôde esta vez conseguir a ruptura dessa ordem injusta, mas que, ao mesmo tempo, revela maiores possibilidades nessa direção. O singular processo político que se desenvolve na Venezuela, sob a condução do presidente Hugo Chávez Frías, conseguiu desarticular o sistema político corrupto, fraudulento e ineficiente que havia sido imposto nesse país durante quase quatro décadas. Saudamos as importantes medidas do governo venezuelano para garantir a soberania nacional e rejeitamos qualquer ingerência estrangeira que possa colocar em perigo o desenvolvimento e avanço pacífico desse processo revolucionário. A luta do povo panamenho, latino-americano e caribenho que se viu coroada com o estabelecimento da soberania panamenha do Canal do Panamá, estreitamente unida à memória do general Omar Torrijos Herrera. O peso político, organizativo e de mobilização alcançado pelo povo e pela esquerda colombiana, e particularmente, pelos movimentos político-militares que desenvolvem atualmente processos de diálogo para buscar soluções de fundo aos problemas estruturais dessa nação. O Foro de São Paulo denuncia e rechaça as imposições do Fundo Monetário Internacional nesse país, bem como a intervenção militar direta dos Estados Unidos ou de uma eventual ação coletiva com participação de exércitos latino-americanos. A presença dos povos indígenas da nossa América, que resistem aos embates do neoliberalismo e das transnacionais com rebeliões e mobilizações que contribuíram para destacar a necessidade de profundas transformações em nossos Estados nacionais para garantir a preservação da biodiversidade, do ecossistema, assim como da pluralidade étnica, do reconhecimento de sua identidade, direitos e livre autodeterminação desses povos.

Os desafios são enormes para a esquerda latino-americana e só conseguiremos vencer na medida em que façamos da unidade de ação e de propósitos o instrumento mais valioso de nossas lutas, compreendendo que a pluralidade e a diversidade da esquerda são um capital democrático que devemos preservar. Nelas, e na tolerância às diferenças, encontra-se a base da unidade das forças da mudança e sua capacidade transformadora. Unidade que deve ser gestada em cada país, e também para além das fronteiras, de modo a tornar viável o projeto, e que este tenha um caráter integrador e solidário. Assumimos o compromisso com os princípios humanistas que foram defendidos com suas vidas por nossos heróis e mártires;

a defesa dos interesses nacionais e populares acima dos interesses de nossos respectivos partidos e organizações; o sentimento patriótico que eles hastearam e a gestação de nossas nacionalidades em sua luta contra toda forma de dominação externa e contra toda tirania. Após dez anos da fundação do Foro de São Paulo, a esquerda latino-americana reafirma essas tradições democráticas e de resistência das quais deram exemplo os nossos povos e está resolvida a lutar e a vencer.

DECLARAÇÃO FINAL DO X ENCONTRO

Havana, Cuba

4 a 7 de dezembro de 2001

O X Encontro do Foro de São Paulo realizou-se na cidade de Havana, Cuba, de 4 e 7 de dezembro de 2001, com a participação de 518 delegados provenientes de 81 países da América Latina e Caribe, América do Norte, Europa, Ásia, África, Oriente Médio e Austrália, representantes de 74 partidos e movimentos políticos-membros e de 127 partidos e organizações convidados. Em meio a um ambiente guerreirista e uma crise política, econômica, social e moral sem precedentes, o X Encontro ratifica seu compromisso com as bandeiras da independência nacional, da justiça social, da paz, da democracia e do internacionalismo; reitera a disposição de dobrar sua luta por um projeto econômico, social e político que se identifique com esses princípios, e por uma ordem internacional alternativa, que reverta o caráter subordinado de nossos países e responda aos interesses das grandes maiorias. O X Encontro do Foro de São Paulo confirma a vitalidade, pertinência e vigência deste espaço, que se define de esquerda, anti-imperialista, antineoliberal, contra todas as manifestações do colonialismo e neocolonialismo, solidário e participativo na formulação de projetos alternativos para os povos da América Latina e Caribe, convencidos de que um mundo melhor é possível. Este X Encontro teve em Cuba um cenário de alto valor simbólico, pelo qual esse país representa para a esquerda do continente um exemplo de resistência, por sua dignidade e por seu inabalável compromisso com os princípios que guiam o Foro. Segue o agradecimento de todos os participantes ao povo cubano, pela fraternal acolhida que nos dispensou, e ao Partido Comunista de Cuba, por sua capacidade organizativa e sua contribuição, em todos os aspectos, ao sucesso desta reunião, que se caracterizou pelo clima fraternal, pela disposição construtiva de todas as delegações e pelo valioso conteúdo das contribuições realizadas. Que este reconhecimento se estenda igualmente ao Grupo de Trabalho e a todas as organizações que contribuíram para a preparação do X Encontro. De maneira especial reconhece-se a numerosa participação de organizações do Caribe e a incorporação crescente de novas organizações da área andina.

Contexto internacional

Existe consenso na análise do contexto socioeconômico e político que serve de marco para este Encontro, caracterizado pelo crescente controle da produção, a comercialização de bens e serviços, assim como dos fluxos financeiros por parte de

um reduzido número de países desenvolvidos e de megaempresas transnacionais, que, por sua vez, são os agentes protagonistas do processo de globalização neoliberal. Esse, longe de propiciar uma participação mais homogênea dos diferentes países na economia mundial, acentuou a diferenciação entre os desenvolvidos e sua periferia, marginalizou-a ainda mais, e incrementou a polarização da riqueza ao interior de ambos os grupos de países. Os participantes no X Encontro debateram particularmente a situação econômica e social da América Latina e Caribe. Ressaltaram os magros crescimentos conquistados na última década, que estão abaixo de suas necessidades e potencialidades, e os frágeis alicerces nos quais se assentam, dada a ausência de sólidas bases endógenas para sua sustentabilidade. A distribuição de suas rendas é a mais regressiva do mundo, acompanhada de uma penosa lentidão no progresso educacional e científico-técnico, inquietantes manifestações de volatilidade, insegurança econômica, alarmantes fluxos migratórios, corrupção e violência. A eliminação da pobreza foi identificada como o maior desafio da região, especialmente suas manifestações nos segmentos populacionais mais vulneráveis: as crianças, as mulheres, os idosos e, no caso dos povos indígenas, por sua dupla condição de indígenas e pobres. Se acrescentarmos a tudo isso o problema não resolvido da distribuição da terra, o aumento da brecha que separa a América Latina e o Caribe dos países desenvolvidos, a perda de participação relativa da região na economia mundial, a insatisfação manifestada pelos cidadãos e o crescente endividamento externo, pode-se demonstrar que o neoliberalismo – orientado a reforçar o poder do capital financeiro transnacional – contrariamente ao que proclama seu discurso, tem um caráter destrutivo sobre as economias e as sociedades, como evidenciado por sua incapacidade para reativar a produção, gerar emprego, elevar a renda e reverter o processo de marginalização. Isso se traduz abertamente em uma crise do paradigma hegemônico e do chamado “pensamento único”. É possível cumprir objetivos de mais longo alcance deixando de lado a influência dos argumentos que sustentam o pensamento dominante, que limita o aproveitamento das forças produtivas porque se opõe às mudanças nas relações sociais exigidas pelos níveis atuais do desenvolvimento técnico-científico. Isso está vinculado à dependência do imperialismo e à subordinação das classes dominantes de cada país, que impossibilitam resolver os problemas de nossa região sem modificar essas relações para avançar num projeto alternativo. Nenhuma proposta diferente de sociedade, de construção de Estados nacionais com desenvolvimentos soberanos, poderá ser edificada se continuar a transferência líquida de riquezas ao sistema bancário e aos Estados imperialistas. Por isso é preciso exigir o fim dos processos de privatização e impedir a escalada indiscriminada de apropriação dos recursos estratégicos da região em benefício do capital transnacional e seus aliados.

A vertiginosa velocidade do processo de globalização em andamento, apoiada no avanço do progresso técnico-científico e na expansão das novas tecnologias da informação e das telecomunicações, coincide com uma ordem econômica internacional e uma organização da sociedade que são inaceitáveis e que distorcem o próprio desenvolvimento material da humanidade. Por isso lutamos por outra globalização: a da solidariedade, da justiça, da equidade, da vigência plena da democracia, do respeito à diversidade, à autonomia, à identidade pluricultural e aos direitos dos povos; embora também entendamos que o fundamental está na libertação de cada país. Os atentados de 11 de setembro em Nova Iorque, Washington e Pensilvânia agravaram a situação internacional, gerando uma nova conjuntura e abrindo um processo de imprevisíveis consequências. O Foro de São Paulo se solidarizou de imediato com as vítimas desses atos criminosos e definiu o caminho da paz e da justiça como o único válido para derrotar o terrorismo, reiterando sua solidariedade com todos aqueles que sofrem suas consequências. Nós, partidos e movimentos pertencentes a povos que sofreram e sofrem os terríveis efeitos do terrorismo de Estado, somos contrários a todas as manifestações de terrorismo, por razões éticas, morais, humanitárias e políticas. Esses lamentáveis acontecimentos propiciaram o marco para legitimar uma política, até então encoberta, expressa hoje nos perigosos termos da doutrina Bush: “ou estão conosco ou estão com os terroristas”. A lei recentemente aprovada pelos Estados Unidos, intitulada “Unindo e fortalecendo a América fornecendo as ferramentas apropriadas para interceptar e obstruir o terrorismo (USA Patriot Act)” merece ser condenada por este Encontro, não só pelos efeitos imediatos contra o povo dos Estados Unidos, como também pelo caráter extraterritorial de sua aplicação, que se inscreve no propósito de estabelecer uma legalidade imperialista em detrimento de nossos povos. Não aceitamos a imposição dessa alternativa antagônica e rejeitamos o papel de policiais do mundo que os Estados Unidos se auto adjudicam. Também estamos convencidos de que não é com ações bélicas, nem violando o direito internacional, nem com presença militar ostensiva em escala planetária que se combate o terrorismo. Pelo contrário, a doutrina Bush está gerando um ressurgimento da intolerância, do racismo, da xenofobia, da discriminação, de mais vítimas inocentes, além da exacerbação de fundamentalismos irracionais. Rejeitamos toda tentativa de apresentar como terroristas os movimentos de libertação nacional, o chamado movimento antiglobalização, a esquerda, os movimentos sociais e progressistas. Reafirmamos o direito de nossos povos de saber a verdade e de obter justiça acerca dos terroristas de Estado que hoje continuam impunes.

No contexto da denominada luta antiterrorista, a “Carta Democrática da OEA” e a reativação do Tiar se convertem em uma camisa de força para negar a soberania popular, controlar os processos de mudança e legitimar eventuais inter-

venções, mediante mecanismos de bloqueio ou ações militares coletivas. No atual cenário global, o Plano Colômbia assume um novo protagonismo e funcionalidade à estratégia norte-americana, intervencionista no campo militar e neocolonial no econômico e no institucional. Essa realidade, relativamente encoberta até 11 de setembro, é complementada com a presença das bases militares norte-americanas, cujas atividades contribuem para sustentar as políticas econômicas e sociais dos países onde se transformaram em exércitos de ocupação e de onde apoiam ações de contra insurgência e repressão. Tornam-se, assim, uma constante ameaça para os regimes que defendem projetos políticos contrários aos interesses do imperialismo. O enfraquecimento político dos Estados Unidos, se tenta contra-arrestar apelando à supremacia militar. Dentro da estratégia integral de dominação, pretende-se apresentar o Plano Colômbia e seu complemento à Iniciativa Regional Andina e ao Plano Puebla-Panamá como projetos de desenvolvimento e humanitários, sendo seu verdadeiro pano de fundo o controle e a apropriação dos recursos estratégicos, energéticos e de biodiversidade. Para complementar esses objetivos, pretendese a dolarização das economias regionais e a eliminação de toda resposta popular, da social à insurgente. O X Encontro reafirma seu apoio à saída política dos conflitos armados da região, e reclama o direito de seus povos a decidirem seus destinos em pleno exercício de suas autonomias. Respalamos firmemente o direito inalienável à autodeterminação e independência dos povos latino-americanos e caribenhos submetidos à dominação colonial (Porto Rico, Guadalupe, Martinica, Saint Martin, Guiana Francesa e Antilhas Holandesas). Apoiamos o chamamento feito pela ONU para eliminar essa humilhante e anacrônica forma de dominação ao proclamar o período 2000-2010 como a Segunda Década pela Erradicação Total do Colonialismo. Durante este ano, intensificou-se em Porto Rico a luta para tirar a marinha de guerra dos Estados Unidos da Ilha Município de Vieques, luta que conta com a simpatia e a admiração de nossos povos, e à qual o Foro de São Paulo reitera seu mais completo apoio. Os crescentes protestos contra a ordem atual, que rejeitam a mercantilização globalizada, imposta a todas as esferas, e que começaram a abalar o triunfalismo neoliberal e também sua onipotência, obrigaram as principais potências capitalistas e os organismos internacionais a amenizar suas linguagens e propostas, porque as maciças mobilizações para combater as políticas emanadas desses centros hegemônicos não puderam ser desconhecidas, nem subestimadas.

A força demonstrada pelas Cúpulas dos Povos, o Fórum Social Mundial de Porto Alegre e outras ações, evidenciam também que o Foro de São Paulo, como espaço aberto e plural de coordenação de iniciativas políticas das forças progressistas e de esquerda da nossa América, tem diante de si uma nova etapa de trabalho. Precisamos generalizar a resistência, aprofundar a proposta, desenvolver

a consciência de toda a sociedade civil e potencializar o poder contestatário e a capacidade negociadora das organizações sociais, das redes, movimentos e partidos que se opõem ao neoliberalismo. O objetivo de acumular forças, visto como um processo, está vigente para nosso Foro. Devemos continuar sendo uma referência para a luta pela defesa dos legítimos interesses das maiorias, organizadas ou não; e devemos potencializar nossa incidência sobre a estratégia e as ações dos movimentos sociais e populares da região latino-americana e caribenha, ao mesmo tempo em que continuamos ampliando e fortalecendo as relações com partidos progressistas e de esquerda de outras latitudes. Essas alianças se tornam essenciais para avançar na busca de alternativas à ordem internacional vigente.

Desafios para a esquerda

Diante dos desafios e da responsabilidade histórica do conjunto da esquerda, é imprescindível desenvolver uma série de ações que contribuam para a definição de objetivos estratégicos, o que é possível a partir da construção da unidade em todos os seus espaços de ação e respeito à diversidade regional existente no interior de nossos países. Assistimos a importantes avanços das forças de esquerda e progressistas, atuando sozinhas ou como parte de amplas coalizões, em vários países de nosso continente, com importantes resultados eleitorais, e em alguns deles com possibilidades reais de chegar a governos nacionais e locais nos próximos anos, através do acúmulo eleitoral e pelo caminho das lutas populares mais diversas. É indispensável articular reflexões, construir consensos e propiciar ações que envolvessem a militância partidária de mulheres e homens com o movimento social e a luta dos povos indígenas, em um processo que construa tecidos de poder alternativo, respeitando seus processos e autonomias. Se essas propostas não encontrarem eco e sujeitos político-sociais para se imporem na esfera política, tampouco poderão triunfar. Em última instância, os projetos coletivos só triunfarão se forem expressos em decisões políticas que mudem o Estado, construam alianças regionais e estabeleçam uma política internacional que aponte para uma mudança na correlação de forças e para a democratização das instâncias de decisão no âmbito mundial. Adicionalmente, é imperativo que a esquerda e o movimento social deem conta das mudanças e impactos da globalização neoliberal no tecido social, o que permitiria identificar outros aliados que o próprio processo de exclusão e exploração econômica gerou, e que até pouco tempo atrás não eram considerados como tais. Chamamos a atenção especialmente para a necessidade da participação dos jovens e garantir sua representação nas instâncias de decisão. Este caminho implica não apenas a oposição ao neoliberalismo, mas também a acumulação das forças da mudança, bem como implica propor e implementar alternativas na construção de um

novo modelo social para alcançar um governo nacional, popular, democrático e anti-imperialista. Os partidos do Foro de São Paulo assumem o compromisso de desenvolver estratégias, programas e políticas públicas voltadas para fomentar a igualdade de direitos e oportunidades entre os gêneros. Ao mesmo tempo, devemos promover a discussão sobre a identidade e direitos dos povos indígenas, que inclui a eliminação de concepções e práticas discriminatórias que ainda persistem no seio de nossas organizações e partidos. Temos que gerar práticas de democracia participativa, adotando mecanismos que possibilitem a participação popular nas decisões de governo, promovendo, dessa maneira, a construção da cidadania. Após completar uma frutífera década do Foro de São Paulo, estamos diante do desafio de uma nova etapa: apresentar as grandes linhas da proposta alternativa, que se concretizará em cada país de acordo com as peculiaridades nacionais e as condições específicas, aproveitando a experiência adquirida pela esquerda. Insistimos na transformação política, em convergência com as demandas sociais, como via imprescindível para alcançá-las. Essa reivindicação da política é uma responsabilidade que nós, dos partidos e das organizações do Foro de São Paulo, devemos assumir plenamente, em uma época histórica em que essa atividade foi desprestigiada pela corrupção, o clientelismo e políticas sociais e econômicas que deram as costas para os povos.

O projeto alternativo

Duas condições são essenciais para o início e a sustentabilidade deste projeto:

a) a prioridade dos objetivos sociais em oposição à condição de elementos residuais à qual foram relegados pelas políticas neoliberais; b) a recuperação dos espaços de soberania econômica e política nas relações com os países centrais e os núcleos de decisão da economia global.

Entre os eixos principais de um projeto alternativo figuram o resgate do desenvolvimento e da soberania; o impulso aos processos de integração regional como forma de inserção na economia mundial; a construção de autênticas democracias participativas, considerando o papel crescente da mulher e dos jovens, a secular e profunda luta dos povos indígenas e a luta contra todas as formas de exploração, opressão econômica e alienação dos cidadãos. Defendemos todas as formas de propriedade social existentes em nossa região (cooperativa, estatal, áreas de propriedade dos trabalhadores, comunitária, originária etc.) e o desenvolvimento de formas de economia popular que permitam tanto estratégias de sobrevivência, de exercício da democracia econômica, de respeito real à biodiversidade, como a construção de redes de comercialização alternativa e consumo ético. A referência principal de qualquer projeto emancipatório não é o crescimento, e sim o desenvol-

vimento, em uma perspectiva multidimensional que eleve as mulheres e homens e não o dinheiro como principal sujeito desse processo; propicie as condições para o crescimento estável e sustentado; impulsione mudanças estruturais, equidade na distribuição da riqueza; garanta igualdade de oportunidades no acesso aos serviços sociais; preserve o meio ambiente, e respeite a realidade pluricultural e multiétnica de nossos povos. Em relação aos processos de integração regional, o Foro está claramente a favor de reorientá-los e aprofundá-los para avançar para um nível superior de integração, uma verdadeira Comunidade Latino-americana de Nações e povos originários ou indígenas.

Mas hoje nossa América está submetida à ameaça de desarticulação das precárias tentativas de integração em andamento, motivo pelo qual o Foro se pronuncia por rejeitar o projeto geoestratégico de dominação concebido através da Alca, devido a que esta:

- aprofunda o modelo neoliberal que prevaleceu nos últimos anos, com nefasto resultado para os povos latino-americanos;
- pretende uma abertura total e imediata das economias latino-americanas e caribenhas em um momento de profunda crise econômica e social da região;
- oferece garantias absolutas apenas aos interesses corporativos do grande capital, especialmente às empresas transnacionais norte-americanas, acima dos Estados nacionais;
- significa uma maior restrição da soberania sobre as políticas econômicas nacionais e limita ainda mais o exercício do poder político por parte dos governos e as possibilidades de desenvolvimento endógeno da região;
- viola direitos dos povos cristalizados em nossas Constituições;
- não leva em consideração as grandes disparidades entre os países firmantes, dando ênfase à reciprocidade e não à preferencialidade;
- impacta muito negativamente os mercados laborais, precariza ainda mais as condições de trabalho, debilita a segurança alimentar e acelera a desarticulação do setor agropecuário;
- atenta ainda mais contra as identidades multiculturais e os direitos dos povos indígenas;
- incrementa a superexploração e produz a desapropriação de nossos recursos naturais e das reservas de biodiversidade e agrava a deterioração do meio ambiente;
- por razões de problemas históricos entre os quais se conta a ausência de ética dos Estados Unidos perante seus compromissos internacionais.

O Foro levanta como alternativa à Alca o desenvolvimento e a potencialização dos processos de integração reais da América Latina e Caribe e a convergência entre eles, transcendendo os aspectos comerciais e a lógica neoliberal que sustenta os Acordos de Livre Comércio, e focando nos objetivos do desenvolvimento sustentável e na intervinculação das sociedades, o que supõe ressaltar a dimensão política como pilar desses projetos. Essa integração deve ser dotada de mecanismos para enfrentar as desigualdades prevalecentes entre os países; e no interior desses, entre os diferentes grupos sociais, promovendo a equidade de gêneros e

o reconhecimento da identidade e dos direitos dos povos indígenas. Adicionalmente devem prestar atenção à cooperação produtiva e tecnológica, bem como ao fortalecimento da independência monetária, enfrentando o crescente processo de dolarização. Promovemos um projeto de integração com forte participação do Estado e controle do mundo do trabalho, que permita projetos comuns que apontem para novas formas de produção e propriedade, assim como a uma distribuição equitativa da riqueza. Propomos a criação de bancos interestatais de desenvolvimento, projetos energéticos conjuntos e pactos de produtores que favoreçam a industrialização de produtos agrícolas e minérios em escala global. Trata-se de uma integração horizontal, respeitosa das dimensões regionais e capaz de ser impulsionada com ações de luta comuns em cada sub-região e entre elas. Sustentamos que todo projeto regional que envolva nossos países deverá ser amplamente informado, discutido e avaliado previamente pela cidadania, pelos povos indígenas em suas próprias formas de discussão e pelos setores sociais e forças políticas de cada país. O Foro considera fundamental a incorporação crescente das mulheres e dos jovens, de suas organizações e movimentos como uma força decisiva neste processo. Nenhum projeto de desenvolvimento e integração é viável em nossa região sem remover o obstáculo interposto pela dívida externa, motivo pelo qual este Foro se pronunciou pela criação de um Pacto de Devedores que defenda o direito de cada país de negociar ou não pagar a dívida externa ilegítima e fraudulenta. Avançar na recuperação e no desenvolvimento do pensamento emancipador em nossa América. Nós dos partidos e movimentos integrantes do Foro de São Paulo reafirmamos nosso compromisso com os princípios humanistas que foram defendidos por nossos heróis e mártires. Nossa luta é pela transformação política, econômica e social e também uma batalha de ideias por um mundo melhor.

DECLARAÇÃO FINAL DO XI ENCONTRO

Antigua, Guatemala
2 a 4 de dezembro de 2002

Reunidos na cidade de Antigua Guatemala, com motivo do XI Encontro do Foro de São Paulo, realizado de 2 a 4 de dezembro de 2002, 595 representantes de 142 partidos e movimentos políticos de esquerda de 45 países da América, Europa, Ásia, África, Oriente Médio e Oceania realizaram um balanço da evolução da situação mundial e, em particular, do agravamento da crise política, econômica e social que assola a maioria dos países da América Latina e Caribe, bem como dos transcendentais avanços atingidos nas lutas dos povos da região. Os participantes deste Encontro expressam o seu reconhecimento à direção e à militância da URNG e ao povo-irmão guatemalteco pelo caloroso recebimento e recordam com emoção a figura querida de Rolando Morán, dirigente histórico do nosso Foro de São Paulo. O processo de globalização capitalista abre espaço para uma estratégia de domínio político unilateral por parte dos Estados Unidos, que desata uma conduta belicista em escala planetária, exacerbada após os atentados de 11 de setembro de 2001, desafiando a vontade de paz dos povos e da maioria dos membros da comunidade internacional. Hoje o neoliberalismo continua sendo a política das principais grandes potências, dos organismos financeiros internacionais e das elites governantes na América Latina. No entanto, aumenta dia a dia a sua crise de credibilidade perante os mais amplos setores sociais. Essa doutrina já se mostra incapaz de confundir e desmobilizar os povos da região: sopram ventos de mudança. Num mundo capitalista, que se caracteriza pelo aumento da brecha entre ricos e pobres, pela concentração do poder político, econômico e militar – com o seu correlato de ampliação da marginalização e da exclusão social, de discriminação de gênero, racial, étnica, cultural, geracional e outras –, pela depredação do meio ambiente, pelo incremento da ameaça e do uso da força militar, pela corrupção, pelo narcotráfico, pelo terrorismo e outros flagelos que põem em risco o futuro da humanidade, nós, partidos e movimentos políticos do Foro de São Paulo, constatamos a certeza e a vigência das Declarações Políticas, Acordos e Resoluções aprovados nos nossos dez Encontros anteriores. Como resultado do agravamento da crise e da maturidade das nossas lutas, passamos da crítica ao combate, e do combate à construção de alternativas concretas ao neoliberalismo. A reunião foi realizada sob o impacto do triunfo do povo brasileiro, que consagrou Lula Presidente com mais de 52 milhões de votos, expressão do amplo apoio de forças de esquerda, progressistas e democráticas. A conquista do governo no maior país do continente reafirma a validade de uma política de alianças de máxi-

ma amplitude e profundidade, conformada em torno do Partido dos Trabalhadores, com seu programa de transformações sociais. Assinalamos com satisfação que a maior parte dos partidos integrantes da aliança têm ativa participação no Foro de São Paulo desde sua origem. Lula Presidente significa um ponto de inflexão no continente e insufla um poderoso ânimo em todos os que lutam pela democracia no plano político, econômico e social. No Brasil, a esperança venceu o medo e permitiu uma vitória do “sim, nós podemos” contra o pensamento único. Foi um triunfo moral contra a corrupção, um ponto de encontro entre a ética e a política, uma vontade de mudança que chegou a todos os confins desse imenso país e se irradia para a América Latina e o Caribe, abrindo perspectivas esperançosas para as lutas políticas e sociais que nossos povos estão levando adiante contra as consequências nefastas das políticas neoliberais, agravadas no último período. Soma-se ao triunfo de Lula a vitória de Lucio Gutiérrez, candidato da aliança Sociedade Patriótica 21 de Janeiro e Movimento Pachakutik, com o apoio do Movimento Popular Democrático, de partidos de esquerda e movimentos sociais. Somam-se também o resultado eleitoral sem precedentes alcançado pelo movimento indígena, camponês, popular e de esquerda boliviano através da candidatura de Evo Morales, o desenvolvimento de novas formas de organização e luta popular na Argentina e o auge do movimento social salvadorenho, peruano e uruguaio contra as privatizações, assim como a luta do povo porto-riquenho para retirar a marinha estadunidense da Ilha de Vieques, anunciada para maio de 2003. O processo de consolidação da revolução democrática popular na Venezuela e a redefinição de relações mais soberanas na América Latina constituem um cenário melhor para a luta dos nossos povos. A resistência popular frente aos golpistas e a solidariedade internacional são aspectos nodais para a defesa e o desenvolvimento do processo de autodeterminação venezuelano. É preciso aproveitar esta conjuntura para reafirmar a nossa histórica vocação integracionista e contribuir efetivamente em todas as regiões para mudar os rumos dos processos de integração liderados até hoje por uma visão exclusivamente mercantilista. Aprofundar a integração latino-americana e caribenha significa, antes de mais nada, priorizar a dimensão política e social, mediante a construção de instituições – parlamentos regionais diretamente eleitos, comissões representativas da pluralidade de interesses sub-regionais e de interesses dos povos etc. – e mecanismos que permitam a formulação e implementação de políticas públicas regionais para enfrentar os problemas causados pelas graves desigualdades estruturais anteriormente mencionadas. O XI Encontro do Foro de São Paulo, com a convicção de que outro modelo de integração é possível, propõe enfrentarmos a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o Plano Colômbia e o Plano Puebla-Panamá com maior resistência e avançarmos nas propostas de mudança dos atuais processos:

Mercosul, Comunidade Andina de Nações, o processo de integração centro-americano e o Caricom. Nossa perspectiva é a construção de uma Comunidade Latino-americana de Nações que defenda a soberania e a riqueza dos seus povos. Devemos olhar com atenção para o caso do México, pois passados oito anos do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLC) aumentou a pobreza, a insegurança, a desarticulação das cadeias produtivas e a estrangeirização do seu sistema bancário, da sua indústria e do seu comércio. Isso reafirma o que declaramos insistentemente nos últimos Encontros: a Alca, tal como foi proposta pelos Estados Unidos, constitui um plano de anexação e não um acordo de verdadeira integração para as Américas. Para fazer frente a essa estratégia, propomos uma integração alternativa, que contemple principalmente as suas dimensões política e social. Para poder avançar nesses objetivos, é necessário fortalecer os nossos vínculos com os movimentos sociais, particularmente com as mulheres, os camponeses, os jovens, os povos indígenas ou originários. Reafirmamos o nosso compromisso de combate frontal à discriminação dos povos indígenas ou originários, e o respeito de sua identidade nacional. Os partidos do Foro de São Paulo consideram injusta a opressão por razões de sexo da qual as mulheres são vítimas, somada àquela que já sofrem por serem pobres, pela cor da sua pele, pela sua etnia ou por serem jovens. A luta pela participação das mulheres e homens em igualdade de direitos, oportunidades e condições faz parte da nossa estratégia, já que responde a uma responsabilidade histórica das forças revolucionárias de esquerda construir uma trama de relações sociais integralmente humanas, baseadas na justiça, alternativas às milenares estruturas de opressão e exploração. Todos os nossos partidos promoverão a discussão entre seus militantes de base e dirigentes, homens e mulheres, sobre as relações de gênero, a fim de melhorar a situação das mulheres em cada país e no interior das nossas próprias organizações. O reconhecimento dos avanços, retrocessos e obstáculos principais nos servirão de base para a elaboração de um programa que expresse o compromisso ético, a vontade política e as medidas específicas de luta contra a desigualdade de gênero. Os partidos do Foro de São Paulo devem, além disso, implementar mecanismos de acompanhamento que garantam o cumprimento desses programas e planos. Será tarefa do Foro de São Paulo, dos partidos e dos governos, elevar a prioridade conferida aos problemas da imigração, que têm consequências cada vez mais profundas nos nossos países. Nos países do Caribe insular, o XI Encontro do Foro de São Paulo ressalta a anacrônica subsistência da colônia estadunidense de Porto Rico, e das colônias de países europeus: Antilhas Holandesas, Ilhas Virgens, Guiana Francesa, Martinica e Guadalupe. O Foro de São Paulo respalda as gestões dessas nações perante o Comitê de Descolonização da ONU e outros fóruns internacionais, e considera discriminatória a caracterização dos povos das três últimas como popu-

lações por parte do governo francês. Enquanto isso, no Haiti, a luta do povo por mudanças no sistema político e por melhores condições de vida se enfrenta com sistemáticas violações à democracia e à institucionalidade por parte do governo. Com muita preocupação tomou-se nota da injustificada mobilização de tropas dos Estados Unidos para a fronteira desse país com a República Dominicana, assim como a entrega de armamentos a esta última nação.

Reiteramos a solidariedade com o povo cubano e o repúdio ao bloqueio que há 40 anos os governos dos Estados Unidos mantêm contra Cuba. Este fato, recentemente condenado, mais uma vez, pela Assembleia Geral da ONU por votação de 173 a 3, demonstra o isolamento dessa política. Outrossim, denunciamos a violação dos direitos humanos dos cinco cubanos prisioneiros em cárceres dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que demandamos a sua liberdade imediata. Rejeitamos o Plano Colômbia, por constituir este uma estratégia de dominação estadunidense na região, sua aberta utilização com fins contra insurgentes, a ampliação de uma rede de bases militares dos Estados Unidos que cercam todo o território colombiano e que se estende a outros países, com a cumplicidade de alguns governos em detrimento da sua própria soberania. Tudo isso está levando ao acirramento e ampliação do conflito e da crise humanitária. O Foro enfatiza que o diálogo e a negociação, orientados à busca de uma solução política que resolva suas causas originais, são a única saída para o conflito colombiano, motivo pelo qual exortamos a sua imediata retomada. No caso da Guatemala, vemos com preocupação como os Acordos de Paz, que constituem uma agenda para a construção de uma nova nação multiétnica, pluricultural e multilíngue, e com justiça social, sejam substituídos pelas políticas neoliberais e pelo incremento do orçamento militar, agravando dessa maneira as condições de pobreza, exclusão e marginalização social. Valorizamos a luta das organizações camponesas e indígenas por seus legítimos direitos à terra e saudamos os preparativos da URNG para as próximas eleições como a alternativa para o real cumprimento dos Acordos de Paz. Este é um momento no qual o Foro de São Paulo, integrado por latino-americanos e caribenhos, faz um chamado à reflexão sobre as sábias palavras de Benito Juárez no sentido de que “O respeito ao direito alheio é a paz”. É também momento de lembrar com muito orgulho do que sem dúvida foi a maior contribuição da nossa região ao direito internacional e à causa da paz mundial, ou seja, o princípio de não intervenção e o respeito à autodeterminação dos povos. O princípio que deve ser respeitado para preservar a paz é o do direito internacional e não o uso arbitrário do poderio militar ou econômico. O Oriente Médio torna-se novamente uma das mais tensas zonas de conflito do mundo. Este XI Encontro do Foro de São Paulo considera totalmente inaceitável a ameaça e o uso da guerra contra qualquer Estado. É por intermediação das Nações Unidas que os conflitos devem

encontrar uma solução e, nesses termos, consideramos totalmente condenável a guerra contra o Iraque. Também rechaçamos a política do Estado de Israel de ocupação e genocídio nos territórios palestinos, em violação reiterada das resoluções da ONU. Ao mesmo tempo, pronunciamo-nos contra toda forma de violência que provoque vítimas civis e reiteramos a necessidade da retomada das negociações de paz.

Diante da intensificação das correntes belicistas no mundo, o Foro de São Paulo chama a intensificar a luta pela paz. Da mesma forma, denunciemos que se pretenda, com o pretexto do combate ao terrorismo, criminalizar as lutas sociais dos povos e atentar contra as liberdades civis e os direitos humanos em geral. Não aceitamos a condução unilateral das questões de segurança global dos povos e nações. A paz é um desafio cotidiano de todos. Por último, diante do agravamento das condições econômicas, políticas e sociais no mundo, o Foro de São Paulo faz suas as conclusões dos encontros de movimentos sociais celebrados recentemente em Quito e Havana, em relação à Alca, que contribuem para sensibilizar e mobilizar os povos em defesa da sua soberania e do controle das suas economias. Por tudo quanto foi exposto, o Foro de São Paulo conclama para intensificar a luta contra o neoliberalismo e pelo respeito à autodeterminação dos povos, como premissa fundamental para a construção e preservação da paz. A luta popular, eleitoral, parlamentar, das comunidades e dos governos, continua sendo um desafio para todos os integrantes do Foro de São Paulo.

DECLARAÇÃO FINAL DO XII ENCONTRO

*São Paulo, Brasil
1 a 4 de julho de 2005*

Celebrando os 15 anos da fundação do Foro de São Paulo, nesta mesma cidade realizamos o nosso XII Encontro com a presença de 364 participantes de cerca de 150 partidos políticos, entidades e organizações sociais. Participaram os partidos políticos-membros da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai, Venezuela. Participaram também entidades e partidos convidados da Alemanha, Bélgica, Canadá, Catalunha, China, Espanha, França, Galícia, Itália, Portugal, Suíça e Vietnã. Contamos, além disso, com a participação de representantes diplomáticos de nove países no Ato Político de comemoração do 15º Aniversário do Foro, e com a presença do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil. É uma boa ocasião para medir o caminho percorrido através dos 12 Encontros que marcaram esses três lustros, desde que, em julho de 1990, convocada pelo Partido dos Trabalhadores do Brasil, a esquerda latino-americana e caribenha se reuniu para debater e refletir em conjunto, num fórum, os desafios que lhe eram impostos pela realidade e pelo futuro. Transitamos, assim, por um mapa político em mutação ao longo dos anos, além de percorrermos diversos pontos da nossa América Latina, desde a Cidade do México em 1991 (II Encontro) e 1998 (VIII Encontro), Manágua em 1992 (III Encontro) e 2000 (IX Encontro), Havana em 1993 (IV Encontro) e 2001 (X Encontro), Montevideu em 1995 (V Encontro), San Salvador em 1996 (VI Encontro), Porto Alegre em 1997 (VII Encontro), e Antigua, Guatemala em 2002 (XI Encontro). Quando celebramos o XI Encontro do Foro de São Paulo em Antigua, Guatemala, em dezembro de 2002, a administração do presidente George W. Bush se encontrava no clímax da ofensiva destinada a tirar proveito dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Bush utilizava a retórica da luta contra o terrorismo e a proclamação da guerra preventiva como pano de fundo para tentar criminalizar as lutas populares na América Latina e no Caribe. Valia-se, ademais, do clima criado para obter do Congresso estadunidense a autoridade que desbloqueava a negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Esse balanço evidencia que, quando o Foro de São Paulo dava seus primeiros passos – 15 anos atrás – a situação internacional havia se deteriorado gravemente. Os Estados Unidos se afirmavam como potência dominante na pretensão de impor um mundo unipolar, enquanto grande parte da América Latina acabava de sair de um ciclo de ditaduras militares. Exceto Cuba, que re-

sistia heroicamente ao bloqueio imperialista estadunidense, não existia nenhum governo de esquerda: reinavam o neoliberalismo e o “pensamento único”. Desde então, foram múltiplas as agressões do império norte-americano contra os povos do mundo, sua ofensiva guerreirista e militarista no afã de controlar os recursos naturais estratégicos, impor seus interesses econômicos e políticos, e afirmar o seu poderio mundial, como demonstram as experiências do Afeganistão e do Iraque. Mas não foram poucos os planos imperialistas que fracassaram. Os triunfos populares e progressistas arrancaram de suas mãos o controle de importantes países do continente, entre os que se destacam o Brasil, a Venezuela e o Uruguai, juntamente com importantes avanços em outros países do Cone Sul. Na Argentina, o processo iniciado em dezembro de 2001 com a derrocada do governo neoliberal de De la Rúa conclui em maio de 2003 com o triunfo do presidente Néstor Kirchner. Temos que dar o devido valor à negociação da dívida externa argentina, que abre um caminho para outros países enfrentarem as regras impostas pelo FMI.

No caso do Brasil, merece destaque a política externa do governo Lula, que defende a inserção soberana do Brasil e da região no cenário mundial. São avanços importantes as políticas sociais do Fome Zero e outras políticas de inclusão social, assim como os progressos na reforma agrária em diálogo com o Movimento Sem Terra. Ressaltamos especialmente a não renovação do acordo com o FMI e o combate implacável à corrupção por parte do governo Lula. O Foro de São Paulo valoriza a infatigável luta do povo chileno e suas organizações de direitos humanos na busca da verdade e da justiça, bem como reconhece os avanços nos processos que levam adiante os juízes de dedicação exclusiva no Chile. Valoriza também o Relatório da Comissão de Tortura e Prisão Política (Relatório Valech), que permitiu importantes avanços na luta pela verdade acerca do horror vivido por milhares de homens, mulheres e crianças nos cárceres e centros de detenção da ditadura de Pinochet. A investigação que desvendou o denominado Caso Riggs, que permitiu descobrir as milionárias operações de corrupção de Pinochet e sua família, o desmascaram perante a comunidade nacional e internacional não só como principal responsável do terror de Estado, mas também como ladrão de Estado. As dificuldades da política latino-americana de Bush obedecem a dois fatores fundamentais: um é o agravamento da crise política, econômica e social na região. O segundo é a capacidade de luta e construção de alternativas demonstrada pelos povos em toda sua diversidade, mulheres e homens da nossa América Latina e Caribe. Entre as manifestações da crise, ressalta-se a derrocada dos governos de Gonzalo Sánchez de Lozada (Bolívia, 2003), Lucio Gutiérrez (Equador, 2005) e Carlos Mesa (Bolívia, 2005), somando já seis governos neoliberais derubados pelo movimento popular desde 1997. Quanto à capacidade de luta e construção de alternativas, destacam-se: a resistência da Revolução Cubana fren-

te ao recrudescimento da política de bloqueio e isolamento, a derrota das diversas tentativas de desestabilizar e derrotar a Revolução Bolivariana na Venezuela e o governo constitucional do presidente Hugo Chávez nesse país, o triunfo de Lula nas eleições presidenciais brasileiras de outubro de 2002 e o triunfo de Tabaré Vázquez nas presidenciais uruguaias de outubro de 2004. A vitória da Frente Ampla incluiu as maiorias parlamentares e, neste ano, um triunfo consagrador nas eleições municipais. Igualmente, devemos frisar o avanço da esquerda colombiana nas eleições locais em 2003 e o processo de unidade gestado para as eleições de 2006. No Equador, expressou-se um avanço da esquerda nas eleições locais. Assim, após o XI Encontro, às vitórias citadas somam-se os resultados favoráveis aos setores progressistas nas eleições do Panamá e da República Dominicana, Chile, El Salvador, Nicarágua e Venezuela, além de importantes lutas sociais e políticas na área andina: Bolívia, Peru, Equador e Colômbia.

O primeiro indício de avanços da resistência contra a ofensiva do governo Bush foi a derrota do desenho original da Alca, ocorrido na Reunião Ministerial das Américas celebrada em Miami em novembro de 2003; o segundo foi a derrota da tentativa de outorgar à Organização de Estados Americanos (OEA) faculdades para monitorar o “funcionamento democrático” dos países da região, que teria sido um mecanismo intervencionista contra o governo de Chávez na Venezuela; o terceiro foi a derrota da tentativa de impor os seus candidatos favoritos para a Secretaria Geral da OEA, o ex-presidente de El Salvador, Francisco Flores, e o secretário de Relações Exteriores do México, Luis Ernesto Derbez. Constatamos, portanto, que a situação sofreu uma guinada positiva: a América Latina aparece como o continente com maiores possibilidades de mudanças progressistas. Entretanto, a América Latina e o Caribe enfrentam sérios desafios. A situação do Haiti, certamente dramática, exige uma solução política e exige que nos comprometamos a fim de que o povo haitiano avance rapidamente para um exercício real do seu direito à soberania e à autodeterminação, com um decidido apoio internacional às suas urgentes carências em matérias de saúde, educação, habitação, obras básicas de infraestrutura e reconstrução ambiental. Denunciamos a pretensão do governo estadunidense de se valer da Colômbia como base e fator de controle e penetração dos seus objetivos imperialistas apelando para o Plano Colômbia e para o Plano Patriota para impor em todos os aspectos a sua política de dominação. O seu objetivo com isso é regionalizar a guerra contra os povos andinos, sufocar a sua luta libertadora, comprometer os avanços na República Bolivariana da Venezuela e continuar os seus ataques contra a Revolução Cubana. Destacamos a iniciativa do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo para uma visita de parlamentares de diferentes países, visando impulsionar uma agenda concreta com o objetivo de ajudar a promover a solução política negociada para o conflito arma-

do interno e o acordo humanitário para fazer sentir a solidariedade da América Latina com o povo irmão. Constata-se claramente a mesma estratégia aplicada no Paraguai, com o pretexto da ameaça terrorista na zona da tríplice fronteira. Essa política é facilitada pela decisão do governo paraguaio de outorgar imunidade às forças militares estadunidenses. Manifestamos nossa preocupação pelo recrudescimento do bloqueio a Cuba por parte dos EUA mediante o propósito de estender pelo mundo a aplicação (aberta ou encoberta) das disposições da Lei Helms-Burton. Rejeitamos igualmente as declarações da nova secretária de Estado para esse segundo mandato de George W. Bush, Condoleeza Rice, sobre o governo da irmã República Bolivariana da Venezuela, chamando-o de “incômodo para os EUA”, e nos solidarizamos com o povo venezuelano e com o seu presidente – democraticamente eleito e ratificado por plebiscito popular – o comandante Hugo Chávez Frías. Em consequência, manifestamos nossa satisfação pela derrota infligida na OEA recentemente às pretensões intervencionistas dos EUA de querer outorgar a este organismo, já bastante desprestigiado, o papel de juiz certificador do caráter democrático dos países-membros, deixando assim aberta a possibilidade de intervenção no caso de um juízo negativo sobre um ou mais governos. Conscientes de que a integração de nossas nações e povos é uma ferramenta fundamental na luta pelo nosso desenvolvimento e nosso progresso, pela nossa soberania e uma globalização diferente, solidária e respeitosa do interesse dos povos, acreditamos ser indispensável trabalhar intensamente para criar uma nova integração Sul-Sul, e especialmente latino-americana e caribenha, que vá além do estritamente comercial e transcenda para o social, cultural e político. Por isso, mantemos uma firme oposição às manobras do império para nos dividir e impor, por outra via, a sua fracassada Alca, desta vez via os TLC, que agora pretende com a América Central e os países andinos, desconhecendo a demanda dos povos que exigem consulta popular. Constatamos que, no período transcorrido desde o último Foro, houve avanços na integração regional promovidos pela Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela, cujos governos permitiram aprofundar a integração física e energética da nossa América. Hoje, na região sul-americana, existem três sistemas de integração em andamento, que possuem um papel importante se forem enquadrados na lógica integral já mencionada: a Comunidade Andina de Nações (CAN); o Mercosul, com vários países membros associados, Bolívia, Chile, Peru, Venezuela, Colômbia e Equador, avançando para maiores graus de integração econômica, política e social a se concretizarem em 2006; e a Comunidade Sul-americana de Nações, com grandes projetos de integração de infraestrutura e energia do continente. Destacamos, nesse sentido, as potencialidades do Acordo Mercosul-Comunidade Andina de Nações alcançado em 2004, que, com os avanços da oposição no Peru, Equador e Colômbia, contrária à assinatura dos TLC, permitirá a consoli-

dação do projeto de Comunidade Sul-americana de Nações fundado na cidade de Cuzco em 2004, como passo em direção à formação da Comunidade Latino-americana e Caribenha de Nações. Na região centro-americana, observamos uma deterioração do processo de integração ao quererem diminuir as funções do Parlamento Centro-americano e da Corte Centro-americana de Justiça, fortalecendo o autoritarismo presidencialista, e anulando todas as expressões sociais do Sistema de Integração Centro-americana (Sica). O Foro de São Paulo apoia as iniciativas de integração comunitária defendidas pelos partidos-membros, ao mesmo tempo que respalda a luta contra a implantação do Cafta e o Plano Puebla-Panamá, como expressões de anexação da região aos interesses dos Estados Unidos.

O México enfrenta hoje o desafio de alcançar um acordo trinacional para a revisão integral do Tratado de Livre Comércio da América do Norte. Mais ainda, quando os governos do México, Estados Unidos e Canadá pretendem criar a comunidade da América do Norte, cujo primeiro passo é a Aliança pela Prosperidade e Segurança, que não faz mais do que aprofundar as condições econômicas e financeiras de iniquidade que empobreceram essencialmente o México e criar parâmetros no terreno da segurança hemisférica, energética e fronteiriça para criminalizar a migração latino-americana, homologando-a à luta contra o narcotráfico e o terrorismo. O agravamento da crise social no campo mexicano, e a possível ofensiva do poder financeiro estadunidense em terrenos como a saúde pública, a energia e a educação, fazem com que o México, hoje mais do que nunca, deva olhar para a América Latina e o Caribe. Saudamos a possibilidade de que nossos irmãos da esquerda mexicana e os setores progressistas estejam em condições de ganhar as eleições presidenciais de 2006. Valorizamos a materialização e a perspectiva da alternativa bolivariana para as Américas, que podemos apreciar, em primeiro lugar, nos convênios entre Venezuela e Cuba, mas que também podem ser identificadas no Convênio Integral de Cooperação Energética entre Venezuela e Argentina, na aliança estratégica Brasil-Venezuela, no Convênio Integral de Cooperação Energética entre Venezuela e Uruguai, bem como nos acordos de criação da TeleSur, da PetroSur e do mais recente, assinado pela Venezuela e os países do Caribe: PetroCaribe. A Alba se propõe, em primeiro lugar, atacar as imensas dívidas sociais que foram se acumulando na nossa região, com base na cooperação, na complementação produtiva, na defesa da identidade latino-americana e na solidariedade. Declaramos o nosso compromisso de trabalhar, a partir dos nossos partidos, para impulsionar essa nova integração em andamento, cuja agenda deve ser cada vez mais ampliada para atender os interesses dos nossos povos. Queremos que a integração signifique, além de acordos comerciais, uma agenda de complementação produtiva, acessibilidade aos mercados regionais e abertura de outros, instrumentos financeiros comuns, complementação física e de comunicações, integração energética,

articulação em matéria de defesa, preservação dos recursos naturais, complementação educativa, científica e tecnológica, integração cultural e complementação em direitos trabalhistas e seguridade social. No VI Encontro do Foro de São Paulo, realizado em El Salvador em 1996, afirmamos que “a integração não exclui o interesse nacional” e que “como processo, deve estar encaminhado a alcançar a convergência e complementaridade econômica e social dos países da região”. Sustentamos que “só mediante esquemas de integração sub-regional e regional será possível alcançar o peso específico que permita negociar com sucesso frente aos blocos econômicos que hoje se consolidam no mundo”. O projeto integrador regional precisa considerar os diversos níveis de desenvolvimento e a heterogeneidade existente na região. Para que a integração seja justa e solidária, estas tarefas deverão estabelecer mecanismos preferenciais, tendo em conta as assimetrias e desigualdades da região. Um princípio importante que deverá ser considerado é o de promover ações para alcançar uma adequada equidade. Justamente por isso, sustentamos que a integração “não pode ficar apenas nas mãos dos governos, devem participar nela ativamente os partidos políticos, os movimentos populares, as organizações não governamentais, os empresários prejudicados pelo neoliberalismo e todos os atores reais, especialmente os verdadeiros produtores de riqueza”. Essa afirmação proferida há quase dez anos reafirma sua vigência à luz dos avanços e limitações existentes nas experiências em desenvolvimento. Na atualidade, continua sendo uma premissa indispensável para a real concretização dos projetos que têm lugar em diferentes regiões da América Latina e no Caribe, em prol de uma verdadeira integração de nações e povos. Denunciamos e rechaçamos o feminicídio, expressão da crescente violência contra as mulheres, como a violência de gênero, cuja base é a discriminação e decomposição social produzida pela persistência de uma concepção misógina e paternalista que gerou um novo fenômeno criminalístico nos nossos países, notadamente no México, El Salvador e Guatemala, onde a agressão emocional, econômica, trabalhista, psicológica e física pode chegar inclusive ao assassinato. Consideramos o feminicídio um crime de Estado porque a negligência e indiferença das instituições responsáveis pela justiça e pela segurança, assim como a ausência de ações legislativas e de governo, reproduzem as condições de impunidade. Denunciamos, na mesma linha, a exploração sexual infantil e de gênero que lacera a dignidade da pessoa humana. Por último, este XII Encontro saúda a participação ativa de representantes de entidades, movimentos sociais, parlamentares e pequenos e médios empresários, mulheres e jovens que, em conjunto com representantes dos nossos partidos, trabalharam nas oficinas deste Foro, que assume todas as recomendações, moções e propostas aprovadas, apresentadas no anexo a esta Declaração.

Nota: *A delegação do Partido Intransigente, da Argentina, manifestou sua discordância com a referência feita no texto sobre o governo Kirchner.*

DECLARAÇÃO FINAL DO XIII ENCONTRO*San Salvador, El Salvador**12 a 14 de janeiro de 2007*

De 12 a 14 de janeiro de 2007, em San Salvador, El Salvador, com a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) como anfitriã, desenvolveu-se o XIII Encontro do Foro de São Paulo, com a participação de 596 delegados. Entre eles, 219 representam 58 partidos e movimentos políticos, sociais e igrejas, procedentes de 33 países, assim como 54 convidados de outras regiões do mundo. Destacamos o esforço político e organizativo da FMLN, que garantiu o desenvolvimento exitoso deste encontro, e expressamos nosso reconhecimento à fraternidade e solidária hospitalidade dos companheiros. Quatro grandes temas nos convocaram a este Encontro, na busca de uma nova etapa de integração latino-americana e caribenha.

1. A formulação de políticas antineoliberais que fomentem uma genuína democracia política, econômica e social; o desenvolvimento sustentável; a igualdade plena de todos os seres humanos e uma nova integração solidária. 2. A luta contra o colonialismo e a ingerência imperialista, e a favor da solução dos conflitos armados mediante processos de paz nos quais não se extinga o avanço dos nossos povos em direção à imprescindível transformação política, econômica e social em benefício das majorias e minorias oprimidas. 3. O enfrentamento da doutrina imperialista de segurança hemisférica, que promove a militarização. 4. A relação entre as forças políticas, os movimentos sociais e cidadãos, e os governos de esquerda e progressistas, e o papel que desempenha a solidariedade internacional.

Durante os trabalhos do Encontro, foram realizadas diferentes oficinas nacionais e internacionais que analisaram e debateram temáticas que fortalecem a construção de linhas legislativas e de políticas públicas, cujas resoluções serão dadas a conhecer por meio da publicação do documento- base e dos respectivos relatórios que resumem os debates dos diferentes temas de discussão. Nesse intercâmbio aberto, franco e pluralista que caracteriza o Foro de São Paulo, todos nós coincidimos em que, apesar de o neoliberalismo continuar sendo a doutrina hegemônica imposta pelos centros de poder mundial, o enfrentamento em ascensão dos povos da sua sequência de concentração da riqueza e massificação da exclusão social, favorece um acúmulo político sem precedentes por parte da esquerda latino-americana. Esse enfrentamento é um dos fatores fundamentais que explicitam os triunfos eleitorais mais recentes colhidos pela esquerda latino-americana e caribenha, entre eles a segunda reeleição do presidente Hugo Chávez Frías na Venezuela, a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, a

eleição do presidente Rafael Correa no Equador e do presidente Daniel Ortega na Nicarágua, cujo povo venceu o medo. Eles contribuem ao processo de mudanças na correlação de forças na região. Com esta batalha político-eleitoral, recuperou o governo – que anos antes havia conquistado – o triunfo da Revolução Sandinista. Os novos triunfos eleitorais da esquerda somam-se aos obtidos com a eleição do presidente Tabaré Vázquez no Uruguai em outubro de 2004, a eleição do presidente Evo Morales Ayma na Bolívia, o primeiro líder indígena a chegar à presidência num país da América Latina em dezembro de 2005. E a presença ou apoio de partidos integrantes do Foro em outros governos da região, como é o caso de Michelle Bachelet no Chile e a presença de Néstor Kirchner na Argentina. Também houve triunfos em várias nações do Caribe. No Haiti, o imperialismo norte-americano e a direita local não conseguiram consumir a fraude para evitar a eleição do presidente René Preval. Em conjunto com essas novas gerações de governos latino-americanos de esquerda, ou progressistas, que se fortalecem com a primeira eleição de Chávez em dezembro de 1998, ergue-se a Revolução Cubana com seus 48 anos de luta e resistência. Embora não tenham os candidatos de esquerda, ou progressistas, triunfado em todas as eleições presidenciais, durante as votações realizadas em 2006, no México, Peru e Colômbia manifestou-se um importante acúmulo político. Acrescentam-se a tudo isso as bancadas de esquerda nas legislaturas nacionais e parlamentos de integração e nos numerosos estados, províncias ou departamentos, e os ainda mais numerosos municípios e governos locais administrados pela esquerda por todos os cantos da América Latina e Caribe. Esses avanços no terreno político e eleitoral criam condições favoráveis sem precedentes para avançar rumo à derrota política e ideológica definitiva do neoliberalismo na nossa região, mas ao mesmo tempo fazem com que os partidos e movimentos políticos da esquerda latino-americana e caribenha se comprometam a atuar de acordo com as expectativas depositadas neles pelos povos, sob pena de que seus governos sejam apenas um breve lapso após o qual se recicle a dominação neoliberal. Nesses alvares do século XXI, em que os povos latino-americanos e caribenhos começam a fazer valer a sua soberania, autodeterminação e independência para romper com o neoliberalismo patriarcal, e empreender políticas próprias de desenvolvimento econômico e social, o colonialismo é um anacronismo ainda mais ultrajante do que antes, motivo pelo qual todos e todas nós, que conformamos o Foro de São Paulo, nos comprometemos a redobrar a nossa luta pela autodeterminação e independência das colônias que subsistem na região, como Porto Rico, Martinica, Curaçao, entre outros. Também lutamos contra o Plano Colômbia, a Iniciativa Regional Andina e o resto dos mecanismos de ingerência e intervenção impostos pelo imperialismo norte-americano como parte de seu sistema de dominação continental, amparados na doutrina de segurança

hemisférica, que utiliza como pretextos o combate ao crime organizado, ao narcotráfico e ao terrorismo, para ampliar e aprofundar a militarização da região e a criminalização da luta popular. Demandamos uma solução política negociada para resolver o conflito armado da Colômbia. Na atualidade, são requisitos para o alcance da paz democrática: a autodeterminação, a soberania e a consolidação das mudanças democráticas na América Latina e no Caribe. A violência também se abateu sobre as mulheres, que são objeto de feminicídios, violência doméstica, assédio sexual, violência no trabalho e agressões das tropas agressoras e dos governos fantoches. Pronunciamo-nos pela erradicação da violência contra a mulher. Levantamos as bandeiras que se identificam com a defesa dos direitos dos povos indígenas do continente, reivindicamos a interculturalidade e a condição plurinacional e étnica de vários países da América Latina. Das nossas respectivas realidades, assumimos o compromisso de levantar uma corrente de opinião, como parte de um movimento que exija o cumprimento dos acordos de paz em El Salvador e Guatemala. Expressamos a nossa solidariedade com a Revolução Cubana, fazemos votos pela rápida e efetiva recuperação do presidente Fidel Castro Ruz, reafirmamos a nossa condenação ao bloqueio imperialista, exigimos a liberdade dos cinco cubanos injustamente presos em cárceres estadunidenses pelo suposto delito de lutar contra o terrorismo. Expressamos a nossa solidariedade com Evo Morales e respaldamos a sua postulação ao Prêmio Nobel da Paz. O Foro de São Paulo concluiu no seu XIII Encontro que já é hora de que os povos da América Latina e Caribe assentem as bases para a derrota integral do neoliberalismo patriarcal e o avanço na construção da alternativa ao sistema imperante.

Isso requer uma ação articulada e uma relação respeitosa e complementar entre os partidos, movimentos e coalizões políticas de esquerda e a diversidade de organizações e movimentos populares e sociais. O que nos permitirá construir as alianças políticas e sociais para fazer avançar em cada país uma ampla frente de luta que integre todos os setores populares e democráticos afetados pelas políticas do modelo dominante. Essa é uma condição indispensável para a realização e consolidação das transformações das nossas sociedades no terreno econômico, social, ideológico e cultural. Premissas básicas da construção do modelo alternativo que, em mais de um lugar, se define com uma perspectiva socialista, são a conquista da independência nacional e regional, a justiça social, a democracia política e social, a integração regional e continental baseada na cooperação, o internacionalismo e a solidariedade entre os povos, a defesa e o desenvolvimento dos nossos recursos naturais e da biodiversidade, e a erradicação de toda forma de discriminação contra as mulheres e os povos originários. O objetivo primordial do modelo alternativo é o bem-estar e a dignificação das pessoas, dos povos e dos países da América Latina. Nas novas condições históricas vividas pela América Latina e o Caribe, nós,

partidos-membros do Foro de São Paulo, sentimo-nos comprometidos a voltar todos os nossos esforços políticos, materiais e nossa solidariedade para tornar realidade essa grande oportunidade histórica de derrotar o neoliberalismo e entrar no caminho da construção dessa nova sociedade justa e democrática. Na projeção da cultura construída no Foro, de sentir como própria cada batalha democrática travada pelas organizações-membros, comprometemos a nossa solidariedade com os companheiros da ANN e da URNG da Guatemala, que enfrentarão eleições em setembro próximo, bem como com todas as forças, membros do Foro de São Paulo, que passarão por processos eleitorais. O fortalecimento da coerência e unidade dos nossos partidos e do Foro de São Paulo, a ética no exercício do poder público, a superação do sexismo, a profunda vinculação com o povo e a solidariedade internacional são e serão as nossas melhores armas para acometer com sucesso as batalhas vindouras. O Foro de São Paulo se compromete em defender os processos de mudança em curso e estender toda a nossa capacidade internacionalista e solidária com Cuba, com os governos democráticos e com a luta dos povos.

O fraterno e franco debate do Foro teve como importante contribuição o documento-base elaborado e apresentado pelo Grupo de Trabalho. Ele foi enriquecido pelo intercâmbio realizado. As delegações assistentes fizeram próprias as propostas contidas no documento: 1) A publicação de um boletim eletrônico mensal. 2) A constituição de uma escola continental de formação política. 3) A realização de um festival político cultural. 4) A criação de um observatório eleitoral. 5) Desenvolver uma política orientada à juventude e de promoção da arte e da cultura. O Grupo de Trabalho se dedicará a discutir as medidas que permitirão a sua implementação. O propósito dessas iniciativas é permitir uma maior capacidade para fomentar o debate político, o intercâmbio de experiências e para conseguir que o Foro seja um instrumento mais eficaz e permanente para articular o trabalho político dos partidos e movimentos membros. Os avanços deste Encontro nos permitem cifrar expectativas no desenvolvimento de capacidades para responder aos desafios que o avanço das lutas dos nossos povos nos impõe. E passar para uma nova etapa na atividade do Foro. O Foro prestou homenagem e manifestou seu reconhecimento ao grande dirigente Shafik Handal, destacando o exemplar compromisso que caracterizou sua luta coerente pela emancipação dos povos.

DECLARAÇÃO FINAL DO XIV ENCONTRO

Montevidéu, Uruguai
22 a 25 de maio de 2008

Reunidos em Montevidéu, no XIV Foro de São Paulo, de 23 e 25 de maio de 2008, com a participação de 844 delegados de 35 países, os partidos participantes declaram: O XIV Encontro se realiza num momento em que a humanidade se encontra ameaçada pelas políticas de uma globalização impulsionada unicamente em benefício do grande capital. A política de guerra preventiva levada adiante pelos Estados Unidos e seus aliados levaram sangue e morte a várias regiões do mundo. O império pretende por essa via desenvolver suas aspirações hegemônicas, breçar o desenvolvimento autônomo dos nossos países e os processos de unidade e integração que permitam ao nosso continente uma melhor defesa de suas riquezas naturais. Hoje o planeta se encontra ameaçado pela profunda deterioração do meio ambiente e pela mudança climática, produto da exploração selvagem dos recursos naturais. Não obstante, os países industrializados se negam a tomar medidas acordadas em fóruns internacionais que impeçam continuar pelo caminho do desastre. A crise financeira nos EUA ameaça, junto com o aumento incontrolável do preço do petróleo, provocar uma recessão em escala mundial. A manipulação e especulação desatada pelas grandes transnacionais aproveitando o aumento da demanda mundial de alimentos, a concentração da propriedade das terras, as monoculturas irracionais, o uso do milho por parte dos Estados Unidos para produzir etanol e o controle das fontes aquíferas, têm provocado uma escalada nos preços dos produtos agrícolas, que comporta o perigo de afundar grandes populações do mundo em uma fome de incalculável alcance.

A situação da América Latina e Caribe nestes tempos

“Não vivemos uma época de mudanças mas sim uma mudança de época.”

O momento político da América Latina se caracteriza pelo contínuo avanço das forças políticas de esquerda e forças sociais, que se reflete na conquista do governo por parte de forças progressistas pertencentes ao Foro. Isso ocorre em 13 países da América Latina e Caribe. Os movimentos e organizações sociais e cidadãos ganham também cada vez mais espaços por meio de suas lutas contra as políticas neoliberais e organizam múltiplas manifestações e fóruns onde impulsionam a permanente apresentação de alternativas aos modelos que foram implementados no nosso continente nas últimas décadas.

Como manifestamos na palavra de ordem deste XIV Encontro, as forças progressistas do continente que se encontram no governo buscam por diferentes vias implementar projetos que, conforme as características próprias de cada país, lhes permitam enfrentar os principais problemas gerados pelo neoliberalismo. Em todos os nossos países, os níveis de marginalidade, pobreza, analfabetismo, carência de planos de saúde, a violência estrutural, e endividamento externo e interno, a falta de coesão social, a privatização de importantes recursos que foram arrancados da soberania dos nossos países, constituem uma herança muito pesada. Nesse quadro, se bem é inegável a diversidade de projetos, também é real que todos eles estão contribuindo para o desenvolvimento, a afirmação da soberania e o progresso dos nossos países. As políticas sociais impulsionadas por todos eles constituem um primeiro passo para enfrentar os graves problemas existentes. Comprovou-se repetidamente o fracasso das receitas dos organismos multilaterais de crédito: FMI, BID, Banco Mundial e todos os governos progressistas têm empreendido caminhos diferentes e à margem dessas receitas.

O bloco conservador se opõe às mudanças

O avanço dos projetos progressistas na América Latina está sendo enfrentado pelo imperialismo dos EUA e pelas direitas nacionais, as empresas transnacionais e, de forma muito importante, também pelas grandes empresas midiáticas que sistematicamente realizam campanhas de desinformação. A ofensiva da direita apresenta múltiplas formas: Introduziu na América Latina o conceito de guerra preventiva e aumentou a militarização. É uma situação totalmente inédita comandada pelos EUA e que utiliza o governo da Colômbia como cabeceira de ponte. O exemplo mais flagrante é o ataque militar levado adiante no território do povo irmão do Equador. A recente ativação da IV frota marca a tentativa dos EUA de amedrontar os nossos povos e governos. As direitas nacionais tentam levar adiante processos em alguns países, como a Bolívia e a Venezuela, na contramão da história que nesse momento é de integração dos nossos povos. Tentam, mediante a fraude, como no caso do México, impedir que novas forças progressistas alcancem o governo. Em 2009, se não forem cumpridas as recomendações da OEA e outras organizações internacionais, corre-se o risco de se repetir o mesmo nas próximas eleições de El Salvador. Criminalizam o protesto social e a luta política da esquerda. Ainda hoje apelam para a privatização de empresas estratégicas, como no caso do México com seus enormes recursos petrolíferos.

São mantidas, em pleno século XXI, situações coloniais, como é o caso de Porto Rico. Neste XIV Foro de São Paulo, nós, partidos nele reunidos, manifestamos que: Saudamos o povo paraguaio e todos os partidos e organizações

sociais que contribuíram para o triunfo da candidatura do companheiro Fernando Lugo, a quem desejamos sucesso e manifestamos a nossa vontade de contribuir em todos os aspectos de sua gestão. Lutaremos para garantir a paz e a estabilidade democrática na região latino-americana e caribenha. Por isso rejeitamos o Plano Colômbia, a Iniciativa Mérida e o Plano Balboa, entre outros, que são a ponta de lança da intervenção militar e da ingerência política na região, ameaçando os projetos de transformação em andamento. Fecharemos filas para impedir que o conceito de guerra preventiva que tem lavado com sangue e destruição os povos do mundo se instale no nosso continente. Em tal sentido, a política antiterrorista de Bush e seus aliados buscam criminalizar o protesto social, assim como perseguir os movimentos sociais e políticos que lutam pela transformação de nossos povos. Rechaçamos toda forma de terrorismo, mas nos negamos a usar essa desculpa para criminalizar o protesto social e cobrir de medos a sociedade. A situação vivida pela irmã República da Colômbia constitui o principal fator de risco para a estabilidade e a paz da região. Por isso, devemos extremar nossos esforços para chegar a uma saída negociada do conflito armado, que garanta uma paz duradoura e evite a generalização do conflito na região. O acordo humanitário constitui um passo significativo nessa direção que permite a libertação dos reféns civis e militares. Defendemos em toda instância a vigência dos direitos humanos e o aprofundamento da democracia constitui para os nossos partidos um objetivo permanente. Nosso continente sofreu milhares de desaparecimentos e assassinatos como consequência da sua luta pela liberdade, pela democracia e em defesa da justiça e da paz. Continuaremos lutando contra o bloqueio que há décadas sofre a irmã República de Cuba. O XIV Encontro saúda especialmente os companheiros cubanos nesses anos, em vésperas de comemorar 50 anos da sua revolução. Exigimos mais uma vez a libertação dos cinco patriotas processados ilegalmente nos EUA por evitarem atos de terrorismo. Impulsionaremos os diversos projetos de integração que, esperamos, possam convergir – Mercosul, Comunidade Andina, Caricom, AlbaLBA-TCP e Unasul – e que permitam acabar com a velha realidade das veias abertas da nossa América. Integração que, sem ser cópia de modelos geocêntricos, reflita a realidade da nossa região e se constitua em benefício dos nossos povos e como alternativa à globalização neoliberal.

Não haverá destino para os nossos países se nos mantivermos isolados. A América Latina e o Caribe são o continente da esperança. Suas riquezas são incalculáveis mas a sua inserção no mundo dependerá exclusivamente da força da legitimidade que alcançarem os seus processos de integração. Os países centrais aspiram nos dividir para conseguirem acordos comerciais em seu exclusivo benefício. Respondamos com a nossa integração. Saudamos e apoiamos firmemente a criação da Unasul, que engloba iniciativas como as do Banco do Sul, como eixo

de uma futura unidade dos países e dos povos da América do Sul, e a proposta de criação do Conselho Sulamericano de Defesa. Seu fortalecimento permitirá avançar na criação de uma organização permanente integrada unicamente pelos países da América Latina e Caribe, sem exclusões. Expressamos a nossa solidariedade com os processos levados adiante pelos governos irmãos da Venezuela, Bolívia, Equador, Nicarágua e rejeitamos as tentativas de desestabilização por parte dos Estados Unidos. Proporemos impulsionar de projetos de desenvolvimento sustentável que, respeitando o meio ambiente, defendendo a biodiversidade e com o ser humano como centro, assegurem a soberania alimentar e o desenvolvimento cultural dos nossos povos. Como parte da defesa das nossas riquezas naturais, expressamos a nossa solidariedade com o México em sua luta para preservar os seus recursos petrolíferos. Apoiamos e defendemos os direitos e reivindicações dos povos originários e os afrodescendentes, exigimos o respeito das suas tradições, saberes e cultura, e a defesa dos seus territórios interculturais. Lutaremos pela democratização dos meios de comunicação, colocando-os ao alcance de toda a sociedade, em particular daqueles que nunca foram ouvidos. Declaramos a nossa decisão de lutar pela igualdade social de acesso à tecnologia da informação e à internet, que deve preservar o seu caráter de bem público global. A luta contra o narcotráfico e suas redes requer um novo olhar mais integral, que inclua a responsabilidade dos grandes países consumidores, um enfoque de saúde pública, e a não criminalização dos cultivos. Lutamos contra o tráfico e a exploração sexual de meninas, meninos e mulheres. A migração é um fenômeno multifatorial. Em sua expressão econômica, é uma tragédia social e familiar para os nossos países, que deve ser enfrentada com políticas públicas de desenvolvimento social e emprego dirigidas para melhorar as condições de vida dos nossos povos. Exigimos o respeito irrestrito dos direitos humanos dos migrantes, que são violentados nos países receptores, sobretudo nos Estados Unidos, na União Europeia e no Japão. Pronunciamos-nos contra a construção de muros e a favor da livre circulação das pessoas.

Prosseguiremos a luta para acabar com o fenômeno do colonialismo. Acolhemos os processos de descolonização no Caribe como prioridade e condição para que possa prevalecer uma verdadeira democracia na América Latina e no Caribe. Reiteramos o chamado de apoio à livre determinação e independência de Porto Rico com base na Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral da ONU. Unimo-nos aos esforços de solidariedade com a autodeterminação e independência de Porto Rico para elevar o seu caso perante a Assembleia Geral da ONU a partir do presente ano. De igual maneira, respaldamos as demandas de descolonização e independência de Bonaire, Curaçao, Martinica, Guadalupe e Guiana. Os partidos do Foro de São Paulo agradecem à Frente Ampla do Uruguai pela organização do

XIV Foro e o caloroso recebimento que ofereceram a todos os delegados. Foi uma nova oportunidade para reafirmar os laços que unem os partidos que o integram e a vocação de unidade na diversidade que é nosso sinal de identidade. Na pluralidade e diversidade do Foro de São Paulo reside o segredo de uma longa e frutífera existência. Em sua capacidade de “debater sem se ferir, discrepar sem se dividir e polemizar sem deixar de se sentir companheiros” está a garantia da sua preservação como um autêntico espaço de socialização de experiências e de articulação de ações de solidariedade. Promoveremos a unidade das esquerdas e o fortalecimento das suas organizações políticas em todos os países como ferramenta importantíssima para impulsionar os processos de mudança. Nesse sentido, recomendamos ainda o fortalecimento das organizações de juventude no âmbito dos partidos políticos membros do Foro de São Paulo, bem como a criação de um espaço de articulação próprio entre as organizações de juventude dos partidos membros. Comprometemo-nos a redobrar esforços para alcançar a equidade de gênero e saudamos os avanços alcançados nessa luta que se manifesta na presença de duas presidentas, amplas bancadas femininas e um importante número de companheiras liderando movimentos sociais. Ao culminar nossos trabalhos em Montevideu, deixamos uma fraterna saudação ao povo uruguaio e nos convocamos para o XV Encontro na Cidade do México, onde continuaremos reafirmando a nossa inquebrantável vontade de luta para alcançar a definitiva libertação dos nossos povos e pelo socialismo.

DECLARAÇÃO FINAL DO XV ENCONTRO

Cidade do México, México

20 a 23 de agosto de 2009

O XV Encontro do Foro de São Paulo teve lugar de 20 a 23 de agosto de 2009, na Cidade do México, com a participação de 520 delegadas e delegados de 32 países da América Latina e Caribe, e de 38 convidadas e convidados, representando 63 partidos e organizações políticas, forças populares, progressistas e de esquerda. O tema principal do Encontro foi “As alternativas da esquerda latino-americana diante da crise capitalista”. Tendo o Partido do Trabalho do México e o Partido da Revolução Democrática como anfitriões, os delegados do XV Encontro aprovaram a seguinte declaração: Primeiro. O Foro de São Paulo, há quase 20 anos da sua fundação, mantém a sua identidade anti-imperialista e antineoliberal. Nos Encontros prévios que tiveram lugar, fez-se uma reflexão permanente sobre os problemas e a crise do capitalismo, propondo diversas ideias para construir alternativas democráticas e populares. Se o Foro de São Paulo nasceu num momento em que o neoliberalismo parecia se impor sem resistências, hoje, iniciando a comemoração do Bicentenário dos numerosos processos independentistas latino-americanos e caribenhos, podemos afirmar que o Foro de São Paulo, ao longo desses anos, manteve uma luta constante contra essas políticas, que demonstraram sua falência histórica e seu fracasso, e, ao mesmo tempo, a batalha para tornar realidade os sonhos e as causas dos libertadores. Segundo. A profunda crise capitalista que se desatou no ano passado, com epicentro nos Estados Unidos, teve impacto em todos os países do mundo e se vislumbra como sendo de longa duração. Somam-se a ela outras crises sofridas pelo mundo: a ambiental, a energética e a alimentar, todas as quais agravam as crises sociais e políticas em diversas regiões do mundo. Cabe acrescentar que na América Latina e no Caribe se vive uma séria crise de segurança pública. Em conclusão, estamos diante de uma crise sistêmica, que não só põe em questão o modelo neoliberal imperante, mas também o modo capitalista de produção. Ratificamos aquilo que anunciamos no Encontro de Montevideu no ano passado: “não estamos apenas diante de uma época de mudança, mas, sim, de uma mudança de época”. Terceiro. A crise mundial, em todos os seus níveis e faces, tornou mais distante o objetivo das Nações Unidas, enunciado nas Metas do Milênio, de reduzir a pobreza e a fome no mundo. O que estamos vendo, e será agravado nos próximos meses, é o desemprego e uma queda na qualidade de vida de centenas de milhões de pessoas. Cabe ressaltar a situação da mulher, sobre quem recairá a carga mais pesada.

Não obstante, a crise é também uma oportunidade de mudança no mundo unipolar, já que se acentuou o processo de constituição de blocos econômicos nas diferentes regiões do mundo. Podemos advertir um declínio do poder hegemônico dos Estados Unidos, embora este país continue representando a maior economia do mundo, conservando o maior poder militar e mantendo o controle dos principais meios de comunicação. Quarto. A crise e o fracasso do neoliberalismo foram advertidos por diferentes setores da esquerda. O Foro de São Paulo foi especialmente claro em assinalar os perigos entranhados pelo monetarismo, o Estado mínimo, a desregulação, a flexibilização, a abertura comercial e financeira e o Consenso de Washington. No entanto, a crise atual não é apenas financeira e não é possível explicá-la apenas pela falta de controle propiciada pelo neoliberalismo e pelo esgotamento das instituições surgidas de Bretton Woods. Estamos diante de uma crise mais profunda do que a de 1929, e que será de longa duração. Isso se deve a que ela ocorre numa etapa de máxima expansão e hegemonia do modo de produção capitalista. Quinto. O desenlace da crise abre um amplo leque de opções para o futuro e será o resultado combinado de dois movimentos: a luta de classes em cada país e os conflitos entre os diferentes Estados e blocos regionais. É provável que dessa inter-relação surjam diversos modelos econômicos e políticos: uns serão conservadores, outros progressistas e outros a caminho do socialismo. Sexto. O XV Encontro do Foro de São Paulo saúda o 50º Aniversário da Revolução Cubana e reconhece o exemplo da Revolução Cubana que, com sua heroica resistência, contribuiu de maneira fundamental para a nova época de guinada para a esquerda do nosso continente. Ratificamos mais uma vez o nosso rechaço ao bloqueio do imperialismo norte-americano e reafirmamos a nossa demanda de libertação dos cinco lutadores antiterroristas cubanos injustamente encarcerados em prisões dos Estados Unidos. Sétimo. Boa parte dos países da América Latina e Caribe vive, há mais de uma década, um processo de mudanças, desenvolvendo uma crescente luta pela sua soberania e pelos direitos e bem-estar dos seus povos. Os efeitos da crise terão um impacto e podem trazer retrocessos naquilo em que se avançou em matéria de crescimento econômico, emprego e diminuição da pobreza. Fará ainda mais evidentes os limites e problemas das economias primário-exportadoras e controladas por poderosos oligopólios, alheias a modelos de desenvolvimento a serviço dos povos, do seu bem-estar, progresso e liberdade. Entretanto, é preciso assinalar que a crise não afetará todos os países por igual. Os países primário-exportadores e os altamente dependentes dos Estados Unidos, como o México, terão uma queda mais forte no seu crescimento econômico e a crise será mais prolongada. No caso dos países governados pela esquerda, haverá maiores possibilidades de superar os problemas, especialmente se eles fizerem esforços para fortalecer as economias internas e a integração regio-

nal. Cabe dizer, porém, que embora a margem de manobra desses governos possa se ver reduzida, a crise pode levar a um aprofundamento das mudanças. Oitavo. A direita latino-americana definiu diversas estratégias para deter o avanço da esquerda e para sabotar os seus governos, partidos e movimentos. De um lado, está dando um renovado brio ao militarismo e à militarização do protesto social, com traços anticomunistas e racistas. Do outro, a direita se apoia no controle dos principais meios de comunicação para desprestigiar os partidos políticos e fortalecer os poderes fácticos. Vale notar que um dos traços do processo de mudanças, especialmente na região andina, tem sido a luta pela incorporação na vida política, econômica e social dos povos originários, indígenas e das maiorias excluídas mediante vigorosos movimentos sociais. Denunciamos a estratégia da direita de utilizar como pretexto a luta contra o crime organizado para promover políticas de segurança que militarizam as sociedades, reduzem o espaço de ação política para a esquerda, criminalizam a luta social e promovem o temor entre a população, favorecendo ações cada vez mais repressivas. Esse é o caso, particularmente, do que acontece no México e na Colômbia, como também no Peru e em Honduras. O Foro de São Paulo avaliará permanentemente as estratégias da direita para evitar que elas prosperem e continuará trabalhando para ampliar a força da esquerda. Nono. O XV Encontro teve a oportunidade de analisar a situação geral da América Latina e Caribe e focou na reação da direita e do imperialismo diante da crise, por meio da militarização crescente no nosso continente, a reativação da IV Frota norte-americana, a criminalização da política e do protesto social e a pretensão de impor Convênios ou Tratados de Livre Comércio que garantam os seus interesses e o controle sobre mercados e recursos naturais. Igualmente, analisou em maior profundidade três casos específicos: Honduras, Porto Rico e Colômbia. Denunciamos que o golpe de Estado em Honduras é uma intentona da direita para utilizar os métodos mais brutais e assim deter o avanço das forças progressistas e de esquerda. O XV Encontro assumiu o compromisso de continuar apoiando a luta do povo hondurenho e de exigir a libertação imediata de todos os presos políticos, o fim da repressão, a restituição imediata e incondicional do presidente Zelaya no seu cargo, assim como da ordem constitucional e das liberdades políticas. O XV Encontro se comprometeu a promover a unidade de todas as forças progressistas e de esquerda em Honduras, apoiar a resistência popular e a opção que a esquerda apoiar nas próximas eleições.

Décimo. O colonialismo continua existindo, tanto no nível político quanto no cultural, e isso é inaceitável. O XV Encontro se compromete a fortalecer a luta pela plena independência de Porto Rico e a sua incorporação soberana à comunidade de nações latino-americanas e caribenhas. Exigimos a libertação dos presos políticos porto-riquenhos. Denunciamos ainda a persistência de povos

americanos colonizados por países europeus: Aruba, Bonaire, Curaçao, Martinica, Guadalupe e Guiana, que têm direito à autodeterminação. Décimo primeiro. O XV Encontro rechaça a reativação da IV Frota do Comando Sul dos Estados Unidos e condena energicamente o acordo entre o governo dos Estados Unidos e o governo da Colômbia que permite o uso de bases militares ao longo de todo o território nacional. Esse acordo atenta contra a soberania colombiana e constitui uma ameaça direta para Equador, Venezuela e Bolívia, afetando a estabilidade e a convivência pacífica de toda a região latino-americana e caribenha. Convocamos os povos, partidos e forças populares, progressistas e de esquerda do continente e de todo o mundo a se oporem à presença militar norte-americana e a se mobilizarem contra a militarização. Unimo-nos à convocatória de atividades contrárias às bases militares que foi impulsionada pelos partidos integrantes do Foro de São Paulo, em especial na Argentina, Venezuela e Colômbia. Denunciamos também o aval que os governos do México e Peru deram a essa medida, evidenciando sua subordinação aos interesses dos Estados Unidos. Décimo segundo. A esquerda está presente em todo povo em luta e organizado, assim como em seus partidos, seus representantes parlamentares e seus governos municipais, estaduais e nacionais. Sua principal força reside na organização e mobilização popular, que continua se expressando em toda a América Latina de diversas formas, e nas que ressalta o papel dos povos indígenas e originários, como na Bolívia, e na importante luta iniciada pelos povos amazônicos do Peru. A crise exige que os governos populares, progressistas e de esquerda radicalizem a sua opção a favor da ação do Estado, do investimento público, do mercado interno, da mudança do modelo econômico primário-exportador e sob controle das corporações transnacionais, devendo impulsionar a integração regional. Serão necessárias ações mais decididas para defender a economia popular, combater a pobreza e a desigualdade. Urge por em prática reformas profundas para mudar as estruturas econômicas e políticas imperantes, assim como brevar a deterioração ecológica. Mais democracia, mais participação e mais organização social são as ferramentas da mudança. É preciso aprofundar a participação popular nas lutas sociais e o resgate da gestão do Estado. Também temos a responsabilidade de gerar e consolidar em cada um dos nossos países a unidade das forças políticas e sociais que procuram a mudança por progresso, justiça e democracia participativa.

Décimo terceiro. Os governos e as forças populares, progressistas e de esquerda da América Latina e Caribe devem aprofundar a integração regional, assim como a criação de organismos supranacionais de gestão política, econômica, social, cultural e ecológica. Devemos avançar na construção de um bloco de nações que possa sair e negociar unitariamente o seu lugar no mundo. Para tanto, temos que fazer avançar de forma complementar os diferentes processos de integração, for-

talecendo as ferramentas integradoras que já existem: Unasul, Mercosul, CAN, Alba, Caricom, Sica etc., e assim alcançar nosso objetivo estratégico de uma verdadeira Integração Latino-americana e Caribenha. Décimo quarto. É necessário que os partidos e governos populares, progressistas e de esquerda da América Latina e Caribe participem no debate sobre a nova ordem mundial que surgirá depois da crise e que já é matéria de disputa. Trata-se de propor a criação de novas regras e de novas instituições mundiais que deem ao mundo, e em especial aos países em desenvolvimento, maior capacidade para financiar suas economias e regular o comércio, o investimento e os fluxos de capital.

Décimo quinto. O XV Encontro do Foro de São Paulo aprovou um plano de trabalho para o próximo ano que se propõe:

1. Acompanhar os governos progressistas e de esquerda, organizando um debate e intercâmbio permanente de informação entre os dirigentes dos partidos do Foro de São Paulo sobre a evolução da situação na América Latina e dos governos da região, criando para isso um Observatório de Governos de Esquerda e Progressistas.
2. Apoiar decididamente a esquerda hondurenha nos termos da resolução particular aprovada por este XV Encontro.
3. Contribuir a fortalecer os movimentos sociais, assim como a plena articulação desses com os povos indígenas e originários na América Latina e no Caribe.
4. Gestar e consolidar, em cada um dos nossos países, a unidade das forças políticas e sociais que querem a mudança pelo progresso, a justiça e a democracia participativa.
5. Fortalecer os partidos e movimentos sociais e políticos com mecanismos de efetiva democracia interna, formação de gerações para a renovação política e firmes vínculos com os movimentos e dirigentes populares, desenvolvendo com esses um trato horizontal e integrador. Promover a unidade das forças políticas e sociais que buscam a mudança como base para a vitória, estimulando a luta de ideias contra o capitalismo e espaços de unidade de ação que favoreçam a unidade.
6. Apoiar os processos eleitorais de 2009 e 2010, com dois objetivos: não perder nenhum governo para a direita e ampliar os espaços da esquerda. Para isso, resolveu-se enviar observadores eleitorais.
7. Prestar especial atenção à situação do México, Colômbia e Peru, realizando ao longo de 2010 uma reunião do Grupo de Trabalho em cada um desses países, com o objetivo de debater as respectivas situações nacionais e o que pode o Foro de São Paulo fazer em termos de apoio efetivo.
8. Convocar um grande Encontro Continental dos Movimentos Sociais e Partidos Políticos populares, progressistas e de esquerda, integrantes do Foro e das organizações da sociedade civil, pela paz e contra a presença militar imperialista na região, especialmente a instalação das bases militares dos Estados Unidos na Colômbia e a IV Frota.
9. Celebrar um evento cimeira, de caráter continental, onde o tema central e único seja o problema do colonialismo em Nossa América.
10. Articular a ação do

Foro de São Paulo com a luta dos imigrantes latino-americanos e caribenhos nos Estados Unidos. 11. Reformar a Secretaria Executiva do Foro de São Paulo, para que daqui em diante seja composta por uma Secretaria Executiva indicada pelo GT, e por três secretarias adjuntas indicadas pelas secretarias regionais (Cone Sul, Andino-amazônica, Mesoamericana e Caribenha), de acordo com a resolução específica.

Décimo sexto. Durante o XV Encontro, realizou-se pela primeira vez, de forma paralela, o Primeiro Encontro da Juventude do Foro de São Paulo. Consideramos que isso significa um avanço de grande importância para a esquerda latino-americana e reconhecemos o empenho, a visão e a capacidade política dos jovens do Foro de São Paulo para que este Primeiro Encontro pudesse se tornar realidade. Apoiamos as resoluções tomadas neste primeiro encontro juvenil e consideramos que essas ações devem ser permanentes e prestar a elas maior atenção e todo o apoio necessário. O XV Encontro faz suas as resoluções dos encontros de autoridades nacionais; parlamentares; escolas e fundações; movimentos sociais, povos originários e afrodescendentes; cultura e mulheres. O Grupo de Trabalho fará o que for necessário para promover e levar à prática as resoluções adotadas. Décimo sétimo. O XV Encontro do Foro de São Paulo prestou homenagem ao companheiro Armando Chavarría, dirigente histórico do PRD mexicano, covardemente assassinado no dia da inauguração do Foro. De igual maneira, fez um sentido reconhecimento a Juan Bosch e Marco Benedetti, que simbolizam a coragem e a alma da luta por uma nova América. Décimo oitavo. Convocamos ao XVI Encontro do Foro de São Paulo, que será levado a cabo em Buenos Aires, Argentina, em agosto de 2010, coincidindo com a celebração de nosso XX aniversário. Décimo nono. Os delegados assistentes ao XV Encontro do Foro de São Paulo deixaram claro o seu reconhecimento pelo esforço realizado pelos partidos anfitriões, o PT e o PRD do México, para a realização deste importante e exitoso encontro da esquerda latino-americana.

DECLARAÇÃO FINAL DO XVI ENCONTRO

*Buenos Aires, Argentina
17 a 20 de agosto de 2010*

O Foro de São Paulo celebra 20 anos de existência. Nesse momento, valorizamos o vigor deste espaço de unidade, solidariedade internacionalista, intercâmbio e cooperação entre os partidos e organizações políticas de esquerda da América Latina e Caribe, que em seu XVI Encontro continua se fortalecendo como expressão do novo quadro político vivido por nossa região. A América Latina e Caribenha vive mudanças profundas. Entre essas mudanças, destacam-se as ações dos governos de esquerda e progressistas, que desde 1998 estão edificando mais democracia e mais qualidade de vida para as maiorias populares antes excluídas, assim como mais soberania nacional e integração continental entre países que antes estavam submetidos isoladamente às ameaças de império. Entre as diferentes expressões da integração latino-americana e caribenha, ressaltam a Aliança Bolivariana para os Povos da América Latina (Alba) e seu trabalho solidário; a União de Nações Sul-americanas (Unasul), que jogou um papel extraordinário contra aqueles que queriam dividir a Bolívia e a favor da reconciliação entre as irmãs nações da Colômbia e da Venezuela; e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), um escalão superior na dinâmica de integração, que de alguma maneira recolhe os postulados originários dos pais e mães fundadores da Nossa América. As mudanças na nossa região têm como pano de fundo a crise do capitalismo neoliberal e a deterioração da hegemonia estadunidense. A crise do capitalismo é profunda e ainda não está superada. Como resultado disso, mas também do nosso trabalho, o Estado, os interesses nacionais, a solidariedade, a integração regional e o socialismo se fortalecem como alternativas das sociedades frente aos descabimentos do modelo de sociedade de mercado. Ao mesmo tempo, o multilateralismo e a multipolaridade vão se fortalecendo como alternativas ao unilateralismo imperial. Os movimentos sociais, os partidos progressistas, democráticos, populares, nacionalistas, de esquerda, nossos parlamentares e governos locais, estaduais e nacionais tiveram uma participação decisiva nessas mudanças. Sem a nossa intervenção, poderia acontecer o que acontece em outras regiões do planeta, onde a crise do neoliberalismo abre espaço para soluções conservadoras. Este é o grande êxito do Foro de São Paulo, criado em 1990, no contexto da ascensão neoliberal, da crise do socialismo no Leste Europeu e do unilateralismo imperial dos Estados Unidos. Resistimos, lutamos, apresentamos propostas, defendemos nossas ideias, estamos realizando governos transformadores e estamos vencendo aqueles que falaram em pensamento único e fim da história. As forças

conservadoras nos nossos países e seus aliados externos não aceitam essa situação e fazem o possível para deter e reverter os avanços das esquerdas. Para esse fim, dispõem de todos os meios: as campanhas midiáticas e eleitorais, os golpes, o bloqueio econômico e as pressões militares. O XVI Encontro do Foro de São Paulo ocorre em meio ao transcurso da luta política entre os setores populares e a direita, que é a marca dos últimos anos, na disputa acirrada pelos rumos do nosso continente. No último período, junto aos movimentos de contra-ataque postos em marcha pela direita e pelo imperialismo estadunidense, persiste a iniciativa das forças de esquerda. Prossegue, com importantes avanços, o processo de integração sul e latino-americano. Em 2009, observaram-se as reeleições presidenciais na Bolívia e no Equador; no Uruguai a Frente Ampla obteve nova vitória e em El Salvador a FMLN foi vitoriosa. Nesses e noutros países, como México e Peru, o Foro de São Paulo joga um papel positivo na unidade das forças populares e de esquerda.

Para derrotar o contra-ataque das direitas e do imperialismo, para continuar avançando, o XVI Encontro do Foro de São Paulo indica como tarefas fundamentais para os partidos e organizações de esquerda e progressistas da América Latina e Caribe:

- ampliar a unidade dos partidos progressistas, populares e de esquerda; - consolidar as conquistas e não ceder nenhum espaço para a direita; - aprofundar as mudanças nos países que governamos; - apoiar os partidos de esquerda que ainda não são governo na região; - derrotar o contra-ataque da direita; - acelerar o processo de integração; - fazer deste ciclo de governos progressistas e de esquerdas o ponto de partida para um novo modelo de desenvolvimento para a América Latina e o Caribe.

Essas foram algumas das principais conclusões do XVI Encontro do Foro de São Paulo, que se realizou de 17 a 20 de agosto de 2010, em Buenos Aires, Argentina, com a presença de 600 delegados e delegadas, convidados e convidadas de 54 organizações, provenientes de 33 países. O Foro incluiu, além dos plenários, oficinas temáticas: sobre parlamentares; autoridades estaduais e locais; fundações e escolas ou centros de capacitação; políticas de defesa regional e continental; meio ambiente e mudança climática; movimentos sociais (contra a criminalização); trabalhadores da arte e da cultura; democratização dos meios de comunicação; segurança, delinquência organizada e direitos humanos; soberania nacional e descolonização; migrações (Declaração de Los Angeles, Lei Arizona, leis europeias); encontro de gênero; II Encontro de Juventudes; Regional Andino-amazônica; Regional Cone Sul; Regional Mesoamericana e Caribenha, cujas conclusões principais são objeto de resoluções especiais aprovadas pelo XVI Encontro. O XVI Encontro sugere a inclusão na agenda do Foro da temática racial,

na perspectiva de formalizar a cooperação política entre os movimentos e os partidos que integram o Foro aos efeitos de universalizar a luta contra o racismo e a xenofobia em todas as suas expressões, por todos os cantos da América Latina e Caribe. Reconhecemos o papel estratégico da cultura na luta política, como um direito humano inalienável, como um bem superlativo para os nossos povos e tendo a educação como um grande aliado e o único caminho possível em sua defesa. Um dos principais ativos da América Latina e Caribe é nossa diversidade cultural, já que a cultura é um bem inesgotável. A estratégia contra-insurgente dos Estados Unidos acarretou a intervenção militar e a militarização da segurança pública nos países da América Latina, sob o argumento da luta contra a real ação e violência das bandas delinquentiais e do narcotráfico que puseram em estado de crise humanitária os nossos povos e que são protegidas, política e financeiramente, pelas próprias elites dominantes às quais servem. Por isso, o Foro de São Paulo convoca os partidos, governos e movimentos democráticos e de esquerda a abrirem os espaços para o debate e formulação de ideias e propostas em vistas à construção de uma política regional integral antidrogas que seja apresentada perante o XVII Encontro do Foro de São Paulo. O Foro abordou o tema do colonialismo na região caribenha e aprovou a decisão de levar o caso colonial de Porto Rico para a Assembleia Geral das Nações Unidas, comparecendo com uma delegação perante o Comitê de Descolonização. O XVI Encontro do Foro de São Paulo, realizado em Buenos Aires de 17 a 20 de agosto de 2010, expressa sua plena solidariedade com a demanda argentina pela descolonização dos arquipélagos das Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, ocupadas pela Grã Bretanha desde o século XIX; apoia as resoluções das Nações Unidas que instam ambas as partes em conflito a iniciarem de imediato as negociações – às quais a Coroa Britânica vem se negando sistematicamente – tendentes a por um fim nessa rêmora do passado colonial particularmente anacrônica neste século XXI, quando várias nações celebram o Bicentenário da gesta independentista que as viu nascer como repúblicas. O XVI Encontro do Foro de São Paulo expressa sua profunda preocupação pelo estabelecimento da grande base militar da OTAN de Mount Pleasant, na Ilha Soledad, que constitui um perigo para todos os povos e países da região e contradiz abertamente a resolução da ONU que exige fazer do Atlântico Sul um oceano de paz e cooperação; e adverte que a presença dessa fortaleza militar na Ilhas Malvinas foi e é um fato de força esgrimido pelo governo britânico para continuar negociando com grandes empresas transnacionais a concessão de licenças de pesca e de exploração de petróleo, o que constitui uma ação ilegal por se tratar de um território em disputa de soberania. O Foro teve a oportunidade de compartilhar com a presidenta da República Argentina, Cristina Fernández e com outras autoridades do governo argentino, através de quem transmitimos o nosso agradecimento ao

povo e aos setores populares argentinos pela calorosa recepção oferecida ao XVI Encontro do Foro de São Paulo. O Foro prestou homenagem à vida exemplar da heroína porto-riquenha Lolita Lebrón, consciência sublime da luta centenária do continente latinoamericano e da luta do povo porto-riquenho por sua libertação nacional. O XVI Encontro do Foro de São Paulo prestou homenagem ao destacado dirigente comunista do Chile, Luis Corvalán, que foi protagonista durante quase 40 anos de fatos notáveis da história chilena, que já estão inscritos como parte inerente das nossas lutas, e com uma contribuição para a libertação dos povos da América e que continuarão repercutindo e influenciando nas nossas lutas por muito tempo. O XVI Encontro do Foro de São Paulo também rendeu uma afetuosa homenagem a um grande pensador e revolucionário venezuelano, como foi Alberto Muller Rojas, quem se desempenhou em vida como primeiro vice-presidente do Partido Socialista da Venezuela (PSUV). O Foro de São Paulo manifestou ainda a sua solidariedade com as forças revolucionárias e socialistas da Venezuela e auguram uma contundente vitória nas eleições legislativas que terão lugar no próximo dia 26 de setembro. O Foro fez uma homenagem também a Tomás Borge por ocasião de seu aniversário e decidiu que a sede do XVII Encontro será a cidade de Manágua, Nicarágua. O Foro recebeu ainda Manuel Zelaya e decidiu incorporar ao Foro de São Paulo a Frente Nacional de Resistência Popular (FNRP). Muitas foram as mensagens recebidas durante os quatro dias de Foro, entre as quais destacamos as do Partido Comunista de Cuba. O Foro reafirma nossa solidariedade com Cuba, a condenação ao bloqueio, a demanda pela libertação dos cinco heróis. O Foro recebeu mensagem do presidente Lula, do Brasil, e expressa seu apoio e esperança na vitória eleitoral das forças progressistas nesse país. Parte importante das reflexões do XVI Encontro do Foro de São Paulo foi dedicada ao tema da paz. A situação internacional se caracteriza por novas ameaças de guerras, não obstante o rotundo fracasso das investidas imperialistas no Iraque e Afeganistão. Rejeitamos firmemente o caminho da guerra imperialista e levantamos a bandeira da paz e o diálogo no conflito das potências imperialistas contra o Irã e outros países ameaçados pelos EUA e a Otan. Compartilhamos das vozes que alertam o mundo sobre os riscos de um conflito militar de gravíssimas consequências, motivo pelo qual saudamos a recente assinatura do Acordo de Teerã, entre Brasil, Turquia e Irã, em defesa do direito, consagrado nas normas internacionais, de domínio da tecnologia para a produção de energia nuclear com fins pacíficos por parte de países em desenvolvimento. E convocamos a uma forte mobilização pela paz na América Latina e no Caribe. O Foro de São Paulo se pronuncia pela retirada de todas as bases militares estrangeiras da América Latina e Caribe, condição sine qua non para a preservação da paz na região. A paz no mundo está ameaçada pela estratégia dos Estados Unidos, que tenta compensar o

seu declínio ideológico, político e econômico com o recurso da ação militar, campo no qual continuam tendo uma hegemonia incomparável. Na América Latina e no Caribe, a estratégia dos Estados Unidos é representada pelo Plano Colômbia, as bases militares antigas e novas na região, a reativação da IV Frota, assim como a presença dos serviços de inteligência e policiais, sob pretextos vários.

A solução política negociada para o conflito armado colombiano se constitui numa prioridade para a paz regional e para o avanço dos governos progressistas e de esquerda. Em consequência, o Foro de São Paulo se compromete a impulsionar uma ação decidida com os governos e movimentos sociais na região. Em especial buscará que a Unasul desempenhe um papel de facilitação ou mediação. O Foro de São Paulo reafirma que as saídas militares não solucionam o conflito de várias décadas; ao contrário, aumentam a crise humanitária que padece o povo colombiano. Mais de 4 milhões de deslocados e refugiados, centenas de milhares de desaparecidos e assassinados, valas comuns, detenções arbitrárias, ameaças e ataques aos movimentos sociais e aos partidos de oposição política. Para o Foro de São Paulo, é necessário que se respeite o Direito Internacional Humanitário e os Direitos Humanos, que se acabe com a prática do sequestro, da desapareição forçada, das detenções arbitrárias e se avance na libertação de pessoas retidas e na concretização de acordos humanitários. É igualmente necessário que se garantam os direitos das vítimas à verdade, à justiça, à reparação e à não repetição, bem como à devolução das terras despojadas.

O Foro de São Paulo defende um plano de paz que se fundamente numa saída política negociada e justa para o conflito interno colombiano, que inclua:

- a imediata libertação de todos aqueles que foram privados de sua liberdade com motivo do conflito político;
- o fim das hostilidades;
- a agenda humanitária;
- uma negociação com mediação externa.

Outrossim, o Foro de São Paulo manifesta o seu respaldo ao restabelecimento das relações entre Colômbia e Venezuela. O Foro de São Paulo faz parte do esforço pela paz, dispondo-se a cumprir o papel que as partes diretamente envolvidas julgarem adequados. O tema da defesa regional e continental passa a constituir uma das dimensões do processo de integração regional. Em especial saudamos o surgimento do Conselho Sul-americano de Defesa, no âmbito da Unasul. Denunciamos o papel e a presença de atores extrarregionais – notadamente do imperialismo estadunidense – como fator de instabilidade em matéria de segurança e defesa na nossa região. Rejeitamos a existência de bases militares estrangeiras na América Latina e no Caribe e reafirmamos a proposta de que a nossa região se constitua numa zona de paz. Por fim, saudamos o processo de renovação doutrinal no pensamento estratégico dos países dirigidos por forças progressistas e apoiamos a ideia, no âmbito da Unasul, de afirmação de um pensa-

mento geopolítico autóctone, que valorize as nossas independências e soberanias nacionais.

O Foro de São Paulo nasceu num momento no qual o neoliberalismo parecia invencível. Hoje, quando se realiza a comemoração do Bicentenário dos numerosos processos independentistas latino-americanos e caribenhos, podemos afirmar que o Foro é uma iniciativa bem-sucedida. Nosso sucesso não reside em que tenhamos conseguido alcançar todos os nossos objetivos. Ainda estamos longe disso: um exemplo é a situação do Haiti, para o qual o Foro de São Paulo convoca à solidariedade internacional. Nosso êxito reside em que contribuímos não somente a construir a época de mudanças em que estamos, mas principalmente porque escolhemos um caminho que está nos levando a construir uma mudança de época. Um caminho baseado na resistência ao capitalismo neoliberal, na valorização da democracia, na construção de um novo modelo econômico-social de desenvolvimento, em novas formas de governar, em defesa do socialismo e na percepção de que a unidade das esquerdas, em todas as suas diversas expressões, é uma condição essencial para a nossa vitória. Viva os povos latino-americanos e caribenhos! Viva o Foro de São Paulo!

DECLARAÇÃO FINAL DO XVII ENCONTRO

Manágua, Nicarágua
16 a 20 de maio de 2011

O XVII Encontro do Foro de São Paulo, reunido em Manágua, por ocasião do 50º Aniversário da fundação da Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua e a 116 anos do natalício do General Augusto C. Sandino, contou com a participação de 640 delegados de 48 partidos-membros pertencentes a 21 países, e 33 convidados de 29 partidos pertencentes a 15 países da África, Ásia e Europa. As organizações e participantes presentes no XVII Encontro debateram durante cinco dias temas de grande interesse para os povos latino-americanos e para toda a humanidade, tais como: o projeto alternativo das forças populares, progressistas e de esquerda na América Latina e no Caribe; os êxitos dos governos e parlamentos nacionais, estaduais e locais impulsionados pelos partidos do Foro; a crise internacional, em todos os seus aspectos: econômico, alimentar, energético, climático, social e político; a luta pela descolonização e pela soberania nacional; as ameaças e tragédias causadas pelas políticas do imperialismo e pela direita, tais como as do narcotráfico e do crime organizado, que atentam contra a paz, os direitos humanos e os direitos dos povos. Foram debatidos ainda outros assuntos de importância transcendental, como a necessidade de democratização da informação, da comunicação e da cultura; a luta por ampliar os direitos e a participação das mulheres, dos jovens, das etnias e dos povos originários; a defesa dos direitos dos trabalhadores migrantes e suas famílias; os desafios dos movimentos sociais; a temática da defesa e da segurança. Nós, partidos políticos participantes do XVII Encontro, que já governamos uma importante quantidade de países no nosso continente, reafirmamos a nossa inabalável disposição para continuar construindo uma mudança de época, o que inclui alcançar novos avanços da esquerda e das forças populares e progressistas latino-americanas e caribenhas nas eleições deste ano de 2011; na Argentina, para derrotar a direita e aprofundar as mudanças; no Peru, com um patriota firmemente identificado com a democracia e comprometido com que a prosperidade econômica chegue aos setores empobrecidos do seu país, Ollanta Humala; na Nicarágua, com o experiente combatente e estadista, líder revolucionário sandinista, Comandante Daniel Ortega; e na Guatemala, com a lutadora pelos direitos dos nossos povos originários e Prêmio Nobel da Paz, Rigoberta Menchú, como candidata de todas as forças unidas de esquerda, no que constitui uma conquista histórica que nos cobre de júbilo. O Foro de São Paulo parabeniza por sua valentia e sua vocação indeclinável pela democracia o presidente Rafael Correa, por ocasião do inquestionável triunfo obtido no refe-

rendo para o estabelecimento de políticas que aprofundem o processo de mudanças vivido no Equador. As vitórias da esquerda desde a eleição do Comandante Hugo Chávez em 1998 até o triunfo da FMLN com Mauricio Funes em 2009 expressam a nossa fortaleza política, em parte como resultado do rechaço ao neoliberalismo e à política tradicional; mas sobretudo pela atividade política organizada da esquerda que, desse modo, conquistou não apenas governos nacionais, mas também governos locais, estaduais e espaços nos poderes legislativos. A partir dessas novas posições de poder político, nós nos colocamos como objetivo o desmonte do modelo neoliberal e a construção de uma alternativa que responda às demandas imediatas e históricas dos nossos povos. As políticas de governo impulsionadas pela esquerda e forças populares e progressistas latino-americanas e caribenhas, orientadas à redistribuição da riqueza, ao controle dos recursos naturais, à crescente participação dos cidadãos e dos setores sociais na vida política e econômica acompanhada pela correspondente institucionalização de tais processos, marcam o rumo desse processo de mudanças que tem como ponto de referência inicial a necessidade de formular e construir projetos alternativos ao neoliberalismo. A redistribuição da renda, a democratização da comunicação e a defesa da soberania nacional constituem bandeiras comuns e indeclináveis das forças de esquerda no continente. A superação do neoliberalismo surgirá da diversidade dos processos nacionais, da unidade das forças progressistas e de esquerda, da sua consolidação, do aprofundamento das mudanças e, como parte deste, da radicalização da democracia, tudo quanto poderá habilitar etapas superiores do desenvolvimento social. A crise capitalista em curso representa para os movimentos sociais novos desafios: não somente a denúncia do modelo neoliberal, mas também a construção de alternativas históricas. As políticas e conquistas das forças de esquerda no governo a favor dos setores populares do nosso continente se manifestam em projetos de construção social que se correspondem, cada um deles, com as realidades dos países, entre os quais se destaca sempre a Revolução Cubana, nesse momento empenhada mais uma vez no seu aperfeiçoamento, mediante a atualização do seu modelo econômico com a mais ampla participação popular, o que adquire um significado muito particular se consideramos que o processo revolucionário na maior das Antilhas é fonte de inspiração para os revolucionários do mundo e que sem a sua contribuição não teria sido possível o auge da esquerda e do movimento popular na América Latina com a chegada do novo século. Repudiamos mais uma vez a terrível injustiça, a arbitrariedade, a falta de ética e a moral dupla aplicadas pelo imperialismo norte-americano contra os cinco heróis cubanos lutadores contra o terrorismo, que são mantidos encarcerados enquanto, por outro lado, protege-se e absolve-se de delitos maiores um terrorista confesso e delinquente como Luis Posada Carriles, e enquanto se aplica há 50

anos o mais prolongado bloqueio já exercido contra qualquer país do mundo, com o objetivo de render pela fome e enfermidade a totalidade de um povo pelo simples fato de ter decidido construir o seu próprio destino de uma forma que não é do agrado dos poderosos do mundo. Processos revolucionários e de transformação social destacam-se na América Latina mostrando com suas políticas e com a implementação de projetos alternativos, que os interesses populares só podem ser defendidos com efetividade se contarem com uma força política organizada que apresente batalha contra a direita, a oligarquia e o imperialismo. Mostra disso são, além da Revolução Cubana: a Nicarágua com sua Revolução Sandinista novamente em marcha, cristã, socialista e solidária; a Venezuela com a Revolução Bolivariana e a construção do socialismo do século XXI; El Salvador com a retirada da oligarquia do poder e a grande maturidade da FMLN no que diz respeito às suas alianças no governo que iniciou mudanças favoráveis no país; assim como as grandes mudanças no Brasil e no Uruguai; a Bolívia com a construção do Estado Plurinacional e o socialismo comunitário; o Equador com a Revolução Cidadã; o Paraguai alcançando melhoras notáveis nas condições de vida do seu povo; a Argentina resgatando o país da prostração e débacle causadas pelo neoliberalismo e promovendo novos direitos. Contudo, os êxitos obtidos nas lutas recentes não devem nos levar a desconhecer o perigo representado pelo contra-ataque do imperialismo, da direita e das oligarquias locais a seu serviço, prontas para atuar a qualquer momento no nosso continente, e pelas bases militares estrangeiras em diversos países e territórios coloniais. Além disso, em seus ataques contra os governos progressistas e revolucionários, a direita tem recorrido sistematicamente à fraude eleitoral, cujo exemplo mais evidente é o do México; e tem retomado o uso dos golpes de Estado, que foram afortunadamente derrotados pelas forças populares na Venezuela, Bolívia e Equador. O Foro de São Paulo reafirmou o seu apoio à Frente Nacional de Resistência Popular de Honduras (FNRP) em sua luta de resistência contra o governo atual que não é mais do que uma prolongação do golpe de Estado perpetrado contra o governo legítimo de José Manuel Zelaya. Acompanhamos o processo de mediação em curso para o regresso do presidente Zelaya. Reafirmamos que, enquanto as demandas da FNRP não forem cumpridas, não aceitamos o retorno de Honduras aos espaços internacionais dos quais foi corretamente expulsa, tais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Sistema de Integração Centro-americano (Sica), que se encontra em verdadeiro estado de paralisia como parte de toda uma crise gerada pelo golpe de Estado. Reiteramos a nossa firme convicção de que o conflito interno na Colômbia, com profundas raízes históricas e socioeconômicas, somente pode ser resolvido pela via da negociação política. Reafirmamos o nosso apoio ao Polo Democrático Alternativo, partido da unidade da esquerda colombiana e

único partido da oposição. Expressamos a nossa solidariedade com a luta do povo haitiano pela reconstrução do seu país, a superação das consequências das políticas que o levaram à miséria, incluídas as ocasionadas por desastres naturais, e em defesa da sua soberania frente ao intervencionismo dos EUA e outras potências imperialistas. Apoiamos a luta do povo Mapuche no Chile, que exige o seu reconhecimento como povo originário. O XVII Encontro do Foro de São Paulo tem lugar em momentos particularmente complexos e dramáticos na arena mundial. As rebeliões populares nos países árabes, entre as que se destacam as da Tunísia e do Egito, demonstram que os povos não permanecem passivos eternamente, mas também nos lembram que a reação mundial e o imperialismo não permanecerão jamais indiferentes e farão o que for necessário para frustrar o ânimo revolucionário dessa rebeldia. Destacamos a flagrante violação da soberania nacional da Líbia, cujo povo está sendo bombardeado pelas forças da OTAN no que constitui um ataque em massa das potências imperialistas do mundo contra uma só nação, soberana e independente que, portanto, tem o direito de escolher por si o regime socioeconômico e político que mais lhe convém, que corresponda às suas próprias aspirações, cultura e forma de ver o mundo e a vida, assim como de resolver sem imposições externas os seus problemas e conflitos internos. O Foro de São Paulo demanda o fim da agressão imperialista contra o povo líbio, a começar pela suspensão imediata dos bombardeios; da mesma forma que coloca a necessidade de um cessar fogo de ambas as partes em conflito dentro da Líbia, acabando com a confrontação fratricida, de modo a obter uma solução pacífica para a guerra civil, sem condições prévias que apenas obstaculizam os esforços que possam ser feitos para alcançar a paz. Nesse sentido, fazemos próprias todas as iniciativas que promovem a paz na Líbia, tais como as empreendidas pela Alba, pela União Africana e pelo grupo integrado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Somos solidários com a luta do povo palestino pela criação de um Estado nacional independente e saudamos o acordo entre suas diversas forças políticas, ao mesmo tempo em que exigimos o restabelecimento das fronteiras existentes em 1967. Saudamos e manifestamos novamente o nosso apoio ao povo saharai e à República Árabe Saharaui Democrática pelo reconhecimento de sua soberania nacional, e conclamamos a Organização das Nações Unidas a intensificar os esforços para que o povo saharai possa exercer o seu direito à autodeterminação, mediante um referendo conforme o direito internacional.

O Foro de São Paulo reitera a sua posição de que o terrorismo não se pode combater com mais terrorismo, desprezo pela soberania nacional, violência contra civis e execuções individuais. As elites de poder nos países dominantes recorreram ao estigma do terrorismo para criminalizar a justa luta dos povos por sua liberdade e em defesa dos seus direitos, enquanto por outra parte se pratica

o terrorismo de Estado e para isso se faz uso do pretexto das ações “humanitárias”. Denunciamos a pretensão dos EUA de imporem a sua agenda de Segurança Hemisférica, particularmente em alguns países cujos governos de direita permitem a militarização da segurança pública, ameaçando a democracia, a paz e os direitos humanos. Num mundo globalizado, onde as forças da reação mundial e o imperialismo atuam de maneira cada vez mais agressiva, e num momento caracterizado por uma das mais profundas e integrais crises do sistema capitalista, fazem-se mais necessários do que nunca os processos de integração, uma das garantias para que o nosso continente tenha uma identidade e um peso específico com capacidade de influência no mundo atual. Nesse sentido, é importante destacar a derrota da iniciativa norte-americana da Aliança de Livre Comércio das Américas (Alca) e o impulso de alternativas como a Aliança Bolivariana dos Povos da América Latina e Caribe (Alba), iniciativa que ressalta entre os processos de integração e união latino-americana e caribenha pela prática sistemática da solidariedade entre os povos, a melhora nas condições de vida e na defesa dos direitos sociais dos setores populares nos países que fazem parte dessa aliança e em outros que, sem ser membros, foram beneficiados por seus projetos específicos. Uma importantíssima expressão de integração continental soberana é a Unasul, com a qual os países avançam na defesa dos interesses comuns dos nossos povos. Saudamos o papel da Unasul contra os golpes de Estado na Bolívia e no Equador, e no acordo entre Colômbia e Venezuela para normalizar as suas relações. Reconhecemos o papel do recentemente falecido ex-presidente argentino Néstor Kirchner como primeiro secretário-geral desse organismo. Um verdadeiro acontecimento está se gestando a partir do momento em que, unanimemente, os países-membros do Grupo do Rio decidiram a conformação de uma nova organização continental que agrupará todos os países da América Latina e Caribe: a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac). Demandamos a inclusão de Porto Rico nesse organismo como uma forma de avançar na luta para alcançar o reconhecimento pleno de seu direito à soberania nacional. A persistência do colonialismo constitui uma situação particularmente grave em nosso continente, situação que afeta diretamente os povos de Porto Rico, Martinica, Guadalupe, Curaçao, Aruba, Bonaire, a “Guiana francesa” e as Ilhas Malvinas argentinas, e que constitui um obstáculo para a realização completa do processo de integração, representando ao mesmo tempo uma ameaça para a soberania dos povos da América Latina e Caribe. O Foro de São Paulo reafirma a sua solidariedade com os povos de todos os continentes que lutam pelo respeito de sua soberania e se opõem à dominação e à exploração. O imperialismo, a direita do continente e as oligarquias pretendem retardar e impedir a integração continental. Esse foi o propósito da Alca, assim como dos Tratados de Livre Comércio

(TLC) e, também, do Acordo do Pacífico, assinado em Lima pelos governos do México, Colômbia, Peru e Chile, interessados num TLC com os Estados Unidos e alinhados com a política exterior de Washington. Destacamos que o Foro de São Paulo realizará o seu próximo encontro em Caracas, em solidariedade com a Revolução Bolivariana, com motivo da instalação da Celac e no marco do Bicentenário de nossas independências. É de se ressaltar a vital importância neste XVII Encontro do Foro de São Paulo do debate sobre a estratégia e os projetos alternativos da esquerda latino-americana e caribenha, e a unidade dos povos do nosso continente para a defesa dos seus interesses frente às ações das grandes potências que pretendem perpetuar a dominação histórica que nos subsumiu na miséria e nas injustiças sociais. Apenas unidos conseguiremos vencer e essa é a razão de ser do Foro de São Paulo como espaço de encontro das forças populares, progressistas e revolucionárias que lutam por um continente com justiça, liberdade e prosperidade e um futuro socialista para os nossos povos. Por fim, é importante destacar que a Nicarágua, país sede deste XVII Encontro do Foro de São Paulo, dispõe-se a um novo triunfo da esquerda latino-americana e caribenha no mês de novembro, com o seu candidato, o Comandante Daniel Ortega, a quem oferecemos todo o nosso apoio. O XVII Encontro do Foro de São Paulo conclui expressando a sua profunda gratidão ao povo nicaraguense e manifestando o seu mais firme respaldo ao triunfo eleitoral da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

Viva a unidade dos povos da América Latina e Caribe!

DECLARAÇÃO FINAL DO XVIII ENCONTRO

*Caracas, Venezuela
4 a 6 de julho de 2012*

“Declaração de Caracas: os povos do mundo, contra o neoliberalismo e pela paz”

O XVIII Encontro do Foro de São Paulo, reunido em Caracas nos dias 4, 5 e 6 de julho de 2012, realiza-se em meio a uma forte crise estrutural do capitalismo, acompanhada pela disputa por espaços geopolíticos e geoestratégicos, pela emergência de novos polos de poder, pelas ameaças contra a paz mundial e a agressividade militar ingerencista do imperialismo que tenta reverter o seu declínio. Adicionalmente à crise econômica devem-se contar a ambiental, a energética e a alimentar, assim como a crise dos sistemas de representação política. Todas essas situações exigem uma firme resposta dos povos latino-americanos e caribenhos e uma eficaz atuação das forças progressistas, populares e de esquerda. A crise econômica mundial está muito longe de ser superada, os responsáveis por dirigir as instituições financeiras internacionais continuam ancorados no dogma neoliberal, o efeito da contração econômica dos Estados Unidos e a paralisação do motor europeu já se manifestam em várias regiões, inclusive na economia chinesa. A região latino-americana e caribenha não escapa do impacto negativo da crise mundial, embora as políticas econômicas e sociais de boa parte dos governos da região tenham evitado um impacto maior da crise. Enquanto há regiões, como a Europa e os Estados Unidos, onde o neoliberalismo continua sendo o fundamento ideológico da política econômica, com suas políticas de austeridade permanente e prioridade para o capital financeiro, na América Latina as forças progressistas e de esquerda dirigem os destinos de uma parte importante das nações do continente e desenvolvem iniciativas que permitiram em alguma medida a longa noite neoliberal, implementando planos sociais de grande envergadura, obtendo êxitos indiscutíveis na luta contra a pobreza e impulsionando, como nunca, o processo de integração, o desafio de continuar construindo-o e aprofundando as mudanças nas atuais condições de agravamento da crise. A direita e o imperialismo respondem ao crescimento das forças democráticas populares, progressistas e de esquerda de diversas maneiras, entre elas, a agressão sistemática do governo dos Estados Unidos, a manipulação e criminalização das demandas sociais, para gerar enfrentamentos violentos e uma contraofensiva golpista. Chama a atenção que na Bolívia tenham se produzido duas tentativas de golpe e uma

de magnicídio, além do motim policial que recentemente foi derrotado pela ação dos movimentos sociais. Outros feitos golpistas foram os seguintes: em 2002, a derrocada do presidente Chávez por 47 horas e, em 2009, a destituição do presidente Zelaya. Em setembro de 2010, houve uma tentativa de golpe de Estado no Equador, que não se consolidou pela mobilização imediata do povo equatoriano e a rápida atuação da comunidade internacional. Há apenas algumas semanas o presidente paraguaio Fernando Lugo foi derrocado. O golpe de Honduras e a derrocada de Lugo mostram que a direita está disposta a utilizar vias violentas e/ou manipulação das vias institucionais para derrocar governos que sirvam aos seus interesses. No mesmo sentido, a direita tem desatado uma ampla campanha midiática, instrumentada internacionalmente por meio de poderosos consórcios comunicacionais. A atitude dos meios de comunicação da direita é um tema recorrente da agenda política regional, com grandes corporações desenvolvendo planos destabilizadores que se comportam como fatores de poder, capazes de se colocar acima dos poderes públicos que emanam do sufrágio universal. Grandes corporações de mídia desafiam todos os dias a democracia e suas instituições. Essa é talvez uma das questões mais complicadas que os governos de esquerda têm que resolver: a democratização da comunicação. Ao mesmo tempo, recentemente registraram-se vitórias eleitorais de grande significado, como a de Dilma Rousseff no Brasil, Daniel Ortega na Nicarágua, Cristina Fernández de Kirchner na Argentina e Danilo Medina na República Dominicana, triunfos contundentes que dão conta do avanço das forças progressistas e de esquerda. As presidentas Dilma Rousseff e Cristina Fernández de Kirchner, junto ao presidente José Mujica, decidiram, há poucos dias, suspender do Mercosul o governo golpista do Paraguai até que seja restaurada a democracia e, ao mesmo tempo, aprovaram a incorporação da Venezuela como membro pleno do bloco político e econômico mais importante desta parte do mundo. É previsível que a incorporação do Equador ao Mercado Comum do Sul seja aprovada, e num tempo relativamente curto, do qual se deriva uma realidade nova. O bloco do Sul teria saída para o Pacífico e, com a incorporação da Venezuela, já está no Caribe. Enquanto isso, os chefes de Estado dos países que integram a Comunidade Andina de Nações tentam dar um salto no caminho da integração, embora devam superar enormes dificuldades. Entretanto, a Aliança Bolivariana dos Povos da nossa América (Alba) vem conjugando políticas econômicas comuns, como o Sucre, o fundo de reservas PetroCaribe e, recentemente, seus presidentes decidiram a criação de uma zona econômica da Alba, que assinala um novo momento nesse esforço integrador de Antigua e Barbuda, Bolívia, Cuba, Equador, Dominica, Nicarágua, São Vicente e Granadinas e Venezuela. Os esforços em torno à União de Nações Sul-americanas (Unasul) surpreende e anima. Um conjunto de iniciativas integradoras foi posto em andamento, como

a construção de uma política de defesa comum, no que se vincula a defesa do desenvolvimento e a sustentação da América Latina como uma zona de paz, livre de armamento nuclear. Ao mesmo tempo, são registrados avanços na construção de uma nova arquitetura econômica que parte do critério da complementaridade, cooperação, respeito à soberania e solidariedade. A reunião constitutiva da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), realizada em Caracas em dezembro de 2011, representa um ponto de inflexão no processo integrador. O acordo assinado marca o início de um programa de trabalho que busca os pontos de encontro e frisa a necessidade de unidade, dado que todos reconhecem que os grandes problemas comuns só têm saída com a integração. Por outro lado, diante do fracasso da Alca e dos limitados avanços dos tratados de livre comércio bilaterais, o imperialismo busca enfraquecer os mecanismos de integração latino-americanos, impulsionando a Aliança do Pacífico. A integração tem uma base política, responde a uma realidade em mutação e conta com o substrato material que são as forças produtivas e os recursos naturais abundantes e diversos, as florestas, o petróleo, os minérios de todo tipo, as terras raras, o gás, as vastas extensões de terra para agricultura e pecuária e, o mais importante, a integração conta com a diversidade cultural e humana de mais de 500 milhões de seres. O processo de integração deve buscar políticas comuns e o manejo e uso soberano dos recursos naturais, o que inclui a defesa da água e seu reconhecimento como direito humano. Um tema transcendente que faz parte da agenda do Foro de São Paulo é a necessidade de contar com uma política comum de desenvolvimento sustentável, com ciência e tecnologia, desenvolvimento humano inclusivo com prioridade para as mulheres, a infância e a juventude. Devido à magnitude dos recursos naturais renováveis e não renováveis que existem na nossa região, temos que reforçar a defesa do meio ambiente, empreender uma rota de desenvolvimento industrial, tecnológico e científico de grande envergadura, e fazer respeitar os direitos dos povos originários e seu direito à consulta. A direita tenta se apropriar simbolicamente do discurso em defesa do meio ambiente, esquecendo as políticas neoliberais depredadoras da Mãe Terra e a dívida ambiental que o capitalismo tem com o mundo. Há uma intensa luta pelo controle dessas riquezas.

Os partidos de esquerda, populares, progressistas e democráticos do Foro de São Paulo reafirmam o seu apoio às relações de amizade, fraternidade e cooperação solidária da República Bolivariana da Venezuela. Nesse sentido, rejeitam com firmeza as infundadas acusações de ingerencismo que o governo ilegítimo do Paraguai formulou contra o chanceler Nicolás Maduro. Os desafios estratégicos e táticos do Foro de São Paulo são enormes. Para enfrentá-los com êxito, contamos com a força expressa na assistência a este XVIII Encontro, onde participam 200 delegados e delegadas provenientes de 100 partidos e organizações e 50 países de

todos os continentes. Durante os dias 4, 5 e 6 de julho, essa potente delegação realizou dezenas de atividades, entre as quais se destacam: as reuniões das Secretarias Regionais do Cone Sul, Andino-amazônica e Mesoamericana e o Caribe. As oficinas temáticas de Afrodescendentes, Autoridades locais e subnacionais, Defesa, Democratização da informação e da comunicação, Fundações, escolas ou centros de capacitação, Meio ambiente, Mudança climática, Migrações, Movimentos sindicais, Movimentos sociais e poder popular, Povos originários, Segurança agroalimentar, Segurança e narcotráfico, Trabalhadores da agricultura, União e integração latino-americana e caribenha. O I Encontro das Mulheres, o IV Encontro das Juventudes, o II Seminário sobre Governos Progressistas e de Esquerda e o Seminário sobre Paz, Soberania Nacional e Descolonização. A relatoria de cada uma dessas reuniões e atividades, as respectivas resoluções, o documento-base, assim como as moções e a Declaração Final serão publicadas nos anais do XVIII Encontro, mas entre essas resoluções há alguns temas que gostaríamos de destacar. Os partidos-membros do Foro de São Paulo, de esquerda, progressistas e anti-imperialistas, reconhecem que: a presença e participação das mulheres nos diferentes setores da sociedade, incluindo os partidos, é algo imprescindível para o seu fortalecimento, crescimento e desenvolvimento. Não é possível construir o socialismo (ou uma sociedade socialista, justa, equitativa), se não se modificarem os papéis e padrões tradicionais que foram designados e assumidos historicamente de forma diferente por homens e mulheres, e forem criadas as condições necessárias para arrancar as bases da discriminação contra a mulher e que ambos participem em condições de igualdade tanto do âmbito público quanto do privado. Continua sendo um desafio a incorporação de um correto enfoque de gênero e da agenda das mulheres de esquerda e revolucionárias nas políticas, programas e ações empreendidas na luta contra a direita e o capitalismo depredador, patriarcal e na construção do socialismo. Também destacamos que desde o próprio nascimento do Foro, o reconhecimento da soberania da República Argentina sobre as Malvinas é claro e contundente. O XVIII Encontro acompanha a solicitação de abrir as negociações diplomáticas entre Argentina e Reino Unido, além de reiterar o protesto latino-americano pelas ações empreendidas pelo governo britânico numa zona declarada livre de armas nucleares. Da mesma forma, o Foro de São Paulo condena a situação de colonialismo na qual se encontram várias nações latino-americanas e caribenhas, e repudia igualmente as tentativas de recolonização. O Foro de São Paulo respalda a reivindicação do povo e do governo da Bolívia de uma saída soberana para o Oceano Pacífico. Os partidos e movimentos agrupados no Foro e outros movimentos sociais têm a tarefa de empreender todas as iniciativas possíveis para que o tema da independência de Porto Rico se transforme num ponto essencial das ações das Nações Unidas. É inconcebível que

no século XXI persistam enclaves coloniais em nossa região e no mundo. Unimo-nos à demanda pela libertação do prisioneiro político porto-riquenho Oscar López Rivera, que está encarcerado em prisões dos Estados Unidos há mais de 31 anos pelo único “delito” de lutar pela independência da própria pátria. Este Encontro deve implementar novas tarefas e um plano de ação conjunto contra o bloqueio norte-americano a Cuba e pela liberdade dos cinco heróis, bandeira comum de todos e todas. O Foro de São Paulo expressa o seu respaldo ao povo da Nicarágua e ao seu governo diante da ameaça de embargo financeiro, que significaria a negação por parte do governo dos Estados Unidos da aprovação que é outorgada ou negada a cada ano como um arbitrário instrumento de chantagem, mediante o uso de seu poder direto nos organismos multilaterais, sendo a pretensão norte-americana impor decisões políticas que são de exclusiva competência dos nicaraguenses no exercício de sua soberania. O Foro de São Paulo expressa, também, o seu respaldo ao povo boliviano e seu presidente, o companheiro Evo Morales Ayma, na defesa da democracia do profundo processo de transformação que ele encabeça junto aos movimentos sociais e setores populares. O Foro de São Paulo declara o seu apoio e ativa solidariedade para com o povo paraguaio, com a Frente Guasú e a frente pela defesa da democracia e com o movimento camponês mobilizado, desconhecendo o governo de facto encabeçado pelo golpista Federico Franco, e anunciando ações continentais a favor da democracia que respeite a vontade popular expressa em abril de 2008 e pela unidade e integração dos povos e de governos da América Latina e Caribe. O Foro de São Paulo manifesta a sua solidariedade com o povo haitiano em sua luta pela recuperação de sua dignidade e sua soberania nacional. Só a consolidação das estruturas estatais permitirá ao Haiti superar a crise que está vivendo. O êxito desse processo exige o apoio dos governos de esquerda, dos povos latino-americanos e caribenhos, assim como a retirada programada das forças estrangeiras do território haitiano. A superação da situação de crise requer nosso apoio tecnológico, humanitário e material.

O Foro de São Paulo expressa o seu apoio ao processo de paz na Colômbia, onde continua vigente a luta pela solução pacífica para o conflito armado, a paz com justiça social e por um novo modelo econômico e social que garanta os direitos humanos e a proteção da natureza, e decide conformar uma comissão representativa dos movimentos e partidos políticos do Foro de São Paulo que, em comum acordo com os partidos e movimentos colombianos, visite o país e proponha uma agenda de estudo, contatos e apoio para os propósitos unitários. O Foro de São Paulo manifesta a sua solidariedade com a Frente Ampla da Guatemala como a referência da esquerda guatemalteca e saúda a convicção de seus partidos integrantes – Winaq, ANN e URNG – de continuarem trabalhando pela unidade da esquerda guatemalteca e pela busca de alianças com forças democráticas

e progressistas. Condena, ainda, o uso da força repressiva por parte do governo guatemalteco contra os setores populares. O Foro de São Paulo se solidariza com a luta do povo hondurenho pelo respeito dos direitos humanos e oferece seu total apoio à companheira Xiomara Castro de Zelaya como candidata de consenso das forças da resistência para a presidência da República de Honduras. O Foro de São Paulo expressa o seu total apoio e solidariedade com a luta do povo saharauí em defesa de sua autodeterminação, soberania e independência nacional. O Foro de São Paulo expressa o seu apoio à luta pela soberania e autodeterminação da Palestina e seu ingresso nas Nações Unidas como membro de pleno direito. Declaramos a nossa oposição a qualquer intervenção armada extrema na Síria e no Irã e convocamos as forças progressistas de esquerda a defender a paz na região. Nos próximos meses terão lugar vários processos eleitorais, como em novembro de 2012 na Nicarágua, onde haverá eleições municipais. Em fevereiro de 2013 ocorrerão eleições gerais no Equador, onde o presidente Rafael Correa está proposto para a reeleição, à qual o Foro de São Paulo manifesta o seu compromisso, solidariedade e total apoio. O Foro de São Paulo faz um chamado também pela defesa da democracia no México. Mais uma vez, a direita mexicana apelou à manipulação midiática com pesquisas de opinião forjadas, compra maciça de votos e outros tipos de fraudes que distorceram a eleição presidencial celebrada em 1º de julho, para tentar impor um candidato oposto aos melhores interesses do povo mexicano. O Foro de São Paulo se pronuncia a favor da investigação a fundo das denúncias apresentadas pelos partidos progressistas. A batalha central dos próximos meses é a disputa eleitoral na Venezuela, prevista para o dia 7 de outubro. A campanha se iniciou com potentes mobilizações populares em respaldo à candidatura de Chávez e ao programa que este apresentou. Todas as pesquisas de opinião indicam claramente que a vantagem do candidato Hugo Chávez sobre o candidato da direita é de 20 pontos. A poucos meses das eleições a direita já considera como certa a vitória de Hugo Chávez. Por essa razão, a direita participa no processo eleitoral, mas preparando as condições para desconhecer o resultado e o Conselho Nacional Eleitoral. Frente a essa situação, o Foro de São Paulo convoca as forças progressistas e de esquerda para respaldar a democracia venezuelana e para rechaçar as tentativas de desestabilização da direita. O XVIII Encontro do Foro de São Paulo conclui convocando os povos a lutar contra o neoliberalismo e as guerras, a construir um mundo de paz, democracia e justiça social. Outro mundo é possível e nós o estamos construindo: um mundo socialista.

DECLARACIÓN FINAL XIX ENCUESTRO

São Paulo, Brasil
31 de julho a 4 de agosto de 2013

Nosotras y nosotros, delegadas y delegados presentes al XIX Encuentro del Foro de São Paulo, realizado entre los días 31 de julio y 4 de agosto de 2013, ratificamos más que nunca nuestra disposición de hacer frente a los desafíos que surgen a partir de la grave situación internacional, conscientes de que la unidad en la reflexión y en la acción es fundamental para avanzar en los cambios democráticos y vencer los actuales ataques del imperialismo y de la derecha.

Sin embargo, desde el final del siglo XX está en curso un proceso de cambios en nuestra región que ofrece esperanzas y alternativas para este mundo en crisis, al desarrollar políticas de gobierno que navegan contra la corriente del neoliberalismo, al promover medidas contra cíclicas en la economía y de inclusión social de millones de personas que anteriormente vivían en la miseria. América Latina y el Caribe en su conjunto viven hoy no sólo una época de cambios, sino un cambio de época, que implica transformaciones de la propia estructura de nuestras sociedades.

Este ciclo político ha forjado la unidad y la integración latinoamericana y caribeña, a través de mecanismos múltiples y complementarios que, al profundizar y converger, podrán promover condiciones más favorables al curso de nuestros proyectos nacionales de desarrollo, en un sistema internacional en transición, cuyo desenlace es incierto. Este proceso de cambios en el mundo todavía no está consolidado y tendrá un largo camino, pero frente a la crisis del sistema, la construcción de alternativas representa nuestras oportunidades para colocar el debate político de la izquierda latinoamericana y caribeña, así como de nuestros gobiernos, en nuevos niveles.

Debemos profundizar y alcanzar nuevas conquistas de las fuerzas políticas favorables a los cambios en América Latina y el Caribe, promoviendo la estabilidad regional y defensa de la soberanía y la independencia nacionales, así como manteniendo el énfasis en opciones dirigidas al desarrollo, crecimiento, distribución del ingreso y combate a la pobreza y a las desigualdades. Tenemos que reposicionar el Estado y profundizar la democracia, asegurar la hegemonía y la estabilidad política para la realización de los cambios y generar nuevos espacios de participación popular en la gestión pública y en el cumplimiento de los derechos básicos de la población.

El XIX Encuentro se realiza este año en Brasil, país que está viviendo una serie de manifestaciones populares en demanda de transformaciones en las estructuras, así como más derechos y mejoras en las políticas públicas. Entendemos que

dichas demandas son justas e importantes pues, a pesar de los grandes avances conquistados desde el inicio del gobierno Lula en 2003, éstos revelan la necesidad de ampliar los espacios de participación y expresión política de sectores sociales que han alcanzado un progreso económico gracias a las políticas implementadas por su gobierno. Nuestros partidos y organizaciones sociales deben ser capaces de asumir dichas transformaciones y encontrar la manera de abrir estos espacios.

Al final de este XIX Encuentro tenemos varias tareas por cumplir para asumir los temas analizados durante estos cinco días del evento, que incluyen los desafíos de profundizar las movilizaciones por la realización de los cambios en nuestros países, así como enfrentar y vencer las disputas electorales con la derecha que ocurrirán en el próximo periodo, particularmente en las elecciones presidenciales en Honduras, Chile, El Salvador, Costa Rica, Colombia y Panamá.

El capitalismo vive una profunda crisis, derivada de su propia dinámica estructural, marcada por fuertes conflictos sociales, crisis políticas agudas y conflictos militares cada vez más peligrosos. No se vislumbra una salida de esta crisis en el corto plazo y tampoco está claro cuál será su desenlace. Sin embargo, estamos seguros que la humanidad no puede y no debe aceptar el costo de la superación de esa crisis poniéndolo sobre las espaldas de los trabajadores, la creciente concentración de ingreso, la profundización de las diferencias entre los países desarrollados y países en desarrollo y las guerras inherentes a la tentativa de retomar la acumulación capitalista.

La crisis ambiental es parte integrante de la crisis capitalista. La defensa del medio ambiente debe tomar en cuenta los intereses de los trabajadores, la sustentabilidad y la soberanía nacional pues la derecha y el imperialismo han utilizado la bandera ambiental para atacar a los gobiernos de izquierda en América Latina y Caribe.

La gran novedad del escenario internacional -por ellos admitida- es la pérdida relativa de poder de los Estados Unidos de América, como gran potencia imperialista. Sin embargo, también es verdad que insiste en mantener su hegemonía militar, política y económica de forma agresiva y radical. En el plano económico, busca inclusive maniobrar en el sentido de ganar nuevo aliento. En las maniobras por retardar su pérdida relativa de poder, no es ninguna sorpresa la reciente denuncia de espionaje del gobierno estadounidense de sus propios ciudadanos por medio de Internet, así como de los demás usuarios en el mundo en su ansia de controlar todo, así como la utilización de estos medios para evaluar ventajas comerciales para sus conglomerados internacionales, a través del espionaje industrial o, aún, espionaje ubicando objetivos estratégico-militares. Varios gobiernos fueron monitoreados a través de sus representaciones diplomáticas o durante eventos internacionales importantes. Rechazamos totalmente este tipo de injerencia en

nuestros países y exigimos que las agencias de seguridad de las grandes potencias quiten las manos de las redes sociales de Internet, que debe tener una gestión universal y transparente.

Nuestra respuesta a esos actos debe ser la defensa intransigente de la paz, la autodeterminación de los pueblos y el fin de todo tipo de colonialismo. De esta forma, defendemos el fin de las intervenciones en Afganistán, Irak y África del Norte. También reiteramos nuestro incondicional apoyo a la autodeterminación de los pueblos palestino y saharauí y sus derechos a un territorio libre y soberano.

Denunciamos con vehemencia la sanguinaria agresión promovida por las potencias occidentales y sus aliados regionales contra Siria, las reiteradas amenazas y sabotajes contra Irán y la constante violación de la soberanía del pueblo egipcio. En especial en la ya larga guerra en Siria, cínicamente las potencias occidentales arman terroristas fundamentalistas ligados a Al Qaeda en la tentativa de violar la soberanía del país.

En nuestro continente, reiteramos nuestra exigencia por el fin del bloqueo de los Estados Unidos de América a Cuba y que lo saquen de lista de países terroristas. De la misma forma exigimos la inmediata liberación de los luchadores antiterroristas cubanos presos en las cárceles estadounidenses. De la misma manera, denunciamos las intervenciones y golpes de Estado contra gobiernos legítimamente electos, como ocurrió en Honduras y Paraguay, en expresión de los ataques de las fuerzas del imperialismo y de la derecha.

Reafirmamos nuestro apoyo a los Diálogos de Paz que se realizan en La Habana entre las FARC y el gobierno de Colombia y abogamos por la incorporación de otras fuerzas insurgentes en el proceso de paz. La mejor forma de superar el conflicto armado, ofrecer una vida digna para los millones de víctimas y refugiados del conflicto y fortalecer la estabilidad en nuestra región es alcanzar un acuerdo de paz y excluir la presencia de fuerzas militares extra-regionales. La paz en Colombia será una contribución fundamental para la paz en América Latina y alcanzarla es un compromiso de gran alcance histórico para la izquierda colombiana, latinoamericana y caribeña. Al mismo tiempo, repudiamos la decisión del gobierno de Colombia de solicitar su incorporación a la OTAN, lo que coloca en grave riesgo la paz en nuestra región.

Exigimos la eliminación definitiva de la herencia colonial representada por la situación de las Malvinas, Puerto Rico y demás naciones caribeñas colonizadas y de la llamada "Guyana Francesa". De la misma forma, la eliminación del racismo y de la discriminación contra los pueblos originarios y afro descendientes debe ser asumida por todos nuestros partidos y los gobiernos progresistas de nuestra región.

Ante la agenda económica neoliberal del imperialismo, de la liberalización financiera, de la enorme transferencia de recursos públicos para bancos y especuladores diversos y de las políticas de austeridad que están eliminando una serie de derechos sociales y castigando a los trabajadores con altas tasas de desempleo, así como a la retomada de los Tratados de Libre Comercio como la Asociación Transpacífico y el Acuerdo Transatlántico, nuestra respuesta debe ser la aceleración de la integración regional latinoamericana y caribeña.

Ésta -nuestra respuesta- debe contener la perspectiva de alcanzar la complementariedad económica, reducir las asimetrías y promover el desarrollo económico y social de nuestro continente. Los procesos de integración que están en marcha, como UNASUR, CELAC, MERCOSUR, ALBA, entre otros, responden con contundencia a dicha complementariedad, representando movimientos de convergencia de los proyectos nacionales de desarrollo.

Denunciamos las tentativas, inspiradas por potencias extra-regionales, en el sentido de fracturar y sabotear la integración regional, como es el caso de la llamada Alianza del Pacífico -que no por casualidad está conformada por países que poseen tratados de libre comercio con Estados Unidos- y la búsqueda incesante por generar crisis y estimular divisiones en el MERCOSUR.

El multilateralismo e iniciativas como los BRICS también deben tener nuestro apoyo, por su papel en la construcción de nuevos centros de poder y de un mundo multipolar en contraposición al imperialismo estadounidense y europeo, que constantemente buscan imponer sus intereses unilaterales al resto del mundo.

Realizado en Brasil, el XIX Encuentro del Foro de Sao Paulo denuncia las maniobras políticas de la derecha brasileña, a través de los medios y de otros mecanismos, en el sentido de sabotear al gobierno de la Presidenta Dilma Rousseff y poner fin a esta experiencia marcada por importantes avances conquistados en los últimos diez años. Nos solidarizamos con la posición de la Presidenta Dilma Rousseff y de las fuerzas de izquierda y progresistas brasileñas de reconocer la importancia de la voz de las calles, para avanzar por el camino de los cambios y evitar que ese camino conduzca a un retroceso en las conquistas ya alcanzadas.

Defendemos la adopción de políticas específicas para asegurar la defensa de los derechos plenos de todos los migrantes y de sus familias. La gran presencia de migrantes latinoamericanos en Estados Unidos de América se está convirtiendo en un elemento político trascendente y cada vez más capaz de definir resultados electorales. Ante ello, saludamos la iniciativa del Grupo de Trabajo de articular las representaciones de los partidos del Foro en Estados Unidos y Europa, como forma de promover el debate e incidir políticamente sobre lo que ocurre en estas regiones a partir de nuestra perspectiva.

En otro orden de ideas, reconocemos que aún es un desafío para los partidos del Foro de São Paulo diseñar políticas, estrategias y programas que garanticen de jure y de facto desterrar totalmente todas las formas de discriminación y violencia en contra de la mujer, para lograr la igualdad real entre los géneros como condición indispensable para la construcción de una sociedad verdaderamente socialista.

Las delegadas y delegados presentes a este XIX Encuentro del Foro de São Paulo rinden un cálido homenaje al Comandante y Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. El proceso de cambios en Venezuela continúa bajo la presidencia del compañero Nicolás Maduro. Manifestamos nuestro profundo reconocimiento por el papel fundamental del Comandante Chávez en las transformaciones políticas ocurridas en nuestro continente a partir de su primera elección en 1998, así como su apoyo al Foro de São Paulo, inclusive como anfitrión de la edición anterior de nuestro Encuentro.

Destacamos su compromiso con la democracia y la movilización popular, su internacionalismo y antiimperialismo militantes y su importante visión sobre la historia de nuestra región y el socialismo.

Del Comandante Chávez recordamos especialmente su papel a favor de la integración regional, la denuncia del ALCA, el impulso dado al ALBA y la defensa de la integración de su país al MERCOSUR, así como a otros procesos de integración y solidaridad entre los pueblos de la patria grande latinoamericana y caribeña.

Manifestamos nuestro integral apoyo y solidaridad al mandato del Presidente Nicolás Maduro, escogido por la mayoría del pueblo venezolano para suceder al Presidente Chávez, y registramos nuestro rechazo a las acciones de la derecha venezolana e internacional, que intentan cuestionar y desestabilizar su mandato claramente emanado de las urnas el último mes de abril.

Nos solidarizamos y condenamos enérgicamente el secuestro del compañero Presidente de Bolivia, Evo Morales, perpetrado por cuatro gobiernos europeos en flagrante violación de la soberanía boliviana y de las leyes internacionales, inclusive poniendo en riesgo la vida del Presidente y de toda la delegación que lo acompañaba, lo que constituye una afrenta a toda América Latina.

Felicitamos al Presidente Rafael Correa por su reelección este año a la presidencia de Ecuador, seguros de que representa la reafirmación de la voluntad del pueblo ecuatoriano de proseguir en la ruta del rechazo al neoliberalismo y en la construcción de alternativas que lleven al desarrollo y a la justicia social, en los marcos de su profunda revolución ciudadana. Nos solidarizamos con su pueblo y su gobierno que enfrentan las tentativas de empresas petroleras de imponer sus intereses por encima de la soberanía ecuatoriana por medio de fallos en instancias internacionales.

Igualmente felicitamos el pueblo y el gobierno nicaragüense por los 34 años de la Revolución Sandinista, que marcan el inicio de las grandes transformaciones en este país.

También expresamos nuestra solidaridad al pueblo y al gobierno sudafricano en este momento de grave enfermedad de su compatriota y ex presidente Nelson Mandela, una de las personalidades políticas de la mayor importancia de nuestro tiempo.

La guerra de posiciones entre las tentativas de avances de los cambios y profundizaciones de la integración regional por un lado y, por otro, los ataques de las fuerzas de la derecha y del imperialismo, definirán la consolidación y la continuidad del actual ciclo político avanzado, instalado hace quince años en nuestra América Latina y el Caribe.

Tenemos la convicción de que, continuando con la profundización de los cambios y acelerando la integración regional, podemos recorrer caminos hacia el socialismo en nuestra América Latina y el Caribe, lo que será una obra original de nuestros pueblos.

Reiteramos el valor fundamental de la unidad latinoamericana y caribeña y de la unidad del pueblo en cada uno de nuestros países para continuar por este camino de las transformaciones necesarias, para profundizar y consolidar los cambios y para que podamos avanzar aún más en el XX Encuentro del Foro de São Paulo, a realizarse en 2014 en Bolivia.

Brasil, São Paulo, 4/8/2013

DECLARACIÓN FINAL DEL XX ENCUENTRO

*La Paz, Bolivia
25 a 29 de agosto de 2014*

Los partidos integrantes del Foro de São Paulo, reunidos en La Paz, Estado Plurinacional de Bolivia, del 25 al 29 de agosto de 2014 bajo la consigna “Derrotar la pobreza y la contraofensiva imperialista, conquistar el Vivir Bien, el Desarrollo y la Integración en Nuestra América” damos a conocer nuestra posición sobre diversos temas relacionados con la situación internacional y de nuestra Gran Patria Latinoamericana y Caribeña.

Agradecemos al Movimiento Al Socialismo – Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos (MAS-IPSP) de Bolivia por auspiciar el XX Encuentro del Foro de São Paulo, en este momento en que los países latinoamericanos y caribeños buscamos profundizar la integración regional con base a los principios de solidaridad entre los pueblos, desarrollo con cooperación y complementariedad, justicia social, democracia y participación popular. Nos complace particularmente estar en un país donde un Gobierno de los Movimientos Sociales lleva a cabo una Revolución Democrática y Cultural fundamentada en la recuperación de los recursos naturales, el liderazgo estatal, la soberanía, el comunitarismo y el socialismo en la perspectiva del Vivir Bien.

Declaramos nuestro respaldo al compañero Evo Morales, a su gobierno y al MAS-IPSP, al mismo tiempo que felicitamos al pueblo boliviano por los grandes logros obtenidos en este proceso de cambios profundos: construcción del Estado Plurinacional y la aplicación de un modelo económico que genera excedentes y los redistribuye en beneficio de toda la población a través de distintos mecanismos. Estamos seguros que esta revolución se profundizará después de las elecciones de octubre próximo. El FSP rescata el aporte de Bolivia a la teoría y práctica revolucionaria universal a partir del protagonismo de los Movimientos Sociales en la transformación revolucionaria y en la articulación del socialismo con el proyecto emancipador de los pueblos indígenas.

Reafirmamos nuestro compromiso con el contenido de declaraciones anteriores, en particular la del XIX Encuentro realizado en São Paulo y la declaración del Grupo de Trabajo aprobada en Managua en febrero de 2014. Éstas apoyan la constitución del Estado Palestino de acuerdo con las resoluciones de la Organización de las Naciones Unidas, con soberanía sobre los territorios ocupados por los israelíes desde 1967. También apoyan la independencia de Puerto Rico y exigen la inmediata liberación de Óscar López Rivera, así como condenan todas las formas de colonialismo en particular la persistencia de la dominación europea sobre

países como Martinica, Guadalupe, Aruba, Bonaire, Curazao y la llamada Guyana Francesa y reafirman su derecho a la autodeterminación. De la misma forma reivindican la recuperación de la soberanía de Argentina sobre las Islas Malvinas como una causa latinoamericana y caribeña, y desde una perspectiva favorable al establecimiento de una América Latina como región de paz y con relaciones de cooperación y complementariedad respaldan toda iniciativa que apunte a superar, sobre la base del diálogo y el respeto al derecho internacional, el diferendo boliviano-chileno mediante la salida soberana de Bolivia al mar.

A casi veinticinco años de la creación del Foro de São Paulo, una de las experiencias más exitosas y unitarias de la izquierda en la región latinoamericana y caribeña, el balance de la situación política es indudablemente favorable a las fuerzas políticas que lo componen. Cuando fue creado el Foro de São Paulo, un solo país de esta región estaba gobernado por un partido perteneciente al Foro, y hoy son más de diez. La izquierda, con diferentes procesos de acumulación, en los últimos años no ha perdido las elecciones en ningún país de América Latina después de haberlas ganado. Los únicos casos donde ha perdido el gobierno han sido por golpes de Estado como en Honduras y Paraguay. Hoy América Latina vive, ya no una época de cambios, sino un cambio de época.

Sin embargo, los procesos progresistas y de izquierda llevados adelante en América Latina y en el Caribe prácticamente representan una excepción en un mundo que transita de un descenso relativo de la unipolaridad norteamericana hacia una situación multipolar en un contexto de crisis económicas, sociales y políticas, así como conflictos armados con implicaciones globales como la nueva agresión y ataque del gobierno de Israel al territorio palestino, particularmente de Gaza; los ataques de EUA y de la OTAN a Irak y Libia, que han llevado al crecimiento de grupos armados fundamentalistas como el “Estado Islámico” (EI) y las agresiones externas multinacionales en contra Siria. Se señala también la injerencia externa en Ucrania a partir de la alianza entre los EUA y la UE con grupos neo-nazistas, tendientes a aislar a Rusia. Las contradicciones entre esta alianza y los independentistas de ciertas regiones del este de Ucrania provocaron la confrontación de ellos con el ejército de este país. Condenamos los ataques ucranianos contra la población civil y demandamos el inmediato cese de fuego.

Estos conflictos son expresiones del nuevo diseño de la geopolítica mundial donde los Estados Unidos tratan de afirmar la validez de la hegemonía o reaccionar a las presiones que sufren. En Irak está en disputa una de las principales regiones productoras de petróleo. En el caso de la crisis en Ucrania hay una reacción del gobierno de Putin a rechazar las provocaciones de la OTAN a tomar cerca de las fronteras rusas. En respuesta a las sanciones impuestas por los Estados Unidos y la Unión Europea a Rusia, el gobierno de este país decidió embargar la compra de

alimentos de estas economías. Esta medida afecta fuertemente a los agricultores de estos países y anima a nuevos proveedores, especialmente los de América Latina.

El FSP se solidariza con la lucha del pueblo saharaui que está impulsando el Frente Polisario y la RASD por los derechos territoriales que les asisten y que están siendo negados por la monarquía marroquí desde 1975. Saludamos al presidente de la RASD, Mohamed Abdelaziz, e instamos a los gobiernos de Nuestra América a que reconozcan a este gobierno permitiendo la apertura de sedes diplomáticas en sus países.

En este marco de confrontaciones militares, también existe una ofensiva de las fuerzas capitalistas neoliberales y del imperialismo, a través de sus corporaciones multinacionales, empresas y de la banca internacional, buscando controlar los recursos naturales, especialmente los bosques, los mares y las fuentes de agua, que alientan conflictos socio-ambientales, territoriales y culturales con las comunidades campesinas e indígenas originarias en los cinco continentes, comunidades que deberían ser consultadas de acuerdo a la declaración de las Naciones Unidas sobre los derechos colectivos de los pueblos indígenas a fin de respetar sus derechos territoriales.

El FSP lucha por defender el medio ambiente, los recursos naturales, los mares, los bosques y el agua. Asimismo, lucha contra los desastrosos impactos del incremento de los gases de efecto invernadero, en camino hacia la COP 20 en Lima en diciembre de 2014 y la COP 21 en París en diciembre de 2015 sobre cambio climático, buscando un acuerdo global que lo mitigue, además de impulsar una economía y cultura productiva sostenible, sustentable, renovable, con prácticas solidarias y de Vivir Bien, combatiendo el tipo de economías primario exportadoras sometidas al mercado mundial.

En este sentido expresamos nuestra solidaridad con la posición ecológica, humanista y reivindicativa del gobierno y del pueblo de Ecuador en su lucha contra la transnacional petrolera Chevron, que tanto daño ha causado a su Amazonía y a varios pueblos del mundo.

En el momento actual afloran dos elementos políticos de la mayor importancia. Uno de ellos es la indiscutible continuidad en el avance de las fuerzas progresistas y de izquierda en América Latina y el Caribe. Felicitamos al pueblo salvadoreño y al FMLN por la victoria obtenida en las elecciones presidenciales de este año, encabezado por Salvador Sánchez Cerén, miembro de la comandancia general en la guerra civil, negociador y firmante de los Acuerdos de Paz en 1992, quien continuará y profundizará los cambios de transición democrática en El Salvador, iniciados en 2009 con el primer gobierno del FMLN. Sumado a esto, tenemos el avance sin precedentes de la izquierda en Costa Rica con el Frente Amplio y en Honduras con las posiciones conquistadas con el Partido LIBRE a pesar que

el régimen militarista hondureño continúa asesinando a dirigentes políticos de la oposición. En estos dos países, las fuerzas de izquierda constituyen ahora formidables destacamentos organizados en lucha por el cambio social y con importante espacios institucionales.

En Centro América señalamos la importancia del avance de la izquierda, y en particular la presencia y el impacto de la Revolución Sandinista nuevamente en marcha en Nicaragua, luego de la recuperación del poder por el sandinismo en 2006. Dicho proceso revolucionario se ha consolidado sustancialmente mediante la construcción de la hegemonía política revolucionaria que se manifiesta en un abrumador y sostenido respaldo popular a la gestión del actual gobierno sandinista encabezado por el Presidente de Nicaragua, Comandante Daniel Ortega. La existencia de un movimiento social y de fuerzas armadas y de seguridad surgidas de la revolución, así como la hegemonía sandinista a nivel institucional y del poder político en su conjunto, han permitido avanzar en la construcción de la democracia directa como nuevo modelo político, y se ha logrado la democratización de los medios de comunicación, mientras también se construye exitosamente el poder económico popular mediante políticas y programas orientados hacia este objetivo. Esto ha significado notables avances en el mejoramiento de las condiciones de vida del pueblo nicaragüense, en el marco de un sostenido crecimiento económico que tendrá su consolidación sustancial con la construcción y puesta en marcha del canal interoceánico.

En Chile saludamos la victoria de la presidenta Michelle Bachelet, a la cabeza de la coalición Nueva Mayoría. Nos solidarizamos con el impulso de las reformas estructurales que se llevan a cabo en Chile y celebramos la recuperación del compromiso de su política exterior con los procesos de integración y convergencia regional.

En respuesta a estos logros, la derecha y ultraderecha fascista reinciden en implementar una estrategia de desestabilización en gran medida como reacción a su incapacidad de derrotar políticamente a las fuerzas populares que en sucesivas contiendas han resultado vencedoras. Aquello ocurrió nuevamente este año en Venezuela, donde la oligarquía y la ultraderecha fascista insistieron en llevar a cabo varias acciones golpistas que con anterioridad habían fracasado estrepitosamente, suponiendo a esta vez, que la ausencia física de nuestro recordado Comandante Hugo Chávez haría la diferencia para beneficio de sus planes. Pero en Venezuela hay un pueblo consciente, movilizado y organizado, así como Fuerzas Armadas bolivarianas cuya disciplina tiene como fundamento su conciencia patriótica en defensa de la Revolución.

Las fuerzas de la derecha en Venezuela intentan, a través de la violencia, provocar una guerra civil y desconocer la indudable legitimidad del gobierno del

Presidente Nicolás Maduro Moros. Rechazamos de la manera más categórica el intento del gobierno de Estados Unidos de secuestrar a un diplomático venezolano, el general Hugo Carvajal, el pasado mes de julio en Aruba, hecho que reitera la campaña orquestada por la derecha contra la Fuerza Armada Nacional Bolivariana. Con este hecho buscaban desencadenar una grave crisis entre los dos países con incalculables consecuencias para la paz en la región. Expresamos nuestra solidaridad con el pueblo venezolano, que enfrenta una guerra económica y mediática sin precedentes, preparada por los grupos oligárquicos nacionales, consorcios económicos transnacionales y el Departamento de Estado estadounidense.

Como parte de una contraofensiva global del imperialismo y de las derechas, es necesario alertar a los partidos y gobiernos de la región sobre el peligro de la restauración conservadora que pretende introducir en nuestros países, a través de una amplia gama de instrumentos subversivos dirigidos y coordinados por los Estados Unidos, conjuntamente con organizaciones políticas y sociales de la derecha, corporaciones transnacionales, medios de comunicación, entre otros actores contrarrevolucionarios, que atentan contra los gobiernos que en su opinión constituyen un obstáculo o afectan su interés global.

Especial mención merece el seguimiento y denuncia de los Tratados Bilaterales de Inversión firmados por nuestros países en la última década del siglo pasado, durante el auge del oscuro neoliberalismo, cuya aplicación puede constituirse, en estos momentos, en factor de profunda desestabilización económica y en instrumento de chantaje internacional a nuestros países, violando nuestra soberanía. Estas estrategias mediáticas, económicas, políticas y sociales, implementadas a nivel nacional e internacional, a menudo preceden a una invasión militar directa, pero también están presentes en la aplicación de los preceptos del llamado poder inteligente puesto en práctica en el periodo más reciente.

Actualmente está en curso lo que puede denominarse “guerra no convencional”, a ejemplo de agresiones militares como en el caso de Libia, y determinadas prácticas de influencia política de mediano plazo se combinan con una mayor radicalidad en las acciones desestabilizadoras, que desembozadamente procuran el llamado “cambio de régimen” mediante revueltas “supuestamente populares”, focos terroristas e injerencias imperialistas que pueden derivar en un conflicto armado, como es el caso sirio.

El pueblo venezolano derrotó las acciones terroristas al inicio de este año, con la movilización popular, con el llamado al diálogo político convocado por el Presidente Nicolás Maduro, la fortaleza de todas las instituciones de la democracia y la firme posición asumida por la Fuerza Armada Nacional Bolivariana, comprometido con la paz y los principios establecidos en la Constitución.

Condenamos la criminalización de las luchas sociales en varios países, particularmente en Guatemala, donde la alianza militar oligárquica que gobierna el país recrudece la represión contra los pueblos indígenas y los movimientos reivindicativos en defensa de los bienes naturales, de la tierra y sus territorios que están siendo invadidos y saqueados por empresas nacionales y transnacionales.

Expresamos también nuestra preocupación por la grave situación de violación a los derechos humanos que padecen los migrantes sudamericanos y caribeños que cruzan por América Central y México. Demandamos el respecto a su integridad física y sus derechos humanos. Nos preocupa la detención de cientos de niñas, niños y jóvenes por las autoridades migratorias norteamericanas y condenamos las actitudes xenofóbicas de grupos conservadores de Estados Unidos que buscan expulsarlos violando las leyes de este país. Nos solidarizamos con el movimiento migrante en EUA en su demanda de una reforma migratoria integral.

Todos estos planes antidemocráticos contra nuestros pueblos siguen siendo ejecutados en estos días, como la acción de los Fondos Buitres que hoy avanzan sobre Argentina, y constituyen una amenaza para América Latina y el Caribe, atacando la soberanía política y económica. La acción de estos fondos, instrumentos del capital financiero, pretende recuperar la incidencia del neoliberalismo sobre los gobiernos. En ese sentido, resaltamos los esfuerzos de Argentina de impulsar instrumentos legales para recuperar jurisdicción sobre la deuda.

En Cuba, se mantiene el criminal, injusto e inhumano bloqueo comercial, financiero y económico sobre la Isla, a lo que se suma la práctica unilateral del gobierno estadounidense de mantener a Cuba en el listado anual de países que auspician el terrorismo, y aunque el pueblo y gobierno cubano han sabido salir adelante, debemos continuar nuestra lucha por el levantamiento de ese cerco. Igualmente debemos luchar por impedir la aplicación de leyes de carácter extra-territorial con las cuales los Estados Unidos de América pretenden presionar a gobiernos y empresas amigas de la Isla, y por la libertad de los Héroes cubanos encarcelados en prisiones estadounidenses por luchar contra el terrorismo practicado contra el pueblo cubano.

Destacamos el proceso de actualización del socialismo que tiene lugar en Cuba y que debemos acompañar con atención, debido a su importancia estratégica y económica para el país y para toda América Latina y el Caribe. Su papel protagónico en el ámbito regional e internacional salió fortalecido en la II Cumbre de CELAC cuando se hizo patente el respeto hacia el país y sus líderes y se demostró, una vez más, el aislamiento de la política de EUA hacia Cuba.

Los gobiernos de Chile, Colombia, México y Perú firmaron en abril del 2011 la creación de la Alianza del Pacífico (AP) que, según la Declaración de Lima, trata de “alentar la integración regional, así como un mayor crecimiento, desarrollo y

competitividad “de las economías de sus países y “avanzar progresivamente hacia el objetivo de alcanzar la libre circulación de bienes, servicios, capitales y personas”. Además, en 2012 se retomaron las negociaciones para firmar un Acuerdo Estratégico Transpacífico de Cooperación Económica o TPP (por sus siglas en inglés), tratado de libre comercio multilateral, que involucra a 12 naciones: Estados Unidos, Japón, Australia, Nueva Zelanda, Malasia, Brunei, Singapur, Vietnam, Canadá, y los latinoamericanos México, Perú y Chile.

Tanto la AP como el TPP buscan impulsar los Tratados de Libre Comercio (TLC) con los países de la cuenca del Pacífico, que han tenido hasta ahora resultados nefastos para nuestros pueblos. Se trata de una creación de los gobiernos de los EUA y las potencias imperialistas que buscan dividir la integración económica, comercial, política y cultural de los pueblos latinoamericanos y caribeños, expresada en los diferentes procesos propios de Nuestra América. El FSP rechaza estas dos formas de integración subordinada a las grandes potencias.

En este contexto, se destaca la importancia de la reciente reunión de los BRICS (Brasil, Rusia, India, China y Sudáfrica), celebrada en Fortaleza – Brasil y sus decisiones para crear un Banco de Desarrollo y de la “Cuota Acuerdo de Reserva”. Asimismo, la reunión entre los BRICS y UNASUR, así como entre China y la coordinación de la CELAC y la Cumbre del G-77 más China. Estas representan importantes arenas de discusión y cooperación soberana entre bloques que comparten su malestar con los mecanismos actuales de gobernanza global que todavía responden a la escena internacional establecida hace más de medio siglo y que ya no corresponde a la realidad.

Desde la perspectiva de la unidad e integración latinoamericana, así como de las relaciones Sur-Sur, es importante actuar con mayor pro-actividad en el fortalecimiento de todos los mecanismos de integración y foros políticos regionales como la UNASUR y la CELAC – el instrumento de interlocución de América Latina y el Caribe. De la misma forma el Mercosur, el ALBA, PETROCARIBE y CARICOM, así como el Área Complementaria establecida entre ellos. En este sentido el FSP debe avanzar en propuestas concretas y, cuando estos mecanismos de integración plantean la constitución de parlamentos, defendemos que sean de composición plural.

Es fundamental que el Mercosur continúe con el proceso de ampliación de la integración iniciada en el Cono Sur, mediante la realización de las medidas necesarias e imprescindibles para su consolidación en todos los planos, sobre todo en el desarrollo de la iniciativa del Mercosur Social y Productivo. En este marco, debemos darle un impulso definitivo a la integración plena de Bolivia y Ecuador como señal inequívoca de solidez del proceso de crecimiento del Mercosur y de la región a nivel internacional. La realización en Caracas, Venezuela, de la Cumbre

de Presidentes del Mercosur después de haber sido postergada varias veces, permitió reanudar la iniciativa regional que requiere acelerar los procesos focales de integración y las cadenas de suministro regionales, la integración energética y de infraestructura, los planes estratégicos, la acción social y la consolidación del Banco del Sur.

El logro de una paz justa y democrática en Colombia es fundamental para la estabilidad de la región. Respaldamos resueltamente el diálogo entre las FARC-EP y el gobierno colombiano, en un ambiente de cese al fuego bilateral y la humanización del conflicto. Apoyamos la apertura formal de negociaciones con el ELN y el inicio de contactos con el EPL.

Así vamos avanzando y construyendo nuestros propios caminos, surgidos de nuestra propia realidad y de nuestra propia historia. Debemos coordinar y convocar a las organizaciones sociales de la región a participar en el desarrollo del proceso de integración latinoamericano y caribeño convirtiendo esta causa en una de sus principales reivindicaciones políticas. Sólo el desarrollo de este proceso integracionista garantiza la autodeterminación y la soberanía de nuestros países y, una vez que nuestros pueblos asuman esta bandera, el proceso será irreversible.

Un nuevo modelo económico y social alternativo al neoliberal supone rompimiento radical con el sistema patriarcal de organización social y política. Por eso el FSP se compromete con la igualdad plena de todas las personas y demanda la garantía de sus derechos humanos independientemente de su género, opciones sexuales o el hecho que sean trabajadores sexuales.

Convocamos a todas y todos a la batalla que constituyen las próximas elecciones presidenciales en Bolivia, Brasil y Uruguay en el mes de octubre de este año, respaldando y apoyando las respectivas fórmulas electorales de Evo Morales Ayma y Álvaro García Linera, Dilma Rousseff y Michel Temer y Tabaré Vázquez y Raúl Sendic. En estas elecciones la disputa es nuevamente intensa entre izquierda y derecha, y los medios siguen cumpliendo el papel de principales “partidos de oposición”. Nuestra victoria es vital para la continuación del proceso de transformaciones económicas, sociales y políticas en la región latinoamericana y caribeña.

Por fin, agradecemos al PRD y al PT de México por su ofrecimiento a auspiciar el XXI Encuentro del Foro de São Paulo en el año 2015.

La Paz, 29 de agosto de 2014.

DECLARACIÓN FINAL DEL XXI ENCUENTRO

Ciudad de México, México
29 de julho a 1 de agosto e 2015

Los partidos integrantes del FSP, reunidos en la Ciudad de México, DF, del 29 de julio al 1 de agosto de 2015 bajo la consigna "Igualdad, equidad, justicia social, desarrollo sustentable y soberanía, signos del cambio de Nuestra América", damos a conocer nuestra posición sobre diversos temas relacionados con la situación internacional y de nuestra Gran Patria Latinoamericana y Caribeña.

Agradecemos a los partidos mexicanos miembros del FSP, especialmente al Partido de la Revolución Democrática (PRD) y al Partido del Trabajo (PT), por auspiciar este XXI Encuentro, en este momento en que los países latinoamericanos y caribeños buscamos profundizar la integración regional con base a los principios de solidaridad entre los pueblos, desarrollo con cooperación y complementariedad, justicia social, democracia y participación popular.

La celebración en el actual momento histórico que vive América Latina y el Caribe, del XXV Aniversario de la creación del FSP, fruto de la iniciativa del ex Presidente brasileño Luiz Inácio Lula da Silva y del líder histórico de la Revolución Cubana, Fidel Castro Ruz, nos permiten confirmar, con el avance incuestionable de las fuerzas de izquierda en la región, la trascendencia histórica de la fundación de esta agrupación de partidos y movimientos políticos.

El Foro ha contribuido en medida importante al logro de estos avances y, ahora que el imperialismo y las oligarquías nacionales a su servicio continúan y profundizan la contraofensiva con el objetivo expreso de restaurar en el poder a las fuerzas conservadoras de la derecha, el hecho que la izquierda latinoamericana y caribeña se mantenga unida en torno a este proyecto adquiere particular vigencia y constituye una necesidad insoslayable para el futuro de nuestros pueblos.

Después de veinticinco años de la creación del FSP, una de las experiencias más exitosas y unitarias de la izquierda en la región latinoamericana y caribeña y en el mundo, el balance de la situación política en la región es favorable a las fuerzas políticas que lo componen. Cuando fue creado el FSP, un solo país de esta región, Cuba, estaba gobernado por un partido perteneciente al Foro, y hoy, además de Cuba, estamos en los gobiernos de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Ecuador, El Salvador, Nicaragua, Uruguay y Venezuela, a los que debemos sumar cientos de gobiernos subnacionales. La izquierda, con diferentes procesos de acumulación, en los últimos años no ha perdido las elecciones en ningún país de América Latina después de haberlas ganado. La izquierda ha ido revalidando su representatividad en las sucesivas contiendas electorales y ha sido desplazada mediante golpes de es-

tado cuando la derecha no pudo acceder al gobierno por medios democráticos, como en Honduras y Paraguay. Hoy América Latina vive, ya no una época de cambios, sino un cambio de época.

Ante enormes desafíos, los revolucionarios y progresistas del continente debemos reafirmar nuestra convicción de que la defensa de lo alcanzado hasta hoy, independientemente de las limitaciones que se manifiestan en los procesos históricos y de los errores que puedan cometer los protagonistas de estas luchas, es un deber insoslayable; tener claro que nuestro enemigo principal es el imperialismo y la derecha oligárquica aliada a este y que sirve a sus intereses, además de sus propios, y pretenden borrar las conquistas económicas, políticas y sociales alcanzadas; y por ende, la soberanía e independencia nacional conquistada.

Unidad en la diversidad, y la construcción de bloques amplios en torno a un proyecto político común, son condiciones indispensables para poder continuar librando y venciendo este combate. El antiimperialismo y la defensa de las identidades nacionales y regionales en torno a la construcción de un nuevo modelo político y social, ante la penetración económica e ideológica de los poderes imperiales, deben ser pilares que abracemos los hombres y mujeres que nos sentimos comprometidos con los ideales de los próceres de nuestra independencia.

En esta coyuntura resulta muy importante que los partidos políticos de izquierda continuemos articulando mecanismos y vías de comunicación y relacionamiento con los movimientos sociales. Reconocemos los significativos aportes de estos movimientos al proceso actual de transformaciones, donde en algunos casos son claramente la vanguardia de los cambios revolucionarios, y denunciamos la política de penetración del imperialismo sobre determinadas organizaciones representativas del ámbito social.

El FSP reconoce y respeta la presencia de la lucha de los pueblos indígenas como legítimos aportes a otro mundo posible y como alternativas propias y diversas. Los pueblos indígenas defienden el patrimonio territorial de Nuestra América frente a los megaproyectos extractivistas neoliberales que destruyen la Madre Tierra. Reconoce y respeta también la vigencia de los derechos históricos ancestrales y colectivos, los valores de vida comunitaria y respeto a la Madre Tierra, y las formas propias de organización social, política y de ejercicio democrático de cada pueblo originario.

Un nuevo modelo económico y social alternativo al neoliberal que rompa y supere el sistema capitalista, debe contener un atributo imprescindible: el rompimiento con los aun existentes sistemas patriarcales de organización social y política. En ese marco el FSP se compromete con la igualdad plena de todas las personas y demanda la garantía de sus Derechos Humanos independientemente de su géne-

ro, orientación sexual e identidad de género. Asimismo, el FSP se compromete con las políticas públicas y acciones afirmativas a favor de los afrodescendientes.

Los miembros de los partidos del FSP reconocemos que para lograr una sociedad verdaderamente justa y equitativa es imprescindible la presencia y participación de las mujeres en los diferentes sectores de la sociedad. Es necesario modificar los roles y patrones tradicionales que han sido asignados y asumidos históricamente de forma diferente por hombres y mujeres, desde una perspectiva despatriarcalizadora; deben crearse las condiciones para la emancipación total de la mujer que destierre las bases de la discriminación y la violencia contra la mujer y elimine las brechas de género que aún subsisten al interior de nuestros países. Las políticas y estrategias de nuestros partidos deben asegurar de jure y de facto el empoderamiento de las mujeres en condiciones de igualdad, con paridad de participación, tanto en el ámbito público como en el privado. Continúa siendo un desafío para los partidos de izquierda y revolucionarios el reconocimiento de la agenda feminista como un eje transversal de la incorporación de la agenda de las mujeres y de un correcto enfoque de género en las políticas, programas y acciones que se diseñan en la lucha contra la derecha, el capitalismo opresor, depredador y patriarcal, y la contraofensiva imperial de estos tiempos.

Los procesos progresistas y de izquierda llevados adelante en América Latina y el Caribe prácticamente representan una excepción en un mundo que transita un tiempo de descenso relativo de la unipolaridad estadounidense hacia una situación multipolar en un contexto de crisis económicas, sociales y políticas, así como conflictos armados con implicaciones globales como la agresión y ataque del Gobierno de Israel al territorio palestino, en particular a Gaza, los ataques de EUA y de la OTAN a Irak y Libia, que han llevado al crecimiento de grupos armados fundamentalistas como el "Estado Islámico" (EI), y las agresiones externas multinacionales en contra de Siria. Se señala también la injerencia externa en Ucrania a partir de la alianza entre EUA y la UE con grupos neo-nazistas, tendientes a aislar a Rusia. Las contradicciones entre esta alianza y los independentistas de ciertas regiones del este de Ucrania provocaron la confrontación de ellos con el ejército de este país. Condenamos los ataques ucranianos contra la población civil y demandamos el inmediato cese de fuego. El FSP exige el pleno respeto a la soberanía de Ucrania.

Estos conflictos son expresiones del nuevo diseño de la geopolítica mundial donde Estados Unidos de América trata de afirmar la validez de la hegemonía o reaccionar a las presiones que sufren. En Irak está en disputa una de las principales regiones productoras de petróleo. En el caso de la crisis en Ucrania hay una reacción del Gobierno de Putin a rechazar las provocaciones de la OTAN, organización militar de carácter agresivo e expansionista, realizando maniobras

militares afianzando su control en las fronteras con Rusia. En respuesta a las sanciones impuestas por EUA y la Unión Europea a Rusia, el Gobierno de este país decidió embargar la compra de alimentos de estas economías. Esta medida afecta fuertemente a los agricultores de estos países y anima a nuevos proveedores, especialmente los países agroexportadores de América Latina.

Reafirmamos nuestro compromiso con el contenido de declaraciones anteriores, en particular la del XX Encuentro realizado en La Paz, Estado Plurinacional de Bolivia, en agosto de 2014. Apoyamos la constitución del Estado Palestino de acuerdo con las resoluciones de la Organización de las Naciones Unidas, con soberanía sobre los territorios ocupados por Israel desde 1967, nos solidarizamos con la lucha del pueblo saharauí que está impulsando el Frente Polisario y la RASD por los derechos territoriales que les asisten y que están siendo negados por la monarquía marroquí desde 1975. Asimismo, exigimos al Consejo de Seguridad y demás organismos de control de la ONU la vigilancia de los Derechos Humanos en los territorios ocupados por el reino de Marruecos. Saludamos al Presidente de la RASD, Mohamed Abdelaziz, e instamos a los gobiernos de Nuestra América a que reconozcan a este Gobierno permitiendo la apertura de sedes diplomáticas en sus países.

En ese sentido, también apoyamos la independencia plena de Puerto Rico y exigimos la inmediata liberación de Óscar López Rivera, así como condenamos todas las formas de colonialismo, en particular la persistencia de la dominación europea sobre países como Martinica, Guadalupe, Aruba, Bonaire, Curazao, Islas Vírgenes Estadounidenses, San Bartolomé, Anguila, Montserrat, Islas Vírgenes Británicas, Bermuda, Islas Turcas y Cayos, Islas Caimán, San Eustaquio, San Martín y la llamada Guyana Francesa, y reafirmamos su derecho a la autodeterminación. De la misma forma, reivindicamos la recuperación de la soberanía de Argentina sobre las Islas Malvinas como una causa latinoamericana y caribeña. Asimismo, expresamos nuestra inequívoca voluntad de mantener a América Latina y el Caribe como región de paz y libre de guerras, con relaciones de cooperación y complementariedad entre nuestros países. En tal sentido, como sugiriera el Papa Francisco, respaldamos toda iniciativa que apunte a superar, sobre la base del diálogo y el respeto al derecho internacional, el diferendo boliviano-chileno mediante la salida soberana de Bolivia al mar.

Expresamos nuestra solidaridad al pueblo de República Dominicana por ocasión del 50 Aniversario de la invasión y ocupación militar liderada por EUA en abril de 1965.

En este marco de confrontaciones militares, también existe una ofensiva de las fuerzas capitalistas neoliberales y del imperialismo, a través de sus corporaciones multinacionales, empresas y de la banca internacional, buscando controlar los re-

curso naturales, especialmente los bosques, los mares y las fuentes de agua, que generan conflictos socio-ambientales, territoriales y culturales y violan sistemáticamente los derechos de las comunidades campesinas, indígenas originarias y afrodescendientes en los cinco continentes, comunidades que deberían ser consultadas de acuerdo a la declaración de las Naciones Unidas sobre los derechos colectivos de los pueblos indígenas a fin de respetar sus derechos territoriales.

Los recientes desarrollos en Europa han confirmado la verdadera naturaleza política de la UE y su modelo de integración – un proceso que, distintamente de los procesos en nuestra América Latina, se caracteriza por su objetivo de dominio económico e político de los grandes grupos multinacionales y de un directorio de potencias cada vez más arrogante, violento e intransigente, como demostrado en el caso de Grecia. El caso griego ha demostrado que la UE de la “solidaridad e cohesión” no existe. Expresamos nuestra solidaridad con los trabajadores y los pueblos griego e europeos en la resistencia contra las imposiciones de la UE, en su lucha en defensa de sus derechos sociales y laborales alcanzados al largo de décadas de lucha, contra las privatizaciones de funciones estatales sociales y de sectores estratégicos de las economías nacionales, en defensa de la democracia y de la soberanía nacional. Desde el FSP queremos denunciar el proceso de recorte de libertades y la escalada de represión en el Estado Español, cuya finalidad es neutralizar el ascenso de los movimientos populares a favor de la justicia social y el cambio político. La nueva Ley de Seguridad Ciudadana, conocida popularmente como “Ley Mordaza”, la reforma del Código Penal y otras normas jurídicas que reintroducen de facto la Cadena Perpetua, asociado a una línea de utilización claramente abusiva de las Unidades Especiales de intervención policial, son expresión clara de este clima que señalamos. Los pueblos de España y Grecia demostraron que es posible revertir las tendencias electorales que fortalecían las políticas de ajustes fiscales antidemocráticos y antipopulares.

El FSP lucha por defender el medio ambiente, los recursos naturales, los mares, los bosques, el agua, los hidrocarburos, la rica y extensa biodiversidad, y los derechos de la Madre Tierra. Asimismo, lucha contra los desastrosos impactos del incremento de los gases de efecto invernadero, en camino hacia la COP-21 en París en diciembre de 2015 sobre cambio climático, buscando un acuerdo y compromisos globales que eviten el avance del deterioro de nuestra Madre Tierra, además de impulsar una economía y cultura productiva sostenible, sustentable, renovable, con prácticas solidarias y Buen Vivir e Vivir Bien, superando el tipo de economías primario-exportadoras sometidas al mercado mundial e impulsando políticas que permitan el desarrollo de los procesos de industrialización que generen trabajos dignos para nuestros países.

En este sentido, expresamos nuestra solidaridad con la posición ecológica, humanista y reivindicativa del Gobierno y del pueblo de Ecuador en su lucha contra la transnacional petrolera Chevron, que tanto daño ha causado a su Amazonía y a varios pueblos del mundo.

Apoyamos los esfuerzos dirigidos a continuar estimulando la participación de agrupaciones políticas de izquierda del Caribe en el FSP, dirigida a una mayor integración entre nuestros partidos, movimientos y pueblos.

En el momento actual afloran dos elementos políticos de la mayor importancia. Uno de ellos es la indiscutible continuidad en el avance de las fuerzas progresistas y de izquierda en América Latina y el Caribe. Felicitamos a los pueblos de Bolivia, Brasil y Uruguay por las victorias obtenidas en las elecciones presidenciales de 2014, con las respectivas fórmulas electorales de Evo Morales Ayma y Álvaro García Linera, Dilma Rousseff y Michel Temer y Tabaré Vázquez y Raúl Sendic.

Expresamos nuestro apoyo y confianza en el liderazgo histórico de la Revolución Cubana y en el Partido Comunista de Cuba, que conducen el proceso de actualización del modelo económico y social hacia la consolidación de un socialismo próspero y sostenible, con gran importancia estratégica y económica para el país y para toda América Latina y el Caribe.

Saludamos las victorias recientes de Cuba, como la libertad de los 5 Héroes cubanos que estaban encarcelados en prisiones estadounidenses por luchar contra el terrorismo practicado contra el pueblo cubano, y la retirada de Cuba del listado de países que promueven el terrorismo.

Respaldamos la decisión soberana de Cuba de restablecer relaciones diplomáticas con EUA, en el camino hacia una eventual normalización de los vínculos bilaterales sin hacer concesión alguna a los principios defendidos por la Revolución a lo largo de más de 56 años. Ha sido este hecho trascendental, el fruto de la resistencia del pueblo cubano y de la solidaridad permanente de sus hermanos latinoamericanos y caribeños. Según el propio Presidente de EUA, Barack Obama, en su discurso de 17 de diciembre del año pasado, la política con pretensiones de aislar a Cuba “provocó un aislamiento regional e internacional” de EUA.

A pesar de eso, se mantiene el criminal, injusto e inhumano bloqueo comercial, financiero y económico sobre la Isla, y aunque el pueblo y Gobierno cubanos han sabido salir adelante, debemos continuar nuestra lucha por el levantamiento de ese cerco. Igualmente debemos luchar por impedir la aplicación de leyes de carácter extraterritorial con las cuales EUA pretende presionar a gobiernos y empresas amigas de la Isla, y también por la desactivación de la base militar estadounidense en Guantánamo y la devolución de ese territorio a la soberanía de Cuba.

Saludamos al mensaje social y espiritual del Papa Francisco, el primer Papa latinoamericano, en su gira por Ecuador, Bolivia y Paraguay, invitando a los mo-

vimientos sociales a la lucha por la tierra, un techo y trabajo digno para todos, e invitando a la juventud a la protesta con propósitos de solución a los problemas que confrontan.

En Centro América se presenta una situación política en la que se combinan la izquierda en el gobierno (el FSLN en Nicaragua y el FMLN en El Salvador), crecientes e importantes espacios institucionales en manos de la izquierda (LIBRE en Honduras y el Frente Amplio en Costa Rica), y expresiones de lucha popular masiva en contra del poder de las oligarquías, que ha entrado en una grave crisis de legitimidad, detonada por los escándalos de corrupción (Honduras y Guatemala), denunciando a los regímenes militaristas de Honduras y Guatemala que continúan asesinando sistemáticamente y haciendo prisioneros a dirigentes políticos y sociales de la oposición, y tanto los autores materiales como intelectuales de los mismos continúan impunes.

Condenamos la criminalización de las luchas sociales en varios países, particularmente en Colombia, Perú, Paraguay, Guatemala y Honduras. En Guatemala y Honduras, las alianzas militar-oligárquicas que gobiernan estos países recrudecen la represión contra los pueblos indígenas y los movimientos reivindicativos en defensa de los bienes naturales, la tierra y sus territorios, que están siendo invadidos y saqueados por empresas nacionales y transnacionales. Expresamos nuestra preocupación por la escalada de violencia en Paraguay y la persecución y criminalización al movimiento popular. Repudiamos los asesinatos a dirigentes campesinos, periodistas y militantes sociales. Exigimos la liberación de los presos políticos y el inmediato esclarecimiento de la masacre de Curuguaty. Alentamos el significativo avance de las fuerzas de izquierda paraguayas con el Frente Guazú, que en noviembre de este año disputará las elecciones municipales en el 85% de los municipios del país.

Apoyamos las experiencias políticas y sociales que demandan cambios sustanciales en las leyes que permiten la corrupción y limitan la participación electoral democrática de las fuerzas de la izquierda y de las diversas expresiones de la sociedad.

Expresamos también nuestra preocupación por la grave situación de violación a los Derechos Humanos que padecen las y los migrantes sudamericanos, caribeños, centroamericanos y mexicanos, todos cruzando el territorio de México, donde existe una crisis humanitaria, hacia EUA. Demandamos el respecto a su vida e integridad física y a sus derechos, y la no criminalización de la migración con la garantía del derecho a la movilidad humana o a migración. Nos preocupa la detención de cientos de niñas, niños y jóvenes por las autoridades migratorias estadounidenses y condenamos las actitudes xenofóbicas de grupos conservadores del país que buscan expulsarlos violando sus propias leyes. Nos solidarizamos con el movimiento migrante en EUA en su demanda de una reforma migratoria

integral. Asimismo, condenamos los asesinatos de la policía contra la población afrodescendiente y la criminalización permanente de las y los migrantes latinos en su territorio.

En ese contexto hay que destacar la hegemonía revolucionaria ejercida por el sandinismo en el poder en Nicaragua, donde se aprecian grandes avances en la reducción de la pobreza y de la desigualdad social, la democratización de la economía, la instauración de un modelo político con protagonismo popular, la equidad de género, la protección de la Madre Tierra y la restitución de derechos del pueblo nicaragüense, lo cual se expresa en el gran respaldo popular sostenido con que cuenta el sandinismo desde hace ya varios años. La gestión del actual Gobierno sandinista encabezado por el Presidente de Nicaragua, Comandante Daniel Ortega, ha garantizado este mejoramiento de las condiciones de vida del pueblo nicaragüense, en el marco de un sostenido crecimiento económico que tendrá su consolidación sustancial con la construcción y puesta en marcha del canal interoceánico.

El actual Gobierno del FMLN, encabezado por Salvador Sánchez Cerén, miembro de la comandancia general en la guerra civil, negociador y firmante de los Acuerdos de Paz en 1992, continúa y profundiza los cambios de transición democrática en El Salvador iniciados en 2009 con el primer Gobierno de ese partido, en medio de una feroz contraofensiva mediática y con acciones directas sobre la vida pública del país. Asimismo, reiteramos nuestro apoyo incondicional al proceso de cambios que vive el pueblo salvadoreño y expresamos nuestra solidaridad ante la campaña de desestabilización que impulsan la oligarquía y fuerzas golpistas locales y extranjeras en contra del Gobierno del FMLN legítimamente electo, con la pretensión inequívoca de revertir las transformaciones alcanzadas y recuperar sus privilegios, y convocamos a nuestros miembros a participar y felicitamos al FMLN por la realización de su 1er. Congreso en noviembre de 2015.

Para avanzar en la ocupación y consolidación de espacios desde los cuales defender con efectividad los intereses populares, así como en el acceso de la izquierda al poder para emprender las transformaciones sociales y estructurales necesarias, se impone la imperiosa necesidad de la unidad de proyecto político y de acción, incluso en las elecciones, de todas las expresiones organizadas de la izquierda, así como a nivel de todo el movimiento popular social y revolucionario.

Declaramos nuestro respaldo al compañero Evo Morales, a su Gobierno y al MAS-IPSP, al mismo tiempo que felicitamos al pueblo boliviano por los grandes logros obtenidos en este proceso de cambios profundos: construcción del Estado Plurinacional, la aplicación de un modelo económico que genera excedentes y los redistribuye en beneficio de toda la población a través de distintos mecanismos, el inicio de un proceso de industrialización como resultado de la recuperación de la

propiedad estatal de los recursos naturales, el protagonismo de los movimientos sociales en la transformación revolucionaria y la articulación del socialismo con el proyecto emancipador de los pueblos indígenas.

Exigimos la aparición en vida de los 43 estudiantes normalistas de Ayotzinapa, Guerrero, y de los más de 30.000 desaparecidos, así como justicia y verdad para los más de 100.000 muertos. Condenamos la política represiva y punitiva del Gobierno mexicano hacia los movimientos sociales, en especial el de los maestros, y exigimos su cese inmediato.

En Chile nos solidarizamos con el impulso de las reformas estructurales que plantea el programa de gobierno de la presidenta Michelle Bachelet, a la cabeza de la coalición Nueva Mayoría, por una nueva Constitución que supere la legada por la dictadura militar, y la demanda de Asamblea Constituyente impulsada por fuerzas de izquierda dentro y fuera del Gobierno, y la lucha del pueblo chileno.

En respuesta a estos logros, la derecha y ultraderecha fascista reinciden en implementar una estrategia de desestabilización en gran medida como reacción a su incapacidad de derrotar políticamente a las fuerzas populares que en sucesivas contiendas han resultado vencedoras.

México es de las escasas naciones latinoamericanas donde aún no ha llegado un partido de izquierda al Gobierno nacional. A pesar del evidente fracaso de una política económica que por espacio de 30 años no ha rendido frutos. Treinta años de estancamiento económico, entre crisis, devaluaciones y recesión. La inseguridad, el crimen, la corrupción y la impunidad siguen el panorama de todos los días. Ante este panorama, hacemos un llamado a la unidad de las izquierdas y a las organizaciones sociales, para que se constituyan en una alternativa viable para que el pueblo mexicano retome el rumbo del desarrollo y acompañe al proceso transformador que actualmente se está desarrollando en la mayoría de los países de Nuestra América.

Como parte de la contraofensiva global del imperialismo y de las derechas, es necesario alertar a los partidos y gobiernos de la región sobre el peligro de la restauración conservadora que actúa en nuestros países, a través de una amplia gama de instrumentos subversivos dirigidos y coordinados por EUA, conjuntamente con organizaciones políticas y sociales de la derecha, corporaciones transnacionales, medios de comunicación, entre otros actores contrarrevolucionarios, que atentan contra los gobiernos que en su opinión constituyen un obstáculo o afectan su interés global.

Actualmente está en curso lo que puede denominarse “guerra no convencional”, a ejemplo de agresiones militares como en el caso de Libia, y determinadas prácticas de influencia política de mediano plazo se combinan con una mayor radicalidad en las acciones desestabilizadoras, que desembozadamente procuran el

llamado “cambio de régimen” mediante revueltas “supuestamente populares”, focos terroristas e injerencias imperialistas que pueden derivar en un conflicto armado, como es el caso sirio.

La República Bolivariana de Venezuela es una democracia asediada por el imperialismo y sus aliados. De hecho está sometida a una guerra permanente en lo político, económico y psicológico. El decreto del Presidente Obama, que declara a Venezuela una amenaza inusual a su seguridad y decreta la emergencia nacional, es una clara declaración de guerra y un peligro para la paz en la región. La campaña mediática de desprestigio del gobierno y las instituciones del Estado pretenden debilitar la soberanía popular; las acciones emprendidas por algunas ONGs de Derechos Humanos de dudosa actuación y la guerra económica acompañada de acciones subversivas y violentas buscan desmoralizar al pueblo y asaltar el poder por vías no democráticas. Sin embargo, en medio de las difíciles condiciones, el pueblo venezolano se organiza y se moviliza para participar y ofrecer al mundo una victoria contundente el próximo 6 de diciembre, en las elecciones parlamentarias en las que el pueblo chavista, bolivariano y antiimperialista habrá de triunfar

Debemos acompañar el desarrollo de la situación en Venezuela, apoyando las iniciativas de diálogo, y estar atentos a las elecciones legislativas del 6 de diciembre, siendo solidarios y apoyando incondicionalmente al PSUV y al Gran Polo Patriótico, que recientemente tuvieron una victoria expresiva en las previas electorales con un record de participación de 3.162.400 votantes.

En Brasil, luego de la cuarta victoria electoral nacional del PT, PCdoB y otros partidos y movimientos aliados en octubre de 2014, las fuerzas de derecha y conservadoras, con la activa colaboración de la gran prensa, sectores del Poder Judicial y de los aparatos investigativos y coercitivos de los poderes públicos, han lanzado una ofensiva política con el objetivo de desestabilizar el Gobierno de la presidenta Dilma Rousseff, criminalizar y judicializar al PT y a la izquierda brasileña, y desacreditar e inhabilitar al compañero ex Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Aprovechándose de la investigación de actos de corrupción de funcionarios de carrera de la empresa Petrobrás, los ataques de las fuerzas neoliberales pretenden cambiar la legislación referente a esa empresa y a la exploración del petróleo del Pre Sal, buscando crear ambiente propicio a las empresas petroleras transnacionales. El FSP se solidariza con la izquierda brasileña y se posiciona en defensa de la democracia, de la legalidad constitucional y del legítimo mandato de la presidenta Dilma Rousseff, en contra las tentativas de golpe por parte de la derecha brasileña

Expresamos nuestro respaldo y solidaridad al Presidente Rafael Correa Delgado y a los miembros del Frente Unidos y a Alianza PAIS, así como a todo el pueblo ecuatoriano, frente a las manifestaciones beligerantes convocadas por la derecha conservadora ecuatoriana, que intentan fortalecerse a través de la consolidación

de un golpe blando. Por estas razones apoyamos el llamado al Diálogo Nacional, convocado por el Gobierno ecuatoriano, que con el proceso de Revolución Ciudadana viene enfrentando la tarea de construir un país más equitativo, justo y solidario. Hacemos un llamado a las y los ecuatorianos a defender todo lo adquirido y al Gobierno, así como a estar en permanente vigilia frente a las posibles intervenciones no democráticas de los grupos de la burguesía, que quieren regresar al pasado, impidiendo de esta manera continuar con el mejoramiento de las condiciones de vida de amplios sectores de la población históricamente excluidos.

Especial mención merece el seguimiento y denuncia de los Tratados Bilaterales de Inversión firmados por nuestros países en la última década del siglo pasado, durante el auge del oscuro neoliberalismo, cuya aplicación puede constituirse, en estos momentos, en factor de profunda desestabilización económica y en instrumento de chantaje internacional a nuestros países, violando nuestra soberanía. Estas estrategias mediáticas, económicas, políticas y sociales, implementadas a nivel nacional e internacional, a menudo preceden a una invasión militar directa, pero también están presentes en la aplicación de los preceptos del llamado poder inteligente puesto en práctica en el periodo más reciente.

Todos estos procesos antidemocráticos contra nuestros pueblos siguen siendo ejecutados en estos días, como la acción de los Fondos Buitres intenta avanzar sobre Argentina, y constituyen una amenaza sobre América Latina y el Caribe utilizándose de instrumentos del capital financiero. Se trata de un novedoso ataque que pretende recuperar la incidencia del neoliberalismo sobre los gobiernos. En ese sentido, resaltamos los esfuerzos y nos solidarizamos con el Gobierno de Argentina liderado por Cristina Fernández de Kirchner de impedir que prospere este nuevo ataque del poder financiero internacional.

Los gobiernos de Chile, Colombia, México y Perú firmaron en abril del 2011 la creación de la Alianza del Pacífico (AP) que, según la Declaración de Lima, trata de “alentar la integración regional, así como un mayor crecimiento, desarrollo y competitividad” de las economías de sus países y “avanzar progresivamente hacia el objetivo de alcanzar la libre circulación de bienes, servicios, capitales y personas”. Además, en 2012 se retomaron las negociaciones para firmar un Acuerdo Estratégico Transpacífico de Cooperación Económica, o TPP por sus siglas en inglés, tratado de libre comercio multilateral que involucra a 12 naciones: Estados Unidos de América, Japón, Australia, Nueva Zelanda, Malasia, Brunei, Singapur, Vietnam, Canadá, y los latinoamericanos México, Perú y Chile. Es en ese mismo sentido que en muchos de nuestros países, se vienen desarrollando actividades en torno a la denuncia de otras formas de intromisión a través de los tratados como puede ser la negociación del TISA (por sus siglas en inglés) que, pese al secretismo

en su negociación, hemos podido acceder informaciones que encienden una luz roja de alerta por los contenidos del mencionado tratado.

Tanto la AP como el TPP buscan impulsar los Tratados de Libre Comercio (TLC) con los países de la cuenca del Pacífico, que han tenido hasta ahora resultados nefastos para nuestros pueblos. Se trata de una creación de los gobiernos de EUA y de las potencias imperialistas que buscan dividir la integración económica, comercial, política y cultural de los pueblos latinoamericanos y caribeños, expresada en los diferentes procesos propios de Nuestra América. El FSP rechaza estas dos formas de subordinación a las grandes potencias.

En este contexto, se destaca la importancia de las reuniones de los BRICS (Brasil, Rusia, India, China y Sudáfrica) celebradas en Fortaleza – Brasil, en 2014, y en Ufa – Rusia, en 2015, y sus decisiones que crearon el Nuevo Banco de Desarrollo y la “Cuota Acuerdo de Reserva”. Asimismo, las reuniones de la Organización de Cooperación de Shanghái, entre los BRICS y la UNASUR, y entre China y la coordinación de la CELAC y la Cumbre del G-77 más China. Estas representan importantes arenas de discusión y cooperación soberana entre bloques que comparten su malestar con los mecanismos actuales de gobernanza global que todavía responden a la escena internacional establecida hace más de medio siglo y que ya no corresponde a la realidad.

Desde la perspectiva de la unidad e integración latinoamericana, así como de las relaciones Sur-Sur, es importante actuar con mayor pro-actividad en el fortalecimiento de todos los mecanismos de integración y foros políticos regionales como la UNASUR y la CELAC – el instrumento de interlocución de América Latina y el Caribe. De la misma forma el Mercosur, así como el Área Complementaria establecida entre ellos, el ALBA, PETROCARIBE y CARICOM, los que juntos constituyen la cuarta economía del mundo. En este sentido, el FSP debe avanzar en propuestas concretas que consoliden estos procesos de integración y, cuando estos mecanismos de integración plantean la constitución de parlamentos, defendemos que sean de composición plural. No obstante entendemos imprescindible la coordinación y el intercambio entre los parlamentarios pertenecientes a los partidos miembros del FSP.

Respaldamos la Proclama de América Latina y el Caribe como Zona de Paz y Libre de Colonialismo, aprobada en la II Cumbre de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC), efectuada en La Habana en enero de 2014, como documento político histórico de especial trascendencia, que precisa y defiende el derecho de nuestros pueblos a decidir soberanamente su propio destino, sin injerencias externas. Apoyamos los esfuerzos de la CELAC en el camino de la construcción de un proyecto estratégico de integración genuinamente latinoamericano y caribeño.

Saludamos los resultados alcanzados en la VII Cumbre de las Américas, celebrada en Panamá en abril pasado, donde se demostró la capacidad de nuestros países de mantenerse firmes ante las pretensiones hegemónicas del imperialismo. La participación de Cuba por primera vez en estas Cumbres y el respaldo prácticamente unánime a la Revolución Bolivariana ante los ataques del Gobierno de EUA marcaron la actuación de Latinoamérica y el Caribe.

Es fundamental que el Mercosur continúe con el proceso de ampliación de la integración iniciada en el Cono Sur, mediante la realización de las medidas necesarias e imprescindibles para su consolidación en todos los planos, sobre todo en el desarrollo de la iniciativa del Mercosur Social y Productivo. En este marco, debemos darle un impulso definitivo a la incorporación como miembros plenos de Bolivia y Ecuador, como señal inequívoca de solidez del proceso de crecimiento del Mercosur y de la región a nivel internacional. La reanudación de la iniciativa regional requiere acelerar los procesos focales de integración y las cadenas de suministro regionales, la integración energética y de infraestructura, los planes estratégicos, la acción social y la consolidación del Banco del Sur.

El logro de una paz justa y democrática en Colombia es fundamental para la estabilidad de la región. Respaldamos resueltamente el diálogo entre las FARC-EP y el Gobierno colombiano, resaltamos la necesidad del cese al fuego bilateral permanente y de la humanización del conflicto, y tomamos como propias las conclusiones del II Foro por la Paz en Colombia realizado en Montevideo en junio 2015. Nos complace el acuerdo alcanzado por las partes en la mesa de negociación el pasado 12 de julio de invitar a integrarse a la sub comisión del Cese al Fuego a un delegado del Secretario General de la ONU y a un delegado de la Presidencia de UNASUR, para la discusión sobre monitoreo y verificación de lo que se acuerde respecto al punto. Saludamos la designación por parte de la Presidencia Pro Tempore de UNASUR del compañero José Bayardi, del Frente Amplio de Uruguay, para cumplir dicha función. Apoyamos y exhortamos la apertura formal de negociaciones con el ELN y el inicio de contactos con el EPL. Saludamos y vemos como altamente positivo el nuevo gesto del cese al fuego unilateral decretado por las FARC e instamos al gobierno del Presidente Santos a hacer los máximos esfuerzos para lograr un real desescalamiento del conflicto.

Convocamos a todas y todos a la batalla que constituyen las próximas elecciones presidenciales en Argentina, en el mes de octubre de este año, respaldando y apoyando a la fórmula Daniel Scioli y Carlos Zanini. En estas elecciones, la disputa es nuevamente intensa entre las fuerzas populares y de izquierda contra la derecha y los medios de comunicación, que siguen cumpliendo el papel de principales "partidos de oposición". Esa victoria es de gran importancia para la continuación

del proceso de transformaciones económicas, sociales y políticas en la región latinoamericana y caribea.

Mostramos nuestra preocupación por el retroceso producido en el caso del Gobierno del Perú, que habiendo ganado las elecciones con las fuerzas de la izquierda que forman parte del FSP y los movimientos sociales, está actualmente alineado con las fuerzas ideológicas y económicas del neoliberalismo extractivista. El pueblo peruano lucha contra el continuismo neoliberal y pro imperialista, por un gobierno democrático y patriótico. Nos solidarizamos y apoyamos a los movimientos sociales campesinos, indígenas, trabajadores, jóvenes, afrodescendientes y mujeres, que junto con las organizaciones de izquierda y progresistas marchan hacia las elecciones generales de abril del 2016, construyendo desde abajo una propuesta de gobierno y poder patriótico, democrático, de regeneración moral, solidario y latinoamericanista, con un solo programa, un solo frente y un solo candidato elegido en primarias abiertas.

Así vamos avanzando y construyendo nuestros propios caminos, surgidos de nuestra propia realidad y de nuestra propia historia. Debemos impulsar y coordinar la convocatoria conjunta de partidos y organizaciones sociales, de comunidades y pueblos indígenas, y de comunidades afrodescendientes de la región a participar en el desarrollo del proceso de integración latinoamericano y caribeño, convirtiendo esta causa en una de nuestras principales reivindicaciones políticas. Sólo el desarrollo de este proceso integracionista garantiza la autodeterminación y la soberanía de nuestros países y, una vez que nuestros pueblos asuman esta bandera, el proceso será irreversible.

Rendimos justo homenaje al legado de las y los fundadores del FSP, simbolizados en los que no nos acompañan físicamente pero están presentes en nuestras luchas: Gladys Marín, Schafick Handal, Tomás Borge, Hugo Chávez, Ana María Stuart y Javier Díez-Canseco.

Finalmente agradecemos al FMLN de El Salvador por su ofrecimiento a auspiciar el XXII Encuentro del FSP en el año de 2016.

Ciudad de México, 1 de agosto de 2015.

DECLARACIÓN FINAL DEL XXII ENCUENTRO

San Salvador, El Salvador
23 al 26 de junio de 2016

Del 23 al 26 de junio de 2016, el Foro de São Paulo realizó su XXII Encuentro en El Salvador, país gobernado desde hace siete años por el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional, que el día primero de este mes celebró el segundo aniversario de la toma de posesión del compañero presidente Salvador Sánchez Cerén.

En sus veintiséis años de vida, la plenaria del Foro sesiona por tercera vez en San Salvador. Protagonistas de una fecunda historia de luchas en las que resaltan figuras como Augusto C. Sandino y Farabundo Martí, los pueblos de América Central, junto con sus hermanos de México, América del Sur y el Caribe, no sólo hacen una significativa contribución al Foro, sino también a la formación del actual mapa político del subcontinente, poblado por combativos movimientos populares y por gobiernos, legislaturas y alcaldías de izquierda y progresistas.

Los procesos y acontecimientos ocurridos y en desarrollo desde nuestro XXI Encuentro, celebrado en agosto de 2015 en la Ciudad de México, demuestran la certeza de los análisis, reflexiones y planes de acción que, por más de un cuarto de siglo, hemos realizado en este espacio de convergencia, debate, acción conjunta y solidaridad de los partidos, organizaciones y movimientos políticos de izquierda y progresistas de América Latina y el Caribe.

La derecha continental subordinada al imperialismo norteamericano ha intensificado las acciones con las que pretende dismantelar los procesos de cambio social que se vienen desarrollando a lo largo y ancho de nuestro continente, en lo que se perfila como una contraofensiva imperial.

La brutal ofensiva destinada a desalojar a las fuerzas progresistas y de izquierda de todos los espacios sociales, políticos e institucionales conquistados por ellas en buena lid, indican la necesidad de apurar en paso en la construcción de los nuevos paradigmas de la izquierda del siglo XXI. Es vital no perder de vista el carácter instrumental de cualquier sistema político como medio de legitimación del poder de clase, al margen de quien lo ejerza, lo cual fundamenta la necesidad de los cambios estructurales, no solo en el ámbito económico, al cual se suele hacer referencia de manera exclusiva, sino en el ámbito político, en cuanto al diseño del modelo, que nos debe llevar a una democracia que sea, participativa y protagónica, como instrumento del poder popular que asegure las victorias locales y nacionales. La izquierda debe definir estrategias para aumentar su presencia en la integralidad del poder político, avanzando en el cambio de la correlación de fuerzas en la ins-

titucionalidad del Estado, lo cual requiere no reducir la lucha política al Poder Ejecutivo. A la par de ello, los procesos revolucionarios y de cambio social en marcha en nuestro continente deben luchar por su perfeccionamiento y contra todo aquello que desde dentro de los procesos mismos, atente contra el avance de éstos. Por otra parte, a pesar de los grandes avances obtenidos, debemos identificar todo aquello que podríamos haber hecho hasta ahora y aún tenemos pendiente.

Los gobiernos de izquierda en nuestro continente han logrado dar estabilidad social, política y económica a nuestras naciones, y han sacado de la pobreza a decenas de millones de familias, que se han librado así de la marginación, el desempleo, accediendo a la salud, la educación y oportunidades de desarrollo humano. Estas acciones afectan los intereses de las clases históricamente dominantes y del imperialismo, y por ello desean recuperar el control de los gobiernos por cualquier medio y regresar al viejo esquema autoritario y subdesarrollado que tanto les ha beneficiado. La profundización de los cambios sociales alcanzados por los gobiernos de izquierda y el fortalecimiento de las luchas políticas y sociales en aras de esos cambios, es la mejor manera de enfrentar y derrotar esa contraofensiva de la derecha y el imperialismo.

Nuestros inmensos logros y los que están por venir, son parte del legado de todas las luchas históricas de nuestros pueblos por sus derechos, soberanía, independencia y autodeterminación. Como parte de la situación actual, debemos destacar la heroica victoria de la Revolución Cubana en su batalla de más medio siglo frente a la agresividad del imperialismo norteamericano, con el reconocimiento de Estados Unidos de la derrota de su política hacia Cuba y con el inicio del proceso de normalización de relaciones entre ambos países, que sin embargo no será posible si no se pone fin al criminal bloqueo económico que ya ha sido declarado obsoleto por el propio gobierno estadounidense, y a la ilegal ocupación del territorio cubano por la base naval en Guantánamo.

Una indudable victoria continental son los avances estratégicos para alcanzar la paz en Colombia en el marco del diálogo-negociación entre el gobierno colombiano y las FARC-EP, resultado de la heroica lucha de un pueblo combativo y tenaz, frente al terrorismo de Estado impuesto por una ultraderecha criminal y genocida. La paz en Colombia hará posible que todas las fuerzas populares, revolucionarias y progresistas de ese país logren avanzar unidas en la lucha política, garantizándoles la vida, los derechos civiles y la participación política a sus líderes y militantes. Hacemos un llamado al gobierno colombiano y al ELN a avanzar en el diálogo que permita dar conclusión final al proceso para alcanzar una paz definitiva en ese hermano país. Resaltamos el papel de apoyo y solidaridad de la comunidad internacional de apoyar el proceso de negociación y su decisión de involucrarse en el seguimiento y verificación de los acuerdos para su cabal cumplimiento.

Manifestamos nuestro profundo rechazo a la militarización que se intenta restaurar en nuestro continente y propugnamos por la defensa de América Latina y el Caribe como zona de paz, tal como fue proclamada por la CELAC.

En estos momentos, se presenta un desafío fundamental para los pueblos en lucha y para el movimiento revolucionario, que es la batalla en Venezuela, cuyo pueblo revolucionario encabezado por sus fuerzas organizadas ha demostrado una capacidad de lucha y resistencia pocas veces vistas en la historia de lucha de nuestros pueblos, frente a las embestidas brutales de la oligarquía apátrida y el imperialismo. La Revolución Bolivariana es una victoria permanente y estratégica en la lucha por la libertad de nuestros pueblos.

Celebramos el triunfo de las fuerzas revolucionarias y progresistas por el rechazo del informe presentado en la OEA por el Secretario General de ese organismo, el cual vulneraría la soberanía y autodeterminación de este país. Respaldamos la iniciativa de diálogo promovida por el gobierno revolucionario venezolano encabezado por el Presidente Nicolás Maduro, el cual ha venido ganando cada vez más respaldo a nivel continental y mundial.

Elemento esencial para preservar, ampliar y fortalecer la correlación de fuerzas favorables a las fuerzas políticas y gobiernos de izquierda y progresistas de América Latina y el Caribe, es la defensa de la integridad y la orientación popular, anti neoliberal, de los mecanismos intergubernamentales de concertación, cooperación e integración, a saber, la Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA TCP), la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR) y la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC).

El proyecto del ALBA y PETROCARIBE ha sido y continúa siendo un ejemplo de la capacidad de los pueblos para ejercer la solidaridad, la complementariedad y avanzar unidos hacia un destino mejor. Es notoria la consolidación de los procesos de cambio en Nicaragua, El Salvador, Ecuador, Bolivia y Uruguay.

Es de destacar en el caso de Nicaragua, el contundente y sostenido respaldo popular al FSLN y a su líder, el Comandante Daniel Ortega, candidato presidencial para las elecciones de noviembre en ese país, en las cuales el pueblo nicaragüense, seguro de su triunfo, ha dado una lección de soberanía al no permitir la tradicional intervención de las potencias imperialistas en los procesos democráticos de nuestros países bajo el disfraz de la observación electoral, la cual será ejercida por organismos legítimamente constituidos a nivel de nuestra gran nación latinoamericana y caribeña.

La izquierda impulsa la transparencia, la honradez en el uso y manejo de los recursos públicos y nos manifestamos en contra la pretensión de Estados Unidos, de arrogarse prerrogativas fiscalizadoras en el enfrentamiento a la corrupción, irrespe-

tando la soberanía de nuestros pueblos mediante mecanismos inconstitucionales, como resultado de lo cual llama la atención que no han sido señaladas ni afectadas las figuras políticas vinculadas con la oligarquía, de donde provienen los más grandes actos de corrupción, lo cual es también un engendro del intervencionismo imperialista. El caso de la CICIG en Guatemala es emblemático en ese sentido, pero el propio pueblo guatemalteco ha demostrado que no se necesita la tutela imperial mediante organismos intervencionistas para enfrentar la corrupción, pues la garantía para eso es la capacidad de lucha de los sectores populares, siempre que se cuente con un movimiento revolucionario unido, organizado y a la altura de su misión histórica.

Reiteramos nuestro compromiso con la defensa de la independencia, soberanía y autodeterminación de nuestros pueblos. Condenamos el colonialismo en su condición como máxima expresión de la dominación imperialista sobre nuestros pueblos, y apoyamos la lucha heroica del pueblo puertorriqueño por su independencia y el justo reclamo de Argentina por su soberanía sobre las islas Malvinas. El FSP se proclama continuador histórico del Congreso Anfictionico de Panamá, convocado por el Libertador Simón Bolívar, en la lucha contra todo vestigio de colonialismo y neocolonialismo y por la unidad de nuestros pueblos.

A Bolivia le expresamos nuestro respaldo solidario e internacionalista militante de los partidos del Foro, y a la revolución boliviana en su lucha contra la guerra no convencional, antidemocrática y desestabilizadora. Exhortamos a los partidos miembros del FSP tanto de Chile como de Bolivia a seguir dialogando en aras de una solución negociada sobre la demanda histórica boliviana de una salida soberana al mar, en el marco del respeto al derecho internacional.

El Foro de Sao Paulo rechaza los paraísos fiscales, la evasión tributaria y la opacidad del gran capital en cada país, perjudicando su desarrollo económico y social. Asimismo, respalda la iniciativa del Presidente Rafael Correa de llevar a la Asamblea General de la ONU el planteamiento de la eliminación mundial de la figura de paraísos fiscales y generar mecanismos de transparencia y responsabilidad financiera.

En Brasil, el Golpe de Estado contra la Presidenta Dilma Rousseff es parte de la contraofensiva imperial que será derrotada por las fuerzas populares en todo el continente. Apoyados por los medios de comunicación, sectores del aparato del Estado y del poder económico nacional e internacional, han montado el juicio político en Brasil que es un golpe contra la democracia, los derechos sociales, la soberanía nacional y la integración de América Latina y el Caribe. El Foro de Sao Paulo expresa al pueblo brasileño su irrestricta solidaridad en su lucha que es de todo el continente, contra el golpe de Estado, por la democracia y la defensa de las conquistas sociales del pueblo brasileño bajo los gobiernos del PT y sus aliados,

encabezados por Lula y Dilma, y sumamos nuestra voz a todos aquellos que en todo el mundo, rechazan el ilegítimo gobierno golpista y demanda el retorno de la Presidenta legítimamente elegida.

El Estados Unidos viven más de 55 millones de personas procedentes de América Latina y El Caribe que contribuyen al desarrollo económico, social de ese país. Un porcentaje significativo de las 11 millones de personas indocumentadas en Estados Unidos son de América Latina y El Caribe y el gobierno de ese país no ha cumplido su promesa de una reforma integral por los derechos de la población migrante, una parte de la cual sufre una crisis humanitaria, como es el caso de los niños y las niñas retenidos en las fronteras. El Foro de Sao Paulo motiva a los militantes y simpatizantes de sus partidos en Estados Unidos a que, como comunidad, se sumen a la lucha y demanda de sus derechos y denuncien la política injerencista del gobierno de Estados Unidos hacia nuestros países.

Es necesario que el Foro de Sao Paulo fortalezca los esfuerzos por la construcciones de un frente político y social continental, integrado por movimientos políticos, sociales y populares de nuestra región, abarcando a amplios sectores de la sociedad, entre ellos aquellos que exigen el respeto a sus derechos personales y colectivo, como por ejemplo, sus orientaciones sexuales en el caso de los grupos LGBT, los sectores de la juventud, las luchas de género por la igualdad de derechos entre hombres y mujeres, los pueblos originarios, los afrodescendientes, que no necesariamente actúan partidariamente, pero que luchan en las calles por sus derechos y el ejercicio de sus expresiones culturales. Todos los partidos de izquierda debemos garantizar espacios en nuestras luchas y en nuestras estructuras a estos sectores.

La cultura es hoy una de las principales armas de dominación de las oligarquías nacionales y de las grandes corporaciones que pretenden controlar el mundo y frenar todo proyecto emancipador. Es necesario fortalecer la batalla de las ideas en todas sus expresiones y a través de todos los medios. La lucha ideológica, cultural, mediática, resulta imprescindible para derrotar la invasión ideológica de las clases dominantes y así movilizar a los pueblos en la defensa de sus intereses. Debemos articular un frente de pensamiento contrahegemónico que incorpore sin prejuicios a nuestra lucha a personas y grupos de las más diversas filiaciones políticas.

El Foro de Sao Paulo felicita al gobierno de El Salvador y al FMLN por sus logros, sobre todo por las efectivas políticas sociales, que han permitido reducir la pobreza, y el combate a la delincuencia, que ha mejorado el clima de seguridad. Estamos convencidos que el gobierno del FMLN seguirá profundizando los cambios iniciados desde su primera gestión, en el año 2009, en beneficio del pueblo salvadoreño.

América Latina y el Caribe está en estos momentos y seguirá estando al frente de la lucha de los pueblos por una sociedad con justicia y libertad, sin explotación ni opresión; una lucha en la cual los pueblos, sus organizaciones políticas y sociales, y los gobiernos que defienden los intereses populares, se enfrentan a las más poderosas fuerzas del mundo, pero cuyo poderío económico y militar no podrá contra el poder de la razón, de las ideas, y de los más altos valores de la humanidad, que como proclamaba la Revolución Cubana en la Segunda Declaración de La Habana, “ha dicho BASTA y ha echado a andar...” Seguiremos construyendo el poder popular para asegurar las transformaciones económicas, sociales y políticas de los pueblos de América Latina y El Caribe.

DECLARACIÓN FINAL DEL XXIII ENCUENTRO

*Manágua, Nicaragua
16 al 19 de julio de 2017*

NUESTRA AMÉRICA EN PIE DE LUCHA

Hacia la unidad de Nuestra América por su segunda y definitiva independência

Tras más de cinco siglos de dominación foránea y lucha indígena y popular por su emancipación, por primera vez en la historia de América Latina y el Caribe sus pueblos han logrado una sustancial acumulación social y política, incluida la ocupación de espacios institucionales que los coloca ante la formidable oportunidad y el enorme desafío de desarrollar procesos de transformación revolucionaria o reforma social progresista. En el primer decenio de elecciones y sucesivas reelecciones de gobiernos de izquierda y progresistas (1999-2009), la necesidad de transformar o reformar la sociedad desde los espacios institucionales recién ocupados, descuidó el desafío de construir hegemonía popular, única fuente de poder capaz de dotarlos de la fuerza necesaria para derrotar los predecibles intentos del imperialismo y las oligarquías criollas de restablecer su antiguo dominio monopólico del Estado, y la vacuna para inmunizarlos contra insuficiencias, desviaciones y errores que provocan desacumulación social y política. En el tiempo transcurrido del segundo decenio de la actual etapa de luchas (2009 hasta hoy) es ese desafío el que dificulta el reconocimiento de la oportunidad para transformar o reformar nuestras sociedades. Donde las fuerzas de izquierda y progresistas perdieron el control del Poder Ejecutivo (Honduras, Paraguay, Argentina y Brasil) los pueblos arrecian la batalla contra la nueva oleada neoliberal, y se reorganizan para reconquistar los espacios perdidos. Y donde resisten la ofensiva destinada a cerrar los espacios democráticos y revertir las transformaciones sociales, en Venezuela, Bolivia, Ecuador, Uruguay, Nicaragua y El Salvador, nuestras fuerzas siguen trabajando en función de la transformación social por alcanzar su plena y definitiva emancipación, por construir un genuino sistema de integración regional, y por coadyuvar a la construcción de un mundo multipolar en el cual impere una correlación de fuerzas favorable a los pueblos. Actualmente nos enfrentamos a una nueva fase de feroces ataques del imperialismo, la derecha y las fuerzas oligárquicas a su servicio, lo que hace necesaria una plataforma política desde la izquierda, que sirva de instrumento para reagrupar nuestras fuerzas en el espacio gubernamental, partidista, movimientos sociales e intelectuales con el objetivo de relanzar los procesos de integración latinoame-

ricana y caribeña, que tienen en la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) su espacio máspreciado, y cuyo desarrollo y consolidación debe ser uno de nuestros objetivos estratégicos de primer orden.

En el 50 aniversario del asesinato del Che Guevara y en el Centenario del triunfo de la Gran Revolución Socialista de Octubre, no podría existir mejor homenaje que, junto a los análisis autocríticos, lograr la creación de un frente común continental antimperalista que nos conduzca a nuestra segunda y definitiva independencia, mediante la lucha popular y la profundización de los procesos de cambio progresistas y revolucionarios en nuestro continente. Después de 27 años de vida, el Foro de Sao Paulo continúa trabajando para fortalecerse como espacio de debate, concertación y convergencia de la izquierda latinoamericana y caribeña. El documento Consenso de Nuestra América, en permanente elaboración, es una contribución a ese objetivo político de cara a la necesaria e indispensable unidad de nuestros pueblos en la lucha que nos toca librar.

Nuestra América en su hora decisiva

América Latina y el Caribe siguen siendo un escenario de lucha entre las oligarquías locales aliadas del imperialismo y los pueblos organizados en sus luchas patrióticas y antimperalistas, orientadas al socialismo. Nuestro continente vive hoy momentos cruciales de su historia, en los que son cada vez más visibles los efectos de la crisis económico-financiera, política y moral del sistema capitalista. Las grandes economías están cada vez más presionadas por las crisis de sobreproducción y la saturación de sus mercados, lo que les genera déficit comercial, endeudamiento, tensión presupuestaria y precarización creciente ya no solamente causada por ellas fuera de sus territorios, sino dentro de éstos. La globalización neoliberal fue diseñada y ha servido para favorecer a las potencias imperiales, que no han renunciado ni renunciarán a proteger sus fronteras ni a tener empresas rentables en todos los confines del mundo, sobre todo aquellas que extraen materias primas para su industria. Tampoco han renunciado ni renunciarán a derribar y eliminar las fronteras arancelarias del resto de países, ni a desestabilizar políticamente a nuestros gobiernos y erosionar la soberanía de nuestros pueblos. Otra cosa es el neoproteccionismo imperial impulsado por Donald Trump, con el cual se pretende modificar a favor de Estados Unidos— mas no suprimir — los términos bajo los cuales se han establecido las relaciones de dicha potencia con el resto del mundo en el marco de la globalización neoliberal que las potencias imperialistas han impulsado y lo seguirán haciendo. Los ataques principales del imperialismo y sus aliados en América Latina y el Caribe son contra Venezuela y su Revolución Bolivariana, por sus valiosos recursos naturales y su importancia geopolítica y estratégica, de la que se desprende el criterio de que su derrota provocaría un efecto dominó en la izquierda gobernante latinoamericana y caribeña, sobre todo en los países inte-

grantes de la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América - Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA- TCP), al tiempo que debilitaría los paradigmas de concertación política, cooperación e integración impulsados por los gobiernos de los países miembros de esta alianza. De ahí la importancia de defender a Venezuela e impedir la consumación de este plan.

La batalla por Venezuela es la batalla por el continente y por el mundo. El triunfo de las fuerzas revolucionarias en Venezuela representa el triunfo de todas las fuerzas de izquierda en el mundo entero y en especial, en América Latina y el Caribe. Siendo la Revolución Bolivariana el blanco de ataque principal del imperialismo y sus lacayos, el movimiento revolucionario y progresista latinoamericano e incluso mundial, no pueden hacer menos que tener como principal prioridad en sus planes de lucha y estrategias, la defensa de la Revolución Bolivariana hasta sus últimas consecuencias. Es por eso que este XXIII Encuentro del Foro de Sao Paulo ha tenido como contenido fundamental la BATALLA POR VENEZUELA. Son bien conocidos los procesos desestabilizadores llevados a cabo por el imperialismo norteamericano a través de las oligarquías locales, en contra de los procesos de cambio progresistas y revolucionarios en nuestro continente. Los golpes de Estado en Honduras, Paraguay y Brasil; los intentos de golpe en Venezuela y la guerra económica contra este país; los intentos de golpe policial en Ecuador y secesionista en Bolivia; la amenaza de vetar el acceso de Nicaragua a los créditos de los organismos financieros internacionales, con la iniciativa legislativa de la ultraderecha estadounidense conocida como Nica-Act; la campaña de obstaculización y descrédito de la gestión del gobierno del FMLN; la judicialización de la política en Argentina, Brasil y El Salvador; así como las ofensivas y descontextualizadas declaraciones del presidente Donald Trump contra Cuba y más recientemente, con respecto a que Estados Unidos tomará acciones económicas fuertes y rápidas en caso de que en Venezuela se lleve adelante la Asamblea Nacional Constituyente el 30 de julio; los cuales son apenas algunos ejemplos del intervencionismo imperialista en nuestros países. Pasado un año del golpe de Estado en Brasil, hay medidas adoptadas por los golpistas que tendrán graves repercusiones a nivel internacional, principalmente en nuestra región, como las reformas laborales y de seguridad social, que violan varios Convenios de la OIT; además de promover una política externa subordinada al imperialismo y agresiva contra el gobierno venezolano. El golpe es continuo y un paso más acaba de ser dado con la condena del ex Presidente Lula para impedir que sea candidato nuevamente a la Presidencia en 2018. Un golpe contra uno es un golpe contra todos y estamos todos al lado de Lula, de su partido y de sus aliados en defensa de la democracia y contra el retroceso económico, social y político ahora vigente en Brasil.

Desde el triunfo de la Revolución Bolivariana en 1998, que inauguró la etapa ascendente para la izquierda latinoamericana y caribeña en la lucha por el poder, llegando a gobernar en diez naciones latinoamericanas, solamente en Argentina las fuerzas populares han perdido el gobierno por elecciones. Este es un hecho que demuestra de manera contundente la fuerza de los procesos de cambio en nuestro continente. Mientras tanto, en Cuba, Nicaragua, Ecuador, Bolivia, Uruguay y El Salvador los gobiernos de izquierda se consolidan cada vez más. En Cuba avanza a paso firme la actualización del modelo económico y social y la consolidación del Partido como garante de la continuidad histórica del proceso revolucionario. En Nicaragua avanza la Revolución Sandinista en su segunda etapa, creando poder popular y reduciendo la pobreza y la desigualdad social en el marco del modelo de consenso y alianzas con amplio y sostenido respaldo de la población. En Ecuador tiene lugar la renovación creativa del proceso de cambios y transformaciones de la Revolución Ciudadana liderada inicialmente por el compañero Rafael Correa Delgado. En Bolivia la Revolución Democrática y Cultural ha alcanzado grandes logros sociales, lo cual fortalece el liderazgo del Presidente Evo Morales, postulado por los movimientos sociales para las elecciones de 2019 en el marco de la Constitución y las leyes, para asegurar la continuidad del proceso revolucionario. En Uruguay se prioriza en las políticas de gobierno, los aspectos sociales que han significado importantes avances en áreas como la salud, la educación, los derechos laborales, así como también en seguridad pública e infraestructura. En El Salvador la izquierda lucha por ampliar y consolidar la transición democrática iniciada a partir de los Acuerdos de Paz de 1992, y las transformaciones sociales y económicas iniciadas desde la llegada al gobierno en 2009 y 2014 por el FMLN, enfrentándose permanentemente a los intentos de la derecha oligárquica por revertirlos y/o estancarlos. En Venezuela a pesar de la crisis causada por las maniobras del imperialismo y la guerra económica contra el pueblo y el gobierno, las fuerzas bolivarianas han logrado mantener la iniciativa con la convocatoria a la Asamblea Nacional Constituyente para la profundización de la Revolución Bolivariana y la defensa de la paz y la estabilidad en el país, que gradualmente va logrando salir de la crisis, pese a la imagen que en sentido contrario presentan los medios de desinformación. Desde el inicio de la actual ofensiva imperial, la izquierda ha obtenido tres triunfos presidenciales: en El Salvador con el Profesor Salvador Sánchez Cerén en 2014, en Nicaragua con el Comandante Daniel Ortega en 2016, y en Ecuador con el compañero Lenin Moreno Garcés en 2017, dando continuidad al proceso de la Revolución Ciudadana. Esto y lo antes dicho refutan la tesis del “fin de ciclo progresista” en América Latina y el Caribe. Debemos impulsar la más amplia y sólida unidad de las fuerzas progresistas y revolucionarias dentro de cada país y a nivel continental, y dar un salto de calidad en nuestros mecanismos organizativos,

que nos permita definir una estrategia y programa conjuntos de todas las fuerzas de izquierda en el continente, sin lamentar reveses ni vanagloriarse de los triunfos, y siendo en cambio autocríticos y a la vez firmes defensores de nuestros logros, y profundizarlos con iniciativa y audacia.

Allí donde la derecha ha recuperado el gobierno, los pueblos están en pie de lucha y las fuerzas de izquierda y progresistas tienen muchas posibilidades de volver a gobernar en el corto plazo. La derecha no tiene otro proyecto que no sea el neoliberal, que tantos daños le ocasionó a los pueblos. Por eso – y tal como demuestran los hechos en Brasil y Argentina – la ferocidad de las medidas de la reacción en los países donde ha recuperado el gobierno está siendo un factor objetivamente causante de una radicalización de las fuerzas populares y de activación de sectores hasta ahora apáticos o manipulables, lo que se ve favorecido por la difícil situación económica y social en la que aún viven millones de latinoamericanos y caribeños, aquejados por la desigualdad, la extrema pobreza, el hambre, el desempleo, el analfabetismo, la falta de acceso a la educación y los más elementales servicios de salud, el consumo de drogas, la violencia, la discriminación y otros males sociales propios del capitalismo y agravados por el modelo neoliberal. Todos estos males sociales se acentúan ante la política de las fuerzas imperiales y oligárquicas que pretenden minar las bases sociales de la izquierda a través de la marginalidad y la banalización más atroz. La industria del entretenimiento se usa como droga para construir ídolos cada vez más deshumanizados y superfluos.

Como se expresara en la Declaración Final de la XIV Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno del ALBA-TCP en Caracas, el 5 de marzo de 2017:

Los gobiernos y los pueblos del ALBA-TCP vemos en estos fenómenos una nueva oportunidad para la reagrupación, la movilización y la lucha. Debemos apoyar las acciones emancipadoras, fijar con claridad y realismo los horizontes, identificar bien los valores y principios que nos unen y asumir un programa de acción integracionista, solidario e internacionalista, que establezca las premisas económicas, sociales y políticas del cambio liberador.

Hoy más que nunca cobran vigencia las palabras del Che en la Asamblea General de las Naciones Unidas, citando la Segunda Declaración de La Habana:

Esa ola de estremecido rencor, de justicia reclamada, de derecho pisoteado, que se empieza a levantar por entre las tierras de Latinoamérica, esa ola ya no parará más. Esa ola irá creciente cada día que pase. Porque esa ola la forman los más, los mayoritarios en todos los aspectos, los que acumulan con su trabajo las riquezas, crean los valores, hacen andar las ruedas de la historia y que ahora despiertan del largo sueño embrutecedor a que los sometieron. Porque esta gran humanidad ha dicho ¡BASTA! y ha echado a andar. Y su marcha de gigantes ya no se detendrá hasta conquistar la verdadera independencia...

La Revolución Cubana abrió la era de la lucha continental por la liberación y el socialismo; veinte años después, la Revolución Sandinista revivió las esperanzas en la lucha revolucionaria e inauguró la época del derrumbe de las dictaduras militares proimperialistas de derecha en el continente; veinte años después, la Revolución Bolivariana fue el inicio de una ofensiva revolucionaria sin precedentes, en la que hasta una decena de países latinoamericanos llegaron a ser gobernados por fuerzas progresistas y de izquierda.

A poco tiempo de cumplirse veinte años de la Revolución Bolivariana, nuevos procesos de lucha se desarrollan desde el gran potencial revolucionario de nuestros pueblos. La única manera de enfrentar la ofensiva imperialista es fortalecer la unidad de las fuerzas de izquierda y profundizar los procesos de cambio social en marcha. Solo así lograremos alentar y encabezar la creciente lucha de los pueblos por mantener el terreno alcanzado y avanzar hacia nuevos triunfos populares a lo largo y ancho de la Gran Patria Latinoamericana y Caribeña. La profundización de los cambios en marcha está en la creación de un nuevo modelo político y económico, en el que los ciudadanos no sólo elijan representantes y gobernantes, sino que decidan las políticas públicas, de Estado y de gobierno, tomen decisiones, definan el marco de acción de sus representantes y gobernantes electos, y controlen el desempeño de éstos y de lo que deberá ser una nueva institucionalidad desde la cual el pueblo, de esta manera, ejerza directamente el poder. Un modelo que en el ámbito económico, consista en la convivencia de la empresa privada con un nuevo sector económico de carácter popular, en el que los trabajadores puedan crear sus propios medios de producción, y donde el Estado sea garante de esta democracia económica complementaria para el desarrollo de las fuerzas productivas, la prosperidad con equidad social y la erradicación de la pobreza. La profundización de los cambios está también en la estrategia de lucha por el poder, que implica no reducirla a la lucha electoral por el gobierno, incluyéndose en cambio las luchas sociales y la disputa por todos los espacios institucionales para su transformación e impedir que la derecha haga uso de ellos para revertir las conquistas sociales alcanzadas. La concreción de un bloque político y social de los cambios para desplazar al bloque dominante debe tener en la clase trabajadora del campo y la ciudad (asalariados y los que no lo son) a su principal protagonista, acompañada de amplios y diversos sectores de la sociedad, incluyendo capas medias, intelectuales y progresistas, pequeños productores y empresarios. La defensa y profundización de los cambios sociales y la democracia requiere una base amplia de apoyo a éstos. La creación del nuevo modelo político y económico es parte indispensable en la construcción de una nueva forma de ejercer el poder. Ese nuevo modelo político y social necesita un instrumento político que impulse el protagonismo popular y la construcción de una voluntad colectiva nacional y popular. El respaldo popu-

lar a los gobiernos de izquierda se garantiza con un programa que conduzca a la creación de los sujetos económicos de un nuevo orden social, que a la vez sean los sujetos sociales protagónicos del nuevo modelo político basado en el ejercicio directo del poder por los ciudadanos en el marco de un proceso de transformaciones sociales impulsado por el instrumento político organizado, a través de la acción política e ideológica de sus estructuras en todos los ámbitos de la vida social y desde una nueva institucionalidad que sea expresión del ejercicio directo del poder por el Pueblo.

Esto implica la necesidad del liderazgo revolucionario, que debe ser forjado y perdurar durante la instauración de los cambios sociales necesarios, en aras de contribuir al mayor grado de irreversibilidad posible para los procesos de transformación. El Estado debe jugar el rol fundamental de dirigir y regular la actividad económica y por tanto, debe garantizar la distribución justa de la riqueza e implementar planes de desarrollo económico y social que gocen del respaldo popular y se articulen al proceso de integración regional latinoamericano y caribeño.

El ámbito cultural y comunicacional

Debemos crear un frente cultural y comunicacional anti hegemónico, que sume tanto los empeños de los gobiernos progresistas como los de las fuerzas políticas de izquierda y de los movimientos sociales. No es posible una revolución verdadera si no va acompañada de una profunda revolución cultural y comunicacional. No puede perderse la memoria sobre la opresión que hemos sufrido los pueblos colonizados y neocolonizados, desde la conquista con el saqueo y la destrucción hasta los primeros zarpazos del naciente Imperio del Norte contra México, arrebatando a este país la mitad de su territorio, y de esto último hasta toda la historia de explotación de nuestros recursos naturales, intervenciones armadas, dictaduras militares impuestas por Estados Unidos y la continuación actual de la opresión imperialista mediante la acción depredadora de las corporaciones sobre nuestros países, cuya pobreza se origina en toda esa historia de latrocinio. Esto se manifiesta en toda la crónica siniestra de las sucesivas intervenciones imperiales en Centroamérica y el Caribe, el apoyo a las dictaduras sangrientas, la gestación de golpes militares, el Plan Cóndor implementado por las dictaduras militares del Cono Sur, con su secuela de tortura y desapariciones, el empleo continuo del terrorismo, la guerra sucia contra Nicaragua en los años ochenta, el bloqueo criminal y operaciones subversivas contra Cuba y los demás países progresistas del continente, conforman un legado que no podemos olvidar. En aras de ello, debemos utilizar las efemérides asociadas a esta historia para impulsar campañas, eventos, foros virtuales y otras iniciativas que nos ayuden a divulgar la verdad, libre de distorsio-

nes y manipulaciones; así como estimular la elaboración de análisis críticos sobre “obras” y “figuras” dentro de los falsos ídolos y sobre las trampas del aparato de legitimación del sistema capitalista, desmontando y denunciando las manipulaciones. Las fuerzas de izquierda deben hacer lo posible por fomentar redes que articulen los núcleos de resistencia cultural que hoy están dispersos; conformar un frente de pensamiento anti hegemónico bajo principios capaces de aproximar a personas y grupos de filiaciones políticas diversas, desde las más radicales hasta las de inspiración humanista.

Se requiere también de una modificación del discurso y del lenguaje político, basándolo en nuevos códigos, que incluyan un adecuado enfoque clasista, identitario y de género, que mantenga la honestidad, la comunicación directa y confiable con la gente, que sea capaz de auscultar y reflejar sus preocupaciones e intereses, y que contribuya al desarrollo del pensamiento independiente, comprometido con la transformación emancipadora. La defensa permanente de la verdad, es esencial en la actuación de la izquierda. Es necesario impulsar la gestación de entidades de investigación y promoción que funcionen como aliadas de los movimientos sociales y progresistas de izquierda para influir en el campo de la cultura. Allí donde ya existan estas entidades, hay que potenciarlas al máximo, desplegándolas en los sectores intelectuales sin ningún tipo de sectarismo. Algunas de estas entidades pueden tener un papel activo en la producción de contenidos y en la generación de propuestas para encauzar nuestras ideas, teniendo en cuenta las enormes inversiones que ha hecho y sigue haciendo el Imperio para diseñar estrategias cada vez más sutiles al servicio de sus intereses. Deben hacerse visibles figuras y obras que representen la cultura de la resistencia; hay que identificar los eventos culturales y programas donde pueden ser presentados y promovidos; desmontar las etapas del neoliberalismo y del capitalismo y promover las ideas de la emancipación con el apoyo de esa intelectualidad que la maquinaria hegemónica ha excluido. Nuestro reto está en sumar esa vanguardia y conseguir un uso eficaz de las nuevas tecnologías en función de la participación ciudadana y la defensa de causas e ideas verdaderamente justas. Se debe conectar a los activistas de las redes sociales con aquellos que utilizan como vías de expresión de sus demandas las emisoras de radio y televisión comunitarias, de modo que la verdad vaya encontrando circuitos para darse a conocer frente a la gran avalancha de mentiras. Hay que incorporar a nuestra agenda los temas culturales y sumar a nuestra lucha, sin prejuicios, los esfuerzos de quienes enfrentan al discurso hegemónico en el campo intelectual, especialmente en la batalla mediática. Es necesario utilizar al máximo las redes sociales, crear medios de comunicación alternativos en todos los formatos existentes (radio, televisión, redes sociales, prensa escrita), que en manos de los comunicadores sociales generen el debate sin manipulación, generen información desde firmas

posiciones de izquierda alejadas de lo panfletario, que es estéril, pero con dirección política y contenido ideológico. Asimismo, procurar la penetración también en los medios de comunicación convencionales y comerciales, para incluir las voces progresistas y contrarrestar la guerra mediática de la derecha continental contra los gobiernos progresistas del continente. Se debe vincular esta tarea con el estudio de la historia y de la teoría revolucionaria, para estar así en condiciones de dar batalla en la lucha de las ideas, que es la más importante de las luchas revolucionarias.

Todas estas tareas constituyen exigencias de estos tiempos en los que tal vez como nunca, resulta decisivo diversificar las vías para llegar a las bases y multiplicar nuestra capacidad para – como nos dijera Fidel – “sembrar ideas, sembrar conciencia”.

Proyecciones generales a corto y mediano plazo

Es necesaria la movilización de las fuerzas progresistas y de izquierda, tanto a nivel político partidista como de los movimientos sociales, identificando los temas que puedan generar unidad en el más amplio espectro ideológico posible, con el objetivo de desarrollar una agenda de consolidación de la unidad de nuestras fuerzas y promover a la CELAC como el principal espacio de concertación política de la región. Hay que avanzar en la concertación entre las fuerzas políticas y los movimientos de izquierda, que permita una acción coordinada en los foros regionales e internacionales y en el enfrentamiento de la ofensiva imperialista y derechista. Deben ampliarse los espacios de concertación y cooperación con todos aquellos actores y organizaciones internacionales que desafían la hegemonía estadounidense y defienden un mundo multicéntrico y multipolar. Se debe detectar, estudiar y aprovechar al máximo todos aquellos aspectos que constituyan debilidades del imperialismo y las fuerzas oligárquicas, así como sus propias contradicciones. Tomando en cuenta que la libre circulación del capital, la falta de controles de la banca privada y la codicia de los dueños de las empresas y corporaciones ha permitido que en América Latina se evada U\$ 340,000 millones de dólares, convirtiéndose esto en un enorme escándalo de corrupción del sector privado, invisibilizada por las corporaciones mediáticas, apoyamos la propuesta del gobierno ecuatoriano, de la creación de un organismo internacional tributario en Naciones Unidas, y reconocemos su esfuerzo ejecutivo y legislativo en la lucha contra los paraísos fiscales. El compromiso con la Proclama de América Latina y el Caribe como Zona de Paz, aprobada en la II Cumbre de la CELAC efectuada en Cuba, en enero de 2014, debe guiar nuestra actuación internacional, así como la defensa de valores universalmente reconocidos en el derecho internacional y consagrado en la Carta de las Naciones Unidas. Esto debe incluir un profundo compromiso antimperia-

lista y por tanto anticolonialista, que reivindique el derecho a la independencia, a la soberanía y a la libre determinación de los pueblos. Una amenaza o agresión del imperialismo contra alguno de nuestros países debe asumirse por cada uno como una amenaza y agresión a todos y cada uno de los que integran el frente continental de fuerzas progresistas y de izquierda, así como una afrenta y violación a la Proclama de América Latina y el Caribe como Zona de Paz.

Ejes de movilización popular

Nuestra lucha es parte de la lucha mundial que desde diferentes formas hace frente a la ofensiva imperial de los Estados Unidos. En este sentido respaldamos y retomamos el reto de la reciente declaración de las bancadas de izquierda de Europa y América Latina. Condenamos el fortalecimiento del militarismo en todo el mundo e instamos a los Estados Unidos y a Europa a terminar con las incursiones militares que desestabilizan a los países del Oriente Medio para apoderarse de sus recursos naturales, en abierta complicidad con los grupos terroristas, lo que tanta desolación y muerte ha llevado a los pueblos afectados y verdadero origen de la masiva migración a Europa de quienes huyen de la muerte y de la guerra llevada por la misma Europa a sus países. Denunciamos el papel de la Organización de Estados Americanos (OEA) como Ministerio de Colonias de Estados Unidos, que desde la Secretaria General y de manera particularmente beligerante en los últimos años, se ha puesto siempre al servicio de los intereses injerencistas y se hace de la vista gorda ante múltiples atentados contra la democracia y graves violaciones de los derechos humanos por parte de los gobiernos oligárquicos y pro-imperialistas de América Latina y Estados Unidos. Condenamos la guerra no convencional y de amplio espectro, económica y mediática contra Venezuela por parte de la derecha oligárquica venezolana que, estimulada por el gobierno estadounidense, está empeñada en desestabilizar y poner fin mediante el terrorismo, al gobierno democráticamente electo del presidente Nicolás Maduro, quien a pesar de la difícil situación que atraviesa su economía sigue destinando el 70% del presupuesto público al bienestar de su pueblo. El Foro de Sao Paulo se declara en estado de alerta y en Sesión Permanente, en respaldo a la lucha del pueblo venezolano en defensa de la Revolución Bolivariana. Nos solidarizamos con las fuerzas políticas y sociales que son reprimidas y perseguidas por el gobierno del Presidente Mauricio Macri. Nos solidarizamos con la paz en Colombia y denunciamos el conjunto de acciones con las que la ultraderecha en aquel país pretende boicotearlos; los asesinatos sistemáticos de decenas de líderes sociales, defensores de derechos humanos, luchadores por la paz e indultados de las FARC y sus familiares por fuerzas paramilitares cobijadas bajo el manto protector del terrorismo de Estado; así como exigimos el cumpli-

miento total del Acuerdo de Paz, en especial la libertad de los presos políticos, quienes se encuentran en huelga de hambre hace veinticuatro días exigiendo el cumplimiento de la ley de amnistía. De igual forma respaldamos los diálogos con el Ejército de Liberación Nacional (ELN).

Exigimos la libertad de Simón Trinidad y Sonia, revolucionarios colombianos y combatientes de las FARC que guardan injusta prisión en Estados Unidos a pesar de que una tras otra han sido desenmascaradas las falsas acusaciones que se han hecho en su contra. Exigimos la libertad de Milagro Sala, Diputada del PARLASUR, dirigente social argentina y prisionera política por defender los derechos de los sectores más humildes y postergados en su país. Nos regocijamos con la libertad del luchador independentista puertorriqueño Óscar López Rivera, recientemente liberado de prisión gracias a la tenaz campaña internacional a favor de su libertad y a su férrea resistencia y su firmeza a toda prueba. Apoyamos plenamente las movilizaciones de los trabajadores brasileños contra las políticas neoliberales y antipopulares del gobierno golpista y derechista de Temer, y a Lula en su lucha por la justicia social y la democracia, que ha desatado la furia de sus adversarios, quienes pretenden inhabilitarlo políticamente. Nos solidarizamos con el pueblo y gobierno de Nicaragua, país que enfrenta actualmente la amenaza del veto de Estados Unidos en contra de su acceso a los créditos en los organismos financieros internacionales, como chantaje político ejercido por los sectores más reaccionarios del Congreso, el Senado y el gobierno estadounidense, estimulados por la derecha criolla con la vana ilusión de que como producto de ello, los dictados imperiales serán acatados por el sandinismo, cuyas raíces están en la victoriosa lucha de Augusto C. Sandino contra las tropas interventoras norteamericanas, y que cuenta con un aplastante respaldo popular y una correlación de fuerzas ampliamente favorable en todos los ámbitos de la vida política nacional. Nos solidarizamos con el pueblo y gobierno de El Salvador, que ha logrado detener y comenzar a revertir la crisis económica resultante de dos décadas de gobiernos neoliberales, reducir la pobreza en 8% y aplicar un exitoso plan de seguridad, pese a estar sometido a una multifacética estrategia desestabilizadora que incluye el bloqueo económico a la gestión gubernamental por parte del partido de la oligarquía (ARENA) en la Asamblea Legislativa y de los magistrados a su servicio que controlan la Sala de lo Constitucional del Tribunal Supremo de Justicia. Luchamos por la gratuidad de la educación y el acceso a una educación de calidad; por una cobertura de salud universal, gratuita y de calidad; por la eliminación del hambre y la desigualdad en toda la región. Rechazamos la criminalización de los inmigrantes, las políticas anti-inmigración y la violación de los derechos humanos y laborales de los latinoamericanos y caribeños en Estados Unidos. Apoyamos primordialmente la lucha por mantener los beneficios temporales de trabajo (TPS) que ayudan a cientos de

miles de familias de El Salvador, Honduras, Nicaragua y Haití. Repudiamos absolutamente las amenazas del gobierno de Estados Unidos, del Partido Republicano y de congresistas de derecha que pretenden extorsionar a estos y otros gobiernos para forzar el voto en organismos internacionales como la OEA, en aras del apoyo al intervencionismo de Estados Unidos, bajo la amenaza de eliminar los beneficios migratorios de esos pueblos. Abogamos por que el gobierno de México proceda a devolver los fondos de ahorro usurpados a los llamados “braceros”, trabajadores mexicanos que fueron empleados en Estados Unidos entre 1941 y 1964. Apoyamos un mundo sin fronteras en el que se priorice el libre tránsito de los seres humanos y no solo el libre tránsito de las mercancías. Por tanto, rechazamos los muros, en especial el que se pretende erigir en la frontera entre Estados Unidos y México. Nos pronunciamos por la eliminación total del arsenal atómico que existe en el mundo, nos oponemos a la carrera armamentista y a la existencia de bases militares en territorio extranjero. Rechazamos cualquier forma de racismo y discriminación. Impulsamos el ejercicio pleno de los derechos económicos, culturales, sociales y políticos de las mujeres, y la eliminación de la cultura patriarcal. Demandamos la retirada de las fuerzas de la MINUSTAH que, siguiendo un mandato del antidemocrático Consejo de Seguridad de la ONU, mantienen ocupado Haití desde hace más de una década. Condenamos el narcotráfico, el tráfico de personas y el terrorismo, y denunciemos la doble moral de un sistema que dice combatir al crimen organizado, mientras protege a sus grandes promotores y principales responsables. Defendemos el cultivo legal y el uso tradicional benéfico de la hoja de coca. Condenamos las políticas antiinmigrantes y el terrorismo, y promovemos el reconocimiento a los migrantes como trabajadores, el reconocimiento de sus derechos laborales y el respeto de sus derechos humanos. Nos solidarizamos con los pueblos que hoy enfrentan gobiernos de derecha en la región. Proclamamos el derecho humano al agua, luchamos contra la depredación del medio ambiente, la amenaza a la biodiversidad y al ecosistema en general. Apoyamos las exigencias de los pequeños Estados insulares del Caribe a ser resarcidos por los daños humanos de la esclavitud y a acceder a recursos que permitan su resiliencia frente al cambio climático. Demandamos el levantamiento incondicional, total y definitivo del bloqueo económico, financiero y comercial del gobierno de Estados Unidos contra Cuba, y la indemnización al pueblo cubano por los daños y perjuicios causados por más de medio siglo de agresiones de todo tipo. Exigimos la devolución al pueblo de Cuba del territorio ocupado por la ilegal base naval estadounidense en Guantánamo. Apoyamos el reclamo histórico de Argentina sobre la soberanía de las Islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur. Apoyamos a Bolivia en su reclamo de salida al mar con soberanía. Demandamos la descolonización total del Caribe y apoyamos de manera particular la independencia de Puerto Rico, al

conmemorarse el 25 de julio de 2017, ciento diecinueve años de la invasión militar estadounidense contra esta nación caribeña. Asimismo, nos pronunciamos por la eliminación de toda forma de coloniaje y neocoloniaje. Exigimos la eliminación de todas las bases militares estadounidenses que existen en la región (77 en total, que junto a la IV Flota, cubren todo el espacio regional), y de todas las bases militares extranjeras de cualquier país, dondequiera que se encuentren. Respalamos el reclamo de compensación al Caribe por los horrores de la esclavitud y la trata de esclavos, así como al resto de América Latina por 500 años de saqueo a sus riquezas y a sus pueblos, que aún continúa. Defendemos los derechos y las culturas de los pueblos originarios y afrodescendientes, y asumimos sus luchas para la restitución y ejercicio pleno de sus derechos históricos. En este momento decisivo para nuestro continente enfrentaremos el desafío de profundizar los procesos de cambio en marcha como única manera de derrotar la ofensiva de la derecha y el imperialismo, fieles a nuestra lucha por la paz, la democracia y el socialismo, única garantía para alcanzar nuestra segunda, definitiva y verdadera independencia en lo político y lo económico, así como nuestra emancipación cultural y nuestra propia identidad continental latinoamericana y caribeña; la identidad, soberanía y autodeterminación de esta gran patria justamente bautizada por el Apóstol continental, José Martí, como NUESTRA AMÉRICA, que es el sueño de Bolívar cada vez más cerca de ser realidad.

¡Nuestra América en pie de lucha, HASTA LA VICTORIA SIEMPRE!

Dado en la ciudad de Managua, el 19 de julio de 2017

DECLARACIÓN DEL XXIV ENCUENTRO

*La Habana, Cuba
15 la 17 de julio 2018*

América Latina y Caribe: seguimos en pie de lucha

América Latina y el Caribe viven hoy, 28 años después de haberse fundado el Foro de Sao Paulo, los efectos de una multifacética ofensiva reaccionaria, conservadora y restauradora neoliberal, fruto de intereses convergentes y de esfuerzos combinados entre las élites mundiales del capitalismo transnacional, del gobierno de los Estados Unidos de América como su núcleo hegemónico, y de las clases dominantes aliadas de nuestra región. Esta multifacética ofensiva, ha logrado hacer retroceder a las fuerzas de izquierda y progresistas, mediante el derrocamiento de gobiernos, los golpes parlamentarios y judiciales. La derecha imperial y las oligarquías subordinadas han amplificado para ello los errores y las limitaciones de las fuerzas transformadoras, que sufren reveses y a la vez poseen inmensas potencialidades de lucha. Ello explica en un grado fundamental el cambio adverso en la correlación coyuntural de fuerzas imperante.

Examinar el carácter y la profundidad de los errores e insuficiencias, corresponde de forma soberana a los partidos políticos y a los movimientos sociales de cada país. El golpe militar y parlamentario contra Zelaya, en Honduras (2009); el golpe parlamentario dado a Lugo, en Paraguay (2012); la derrota electoral del Frente para la Victoria, en Argentina (2015); el *impeachment* contra Dilma Rousseff en Brasil (2016), mediante un “golpe parlamentario, judicial y mediático”; la victoria de figuras de derecha conservadoras o ultraconservadoras en Chile, Paraguay y Colombia; la condena sin pruebas y prisión de Lula para impedir su candidatura a la presidencia de la Republica del Brasil; las divisiones ostensibles en el campo popular a la hora de encarar las agendas neoliberales restauradas; la descalificación de la política que en importantes países de la región favorecen los planes de la derecha, y el fortalecimiento público de figuras y proyectos de raíz fascista en varios países, constituyen, entre otros muchos, indicadores de la ofensiva neoliberal, que las fuerzas de izquierda están desafiada a revertir a favor de los pueblos. La actuación de la derecha guarda relación directa, con la naturaleza expansionista y depredadora del capitalismo, y con los intereses del capital financiero que lo dominan. Los hechos hablan: entre el último Encuentro del Foro de Sao Paulo (Managua/2017) y este de La Habana (2018), a nivel global se ahondaron los efectos negativos de la concentración de la propiedad, el poder y la riqueza en manos

de una élite mundial decidida a imponer, a cualquier precio, mejores condiciones para elevar sus tasas de ganancia. Así lo confirman la destrucción de la naturaleza, con efectos negativos crecientes sobre el clima; las tentativas de privatización de los bienes públicos como el agua, la tierra y el petróleo y su uso predatorio por las transnacionales; las tentativas de privatización de los fondos públicos; el ataque a los derechos laborales y sociales; el incremento insultante de la inequidad y la desigualdad; la destrucción de fuerzas productivas mediante la guerra para animar las economías llamadas centrales; la multiplicación de los flujos migratorios y del sufrimiento que millones de seres humanos padecen al verse obligados a emigrar, y la ofensiva que desarrollan los intereses transnacionales contra la soberanía nacional de nuestras naciones, a fin de facilitar el libre movimiento de los capitales. Estas realidades, agravadas por el peligroso desempeño de la Administración Trump, que busca revertir la tendencia declinante de la hegemonía norteamericana, multiplican los riesgos para la paz mundial y el estatus de América Latina y el Caribe como Zona de Paz. América Latina y el Caribe seguirán siendo prioridad para la política exterior estadounidense, cuyo dominio es de vital importancia en su afán por mantener un insostenible orden mundial unipolar.

Los EUA y sus aliados necesitan consolidar la percepción de que la historia continental entró en una fase regresiva imparable a favor del capitalismo. Aunque la reacción contra los gobiernos progresistas y de izquierda fue inmediato, debido al descrédito y el debilitamiento extremo de los partidos políticos de derecha utilizados para imponer la reestructuración neoliberal, los inhabilito como instrumentos capaces de descarrilar las transformaciones sociales impulsadas, según el caso, por los movimientos políticos del Foro de Sao Paulo. De ahí la necesidad de recurrir a la estrategia desestabilizadora que combina la guerra mediática, jurídica y económica, la injerencia externa y la criminalización del movimiento y la protesta social, entre otros, que sirven a los golpes de nuevo tipo (judicial o parlamentario) o la derrota electoral. Ante esta reacción del imperialismo y las oligarquías locales contra las fuerzas progresistas, rechazamos la idea del "fin de ciclo" con la misma firmeza y convicción con que en su momento lo hicimos con la del "fin de la historia". Las fuerzas progresistas de América Latina seguiremos luchando por horizontes de un mundo basado en la justicia social. La Casa Blanca y sus aliados buscan lograr exactamente lo contrario: dividir, cooptar, desmovilizar y generar desánimo. Es razón suficiente para que impongamos con hechos e ideas los verbos de la unidad de la izquierda y el campo popular para organizarse y luchar. Preservar las experiencias de soberanía, de ampliación de la democracia, de gobierno de carácter popular y con proyecciones antiimperialistas, impulsadas por partidos de izquierda y progresistas; ofrecer apoyo decidido y estimular los esfuerzos emancipatorios y los ideales anticapitalistas de los movi-

mientos sociales y populares que así actúan; trabajar con denuesto por consolidar una paz duradera con justicia social e impulsar esfuerzos que permitan avanzar en la integración soberana de la que Martí llamó Nuestra América, se transforman en imperativos políticos y en pruebas de honor para la izquierda continental. Como en 1990, cuando emerge como espacio de concertación y construcción colectiva de la plural izquierda latinoamericana y caribeña, frente a una coyuntura internacional marcada por la incertidumbre y la desorientación que generó la desaparición de la URSS y el llamado campo socialista, el Foro de Sao Paulo siguiendo su tradición de reflexión crítica y formulación política se ve de nuevo ante el desafío de examinar con mirada crítica el camino andado, reunificar fuerzas y hacer renovados esfuerzos para seguir construyendo los consensos que exige la ofensiva de la derecha en curso. Los partidos políticos miembros del Foro de Sao Paulo llegan a este XXIV Encuentro con un acumulado político superior, que a su vez se ve multiplicado por la acción articuladora del Foro y, con plena conciencia de la imposibilidad del capitalismo depredador para ofrecer alternativas a la humanidad, lo que genera la rebeldía popular y potencialidades para la acción transformadora del progresismo y la izquierda, si esta se reorganiza, actúa al lado de los movimientos sociales, prepara cuadros y mejora sus proyectos de cambio, algunos de clara orientación socialista. Existen suficientes ejemplos en la historia latinoamericana y caribeña que prueban que cuando hay unidad, dirección política decidida y capaz, objetivos claros de lucha y moral de combate, y arraigo en las clases populares, se multiplican las opciones para contener cualquier ofensiva contra revolucionaria, conservadora y restauradora neoliberal, incluso más, para vencerla. Ceder al derrotismo; auspiciar o tolerar los personalismos y sectarismos que emergen y proliferan en épocas de reveses; aceptar o promover la pérdida de confianza en la capacidad política de nuestros pueblos explotados, no solo sería hoy una afrenta a los héroes y mártires de las luchas por la emancipación del continente, sino una concesión gratuita e innecesaria a los EUA y sus aliados internacionales y locales. Frente al plan del imperialismo por socavar la soberanía de nuestras naciones y tomar control de sus recursos naturales, opongamos con auténtico espíritu internacionalista latinoamericano y caribeño, con firmeza e innegociable sentido de dignidad, el plan emancipador de nuestros nobles pueblos.

Trabajemos por fortalecer las luchas por la justicia y emancipación social, por plena soberanía política e independencia económica, por la soberanía de los pueblos y la paz mundial. ¡Reivindicar las mejores experiencias emancipatorias de los movimientos sociales y populares de la región!

En este contexto, los delegados y delegadas e invitados e invitadas al XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo, desde La Habana, Cuba, en representación de América Latina y el Caribe, de Asia y África, de Europa y América del Norte:

I. Convocamos a fortalecer el movimiento mundial en defensa de la Paz. La realidad impone sumar fuerzas para presionar, por todos los medios posibles.

II. Advertimos que los representantes del gran capital transnacional – gubernamentales y privados, militares y económicos, mediáticos e ideológicos – están operando con niveles de concertación superiores a los que conocemos. Concluimos, por tanto, que se impone un ejercicio práctico del internacionalismo mutuo entre todas las fuerzas de izquierda de América Latina y el Caribe, Asia, África, Europa y América del Norte.

III. Observamos con preocupación cómo la derecha imperial opera de forma concertada en el Consejo de Seguridad de la ONU; a favor del sionismo en Medio Oriente; para cercar militarmente a Rusia en Eurasia; para impedir que la República Popular China, en Asia, continúe su avance como potencia económica mundial con propuestas de paz y cooperación; para destruir, en América Latina, los proyectos de justicia social, democráticos y de internacionalismo latinoamericano y caribeño que impulsan nuestras fuerzas políticas; y para fragmentar el Caribe mediante distintas fórmulas, incluidas las coloniales como Puerto Rico.

IV. Ratificamos la vigencia de las siguientes causas y líneas de actuación reivindicadas por el XXIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, efectuado en Managua el pasado año:

- **Convertir la defensa de la CELAC**, mayor acontecimiento unitario de los últimos 200 años, en objetivo político prioritario a promover por todos nuestros partidos, movimientos sociales y populares, desde cada escuela, universidad o espacio de creación intelectual. Sembrar la idea integracionista en la conciencia de nuestros pueblos, ya de por sí será un avance frente a la política divisionista impulsada por los Estados Unidos y sus aliados. Confiamos en el valor de las ideas justas: aseguremos que ellas sean escuchadas por cada uno de los gobiernos de Nuestra América.

- **Transformar** en objetivo de toda la izquierda y de los sectores patriotas y demócratas de América Latina y el Caribe, la defensa intransigente de los presupuestos de la Proclama de América Latina como Zona de Paz.

- **Repudiar** el militarismo nacido de las entrañas del Imperialismo, que carece de límites y de escrúpulos, es una necesidad política, ligada a la sobrevivencia de nuestros pueblos. Dar forma concreta a este repudio, en cada acción política cotidiana, es una cuestión de principios que ratificamos.

- **Rechazar** de forma enérgica, la idea absurda e inadmisible de que esta región del mundo pertenece a las élites de poder de los Estados Unidos o de cualquier país del mundo. Que cada día sea para la Casa Blanca un recuerdo concreto de lo afirmado por la II Declaración de La Habana: "... esta gran humanidad ha dicho

¡Basta! y ha echado a andar. Y su marcha de gigantes ya no se detendrá hasta conquistar la verdadera independencia...”.

– **Concertar** en cada espacio internacional que lo permita, por encima de diferencias subalternas de tipo nacional o sectorial, toda acción que debilite los niveles de dominación y hegemonía de los Estados Unidos en nuestros países, es esencial y posible. El Imperio ha optado por priorizar los componentes de la guerra cultural y de símbolos. Rescatemos, como respuesta ofensiva, las tradiciones de libertad de cada uno de nuestros países. Honremos a los que las forjaron. Impidamos que la banalidad cultural del Norte que nos desprecia, se imponga sobre la rica historia de los países que representamos.

– **Conocer** con rigor cómo está desarrollando la derecha internacional sus planes de desestabilización, contra las experiencias de gobierno y populares de carácter emancipatorio en América Latina y el Caribe, constituye una necesidad de primer orden. Ello será más eficaz si creamos un sólido sistema de intercambio de informaciones y experiencias colectivas. El Foro de Sao Paulo puede jugar en este campo un papel central, en particular haciendo esfuerzos en la formación política. Al igual que los delegados al XXIII Encuentro de Managua, por entender que se trata de causas vigentes:

– **Reafirmamos** la importancia del acercamiento y la acción concertada entre la izquierda de Europa y la de América Latina y el Caribe. Nos comprometemos en esta nueva etapa a tornar más sistemático y eficaz la acción antiimperialista unitaria entre ambas regiones. El PIE y el Foro de Sao Paulo están en condiciones de posibilitar este objetivo.

– **Denunciamos**, esta vez con razones adicionales, el papel injerencista de la OEA, que sigue siendo utilizada por el gobierno de los Estados Unidos como su Ministerio de Colonias. La actuación de su secretaría general, marcada por una despreciable supeditación a los intereses de la Casa Blanca, así lo prueba todos los días. La OEA, junto al Grupo de Lima, constituyen los Caballos de Troya actuales contra la unidad latinoamericana y caribeña. Hagamos todo lo posible para impedir que continúen su avance destructor.

– **Condenamos** la guerra no convencional y de amplio espectro, aplicada por el imperialismo yanqui y sus aliados europeos, latinoamericanos y caribeños contra la Revolución Bolivariana. Esta se ha convertido para la Casa Blanca en el objetivo estratégico inmediato a derrotar. Sea para nosotros, por tanto, el objetivo mayor de solidaridad en estas circunstancias. Como hace un año atrás, en Managua, el Foro de Sao Paulo se mantiene en estado de alerta y en sesión permanente de solidaridad internacionalista contra la intervención internacional hacia Venezuela.

– **Mantenemos** intacta la solidaridad con lo(as) argentinas(os) y brasileñas(os), hondureñas(os) y paraguayas(os) que se resisten a aceptar el retroceso al neoliberalismo.

lismo en sus respectivos países, luego de experiencias de gobierno que, por caminos propios, buscaron el crecimiento económico, la mejor redistribución de la riqueza, la garantía de derechos sociales, la ampliación de la participación popular y la democracia, asegurar la soberanía nacional y fortalecer la integración regional en el ámbito de los BRICS, todo para combatir las desigualdades sociales, regionales y de género, el racismo, o que, simplemente, retaron por su política exterior la lógica hegemónica de la política exterior de los Estados Unidos.

– **Reafirmamos** nuestra absoluta convicción de apostar por la paz, en concordancia con la Declaración de la CELAC, que en enero de 2014 declaró América Latina como zona de paz. Por eso, respaldamos el pedido de las fuerzas políticas y sociales de Colombia para que el gobierno colombiano cumpla con la implementación de los Acuerdos de la Habana, mantenga abierto el proceso de diálogo con el ELN y de pasos certeros para acabar con el asesinato de ex combatientes y líderes sociales, políticos, ambientales y defensores de DDHH. Denunciamos las acciones de la ultraderecha nacional e internacional para boicotear la Paz. Es evidente que la Casa Blanca, el sionismo internacional y las fuerzas más retrógradas del continente, persisten en lograr que los grupos oligárquicos de Colombia sigan siendo tropa de choque a favor de los intereses transnacionales en América del Sur. Es vital la lucha contra esta estrategia, que ya colocó a uno de los países de la CELAC como miembro de la agresiva OTAN.

– **Rechazamos** de forma enérgica la política intervencionista de los Estados Unidos en los asuntos internos de la Nicaragua sandinista, país en el que se está implementando la fórmula que viene siendo aplicada por el imperialismo norteamericano a los países que no responden a sus intereses hegemónicos, causando violencia, destrucción y muerte mediante la manipulación y la acción desestabilizadora de los grupos terroristas de la derecha golpista, que boicotean la búsqueda **del diálogo**, el cual constituye **el mejor camino para superar la actual crisis y alcanzar la paz**, lo que es indispensable para la continuación del proceso de transformaciones sociales impulsado por el FSLN desde el gobierno presidido por el Comandante Daniel Ortega y que ha reducido de manera notable la pobreza y la desigualdad social en ese hermano país.

– **Nos solidarizamos** con el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional y con el gobierno del compañero presidente **Salvador Sánchez Cerén**, que enfrentan con energía la guerra mediática, la guerra jurídica, el boicot económico y otras formas de desestabilización, y nos comprometemos a acompañarlos como observadores internacionales en la elección presidencial del 3 de febrero de 2019.

– El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo convoca y alienta a Bolivia y Chile a encontrar, cuidando las sensibilidades de ambos países, una salida al enclaustra-

miento marítimo boliviano en base al diálogo y el derecho internacional, y que contribuya a una verdadera integración de nuestros pueblos.

- **Renovamos** el rechazo del Foro de Sao Paulo a la política de la Casa Blanca, que criminaliza a los emigrantes latinoamericanos y caribeños y, de manera particular, a los hermanos centroamericanos. Un mundo sin fronteras y con ciudadanía universal es el norte de nuestra lucha emancipatoria.

- **Rechazamos** cualquier forma de racismo, intolerancia y discriminación. Impulsamos el ejercicio pleno de los derechos económicos, culturales, sociales y políticos de las mujeres, y la eliminación de la cultura patriarcal.

- **Demandamos** la retirada de las fuerzas de la MINUSTAH que, siguiendo un mandato del antidemocrático Consejo de Seguridad de la ONU, mantienen ocupado Haití desde hace más de una década.

- **Condenamos** el narcotráfico, el tráfico de personas y el terrorismo, y denunciamos la doble moral de un sistema que dice combatir al crimen organizado, mientras protege a sus grandes promotores y principales responsables. Defendemos el cultivo legal y el uso tradicional benéfico de la hoja de coca.

- **Proclamamos** el acceso al agua como derecho humano y los demás bienes comunes (tierra, aire puro, energía etc.,) luchamos contra la depredación del medio ambiente, la amenaza a la biodiversidad y al ecosistema en general.

- **Apoyamos** las exigencias de los pequeños Estados insulares del Caribe a ser resarcidos por los daños humanos de la esclavitud y a acceder a recursos que permitan su resiliencia frente al cambio climático.

- **Demandamos** el levantamiento incondicional, total y definitivo del bloqueo económico, financiero y comercial del gobierno de Estados Unidos contra Cuba, y la indemnización al pueblo cubano por los daños y perjuicios causados por más de medio siglo de agresiones de todo tipo.

- **Exigimos** la devolución al pueblo de Cuba del territorio ocupado por la ilegal base naval estadounidense en Guantánamo.

- **Apoyamos** el reclamo histórico de Argentina sobre la soberanía de las Islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur.

- **Exigimos** la eliminación de todas las bases militares estadounidenses que existen en la región (77 en total, que junto a la IV Flota, cubren todo el espacio regional), y de todas las bases militares extranjeras de cualquier país, dondequiera que se encuentren.

- **Defendemos** los derechos y las culturas de los pueblos originarios y afrodescendientes, y asumimos sus luchas para la restitución y ejercicio pleno de sus derechos históricos.

- **Demandamos** la descolonización total del Caribe y apoyamos de manera particular la independencia de Puerto Rico, al conmemorarse el 25 de julio de

2018, ciento veinte años de la invasión militar estadounidense contra esta nación caribeña. Asimismo, nos pronunciamos por la eliminación de toda forma de coloniaje y neo coloniaje.

– **Respaldamos**, en apego a la autodeterminación de los pueblos, la postulación del presidente **Evo Morales** -habilitado constitucionalmente y respaldado por la Convención Americana- para las elecciones de 2019, y rechazamos los planes desestabilizadores impulsados por la derecha de ese país, la OEA y la embajada de Estados Unidos.

– **Solidarizamos** con el compañero **Rafael Correa** Delgado, líder popular y progresista de nuestra región. Debido a rupturas del Estado de Derecho y del debido proceso, el compañero Rafael también es víctima de la persecución política y de la utilización de la justicia como instrumento de venganza y amedrentamiento, lo que **rechazamos**. La orden de captura internacional que fue emitida en su contra nos indigna y nos revela.

– **Saludamos** el democrático y contundente triunfo en México de **Andrés Manuel López Obrador** a la presidencia de la República. El triunfo de Morena, integrante del Foro de Sao Paulo, abre una esperanza para los sueños y luchas de los pueblos de Nuestra América. Unidos Haremos Historia.

– **Exigimos** la libertad inmediata de Lula, después de una condena y prisión sin pruebas y el derecho a ser candidato presidencial en las elecciones de octubre en Brasil, respetándose la voluntad de la mayoría del pueblo brasileiro. **¡Lula Live! ¡Lula Inocente! ¡Lula Presidente!**

V. Como hace un año atrás, ratificamos que América Latina y el Caribe siguen en pie de lucha. Y mantienen la decisión de actuar con optimismo, decisión y mayor sentido unitario.

DECLARACIÓN FINAL DEL XXV ENCUENTRO

*Caracas, Venezuela
25 al 28 de julio de 2019*

Las y los delegados al XXV Encuentro del FSP, reunidos en Caracas, República Bolivariana de Venezuela, cuna del Libertador Simón Bolívar y de su digno continuador, el Comandante Hugo Chávez Frías, en ocasión del 65 aniversario de su natalicio, hemos llegado a las siguientes conclusiones:

Transcurrido un año del XXIV Encuentro de La Habana, se ha profundizado la multifacética ofensiva reaccionaria del imperialismo estadounidense y de la derecha oligárquica aliada. Pero a la vez, América Latina y el Caribe es también escenario de importantes luchas y triunfos populares que han detenido la ofensiva imperial. Los casos recientes de México, Venezuela, Nicaragua y Puerto Rico así lo confirman.

Es urgente retomar la iniciativa con más vigor y eficacia. Ello es posible “cuando hay unidad, dirección política decidida y capaz, objetivos claros de lucha, moral de combate y arraigo en las clases populares”. Esta idea, aprobada por el XXIV Encuentro el pasado año, mantiene total vigencia.

Pese a que continúan ahondándose los efectos negativos de la concentración de la propiedad, el poder y la riqueza en manos de la minoría privilegiada de siempre, en los países de la región en donde esto ha sucedido crece la protesta social, mientras que las fuerzas de izquierda, populares y progresistas, sobre todo en el campo de los movimientos sociales y populares, enarbolan propuestas anti-neoliberales que debemos estimular y apoyar de forma decidida.

La derecha internacional no cesa en sus planes subversivos; opera de forma articulada para fragmentar y/o debilitar nuestros Estados Nacionales; busca aniquilar o deslegitimar todo proyecto de cambio social que pretenda avanzar por senderos no capitalistas o simplemente post-neoliberales; trabaja sin descanso por erosionar nuestras identidades nacionales, así como los valores culturales que nos dan cohesión social; y acelera los esfuerzos orientados a dividirnos en todos los terrenos.

Ante el plan desintegrador de la derecha, opongamos el plan integrador, soberano y digno de nuestros pueblos. Frente a los tratados de libre comercio, propiciados por Estados Unidos, fortalezcamos los proyectos de integración soberana como la CELAC, el Alba-TCP, el Mercosur y otras iniciativas integracionistas populares y autonómicas.

La Administración Trump, expresión cabal del Imperio Yanqui y del capitalismo transnacional financierizado que hoy predomina, busca revertir, con violencia

creciente en todos los ámbitos, la tendencia declinante de su poder relativo como centro hegemónico de la derecha internacional. Unidos, impidamos que logre sus históricos objetivos de dominación sobre las tierras de Nuestra América. Estamos obligados con nuestros pueblos a impedir que la Doctrina Monroe logre sus fines intervencionistas. Frente a la Doctrina Monroe, la Doctrina Bolívar.

El acumulado político de la izquierda y de las fuerzas populares y progresistas desde 1959 a la fecha, multiplica las esperanzas para sostener que sí es posible vencer toda ofensiva imperial. Lo demuestran hoy la Revolución Bolivariana, la propia Revolución Cubana, la exitosa experiencia política boliviana y la Nicaragua sandinista.

Fortalezcamos las luchas por la justicia para todas y todos, por la emancipación social, por la plena soberanía política, la independencia económica y la autodeterminación de nuestros pueblos.

Continuemos construyendo la más amplia unidad antiimperialista y anti-neoliberal, con respeto a la diversidad de los partidos y fuerzas políticas de izquierda y progresistas, de los movimientos sociales y populares que los unen, y los gobiernos de izquierda y progresistas para derrotar la ofensiva imperialista y la profundización y/o restauración del neoliberalismo.

Frente a estas realidades, el XXV Encuentro del FSP convoca, con sentido de urgencia, a fortalecer el movimiento mundial en defensa de la paz, la democracia y las conquistas sociales alcanzadas. La conducta internacional agresiva e irresponsable de la actual Administración de Trump, así lo demanda.

Llama a la promoción de la más amplia solidaridad mundial con la defensa de la soberanía y la autodeterminación del pueblo venezolano, y con el derecho de éste a vivir en paz.

Apoya el diálogo entre el Gobierno Bolivariano y las corrientes opositoras impulsado por el presidente constitucional Nicolás Maduro, porque es una expresión genuina de la democracia y de las libertades existentes en Venezuela, razón por la cual es apoyado mayoritariamente por el pueblo venezolano en función de dirimir las diferencias por la vía constitucional y pacíficamente, sin injerencias extranjeras.

De forma enérgica rechaza las amenazas de intervención militar contra Venezuela y condena en todas las instancias posibles el bloqueo económico, financiero, comercial y el cerco diplomático por parte del gobierno de los Estados Unidos. Preservar la paz en Venezuela es preservar la paz en la región y una de las prioridades de los partidos que integramos el FSP.

Ratifica las causas justas aprobadas en el XXIII y XXIV Encuentros del FSP, por considerarlas vigentes. En consecuencia, este XXV Encuentro llama a:

Reforzar la defensa, como objetivo común, de la Proclama de América Latina y el Caribe como Zona de Paz, aprobada en la II Cumbre de la CELAC. Ello es urgente y vital.

Defender a la CELAC, como mayor acontecimiento unitario de los últimos 200 años y sembrar la idea integracionista en nuestros pueblos.

Repudiar la peligrosa presencia militar de los Estados Unidos y sus aliados de la OTAN en el Caribe y el Atlántico, con fines claramente agresivos y de presión sobre nuestras naciones.

Rechazar de forma enérgica la Doctrina Monroe y todas las ideas de EE.UU. acerca de que América Latina y el Caribe es su “patio trasero”.

Concertar, en todo espacio que lo permita, acciones que enfrenten el dominio del Imperialismo yanqui en América Latina y el Caribe.

Conocer con rigor cómo opera la derecha internacional, regional y local contra este continente que defendemos y defenderemos.

Reafirmar la importancia de las relaciones del FSP con los partidos de izquierda de Europa, Asia, África y Medio Oriente.

Denunciar el papel injerencista, al servicio de los EE.UU, de la OEA. Esta sigue operando como fiel ministerio de colonias de los EE.UU, simbolizada por su secretario general Luís Almagro, peón del Imperio.

Condenar la Guerra no Convencional que aplica EE.UU. contra los gobiernos que no se pliegan a sus órdenes e intereses.

Enfrentar de forma enérgica el avance de la derecha sobre nuestros pueblos. Así lo evidencian los gobiernos neoliberales reciclados, autoritarios y profascistas, como los de Bolsonaro en Brasil, Iván Duque en Colombia, y Mario Abdo Benítez en Paraguay, Mauricio Macri en Argentina, Lenin Moreno en Ecuador y Juan Orlando Hernández en Honduras, que destruyen la democracia y los derechos sociales conquistados.

Respaldar al pueblo hondureño por su persistente y valiente lucha en defensa de sus derechos, en contra de las políticas neoliberales y de la corrupción que caracteriza al neoliberalismo, y a favor de la construcción de una alternativa que priorice los intereses mayoritarios del pueblo. La lucha de éste, encabezada por el partido LIBRE, es un ejemplo a seguir por los que padecen las funestas consecuencias del neoliberalismo.

Condenar enérgicamente el genocidio permanente que comete la ultraderecha gobernante en Colombia contra toda expresión organizada del movimiento social y popular, mediante el inaceptable asesinato sistemático de líderes sociales, ex combatientes guerrilleros y sus familiares. Exigir, además, la libertad de Simón Trinidad y los exguerrilleros que continúan en las cárceles.

Exigir al gobierno colombiano el cumplimiento integral de los Acuerdos de Paz, vitales para asegurar que nuestro continente siga siendo zona de paz. De igual manera, respaldamos al partido FARC por su persistente defensa de los Acuerdos y su cumplimiento, lo que constituye una invaluable contribución a la lucha por la paz. Para alcanzar esta paz, demandamos el reinicio inmediato de los diálogos con el Ejército de Liberación Nacional (ELN).

Denunciar la intervención de los EE.UU. en Nicaragua contra la Revolución Sandinista, mediante un inaceptable intento de golpe de Estado, derrotado por el pueblo nicaragüense, cuyo derecho a la paz debe ser defendido por todas y todos. Con sanciones económicas EE.UU no logrará derrotar al heroico pueblo de Sandino.

Ofrecer toda la solidaridad al FMLN, cuya militancia y pueblo son víctimas de agresiones y revanchismo por parte de la derecha local, al servicio de los EE.UU, mediante la violación de derechos conquistados y para deslegitimarlos por la vía judicial, tal y como sucede, con hechos graves de persecución política y violación de los derechos humanos en Ecuador, Brasil, Argentina. La prisión de Lula y Jorge Glas así lo demuestran, como también la persecución judicial contra Cristina Fernández de Kirchner, Rafael Correa y Ricardo Patiño. Y exigimos la libertad de todas y todos los presos políticos.

Apoyar la candidatura de Evo Morales y Álvaro García Linera en Bolivia, que con el mayoritario apoyo de su pueblo apuestan a desarrollar en su cuarto mandato la "Agenda del Bicentenario", con el objetivo de terminar de saldar las deudas históricas pendientes de los siglos XIX y XX, y encarar las tareas del siglo XXI en condiciones de independencia económica y plena soberanía política.

Apoyar la fórmula de Daniel Martínez para presidente y Graciela Villar para vicepresidenta de Uruguay, cuyo triunfo garantizaría la continuidad de las políticas a favor del pueblo uruguayo, y de las leyes que benefician a sectores históricamente postergados como las trabajadoras domésticas, los peones rurales o las personas trans. Y la defensa de la soberanía y la democracia en Uruguay que vienen llevando a cabo los gobiernos del Frente Amplio.

Apoyar al movimiento popular de Argentina que ha logrado conformar una alianza unitaria en el Frente de Todos, que lleva como candidato a presidente a Alberto Fernández y como candidata a vicepresidenta a Cristina Fernández de Kirchner, para enfrentar al macrismo y sus políticas de hambre, endeudamiento, represión y entrega de la soberanía, en la próxima contienda electoral de octubre. La derrota de Macri y del neoliberalismo en Argentina sería un triunfo de la integración nuestroamericana y volvería a alentar las luchas y resistencias en el resto de los países.

Rechazar la política de Washington de criminalizar a los emigrantes, sobre todo a los de Centroamérica. En este sentido condenamos y rechazamos el acuerdo de control migratorio entre EEUU y el gobierno de Guatemala, país cuya soberanía es violada y cuyo territorio, con dicho acuerdo, se transformaría en una virtual prisión para los que desean ingresar a EEUU y su pretensión de hacer lo mismo con México.

Apoyar al gobierno del presidente Andrés Manuel López Obrador, cuyo triunfo, con masiva participación popular demostró que no existe fin de ciclo progresista alguno; abrió perspectivas de cambio a favor de las grandes mayorías con el programa de la Cuarta Transformación y puede significar un reimpulso a los procesos de integración regional autónoma y soberana de nuestros pueblos, bajo los principios de libre autodeterminación de los pueblos, no intervención y solución pacífica de los conflictos.

Rechazar toda forma de racismo, discriminación social y discriminación por orientación sexual. En ese sentido apoyar la agenda de lucha por los derechos de la comunidad LGBTTI.

Exigir el respeto a los derechos humanos de las mujeres, violados por las políticas neoliberales. Defender el papel de las mujeres latinoamericanas y caribeñas como constructoras fundamentales de los procesos de cambio emancipatorios, así como de resistencia activa a la contraofensiva neoliberal y a la pérdida de derechos conquistados. Apoyar las masivas movilizaciones feministas en curso en el continente. Sin el aporte de las mujeres será imposible avanzar hacia la verdadera independencia de nuestras naciones. Entender que solo podrá triunfar la lucha por la igualdad de género si asumimos la lucha por la igualdad de clases. Solo destruyendo el capitalismo será posible eliminar el patriarcado.

Condenar todas las formas de discriminación y violencia hacia la mujer, la exclusión, el tráfico y trata de mujeres y niñas, la explotación sexual, los feminicidios, así como exigir un mayor apoyo y protección de los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres.

Condenar el narcotráfico, el tráfico de personas y el terrorismo en todas sus formas.

Defender el acceso al agua como derecho humano y como derecho de los pueblos para desarrollar su actividad agrícola, fuente de riqueza y trabajo que asegura la soberanía alimentaria, así como defender el medio ambiente, la tierra y los territorios.

Apoyar las exigencias de los Estados insulares del Caribe a ser resarcidos por los daños de la esclavitud

Demandar el fin incondicional, total y definitivo del criminal e incrementado bloqueo económico, comercial y financiero del gobierno de los EE.UU contra

Cuba, que constituye el principal obstáculo al desarrollo económico y social del país, y una flagrante y masiva violación de los derechos humanos de las cubanas y cubanos. Como parte de su política de cerco a Cuba aplican la Ley Helms Burton y activan el título III, junto a otras medidas hostiles.

Exigir la devolución a Cuba del territorio que ocupa la Base Naval de Guantánamo.

Apoyar el reclamo histórico de Argentina sobre la soberanía de las Islas Malvinas, Georgias del Sur, Sandwich del Sur, Antártica Argentina y espacios marítimos circundantes. Cuestionar, además, el acuerdo entre el actual gobierno de Argentina y el Reino Unido, celebrado en septiembre de 2016 y conocido como "Foradori-Duncan".

Apoyar el derecho al retorno de Bolivia al Océano Pacífico, en el marco del diálogo entre los pueblos chileno y boliviano y la construcción de un acuerdo solidario que permita a Bolivia el acceso al mar y que pueda dar mejores días a la población, facilitando la explotación de los recursos marítimos, la exportación de productos orgánicos y el encuentro con las culturas de todo el mundo a través de un puerto soberano.

Defender, respetar y garantizar los derechos y la cultura de los pueblos originarios y afrodescendientes.

Demandar la descolonización del Caribe y el apoyo decidido a la Independencia de Puerto Rico. Saludamos las multitudinarias manifestaciones del pueblo puertorriqueño contra la corrupción de la administración colonial y anexionista de Ricardo Rosselló, en defensa de la dignidad borinqueña.

Exigir la libertad inmediata de Lula, víctima de un abusivo, ilegal e indignante ejercicio del poder judicial contra él.

Rechazar la política del imperio estadounidense de calificar a Cuba, Nicaragua y Venezuela, como integrantes de un supuesto eje del mal.

Defender, como uno de los objetivos centrales del FSP, la construcción de la unidad antiimperialista y anti neoliberal como la táctica y la estrategia de la victoria, en defensa de la soberanía, la independencia, la democracia, la autodeterminación y los derechos humanos en Nuestra América, con real protagonismo político de sus pueblos.

Todo el espectro político del FSP es objetivo priorizado de la estrategia desestabilizadora, orientada a derrotar a los gobiernos de izquierda, populares y progresistas, destruir a sus fuerzas políticas y sociales, y criminalizar y judicializar a sus líderes y lideresas, y a la protesta social.

La identidad del FSP -lo reafirmamos- tiene que seguir siendo anti-imperialista y anti-neoliberal, de apoyo militante a todos los gobiernos de izquierda, populares y progresistas que están bajo asedio, y de respaldo a las causas justas de los pueblos.

“El mejor modo de decir, es hacer”. Con base en esta máxima martiana, proponemos concentrar los esfuerzos del FSP en las siguientes direcciones principales en los próximos meses:

- **Fortalecerlo** como instancia de concertación de esfuerzos, cooperación y solidaridad mutua entre nuestros partidos y movimientos sociales. Para ello será fundamental apoyar, como nuevo momento mundial de intercambio, el Encuentro Antiimperialista de Solidaridad, por la Democracia y contra el Neoliberalismo que tendrá lugar en La Habana, Cuba, entre el 1 y 3 de noviembre próximo, conforme acordó el Grupo de Trabajo en Managua. Asimismo, llamamos a transformar las secretarías regionales del FSP en instrumentos de coordinación y comunicación mucho más eficaces entre nuestros integrantes.

- **Multiplicar** las acciones de solidaridad mutua, con iniciativas que demuestren la fuerza de nuestras organizaciones y pueblos. En este terreno proponemos incrementar la solidaridad activa con los pueblos y gobiernos de izquierda que están bajo reforzado acecho de los Estados Unidos y la derecha continental. A la vez, llamamos a transformar la solidaridad con todos los dirigentes de izquierda hoy presos o perseguidos, en tema de principio. El caso de Lula muestra lo que podemos hacer en tal sentido.

- **Transformar**, como acordó el GT en Managua, las tareas de mejoramiento de la comunicación política y formación de nuestros cuadros y militantes en frentes priorizados de trabajo, mediante acciones coordinadas entre nuestras fuerzas. Retomar el estudio y actualización del Consenso de Nuestra América, que condensa los valores y pautas programáticas compartidas por este Foro, lo que será una ocasión oportuna para que las bases lo debatan y lo enriquezcan.

¡Hasta la victoria siempre!

DECLARAÇÃO FINAL DO XXVI ENCONTRO

Brasília

29 de junho a 02 de julho de 2023

A Integração Regional para avançar na soberania da América Latina e Caribe

Em homenagem a Marco Aurélio Garcia

1. Os partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo, presentes neste XXVI Encontro em Brasília, Brasil, agradecem aos partidos anfitriões, Partido dos Trabalhadores e Partido Comunista do Brasil, a organização deste importante evento, a primeira grande atividade desde a pandemia de COVID-19, sob o lema “Integração regional para avançar na soberania latino-americana e caribenha”.

2. Também agradecemos a presença de organizações amigas de todo o mundo, que vieram unir-se a nossas delegações e somar-se aos debates por uma América Latina e Caribe soberanos e independentes, protagonistas de um amplo movimento por um mundo multilateral, justo e igualitário.

3. É um feito político e simbólico extraordinário a realização deste XXVI Encontro em Brasília, precisamente quando através da mobilização do povo e da formação de um amplo movimento pelo resgate da democracia brasileira, conquistaram uma esplêndida vitória eleitoral e a nova Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, sendo esta a mais contundente resposta histórica ao golpe de Estado parlamentar contra a Presidenta Dilma Rousseff, ao que se seguiu a infame e injusta prisão do Presidente Lula, que se traduziu num Golpe de Estado eleitoral, ao impedir - violando as leis e os direitos humanos - sua participação nas eleições de 2018. Durante os anos seguintes, os partidos de esquerda e progressistas, os sindicatos e os movimentos sociais brasileiros sofreram uma forte perseguição visando sua aniquilação política. Agora, em 2023, Lula é novamente Presidente do Brasil e Dilma Rousseff ocupa a Presidência do Novo Banco de Desenvolvimento - conhecido como Banco dos BRICS -, feitos emblemáticos que dão conta de uma mudança histórica na correlação de forças, reposicionando a esquerda brasileira como protagonista em seu país, e ao Presidente Lula como protagonista internacional.

4. É importante ressaltar que, desde o XXV Encontro do FSP até agora, registraram-se múltiplas manifestações populares contra as políticas neoliberais e da direita, a luta pelos direitos sociais, econômicos e culturais dos povos entrou no-

vamente em pauta e isso se traduziu em unidade das forças populares e em vitórias eleitorais, como a de Andrés Manuel López Obrador no México, Alberto Fernández na Argentina, Pedro Castillo no Peru, Luis Arce, que derrotou o Golpe de Estado na Bolívia, Xiomara Castro em Honduras, Gabriel Boric no Chile, Philip Pierre em Santa Lúcia, Gustavo Petro na Colômbia, as regionais e municipais no Equador, as nacionais em Cuba e, obviamente, de Lula no Brasil, que se somam aos demais governos de esquerda e progressistas de nosso continente que lutam heroicamente pela soberania, o bem-estar social e a democracia participativa.

5. Por outro lado, estas vitórias e a constante mobilização dos povos provocam uma ofensiva conservadora e da extrema direita, inclusive a continuidade do *lawfare*, que demandam uma vigilância e luta constantes contra as ameaças e os ataques. Apoiamos as lutas do Povo Salvadorenho pela restituição de seus direitos políticos e constitucionais. Condenamos no Peru a repressão que causou 69 mortes, das quais 49 teriam sido assassinados com armas de uso militar e policial. Recusamos a criminalização do protesto social e o impedimento do direito a mobilização pacífica. Exigimos o corte de processos por lesa humanidade e a liberdade dos detidos. Ainda, denunciemos que o governo de Dina Boluarte tenha autorizado a presença de tropas estadunidenses com o fim de amedrontar a população. Rechaçamos a declaração do Congresso do Peru contra os presidentes Gustavo Petro, Manuel López Obrador e o ex-presidente Evo Morales, frente a suas valorações sobre a situação política e social peruana.

6. Este Encontro ocorre num momento em que o mundo enfrenta diversos desafios. O avanço das forças políticas de direita e extrema direita, a mudança climática, o conflito na Ucrânia, entre outros, são feitos que demandam nosso enfrentamento direto e urgente.

7. Devemos nos unir contra as tentativas de dividir o mundo entre Ocidente e Oriente, entre “nós e os outros”, o que aumenta as animosidades e nos leva a um mundo de conflitos que colocam toda a humanidade em perigo. A multipolaridade é essencial para o balanço de forças e interesses diversos que permite o desenvolvimento aos países do Sul. Para isso, nossa integração é importante, como uma região de paz e crescimento sob as forças progressistas e de esquerda, com propostas para enfrentar os problemas globais.

8. Necessitamos fazer frente a estes desafios através de ações concretas e desde uma perspectiva de esquerda e progressista, com soberania e independência, consolidando junto aos povos de Nossa América o compromisso com a paz, referendado na Proclama da América Latina e Caribe como Zona de Paz, aprovada na II Cúpula da CELAC em Havana, em 2014, o respeito ao meio ambiente, a defesa de uma economia mais justa e solidária, o reconhecimento efetivo da diversidade étnica e social. Por meio do diálogo e respeito à diversidade de nossos povos,

seguiremos construindo Nossa América como uma região de paz e cooperação, comprometida com o desenvolvimento sustentável e a justiça social, a defesa da soberania e a não ingerência em assuntos internos. Saudamos o retorno da CELAC, iniciado pelo presidente López Obrador, e da UNASUL, esta última em debate avançado proposto pelas iniciativas de Lula, Alberto Fernández e Gustavo Petro. Saudamos também a constituição da CELAC Social na Argentina, no último mês de janeiro, e a preparação da Cúpula dos Povos, por ocasião da Cúpula CELAC-UE, em Bruxelas, em julho de 2023.

9. Neste contexto, ressaltamos a necessidade de avançar com passos firmes a integração regional como um dos eixos centrais em nossa agenda política, econômica e social, com uma visão estratégica ampla e equitativa. Por meio da integração econômica, através da construção e ampliação das redes de infraestrutura, logística e energética, acreditamos que a região poderá avançar na superação das assimetrias e a eliminação dos efeitos de medidas coercitivas unilaterais que o governo dos Estados Unidos impõe, que causam tanto sofrimento a nossos povos.

10. Nossa região clama por uma nova industrialização ecológica e produtiva, a partir do papel indutor do estado em investimentos e da cooperação científica e tecnológica, deixando de ser uma mera exportadora de recursos naturais e de commodities, criando e fortalecendo cadeias produtivas regionais, incrementando as relações comerciais intrarregionais, avançando em mecanismos de estabilização, financiamento e de comércio soberanos. É essencial que essa industrialização ocorra sobre novas bases de proteção ao meio ambiente e uma verdadeira transição ecológica, a partir do avanço da ciência e da tecnologia.

11. Apoiamos os diversos esforços por uma América Latina e Caribe que respeite o meio ambiente e incorpore a luta contra a mudança climática como um eixo central para seu desenvolvimento econômico, e chamamos por um projeto próprio de desenvolvimento soberano que considere as demandas específicas de nossos países. Estes esforços devem considerar a agricultura familiar e associativa, a produção de alimentos orgânicos, formas sustentáveis e menos danosas para as grandes produções agrícolas exportadoras, incluindo o cooperativismo, redução das desigualdades territoriais, o reconhecimento dos povos originários americanos, sua cultura e saber ancestrais, seu direito a suas terras e ao uso de seus territórios e a proteção da Amazônia e de seus povos indígenas.

12. Ainda, a pandemia de COVID-19 demonstrou a necessidade de construir igualmente nossa integração sanitária, que permita o intercâmbio de conhecimento científico na área da saúde, assim como a assistência sanitária em momentos de crise, a elaboração e produção de novos medicamentos e vacinas a partir de nosso próprio desenvolvimento científico e farmacológico, reduzindo a dependência externa.

13. Propomos avançar no intercâmbio cultural, educacional e científico, permitindo que nossa população, especialmente jovens, tenham livre acesso às universidades e à mobilidade acadêmica, integrando as universidades em redes regionais.

14. Nossa batalha contra as forças neoliberais e imperialistas deve se dar também na internet e nas redes sociais, que se encontram nas mãos de um oligopólio midiático com interesses claros em avançar com uma agenda prejudicial aos povos. Estes grupos utilizam métodos desonestos e de fake news, que levam à intolerância, ao ódio nas relações sociais e à negação da política. Propomos enfrentar este avanço e garantir os mecanismos democráticos na internet através de mecanismos de regulação, com base nos preceitos democráticos, o respeito à diversidade de opiniões e a divulgação científica comprovada, contra a utilização da internet para a divulgação de notícias e teorias sem comprovação. A este respeito, apoiamos os debates que ocorrem neste momento no Congresso brasileiro a propósito das fake news. Alertamos os governos progressistas de Nossa América sobre o perigo de assinar a “Aliança Digital União Europeia-América Latina e Caribe”, que se pretende apresentar na próxima reunião da CELAC. “A liberdade para acessar as melhores tecnologias do mundo e a um valor adequado é fundamental”.

15. As forças neoliberais encontraram na direita - e sobretudo na extrema direita - seu canal de expressão e disputa política. No entanto, as recentes vitórias das forças progressistas e de esquerda na região e as lutas de resistência de nossos povos às políticas neoliberais mostram a força das ideias de cooperação, solidariedade, multilateralismo. Nos países em que prevalece o enfoque neoliberal, cresce a desigualdade com a concentração da riqueza de um lado, e do outro a queda do poder aquisitivo dos salários e o desemprego.

16. Ante o crescimento exponencial das migrações, aprofundado pelos efeitos nocivos do neoliberalismo sobre os povos da América Latina e Caribe, cujos habitantes são muitas vezes obrigados a abandonar sua terra e sua cultura em busca de novos horizontes de vida em condições de precariedade extrema, o FSP impulsionará diversas iniciativas pelo desenvolvimento de uma ação comum dos povos e governos da região. Propiciamos a implementação de uma política que envolva tanto os países de origem, de transição e de destino das e dos imigrantes, a proteção de seus direitos no marco da integração regional, da solidariedade internacional e a vontade de paz, pelo direito de migrar e de migrar com direitos, no marco da autodeterminação e da soberania dos povos e da interculturalidade.

17. Condenamos e demandamos o levantamento incondicional do criminoso e excessivo bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelo governo dos Estados Unidos contra o povo cubano, durante mais de 60 anos, e exigimos a exclusão de Cuba da lista de Estados patrocinadores do terrorismo. Também con-

denamos as sanções unilaterais contra Nicarágua e Venezuela, e a ingerência nos assuntos internos destes países. Condenamos a aplicação das 927 criminosas medidas coercitivas unilaterais e o bloqueio econômico e financeiro contra a Venezuela.

18. Cuba resistiu heroicamente por mais de meio século ao injusto e criminoso bloqueio do poder imperial dos Estados Unidos; a dignidade do povo cubano é um exemplo para todas as nações e partidos populares do mundo. O XXVI Encontro do FSP decide declarar Cuba como "Patrimônio Universal da Dignidade".

19. Saudamos as diversas ações dos governos progressistas e de esquerda da América Latina e Caribe em defesa de nossa soberania e contra a ingerência dos Estados Unidos em nossos países e suas tentativas para nos impor sua agenda política através de espaços multilaterais.

20. A luta pelo fim do colonialismo no continente americano e em todo o mundo é um dos eixos centrais do Foro de São Paulo. Ratificamos nosso apoio ao direito dos povos do Caribe a ter um tratamento justo, especial e diferenciado, e acompanhamos suas reivindicações por reparação pelos danos do colonialismo e a escravidão, com ênfase no Haiti, que demanda uma ampla solidariedade. Reiteramos o compromisso inequívoco com a livre determinação e independência do povo irmão de Porto Rico, e reafirmamos o apoio à Argentina em sua reivindicação por soberania sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, e os espaços marítimos circundantes. Exigimos também a devolução a Cuba do território onde se localiza a base naval de Guantánamo.

21. Defendemos o direito dos povos palestino e saaraui a viver livre e plenamente em seus territórios ancestrais. Chamamos todos os países do mundo e os organismos multilaterais a reconhecer a soberania destas nações e a autodeterminação de seus respectivos povos.

22. As necessidades de nossos povos pedem o fortalecimento de nossa unidade na diversidade. As crises sistêmicas do capitalismo, o ideário neoliberal com seus efeitos perversos sobre a vida das pessoas, a força do grande capital financeiro, transnacional, e seus conglomerados, as tentativas e medidas de força contra a soberania de Nossa América, contra nossos países e economias, exigem alcançar a unidade de nossas forças políticas para a construção de uma América Latina e Caribe livres, soberanos e justos.

23. Neste XXVI Encontro, queremos saudar todas as pessoas que não se encontram mais conosco, mas nos acompanharam na construção do Foro de São Paulo.

24. Recordamos os golpes de estado no Chile e no Uruguai, que há 50 anos consolidaram o avanço das ditaduras militares em nosso continente e têm consequências ainda presentes nas vidas dos povos chileno e uruguaio, e talvez de todo o continente. A magnífica experiência da Unidade Popular no Chile, condu-

zida por Salvador Allende e interrompida pelo golpe militar de Pinochet em 1973, segue sendo um marco na história dos povos latino-americanos e caribenhos, por sua capacidade de construir a unidade na diversidade, seu compromisso com o povo chileno e com os povos latino-americanos em suas lutas.

25. Expressamos nosso respaldo às iniciativas que os governos progressistas vêm adiantando para superar a crise multidimensional que afeta a vida de nossos povos, como a de atuar de maneira conjunta contra a inflação, que se propõe uma via distinta à contração da economia e, muito pelo contrário, assume a necessidade de reduzir os custos, incluindo os juros dos créditos, aumentar a produção, gerar emprego e reduzir a pobreza, mediante múltiplos mecanismos. Denunciamos os tratados de livre comércio e a arquitetura jurídica criada por eles, que dão mais poder às transnacionais em detrimento de nossa soberania. Exaltamos a atitude do presidente Lula de contrapor-se às sanções ambientais e outros mecanismos protecionistas que surgem nos debates do Acordo Mercosul-União Europeia.

26. Apoiamos as decisões adotadas no Encontro de Presidentes de América do Sul, a partir da iniciativa do Presidente Lula, e o conteúdo do “Consenso de Brasília”, no qual estabelecem as bases políticas para avançar na integração econômica, cultural social e política de nossas nações.

27. Manifestamos nosso respaldo a todas as iniciativas em desenvolvimento que procuram uma saída política e diplomática ao conflito na Ucrânia. Repudiamos as ameaças à paz no Pacífico e as tentativas da OTAN de avançar sobre essa região.

28. Saudamos as iniciativas do presidente Petro pela paz na Colômbia, uma política fundamental para alcançar a paz na América Latina e Caribe, consonante com o compromisso do Foro de São Paulo em defesa da paz em nossa região, assim como no mundo. Reconhecemos o papel de Cuba, México e Venezuela como garantes do processo e dos Acordos de Paz na Colômbia, de 2016. Defendemos a Proclama da América Latina e Caribe como Zona de Paz.

29. Neste XXVI Encontro do FSP, temos a histórica responsabilidade de aproveitar esta segunda oportunidade por ter na América Latina e Caribe uma maioria de governos integrados por forças políticas e movimentos sociais progressistas.

Superemos as diferenças, construamos a mais ampla unidade na diversidade dos partidos, os movimentos sociais, populares e a intelectualidade progressista e de esquerda no interior de cada organização, país e do continente. Seguiremos juntos pela integração regional para avançar na soberania latino-americana e caribenha!



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores